SISTEMA GERENCIADOR DAS PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
FAMURS
É no município que tudo acontece.

Rio Grande do Sul , 19 de Outubro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul • ANO XVIII | Nº 4438

Expediente:
Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS

Diretoria da FAMURS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – GESTÃO 2026/2027

Presidente
Luis Henrique Vedovato (MDB)
Imbé - AMLINORTE

Vice-presidentes
João Rudinei Sehnem (MDB)
Boa Vista do Buricá - AMUFRON

Gustavo Diogo Finck (PP)
Novo Hamburgo - GRANPAL

Amarildo Luis da Silva (PDT)
Fazenda Vilanova - AMVAT

Arlei Luis Tomazoni (PL)
Três Passos - AMUCELEIRO

Leandro Tittelmaier Balardin (PSDB)
Cachoeira do Sul - AMAU

Darlene Torrada Pereira (PT)
Rio Grande - AZONASUL

Pablo Luiz Alievi Mari (UNIÃO)
SARANDI - AMNG

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO NORDESTE DO RS

ADMINISTRAÇÃO - CIRENOR
ATO ADMINISTRATIVO Nº 411/2026

ATO ADMINISTRATIVO Nº 411/2026 - TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 088/2026 ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO – 010/2025 – AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES 0KM – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 082/2026.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO NORDESTE – CIRENOR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 15.344.304/0001-43, com sede na Av. Fiorentino Bacchi, n° 932 – Centro, na cidade de Sananduva/RS – CEP 99840-000, neste ato representado pelo Presidente, Sr. MARCIO CAPRINI, brasileiro, Prefeito Municipal de Cacique Doble/RS, residente e domiciliado na Rua Getúlio Guimaraes nº 193 – Centro em Cacique Doble/RS, inscrito no CPF sob o nº 006.512.080-92, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa SULPASSO COMERCIO DE CAMINHOES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 34.098.668/0001-35, com sede na Rua/Av. ROD BR-285, KM nº 181, bairro Valinhos, cidade de Passo Fundo/RS, neste ato representada pelo seu diretor, Sr. (Sra.) Lilhana Novelo Gnoatto, brasileira, maior, residente e domiciliado(a) na Rua/Av.Thomaz Gonzaga n° 668, apto 1901, bairro Annes em Passo Fundo/RS, portador(a) do CPF nº 012.878.630-27 e Carteira de Identidade nº 1066096791, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, celebram entre si a presente ata que será regido pelas cláusulas e condições que seguem.:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Altera-se a **Cláusula Terceira – 3.2 – inciso II** – em virtude de que prazo de vigência do presente contrato fica prorrogado até 16 de novembro de 2026, conforme solicitação da Contratada, com o objetivo exclusivo de viabilizar a entrega do saldo remanescente de 2 (duas) unidades do objeto contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – A presente prorrogação surte efeitos a contar de 30 de setembro de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do instrumento original.

E, assim, por estarem justas e convencionadas, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sananduva, 16 de outubro de 2026.

CIRENOR
MARCIO CAPRINI

Publicado por:
Ulisses Cecchin
Código Identificador:6E203682

ADMINISTRAÇÃO - CIRENOR
ATO Nº 410/2026. PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 047/2026

Certifico que foi realizado no dia 16/10/2026 o seguinte Termo Aditivo figurando como Contratante o CIRENOR e de outro lado o Contratado agora identificado:

ATO Nº 410/2026. PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 047/2026 PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE CONFORME A RELAÇÃO DE SERVIÇOS E VALORES CIRENOR - EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2025. Contratada: **JULIA LUIZA ZANELLA BAGGIO MEDICINA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 64.226.976/0001-60,** firmam o presente ato conforme segue.

GERENCIADOR: Consórcio Intermunicipal da Região Nordeste - CIRENOR, com sede na Av. Fiorentino Bacchi, n° 932, Centro, na cidade de Sananduva- RS, inscrito no CNPJ sob o nº 15.344.304-0001/43

FORNECEDOR: JULIA LUIZA ZANELLA BAGGIO MEDICINA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 64.226.976/0001-60, com sede na Rua Irmã Anastasie, n° 150 bairro Centro, na cidade de Paim Filho/RS, CEP: 99.850-000

PRIMEIRA – Considerando a manifestação do Credenciado através do Portal de Compras Públicas, inclui-se no respectivo Ato administrativo n° 047/2026 os serviços abaixo descritos:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PRODUTO	VALOR UNITÁRIO
190	ANESTESIA EM EXAMES E PROCEDIMENTOS	R$ 125,60
202	CIRURGIA DE CISTO	R$ 301,45
218	DRENAGEM DE ABSCESSO	R$ 100,48
243	EXCISAO E SUTURA SIMPLES DE PEQUENAS LESÕES DE PELE	R$ 150,73
290	RESSECÇÃO CISTO SINOVIAL	R$ 251,21

SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do instrumento original.

E, por estarem justos e acordados, lavrou-se o presente ato, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo firmadas, para que produza os devidos efeitos legais.

Sananduva – RS 16 de outubro de 2026.

MÁRCIO CAPRINI
Presidente do CIRENOR

Publicado por:
Ulisses Cecchin
Código Identificador:46CD57F9

ADMINISTRAÇÃO - CIRENOR
EXTRATO DE EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2026

EXTRATO DE EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2026

O Consórcio Intermunicipal da Região Nordeste – CIRENOR torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, do tipo Menor Preço por Item, modo de disputa Aberto/Fechado, com Orçamento Sigiloso, visando ao **Registro de Preços para futuras aquisições de materiais destinados às ações de Defesa Civil, ao CIRENOR e aos Municípios consorciados.**

Data da Sessão: 29 de outubro de 2026 Horário: 09h00min (horário de Brasília/DF) Local: www.portaldecompraspublicas.com.br O Edital completo encontra-se disponível no site www.cirenor.rs.gov.br, no Portal de Compras Públicas e junto à sede do CIRENOR. Informações pelo e-mail: contato@cirenor.rs.gov.br.

Sananduva/RS, 15 de outubro de 2026.

MARCIO CAPRINI
Presidente do CIRENOR

Publicado por:
Ulisses Cecchin
Código Identificador:7C51213D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇOS DO VALE DO RIO PARDO

CISVALE
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026
O Consórcio Intermunicipal de Serviços do Vale do Rio Pardo – CISVALE, torna público o edital de Pregão Eletrônico Nº 008/2026, **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS.**
Eventuais interessados poderão enviar suas propostas até 08 horas e 25 minutos do dia **29/10/2026,** pelo site: *www.portaldecompraspublicas.com.br*.
O termo de referência desta contratação poderá ser acessado no seguinte endereço eletrônico *www.cisvalerp.com.br* ou *www.portaldecompraspublicas.com.br*.

Santa Cruz do Sul, 16 de outubro de 2026.

GILSON ADRIANO BECKER
Presidente do Cisvale.

Publicado por:
Maria Gabriela da Silva Sauer
Código Identificador:E7AB80BD

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ACEGUÁ

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

Fica Concedida, ao servidor DANIELA DELFIN CRUZ, Professora de Educação Infantil e Séries Iniciais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,a contar de 22 de maio de 2023, Gratificação Por Tempo de Serviço de 15%, sobre seu vencimento básico, conforme autoriza a Lei Complementar nº 10/2016 e em acordo com o esposado no Parecer Jurídico nº 203/2026.

Publicado por:
Ludmila Ferreira Barreto
Código Identificador:3DE2292E

GABINETE DO PREFEITO
DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADES JUNTO À BASE DO SAMU.

Designar o servidor João Manoel Gonçalves Ferreira, ocupante do cargo de Motorista, para exercer as atividades de condutor de veículo de emergência junto à base do SAMU de Aceguá, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, nos termos da Lei Municipal nº 1.492/2016.

Publicado por:
Ludmila Ferreira Barreto
Código Identificador:E0793AAB

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICA PORTARIA Nº 1833/2018

Fica retificada a Portaria nº 1833/2018, que trata da Gratificação por tempo de serviço da servidora SONIA MARA DORNELES DE ORNELAS DE MORAIS, matrícula 417-1, cargo de Professor de Séries Finais - MATEMÁTICA, lotada na Secretaria de Educação, em razão da revisão da contagem de tempo destravado pela Lei Complementar 226/2026 de 13 de janeiro de 2026 anteriormente afetada pelo período de congelamento previsto na Lei Complementar nº 173/2020.

Publicado por:
Ludmila Ferreira Barreto
Código Identificador:89E044B5

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICA PORTARIA Nº 4264/2026

Fica retificada a Portaria nº 4264/2026, que trata da Gratificação por tempo de serviço da servidora HELEN ROSE DA SILVA CARDONA, matrícula 871-1, cargo de Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais, lotada na Secretaria de Educação, em razão da revisão da contagem de tempo destravado pela Lei Complementar 226/2026 de 13 de janeiro de 2026 anteriormente afetada pelo período de congelamento previsto na Lei Complementar nº 173/2020.

Publicado por:
Ludmila Ferreira Barreto
Código Identificador:8ED9070B

GABINETE DO PREFEITO
TORNA ESTÁVEL SERVIDOR

SILVIA PADILHA FERRAZ, matrícula 584, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Professora de Educação Infantil e Séries Iniciais, Portaria de Nomeação nº 450/2006, torna-se estável a contar de 02 de agosto de 2009.

Publicado por:
Ludmila Ferreira Barreto
Código Identificador:97DC2D8F

GABINETE DO PREFEITO
TORNA ESTÁVEL SERVIDOR

MARCIO CAMARGO NASCIMENTO, matrícula 1410, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, Motorista, Portaria de Nomeação nº 3445/2022, torna-se estável a contar de 28 de junho de 2025.

Publicado por:
Ludmila Ferreira Barreto
Código Identificador:248EBDBC

GABINETE DO PREFEITO
TORNA ESTÁVEL SERVIDOR

GUSTAVO DA SILVA PENTEADO, matrícula 1409, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Motorista, Portaria de Nomeação nº 3448/2022, torna-se estável a contar de 04 de julho de 2025.

Publicado por:
Ludmila Ferreira Barreto
Código Identificador:ED6CB378

GABINETE DO PREFEITO
TORNA ESTÁVEL SERVIDOR

VANESSA LUCAS RODRIGUES, matrícula 1036, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte e Lazer, Técnico em Informática, Portaria de Nomeação nº 765/2013, torna-se estável a contar de 18 de janeiro de 2019.

Publicado por:
Ludmila Ferreira Barreto
Código Identificador:CB9B9997

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ÁGUA SANTA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3731, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a tolerância para registro do horário de trabalho dos servidores públicos municipais.

O Prefeito Municipal de Água Santa, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal**,** DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a tolerância de até 5 (cinco) minutos por registro de entrada e saída no controle de ponto dos servidores públicos municipais, observado o limite máximo acumulado de 10 (dez) minutos por dia.
§ 1º Para fins de aplicação da tolerância, serão considerados conjuntamente todos os registros de ponto realizados ao longo do dia, incluindo as entradas e saídas dos turnos da manhã e da tarde, não sendo a tolerância renovada integralmente a cada marcação.
§ 2º Ultrapassado o limite máximo diário de tolerância, os minutos excedentes serão computados como atraso ou saída antecipada, conforme o caso, para fins de controle da frequência e adoção das providências cabíveis.
Art. 2º A apuração de atrasos, ausências e saídas antecipadas, bem como os eventuais descontos na remuneração, observará o disposto na Lei Municipal nº 1.759, de 20 de dezembro de 2022.
Art. 3º O presente Decreto não altera os horários oficiais de expediente e funcionamento estabelecidos pelo Decreto Municipal nº 3.464, de 13 de janeiro de 2025.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA SANTA, em 14 de outubro de 2026.

JULIANO FAVRETTO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se;
Data Supra:___/___/____

DIONEI CÉSAR NERVO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Monica Bressan Ribeiro
Código Identificador:2D7F7F9D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE AMETISTA DO SUL

SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMÉRCIO, MINERAÇÃO E TURISMO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 100/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 100/2026

O Prefeito Municipal ratificou a Dispensa de Licitação em epígrafe com base no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DESMONTAGEM, CORTE, SOLDA E MONTAGEM DE ESTEIRA DE BRITADOR MÓVEL,** com a empresa **TECNOMAQ INDUSTRIA DE FERRAMENTAS LTDA,** inscrita no CNPJ nº 51.802.620/0001-85, situada na Rua Armando Dezorzi, n° 130, Bairro Centro, cidade de Ametista do Sul/RS, representado por seu representante legal, Sr. Diones Berlatto, portador do CPF nº 028.106.100-96, no valor total de **R$ 10.413,00 (dez mil e quatrocentos e treze reais)**, conforme proposto.

Ametista do Sul/RS, 16 de outubro de 2026.

GILMAR DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Cristina Widmar Barros
Código Identificador:3662AA1A

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 103/2026

AVISO DE DISPENSA Nº 103/2026 – COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II, DA LEI 14.133/2021
O Prefeito Municipal de Ametista do Sul/RS, em conformidade com art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que a Administração Municipal pretende realizar a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA EVENTO,** podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa, conforme especificação presente no Termo de Referência.
Limite para Apresentação da Proposta de Preço: 21/10/2026 às 23:59.
A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Ametista do Sul/RS, sito à Avenida Bento Gonçalves n° 1433, centro, CEP – 98465-000, no horário das 07h30min às 11h30min ou das 13h às 17h, em dias úteis, ou pelo e-mail:licitacoes@ametistadosul.rs.gov.braté a data limite.
O Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Municípiohttps://ametistadosul.rs.gov.br/ ou através doe-mail: licitacoes@ametistadosul.rs.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações pelo telefone (55) 3752-1172 em horário de expediente.

Ametista do Sul/RS, dia 16 de outubro de 2026.

GILMAR DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Cristina Widmar Barros
Código Identificador:AAC2F7F6

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 99/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 099/2026

O Prefeito Municipal ratificou a Dispensa de Licitação em epígrafe com base no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE VISTORIAS MECÂNICAS EM VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR,** com a empresa **BRITAGEM E ENGENHARIA BASSO MC LTDA,** inscrita no CNPJ nº 03.952.762/0001-86, com endereço na Avenida Duque de Caxias, nº 909, bairro Centro, Cep nº 98.470-000, na cidade de Planalto, RS, neste ato representada por seu sócio-proprietário, Sr. Cristiano Basso, no valor total de **R$ 3.150,00 (três mil e cento e cinquenta reais)**, conforme proposto.

Ametista do Sul/RS, 16 de outubro de 2026

GILMAR DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Cristina Widmar Barros
Código Identificador:60B6AC07

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 65/2026 – Dispensa Nº 13/2026: **CONTRATAÇÃO DE CLINICA ESPECIALIZADA PARA ESTERILIZAÇÃO CIRURGICA MICROSHIPAGEM E REGISTRO DE ANIMAIS NO SISTEMA SINPATINHAS**. Prazo para envio das propostas: 21/10/2026 até as 17:00h pelo endereço eletrônico compras@andredarocha.rs.gov.br. Edital disponível no site: www.andredarocha.rs.gov.br.

André da Rocha, 16 de outubro de 2026.

FELIPE EDUARDO SEMINOTI JACQUES –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovana Vieira Crestani Rosalem
Código Identificador:E372CB34

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CACEQUI

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2026

O Departamento de Compras e Licitações, no uso de suas atribuições legais, torna público:
Processo Administrativo nº 30.123.2026
Objeto: Contratação de empresa para formação de REGISTRO DE PREÇO para fornecimento de periféricos e materiais de informática, para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Cacequi/RS.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: ABERTO
Sessão Pública:www.portaldecompraspublicas.com.br
Data:03/11/2026 – 10h00min
Editais à disposição:www.cacequi.rs.gov.br
Informações:licitacao@cacequi.rs.gov.br.

Cacequi, 16 de Outubro de 2026.

VALNISSE RODRIGUES FLORES
Diretora do Departamento de Compras

Publicado por:
Carlos Vinicio Porto Gonçalves
Código Identificador:51E283D5

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CAPIVARI DO SUL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS 1.057/2026

SECRETARIA DA SAÚDE
CONTRATO N° 1.057/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL CNPJ n° 01.610.503/0001-41
CONTRATADO:MECANICA DO SERGINHO, CNPJ: 02.154.264/0001-25
OBJETO:Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção, reparo e fornecimento de peças para veículos, máquinas, equipamentos e implementos agrícolas da frota municipal. Edital Chamamento Público Credenciamento nº 07/2025. Protocolo nº 1999/2025.
VALOR: R$ 1.664,00 (Hum mil, seiscentos e sessenta e quatro reais)
Período de Vigência:O prazo de duração é de 30(trinta) dias.

Publicado por:
Náthaly Marques da Costa
Código Identificador:CEEA94A3

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS 1.059/2026

SECRETARIA DA SAÚDE
CONTRATO N° 1.059/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL CNPJ n° 01.610.503/0001-41
CONTRATADO:MECANICA DO SERGINHO, CNPJ: 02.154.264/0001-25
OBJETO:Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção, reparo e fornecimento de peças para veículos, máquinas, equipamentos e implementos agrícolas da frota municipal. Edital Chamamento Público Credenciamento nº 07/2025. Protocolo nº 1999/2025.
VALOR: R$ 656,00 (Seiscentos e cinquenta e seis reais)
Período de Vigência:O prazo de duração é de 30(trinta) dias.

Publicado por:
Náthaly Marques da Costa
Código Identificador:5EF24C14

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS 1.063/2026

SECRETARIA DE OBRAS
CONTRATO N° 1.063/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL CNPJ n° 01.610.503/0001-41
CONTRATADO:MECANICA DO SERGINHO, CNPJ: 02.154.264/0001-25
OBJETO:Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção, reparo e fornecimento de peças para veículos, máquinas, equipamentos e implementos agrícolas da frota municipal. Edital Chamamento Público Credenciamento nº 07/2025. Protocolo nº 1999/2025.
VALOR: R$ 640,00 (Seiscentos e quarenta reais)
Período de Vigência:O prazo de duração é de 30(trinta) dias.

Publicado por:
Náthaly Marques da Costa
Código Identificador:E17C0CEA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS 1.064/2026

SECRETARIA DA AGRICULTURA
CONTRATO N° 1.064/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL CNPJ n° 01.610.503/0001-41
CONTRATADO:MECANICA DO SERGINHO, CNPJ: 02.154.264/0001-25
OBJETO:Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção, reparo e fornecimento de peças para veículos, máquinas, equipamentos e implementos agrícolas da frota municipal. Edital Chamamento Público Credenciamento nº 07/2025. Protocolo nº 1999/2025.
VALOR: R$ 600,00 (Seiscentos reais)
Período de Vigência:O prazo de duração é de 30(trinta) dias.

Publicado por:
Náthaly Marques da Costa
Código Identificador:87B09688

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CHAPADA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 194/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026
CONTRATADO: MODULO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obras de engenharia, pavimentação com pedras irregulares de um trecho de estrada rural, no Distrito de Vila Rica, interior do município de Chapada/RS.
VALOR: R$ 574.900,00 (quinhentos e setenta e quatro mil e novecentos reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
DATA DA ASSINATURA: 08/10/2026

Publicado por:
Daiane Michele Hanauer
Código Identificador:FD09A5A8

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 195/2026

CONTRATO Nº 195/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2026
CONTRATADO: GUSTAVO MARTINS KOCH - ME
OBJETO: Contratação de mão de obra e compra de material para troca e manutenção do telhado do Posto de Saúde do Distrito de Boi Preto.
VALOR: R$ 11.035,24 (onze mil e trinta e cinco reais e vinte e quatro centavos).
VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias
DATA DA ASSINATURA: 08/10/2026

Publicado por:
Daiane Michele Hanauer
Código Identificador:9F31CE9B

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 196/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2026
CONTRATADO: OTÁVIO LUIS THIEL - ME
OBJETO: Contratação de mão de obra e compra de material para troca e manutenção do telhado do Posto de Saúde do Distrito de Boi Preto.
VALOR: R$ 4.404,34 (quatro mil e quatrocentos e quatro reais e trinta e quatro centavos).
VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias
DATA DA ASSINATURA: 08/10/2026

Publicado por:
Daiane Michele Hanauer
Código Identificador:E5F26CBE

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 197/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2026
CONTRATADO: INTEGRA GEOLOGIA AMBIENTAL LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para contratação de empresas especializadas para a elaboração de projetos técnicos no Loteamento Sol Nascente, no Município de Chapada, conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos que integram o edital.
VALOR: R$ 41.798,00 (quarenta e um mil, setecentos e noventa e oito reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
DATA DA ASSINATURA: 08/10/2026

Publicado por:
Daiane Michele Hanauer
Código Identificador:84B88D49

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 198/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2026
CONTRATADO: PROJEN ENGENHARIA E PROJETOS LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para contratação de empresas especializadas para a elaboração de projetos técnicos no Loteamento Sol Nascente, no Município de Chapada, conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos que integram o edital.
VALOR: R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
DATA DA ASSINATURA: 09/10/2026

Publicado por:
Daiane Michele Hanauer
Código Identificador:52D70137

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 199/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026
CONTRATADO: VITALIS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de 03 (três) Médicos Clínico Geral, com 40 horas semanais cada médico, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde.
VALOR: R$ 399.360,00 (trezentos e noventa e nove mil e trezentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
DATA DA ASSINATURA: 13/10/2026

Publicado por:
Daiane Michele Hanauer
Código Identificador:A692AB1E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CIDREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDREIRA
CONTRATO 268

Contrato 2026/268

Tipo Bens
Modalidade Processo de Dispensa
Licitação 2026/67
Fornecedor MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
Objeto AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL DE CONSUMO AMBULATORIAL
Valor Total 45.115,26
Valor Mensal 0,00
Data Emissão 15/10/2026
Data Inicial 15/10/2026
Data Final 13/01/2027
Validade em dias 90
Observação PROCESSO 466, ART. 75, INCISO VIII D.L. 067

Publicado por:
Bartolomeu Antonio Menoncin
Código Identificador:DBB8AD8A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDREIRA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAL 147/2026

"Convoca para admissão imediata, candidato aprovado em Concurso Público para a função de Psicólogo, para contrato temporário."

O Prefeito Municipal de Cidreira, Estado do Rio Grande do Sul, considerando o memorando, nº 10.244/2026 (via 1Doc), oriundo da Secretaria de Educação, **CONVOCA,** para contrato temporário, o candidato classificado em 12º (décimo segundo) lugar, para a função de Psicólogo, e TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, que será aproveitado para preenchimento das vagas temporárias o Edital de Concurso Público nº 01/2024 de 12 de março de 2024, de acordo com o Edital nº 015/2024 de Classificação Final, obedecendo os seguintes critérios:

I- **Convoca** o candidato classificado em 12º (décimo segundo) lugar, para a função de Psicólogo:

12º- Caroline Pértile

II- O candidato convocado deverá se apresentar na Secretaria Municipal de Administração, Departamento de Gestão de Pessoas, sito rua João Neves, nº 194, no seguinte horário: das 9h às 11h30 e das 14h às 16h30, munido dos seguintes documentos:

Atestado de boa saúde física e mental, a ser fornecido pela perícia médica do Município, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício da função;
Cópia e original do documento de identidade;
Cópia e original do comprovante de escolaridade exigida;
Declaração negativa de acumulação de cargo público;
Cópia e original do comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
01 (uma) foto 3 x 4;
Cópia e original do comprovante de inscrição CPF/CIC;
Cópia e original de quitação com o Serviço Militar (para candidatos do sexo masculino);
Cópia e original do Título de Eleitor, e Certidão de quitação eleitoral;
Folha corrida (www.tjrs.jus.br) clicar em serviços; civil e criminal;
Certidão de filhos menores e CPF;
Cópia e original carteira profissional de trabalho;
Cópia e original comprovante de residência;
Cópia e original do respectivo registro de conselho de classe (quando exigido),
Certidão Negativa de Improbidade Administrativa (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

III- O candidato convocado deverá se apresentar no endereço constante do item II no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação do presente Edital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDREIRA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2026.

GILBERTO DA COSTA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liane Vanusa da Silva Pinto
Código Identificador:3E5D89D9

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDREIRA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAL 148/2026

"Convoca para admissão imediata, candidatos aprovados em Processo Seletivo Simplificado para a função de Gari, para contrato temporário."

O Prefeito Municipal de Cidreira, Estado do Rio Grande do Sul, considerando o memorando, nº 10.545/2026, oriundo da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, **CONVOCA,** para contrato temporário, os candidatos classificados em 10º (décimo) lugar e 11º (décimo primeiro) lugar, para a função de **Gari**, e TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, que será aproveitado para preenchimento das vagas temporárias o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 052/2025 de 08 de julho de 2025, de acordo com o Edital nº 070/2025 de Homologação de Classificação Final, obedecendo os seguinte critérios:

I- **Convoca** os candidatos classificados em 10º (décimo) lugar e 11º (décimo) lugar, para a função de **Gari**:

10º- Sandro Ricardo Jorge da Silva
11º- Amaro Batista da Silva

II- Os candidatos convocados deverão se apresentar na Secretaria Municipal de Administração, Departamento de Gestão de Pessoas, sito rua João Neves, nº 194, no seguinte horário: das 9h às 11h30 e das 14h às 16h30, munido dos seguintes documentos:

Atestado de boa saúde física e mental, a ser fornecido pela perícia médica do Município, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo;
Cópia e original do documento de identidade;
Cópia e original do comprovante de escolaridade exigida;
Declaração negativa de acumulação de cargo público;
Cópia e original do comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
01 (uma) foto 3 x 4;
Cópia e original do comprovante de inscrição CPF/CIC;
Cópia e original de quitação com o Serviço Militar (para candidatos do sexo masculino);
Cópia e original do Título de Eleitor, e Certidão de quitação eleitoral;
Folha corrida (www.tjrs.jus.br) clicar em serviços; civil e criminal;
Certidão de filhos menores e CPF;
Cópia e original carteira profissional de trabalho;
Cópia e original comprovante de residência;
Cópia e original do respectivo registro de conselho de classe (quando exigido),
Certidão Negativa de Improbidade Administrativa (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

III- O candidato convocado deverá se apresentar no endereço constante do item II no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação do presente Edital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDREIRA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2026.

GILBERTO DA COSTA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liane Vanusa da Silva Pinto
Código Identificador:A6EE0DF3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDREIRA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAL 149/2026

"Convoca para admissão imediata, candidatos Classificados em Processo Seletivo Simplificado para a função de Operário para contrato temporário."

O Prefeito Municipal de Cidreira, Estado do Rio Grande do Sul, considerando o memorando nº 10.545/2026, oriundo da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, **CONVOCA,** para contrato temporário para a função de **Operário,** os candidatos classificados em 39º (trigésimo nono) lugar, 40º (quadragésimo) lugar, 41º (quadragésimo primeiro) lugar e 42º (quadragésimo segundo) lugar, e TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, que será aproveitado para preenchimento das vagas temporárias o Edital Processo Seletivo Simplificado nº 013/2025, de 07 de março de 2025, de acordo com o Edital nº 022/2025 de Homologação de classificação final, obedecendo aos seguintes critérios:

I- **Convoca** candidatos classificados em 39º (trigésimo nono) lugar, 40º (quadragésimo) lugar, 41º (quadragésimo primeiro) lugar e 42º (quadragésimo segundo) lugar, para a função de **Operário**:

39º- Claudia Adriana Silva Alves Soares
40º- Cassiana de Fátima Guterres
41º- Marta Voltz Sprick
42º- Jose Antonio Mariano da Rosa

II- Os candidatos convocados deverão se apresentar na Secretaria Municipal de Administração, Departamento de Gestão de Pessoas, sito rua João Neves, nº 194, no seguinte horário: das 9h às 11h30 e das 14h às 16h30, munido dos seguintes documentos:

Atestado de boa saúde física e mental, a ser fornecido pela perícia médica do Município, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo;
Cópia e original do documento de identidade;
Cópia e original do comprovante de escolaridade exigida;
Declaração negativa de acumulação de cargo público;
Cópia e original do comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
01 (uma) foto 3 x 4;
Cópia e original do comprovante de inscrição CPF/CIC;
Cópia e original de quitação com o Serviço Militar (para candidatos do sexo masculino);
Cópia e original do Título de Eleitor, e Certidão de quitação eleitoral;
Folha corrida (www.tjrs.jus.br) clicar em serviços;
Certidão de filhos menores e (CPF);
Cópia e original carteira profissional de trabalho;
Cópia e original comprovante de residência;
Cópia e original do respectivo registro de conselho de classe (quando exigido),
Certidão Negativa de Improbidade Administrativa (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

III- O candidato convocado deverá se apresentar no endereço constante do item II no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação do presente Edital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDREIRA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2026.

GILBERTO DA COSTA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liane Vanusa da Silva Pinto
Código Identificador:4203DAAB

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDREIRA
SÚMULA DO CONTRATO

Contrato 2026/247
Tipo Outros
Modalidade Concorrência Lei 14.133 Eletrônica
Licitação 2026/3
Fornecedor 64.086.285 JAIRO DA SILVA MONTEIRO
Objeto CONCESSÃO DE BEM PÚBLICO
Valor Total 28.000,00
Valor Mensal 0,00
Data Emissão 29/09/2026
Data Inicial 16/10/2026
Data Final 16/10/2031
Validade em dias 1826
Observação P. L. 210/2026, 1Doc

Publicado por:
Bartolomeu Antonio Menoncin
Código Identificador:F7DD1550

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE DOM PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 214/2026

O Município de Dom Pedro de Alcântara/RS torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço global, para contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais, equipamentos e execução de serviços de implantação de tachas refletivas bidirecionais na malha viária municipal, conforme condições estabelecidas no edital.

Processo Administrativo: 214/2026
Modo de disputa: aberto e fechado
Local: Portal BLL Compras – bllcompras.com.

Data e horário limite para envio das propostas:até às 9h do dia **03 de novembro de 2026**.
Data e horário de início da disputa:às 9h30 do dia **03 de novembro de 2026**.

O edital e seus anexos encontram-se disponíveis junto ao Setor de Licitações, na Avenida Central, nº 89, Centro, Dom Pedro de Alcântara/RS, no sítio eletrônico oficial do Município (dompedrodealcantara.rs.gov.br), podendo, ainda, ser obtidos pelo telefone (51) 3664-0011 ou pelo e-mail licitacao@dompedrodealcantara.rs.gov.br.

Dom Pedro de Alcântara/RS, 16 de outubro de 2026.

ALEXANDRE MODEL EVALDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Nunes Borges
Código Identificador:37E983F5

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 012/2026 – PROCESSO Nº 1567/2026
Contratante: **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ENTRE-IJUÍS/RS**
Contratado: **INSTITUTO GAMMA DE ASSESSORIA A ORGAOS PUBLICOS LTDA**
CNPJ Contratado: **01.484.706/0001-39**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE CURSO PRESENCIAL DE CAPACITAÇÃO SOBRE O TEMA "COMPREENDENDO O PROCESSO DAS EMENDAS IMPOSITIVAS, DO IMPEDIMENTO DE ORDEM TÉCNICA NO MUNICÍPIO E ADEQUAÇÃO À ADPF 854 DO STF", DESTINADO À CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ENTRE-IJUÍS/RS.**
Valor: **R$ 6.000,00**
Verba: Recurso Próprio

ROALDO JOEL SILVEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Entre-Ijuís/RS

Publicado por:
Anderson Doberstein
Código Identificador:F928A036

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAARA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO EXECUTIVO N° 3422/2026

Transfere as comemorações alusivas ao Dia do Servidor Público do exercício de 2026 e dá outras providências.

Zenir Dos Santos Oliveira, Prefeito Municipal em exercício de Itaara, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 106, incisos V e VI, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei Municipal nº 200, de 14 de setembro de 1999,

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal nº 200/1999, que disciplina a instituição de ponto facultativo nas repartições públicas do Município;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa e o interesse público em otimizar a prestação dos serviços públicos e a jornada de trabalho semanal, sem prejuízo à continuidade do atendimento essencial à população;

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido, no exercício de 2026, o ponto facultativo relativo às comemorações do Dia do Servidor Público (originalmente fixado para o dia 28 de outubro de 2026, quarta-feira) para o dia 23 de outubro de 2026 (sexta-feira).

Art. 2º Em razão do disposto no art. 1º:
I – Não haverá expediente nas repartições públicas municipais no dia 23 de outubro de 2026 (sexta-feira), excetuados os serviços considerados essenciais;
II – Haverá expediente normal em todas as repartições públicas do Município no dia 28 de outubro de 2026 (quarta-feira).

Art. 3º O disposto neste Decreto não se aplica aos serviços públicos essenciais e aos setores cujas atividades não possam sofrer descontinuidade ou interrupção, cabendo aos titulares das respectivas Secretarias Municipais a definição de escalas de plantão e o regular funcionamento dessas unidades.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaara, aos 16 dias do mês de outubro do ano de 2026.

ZENIR DOS SANTOS OLIVEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE EM _____/_____/2026.

ONOIR SILVEIRA FIALHO
Secretário de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Adriams Victor Hostym
Código Identificador:410AA565

GABINETE DO PREFEITO
I TERMO ADITIVO DO CONTRATO 51/2026

Processo nº 237/2026
Dispensa por Limite nº 129/2026
Processo Administrativo nº 2.578/2026

Pelo presente instrumento de Aditamento Contratual, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAARA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na Av. Guilherme Kurtz, 1065, inscrita no CNPJ sob nº 01.605.306/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. Zenir dos Santos Oliveira, doravante denominada CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa E.L.A CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 48.905.846/0001-05, com sede na Avenida Cândido Luz de Oliveira, nº 343, Sala 203, Cohab C, Gravataí/RS, CEP 94.030-001, e-mail: `elaconstrutoraa4@gmail.com`, neste ato representada por seu sócio-administrador, Sr. Felipe Arlindo Hermann, doravante denominada CONTRATADA, com amparo na Lei n° 14.133/21, resolvem de comum acordo aditar o contrato nº 14/2025, firmado em 10 de abril de 2025, referente ao Processo nº 237/2026, Dispensa por Limite nº 129/2026, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – Do Prazo
Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, a vigência do Contrato 51/2026, devido à complexidade na substituição de esquadrias e toldos, pela necessidade de contratação de terceiros, pelo prazo de aquisição dos vidros temperados e pelas condições climáticas adversas, visando garantir a qualidade e o perfeito acabamento da obra, conforme justificativa apresentada pela Contratada, com fundamento no Artigo 111 da Lei 14.133/2021.

Cláusula Segunda– Das Disposições Gerais
As demais cláusulas permanecem inalteradas.
E, por estarem assim ajustados, firmam o presente termo Aditivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaara, aos 15 dias do mês de outubro de 2026.

Este Aditivo encontra-se examinado e aprovado por esta Procuradoria.

Em: ____/____/2026.

ZENIR DOS SANTOS OLIVEIRA
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante

E.L.A Construtora LTDA
FELIPE ARLINDO HERMANN
Contratada

Publicado por:
Adriams Victor Hostym
Código Identificador:BB816F5D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE LAGOÃO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO DECRETO 2484 2026 QUE INSTITUI AS DIRETRIZES

MUNICÍPIO DE LAGOÃO – RS
EXTRATO DE DECRETO – DECRETO Nº 2484/2026.
O MUNICÍPIO DE LAGOÃO/RS TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO DECRETO 2484/2026 QUE INSTITUI AS DIRETRIZES PARA OS PARÂMETROS DE QUALIDADE E

EQUIDADE E A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE LAGOÃO -RS.

Lagoão, 16 de Outubro de 2026.

NELIO FORNARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiani de Camargo
Código Identificador:2C71F162

GABINETE DO PREFEITO
PUBLICAÇÃO DO CONTRATO 118/2025

TERMO DE PUBLICAÇÃO CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 118/2025
PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
Contratante: NM INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA, CNPJ sob nº 24.735.598/0001-25
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 017/2025

Objeto: Aquisição de 1 (uma)Roçadeira Hidráulica articulada, fabricação Nacional, nova para acoplamento à tratores agrícolas com cabine fechada, com sistemas hidráulicos de 03 pontos com acionamento pela tomada de força, com braço articulado para um alcance lateral de mínimo 2 (dois) metros com comando por joystick na cabine interna do trator, conjunto de corte mínimo 1,5 m de largura, com capa de proteção, com capacidade de cortes no plano horizontal, vertical, em aclives e declives

Data Contrato: 01/10/2025

Lagoão, 16 de Outubro de 2026.

NELIO FORNARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiani de Camargo
Código Identificador:76FCC72F

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 237/2026

ATO CONCESSOR DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS

Relatório gerado pelo SAPIEM
Versão: 7.0.16 Data: 15/10/2026 Hora: 11:34

Portaria nº 337/2026

NELIO FORNARI, Prefeito de PM DE LAGOÃO, no uso de suas atribuições legais, **RETIFICA** o ato: Portaria nº 237/2026, e de conformidade com o que estabelece o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, a contar de 25/08/2026, ao servidor **PAULO ROBERTO DOS REIS**, matrícula 39, cargo de Motorista , padrão lll, classe G, regime jurídico estatutário, 40 horas semanais, com proventos mensais integrais no valor de R$ 3.466,29 composto das seguintes vantagens: R$ 1.707,53 (mil e setecentos e sete reais e cinquenta e três centavos), referente ao Vencimento Básico,P3 - Lei Municipal nº 631 de 2006, art. 17; R$ 512,26 (quinhentos e doze reais e vinte e seis centavos),referente a 6 triênios, na razão de 5% cada, totalizando 30% a titulo de Triênios - Lei Municipal nº 61 de 1990, art. 78; R$ 597,64 (quinhentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos), referente à 7 avanço de classe, sendo 5% cada, totalizando 35%), correspondente a Avanço de classe G - Lei Municipal nº 631 de 2006, art. 17;R$ 478,11 (quatrocentos e setenta e oito reais e onze centavos) referente à 14 anuênios na razão de 2% cada, totalizando 28% a titulo de Anuênios- Lei Municipal nº 1140 de 2014, art.67 e R$ 170,75 (cento e setenta reais e setenta e cinco centavos) referente a Gratificação por graduação de 10% - Lei Municipal 1140/2014, art.80 a ser custeada por FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE LAGOÃO - FAZ e seu reajuste será efetivado pela paridade.
A emissão desse novo ato visa corrigir o número da Portaria de concessão que deveria ser 337/2026 e foi digitado 237/2026.

LAGOÃO, 15/10/2026.

NELIO FORNARI
Prefeito de PM De Lagoão

OBS.: Ato sujeito a exame para fins de registro.

Publicado por:
Daiani de Camargo
Código Identificador:38BF6BC4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE MARATÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SÚMULA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA LICITAÇÃO N° 081/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3.037/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARATÁ. **CONTRATADO:** 46.607.436 DIOGO JOSE SCHU. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem completa da frota municipal. **VALOR TOTAL ESTIMADO:** R$ 45.700,00 (quarenta e cinco mil e setecentos reais). **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado. **DATA:** 16/10/2026. **N° ATA:** 018/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARATÁ. **CONTRATADO:** 57.033.143 ANDREIA RODRIGUES PEREIRA. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem completa da frota municipal. **VALOR TOTAL ESTIMADO:** R$ 80.208,00 (oitenta mil, duzentos e oito reais). **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado. **DATA:** 16/10/2026. **N° ATA:** 019/2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Gabinete - 209020
Conselho Tutelar - 218015
Educação - 558019
Turismo - 606005
Saúde – 714010
Saúde (bombeiros) – 729003
Obras (carros) - 807003
Obras (máquinas e caminhões) - 821007
Agricultura (carros) - 910026
Agricultura (máquinas e caminhões) - 947002
Assistência Social - 110903

GISELE ADRIANA SCHNEIDER -
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jéssica Maria Kremer
Código Identificador:38170A85

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE MARIANA PIMENTEL

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N° 47/2026 E CONTRATO N° 206/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE MARIANA PIMENTEL e MOLLER CURSOS & TREINAMENTOS LTDA (CNPJ07.431.756/0001-34)

OBJETO: Contratação de empresa especializada para ministrar capacitação ao Conselho Municipal de Assistência Social sobre a gestão do Fundo Municipal de Assistência Social, em dois encontros presenciais de 07 (sete) horas cada, totalizando 14 (quatorze) horas.

AMPARO LEGAL: Art. 74, inciso III, alínea "f" da Lei nº 14.133/2021
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias
VALOR: R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)
DATA: 16/10/2026

Publicado por:
Juliana Ziulkoski Domingues
Código Identificador:76D447C8

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE MARIANO MORO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANO MORO
AVISO DE EDITAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 998/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA CAPEAMENTO ASFÁLTICO COM CBUQ E SINALIZAÇÃO VIÁRIA PARA AS RUAS MARIA CHIAPETTI E MIGUEL ROSSAROLLA E PARTE DA RUA VALENTIN BIAZUSSI, DE ACORDO COM O CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, COM A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO CONTRATO DE REPASSE N° 998070/2026/MCIDADES/CAIXA E RECURSOS PRÓPRIOS.

DATA DA ABERTURA DA LICITAÇÃO: 09/11/26 ÁS 08:30 HORAS

EDITAL E INFORMAÇÕES: junto a Prefeitura Municipal pelo fone (54) 3083-5069, pelo e-mail: licita@marianomoro.rs.gov.br ou junto aos sites: marianomoro.com.br, portaldecompraspublicas.com.br

Mariano Moro/RS, 16 de Outubro de 2026.

VALDECIR MARIANO PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Suzin
Código Identificador:911825C8

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE NOVA CANDELÁRIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PUBLICAÇÕES LEGAIS

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

EXTRATO DO EDITAL Nº 823/2026 – HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO – CARGOS COM PROVA DE TÍTULOS

O Município de Nova Candelária/RS, torna público, por este Extrato, a Homologação do Resultado Final do Concurso Público nº 01/2026 para os cargos com Prova de Títulos, em conformidade com o respectivo Edital de Abertura e suas alterações.

O Edital de Homologação do Resultado Final, contendo as classificações das pessoas candidatas, está disponibilizado, na íntegra, no site da FUNDATEC www.fundatec.org.br.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANDELÁRIA, 19 DE OUTUBRO DE 2026.

ARI EDMUNDO ROEHRS -
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

SANDRA INÊS MAJOLO HECK -
Sec. de Adm., Planej. e Finanças

Publicado por:
Marcio Cristiano Feyh
Código Identificador:F3C77332

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO

PREFEITURA DE PAULO BENTO
PROCESSO LICITATÓRIO 289/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N° 289/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 157/2026

O Município de Paulo Bento/RS, torna público a DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 157/2026, em favor da empresa INGÁ VEÍCULOS, inscrito no CNPJ sob o nº 01.994.951/0018-34. Objeto: Material e serviço de manutenção em veículo caminhão placa JCL 9J38. Valor total de R$ 10.400,00 (Dez Mil e Quatrocentos Reais).
Fundamentação legal: Art.75, §7º da Lei nº. 14.133/2021, **e suas alterações.**

Paulo Bento/RS, 16 de outubro de 2026.

EVANDRO BARATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Igor Felipe Woidilla
Código Identificador:360E2AF1

PREFEITURA DE PAULO BENTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 288 /2026 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 22 /2026

OBJETO: Aquisição de duas carretas agrícolas metálicas e de um distribuidor de esterco líquido, equipamentos destinados ao apoio das atividades e dos serviços desenvolvidos pela Secretaria Municipal da Agricultura. Especificações no ETP, Termo de Referência e Edital.

DATA DA ABERTURA DA LICITAÇÃO: 13 de novembro de 2026, às 14h00min.

EDITAL E INFORMAÇÕES: junto a Prefeitura Municipal ou no site https://www.paulobento.rs.gov.br.

Paulo Bento, RS, 16 de outubro de 2026.

EVANDRO BARATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tainara Fernanda Lara Fernandes de Oliveira
Código Identificador:7440411E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PELOTAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS
RESULTADO DO AVISO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO Nº 122/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 94/2026
PROCESSO N.º 119/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, no âmbito do Processo Administrativo nº 122/2026, Memorando nº 170/2026 da Direção-Geral, que tem por objeto a contratação de empresa para a confecção e instalação de perfurite e insulfilm destinados à Procuradoria Especial das Mulheres, na sede da Câmara Municipal de Pelotas, não se vislumbra óbice jurídico para a contratação da empresa THIAGO PEREIRA STAFFORD MARQUES, inscrita no CNPJ nº 27.276.598/0001-00, no valor total de R$ 701,00 (setecentos e um reais).

Pelotas, 16 de outubro de 2026.

MICHEL FERREIRA ESCALANTE
Presidente da Câmara Municipal de Pelotas

Publicado por:
Letícia Silva Moreira
Código Identificador:D7519678

CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS
RESULTADO DO AVISO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO Nº 82/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 95/2026
PROCESSO N.º 130/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, no âmbito do Processo Administrativo nº 130/2026, Memorando nº 105/2026 da Direção-Geral, que tem por objeto a aquisição de 30 (trinta) impressoras multifuncionais laser monocromáticas automáticas, destinadas ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais da Câmara Municipal de Pelotas, não se vislumbra óbice jurídico para a contratação da empresa AUGUSTO TORRES NEDEL, inscrita no CNPJ nº 07.155.217/0001-10, no valor total de R$ 54.870,00 (cinquenta e quatro mil oitocentos e setenta reais).

Pelotas, 16 de outubro de 2026.

MICHEL FERREIRA ESCALANTE
Presidente da Câmara Municipal de Pelotas

Publicado por:
Letícia Silva Moreira
Código Identificador:53D16A2E

COMPANHIA DE INFORMÁTICA DE PELOTAS
PORTARIA ADMINISTRATIVA N.º 010-16/10/2026

A Direção da **COMPANHIA DE INFORMÁTICA DE PELOTAS - COINPEL**, neste instrumento representada pela sua Diretora-Presidente, Srª**. MARLISE SINIGAGLIA,** por força de disposição estatutária e regimental, no uso de suas atribuições legais,

Considerando

a necessidade de nomear a Comissão Organizadora do evento **HACKAPEL**, realizado em 12 e 13 de dezembro de 2026, pela parceria firmada entre Prefeitura Municipal de Pelotas, através da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, Universidade Federal de Pelotas - UFPel e Companhia de Informática de Pelotas - COINPEL

decide:

I - tornar pública a nomeação da Comissão organizadora do evento:

Marlise Sinigaglia
Diretora-Presidente da Coinpel

Nataniel da Silva Vieira
Diretor Administrativo-Financeiro

Cristina Lopes Farinha
Agente Administrativa

Salvador Mandagará Martins
Secretário do Planejamento e Gestão de Pelotas

Leomar Soares da Rosa Junior
Professor Titular da UFPel

Tiago Thompsen Primo
Professor Adjunto

Felipe de Souza Marques
Coordenador do Escritório de Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo
Coordenador da Incubadora de Base Tecnológica Conectar

Esta portaria tem efeitos a partir desta data e sua validade estende-se até a entrega/publicação da prestação de contas final do evento, bem como posteriormente em se considerando o viés legal frente aos agentes fiscalizadores.

Cumpra-se.

Pelotas/RS, 16 de outubro de 2026.

Gabinete da Diretora-Presidente.

MARLISE SINIGAGLIA
Diretora-Presidente

Publicado por:
Cristina Lopes Farinha
Código Identificador:9DD6EC70

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 7.612, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui o Trilha do Pessegueiro no Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Município de Pelotas, e dá outras providências.

O Prefeito de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei.

Art. 1º Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Município de Pelotas o Trilha do Pessegueiro, a ser realizado anualmente no terceiro final de semana do mês de julho.

Art. 2º O evento de motociclismo off-road, fundado pelo Grupo de Trilheiros Lentos e Barulhentos, tem como objetivos:

I – fomentar o turismo rural, ecológico e esportivo no município de Pelotas;

II – promover a integração familiar por meio de modalidades inclusivas, como a Trilha das Patroas e a Trilha Kids;

III – valorizar a identidade histórica, cultural e econômica da zona rural de Pelotas, em especial as regiões produtoras de pêssego.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 15 de outubro de 2026.

FERNANDO MARRONI
Prefeito

Registre-se. Publique-se.

CAIRO EZEQUIEL MAYER
Secretário de Governo em Exercício

Publicado por:
Lúcia Badia Maciel
Código Identificador:CC57F54C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA - DE 024
REPUBLICADO III / 2026 SSUI

O Município de Pelotas, através do Departamento de Compras Governamentais da SMA, torna público que realizará dispensa eletrônica:

DE Nº 024 REPUBLICADO III / 2026 – SSUI, Contratação de empresa para atualização de projeto básico de limpeza urbana e rural de Pelotas/RS. Data de Abertura: 09h do dia 29/10/2026.

Outras informações poderão ser obtidas no D.C.G., e-mail: licitacaopmpelotas@gmail.com ou no site www.portaldecompraspublicas.com.br e www.pelotas.com.br

Pelotas, 16 de outubro de 2026.

GISLAINE DUARTE RODRIGUES
Diretora do Departamento de Compras Governamentais

Publicado por:
Helena Timm Mulling
Código Identificador:C46C9351

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - RPE 090/2026 SME E OUTROS

O Município de Pelotas, através do Departamento de Compras Governamentais da SMA, torna público que realizará licitação na modalidade de pregão eletrônico registro de preços:

RPE Nº 090/2026 – SME E OUTROS, AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO V. Data de Abertura: 10h do dia 29/10/2026.
Outras informações poderão ser obtidas no D.C.G., e-mail: licitacaopmpelotas@gmail.com ou no site www.portaldecompraspublicas.com.br e www.pelotas.com.br.

Pelotas, 16 de outubro de 2026.

GISLAINE DUARTE RODRIGUES
Diretora do Departamento de Compras Governamentais

Publicado por:
Helena Timm Mulling
Código Identificador:1707C03C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETOMADA DE SESSÃO DO PE 114/2026 SSUI

O Município de Pelotas, através do Departamento de Compras Governamentais da SMA, torna público que **retomará** a sessão pública da licitação na modalidade de pregão:
PE Nº 114/2026 – SSUI–SSP-SMS, Aquisição de Saibro Britado. Data**: 9h do dia 19/10/2026**.

Outras informações poderão ser obtidas no site www.portaldecompraspublicas.com.br

Pelotas, 16 de outubro de 2026.

GISLAINE DUARTE RODRIGUES
Diretora do Departamento de Compras Governamentais
Secretaria Municipal de Administração
Prefeitura de Pelotas - RS

Publicado por:
Gislaine Duarte Rodrigues
Código Identificador:35ECF86B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº118/2026 SMS

O Município de Pelotas, através do Departamento de Compras Governamentais da SMA, torna-se público ERRATA do aviso de licitação pregão eletrônico 118/2026- SMS, publicada na edição do dia 16/10/2026, EDIÇÃO 4437, no título da matéria.

ONDE LÊ-SE: AVISO DE LICITAÇÃO - PE 118/2025 SMS
LEIA-SE: AVISO DE LICITAÇÃO - PE Nº118/2026 SMS

Outras Informações poderão ser obtidas no D.C.G., através do e-mail licitacaopmpelotas@gmail.com ou no site: www.portaldecompraspublicas.com.br e www.pelotas.com.br.

Pelotas, 16 de outubro de 2026.

GISLAINE DUARTE RODRIGUES
Diretora do Departamento de Compras Governamentais.

Publicado por:
Helena Timm Mulling
Código Identificador:124CAC0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE AVISO DE LICITAÇÃO RPE Nº113/2026 SAS E OUTROS

O Município de Pelotas, através do Departamento de Compras Governamentais da SMA, torna-se público ERRATA do aviso de licitação registro de preços 113/2026- SAS e OUTROS, publicada na edição do dia 16/10/2026, EDIÇÃO 4437, no título da matéria.

ONDE LÊ-SE: AVISO DE LICITAÇÃO - RPE 113/2025 SAS E OUTROS
LEIA-SE: AVISO DE LICITAÇÃO - RPE Nº113/2026 SAS E OUTROS

Outras Informações poderão ser obtidas no D.C.G., através do e-mail licitacaopmpelotas@gmail.com ou no site: www.portaldecompraspublicas.com.br e www.pelotas.com.br.

Pelotas, 16 de outubro de 2026.

GISLAINE DUARTE RODRIGUES
Diretora do Departamento de Compras Governamentais.

Publicado por:
Helena Timm Mulling
Código Identificador:9CA23014

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL N.º 561 - CONVOCAÇÃO DE ESTUDANTES - ENSINO SUPERIOR - CIEE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PELOTAS
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
SETOR DE ADMISSÃO DE PESSOAL

EDITAL N.º 561/2026

CONVOCAÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE APOIO AOS ESTUDANTES (PAE) – ENSINO SUPERIOR

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2026 – EDITAL DE ABERTURA N.º 416/2026

O **MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público, cadastrada sob o CNPJ n.º 87.455.531/0001-57, com sede à Praça Coronel Pedro Osório, n.º 101, representado pelo Prefeito Municipal, sr. Fernando Stephan Marroni, por meio da **Secretaria de Recursos Humanos**, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Federal n.° 11.788, de 25 de setembro de 2008 e Decreto Municipal n.º 6.200, de 31 de julho de 2019, **CONVOCA** os estagiários abaixo, do **PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO**, realizado em conjunto com o Centro de Integração Empresa Escola – CIEE/RS.

CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO N.º 001/2026

CURSO SUPERIOR EM MUSEOLOGIA
CLASSIFICAÇÃO GERAL
02º JUSSARA GILL SINOTI

Os estagiários **deverão encaminhar a documentação abaixo relacionada** para o e-mail pelotas@cieers.org.br ou comparecer no Centro de Integração Empresa Escola – CIEE/Pelotas, sito à Rua Gonçalves Chaves, n.º 756, Centro, Pelotas/RS, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17:30h, **portando os seguintes documentos** em **originais e cópias**: documento de identidade com foto (expedida por autoridade civil ou militar), CPF, 01 (uma) foto atualizada tamanho 3x4, comprovante de residência, comprovante de matrícula ou frequência da instituição de ensino, histórico escolar atualizado, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação constando, de forma clara e inequívoca, o total da carga horária exigida para conclusão do curso e o total da carga horária já cursada, para nível superior. Na sua impossibilidade, deverá ser apresentada declaração da instituição com as informações e outros documentos que o CIEE-RS ou o Município de Pelotas entender pertinentes. O prazo para exercer o direito de ingressar no Programa de Apoio ao Estudante-PAE, conforme subitem 12.3 do Edital de Abertura 045/2025, será de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de publicação deste Edital.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pelotas, 19 de outubro de 2026

RENATA DE VARGAS RIBEIRO
Diretora de Recursos Humanos

CARLA DA SILVA CASSAIS
Secretária de Recursos Humanos

Publicado por:
Andrea Gomes Viana
Código Identificador:4752D1B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO N. 024/2026 AO CA 087/2021 - HEP

O Município de Pelotas-RS torna público o 24° Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 87/2021, firmado entre o Município de Pelotas e o Hospital Espírita de Pelotas – HEP, de comum acordo, em 16 de outubro de 2026, que reger-se-á pelas normas gerais da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, mediante as cláusulas e condições previstas, cujo o objeto alterar os valores do Programa ASSISTIR/RS, do Contrato Administrativo n.º 087/2021, nos termos da PORTARIA SES N.º 433/2026.

FERNANDO STEPHAN MARRONI
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.

ANGELA MOREIRA VITÓRIA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Katherin de Almeida Medeiros
Código Identificador:CC954414

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

A Secretaria Municipal de Turismo de Pelotas (SETUR), em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.019/2014, torna pública a inexigibilidade de chamamento público para a celebração de parceria entre o MUNICÍPIO DE PELOTAS e o GRUPO ASSOCIATIVO DE EMPREENDEDORES DE TURISMO RURAL DE PELOTAS (GASSETUR), organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ sob o nº 53.697.881/0001-08, mediante Termo de Fomento nº 04/2026, com fundamento nos arts. 31 e 32 da referida Lei, considerando a inviabilidade de competição em razão da especificidade do objeto e da singularidade de atuação da entidade no desenvolvimento e fortalecimento do turismo rural no Município.

A parceria tem por objeto a realização do 1º Festival de Turismo Rural, previsto para o dia 15 de novembro de 2026, na Casa Gruppelli, localizada na Estrada Colônia Municipal, no 7º Distrito (Quilombo), em Pelotas/RS, com repasse de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), provenientes de recursos próprios do Município.

Fonte de pagamento: Unidade Orçamentária 251 – SETUR; Projeto/Atividade: 23.695.0108.2217.00 - Divulgação e Promoção de Pelotas; Classificação de Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Fonte 1500.

Os esclarecimentos referentes ao procedimento poderão ser obtidos pelo e-mail pelotasturismo@gmail.com.

Pelotas, 16 de outubro de 2026.

JADER PRESTES,
Secretário Municipal de Turismo.

Publicado por:
Francine da Silva Domingues
Código Identificador:705731E3

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS
REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 32/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas – SANEP comunica a REABERTURA do Pregão Eletrônico abaixo relacionado, conforme segue:

PREGÃO ELETRÔNICO nº 32/2026: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviço terceirizado de apoio operacional ao Departamento de Água, destinado à execução de reparos de vazamentos nas redes de abastecimento de água, compreendendo o fornecimento de mão de obra, equipamentos, ferramentas, veículos e materiais necessários à adequada execução dos serviços, visando atender às demandas operacionais da Autarquia.**
MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Menor Preço
LOCAL, DATA E HORÁRIO: Às 10h00 do dia 03/11/26 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

Pelotas, 16 de outubro de 2026.

TAMIRIS DA CONCEIÇÃO CAFUMANA COELHO
Pregoeira do SANEP

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:F16160C5

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 427, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE LUCENA/RS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO que foram concedidas férias a servidora **SIMONE WEBER SCHMITT**, nos termos da Portaria 481/2025;

CONSIDERANDO que a servidora **SIMONE WEBER SCHMITT** conta com um saldo de 06 (seis) dias de férias a ser usufruído posteriormente, conforme disposto na Portaria nº 020/2026;

RESOLVE:

DETERMINAR que a servidora **SIMONE WEBER SCHMITT**, matrícula nº 928, usufrua o período de férias ao qual faz jus a contar de 26 de outubro de 2026, devendo retornar às suas atividades em 03 de novembro de 2026.

Registre-se. Publique-se.

Presidente Lucena, 16 de outubro de 2026.

LUIZ JOSÉ SPANIOL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucineia Gubert
Código Identificador:60A7EC71

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SÚMULAS DE 13/10/2026 A 16/10/2026

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA, Estado do Rio Grande do Sul, nos usos das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **TORNA PÚBLICO** para fins de cumprimento do disposto no Art. 94 da Lei nº 14.133/2021 com as alterações posteriores, que o Município de Presidente Lucena/RS, firmou os seguintes contratos e/ou aditivos contratuais no **período de 13 de outubro de 2026 a 16 de outubro de 2026:**

CONTRATOS

CONTRATO Nº: 174/2026 **CONTRATADA:** RELIPPI COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA FESTAS LTDA. **CNPJ Nº**: 07.980.125/0001-74 **OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SHOW PIROTÉCNICO PARA O EVENTO "VIRADA DO ANO", NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2026, NO PARQUE MUNICIPAL EGON GEWEHR. **VALOR:** R$27.970,00 **PRAZO:** 90 DIAS **GESTOR:** LUIZ JOSÉ SPANIOL **FISCAL:** JOEL LUIS METZ **ORIGEM**: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO **PROCESSO LICITATÓRIO Nº:** 105/2026 **MODALIDADE**: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 689/2026 **DATA**: 15/10/2026 **CONTRATANTE**: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA **CNPJ Nº**: 94.707.494/0001-92.

CONTRATO Nº: 175/2026 **CONTRATADA:** JOSEANE TERESA LIESSEM **CNPJ Nº**: 47.348.953/0001-09 **OBJETO**: CONTRATAÇÃO DA BANDA SAX BANDA SHOW PARA INTEGRAR A PROGRAMAÇÃO DA 2ª DEUTSCHESFEST. **VALOR:** R$7.500,00 **PRAZO:** 30 DIAS **GESTOR:** LUIZ JOSÉ SPANIOL **FISCAL:** JOEL LUIS METZ **ORIGEM**: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO **PROCESSO LICITATÓRIO Nº:** 118/2026 **MODALIDADE**: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 688/2026 **DATA**: 15/10/2026 **CONTRATANTE**: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA **CNPJ Nº**: 94.707.494/0001-92.

CONTRATO Nº: 176/2026 **CONTRATADA:** MIAMI INDUSTRIA DE ESQUADRIAS E TELAS LTDA. **CNPJ Nº**: 03.632.591/0001-08 **OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TELAS MOSQUITEIRAS PARA A COZINHA E O REFEITÓRIO DA EMEF FELIPE ODY **VALOR:** R$9.290,00 **PRAZO:** 60 DIAS **GESTOR:** MARLI ELAINE SCHMITT **FISCAL:** MARIANA FERREIRA JARDIM **ORIGEM**: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO **PROCESSO LICITATÓRIO Nº:** 119/2026 **MODALIDADE**: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 690/2026 **DATA**: 15/10/2026 **CONTRATANTE**: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA **CNPJ Nº**: 94.707.494/0001-92.

TERMOS DE CONVÊNIO

NADA CONSTA.

TERMOS DE FOMENTO

NADA CONSTA.

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

NADA CONSTA.

TERMO DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE BEM PÚBLICO

TERMO DE CONCESSÃO ONEROSA DE BEM PÚBLICO Nº: 002/2026 **CONCESSIONÁRIA:** RED PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA. **CNPJ Nº**: 53.611.312/0001-06 **OBJETO** CONCESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DA COZINHA E DO VINDOURO CENTRO DE EVENTOS, LOCALIZADOS NO PARQUE MUNICIPAL EGON GEWEHR **VALOR:** R$48.000,00 **PRAZO:** 12 MESES **GESTOR DO CONTRATO:** MARLI ELAINE SCHMITT **FISCAL DO CONTRATO:** LUCAS GARBIEL ZUZE DHEIN **ORIGEM**: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO **PROCESSO LICITATÓRIO Nº:** 102/2026 **MODALIDADE**: CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 014/2026 **DATA**: 16/10/2026 **CONCEDENTE**: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA **CNPJ Nº**: 94.707.494/0001-92.

TERMOS ADITIVOS AOS CONTRATOS
MAJORAÇÃO
SUPRESSÃO
PRAZO

TERMO ADITIVO: 001 **CONTRATO Nº**: 121/2026 **CONTRATADO:** LC EVENTOS ESPORTIVOS LTDA. **CNPJ Nº**: 64.734.491/0001-87 **OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DESTINADOS À REALIZAÇÃO DOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS DE FUTSAL, CONTEMPLANDO DIFERENTES MODALIDADES DA COMPETIÇÃO. **MAJORAÇÃO**: R$5.345,00 **ORIGEM**: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO **PROCESSO LICITATÓRIO Nº:** 061/2026 **MODALIDADE DE LICITAÇÃO**: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 394/2026 **DATA**: 13/10/2026 **CONTRATANTE**: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA **CNPJ Nº**: 94.707.494/0001-92.

TERMO ADITIVO: 013 **CONTRATO Nº**: 147/2023 **CONTRATADO:** NATHALIE DE OLIVEIRA LUNARDI **CNPJ Nº**: 47.725.716/0001-10 **OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EFICIENTIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA **PRAZO**: 20/01/2027 **ORIGEM**: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS **PROCESSO LICITATÓRIO Nº:** 096/2023 **MODALIDADE DE LICITAÇÃO**: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 037/2023 **DATA**: 13/10/2026 **CONTRATANTE**: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA **CNPJ Nº**: 94.707.494/0001-92.

TERMO ADITIVO: 001 **CONTRATO Nº**: 070/2026 **CONTRATADO:** CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. **CNPJ Nº**: 03.652.030/0001-70 **OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS **SUPRESSÃO**: R$284,63 **ORIGEM**: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL **PROCESSO LICITATÓRIO Nº:** 027/2026

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL Nº 015/2026 **DATA**: 15/10/2026 **CONTRATANTE**: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA **CNPJ Nº**: 94.707.494/0001-92.

TERMO ADITIVO: 003 **CONTRATO Nº**: 222/2026 **CONTRATADO:** PAUSE & PERIN – ADVOGADOS ASSOCIADOS **CNPJ Nº**: 92.885.888/0001-05 **OBJETO**: ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL QUE TRATA SOBRE A CARREIRA DO MAGISTÉRIO (ESPECIALMENTE O PLANO DE CARREIRA RESPECTIVO) COM INDICAÇÃO DAS ALTERNATIVAS JURIDICAMENTE VIÁVEIS PARA REFORMULAÇÃO DESSAS NORMAS **PRAZO**: 28/11/2026 **ORIGEM**: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO **PROCESSO LICITATÓRIO Nº:** 089/2025 **MODALIDADE DE LICITAÇÃO**: INEXIGIBILIDADE Nº 005/2025 **DATA**: 16/10/2026 **CONTRATANTE**: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA **CNPJ Nº**: 94.707.494/0001-92.

TERMOS ADITIVOS AOS TERMOS DE CONVÊNIO

NADA CONSTA.

TERMOS ADITIVOS AS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

NADA CONSTA.

TERMOS ADITIVOS AOS TERMOS DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE BEM PÚBLICO

NADA CONSTA.

Publicado por:
Lucineia Gubert
Código Identificador:D4D30353

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PROTÁSIO ALVES

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - MUNICÍPIO DE PROTÁSIO ALVES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 017/2026

O Prefeito Municipal de PROTÁSIO ALVES - RS comunica a todos os interessados que o Edital do Pregão Eletrônico nº 017/2026 foi retificado, com alteração da data de realização da sessão pública e atualização da planilha orçamentária. A íntegra do Edital Retificado e seus anexos encontra-se disponível no Portal de Compras Públicas, no site www.protasioalves.rs.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. http://www.protasioalves.rs.gov.br/; https://pncp.gov.br/app/editais; https://www.portaldecompraspublicas.com.br/

Protásio Alves, 16 de outubro de 2026

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:225C6F97

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 22.971 DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

DEFINE ATRIBUIÇÕES E NOMEIA MEMBROS DA COORDENAÇÃO MUNICIPAL DO PROJETO ORLA (CMPO).

O Decreto acima está afixado na íntegra no saguão do prédio da Prefeitura Municipal, na Rua General Neto n° 34.

Rio Grande, 16 de outubro de 2026

DARLENE TORRADA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Cristina Matos Amorim
Código Identificador:6C97AFB5

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 219/2026 – SMS – Aquisição de Medicamentos, conforme termo de referência. Abertura: 23/10/2026, às 9h. O EDITAL está disponível em https://grp.riogrande.rs.gov.br/transparencia/prefeitura/#/consultaLicitacao, https://bll.org.br/ e PNCP.

Publicado por:
Geovani Moreira de Lima
Código Identificador:11EF2F8F

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABETURA DE DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 220/2026 - SMED - Aquisição de Pneus para os Núcleos Administrativos da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes no Termo de Referência. Abertura: 22/10/2026, às 08:300hs. O EDITAL está disponível em https://grp.riogrande.rs.gov.br/transparencia/prefeitura/#/, https://bll.org.br/ e PNCP.

Publicado por:
Maria Helena Rodrigues Gomes
Código Identificador:69ADD34E

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PE 89/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PE 89/2026

Processo Administrativo nº 17266/2026
Pregão Eletrônico nº 89/2026

Objeto: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de aquisição de material de consumo – material de laboratório e
testes laboratorial, especificados nos itens 2,3,5,6,7,14,20,27,28,34 e 35. Conforme Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão Eletrônico 89/2026

Ata de Registro de Preços nº 462/2026 – SMS
Fornecedor: GABRIEL LEITZKE GOTUZZO
CNPJ: 14.804.690/0001-46
Valor Total: R$ 2.245,55 (Dois mil, duzentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos)
Itens: 2,3,5,6 e7

Ata de Registro de Preços nº 463/2026 – SMS
Fornecedor: BIV- BRASIL IN VITRO DIAGNÓSTICA LTDA
CNPJ: 63.487.285/0001-57
Valor Total: R$ 6.271,00 (Seis mil, duzentos e setenta e um reais)
Itens: 14,28.

Ata de Registro de Preços nº 464/2026 – SMS
Fornecedor: MATLAB PRODUTOS LABORATORIAIS E HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 02.478.251/0001-01
Valor Total: R$ 90.120,00 (Noventa mil, cento e vinte reais).
Itens: 20,27 e 34.

Ata de Registro de Preços nº 465/2026 – SMS
Fornecedor: MNX ETIQUETAS E SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA
CNPJ: 62.517.257/0001-72
Valor Total: R$ 2.644,00 (Dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais).
Itens: 35.

Publicado por:
Eliziane de Jesus Madruga da Silva
Código Identificador:6C540AD3

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 418/2026

Processo Administrativo nº 42035/2025 – Contrato nº 418/2026,assinado em 02/10/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Grande, signatário: Secretário Municipal Dirceu Silva Lopes (SMSU).
Contratado: ATAGON GEOINFORMAÇÃO, PROJETOS E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA CNPJ: 38.625.577/0001-61
Representante Legal, Sr(a). Luis Fernando da Silva Chaves
Objeto: Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços, para Contratação de empresa especializada em engenharia de tráfego para a elaboração de Estudo de Impacto de Trânsito (EIT), referente à alteração do traçado do "Projeto Rota do Parque" e consequente conversão das Avenidas Rheingantz e Buarque de Macedo para sentido duplo de circulação, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I).
Vigência: 15/10/2026 até 14/12/2026
Valor total: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).
Fundamentação Legal: Dispensa Eletrônica 196/2026, com base na Lei 14.133/2021.

Publicado por:
Carolina Troca Carvalho
Código Identificador:52F0F5B1

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE INDENIZAÇÃO

Processo Administrativo nº 46688/2026, assinado em 15/10/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Grande, signatário: Cleuza Maria Sobral Dias - Secretária de Município da Educação
Contratado: Leonardo Monteiro De Avila CNPJ: 30.138.448/0001-37
Objeto: O presente Termo de Indenização tem por objeto o pagamento referente aos serviços de substituição de 01 poste de concreto padrão Equatorial, 35 metros de cabos de alumínio com neutro isolado 35mm2, 04 conectores de compressão, 02 eletrodutos PVC 2 polegadas, 03 cintas galvanizadas tipo BAP que foram avariados após uma árvore cair sobre a rede elétrica no vendaval do dia 21/09/2026, na EMEI Alcides Barcelos.
Valor total: R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).
Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021.

Publicado por:
Carolina Troca Carvalho
Código Identificador:24187DAF

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO 9 TERMO ADITIVO CONTRATUAL 188/2024

Contrato: nº 188/2024
Termo Aditivo nº. 9

Processo Administrativo nº. 43730/2026 –9Termo Aditivo ao Contrato 188/2024, assinado em14/10/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Grande, signatário: Secretário (a) Municipal Rodrigo da Neves Barreto(SMI). Contratada: TR Engenharia e Construções LTDA.,inscrita no CNPJ sob nº:29.411.971/0001-06.Objeto do termo aditivo:Prorrogação da vigência do contrato original. Fundamentação Legal: Lei 14.133/21

Publicado por:
Raquel Mesck Mendes Leal
Código Identificador:E50EA343

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ROLANTE

SEÇÕES DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 034/2026

Interessado: Secretaria Municipal de Obras e Transportes
Tipo de julgamento: Menor preço por item
Modo de Disputa: ABERTO
Data e Hora da abertura da sessão: 05 de NOVEMBRO de 2026, às 9 horas
Limite para envio das propostas: 08h59min da mesma data.
Site: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/
Referência de tempo: Horário de Brasília.
Objeto da licitação: REGISTRO DE PREÇOS, para serviços de Solda MIG e de torno em máquinas pesadas, tais como patrulha agrícola motorizada, caminhões, motoniveladora, retroescavadeira, escavadeira e tratores.

O Edital e anexos encontram-se disponíveis no site do Município de Rolante/RS, https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, PNCP e, posteriormente, na página do TCE-RS – LicitaCon Cidadão.

Rolante/RS, 16 de outubro de 2026.

ALCEU TREVIZANI DA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danieli Daiana Tadler
Código Identificador:D9F4634D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Município de Santa Cecília do Sul
Estado do Rio grande do Sul
Aviso de Licitação

O Município de Santa Cecília do Sul torna público que realizará o seguinte Processo Licitatório:
Pregão Eletrônico nº 19/2026
Sessão de Disputa: 29 de outubro de 2026, às 09h00min
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de guindaste hidráulico articulado, cesto aéreo homologado para trabalho em altura, e execução de serviços de engenharia mecânica veicular compreendendo o alongamento de chassi, adequação de entre-eixos, instalação e integração total do conjunto no caminhão Mercedes-Benz Atron 2729 K 6x4, pertencente à frota do Município.
Íntegra no site http://www.santaceciliadosul.rs.gov.br e informações adicionais pelo fone 54 3196-8535.

Santa Cecília do Sul - RS, em 16 de outubro de 2026.

LEONARDO PANISSON –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Caroline Piffer
Código Identificador:3E726893

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE ADITIVOS DE PARCERIAS

OSC: Associação Cavalo de Lata (11º). Objeto: prorroga a vigência por 12 (doze) meses. Termo de Colaboração n.° 096/PGM/2022. Processo Administrativo n.° 106/PARCERIAS/2022. Data: 16/10/2026.

Publicado por:
Claiton Bolzan Michelotti
Código Identificador:18EE70C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 12.990, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Altera o Decreto n° 12.915 de 29 de julho de 2026, que "Regulamenta a adoção de Plano de Ação Fiscal, conforme art. 167-A, da Constituição Federal da República Federativa do Brasil".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo artigo 61 da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:
Art. 1º Fica alterada a alínea "s" do inciso I do art. 7º do Decreto nº 12.915, de 29 de julho de 2026, que passa a viger com a seguinte redação:
"Art. 7º […]
I - […]
s) novas contratações temporárias, exceto contratações para a área da saúde, educação e assistência social, mediante justificativa fundamentada e prévia autorização do Comitê de Gestão Orçamentária e Financeira (CGOF) e do Prefeito Municipal;".
Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto nº 12.915, de 29 de julho de 2026.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 13 de outubro de 2026.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUÍS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Sabrina Santos Lima
Código Identificador:28AC9B11

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 41.277, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VIII, do artigo 61, da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO, a Lei Federal n° 6.437 de 20 de agosto de 1977, e Decreto Estadual n° 23.430 de 24 de outubro de 1974,
CONSIDERANDO, as Leis Municipais n° 4.062 de 26 de junho de 2003, e n° 3.963 de 19 de dezembro de 2002;
RESOLVE:
Art. 1º **DESIGNAR**, a contar de 08 de outubro de 2026, as servidoras **KARIANNE TADIEL PACHECO**, matrícula nº 13.745, Arquiteta e **PATRICIA ASSMANN**, matrícula nº 11.809, Arquiteta para atuarem junto ao Departamento de Vigilância e Ações em Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, com poderes para fiscalizar e fazer cumprir a legislação sanitária vigente.
§ 1º No exercício das atribuições previstas no caput deste artigo, compete às servidoras atuar no âmbito da Vigilância Sanitária, especialmente na análise técnica de projetos arquitetônicos e na verificação da conformidade sanitária e das condições físicas e funcionais dos estabelecimentos sujeitos à regulamentação sanitária.
§ 2º Compete às servidoras, no âmbito de suas atuações:
I - proceder à análise técnica de projetos arquitetônicos de estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária, observando a legislação e as normas técnicas vigentes;
II - realizar visitas técnicas e verificações in loco das condições físicas, ambientais e funcionais de estabelecimentos de assistência à saúde e de outras atividades sujeitas à fiscalização da Vigilância Sanitária;
III - avaliar a conformidade das edificações e dos serviços com a legislação sanitária aplicável, no âmbito das ações de fiscalização da Vigilância Sanitária, emitindo pareceres técnicos conclusivos;
IV - elaborar relatórios técnicos, registros e demais documentos pertinentes à sua área de atuação;
V - acompanhar e monitorar as condições dos estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária, contribuindo para a adequada aplicação das normas sanitárias e para a proteção da saúde pública.
Art. 2º **REVOGAR** a Portaria nº 40.356, de 30 de abril de 2026,
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar de 08 de outubro de 2026.

Santa Cruz do Sul,08 de outubro de 2026.

SERGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUIS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Eduardo Morales Wisniewski
Código Identificador:B57C372F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 41.320, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VIII, do artigo 61, da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 782, de 02 de julho de 2025,
RESOLVE:
Art. 1º **DESIGNAR**, a partir de 01 de outubro de 2026, a servidora **ALEXANDRA MARTA SCHMIDT,** matrícula nº 14.832, Enfermeira, para atuar como Enfermeira Responsável Técnica, da Rede de Atenção Básica, da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar de 01 de outubro de 2026.

Santa Cruz do Sul, 15 de outubro de 2026.

SERGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUIS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Eduardo Morales Wisniewski
Código Identificador:D7B0787C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 131/26 – RP Para Futuras Prestações De Serviços De Funilaria e Limpeza de Calhas. DATA: 06/11/26. Recebimento/abertura das propostas: até as 08h15. Início da disputa: às 08h30
Pregão Eletrônico nº 132/2026 – RP limpeza e desinfecção de reservatórios d'água. DATA:06/11/26. Recebimento/abertura das propostas: até as 08h15. Início da disputa: às 08h30. –
Pregão Eletrônico nº 133/26 – RP Uniformes, Batas, E Acessórios Para Uso Individual - DATA: 04/11/26. Recebimento/abertura das propostas: até as 08h15. Início da disputa: às 08h30
Editais nos sites: www.santacruz.rs.gov.br e www.pregaobanrisul.com.br (PE) Inf.: (51) 3120-4200, e-mail: licitacao@santacruz.rs.gov.br.

Publicado por:
Clovis Schwengber
Código Identificador:7890A221

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Informa-se que se encontram registrados e disponíveis para consulta dos interessados no site www.santacruz.rs.gov.br, os seguintes produtos e serviços, com seus respectivos valores:

Pregão Eletrônico n° 042/2025: REGISTRO DE PREÇOS para futuras prestações de serviços de CÓPIAS E IMPRESSÕES GRÁFICAS. Processo Adm. n° 042/CELIC/SEFAZ/2025. Atas assinadas em 24/06/2025. Validade do registro até 22/07/2027. Permanecem os valores publicados no site oficial do Município e no PNCP.

Pregão Eletrônico n° 110/2025: REGISTRO DE PREÇOS para futuras aquisições parceladas de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS. Processo Adm. n° 120/CELIC/SEFAZ/2025. Atas assinadas em 06/02/2026. Validade do registro até 05/02/2027. Ficam cancelados os itens 226 e 227 da Ata de Registro de Preços, firmada com a empresa BIOLOG BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA. Fica cancelado o item 154 da Ata de Registro de Preços, firmada com a empresa MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. Permanecem os valores publicados no site oficial do Município e no PNCP.

Pregão Eletrônico n° 147/2025: REGISTRO DE PREÇOS para futuras aquisições parceladas de MATERIAIS PERMANENTES DIVERSOS (REMANESCENTE). Processo Adm. n° 166/CELIC/SEFAZ/2025. Atas assinadas em 29/01/2026. Validade do registro até 09/10/2026. Permanecem os valores publicados no site oficial do Município e no PNCP.

Pregão Eletrônico n° 036/2026: REGISTRO DE PREÇOS para futuras prestações de SERVIÇOS MÉDICO VETERINÁRIOS. Processo Adm. n° 062/CELIC/SEFAZ/2026. Atas assinadas em 15/06/2026. Validade do registro até 17/06/2027. Permanecem os valores publicados no site oficial do Município e no PNCP.

Pregão Eletrônico n° 049/2026: REGISTRO DE PREÇOS para prestações de serviços de LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS, MESAS, CADEIRAS E GRADIL PARA EVENTOS. Processo Adm. n° 072/CELIC/SEFAZ/2026. Atas assinadas em 15/06/2026. Validade do registro até 14/06/2027. Permanecem os valores publicados no site oficial do Município e no PNCP.

Publicado por:
Matheus Henrique Custódio
Código Identificador:A2A70DEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MOBILIDADE URBANA
DECRETO Nº 12.995, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pelas leis em vigor e em conformidade com o artigo 5º, da Lei nº 10.230, de 19 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º É aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 759.834,44 (setecentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e trinta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), com o objetivo de atender as despesas do orçamento em execução, conforme as dotações a seguir especificadas:

06.01.04.122.0002.2008
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
3.3.90.30.00.00.00.00.1500
MATERIAL DE CONSUMO R$ 5.000,00
0000001 0001-RECURSO LIVRE

10.02.12.122.0002.2377
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ADMINISTRATIVO
3.3.90.39.00.00.00.00.1500
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$ 200.000,00
1001020 0020-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -MDE

10.02.12.122.0002.2377
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ADMINISTRATIVO
3.3.90.40.00.00.00.00.1500
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ECOMUNICAÇÃO – PJ R$ 30.000,00
1001020 0020-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -MDE

10.02.12.122.0002.2377
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ADMINISTRATIVO
3.3.90.47.00.00.00.00.1500
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS R$ 1.000,00
1001020 0020-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -MDE

10.02.12.365.0018.1781
ESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
4.4.90.51.00.00.00.00.1500
OBRAS E INSTALACOES R$ 200.000,00
1001020 0020-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -MDE

10.03.12.361.0016.2579
AVALIAÇÃO DISGNÓSTICA E DE MONITORAMENTO – EMEF
3.3.90.30.00.00.00.00.1540
MATERIAL DE CONSUMO R$ 10.000,00
0000031 0031 - FUNDEB (SOMENTE OS 30%)

10.03.12.361.0016.2673
FUNDEB – APLICAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL – EMEF
3.3.90.30.00.00.00.00.1569
MATERIAL DE CONSUMO R$ 496,05
0000422 ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL-ET

12.01.10.122.0026.2450
MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE APOIO ADMINISTRATIVO
3.3.90.30.00.00.00.00.1500
MATERIAL DE CONSUMO R$ 4.000,00
1002040 0040-ACOES E SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE – ASPS

12.01.10.302.0023.2429
MANUTENÇÃO DE AÇÕES NA ATENÇÃO HOSPITALAR
3.3.90.39.00.00.00.00.1500
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$ 206.000,00
1002040 0040-ACOES E SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE – ASPS

16.01.13.392.0020.2619
FOMENTO A CULTURA E REALIZAÇÃO DE EVENTOS
3.3.90.39.00.00.00.00.1500
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$ 60.030,00
0000001 0001-RECURSO LIVRE

18.01.16.482.0021.0068
AUXÍLIO FINANCEIRO A MORADIA E ESTADIA
3.3.90.92.00.00.00.00.1500

DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES R$ 2.319,39
0000001 0001-RECURSO LIVRE

19.01.15.451.0033.2669
MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ
3.3.90.40.00.00.00.00.1501 R$ 9.864,00
0000001 0001-RECURSO LIVRE

19.02.15.451.0033.1715
MELHORAMENTO E EXPANSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
4.4.90.52.00.00.00.00.1751
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$ 30.650,00
0000337 2905-FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

21.01.18.122.0002.2585
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE BEM-ESTAR ANIMAL
3.3.90.39.00.00.00.00.1500
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$ 475,00
0000001 0001-RECURSO LIVRE

TOTAL R$ 759.834,44

Art. 2º Servirá de recurso para o crédito aberto no artigo 1º deste decreto:

a) a redução das dotações orçamentárias:

05.01.04.121.0002.2007
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MOBILIDADE URBANA
3.3.90.39.00.00.00.00.1500
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$ 60.505,00
0000001 0001-RECURSO LIVRE

06.01.04.122.0017.2599
GESTÃO DA QUALIDADE E EFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO
3.3.90.39.00.00.00.00.1500
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$ 5.000,00

DECRETO Nº 12.995 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026
0000001 0001-RECURSO LIVRE

10.02.12.361.0016.2037
MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - MDE
3.1.90.04.00.00.00.00.1500
CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO R$ 431.000,00
1001020 0020-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -MDE

10.03.12.361.0016.2579
AVALIAÇÃO DISGNÓSTICA E DE MONITORAMENTO – EMEF
3.3.90.39.00.00.00.00.1540
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$ 10.000,00
0000031 0031 - FUNDEB (SOMENTE OS 30%)

12.01.10.302.0023.2431
MANUTENÇÃO DO CENTRO MATERNO INFANTIL – CEMAI
3.3.90.30.00.00.00.00.1500
MATERIAL DE CONSUMO R$ 4.000,00
1002040 0040-ACOES E SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE – ASPS

12.01.10.302.0027.1464
ESTRUTURAÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE
4.4.90.51.00.00.00.00.1500
OBRAS E INSTALACOES R$ 206.000,00
1002040 0040-ACOES E SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE – ASPS

18.01.16.122.0002.2502
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
3.3.90.40.00.00.00.00.1500
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ R$ 1.379,39
0000001 0001-RECURSO LIVRE

18.01.16.482.0021.2624
MANUTENÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE NÚCLEOS HABITACIONAIS
3.3.90.30.00.00.00.00.1500
MATERIAL DE CONSUMO R$ 940,00
0000001 0001-RECURSO LIVRE

19.01.15.451.0033.2669
MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3.3.90.30.00.00.00.00.1501
MATERIAL DE CONSUMO R$ 3.784,10
0000001 0001-RECURSO LIVRE

19.01.15.451.0033.2669
MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3.3.90.33.00.00.00.00.1501
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO R$ 6.079,90
0000001 0001-RECURSO LIVRE

19.02.15.451.0033.2589
MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3.3.90.39.00.00.00.00.1751
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$ 30.650,00
0000337 2905-FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

SUBTOTAL R$ 759.338,39

DECRETO Nº 12.995 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

b) o excesso de arrecadação, conforme demonstrativos em anexos, nas fontes de recursos e montantes:

1569.0000422 - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL- ETI R$ 496,05

SUBTOTAL R$496,05

TOTAL R$ 759.834,44

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, em 15 de outubro de 2026.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUÍS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Samuel Lopes Padilha
Código Identificador:4E846174

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 5859

PORTARIA Nº 5.859/26

DESIGNA FISCAL PARA A EXECUÇÃO DO CONVÊNIO DO PROGRAMA DESASSOREAR.

O Prefeito Municipal de São Domingos do Sul, RS, no uso das atribuições legais e, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora PAMELA HENTZ CAPPELLARI, Responsável Técnica do Município, para atuar como responsável pela gestão e pelo acompanhamento da execução do objeto do convênio referente ao Programa Desassorear, bem como pelo recebimento provisório e definitivo dos serviços executados, a contar de 1º de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de outubro de 2026.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO SUL/RS, 16 de outubro de 2026.

JONAS TIBOLA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em 16/10/2026

RODRIGO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Manoela Nalin Jaroceski
Código Identificador:75B890E1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SINIMBU

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDE, EM TEMPO, FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 12.385, de 16 de outubro de 2026.

CONCEDE, EM TEMPO, FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

WILSON MOLZ, Prefeito Municipal de Sinimbu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, CONCEDE FÉRIAS ao Motorista, **Sr. FELIPE BARBOSA FRANCO MUNIZ**, matrícula 1.840/0, nos dias 10/09/2026 e 11/09/2026, totalizando 02 (dois) dias úteis, pelo motivo de ter sido convocado pela Portaria nº 12.048/2026.

Gabinete do Prefeito, 16 de outubro de 2026.

WILSON MOLZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Henn Maas
Código Identificador:143ED1FE

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO PRELIMINAR EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINIMBU
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº001/2026
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 039/2026
O MUNICÍPIO DE SINIMBU **TORNA PÚBLICA** o Edital Complementar 001/2026, referente ao Edital de Chamamento Público nº 039/2026**, contendo a lista preliminar de selecionados, e abrindo o período reservado para recursos, que será** de **20/10/26 a 22/10/26.** Maiores informações e Edital na íntegra poderão ser obtidos no ***site*** **www.sinimbu.rs.gov.br** e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal.

WILSON MOLZ,
Prefeito Municipal. 19/10/2026.

Publicado por:
Marcelo Henn Maas
Código Identificador:94B4E1DF

SECRETARIA FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Município de Sinimbu-RS. OBJETO: Renovação anual com reajuste pelo IPCA, aquisição de material de expediente. CONTRATADA: J BORELLA & BORELLA LTDA. VALOR TOTAL: 11.068,46. PROCESSO: Pregão Eletrônico nº 038/2024. SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 110/2024. ASSINATURA: 10.10.2026.

CONTRATANTE: Município de Sinimbu-RS. OBJETO: Renovação anual com reajuste pelo IPCA, aquisição de material de expediente. CONTRATADA: DAGEAL COMÉRCIO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA. VALOR TOTAL: 1.192,26. PROCESSO: Pregão Eletrônico nº 038/2024. SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 110/2024. ASSINATURA: 10.10.2026.

CONTRATANTE: Município de Sinimbu-RS. OBJETO: Renovação anual com reajuste pelo IPCA, aquisição de material de expediente. CONTRATADA: GABRIELA TORRES RAUBER GHIGGI EPP. VALOR TOTAL: 6.556,35. PROCESSO: Pregão Eletrônico nº 038/2024. SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 110/2024. ASSINATURA: 10.10.2026.

CONTRATANTE: Município de Sinimbu-RS. OBJETO: Renovação anual com reajuste pelo IPCA, aquisição de material de expediente. CONTRATADA: LALUH COMERCIO DE PAPELARIA E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. VALOR TOTAL: 71.812,95. PROCESSO: Pregão Eletrônico nº 038/2024. SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 110/2024. ASSINATURA: 10.10.2026.

Publicado por:
Rômulo Reckziegel
Código Identificador:903B44C7

SECRETARIA FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Município de Sinimbu-RS. CONTRATADA: Pneulog Comércio de Pneumáticos Ltda. OBJETO: Renovação anual com reajuste pelo IPCA, aquisição de pneus. VALOR TOTAL: 130.827,60. PROCESSO: Pregão Eletrônico nº 037/2024. SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 114/2024. ASSINATURA: 09.10.2026.

Publicado por:
Rômulo Reckziegel
Código Identificador:76FABCC4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE UNISTALDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 41/2026. **AQUISIÇÃO DE NOTEBOOK CORPORATIVO, NOVO, DE PRIMEIRO USO, DESTINADO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS E DEMAIS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNISTALDA/RS**. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS: até as 08:29h do dia 29/10/2026. ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇO: 29/10/2026, às 08:30h. INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: 29/10/2026, às 08:31min. LOCAL: https://www.portaldecompraspublicas.com.br.
Edital:www.unistalda.rs.gov.br.
Informações:licitacao@unistalda.rs.gov.br ou (55) 99613-2414.

Unistalda, RS, 19 de outubro de 2026.

JOSÉ GILNEI MANARA MANZONI –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Francieli de Melo Strazzabosco
Código Identificador:632DD1BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 671, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

TORNA SEM EFEITO A PORTARIA N° 667, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNISTALDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o requerimento de desistência definitiva de nomeação, em anexo,

R E S O L V E

Art. 1° TORNAR SEM EFEITO a Portaria n° 667, de 15 de outubro de 2026, que nomeia **NATALIA ROOS DEPONTI**, classificada em 2° lugar na listagem geral, para cumprimento de estágio probatório no cargo de Psicólogo aprovada no Concurso Público nº 01/2022.

Art. 2 Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CONHECIMENTO AOS INTERESSADOS
REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

UNISTALDA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2026.

JOSÉ GILNEI MANARA MANZONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vandiele Lopes Martins
Código Identificador:C518DA34

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 672, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNISTALDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o que preconiza o artigo 11, inciso II, da Lei Municipal 550/2022, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, resolve:

Art. 1º NOMEAR, a candidata **TAIANY COLPO CORREA**, classificada em 3° lugar na listagem geral, para cumprimento de estágio probatório no cargo de Psicóloga aprovada no Concurso Público nº 01/2022, destinado ao provimento de cargos do Quadro Permanente do Município de Unistalda.

Art. 2º A posse ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da publicação desta Portaria no site da Prefeitura.

Art. 3° É de cinco dias o prazo para a empossada entrar em exercício, contados da data da posse.

DÊ-SE CONHECIMENTO AOS INTERESSADOS.
REGISTRE-SE.
PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

UNISTALDA, 16 DE OUTUBRO DE 2026.

JOSÉ GILNEI MANARA MANZONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vandiele Lopes Martins
Código Identificador:BBCCA1EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 673, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

EXONERA SERVIDORA A PEDIDO

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNISTALDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o que preconiza o art. 36, I, § ú, I, da Lei Municipal Nº 550/2022, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos,

CONSIDERANDO o Protocolo nº 1645.000000294/2026 com requerimento em anexo,

R E S O L V E

Art. 1° EXONERAR a Sra. **JEANE RITA MUNARETO DA ROSA,** Professora Municipal de Anos Finais do Ensino Fundamental - Português/Espanhol, matrícula nº 1463, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a contar do dia 19 de outubro de 2026.

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CONHECIMENTO AOS INTERESSADOS
REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

UNISTALDA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2026.

JOSÉ GILNEI MANARA MAZONI
Prefeito Municipal de Unistalda

Publicado por:
Vandiele Lopes Martins
Código Identificador:58A226AE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VACARIA

GESTÃO E FINANÇAS
EDITAL

EDITAL Nº 693/2026

"Convoca Candidatos nomeados em cargo efetivo."

ANDRÉ LUIZ ROKOSKI, Prefeito Municipal de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e tendo em

vista o Edital 455/2025 de 30 de setembro de 2025, comunica que foram nomeados em caráter efetivo no cargo, através da Portaria nº 1.139/2026, de 16.10.2026, os candidatos abaixo relacionados, os quais ficam convocados através do presente Edital para tomarem posse no cargo no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de sua publicação, sob pena de se constituir em desistência.

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS: LÍNGUA PORTUGUESA

Nome:	Classificação:
Ramon Andrade de Castro	21º
Joindiane do Amaral de Paula Haskel	22º

Registre-se e publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VACARIA, 16 de outubro de 2026.

ANDRÉ LUIZ ROKOSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Borsoi Panisson
Código Identificador:EA7CE6C0

GESTÃO E FINANÇAS
EDITAL

EDITAL Nº 692/2026

"Convoca Candidatos nomeados em cargo efetivo."

ANDRÉ LUIZ ROKOSKI, Prefeito Municipal de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Edital 455/2025 de 30 de setembro de 2025, comunica que foram nomeados em caráter efetivo no cargo, através da Portaria nº 1.138/2026, de 16.10.2026, os candidatos abaixo relacionados, os quais ficam convocados através do presente Edital para tomarem posse no cargo no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de sua publicação, sob pena de se constituir em desistência.

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

Nome:	Classificação:
Stella Marys Oliveira Boeno	145º
Bruno Nunes Antunes	146º

Registre-se e publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VACARIA, 16 de outubro de 2026.

ANDRÉ LUIZ ROKOSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Borsoi Panisson
Código Identificador:FFF58CEC

GESTÃO E FINANÇAS
EDITAL

EDITAL Nº 691/2026

Súmula do 1º Termo Aditivo ao Termo de Fomento nº 12/2026.

ANDRÉ LUIZ ROKOSKI, Prefeito Municipal de Vacaria, no uso de suas atribuições legais, com fundamento legal da Lei 13.019/2014, torna público que foi formalizado do 1º Termo Aditivo ao Termo de Fomento nº 12/2026:

O Município de Vacaria/RS torna pública a celebração do 1º Termo Aditivo ao Termo de Fomento nº 12/2026, referente ao Memorando nº 11.407/2026, oriundo do Protocolo nº 711/2026 e Inexigibilidade nº 12/2026, firmado com a Associação de Automobilismo de Vacaria, inscrita no CNPJ nº 88.732.219/0001-26, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014.

Objeto: alteração da Cláusula 9.2 do Termo de Fomento nº 12/2026, visando à substituição da gestora Vivean Ciotta por Murilo Artur Gonçalves de Queiroz, responsável pelo acompanhamento da parceria destinada a apoiar o Campeonato Gaúcho de Kart em Vacaria/RS.

Valor: R$ 40.000,00 — quarenta mil reais, sem alteração do valor originalmente pactuado.

Vigência: permanece inalterada, com encerramento previsto para 18 de dezembro de 2026.

Registre-se e publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VACARIA, 15 de outubro de 2026.

ANDRÉ LUIZ ROKOSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Borsoi Panisson
Código Identificador:1088D72A

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRETE

CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRETE
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

Nº DO CONTRATO	EMPRESA	OBJETO
Contrato n.º 016/2026 Licitação n.º 014/2026 Proc. Adm. nº 136/2026	Contrato que celebram entre si a Câmara Municipal de Alegrete-RS e a Empresa: Rodoauto Comércio de Pneus (CNPJ: 94.447.882/0010-15).	Contratação de empresa para aquisição de Pneus, substituição de Válvulas e fornecimento dos Serviços de Alinhamento e Balanceamento, para o veículo oficial Fiat Fastback, Placa FCY-2I06, pertencente à Câmara Municipal de Alegrete-RS, conforme condições e especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e seus anexos. Dispensa de Licitação n.º 014/2026 - Processo Administrativo nº 136/2026.
Alegrete-RS, 16 de outubro de 2026.		***FIRMINA CONCEIÇÃO MARTINS SOARES*** Presidente da Câmara Municipal de Alegrete-RS

Publicado por:
João Candido Graça Araujo
Código Identificador:65478294

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

ADMINISTRAÇÃO
EXTINÇÃO CONSEUAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

EXTINÇÃO CONSEUAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Extinção consensual de Contrato de Serviços N° 069/2026, firmado entre o Município de Alegria/RS e a Empresa ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA – POUSADA DA CRIANÇA.

Pelo presente instrumento público, O **MUNICÍPIO DE ALEGRIA,** cadastrado no CNPJ sob n° 92.465.228/0001-75, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 1171, Centro, CEP: 98905-000, na cidade de Alegria/RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **FÁBIO LUCIANO SCHAKOFSKI**, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade RG nº1067305183, inscrito no CPF sob nº 968.858.070-87, residente e domiciliado na Rua Casemiro Kochewicks nº 315, centro, no Município de Alegria/RS, doravante denominado **CONTRATANTE,** e a Empresa **ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA –**

POUSADA DA CRIANÇA, inscrita no CNPJ sob n° **28.616.663/0001-54,** situada na Rua Arnaldo Balvê, 571, Bairro dos Estados, Estrela/RS, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Rafael Vogel Giacomelli, brasileiro, portador da Carteira de Identidade sob nº 1112762149 SSP/DI RS, CPF sob o n° 043.324.280-99, residente e domiciliado, na cidade de Estrela/RS, simplesmente denominada **CONTRATADA**, têm justo e firmado entre si este **TERMO DE EXTINÇÃO CONTRATUAL**, pelo que, resolvem de comum acordo, em face do Contrato Administrativo n° 069/2026, datado de 25 de maio de 2026, com fundamento no artigo 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – As partes acima nominadas resolvem, de comum acordo, a rescisão do Contrato Administrativo n° 069/2026, datado de 25 de maio de 2026, desta forma, o presente termo tem por objeto a rescisão amigável do Contrato Administrativo n° 069/2026, cujo objeto é "prestação de serviços de acolhimento institucional do protegido de iniciais F. J. B. C., em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do processo judicial 5002170-59.2026.8.21.0074".

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO – A presente alteração decorre da assinatura do termo de desacolhimento, expedido em 29 de setembro de 2026, às 18h06min06s, pela Excelentíssima Senhora Vanessa Teruya Bini Mendes, Juíza de Direito da Comarca de Três de Maio/RS, que determinou a reintegração do protegido ao seu genitor, com expedição de guarda, cessando, assim, em razão disso, a necessidade da continuidade dos serviços objeto do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO DISTRATO – Por força da presente supressão contratual de valores, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste. Os efeitos financeiros decorrentes da presente rescisão vigoram a partir da data de desacolhimento do protegido, ocorrido em 30 de setembro de 2026.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DA SUPRESSÃO – Em razão da extinção contratual, fica suprimido o valor parcial do contrato, no importe, no importe de R$ 25.469,50 (vinte e cinco mil quatrocentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DOS ÔNUS - As PARTES somente responderão por direitos e obrigações contratuais vigentes e concretizados até a presente data, declarando-se, doravante, mutuamente satisfeitas e quitadas quanto a quaisquer ônus decorrentes da formalização do instrumento contratual. As PARTES convencionam que a presente rescisão é pactuada sem a incidência de multas ou quaisquer tipos de penalidades para ambas as PARTES.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO – As partes elegem o Foro da Comarca de Três de Maio, RS para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Termo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Termo de Rescisão Contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

Alegria/RS, 14 de outubro de 2026.

FÁBIO LUCIANO SCHAKOFSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduarda Wisch
Código Identificador:CF6B8840

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 164/2026

CONTRATO Nº 164/2026 - CONTRATANTE: Município de Alegria/RS. **OBJETO** É aquisição de duas ensiladeiras através da adesão a ata de registro de preços oriunda do pregão eletrônico n° 007/2025 e da Ata de Registro de Preços N° 004/2025, do órgão gerenciador **Consorcio Publico Intermunicipal Da Regiao Do Alto Uruguai - CIRAU**. Adesão a Ata nº 007/2026, no Processo Administrativo nº 209/2026, oriundos do Pregão Eletrônico 007/2027 e da Ata de Registro de Preços N° 004/2025. Vigência: O contrato terá vigência de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei n° 14.133/2021. O Contratante pagará para a empresa contratada o valor de R$ 122.463,36 (cento e vinte e dois mil quatrocentos e sessenta e três reais e trinta e seis centavos), conforme a proposta vencedora ofertada pela CONTRATADA. **CONTRATADA: ATUATI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **01.435.215/0001-06**. Data: 16.10.2026.

FÁBIO LUCIANO SCHAKOFSKI
Prefeito Municipal.

Prefeito Municipal de **ALEGRIA-RS**, no uso de suas atribuições, torna público o **EXTRATO DO CONTRATO 164/2026 REFERENTE À ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2025**.
ADESÃO À ATA DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2025.
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIAO DO ALTO URUGUAI - CIRAU – CNPJ N° 11.074.898/0001-69.
OBJETO: aquisição de duas ensiladeiras.
DATA DA FORMALIZAÇÃO: 16 de outubro de 2026.
EMPRESA CONTRATADA: ATUATI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº **01.435.215/0001-06.**
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 122.463,36 (cento e vinte e dois mil quatrocentos e sessenta e três reais e trinta e seis centavos).

Data: 16.10.2026.

FÁBIO LUCIANO SCHAKOFSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduarda Wisch
Código Identificador:8A30464C

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2.309/2026 DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

LEI MUNICIPAL Nº 2.309/2026 DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

"ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 37 DA LEI MUNICIPAL Nº 865, DE 29 DE ABRIL DE 2004, QUE ESTABELECE OPLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ALEGRIA, INSTITUI O RESPECTIVO QUADRO DE CARGOS E FUNÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

FÁBIO LUCIANO SCHAKOFSKI, Prefeito Municipal de Alegria, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU, sanciono e promulgo a seguinte LEI:
Art. 1° Fica alterada a redação do inciso II do art. 37 da Lei Municipal nº 865, de 29 de Abril de 2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 37.*A contratação de que trata o art. 36, observará as seguintes normas:*
II*- a contratação será precedida de seleção pública e será por prazo determinado de 01 (um) ano, permitida a prorrogação se verificada a persistência da insuficiência de professores com habilitação de magistério e pedagogos.*
Art. 2º Permanecem inalteradas e em pleno vigor todos os demais dispositivos daLei Municipal nº 865/2004de 29 de abril de 2004.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALEGRIA, RS, AOS 16 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.

FÁBIO LUCIANO SCHAKOFSKI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

DÉBORA DA VEIGA FREDERICHESKI
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Débora da Veiga Fredericheski
Código Identificador:F1DD0C5E

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2.310/2026 DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

LEI MUNICIPAL Nº 2.310/2026 DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

"ALTERA A REDAÇÃO DO § 4° DO ART. 52 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.587, DE 12 DE MAIO DE 2015, QUE "DISPÕE E REFORMULA A POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, O CONSELHO TUTELAR E CRIA O SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO."

FÁBIO LUCIANO SCHAKOFSKI, Prefeito Municipal de Alegria, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU, sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art.1° Fica alterada a redação do § 4° do art. 52 da Lei Municipal n° 1.587, de 12 de maio de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 52.*Os conselheiros tutelares suplentes serão convocados nos seguintes casos:*
§ 4°. *No caso de inexistência de suplentes, antes do período correspondente aos dois últimos anos de mandato, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá realizar processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas, seguindo o procedimento de escolha regular, conforme legislação específica. Caso haja necessidade de realização de processo de escolha suplementar nos dois últimos anos de mandato, o Conselho poderá realizá-lo de forma indireta, tendo os Conselheiros de Direitos como colégio eleitoral, facultada a redução dos prazos e observadas as demais disposições referentes ao processo de escolha.*
Art. 2º Permanecem inalteradas e em pleno vigor todos os demais dispositivos daLei Municipal nº 1.587de 12 de maio de 2015.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALEGRIA, RS, AOS 16 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.

FÁBIO LUCIANO SCHAKOFSKI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

DÉBORA DA VEIGA FREDERICHESKI
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Débora da Veiga Fredericheski
Código Identificador:47BF7867

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL
EXTRATO CONTRATO Nº 161/2026

Contratante: Município de Almirante Tamandaré do Sul/RS **Contratada ROGERIO MAGRAO LDTA, inscrita sob o CNPJ nº 43.199.982/0001-03**. **Objeto:** O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de show artístico de Rogério Magrão & Banda para apresentação musical ao vivo a ser realizada no dia 10 de outubro de 2026, no Ginásio Municipal do Município de Almirante Tamandaré do Sul, com início previsto para as 18h. Fica ajustado que a apresentação musical terá duração total de 02 (duas) horas, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a prestação dos serviços de execução musical ao vivo. **Pagamento:** Pela prestação dos serviços ora contratados, a CONTRATADA receberá o valor global de R$50.900,00 (cinquenta mil, novecentos reais) no período da contratação. **Prazo:** O prazo de vigência do contrato será a contar de sua assinatura, e o final ocorrerá dia 10/10/2026

DILSE JOSEFINA KLEIN BICIGO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Eduardo da Silva Ely
Código Identificador:E09086CC

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL
EXTRATO DA ATA 17/2026

Contratante: Município de Almirante Tamandaré do Sul/RS. **Contratada:** KAFER & ARESI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA, CNPJ Nº. 63.250.030/0001-76. **Objeto:**:. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições dos produtos especificados no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 33/2026, de medicamentos. **Prazo:** 12 meses

Almirante Tamandaré do Sul, 16 de outubro de 2026.

DILSE JOSEFINA KLEIN BICIGO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Eduardo da Silva Ely
Código Identificador:4E6876ED

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO Nº 139/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para inscrições para "Oficina AGIP - conexão AGIP / MPS", realizado dias 20 e 21 de outubro, em Porto Alegre/RS, ministrado por AGIP. Participantes: Tatiana Silva Guterres Schander - Comitê de Investimentos - matrícula: 2006103017 | Vilma da Cunha Primão - Comitê de Investimentos - matrícula: 2001101633 | Juliana Magnus Otto de Barros - matrícula: 2018109176 - Conselheira de Previdência.

Item	Descrição (Detalhamento do objeto) –Características Técnicas	Unid.	Quantidade	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	**CURSO** INSCRIÇÕES PARA "OFICINA AGIP - CONEXÃO AGIP / MPS" MINISTRADO POR AGIP. PARTICIPANTES: TATIANA	SERV.	03	R$ 750,00	R$ 2.250,00

	SILVA GUTERRES SCHANDER, VILMA DA CUNHA PRIMÃO, JULIANA MAGNUS OTTO DE BARROS.				

Contratada: ASSOCIAÇÃO GAUCHA DE INST DE PREVIDÊNCIA PUBLICA, inscrito no CNPJ sob o nº **02.672.248/0001-24**.

Valor Total: R$2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais).

Alvorada, 16 de outubro de 2026.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thierri Rech
Código Identificador:09C07C82

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 3580/2026

Douglas Martello de Souza Silveira, Prefeito Municipal de Alvorada, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:
Exonerar o servidor THALLES PIRES COSTA, do cargo de provimento comissionado de Diretor, matrícula funcional n.º 2025112569, lotado na SecretariaMunicipaldeCultura, Esporte e Juventude, a contar de 16 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alvorada, aos 15 dias do mês de outubro do ano de 2026.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se:

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publicado por:
Keisse Gabriele Paulino Alexandrino Silva
Código Identificador:A4FC7D66

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 3590/2026

O **Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o despacho exarado no protocolo nº. 49001/2026;

RESOLVE:

Conceder licença-prêmio, em gozo, ao servidor **Ciro Davi Zwan Luiz**, Guarda Civil Municipal, matrícula n.º 2019109538, de 30 (trinta) dias, de **15/10/2026 a 13/11/2026**, correspondente ao período aquisitivo *26/07/2019 a 25/07/2024*, com base no artigo 134 da Lei Municipal nº 3.670/2022, c/c as Leis Municipais nº 2.309/2010 e nº 3.093/2017.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se:

SILVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Letícia Dellazari
Código Identificador:285D93A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 3591/2026

O **Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o despacho exarado no protocolo nº. 63942/2026;

RESOLVE:

Conceder licença-prêmio, em gozo, ao servidor **Paulo Ricardo Souza dos Santos**, Motorista, matrícula n.º 1999101001, de 90 (noventa) dias, de **19/10/2026 a 16/01/2027**, correspondente ao período aquisitivo *03/08/2021 a 02/08/2026*, com base no artigo 134 da Lei Municipal nº 3.670/2022, c/c as Leis Municipais nº 2.309/2010 e nº 3.093/2017.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se:

SILVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Letícia Dellazari
Código Identificador:A67DA5D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 3592/2026

PORTARIA MUNICIPAL N º 3592/2026
Douglas Martello de Souza Silveira, Prefeito Municipal de Alvorada, no uso de suas atribuições legais;
Resolve:
Conceder a **CLAUDIA COSTA E SILVA**, médica pediatra, código funcional nº 9503-02, matrícula nº 2012106093, o **direito à conversão**, em tempo comum, o período prestado em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, compreendido de 17/07/2012 a 12/11/2019, sendo o total de **2.671 (dois mil, seiscentos e setenta e um)** dias, multiplicando o tempo especial por 1.2, constitui-se em **3.205 (três mil, duzentos e cinco) dias, ou seja, 08 anos, 09 meses e 15 dias** para fins de tempo de serviço destinado a aposentadoria, conforme estabelece o tema 942 do Supremo Tribunal Federal, aplicando assim as normas da Lei 8.231/1991, do regime Geral de Previdência.

ALVORADA, 16/10/2026

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Alvorada

Publique-se:

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Gilson Mauro Saucedo Moraes
Código Identificador:22286488

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
SUSPENSÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2026

O Município de Alvorada comunica aos interessados a SUSPENSÃO da licitação na modalidade pregão eletrônico, que ocorreria no **dia 20 de outubro de 2026, às 9 horas, no site www.portaldecompraspublicas.com.br**.
Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviço de administração, gerenciamento e operacionalização por meio de cartão eletrônico.
Motivo: Necessidade de realizar ajustes nos instrumentos de contratação, bem como a revisão e adequação do Termo de Referência e demais documentos necessários, considerando os questionamentos apresentados pelos licitantes, assim como necessidades técnicas e operacionais identificadas pela SMAS, com a correspondentes a compatibilização do edital e da minuta contratual, quando cabível.
Maiores informações no Departamento de Compras, Licitações e Contratos; Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 2266, telefone (51) 3044-8563 ou por meio do e-mail licitacoes-alvorada@alvorada.rs.gov.br, de segunda a sexta-feira, das 8 horas e 15 minutos às 11 horas e 45 minutos e das 13 horas e 15 minutos às 16 horas e 45 minutos.

Alvorada, 19 de outubro de 2026.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Natália Menezes da Motta
Código Identificador:288884D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 190/2023 C - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2023

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 190/2023 C - Pregão Eletrônico nº 053/2023

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DA VIGÊNCIA
1.1 Pelo presente Termo Aditivo prorroga-se a vigência do Contrato Nº 190/2023 por mais 12 (doze) meses, do dia 07 de outubro de 2026 a 06 de outubro de 2027, conforme Cláusula Sétima, item 7.1 do contrato e solicitação da Secretaria Municipal de Saúde - SMS, através do processo nº 56018/2026.

Contratada: Prodire Tecnologia em Sistemas Ltda., CNPJ sob o nº 03.704.011/0001-40

Alvorada, 05 de outubro de 2026

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denian Josué Nunes Menezes
Código Identificador:DB4AC1CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 193/2025- B – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 077/2024

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 193/2025- B – Inexigibilidade de Licitação Nº 077/2024

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO
1.1. Pelo presente Termo Aditivo prorroga-se a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, do dia 23 de outubro de 2026 a 22 de outubro de 2027, conforme Cláusula Décima Quarta, Item 14.1 do contrato e solicitação da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Mobilidade – SMSPM, através do Processo Nº 51745/2026. (RADAR)
.

Contratada: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO - CNPJ sob o nº 33.683.111/0001-07.

Alvorada, 16 de outubro de 2026

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isoéte Oliveira de Senna Capiotti
Código Identificador:422262C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 194/2025- B – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 078/2024

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 194/2025- B – Inexigibilidade de Licitação Nº 078/2024

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO
1.1. Pelo presente Termo Aditivo prorroga-se a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, do dia 23 de outubro de 2026 a 22 de outubro de 2027, conforme Cláusula Décima Quarta, Item 14.1 do contrato e solicitação da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Mobilidade – SMSPM, através do Processo Nº 51804/2026. (SNE)

Contratada: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO - CNPJ sob o nº 33.683.111/0001-07.

Alvorada, 16 de outubro de 2026

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isoéte Oliveira de Senna Capiotti
Código Identificador:7993A0A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CREDENCIAMENTO 001/2026 - COMDICA

Edital de Credenciamento nº 001/2026.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA MUNICÍPIO DE ALVORADA/RS

CREDENCIAMENTO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA FUTURA CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE FOMENTO E TERMOS DE COLABORAÇÃO COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FUMDICA.

O MUNICÍPIO DE ALVORADA, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, ou do órgão municipal que detenha a competência administrativa para a formalização das parcerias, e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA, no exercício de suas competências legais, torna público o presente Edital de Credenciamento de Organizações da Sociedade Civil – OSCs, observadas a Constituição Federal, a Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), a Lei Federal nº 13.019/2014, com as alterações da Lei Federal nº 13.204/2015, a Lei Municipal nº 1.148/2001 e alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 110/2017 e alterações posteriores, as Resoluções do CONANDA aplicáveis aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais normas pertinentes.

1. DA JUSTIFICATIVA

1.1. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMDICA constitui instrumento de captação, gestão e aplicação de recursos destinados exclusivamente às ações de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, observadas

as prioridades definidas pelo COMDICA, o Plano de Ação e Aplicação do FUMDICA e a legislação aplicável.
1.2. O presente credenciamento tem por finalidade organizar cadastro público de Organizações da Sociedade Civil – OSCs que atendam aos requisitos mínimos de habilitação para eventual participação em futuros procedimentos de seleção de projetos financiados com recursos do FUMDICA, em consonância com os eixos, prioridades, critérios e indicadores definidos no Plano de Ação e Aplicação do FUMDICA para o exercício de 2027.
1.3. O credenciamento possui natureza exclusivamente cadastral e habilitatória. Não constitui chamamento público para seleção de projetos, não envolve julgamento de mérito de projeto ou Plano de Trabalho, não assegura recebimento de recursos e não substitui o chamamento público ou as hipóteses legais de dispensa ou inexigibilidade previstas na Lei Federal nº 13.019/2014.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste Edital o credenciamento administrativo e exclusivamente cadastral de Organizações da Sociedade Civil – OSCs, sem fins lucrativos, regularmente constituídas, com inscrição e regularidade perante o COMDICA quando exigidas pela legislação municipal, e com finalidade estatutária compatível com a promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, para compor cadastro de entidades aptas a participar de futuros procedimentos de seleção e, se selecionadas e cumpridos todos os requisitos legais, celebrar Termo de Fomento, Termo de Colaboração ou, quando cabível, Acordo de Cooperação com a Administração Pública Municipal.
2.2. O credenciamento não possui caráter competitivo e não gera direito subjetivo, preferência ou expectativa de celebração de parceria. A eventual parceria dependerá de procedimento próprio, disponibilidade orçamentária e financeira, aprovação do Plano de Trabalho, atendimento dos requisitos legais e deliberação competente.
2.3. O procedimento observará as seguintes etapas:
I – Credenciamento e habilitação cadastral das OSCs;
II – Publicação de instrumento próprio de seleção de projetos, quando cabível, observando a Lei Federal nº 13.019/2014 e o Plano de Ação e Aplicação do FUMDICA;
III – Apresentação, análise e julgamento das propostas e respectivos Planos de Trabalho, segundo critérios objetivos definidos no instrumento de seleção;
IV – Deliberação do COMDICA quanto às prioridades e à aplicação dos recursos do FUMDICA, nos limites de sua competência legal;
V – adoção, pela Administração Pública, das providências administrativas e jurídicas necessárias à celebração da parceria;
VI – execução, monitoramento, avaliação e prestação de contas, na forma da legislação e do instrumento celebrado.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Edital será interpretado e executado em conformidade, especialmente, com:
I – Constituição Federal de 1988, especialmente art. 227;
II – Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente arts. 86, 88, 90, 91 e 260 e seguintes;
III – Lei Federal nº 13.019/2014, com as alterações da Lei Federal nº 13.204/2015, especialmente os arts. 2º, 23, 29 a 35, 39, 42, 58 a 61 e 63 e seguintes, conforme aplicáveis;
IV – Lei Municipal nº 1.148/2001 e suas alterações posteriores;
V – Decreto Municipal nº 110/2017 e alterações posteriores, que regulamenta o FUMDICA no Município de Alvorada;
VI – Resolução CONANDA nº 137/2010 e Resolução CONANDA nº 194/2017, no que couber aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente; Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD, quanto ao tratamento e à publicidade de dados pessoais; e demais normas municipais, estaduais e federais aplicáveis.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar as Organizações da Sociedade Civil que:
I – Possuam inscrição regular junto ao COMDICA;
II – Possuam personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos;
III – Estejam regularmente constituídas e em efetivo funcionamento há, no mínimo, 01 (um) ano, mediante comprovação de inscrição ativa no CNPJ, observado o art. 33, V, da Lei Federal nº 13.019/2014 e eventual exceção legalmente admitida;
IV – Possuam finalidade estatutária compatível com a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
V – Disponham de instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional compatíveis com suas finalidades estatutárias, sem prejuízo da comprovação específica exigida na fase de celebração da parceria;
VI – Não estejam enquadradas nas hipóteses de impedimento previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014 e atendam às demais exigências legais aplicáveis à celebração da parceria;

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Serão verificados, nesta fase, exclusivamente os requisitos de habilitação cadastral, sem análise de mérito de projeto ou Plano de Trabalho:
a) constituição e regularidade jurídica;
b) regularidade fiscal, tributária, previdenciária e trabalhista, naquilo que for exigível;
c) inscrição e regularidade perante o COMDICA, quando exigida pela legislação municipal;
d) compatibilidade entre a finalidade estatutária e a política de promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente;
e) capacidade técnica e operacional e condições materiais declaradas;
f) inexistência de impedimentos ou vedações legais;
g) demais documentos expressamente previstos neste Edital.

6. DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

As entidades deverão apresentar, para fins de credenciamento, os documentos abaixo. A Administração poderá verificar sua autenticidade em bases oficiais e solicitar documentos complementares estritamente necessários à comprovação dos requisitos:
I – Requerimento de Credenciamento, conforme modelo do Anexo I;
II – Estatuto Social vigente, devidamente registrado, contendo as disposições exigidas pelo art. 33 da Lei Federal nº 13.019/2014, quando aplicável;
III – Ata de eleição e posse da atual diretoria, devidamente registrada, quando exigível;
IV – Comprovante de inscrição e situação cadastral ativa no CNPJ;
V – Relação nominal atualizada dos dirigentes, com os dados necessários à verificação dos requisitos legais, observada a LGPD;
VI – Comprovante de que a OSC funciona no endereço por ela declarado;
VII – Certidão de regularidade perante o Município, quando exigível para a celebração da parceria;
VIII – Certificado de Regularidade do FGTS, quando exigível;
IX – Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
X – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
XI – Alvará, licença ou documento equivalente de localização e funcionamento, quando exigível pela legislação aplicável à atividade da OSC;
XII – Comprovante de inscrição e regularidade junto ao COMDICA, quando exigido pela legislação municipal;
XIII – Declaração de inexistência das vedações e impedimentos previstos no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014;
XIV – Declaração de capacidade técnica e operacional;
XV – Declaração de cumprimento da legislação trabalhista relativa à proteção do trabalho de crianças e adolescentes;
XVI – Declaração de ciência e observância da Lei Federal nº 13.019/2014, da Lei Federal nº 8.069/1990, do Decreto Municipal nº 110/2017 e demais normas aplicáveis.
Parágrafo único. Nesta fase não será exigida apresentação de projeto ou Plano de Trabalho. Os documentos e requisitos específicos para celebração da parceria serão novamente verificados no procedimento próprio, conforme os arts. 33, 34 e 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7. DO PRAZO E DA FORMA DE INSCRIÇÃO

7.1. As inscrições serão realizadas por meio eletrônico oficial indicado pelo COMDICA a seguir: contato.comdica@alvorada.rs.gov.br - Mediante apresentação integral da documentação exigida.
7.2. O período de inscrição será de 02/11/2026 a 02/12/2026.
7.3. Não serão aceitas inscrições intempestivas, salvo reabertura, prorrogação ou novo procedimento expressamente divulgado pelo COMDICA. O encerramento deste credenciamento não impede a abertura de novo credenciamento ou a previsão, em instrumento próprio, de habilitação das OSCs interessadas, quando juridicamente cabível.

8. COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

8.1. A análise dos requerimentos será realizada por Comissão Especial de Avaliação do Credenciamento, designada por Resolução do COMDICA, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação, isonomia e transparência.
8.2. As decisões serão formalizadas mediante ata e, quando necessário, parecer ou relatório de habilitação, indicando de forma objetiva os documentos e requisitos analisados.
8.3. A Comissão poderá solicitar esclarecimentos ou complementação documental, desde que não implique alteração substancial do requerimento nem criação de vantagem indevida, assegurando tratamento isonômico às entidades participantes.

9. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO

9.1. Os pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados até 05 (cinco) dias úteis antes do encerramento das inscrições, pelo canal oficial indicado no Edital.
9.2. As impugnações ao Edital poderão ser apresentadas até 03 (três) dias úteis antes do encerramento das inscrições, mediante manifestação fundamentada.
9.3. Os pedidos e respectivas respostas serão divulgados pelos mesmos meios oficiais utilizados para publicação do Edital, ressalvados dados pessoais protegidos por lei.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Caberá recurso contra o resultado do credenciamento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação do resultado, salvo prazo diverso estabelecido em norma municipal específica.
10.2. O recurso deverá ser fundamentado e dirigido à Comissão Especial de Avaliação do Credenciamento, que poderá reconsiderar sua decisão.
10.3. Mantida a decisão, o recurso será submetido à autoridade competente definida neste Edital e na regulamentação municipal, sem prejuízo da apreciação pelo Presidente do COMDICA quanto às matérias de competência do Conselho.

11. DA PUBLICIDADE

Serão objeto de divulgação, observada a legislação de transparência e proteção de dados pessoais:
I – Edital;
II – Lista das entidades credenciadas, com os dados estritamente necessários;
III – Resultados dos recursos;
IV – Demais atos do procedimento cuja publicidade seja exigida por lei.
A publicidade ocorrerá mediante:
a) Diário Oficial dos Municípios, quando exigido;
b) Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Alvorada;
c) Mural e canais oficiais do COMDICA;
d) Outros meios oficiais disponíveis.

12. DAS ETAPAS POSTERIORES AO CREDENCIAMENTO

12.1. O credenciamento não autoriza automaticamente o recebimento de recursos do FUMDICA, nem substitui o procedimento legal de seleção e celebração de parceria.
12.2. Os projetos e Planos de Trabalho serão apresentados em procedimento posterior, quando houver disponibilidade financeira e decisão do COMDICA pela abertura de seleção, observados os eixos, prioridades, critérios e indicadores do Plano de Ação e Aplicação do FUMDICA para o exercício de 2027.
12.3. A participação em futuros procedimentos de seleção de projetos observará as regras fixadas no respectivo edital de chamamento público, assegurando-se a concorrência de OSCs não credenciadas neste Edital, mediante apresentação concomitante da documentação de habilitação exigida pela Lei Federal nº 13.019/2014, hipótese em que o credenciamento prévio funcionará como mecanismo de simplificação e dispensa de apresentação de documentos já validados.
12.4. A eventual celebração de Termo de Fomento, Termo de Colaboração ou Acordo de Cooperação dependerá, conforme o caso, de chamamento público ou de hipótese legal de dispensa/inexigibilidade, existência de disponibilidade orçamentária e financeira, aprovação do Plano de Trabalho, parecer técnico, análise jurídica, comprovação dos requisitos legais e demais providências previstas na legislação.

13. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1. As parcerias eventualmente celebradas observarão integralmente a Lei Federal nº 13.019/2014, o Decreto Municipal nº 110/2017 e alterações posteriores, o instrumento de parceria, o Plano de Ação e Aplicação do FUMDICA e demais normas vigentes.
13.2. O monitoramento e a avaliação observarão os arts. 58 a 60 da Lei Federal nº 13.019/2014. Nas parcerias financiadas com recursos de fundo específico, o COMDICA exercerá as competências de conselho gestor previstas na legislação, sem prejuízo das atribuições da Administração Pública, do gestor da parceria, da comissão de monitoramento e avaliação e dos órgãos de controle.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. O credenciamento não gera obrigação de celebração de parceria, preferência, reserva de recursos ou expectativa de recebimento pela OSC.
14.2. O COMDICA poderá emitir orientações complementares, por deliberação ou resolução, para a execução deste Edital, desde que não alterem suas regras essenciais nem contrariem a legislação.
14.3. Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade administrativa competente e pelo COMDICA, cada qual no âmbito de suas atribuições, observada a legislação aplicável.
14.4. O tratamento de dados pessoais decorrente deste procedimento observará a Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD. Dados pessoais não necessários à publicidade serão mantidos no processo administrativo e divulgados somente quando houver fundamento legal.

15. REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO CADASTRAL

15.1. A Organização da Sociedade Civil (OSC) interessada em obter o credenciamento deverá formalizar seu pedido mediante o preenchimento integral, obrigatório e sem emendas do formulário constante no Anexo I deste Edital (Requerimento de Credenciamento e Habilitação Cadastral).
15.2. O formulário deverá ser subscrito pelo representante legal da entidade, instruído com a documentação comprobatória elencada no item 6 e encaminhado pelo canal eletrônico oficial indicado no item 7.1, dentro do prazo estabelecido.
15.3. O protocolo do formulário devidamente preenchido constitui condição indispensável para a análise do requerimento pela Comissão Especial de Avaliação do Credenciamento, importando a sua ausência ou incompletude no indeferimento preliminar do pedido.

16. Da Homologação do Credenciamento

16.1. Decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos, ou transcorrido o prazo recursal sem manifestação, o resultado final do credenciamento será homologado pela autoridade competente e, quanto à deliberação do COMDICA, formalizado por Resolução, com publicação nos meios oficiais cabíveis.

§ 1º A homologação do credenciamento reconhece exclusivamente a habilitação cadastral da OSC, não implicando aprovação de projeto, Plano de Trabalho ou celebração de parceria.
§ 2º A celebração de eventual parceria permanecerá condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do FUMDICA, à observância do Plano de Ação e Aplicação, à apresentação e aprovação do respectivo Plano de Trabalho e ao atendimento integral dos requisitos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 110/2017 e demais normas aplicáveis.

LUIZ ILDOMAR NUNES SILVEIRA
Presidente do COMDICA

ALINE MARQUES PINHEIRO
Secretária Municipal de Assistência Social

ANEXO I – REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO CADASTRAL
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 – COMDICA/FUMDICA

À
COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DO CREDENCIAMENTO
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
Município de Alvorada/RS

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC, abaixo identificada:

1. DADOS CADASTRAIS DA ENTIDADE:
Razão Social: _____
Nome Fantasia:_____
CNPJ:_____Inscrição no COMDICA nº:_____
Endereço Completo:_____
Bairro:_____CEP:_____Município: Alvorada/RS
Telefone Institucional: (___)_____E-mail Institucional:_____

2. DADOS DO(A) REPRESENTANTE LEGAL
Nome Completo:_____
Cargo/Função:_____Nacionalidade:_____
Estado Civil:_____Profissão:_____
RG/Órgão Expedidor:_____CPF:_____
Telefone/WhatsApp: (___)_____E-mail:_____

vem, perante essa Comissão Especial, requerer seu CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO CADASTRAL, em estrita observância ao Edital de Credenciamento nº 001/2026, com o objetivo de compor o cadastro público de entidades aptas à participação em futuros procedimentos de seleção e eventual celebração de parcerias com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMDICA).

Para fins de deferimento da inscrição, a requerente declara, sob as penas da lei:
a) possuir personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, enquadrando-se na definição de Organização da Sociedade Civil prevista na Lei Federal nº 13.019/2014;
b) estar formalmente constituída e em funcionamento regular há no mínimo 1 (um) ano, com sede ou instalações adequadas no endereço declarado;
c) deter finalidade institucional e atuação estatutária diretamente voltadas à promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente;
d) não incorrer em nenhuma das hipóteses de impedimento ou vedação para celebração de parcerias com o Poder Público, especialmente as arroladas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014;
e) cumprir integralmente o disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, não empregando menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos;
f) ter ciência e acatar expressamente as normas da Lei Federal nº 13.019/2014, da Lei Federal nº 8.069/1990 (ECA), da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), do Decreto Municipal nº 110/2017 e das condições do Edital nº 001/2026;
g) estar plenamente ciente de que o deferimento do credenciamento gera efeito exclusivamente cadastral e de pré-qualificação, não constituindo aprovação de projeto ou plano de trabalho, nem assegurando direito subjetivo, garantia de repasse de recursos públicos ou celebração automática de parceria, cuja efetivação sujeitar-se-á aos procedimentos próprios de chamamento ou seleção de mérito;
h) serem autênticos e verídicos todos os documentos e dados informados, assumindo inteira responsabilidade civil, administrativa e penal pelas declarações prestadas.

Alvorada/RS, __ de_____de 2026.

Assinatura do(a) Representante Legal da OSC
Nome:_____
CPF:_____
Cargo:_____

ANEXO II – TERMO DE ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N º 001/2026 – COMDICA/FUMDICA

1. DADOS DO PROCEDIMENTO E DA REQUERENTE
Processo Administrativo nº:_____
Data da Sessão de Análise: ___/___/2026, às_____horas
Razão Social da OSC:_____
CNPJ:_____Inscrição COMDICA nº:_____
Representante Legal:_____
2. CONFERÊNCIA DOCUMENTAL E HABILITAÇÃO CADASTRAL (ITEM 6 DO EDITAL): Item / Documento ou Requisito Exigido / Situação: Conforme ou Inconforme / Observação

01. Requerimento assinado pelo representante legal:**C**onforme/ **I**nconforme
02. Estatuto Social:**C**onforme/ **I**nconforme
03. Ata de eleição e posse da diretoria atual registrada:**C**onforme/ **I**nconforme
04. Relação nominal atualizada dos dirigente:**C**onforme/ **I**nconforme
05. Comprovante de CNPJ ativo com mínimo de 1 ano de funcionamento:**C**onforme/ **I**nconforme
06. Comprovante de endereço de funcionamento em Alvorada/RS:**C**onforme/ **I**nconforme
07. Certidão Conjunta de Débitos Federais e Dívida Ativa da União:**C**onforme/ **I**nconforme
08. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF):**C**onforme/ **I**nconforme
09. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT):**C**onforme/ **I**nconforme
10. Certidão de Regularidade perante o Município de Alvorada:**C**onforme/ **I**nconforme
11. Alvará, licença ou documento equivalente de localização e funcionamento:**C**onforme/ **I**nconforme
12. Inscrição ativa e regular junto ao COMDICA:**C**onforme/ **I**nconforme
13. Declaração de Inexistência de Impedimentos:**C**onforme/ **I**nconforme
14. Declaração de Capacidade Técnica, Operacional e Instalações:**C**onforme/ **I**nconforme
15. Declaração de Não Emprego de Menores:**C**onforme/ **I**nconforme
16. Declaração de ciência e observância da legislação:**C**onforme/ **I**nconforme

3. HISTÓRICO DE DILIGÊNCIAS / SANEAMENTO (SE HOUVER)
( ) Não houve diligências.
( ) Houve emissão de notificação para complementação/esclarecimento nos termos do item 8.3 do Edital:
Resumo da solicitação:_____
Cumprimento tempestivo: [ ] Sim [ ] Não

4. PARECER CONCLUSIVO E DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Examinada a documentação apresentada e verificada a observância aos pressupostos do Edital de Credenciamento nº 001/2026 e da Lei Federal nº 13.019/2014, esta Comissão Especial delibera por:
( ) DEFERIR O CREDENCIAMENTO (ORGANIZAÇÃO HABILITADA), por cumprir integralmente as condições de habilitação jurídica, fiscal e cadastral.
( ) INDEFERIR O CREDENCIAMENTO (ORGANIZAÇÃO INABILITADA).
Motivação do indeferimento:_____
Ressalva Legal: O presente ato restringe-se à habilitação cadastral da entidade. Não confere direito subjetivo a repasses financeiros, aprovação de projetos ou planos de trabalho, nem formaliza a celebração de termos de fomento, colaboração ou acordos de cooperação, cuja efetivação dependerá de procedimento futuro de seleção e dotação orçamentária do FUMDICA.
Alvorada/RS, ___ de_____de 2026.

Presidente da Comissão Especial

Membro da Comissão

Membro da Comissão

Membro da Comissão

Publicado por:
Liane da Silva Oliveira
Código Identificador:54B72A98

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 4.364, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS)."

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Alvorada, no uso de suas atribuições legais, faz saber em cumprimento ao art. 49, inciso IV da Lei Orgânica Municipal que a Câmara Municipal aprovou e é sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:
Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
Unidade Orçamentária: 001 – GABINETE DO SECRETARIO
Função: 0012 – Educação
Subfunção: 0122– Administracao Geral
Programa de Governo: 0146 – ADMINISTRACAO SMED
Ação: 2.201 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SMED
3.3.3.90.92 – Despesas de exercícios anteriores (15000020) .....….….R$ 100.000,00
Total da suplementação do Crédito Especial .....R$ 100.000,00

Art. 2º. Servirá de cobertura para o crédito especial, o que segue:

I – A redução da dotação discriminada conforme abaixo:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
Unidade Orçamentária: 001 – GABINETE DO SECRETARIO
Função: 0004 - Administração
Subfunção: 0122– Administracao Geral
Programa de Governo: 0146 – ADMINISTRACAO SMED
Ação: 2.201 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SMED
3.3.3.90.92 – Despesas de exercícios anteriores (4615/15000020) ...……..R$ 100.000,00

Total da cobertura do Crédito Especial .....R$ 100.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publicado por:
Ingrid Zviezynski da Silveira
Código Identificador:F58C787C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 4.365, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R$ 36.516,88 (TRINTA E SEIS MIL QUINHENTOS E DEZESSEIS REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS)."

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Alvorada, no uso de suas atribuições legais, faz saber em cumprimento ao art. 49, inciso IV da Lei Orgânica Municipal que a Câmara Municipal aprovou e é sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no valor de R$ 36.516,88 (trinta e seis mil quinhentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:
Órgão: 19 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 070 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 0008 – Assistência Social
Subfunção: 0243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa de Governo: 0251 – PROTECAO E PROMOCAO DA FAMILIA

Ação: 4.056 – AÇÕES ESTRAT DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRAB INFANTIL - AEPETI
3.3.3.90.14 – Diárias – civil (16601297) ..... ….....R$ 1.000,00
3.3.3.90.30 – Material de consumo (16601297) .....… ….....R$ 22.000,00
3.3.3.90.32 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita (16601297) .....R$ 1.000,00
3.3.3.90.33 – Passagens e despesas com locomoção (16601297) ..…...……..R$ 1.000,00
3.3.3.90.36 – Outros serviços de terceiros - pessoa física (16601297) ..…….…..R$ 1.000,00
3.3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica (16601297) ...…….....R$ 6.000,00
3.3.3.90.40 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ (16601297) ……..R$ 1.000,00
3.3.3.90.92 – Despesas de exercícios anteriores (16601297) ..……...R$ 1.000,00
3.3.3.20.93 – Indenizações e restituições (16601297) ..…… ….....R$ 1.000,00
3.4.4.90.52 – Equipamentos e material permanente (16601297) ..…….....R$ 1.516,88

Total da suplementação do Crédito Especial ..... ….R$ 36.516,88

Art. 2º. Servirá de cobertura para o crédito especial, o que segue:

I – O Excesso de arrecadação da receita 4.1.7.1.6.50.01.12 – AEPETI - AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (9932889/16601297), no valor de ……R$ 33.200,00

O Excesso de arrecadação da receita 4.1.3.2.1.01.11.02.15 – REC REM DEP BANC RECUR VINC - AEPETI AÇÕES (9932769/16601297), no valor de …….....R$ 3.316,88

Total da cobertura do Crédito Especial ..... ….....R$ 36.516,88
Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publicado por:
Ingrid Zviezynski da Silveira
Código Identificador:B0276723

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PUBLICAÇÃO DE EDITAL

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

Em cumprimento aos dispositivos dos Artigos 37 da Lei Federal 6.437 de 20 de agosto de 1977, o serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, torna pública a seguinte Decisão dos Processos Administrativos Sanitários:
Autuado: MARIA HELENA ARAÚJO MOMO
Data da Autuação: 11/06/2024
CNPJ/CPF: 335.751.000-63
Processo: 28705 / 2024
Município: Alvorada/RS
Dispositivos legais infringidos e tipificação da Infração: 1 - Art 10º da RDC/ANVISA n° 63 de 25/11/2011 c/c Inc III, Art 14º da PORTARIA SES/RS n° 192/2022; 2 - Art 23º da RDC/ANVISA n° 63 de 25/11/2011 c/c Art 1° da Lei Federal n° 13.589 de 04/01/2018; 3 - Inc XVIII do Art 23° e 51º da RDC/ANVISA n° 63 de 25/11/2011; 4 - Inciso IX do Art. 23º e 54º da RDC/ANVISA n° 63 de 25/11/2011; 5 - Art 18º da RDC n° 509 de 27/05/2021 c/c Inc III do Art 6º da Lei Federal 8078 de 11/09/1990; 6 - Art. 11º, 17°, § 1º, 2º e 3º do Art 22º da RDC nº 222 de 28/03/2018; 7 - Art. 35° da RDC/ANVISA n° 63 de 25/11/2011 c/c Item 5.4 do ANEXO ÚNICO da PORTARIA SES/RS n° 149 de 26/02/2024; 8 - Art 57º da RDC/ANVISA n° 63 de 25/11/2011 c/c itens 8.11.2 e 8.11.3 do Manual de Odontologia Anvisa/2006 c/c Item 12 do ANEXO ÚNICO da PORTARIA SES/RS n° 149 de 26/02/2024; 9 - Art 57º da RDC/ANVISA n° 63 de 25/11/2011 c/c Itens 10.1, 10.2, 10.3 e 13.1 do ANEXO ÚNICO da PORTARIA SES/RS n° 149 de 26/02/2024; 10 - Art 57º da RDC/ANVISA n° 63 de 25/11/2011 c/c 8.1 do ANEXO ÚNICO da PORTARIA SES/RS n° 149 de 26/02/2024; 11 - Art 57º da RDC/ANVISA n° 63 de 25/11/2011 c/c Item 8.5 e Item 10.6.1 do ANEXO ÚNICO da PORTARIA SES/RS n° 149 de 26/02/2024; 12 - Art 31° e Inciso IV do Art 35° da RDC nº 222 de 28/03/2018 c/c Item 5.1 do ANEXO ÚNICO da PORTARIA SES/RS n° 149 de 26/02/2024; 13 - Art. 56 da RDC/ANVISA n° 63 de 25/11/2011; 14 - Art 36° da RDC/ANVISA n° 63 de 25/11/2011 c/c Item 5.5 do ANEXO ÚNICO da PORTARIA SES/RS n° 149 de 26/02/2024; 15 - Art 53° da RDC/ANVISA n° 63 de 25/11/2011 c/c Art 14° da RDC n° 509 de 27/05/2021; 16 - Art. 64º da RDC/ANVISA n° 63 de 25/11/2011. Tipificadas no Art. 10º inc. III da Lei Federal nº 6437 de 20/08/77.

Decisão: Julgada Procedente.

Penalidade Imposta: Multa leve.

Publique-se:

LUCIANA DA SILVEIRA
Coordenadora de Centro de Vigilância em Saúde

Publicado por:
Clairton Alves
Código Identificador:A1BF1874

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PUBLICAÇÃO DE EDITAL - NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO

Pelo presente, fica notificada EKR Carneiro, CNPJ 17.293.974/0001-03 , de que na data de 14 de MAIO de 2026, foi Julgado Procedente o Auto de Infração Sanitária nº 051/2026, Processo nº 27.707/2026 e aplicadas as penalidades de MULTA GRAVÍSSIMA (25 UPR) e INTERDIÇÃO TOTAL DO ESTABELECIMENTO, ficando ciente de que terá 15 (quinze dias) , a contar da publicação deste para, querendo, apresentar o recurso previsto no artigo 30, caput, da Lei Federal nº 6.437/1977,junto à Vigilância Sanitária de Alvorada, localizada na Rua Presidente Getúlio Vargas 1116 – Alvorada/RS ou diretamente no processo pelo endereço https://alvorada.atende.net/autoatendimento.alvorada, em PDF e assinado pelo representante legal.

Publique-se.

CLAIRTON ALVES
Coordenador da Vigilância Sanitária

LUCIANA DA SILVEIRA
Coordenadora do Centro de Vigilância em Saúde

Publicado por:
Clairton Alves
Código Identificador:FC3FDC82

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMBARÉ

LICITAÇÕES
PROCESSO DE DISPENSA POR LIMITE Nº: 199/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONTRUÇÃO PARA REFORMA DA CAPELA MORTUÁRIA
EXECUTOR: MINUANO MATERIAIS DE CONTRUÇÃO E AGRONEGOCIO LTDA, CNPJ: 17.124.422/0001-71
VALOR: R$ 4.399,87 (quatro mil trezentos e noventa e nove reais e oitenta e sete centavos)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75 INC. II
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
5467-1500-Recursos não Vinculados de Impostos

Arambaré, 16 de outubro de 2026,

IAGO DOS SANTOS KIELERMANN
(Prefeito).

Publicado por:
Joao Henrique de Oliveira Collato
Código Identificador:E286775A

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARICÁ

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADESÃO AO CONVÊNIO SINTER

Termo de Adesão do MUNICÍPIO DE ARARICÁ/ RS ao Convênio do Sinter, celebrado em 15 de dezembro de 2022, entre as administrações tributárias da União, do Distrito Federal e dos Municípios, com a participação da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), da Confederação Nacional de Municípios (CNM), e da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), objetivando a integração dos dados cadastrais, geoespaciais, fiscais e jurídicos relativos aos imóveis urbanos e rurais, públicos e privados, ao Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais

(Sinter) e para a finalidade de inscrição no Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB).

O **MUNICÍPIO DE ARARICÁ/RS**, neste ato representado pelo seu Prefeito, OSEAS GARCIA, CPF nº 005.xxx.xxx-07, tendo em vista o disposto no inciso IV do art.100 e no art. 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ora denominado

ADERENTE:
Considerando que o Convênio Sinter, celebrado em 15 de dezembro de 2022, dispõe sobre as regras relativas à integração dos Municípios e do Distrito Federal ao Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter), à inscrição no Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB) e estabelece o modelo deste Termo de Adesão ao Convênio,
resolve firmar, por seus representantes legais, o presente Termo de Adesão ao Convênio Sinter que se regerá pelas cláusulas seguintes:

DO OBJETO
Constitui objeto do presente Termo a adesão ao Convênio Sinter, celebrado em 15 de dezembro de 2022, a integração dos dados e informações cadastrais, geoespaciais, fiscais e jurídicos relativos aos imóveis urbanos e rurais, públicos e privados, sob gestão dos Municípios e do Distrito Federal, ao Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter), para a finalidade de inscrição no Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB), nos termos do Decreto nº 11.208, de 26 de setembro de 2022.

DAS CONDIÇÕES
O aderente se obriga às cláusulas do CONVÊNIO.

DA VIGÊNCIA
O presente TERMO é parte integrante do Convênio e terá vigência por prazo indeterminado, a partir da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.
Na ocorrência de ajustes ao convênio, este termo fica tacitamente ratificado, sem prejuízo ao direito ulterior de denúncia.

DA PUBLICAÇÃO
A publicação do presente TERMO no Diário Oficial da União é de responsabilidade da RFB.

O signatário firma o presente TERMO para que produza os efeitos legais e resultantes de direito.

Araricá, 16 de Outubro de 2026.

OSEAS GARCIA
Prefeito do Município de Araricá/ RS

Publicado por:
Andrei Luan da Silva
Código Identificador:C5A714E8

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATIBA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 077/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ARATIBA
CONTRATO Nº: 0077/26
PROCESSO LICITATÓRIO: 000082/26
MODALIDADE: DISPENSA
Nº MODALIDADE: 0036/26
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A75II(Art. 75, inc. II, da Lei nº 14.133/21)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARATIBA
CNPJ: 87.613.469/0001-84 - ENDEREÇO: RUA LUIZ LOESER
NÚMERO: 287 CIDADE: ARATIBA/RS
FORNECEDOR: JONATHAS GABOARDI- ENGENHARIA
CNPJ: 31.440.016/0001-49 - ENDEREÇO: R SAO PAULO
NÚMERO:161 CIDADE: ERECHIM/RS
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, MEDIANTE A ATUAÇÃO DE UM PROFISSIONAL DEVIDAMENTE HABILITADO E COM REGISTRO ATIVO NO CREA/RS, PARA ASSUMIR A RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA OPERAÇÃO DE EXTRAÇÃO E BRITAGEM DE ROCHA, ASSEGURANDO A CONFORMIDADE TÉCNICA, LEGAL E OPERACIONAL NO MUNICÍPIO DE ARATIBA/RS, COM VISITAS TÉCNICAS “IN LOCO” MENSAIS COM CARGA HORÁRIA DE 08 HORAS/MÊS.
VALOR: 19.452,00
Data Início da Vigência: 16/10/2026
Data Final da Vigência: 15/10/2027

Aratiba, 16 de outubro de 2026.

GELSON TARCISIO CARBONERA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas André Barbieri
Código Identificador:E14326A0

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 078/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ARATIBA
CONTRATO Nº: 0078/26
PROCESSO LICITATÓRIO: 000083/26
MODALIDADE: DISPENSA
Nº MODALIDADE: 0037/26
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A75II(Art. 75, inc. II, da Lei nº 14.133/21)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARATIBA
CNPJ: 87.613.469/0001-84 - ENDEREÇO: RUA LUIZ LOESER
NÚMERO: 287 CIDADE: ARATIBA/RS
FORNECEDOR: DIDONE SERVICOS GEOLOGICOS LTDA
CNPJ: 59.199.597/0001-98 - ENDEREÇO: QUINTINO BOCAIUVA
NÚMERO:254 CIDADE: ERECHIM/RS
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, MEDIANTE A ATUAÇÃO DE UM PROFISSIONAL DEVIDAMENTE HABILITADO E COM REGISTRO ATIVO NO CREA/RS, PARA ASSUMIR A RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA OPERAÇÃO DE EXTRAÇÃO DE SAIBRO, ASSEGURANDO A CONFORMIDADE TÉCNICA, LEGAL E OPERACIONAL NO MUNICÍPIO DE ARATIBA/RS, COM VISITAS TÉCNICAS “IN LOCO” MENSAIS COM CARGA HORÁRIA DE 08 HORAS/MÊS.
VALOR: 19.452,00
Data Início da Vigência: 16/10/2026
Data Final da Vigência: 16/10/2026

Aratiba, 16 de outubro de 2026.

GELSON TARCISIO CARBONERA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas André Barbieri
Código Identificador:132FEA59

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 076/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ARATIBA
CONTRATO Nº: 0076/26
PROCESSO LICITATÓRIO: 000081/26
MODALIDADE: DISPENSA
Nº MODALIDADE: 0035/26
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A75II(Art. 75, inc. II, da Lei nº 14.133/21)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARATIBA
CNPJ: 87.613.469/0001-84 - ENDEREÇO: RUA LUIZ LOESER
NÚMERO: 287 CIDADE: ARATIBA/RS
FORNECEDOR: JJ INSTALACOES COMERCIAIS LTDA

CNPJ: 05.682.742/0001-68 - ENDEREÇO: RODOVIA JUARES DOMINGOS VICARI SC 492
NÚMERO:S/N CIDADE: MARAVILHA/SC
OBJETO: Aquisição de gôndolas metálicas para estruturação do almoxarifado da farmácia da Unidade Básica de Saúde de Aratiba/RS, com recursos da Portaria SES nº 1.253/2025 – PROA nº 25/2000-0172384-6.
VALOR: 32.389,31
Data Início da Vigência: 16/10/2026
Data Final da Vigência: 15/02/2027

Aratiba, 16 de outubro de 2026.

GELSON TARCISIO CARBONERA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas André Barbieri
Código Identificador:EF251151

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DOS RATOS

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO INEXIGIBILIDADE 19/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DOS RATOS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 19/2026

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, em observância ao artigo 74, inciso V da Lei n° 14.133/2021 e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos.

CONTRATANTE: Município de Arroio dos Ratos/RS;
CONTRATADO: SANAY TASSONI GARCIA MARINS e GRAZIELA TASSONI GARCIA;
Objeto do contrato: Locação do imóvel localizado na Avenida Espanha, nº 647, Bairro Centro, em Arroio dos Ratos/RS;
Valor Total: R$ 72.000,00
Vigência do Contrato: 09 de outubro de 2026 a 09 de outubro de 2027
Licitação: Inexigibilidade de licitação 19/2026, com fulcro no artigo 74, inciso V da Lei 14.133/2021
Data da Assinatura: 09 de outubro de 2026
Partes: Darci Renato Feiten e Mário Luiz de Lima

Arroio dos Ratos, 09 de outubro de 2026.

DARCI RENATO FEITEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitória Lemos da Silva
Código Identificador:0F413B5E

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 4.667 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

DETERMINA A FIXAÇÃO NO SOLO DA BASE DAS GOLEIRAS QUE SE DESTINAM A PRÁTICAS ESPORTIVAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS NO MUNICÍPIO DE ARROIO DOS RATOS.

DARCI RENATO FEITEN, Prefeito Municipal de Arroio dos Ratos, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte **LEI**:
Art. 1º Fica determinada a obrigatoriedade de fixação no solo da base das goleiras que se destinam a práticas esportivas nos espaços públicos e privados no Município de Arroio dos Ratos, tais como praças, parques, quadras poliesportivas, instituições de ensino, entre outros.
Parágrafo Único. A fixação de que trata o caput deste artigo tem o objetivo de evitar acidentes devido ao deslocamento ou o tombamento das goleiras.
Art. 2º O descumprimento ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator à multa no valor equivalente a 03 (três) URM (Unidade de Referência Municipal).
Parágrafo Único. Em caso de reincidência, o infrator terá suspenso seu Alvará de Localização e Funcionamento, sua Autorização para o Funcionamento de Atividades Econômicas ou qualquer outra modalidade de licença municipal, conforme o caso.
Art. 3º A fiscalização para o cumprimento desta Lei deverá possuir, em seu primeiro ato, caráter informativo-instrutivo, com apontamentos por escrito das irregularidades constatadas, das providências que deverão ser tomadas pelo fiscalizado e do prazo para o saneamento das irregularidades.
Parágrafo Único. A multa prevista no art. 2º desta Lei somente será aplicada após cumprida a etapa de fiscalização de caráter informativo-instrutivo de que trata o caput deste artigo.
Art. 4º Os espaços públicos e privados referidos no caput do art. 1º terão o prazo de 60 (sessenta dias), contados da data de publicação desta Lei, para adequarem-se às suas disposições.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL Em, 06 de outubro de 2026.

DARCI RENATO FEITEN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MÁRIO LUIZ DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Nathalia Dos Santos Vales
Código Identificador:069CBFB5

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 4668 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

ALTERA A DENOMINAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARCI RENATO FEITEN, Prefeito Municipal de Arroio dos Ratos - RS, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterada a denominação da Secretaria Municipal de SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL que passa a ser denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Art. 2º As competências, atribuições e estrutura organizacional da Secretaria permanecem inalteradas, salvo ajustes necessários para adequação ao novo nome.

Art. 3º Todas as referências à antiga denominação constantes em leis, decretos, regulamentos, atos administrativos e demais documentos oficiais passam a ser entendidas como referentes à nova denominação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL Em, 09 de outubro de 2026.

DARCI RENATO FEITEN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MÁRIO LUIZ DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Nathalia Dos Santos Vales
Código Identificador:51000E3C

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 4669 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027.

DARCI RENATO FEITEN, Prefeito Municipal de Arroio dos Ratos - RS, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Capítulo I
Disposições Preliminares
Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2027, compreendendo:
I - as metas e as prioridades da administração municipal;
II - a organização e estrutura do orçamento;
III - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
VII - as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes anexos:

I - Anexo I, de metas fiscais, composto dos demonstrativos:
a) das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4º, § 1o, da Lei Complementar nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;
b) da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2025;
c) das metas fiscais previstas para 2026, 2027 e 2028, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2023, 2024 e 2025;
d) da evolução do patrimônio líquido, conforme o art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;
e) da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;
f) da avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, de acordo com o art. 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000;
g) da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000;
h) da margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC), conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000, cujo resultado é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC, ou da existência de espaço fiscal para a criação de novas despesas.
II - Anexo II, de Riscos Fiscais e providências, contendo a avaliação dos riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000.
III - Anexo III, de caráter informativo e não normativo, contemplando o detalhamento dos Programas e Ações previstos no Plano Plurianual, com execução prevista para próximo exercício, o qual deverá servir de referência para o planejamento, podendo ser atualizado pela lei orçamentária ou através de créditos adicionais.

Capítulo II
Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal
Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário consolidado, de R$ 888.991,37, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo I a esta Lei.
§ 1º Para fins da demonstração da compatibilidade referida no caput, a meta de resultado primário poderá ser ajustada quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas;
§ 2º Na hipótese prevista pelo § 1º, o demonstrativo de que trata a alínea "a" do inciso I do parágrafo único do art. 1º desta Lei deverá ser reelaborado e encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, acompanhado da memória e metodologia de cálculo devidamente atualizadas.
§ 3º Sem prejuízo do disposto no art. 65, II, da Lei Complementar nº 101/2000, em caso de não atingimento da meta de resultado primário estabelecida para 2027, admite-se, como limite de tolerância, o valor equivalente à frustração da arrecadação das receitas que são objeto das transferências previstas nos arts. 158, 159 e 212-A da Constituição Federal.
§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada ao final de cada quadrimestre entre os valores da arrecadação acumulada do exercício, em comparação com igual período do ano anterior.
§ 5º para efeitos da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, a meta alcançada em cada quadrimestre será comparada com a meta prevista para o mesmo período ajustada, quando for o caso, ao limite de tolerância previsto no § 3º deste artigo.

Art. 3º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2027 relacionadas com a execução de programas e ações orçamentárias estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2026/2029 - Lei nº 4.521, de 20 de agosto de 2025 e suas alterações, estão especificadas no Anexo III desta Lei.

§ 1º As metas e prioridades de que trata o caput, bem como as respectivas ações planejadas para o seu atingimento, poderão ser alteradas até a data do encaminhamento da proposta orçamentária ao Poder Legislativo, se surgirem novas demandas ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.
§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, as alterações do Anexo III serão evidenciadas em demonstrativo específico, a ser encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

Capítulo III
Da Organização e Estrutura do Orçamento
Art. 4º Na lei de orçamento, a despesa será discriminada por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação orçamentária e natureza de despesa, detalhada até o nível de elemento.

§ 1º O conceito de órgão corresponde ao maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.
§ 2º O conceito de unidade orçamentária corresponde ao menor nível da classificação institucional e sua classificação atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº 4.320/64.
§ 3º Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são aqueles dispostos na Portaria SOF/SETO/ME n.º 42/1999, e em suas alterações.
§ 4º Os conceitos e códigos de categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa são aqueles dispostos na Lei Federal nº 4.320/1964 e na Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163, de 4 de maio de 2001, e em suas alterações.
§ 5º As operações especiais relacionadas ao pagamento de encargos gerais do Município, serão consignadas em unidade orçamentária específica.

§ 6º Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no inciso V do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Art. 5º Independentemente da natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes.

Parágrafo único. As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que demandem emissão de empenho, serão executadas nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 6º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Município, devendo a correspondente execução ser registrada no sistema integrado de execução orçamentária e financeira a que se refere o art. 48, § 6º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, no art. 84 da Lei Orgânica do Município e no art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Parágrafo único. Integrarão a Proposta Orçamentária e a respectiva Lei Orçamentária, além dos quadros exigidos pela legislação federal:

I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II - demonstrativo da evolução da receita, por origem, em atendimento ao disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000;

III - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000;

IV - quadro que evidencie, em colunas distintas, as receitas por origem e as despesas por grupo de natureza de despesa, dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;

V - demonstrativo da receita por origem (2º nível de detalhamento) e planos de aplicação das despesas dos Fundos Especiais de que trata o art. 2º, § 2º, I, da Lei Federal nº 4.320/1964;

VI - demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com a meta de resultado primário, observando-se, quando cabível, o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 2º desta Lei;

VII - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, conforme metodologia de cálculo prevista na Instrução Normativa nº 12/2025, do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente;

VIII - demonstrativo da previsão das aplicações de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, nos termos da Lei Federal nº 9.394/1996, inclusive os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) de que trata a Lei Federal nº 14.113/2020;

IX - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141/2012;

X - demonstrativo dos instrumentos de programação a serem financiados com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar;

XI - demonstrativo do cálculo do limite máximo da despesa do Poder Legislativo, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, observado o disposto no § 2º do art. 13 desta Lei.

Art. 8º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - relato sucinto da situação econômica e financeira do Município e projeções para o próximo exercício, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento da dívida;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III - memória de cálculo e justificativa da estimativa da receita e da fixação da despesa, observando-se, no que couber, ao disposto nos arts. 22, I, 29 e 30 da Lei Federal nº 4.320/1964 e no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000.

IV - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do seu estoque nos últimos três anos, a situação provável no final de 2026 e a previsão para o exercício de 2027;

V - relação dos precatórios a serem cumpridos com as dotações para tal fim constantes na proposta orçamentária;

VI - relação das ações prioritárias aprovadas nas audiências públicas realizadas pelo Executivo na forma estabelecida pelo art. 12 desta Lei, com a identificação dos respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com destaque para os valores correspondentes às priorizações.

Art. 9º Deverão ser discriminadas em ações orçamentárias específicas as dotações destinadas:

I - às ações de alimentação escolar;

II - às ações de transporte escolar;

III - à concessão de subvenções econômicas e subsídios a pessoas físicas e jurídicas com finalidade lucrativa;

IV - à concessão de subvenções sociais, contribuições correntes, contribuições de capital e auxílios a entidades privadas sem fins lucrativos;

V - à transferência de recursos para Consórcios Públicos em decorrência de contrato de rateio;

VI - ao pagamento de sentenças judiciais;

VII - às despesas com publicidade institucional

VIII - às despesas com amortização, juros e encargos da dívida pública;

IX - ao pagamento de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social;

X - ao custeio, pelo Município, de despesas de competência de outros entes da Federação, observado o disposto no art. 62 desta Lei.

Art. 10. A Reserva de Contingência para fins de atendimento dos riscos fiscais especificados no Anexo II desta Lei será constituída com recursos não vinculados, e será fixada em, no mínimo, 1% da receita corrente líquida.

§ 1º Para fins de utilização da reserva de contingência referida no caput, considera- se evento fiscal imprevisto a necessidade de atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária, mediante abertura de créditos adicionais.

§ 2º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social será constituída dos recursos que corresponderão à previsão de seu superávit orçamentário e somente poderá ser utilizada para a cobertura de créditos adicionais do próprio regime.

§ 3º Além da Reserva de Contingência referida no caput, o Projeto de Lei Orçamentária conterá reservas para o atendimento de programações decorrentes de emendas parlamentares que forem aprovadas nos termos dos arts. 33 a 37 desta Lei.

Capítulo IV
Das Diretrizes para Elaboração e Execução do Orçamento e suas Alterações

Seção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 11. Os órgãos da Administração Indireta e o Poder Legislativo encaminharão à Secretaria da Fazenda, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no caput também se aplica ao respectivo conselho, em relação às deliberações que, por força de norma legal, devem efetuar em relação às propostas de aplicação dos recursos vinculados:

I - ao Fundo Municipal de Saúde - FMS;

II - ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
III - ao fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMDICA;
IV - ao Fundo Municipal do Idoso - FM Idoso;
V - ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); e
VI - ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS);
VII- Fundo Municipal de Turismo;
VIII-Fundo Municipal do Desporto;
IX-Fundo Municipal da Cultura;
X- Fundo Municipal do Meio Ambiente;
XI- Fundo do Bem-Estar e Proteção Animal

Art. 12. A elaboração, a aprovação e execução do orçamento obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.
§ 1º Para fins de atendimento ao disposto no art. 48, § 1º, I, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo organizará audiência(s) pública(s) a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.
§ 2º A Câmara Municipal organizará audiência(s) pública(s) para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.
§ 3º Se por situação de emergência, calamidade ou de saúde pública houver medida restritiva à circulação e reunião de pessoas, as audiências públicas de que trata este artigo poderão ser realizadas de forma virtual, mediante o uso de tecnologias que permitam a participação de qualquer interessado.

Art. 13. Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos e benefícios fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2027.
§ 1º Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para próximo exercício, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
§ 2º Para fins da fixação da despesa orçamentária da Câmara Municipal, observado os limites estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 12/2025 do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente, considerar-se-á a receita arrecadada até mês de, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 14. Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente serão destinadas dotações para novos projetos para investimentos se:
I - tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do Anexo IV desta Lei;
II - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao início ou continuidade de investimentos programados com recursos oriundos de transferências voluntárias, de transferências especiais da União, de operações de crédito ou de alienação de bens, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 15. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, quando forem exigíveis, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

§ 1º Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor no exercício financeiro de 2027, em cada evento de contratação, não ultrapasse o limite estabelecido para dispensa de licitação de que trata o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
§ 2º No caso de despesas com pessoal e respectivos encargos, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, em cada evento de admissão, não exceda a 10 (dez) vezes o menor padrão de vencimentos.

Art. 16. No caso de aumento de despesas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que não se enquadrem como de caráter irrelevante nos termos do art. 15 desta Lei, deverão ser observados os seguintes requisitos:
I - se for obrigatória de caráter continuado, atender ao disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 e estar acompanhada de medidas de compensação, no exercício em que entre em vigor e nos dois exercícios subsequentes, por meio de:
a) aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição; ou
b) redução permanente de despesas.
II - se não for obrigatória de caráter continuado, cumprir os requisitos previstos no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, dispensada a apresentação de medida compensatória.
§1º ficam dispensadas das medidas de compensação as hipóteses de aumento permanente de despesas previstas no § 1º do art. 24 da Lei Complementar nº 101/2000.
§2º No caso de criação ou aumento de despesas decorrentes de ações destinadas ao combate de situação de calamidade pública, aplicam-se, no que couber, as disposições do art. 65, § 1º, III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 17. O controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de deverão ser orientados para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 1º Os custos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base, a comparação entre as despesas autorizadas e liquidadas, bem como a comparação entre as metas físicas previstas e as realizadas.
§ 2º Caberá à Secretaria da Fazenda organizar a formação de Grupos Setoriais de Custos, oportunizando o acesso a treinamentos, reuniões técnicas e outros eventos a serem realizados com vistas ao aperfeiçoamento da gestão de custos na Administração Pública Municipal.
§ 3º As informações sobre a previsão e execução física e financeira dos programas finalísticos, cuja totalidade de recursos contemplados no respectivo orçamento seja superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) deverão ser objeto de capítulo específico no relatório de avaliação das metas fiscais do último quadrimestre do exercício, a ser apresentado em audiência pública na forma do art. 25 desta Lei.

Seção II
Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social
Art. 18. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I - do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
II - das receitas vinculadas ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais;
III - das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no caput deste artigo;
IV - de aportes de recursos do Orçamento Fiscal.

Parágrafo único. O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no inciso IV do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Seção III
Da programação financeira e limitação de empenhos

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados no Balanço Patrimonial do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

§ 1º O ato referido no caput deste artigo e os que o modificarem conterá:

I - metas quadrimestrais para o resultado primário, que servirão de parâmetro para a avaliação de que trata o art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000;
II - metas bimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;
III - cronograma de desembolso mensal de despesas, por órgão e unidade orçamentária.

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 20. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas fiscais, e observado o disposto no §2º do art. 2º desta Lei, os Poderes Executivo e Legislativo, adotarão, no âmbito das respectivas competências, a limitação de empenhos e movimentação financeira observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
II - obras em geral, cuja fase ou etapa ainda não esteja iniciada;
III - dotação para materiais de consumo e serviços de terceiros das diversas atividades;
IV - diárias de viagem;
V - festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza;
VI - despesas com publicidade institucional;
VII - horas extras.
§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2026, observada a vinculação de recursos.

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho:

I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal n.º 141, de 13 de janeiro de 2012;
II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;
III - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e
IV - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no art. 22 desta Lei.

§ 3º O montante da limitação a ser promovida pelos Poderes Executivo e Legislativo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais, excluídas as dotações das despesas ressalvadas de limitação de empenho, na forma prevista no § 2º deste artigo.
§ 4º Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo, com base na informação a que se refere o § 3º, editarão ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.
§ 5º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000.
§ 6º Sem prejuízo das disposições do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000, na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação.

Art. 21. Observado o disposto no § 2º do art. 29-A, da Constituição Federal e o cronograma referido no § 2º do art. 19 desta Lei, o repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º Os rendimentos das aplicações financeiras e outros ingressos orçamentários que venham a ser arrecadados através do Poder Legislativo, serão contabilizados como receita pelo Poder Executivo, tendo como contrapartida o repasse referido no caput este artigo.
§ 2º Para fins do disposto no § 2º do art. 168 da Constituição Federal, até o último dia útil do exercício, o saldo de recursos financeiros porventura existentes na Câmara, será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo;
§ 3º O eventual saldo que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2028.
Art. 22. As dotações dos projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, de transferências especiais da União, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentadas se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º No caso dos recursos de transferências voluntárias e de operações de crédito, o ingresso no fluxo de caixa será considerado garantido a partir da assinatura do respectivo convênio, contrato ou instrumento congênere, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos que impliquem aumento dos valores a serem transferidos, não se confundindo com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto nos respectivos instrumentos.
§ 2º A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma a permitir o adequado controle da vinculação, na forma estabelecida pelo parágrafo único do art. 8º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.
Parágrafo único. Os valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2027 poderão ser utilizados, até a sanção da respectiva Lei, para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 24. Para efeito do disposto no § 1º do art. 1º e do art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da despesa correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

§ 1º No caso de despesas relativas a obras e prestação de serviços, consideram se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.
§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput, a inscrição ou a manutenção dos restos a pagar processados e não processados subordinam-se às

regras definidas na Instrução Normativa nº 12/2025, do Tribunal de Contas ou norma que lhe for superveniente.

Art. 25. As metas de receitas e despesas programadas para cada quadrimestre nos termos do art. 19 desta Lei serão objeto de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos.
§ 1º Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no caput.
§ 2º Se por situação de emergência, calamidade ou de saúde pública houver medida restritiva à circulação e reunião de pessoas, as audiências públicas de que trata este artigo poderão ser realizadas de forma virtual, mediante o uso de tecnologias que permitam a participação de qualquer interessado.

Seção IV
Das Alterações da Lei Orçamentária
Art. 26. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais será realizada por fonte de recursos, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000.
§ 2º Os recursos alocados na Lei Orçamentária para pagamento de precatórios ou de requisições de pequeno valor somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização legislativa específica.
§ 3º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei Orçamentária, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.
§ 4º Nos casos de abertura de créditos suplementares e especiais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:
I - superávit financeiro do exercício de 2026, por fonte de recursos;
II - créditos especiais e extraordinários reabertos no exercício de 2027;
III - valores do superávit já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;
IV - saldo atualizado do superávit financeiro disponível, por fonte de recursos.

§ 5º Considera-se superávit financeiro do exercício anterior, para fins do § 2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecida a fonte de recursos correspondente.
§ 6º Os créditos adicionais serão abertos conforme detalhamento constante no art. 4.º desta Lei.

Art. 27. No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados pela Lei Orçamentária Anual, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, proceder-se-á por ato da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores.

Art. 28. Quanto necessária, a reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada por ato do Poder Executivo.
Parágrafo único. A codificação da programação objeto da reabertura dos créditos especiais e extraordinários poderá ser adequada à constante da Lei Orçamentária, desde que não haja alteração da finalidade das ações orçamentárias.

Art. 29. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual e em créditos adicionais, mantida a estrutura programática, conforme as definições do art. 4º desta Lei.

§ 1º Para fins do disposto no caput, considera-se:
I - Transposições: deslocamento de dotações orçamentárias entre programas de trabalho alocados dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária;
II - Remanejamentos: deslocamento de dotações orçamentárias de um órgão para outro ou de uma unidade orçamentária para outra, em decorrência de alterações na estrutura administrativa por meio da criação, extinção, cisão ou fusão de unidades administrativas da administração direta ou de órgãos da administração indireta.
III - Transferências: deslocamento de dotações de despesas correntes para despesas de capital, ou vice-versa, dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária e do mesmo programa de governo.

§ 2º As transposições, transferências ou remanejamentos não poderão resultar na criação de novas categorias de programação nem alteração do total da despesa autorizada na Lei Orçamentária, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação por funções e subfunções.

Art. 30. Não serão considerados créditos adicionais as modificações das fontes de recursos e das modalidades de aplicação da despesa aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, que poderão ser alteradas por ato do Poder Executivo para atender às necessidades de execução orçamentária da despesa, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.
Parágrafo único. O disposto no caput também se aplica no caso de ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Seção V
Da execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária
Art. 31. Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2026, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§ 1º Excetuam-se do disposto no caput deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, cumprimento de sentenças judiciais e despesas à conta de recursos oriundos de transferências voluntárias e de operações de crédito, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.

§ 2º Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento, assim entendidas aquelas constantes no projeto de lei orçamentária cuja execução financeira, até 31 de dezembro de 2026, já tenha ultrapassado 20% (vinte por cento) do valor contratado.

Seção VI
Das Disposições Relativas às Emendas ao Projeto de Lei de Orçamento

Subseção I
Disposições Gerais
Art. 32. Toda e qualquer e emenda ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem, deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei nº 4.521, de 20 de agosto de 2025, Plano Plurianual 2026/2029 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que resultem na diminuição das programações das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida.

§ 2º Para fins do disposto no § 3º, inciso I, do art. 166 da Constituição, serão consideradas incompatíveis com as diretrizes orçamentárias estabelecidas por esta Lei:
I - as emendas que acarretem a aplicação de recursos abaixo dos gastos mínimos constitucionalmente previstos para a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde;
II - as emendas que não preservem as dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais;
III - as emendas que reduzirem o montante de dotações suportadas por recursos oriundos de transferências legais e voluntárias da União e/ou do Estado.
IV - as emendas que reduzirem em mais de 30% do montante destinado para despesas de conservação do patrimônio público.

§ 3º Para fins do disposto no art. 166, § 8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes.

Subseção II
Do Regime de Aprovação e Execução das Emendas Individuais e de Bancada
Art. 33. Sem prejuízo do disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, o regime de aprovação e execução das emendas individuais e de bancada ao projeto de lei orçamentária atenderá ao disposto nesta subseção.

Art. 34. É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, das programações decorrentes de emendas individuais e de bancada aprovadas ao projeto de lei orçamentária, observado, na execução, o disposto nos §§ 11 e 12 do art. 166 da Constituição.
§ 1º Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que observe critérios objetivos e imparciais e que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.
§ 2º No caso das emendas que contemplem recursos para entidades privadas sob a forma de subvenções, auxílios ou contribuições, os autores deverão indicar, quando necessário, na forma e prazos estabelecidos pelo Poder Executivo, os beneficiários específicos e a ordem de prioridade para efeito da aplicação do disposto no § 1º.

§ 3º Ressalvada a ocorrência de impedimentos cujo prazo para superação inviabilize o reconhecimento da despesa até o final do exercício financeiro, entende-se por:
I - execução orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive a sua inscrição em restos a pagar;
II - execução financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar que deverá corresponder, no mínimo, à metade do montante total das programações das emendas individuais e de bancada.

§ 4º Na ocorrência de situação que determine a limitação de empenhos e movimentação financeira nos termos do art. 20 desta Lei, a execução orçamentária das programações orçamentárias das emendas poderá ser reduzida na mesma proporção.

Art. 35. Para fins de atendimento ao disposto nesta Subseção, constarão no Projeto de Lei Orçamentária as seguintes reservas de contingência:
I - de até 1,2% (um vírgula dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior, sendo 0,6% (zero vírgula seis por cento) de recursos livres e 0,6% (zero vírgula seis por cento) de recursos vinculados às ações e serviços públicos de saúde, a qual deverá ser indicada como fonte de recursos para a aprovação das emendas individuais;
II - de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior, constituída de recursos livres, a qual deverá ser indicada como fonte de recursos para a aprovação das emendas de bancada.

§ 1º Para fins de cálculo do valor da Receita Corrente Líquida referida nos incisos I e II do caput, considerar-se-á a metodologia estabelecida na Instrução Normativa nº 12/2025, do Tribunal de Contas do Estado ou a norma que lhe for superveniente.

§ 2º Para apresentação das emendas de que trata estra seção, o Legislativo observará o que segue:
I - no caso das emendas individuais, o valor total por autor será obtido a partir da divisão do montante estabelecido no inciso I do caput pelo número de Vereadores com assento da Câmara Municipal;
II - para as emendas de bancada, o valor total a ser atribuído a cada uma será obtido a partir da divisão do montante estabelecido no inciso II do caput pelo número de bancadas existentes.

§ 3º É vedada qualquer forma de cessão ou transferência entre vereadores ou entre bancadas, dos limites de que tratam os incisos I e II do parágrafo anterior.

§ 4º Não será obrigatória a execução orçamentária e financeira das emendas individuais e de bancada que desatenderem os critérios estabelecidos nesta subseção, sendo os recursos correspondentes revertidos à reserva de contingência, os quais poderão ser utilizados pelo Poder Executivo para a abertura de créditos adicionais.

Art. 36. Para fins do disposto no §13 do art. 166 da Constituição, serão considerados impedimentos de ordem técnica quaisquer situações ou eventos de ordem fática ou legal que, enquanto não superados, obstam ou suspendem a execução da programação orçamentária das emendas, em consonância com as regras e os princípios que regem a administração pública.

§ 1º Sem prejuízo de outros critérios e procedimentos adicionais que venham a ser estabelecidos em ato do Poder Executivo, são consideradas hipóteses de impedimentos de ordem técnica:
I - não indicação, pelo autor da emenda, quando for o caso, do beneficiário e respectivo valor;

II - no caso de emendas que proponham transferências de recursos sob a forma de subvenções, auxílios ou contribuições:

a) não cumprimento pela entidade beneficiária, dos requisitos estabelecidos na Seção VII do Capítulo IV desta Lei;
b) ausência de pertinência temática entre o objeto proposto e a finalidade institucional da entidade beneficiária;
c) não apresentação de proposta ou plano de trabalho ou apresentação fora dos prazos previstos em regulamento;
d) não realização de complementação ou ajustes solicitados em proposta ou plano de trabalho, bem como realização de complementação ou ajustes fora dos prazos previstos.

III - desistência expressa do beneficiário da emenda;
IV - incompatibilidade do objeto da emenda com a finalidade do programa ou da ação orçamentária emendada;
V - no caso de emendas relativas à aquisição de equipamentos ou execução de obras ou instalações:

a) incompatibilidade do valor proposto com o custo de aquisição dos equipamentos ou, no caso de obras, com o cronograma físico financeiro de execução do projeto que permita, no mínimo, a conclusão de etapa útil com funcionalidade que permita o usufruto dos benefícios pela sociedade;
b) ausência de projeto de engenharia aprovado pelo órgão responsável, nos casos em que for necessário;
c) a ausência de licença ambiental prévia, nos casos em que for necessária;
d) não comprovação, por parte do órgão ou entidade beneficiada pela emenda, da capacidade de aportar recursos para manutenção e operação do empreendimento, após a sua conclusão;

VI - a aprovação de emenda individual que conceda dotação para instalação ou funcionamento de serviço público que não esteja anteriormente criado por Lei, ou que implique na criação de despesa obrigatória de caráter continuado, nos termos do art. 17, da Lei Complementar nº 101/2000;
VII - a não indicação das Reservas de Contingência referidas nos incisos I e II art. 35 desta Lei, como fonte de recursos para, respectivamente, atender as emendas individuais e de bancada;

§ 2º Não constitui impedimento de ordem técnica a classificação indevida de modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos, cabendo ao Poder Executivo realizar os ajustes necessários.
§ 3º Em atendimento ao disposto no § 14 do art. 166 da Constituição, com o fim de viabilizar a execução das programações incluídas por emendas individuais e de bancada, até 90 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo estabelecerá, em decreto, o cronograma para análise e verificação de eventuais impedimentos das programações aprovadas pelo Legislativo e demais procedimentos necessários à viabilização da execução das emendas de que trata esta subseção.
§ 4º Inexistindo impedimento de ordem técnica ou tão logo o óbice seja superado, os órgãos e as unidades deverão, nos termos do Decreto referido no parágrafo anterior, adotar os meios e as medidas necessários à execução das programações, observados os limites da programação orçamentária e financeira vigente.
§ 5º As dotações orçamentárias relativas às emendas individuais ou de bancada que permanecerem com impedimento técnico insuperável após 20 de novembro de 2027 poderão ser utilizadas pelo Poder Executivo como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais, na forma da Lei Federal nº 4.320/1964.
§ 6º As justificativas para a inexecução das programações orçamentárias das emendas individuais e de bancada comporão o relatório de avaliação das metas fiscais do último quadrimestre do exercício, a ser apresentado em audiência pública na forma do art. 25 desta Lei.

Art. 37. A identificação, controle e acompanhamento da execução orçamentária da programação incluída ou acrescida mediante emendas de que trata esta subseção deverão ser viabilizados através de relatórios extraídos do sistema de execução financeira e orçamentária do Poder Executivo.
Parágrafo único. Os relatórios referidos no caput deste artigo, deverão detalhar, no mínimo, a relação das emendas aprovadas, o autor, a classificação, a ação orçamentária, bem como os respectivos valores aprovados e executados.

Seção VII
Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas

Subseção I
Das Subvenções Econômicas
Art. 38. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da Lei Complementar no 101/2000.
§ 1º Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei Federal nº 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas com fins lucrativos de que trata o caput somente poderá ocorrer por meio de subvenções econômicas, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.
§ 2º As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o caput deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação 60 - Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos" e no elemento de despesa 45 - Subvenções Econômicas.

Art. 39. No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 será efetivada exclusivamente por meio de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica e serão executadas na modalidade de aplicação 90 - Aplicações Diretas e no elemento de despesa 48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas.

Subseção II
Das Subvenções Sociais
Art. 40. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos arts. 12, § 3º, I, 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

Subseção III
Das Contribuições Correntes e de Capital
Art. 41. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:
I - estejam autorizadas em lei específica, que identifique expressamente a entidade beneficiária;
II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária; ou
III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de atividades ou projetos que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Art. 42. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6°, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Subseção IV
Dos Auxílios
Art. 43. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964, que dependa da abertura de crédito adicional especial ou extraordinário, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos que sejam:
I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica ou educação especial;
II - para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;
III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;
IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmada com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;
V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;
VI – se destinam a atender, assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua habilitação, reabilitação e integração social e cidadania, nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015;
VII – que desenvolvam atividades de coleta e processamento de material reciclável, e sejam constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, hipótese em que caberá ao Poder Executivo aprovar as condições para aplicação dos recursos;
VIII - voltadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social que:

a) se destinem a pessoas idosas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;
b) sejam voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, violação de direito ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda;

Parágrafo único. No caso do inciso I, a transferência de recursos públicos deve ser obrigatoriamente justificada e vinculada ao plano de expansão da oferta pública na respectiva etapa e modalidade de educação.

Subseção V
Das Disposições Gerais para Destinação de Recursos Públicos para Pessoas Físicas e Jurídicas
Art. 44. Sem prejuízo das demais disposições contidas nesta seção, a transferência de recursos prevista na Lei Federal nº 4.320/1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:
I - execução da despesa na modalidade de aplicação 50 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos;
II - estar regularmente constituída, assim considerado:

a) no mínimo 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, admitida a redução deste prazo por autorização legislativa específica na hipótese de nenhuma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos atingi-lo;
b) tenha escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

III - ter apresentado as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e no convênio ou termo de parceria, contrato ou instrumento congênere celebrados;
IV - inexistir prestação de contas rejeitada pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo, for sanada a irregularidade ou quitados os débitos ou reconsiderada a decisão pela rejeição
V - não ter como dirigente pessoa que:
a) seja membro de Poder, órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
b) incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1°, inciso I, da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990;
c) cujas contas relativas a convênios, termos de parcerias, contratos ou instrumentos congêneres tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
d) tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
e) tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.
VI - formalização de processo administrativo, no qual fiquem demonstrados formalmente o cumprimento das exigências legais em razão do regime jurídico aplicável à espécie, além da emissão de pareceres do órgão técnico da Administração pública e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Parágrafo único. Caberá a assessoria do Prefeito verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos nesta seção, comunicando à Unidade Central de Controle Interno eventuais irregularidades verificadas.

Art. 45. É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma de subvenções, auxílios e contribuições, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

Art. 46. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização da Administração Pública e dos conselhos de políticas públicas setoriais, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§1º Enquanto vigentes os respectivos convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos congêneres, o Poder Executivo deverá divulgar e manter atualizadas na internet relação das entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenções, contribuições e auxílios, contendo, pelo menos:
I - nome e CNPJ da entidade;
II - nome, função e CPF dos dirigentes;
III - área de atuação;
IV - endereço da sede;
V - data, objeto, valor e número do convênio, termo de parceria, contrato ou instrumento congênere;
VI - valores transferidos e respectivas datas.

§2º Sem prejuízo do parágrafo anterior, no caso das parcerias celebradas com base nas disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, deverão ser observadas, no que couber, as disposições dos arts. 10, 11 e 12 da referida Lei.

Art. 47. A notas de empenho das transferências de recursos de que trata esta Seção deverá serão emitidas até a data da assinatura do respectivo convênio, termo de parceria, ajuste ou instrumento congênere, observado o princípio da competência da despesa, nos termos do art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 48. Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios de que trata esta Seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:
I - depósito e movimentação em conta bancária específica para cada instrumento de transferência;
II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

Parágrafo único. Quando demonstrada a impossibilidade de pagamento de fornecedores ou prestadores de serviços mediante transferência bancária, o convênio, o termo de parceria, o ajuste ou instrumento congênere poderá admitir a realização de pagamento em espécie, desde que a relação de tais pagamentos conste no plano de trabalho e os recibos ou documentos fiscais pertinentes identifiquem adequadamente os credores.

Art. 49. Não se aplicam a disposições desta seção os recursos entregues a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio, nos termos regulados pela Lei Federal nº 11.107/2005 e pelo Decreto Federal nº 6.017/2017.

Seção VIII
Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos
Art. 50. Observado o disposto no art. 27 da Lei Complementar nº 101/2000, a concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas fica condicionada ao pagamento de juros não inferiores a 1% (um por cento) ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;
II - pré-seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;
III - formalização de contrato;
IV - assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§ 1º No caso das pessoas jurídicas, serão consideradas como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas que:
I - desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental;
II - integrem as cadeias produtivas locais;
III - empreguem pessoas com deficiência em proporção superior à exigida no art. 110 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
IV - adotem políticas de participação dos trabalhadores nos lucros;

§ 2º Através de lei específica, poderão ser concedidos subsídios para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o caput deste artigo, bem como autorizadas prorrogações e parcelamentos de saldos devedores.

Capítulo V
Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal
Art. 51. A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 52. O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

Capítulo VI
Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 53. No exercício de 2027, a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 6º dessa Lei, deverão obedecer às disposições deste capítulo e, no que couber, a Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Todas as unidades gestoras deverão ter como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de outubro de 2026, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais com efeito financeiro no próximo exercício, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e o crescimento vegetativo.

Art. 54. Para fins dos limites previstos no art. 19, inciso III, alíneas "a" e "b" da Lei Complementar nº 101/2000, o cálculo das despesas com pessoal dos poderes executivo e legislativo deverá observar as prescrições da Instrução Normativa nº 12/2025 do Tribunal de Contas do Estado, ou a norma que lhe for superveniente.

Parágrafo único. Em atendimento ao disposto no § 1º do artigo 18 da Lei Complementar nº 101/2000, os contratos, convênios e demais ajustes celebrados pelos órgãos e entidades mencionados no art. 6º desta Lei, que contenham elementos indicativos de contratação de mão de obra empregada em atividade-fim da do órgão contratante ou inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo respectivo plano de cargos e salários do seu quadro de pessoal deverão identificar, em planilha de custos específica, integrante dos respectivos instrumentos, o valor que se refere ao custo da remuneração de pessoal e encargos sociais, diretamente relacionado com o objeto do ajuste.

Art. 55. Em cumprimento ao disposto no art. 39, § 6º da Constituição Federal, até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

Art. 56. O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16, 17 e 21 do referido diploma legal, fica autorizado para:
I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;
II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;
III - prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;
IV - prover cargos em comissão e funções de confiança.

§ 1º Também estão autorizadas as seguintes ações, relacionadas com a política de pessoal da Administração Municipal:
I - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;

II - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;
III - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte e segurança no trabalho.

§ 2º No caso dos incisos I, II, III e IV do Caput, as exposições de motivos dos projetos de lei ou, quando for o caso, os procedimentos administrativos correspondentes, deverão demonstrar, para os efeitos dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, as seguintes informações:
I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se, no mínimo por grupo de natureza de despesa, os valores a serem acrescidos nas despesas com pessoal e o seu acréscimo percentual em relação à Receita Corrente Líquida estimada;
II - declaração do ordenador de despesa de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e as categorias de programação da Lei Orçamentária Anual que contenha as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados e os saldos remanescentes.

§ 3º As estimativas de impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesas para o aumento dos gastos com pessoal, terão validade de 3 (três) meses contados da data da sua elaboração, devendo tais documentos ser reelaborados na hipótese de não ser praticado, dentro deste prazo, o ato que resulte aumento da despesa com pessoal.

§ 4º No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 5º Os atos que provoquem aumento da despesa de que tratam os incisos I, II, III e IV do Caput serão considerados nulos de pleno direito, caso praticados sem o atendimento das disposições dos incisos I e II do § 2º deste artigo.

§ 6º As disposições deste capítulo aplicam-se no que couber às proposições legislativas relacionadas com o aumento de gastos com pessoal, inclusive de cunho indenizatório, que não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à sua entrada em vigor ou à plena eficácia da norma.

§ 7º As disposições do § 2º do art. 56 desta Lei não se aplicam aos atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório bem como as despesas irrelevantes, até o valor estabelecido no art. 15, § 2º desta lei.

Art. 57. Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:
I - as situações de emergência ou de calamidade pública;
II - as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;
III - a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas neste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

Capítulo VII
Das Alterações na Legislação Tributária

Art. 58. As receitas serão estimadas e discriminadas:
I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;
II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2027, especialmente sobre:

a) atualização da planta genérica de valores do Município;

b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo,

condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;
g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;
h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;
i) demais incentivos e benefícios fiscais.
Art. 59. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 58, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

Art. 60. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, e conceder descontos pela antecipação do pagamento, devendo esses eventos ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1º A concessão ou ampliação de qualquer desoneração que importe renúncia fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerada na estimativa da receita, dependerá da realização do estudo do impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:
§ 2º Poderá ser considerado como aumento de receita, para efeito do disposto neste artigo, o acréscimo que for observado na arrecadação dos tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, em percentual que supere a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
§ 3º Não se sujeitam às regras do § 1º:
I - a homologação de pedidos concessão de incentivos ou benefícios apresentados com base na legislação municipal preexistente;
II - a concessão de incentivos ou benefícios de natureza tributária ou não tributária cujo impacto seja irrelevante, assim considerado o limite de 0,1% (zero vírgula um) da Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2027.
III - os incentivos ou benefícios de natureza tributária ou não tributária concedidos de acordo com as disposições do art. 65, § 1º, III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 61. Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do §3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

Capítulo VIII
Das Disposições Gerais
Art. 62.- Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União, do Estado ou de outros Municípios, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar, defesa civil ou ainda a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o caput deste artigo.

Art. 63. Por meio da Secretaria Municipal da Fazenda, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão Geral de Pareceres da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 64. Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 65. Fica facultado ao Poder Executivo publicar no órgão oficial de imprensa, de forma simplificada, a Lei Orçamentária Anual bem como as leis e os decretos de abertura dos créditos adicionais.

Art. 66. Fica autorizada a retificação e republicação da Lei Orçamentária e dos Créditos Adicionais, nos casos de inexatidões formais.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput consideram-se inexatidões formais quaisquer inconformidades com a legislação vigente, da codificação ou descrição de órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, ações, natureza da despesa ou da receita e fontes de recursos, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Art. 67. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL Em, 09 de outubro de 2026.

DARCI RENATO FEITEN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MÁRIO LUIZ DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Nathalia Dos Santos Vales
Código Identificador:3FA18032

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 4670 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ARROIO DOS RATOS A RECEBER EM DOAÇÃO DOS MATERIAIS E DA CONFECÇÃO DOS BRINQUEDOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARCI RENATO FEITEN, Prefeito Municipal de Arroio dos Ratos - RS, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação dos materiais e da confecção dos brinquedos destinados à implantação de praça pública: 01 balanço com 02 assentos juvenis e 01 assento para bebê; 01 gangorra; 01 gira-gira; 01 escorregador; e 01 escalada (trepa-trepa), no Município de Arroio dos Ratos/RS, a ser doada pelas empresas SIX IMÓVEIS, de André Pereira Rocha, CNPJ nº 20.409.182/0001-66 e Metalúrgica Ramos, CNPJ nº 10.506.231/0001-25.
Art. 2º Os brinquedos objeto da doação serão incorporados ao patrimônio público municipal, mediante os registros administrativos e contábeis pertinentes.

Art. 3º Os brinquedos serão instalados no terreno localizado no entroncamento da Avenida James Johnson com a Rua Presidente Arthur da Costa e Silva, sobre a matrícula nº 3.477, área de posse do Município de Arroio dos Ratos/RS.

Art. 4º Compete ao Município realizar a remoção, transporte, adequação, instalação e manutenção dos brinquedos doados, bem como executar as obras necessárias à implantação dos mesmos.
Art. 5º A doação será formalizada mediante Termo de Doação, conforme minuta constante no Anexo I desta Lei.
Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL Em, 09 de outubro de 2026.

DARCI RENATO FEITEN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MÁRIO LUIZ DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Nathalia Dos Santos Vales
Código Identificador:8A15B44D

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 4671 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS, A TÍTULO DE APOIO CULTURAL, PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO DO “ENCONTROS DE MOTOS" E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARCI RENATO FEITEN, Prefeito Municipal de Arroio dos Ratos - RS, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros, a título de apoio cultural, para realização do projeto cultural para realização do evento " **II ENCONTRO DE MOTOS**", realizado na Sociedade Última Hora, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ sob o nº 89.103.360/0001-22 nos dias 17 a 18 de outubro de 2026, localizado na rua Antônio Knuth, 20, Centro em Arroio dos Ratos/RS.

Art. 2ºA participação do Poder Executivo Municipal ocorre por intermédio da Coordenadoria de Cultura, na figura de patrocinador do evento cultural, repassando o valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais).

Parágrafo único. Os valores repassados serão para o custeio de despesas descritas no Plano de Trabalho em anexo.

Art. 3ºA prestação de contas deverá ser apresentada pela Sociedade Última Hora, na pessoa do seu representante legal, em até (20) dias contados do efetivo repasse financeiro, mediante a comprovação da utilização dos recursos, acompanhado do extrato bancário, notas fiscais de despesas e o relatório de execução do Plano de Trabalho.

Parágrafo único. A falta de apresentação da prestação de contas no prazo indicado no Caput importará na devolução dos valores repassados, acrescidos de juros e correção monetária, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas em Lei, advertência, suspenção temporária da participação em projetos patrocinados pela Administração Pública pelo prazo de 02(dois) anos, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas pela seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02
Unidade: 001
Programa: 1.201
Projeto/Atividade: 1550
Elemento: 3.3.5.04.30.70.00.00.00
Código Reduzido: 708

Art. 5º Aplicam-se as disposições da Lei Municipal nº 4.639 de 03 de julho de 2026, no que couber.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL Em, 09 de outubro de 2026.

DARCI RENATO FEITEN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MÁRIO LUIZ DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Nathalia Dos Santos Vales
Código Identificador:99736509

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 4672 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AUXÍLIO E FIRMAR TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE ARROIO DOS RATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARCI RENATO FEITEN, Prefeito Municipal de Arroio dos Ratos - RS, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio e firmar Termo de Fomento com a Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Arroio dos Ratos, inscrita no CNPJ nº 34.715.170/0001-74, com sede a Rua Dona Sarah, nº 250, Bairro Santa Barbara, na cidade de Arroio dos Ratos – RS, conforme Plano de Trabalho anexo.

Art. 2º - O Termo de Fomento referido no artigo anterior compreende o valor total de **R$ 15.000,00** (quinze mil reais), para integralização do valor da compra de uma nova ambulância equipada para o atendimento de urgência e emergências médicas na comunidade, a serem repassados conforme o Plano de Trabalho anexo.

Parágrafo único – As despesas autorizadas pela presente Lei deverão atender ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e, conforme o caso, a Lei n° 13.019/2014, com suas alterações posteriores e o respectivo Plano de Trabalho apresentado pela Entidade.

Art. 3º - A Entidade deverá prestar contas, em até (20) dias contados do efetivo repasse financeiro, mediante a comprovação da utilização dos recursos, acompanhado do extrato bancário, notas fiscais de despesas.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas pela seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 03
Unidade: 001
Programa: 1.208
Projeto/Atividade: 1385

Elemento: 3.3.5.04.39.90.00.00.00
Código Reduzido: 471

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL Em, 09 de outubro de 2026.

DARCI RENATO FEITEN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MÁRIO LUIZ DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Nathalia Dos Santos Vales
Código Identificador:086C4D16

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
CONCEDE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA POSSE DO(A) SENHOR(A) ALINE BÁRBARA SCHMELING WICHNIESKI, CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

PORTARIA 939/2026

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA POSSE DO(A) SENHOR(A) ALINE BÁRBARA SCHMELING WICHNIESKI, CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

SÉRGIO LUÍS NEUBERGER, PREFEITO MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal N° 777 de 09 de dezembro de 2003, artigo 14, parágrafo 1°, **CONCEDE** prorrogação de prazo para posse por mais 10 (dez) dias, conforme solicitação, para o(a) senhor(a) ALINE BÁRBARA SCHMELING WICHNIESKI, cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, a contar de 16/10/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA EM 16 DE OUTUBRO DE 2026

SÉRGIO LUÍS NEUBERGER
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM 16 DE OUTUBRO DE 2026

CLÓVIS ROBERTO CONRAD
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Andressa Netto Albrecht
Código Identificador:15733E0A

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
CONCEDE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA POSSE DO(A) SENHOR(A) CAUANA PEYROT CONCEIÇÃO, CARGO DE PROFESSOR ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA

PORTARIA 938/2026

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA POSSE DO(A) SENHOR(A) CAUANA PEYROT CONCEIÇÃO, CARGO DE PROFESSOR ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA.

SÉRGIO LUÍS NEUBERGER, PREFEITO MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal N° 777 de 09 de dezembro de 2003, artigo 14, parágrafo 1°, **CONCEDE** prorrogação de prazo para posse por mais 10 (dez) dias, conforme solicitação, para o(a) senhor(a) CAUANA PEYROT CONCEIÇÃO, cargo de PROFESSOR ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, a contar de 16/10/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA EM 16 DE OUTUBRO DE 2026

SÉRGIO LUÍS NEUBERGER
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM 16 DE OUTUBRO DE 2026

CLÓVIS ROBERTO CONRAD
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Andressa Netto Albrecht
Código Identificador:0D324581

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA 61

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, sito à Rua da Republica, nº 96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das propostas apresentadas no processo administrativo nº 964/2026 do **Pregão Eletrônico SRP Nº 16 /2026,** tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS da empresa: **KAPRICHO DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 27.403.752/0001-50, localizada na Rua Vereador Mário Cardoso Ferreira, nº 359, Anexo 1-Dep, Sala 02 Bairro Tijuca, Alvorada/RS, CEP 94.836-195, participante da licitação, por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir:

1. OBJETO
1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão ele nº16/2026, ofertados no certame licitatório.
1.1.2. A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis)meses, com garantia total sobre problemas de fabricação devidamente comprovada, contados a partir da data de entrega definitiva junto ao município excetuando-se os que possam ocorrer de acidentes ou por operação imprópria.
2. VALIDADE
2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.
2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.
2.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, com fulcro no Art. 136 da Lei 14.133/2021.

3. CONTRATO
3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS
4.1 Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar na licitação são devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

KAPRICHO DISTRIBUIDORA EIRELI -ME

Item	Quant	UN	Descrição	Marca	Valor Unitário
67	300,00	UN	Sabonete líquido perolado, cremoso p/ degermação de mãos, aroma de erva doce,embalagem galão de 5 litros. Com registro na ANVISA	PROQUILL	15,00
			TOTAL DO FORNECEDOR		4.500,00

5. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:
5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada será feita, mediante ordem de compra/fornecimento ou nota de empenho,
5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02(dois) dias úteis da data marcada para o fornecimento.
5.3 O Objeto deverá ser entregue e descarregados no seguinte endereço:
Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, **no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas**
O prazo para entrega do objeto será da seguinte forma:
Até 20 (vinte) dias, mediante nota de empenho, **contados da data de solicitação e/ou a partir da data que será estabelecida na Ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.**
5.3.1.2. A critério da Administração, a entrega dos produtos poderá se dar em outro endereço , mediante aviso prévio a Contratada.
5.4 A contratada deverá enviar ao OG, até o quinto dia de cada mês, a relação completa dos itens com a respectiva quantidade, adquiridos por OP no mês anterior.
5.5 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.
5.6 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:
a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e
b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.
5.7 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado contra empenho em até 05 (cinco) dias uteis, após a entrega do objeto, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.
Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;
b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;
c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;
e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;
6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.
6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitos por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS PENALIDADES
7.1 Os bens/serviços que vierem a ser contratados **deverão ser realizados e entregues em até em até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de solicitação e/ou da Ordem de serviço e/ou nota de empenho**, sob pena de:
7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021, pelas seguintes infrações:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência e multa 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
c) dar causa à inexecução total do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireto pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
m) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras art. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
7.3. As sanções aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no item 7.2 são as previstas no Art.156, da Lei 14133/2021 sendo as seguintes:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valordo objeto licitado ou contratado;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
7.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.
7.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.
7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
7.7. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
7.8. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
7.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
7.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b) pagamento da multa;
c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
7.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 7.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
7.15 As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO
8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.
8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.
8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.
9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.
10. FORO
10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana - RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E, assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 08 de Outubro de 2026

SÉRGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

KAPRICHO DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ Nº 27.403.752/0001-50

Publicado por:
Rubia Klamt
Código Identificador:D2C1BCFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA 63

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, sito à Rua da Republica, nº 96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das propostas apresentadas no processo administrativo nº 964/2026 do **Pregão Eletrônico SRP Nº 16 /2026,** tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS da empresa: **LC COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 47.190.313/0001-13, localizada na Rua Tancredo Neves, nº 55, Sala 7, Centro, Barão do Cotegipe/RS, CEP 99.740-000, participante da licitação, por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir:

1. OBJETO
1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão ele nº16/2026, ofertados no certame licitatório.
1.1.2. A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis)meses, com garantia total sobre problemas de fabricação devidamente comprovada, contados a partir da data de entrega definitiva junto ao município excetuando-se os que possam ocorrer de acidentes ou por operação imprópria.
2. VALIDADE
2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.
2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.
2.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, com fulcro no Art. 136 da Lei 14.133/2021.

3. CONTRATO
3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS
4.1 Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar na licitação são devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

LC COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA.

Item	Quant	UN	Descrição	Marca	Valor Unitário
58	1.000,00	PAC	Prato Fundo, Descartável – Branco, Material Plástico, Tamanho 15cm, Embalagem com 10 unidades	ibras	1,44
71	3.000,00	PAC	SACO DE LIXO RESISTENTE , COR PRETO, CAPACIDADE 100 LITROS, MINIMO 8 MICRAS - PACOTE COM 100 UNIDADES	ecosul	15,89
			TOTAL DO FORNECEDOR		49.110,00

5. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:
5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada será feita, mediante ordem de compra/fornecimento ou nota de empenho,
5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02(dois) dias úteis da data marcada para o fornecimento.
5.3 O Objeto deverá ser entregue e descarregados no seguinte endereço:
Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, **no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas**
O prazo para entrega do objeto será da seguinte forma:
Até 20 (vinte) dias, mediante nota de empenho, **contados da data de solicitação e/ou a partir da data que será estabelecida na Ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.**
5.3.1.2. A critério da Administração, a entrega dos produtos poderá se dar em outro endereço , mediante aviso prévio a Contratada.
5.4 A contratada deverá enviar ao OG, até o quinto dia de cada mês, a relação completa dos itens com a respectiva quantidade, adquiridos por OP no mês anterior.
5.5 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.
5.6 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:
a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e
b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.
5.7 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado contra empenho em até 05 (cinco) dias uteis, após a entrega do objeto, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.
Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;
b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;
c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;
e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;
6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.
6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitos por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS PENALIDADES
7.1 Os bens/serviços que vierem a ser contratados **deverão ser realizados e entregues em até em até 20 (vinte) dias, contados a**

partir da data de solicitação e/ou da Ordem de serviço e/ou nota de empenho, sob pena de:
7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021, pelas seguintes infrações:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência e multa 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
c) dar causa à inexecução total do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireto pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
m) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras art. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
7.3. As sanções aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no item 7.2 são as previstas no Art.156, da Lei 14133/2021 sendo as seguintes:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valordo objeto licitado ou contratado;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
7.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.
7.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.
7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
7.7. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
7.8. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
7.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
7.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b) pagamento da multa;
c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
7.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 7.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
7.15 As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO
8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.
8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.
8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.
9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.
10. FORO
10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana - RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E, assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 08 de Outubro de 2026

SÉRGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

LC COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA
CNPJ Nº 47.190.313/0001-13

Publicado por:
Rubia Klamt
Código Identificador:1F807CE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA 64

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, sito à Rua da Republica, nº 96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das propostas apresentadas no processo administrativo nº 964/2026 do **Pregão Eletrônico SRP Nº 16 /2026,** tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS da empresa: **MULTISUL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 12.811.487/0001-71, localizada na Rua Raimundo Capeletti, nº 42, Bairro Linho, Erechim/RS, CEP 99.700-010, participante da licitação, por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir:

1. OBJETO
1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão ele nº16/2026, ofertados no certame licitatório.
1.1.2. A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis)meses, com garantia total sobre problemas de fabricação devidamente comprovada, contados a partir da data de entrega definitiva junto ao município excetuando-se os que possam ocorrer de acidentes ou por operação imprópria.
2. VALIDADE
2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.
2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.
2.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, com fulcro no Art. 136 da Lei 14.133/2021.

3. CONTRATO
3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS
4.1 Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar na licitação são devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

MULTISUL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.

Item	Quant	UN	Descrição	Marca	Valor Unitário
59	250,00	UN	REFIL DESODORIZADOR AMBIENTE CLICK SPRAY 12ML/8GR- AROMAS LAVANDA,CAPIM LIMAO	GLADE	17,88
60	300,00	UN	REPELENTE LIQUIDO ELETRICO CAIXA 35ML REFIL	RAID	17,98
77	50,00	UN	TAPETE ANTIDERRAPANTE 60X40 CM	LET	10,67
TOTAL DO FORNECEDOR					10.397,50

5. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:
5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada será feita, mediante ordem de compra/fornecimento ou nota de empenho,
5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02(dois) dias úteis da data marcada para o fornecimento.
5.3 O Objeto deverá ser entregue e descarregados no seguinte endereço:
Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, **no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas**
O prazo para entrega do objeto será da seguinte forma:
Até 20 (vinte) dias, mediante nota de empenho, **contados da data de solicitação e/ou a partir da data que será estabelecida na Ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.**
5.3.1.2. A critério da Administração, a entrega dos produtos poderá se dar em outro endereço , mediante aviso prévio a Contratada.
5.4 A contratada deverá enviar ao OG, até o quinto dia de cada mês, a relação completa dos itens com a respectiva quantidade, adquiridos por OP no mês anterior.
5.5 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.
5.6 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:
a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e

b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.
5.7 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado contra empenho em até 05 (cinco) dias uteis, após a entrega do objeto, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.
Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;
b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;
c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;
e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;
6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.
6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitos por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS PENALIDADES
7.1 Os bens/serviços que vierem a ser contratados **deverão ser realizados e entregues em até em até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de solicitação e/ou da Ordem de serviço e/ou nota de empenho**, sob pena de:
7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021, pelas seguintes infrações:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência e multa 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
c) dar causa à inexecução total do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireto pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
m) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras art. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
7.3. As sanções aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no item 7.2 são as previstas no Art.156, da Lei 14133/2021 sendo as seguintes:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valordo objeto licitado ou contratado;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
7.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.
7.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.
7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
7.8. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea "b", do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
7.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
7.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b) pagamento da multa;
c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
7.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 7.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
7.15 As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO
8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.
8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.
8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.
9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.
10. FORO
10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana - RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E, assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 08 de Outubro de 2026

SÉRGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

MULTISUL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA
CNPJ Nº 12.811.487/0001-71

Publicado por:
Rubia Klamt
Código Identificador:5881841D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA 67

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, sito à Rua da Republica, nº 96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das propostas apresentadas no processo administrativo nº 964/2026 do **Pregão Eletrônico SRP Nº 16 /2026,** tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS da empresa: **PLANALTO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE ALIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 19.633.424/0001-11, localizada na Rua do Comércio, nº S/N, sala 03, Centro, Planalto Alegre/SC, CEP 89.882-000, participante da licitação, por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir:

1. OBJETO
1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão ele nº16/2026, ofertados no certame licitatório.
1.1.2. A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis)meses, com garantia total sobre problemas de fabricação devidamente comprovada, contados a partir da data de entrega definitiva junto ao município excetuando-se os que possam ocorrer de acidentes ou por operação imprópria.
2. VALIDADE
2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.
2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.
2.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, com fulcro no Art. 136 da Lei 14.133/2021.

3. CONTRATO

3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS

4.1 Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar na licitação são devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA

Item	Quant	UN	Descrição	Marca	Valor Unitário
3	2.300,00	UN	ALCOOL ETÍLICO HIDRATADO, 70°, EMBALAGEM DE 1L	SUPERVALE	4,99

TOTAL DO FORNECEDOR	11.477,00

5. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada será feita, mediante ordem de compra/fornecimento ou nota de empenho,

5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02(dois) dias úteis da data marcada para o fornecimento.

5.3 O Objeto deverá ser entregue e descarregados no seguinte endereço:

Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, **no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas**

O prazo para entrega do objeto será da seguinte forma:

Até 20 (vinte) dias, mediante nota de empenho, **contados da data de solicitação e/ou a partir da data que será estabelecida na Ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.**

5.3.1.2. A critério da Administração, a entrega dos produtos poderá se dar em outro endereço , mediante aviso prévio a Contratada.

5.4 A contratada deverá enviar ao OG, até o quinto dia de cada mês, a relação completa dos itens com a respectiva quantidade, adquiridos por OP no mês anterior.

5.5 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.

5.6 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:

a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e

b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.

5.7 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado contra empenho em até 05 (cinco) dias uteis, após a entrega do objeto, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.

Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;

b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;

c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;

e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;

6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.

6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitos por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS PENALIDADES

7.1 Os bens/serviços que vierem a ser contratados **deverão ser realizados e entregues em até em até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de solicitação e/ou da Ordem de serviço e/ou nota de empenho**, sob pena de:

7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021, pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência e multa 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

c) dar causa à inexecução total do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireto pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
m) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras art. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
7.3. As sanções aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no item 7.2 são as previstas no Art.156, da Lei 14133/2021 sendo as seguintes:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valordo objeto licitado ou contratado;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
7.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.
7.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.
7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
7.7. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
7.8. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
7.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
7.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b) pagamento da multa;
c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
7.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 7.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
7.15 As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO
8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.
8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.
8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.
9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.
10. FORO
10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana - RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E, assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 08 de Outubro de 2026

SÉRGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

PLANALTO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ Nº 19.633.424/0001-11

Publicado por:
Rubia Klamt
Código Identificador:8C20C666

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA 68

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, sito à Rua da Republica, nº 96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das propostas apresentadas no processo administrativo nº 964/2026 do **Pregão Eletrônico SRP Nº 16 /2026,** tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS da empresa: **ROBERTO DE CONTO & CIA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 18.449.927/0001-79, localizada na Rua Dr. Falcon, nº 062, Bairro União, Aratiba/RS, CEP 99.770-000, participante da licitação, por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir:

1. OBJETO
1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão ele nº16/2026, ofertados no certame licitatório.
1.1.2. A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis)meses, com garantia total sobre problemas de fabricação devidamente comprovada, contados a partir da data de entrega definitiva junto ao município excetuando-se os que possam ocorrer de acidentes ou por operação imprópria.
2. VALIDADE
2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.
2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.
2.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, com fulcro no Art. 136 da Lei 14.133/2021.

3. CONTRATO
3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS
4.1 Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar na licitação são devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

ROBERTO DE CONTO & CIA LTDA

Item	Quant	UN	Descrição	Marca	Valor Unitário
37	100,00	UN	LIXEIRA DE POLIPROPILENO COM PEDAL, CAPACIDADE 15 LITROS RETANGULAR, TAMPA COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO ATRAVES DE PEDAL	inje	27,00
38	150,00	UN	LIXEIRA DE POLIPROPILENO, COM PEDAL, CAPACIDADE 40 LITROS, RETANGULAR, COR BRANCA. TAMPA COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO ATRAVÉS DE PEDAL.	inje	60,00

TOTAL DO FORNECEDOR	11.700,00

5. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:
5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada será feita, mediante ordem de compra/fornecimento ou nota de empenho,
5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02(dois) dias úteis da data marcada para o fornecimento.
5.3 O Objeto deverá ser entregue e descarregados no seguinte endereço:
Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, **no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas**
O prazo para entrega do objeto será da seguinte forma:
Até 20 (vinte) dias, mediante nota de empenho, **contados da data de solicitação e/ou a partir da data que será estabelecida na Ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.**
5.3.1.2. A critério da Administração, a entrega dos produtos poderá se dar em outro endereço , mediante aviso prévio a Contratada.
5.4 A contratada deverá enviar ao OG, até o quinto dia de cada mês, a relação completa dos itens com a respectiva quantidade, adquiridos por OP no mês anterior.
5.5 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.
5.6 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:
a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e
b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.
5.7 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado contra empenho em até 05 (cinco) dias uteis, após a entrega do objeto, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.
Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;
b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;
c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;
e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;
6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.
6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitos por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS PENALIDADES

7.1 Os bens/serviços que vierem a ser contratados **deverão ser realizados e entregues em até em até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de solicitação e/ou da Ordem de serviço e/ou nota de empenho**, sob pena de:

7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021, pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência e multa 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

c) dar causa à inexecução total do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireto pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.

m) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras art. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.

7.3. As sanções aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no item 7.2 são as previstas no Art.156, da Lei 14133/2021 sendo as seguintes:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valordo objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

7.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.8. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

7.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

7.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 7.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

7.15 As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO

8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.

8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.

8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:

a) greve geral;

b) calamidade pública;

c) interrupção dos meios de transporte;

d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e

e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.

9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

10. FORO

10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana - RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E, assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 08 de Outubro de 2026

SÉRGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

ROBERTO DE CONTO & CIA LTDA - ME
CNPJ Nº 18.449.927/0001-79

Publicado por:
Rubia Klamt
Código Identificador:BC5D05A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA 69

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, sito à Rua da Republica, nº 96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das propostas apresentadas no processo administrativo nº 964/2026 do **Pregão Eletrônico SRP Nº 16 /2026,** tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS da empresa: **SIMON REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 03.077.843/0001-84, localizada na Rua Pedro Schmitz, nº 131, Centro, São Pedro da Serra/RS, CEP 95.758-000, participante da licitação, por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir:

1. OBJETO

1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão ele nº16/2026, ofertados no certame licitatório.

1.1.2. A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis)meses, com garantia total sobre problemas de fabricação devidamente comprovada, contados a partir da data de entrega definitiva junto ao município excetuando-se os que possam ocorrer de acidentes ou por operação imprópria.

2. VALIDADE

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.

2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.

2.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, com fulcro no Art. 136 da Lei 14.133/2021.

3. CONTRATO

3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS

4.1 Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar na licitação são devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

SIMON REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA					
Item	**Quant**	**UN**	**Descrição**	**Marca**	**Valor Unitário**
72	500,00	PAC	SACO PARA LIXO RESISTENTE NA COR PRETO, CAPACIDADE 15 LITROS, PACOTE COM 100 UNIDADES CADA	REPAC	6,70
TOTAL DO FORNECEDOR				3.350,00	

5. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada será feita, mediante ordem de compra/fornecimento ou nota de empenho,

5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02(dois) dias úteis da data marcada para o fornecimento.

5.3 O Objeto deverá ser entregue e descarregados no seguinte endereço:

Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, **no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas**

O prazo para entrega do objeto será da seguinte forma:

Até 20 (vinte) dias, mediante nota de empenho, **contados da data de solicitação e/ou a partir da data que será estabelecida na Ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.**

5.3.1.2. A critério da Administração, a entrega dos produtos poderá se dar em outro endereço , mediante aviso prévio a Contratada.

5.4 A contratada deverá enviar ao OG, até o quinto dia de cada mês, a relação completa dos itens com a respectiva quantidade, adquiridos por OP no mês anterior.

5.5 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.

5.6 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:

a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e

b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.
5.7 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado contra empenho em até 05 (cinco) dias uteis, após a entrega do objeto, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.
Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;
b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;
c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;
e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;
6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.
6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitos por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS PENALIDADES
7.1 Os bens/serviços que vierem a ser contratados **deverão ser realizados e entregues em até em até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de solicitação e/ou da Ordem de serviço e/ou nota de empenho**, sob pena de:
7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021, pelas seguintes infrações:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência e multa 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
c) dar causa à inexecução total do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireto pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
m) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras art. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
7.3. As sanções aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no item 7.2 são as previstas no Art.156, da Lei 14133/2021 sendo as seguintes:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valordo objeto licitado ou contratado;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
7.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.
7.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.
7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
7.8. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea "b", do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
7.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
7.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b) pagamento da multa;
c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
7.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 7.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
7.15 As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO
8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.
8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.
8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.
9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.
10. FORO
10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana - RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E, assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 08 de Outubro de 2026

SÉRGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

SIMON REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA
CNPJ Nº 03.077.843/0001-84

Publicado por:
Rubia Klamt
Código Identificador:CB2247AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA 70

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, sito à Rua da Republica, nº 96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das propostas apresentadas no processo administrativo nº 964/2026 do **Pregão Eletrônico SRP Nº 16 /2026,** tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS da empresa: **SUPRA MIX ATACADISTA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 62.404.535/0001-85, localizada na Avenida Alfredo Nasser, Qd. 21, Lt. 21, Loja 2, nº 2051, Setor Conjunto Vera Cruz I, Goiânia/GO, CEP 74.493-730, participante da licitação, por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir:

1. OBJETO
1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão ele nº16/2026, ofertados no certame licitatório.
1.1.2. A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis)meses, com garantia total sobre problemas de fabricação devidamente comprovada, contados a partir da data de entrega definitiva junto ao município excetuando-se os que possam ocorrer de acidentes ou por operação imprópria.
2. VALIDADE
2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.
2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.
2.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, com fulcro no Art. 136 da Lei 14.133/2021.

3. CONTRATO

3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS

4.1 Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar na licitação são devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

SUPRA MIX ATACADISTA LTDA					
Item	**Quant**	**UN**	**Descrição**	**Marca**	**Valor Unitário**
5	100,00	UN	ANTIEMBAÇANTE SPRAY PARA VEÍCULOS, EMBALAGEM DE, NO MÍNIMO, 100ML	MUNDIAL	14,16
17	50,00	UN	Desincrustante alcalino, granulado ,embalagem 300 gramas, produto próprio para desentupir pias e ralos	SOL	17,45
64	200,00	UN	Sabão em barra Glicerinado neutro, 200g cada, embalagem com no mínimo 5 unidades cada, Dimensões minimas Altura: 10,00 Centímetros Largura: 21,00 Centímetros Profundidade: 6,00 Centímetros	KRA KRA	8,79
70	600,00	UN	SACO PARA LIXO HOSPITALAR BRANCO, COM IDENTIFICAÇÃO DE "SUBSTÂNCIA INFECTANTE" COM CAPACIDADE DE 100 LITROS EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	SCS	38,50
TOTAL DO FORNECEDOR				27.146,50	

5. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada será feita, mediante ordem de compra/fornecimento ou nota de empenho,

5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02(dois) dias úteis da data marcada para o fornecimento.

5.3 O Objeto deverá ser entregue e descarregados no seguinte endereço:

Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, **no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas**

O prazo para entrega do objeto será da seguinte forma:

Até 20 (vinte) dias, mediante nota de empenho, **contados da data de solicitação e/ou a partir da data que será estabelecida na Ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.**

5.3.1.2. A critério da Administração, a entrega dos produtos poderá se dar em outro endereço , mediante aviso prévio a Contratada.

5.4 A contratada deverá enviar ao OG, até o quinto dia de cada mês, a relação completa dos itens com a respectiva quantidade, adquiridos por OP no mês anterior.

5.5 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.

5.6 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:

a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e

b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.

5.7 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado contra empenho em até 05 (cinco) dias uteis, após a entrega do objeto, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.

Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;

b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;

c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;

e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;

6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.

6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitos por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS PENALIDADES

7.1 Os bens/serviços que vierem a ser contratados **deverão ser realizados e entregues em até em até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de solicitação e/ou da Ordem de serviço e/ou nota de empenho**, sob pena de:

7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021, pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência e multa 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

c) dar causa à inexecução total do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireto pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no

âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
m) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras art. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
7.3. As sanções aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no item 7.2 são as previstas no Art.156, da Lei 14133/2021 sendo as seguintes:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valordo objeto licitado ou contratado;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
7.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.
7.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.
7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
7.7. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
7.8. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
7.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
7.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b) pagamento da multa;
c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
7.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 7.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
7.15 As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO
8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.
8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.
8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.
9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

10. FORO
10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana - RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E, assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 08 de Outubro de 2026

SÉRGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

SUPRA MIX ATACADISTA LTDA
CNPJ Nº 62.404.535/0001-85

Publicado por:
Rubia Klamt
Código Identificador:B962368E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA 71

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, sito à Rua da Republica, nº 96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das propostas apresentadas no processo administrativo nº 964/2026 do **Pregão Eletrônico SRP Nº 16 /2026,** tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS da empresa: **TRISUL DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 40.524.583/0001-74, localizada na Avenida Rio Grande, nº 446, São Geraldo, Porto Alegre/RS, CEP 90.230-079, participante da licitação, por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir:

1. OBJETO
1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão ele nº16/2026, ofertados no certame licitatório.
1.1.2. A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis)meses, com garantia total sobre problemas de fabricação devidamente comprovada, contados a partir da data de entrega definitiva junto ao município excetuando-se os que possam ocorrer de acidentes ou por operação imprópria.
2. VALIDADE
2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.
2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.
2.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, com fulcro no Art. 136 da Lei 14.133/2021.

3. CONTRATO
3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS
4.1 Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar na licitação são devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

40.524.583 LUCAS NOBRE MENEZES					
Item	**Quant**	**UN**	**Descrição**	**Marca**	**Valor Unitário**
2	300,00	UN	ALCOOL EM GEL, 70°, EMBALAGEM DE 1L	flops	9,74
TOTAL DO FORNECEDOR				2.922,00	

5. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:
5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada será feita, mediante ordem de compra/fornecimento ou nota de empenho,
5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02(dois) dias úteis da data marcada para o fornecimento.
5.3 O Objeto deverá ser entregue e descarregados no seguinte endereço:
Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, **no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas**
O prazo para entrega do objeto será da seguinte forma:
Até 20 (vinte) dias, mediante nota de empenho, **contados da data de solicitação e/ou a partir da data que será estabelecida na Ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.**
5.3.1.2. A critério da Administração, a entrega dos produtos poderá se dar em outro endereço , mediante aviso prévio a Contratada.
5.4 A contratada deverá enviar ao OG, até o quinto dia de cada mês, a relação completa dos itens com a respectiva quantidade, adquiridos por OP no mês anterior.
5.5 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.
5.6 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:
a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e
b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.
5.7 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado contra empenho em até 05 (cinco) dias uteis, após a entrega do objeto, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.
Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;
b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;
c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;
e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;
6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.
6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitos por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS PENALIDADES

7.1 Os bens/serviços que vierem a ser contratados **deverão ser realizados e entregues em até em até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de solicitação e/ou da Ordem de serviço e/ou nota de empenho**, sob pena de:
7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021, pelas seguintes infrações:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência e multa 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
c) dar causa à inexecução total do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireto pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
m) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras art. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
7.3. As sanções aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no item 7.2 são as previstas no Art.156, da Lei 14133/2021 sendo as seguintes:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valordo objeto licitado ou contratado;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
7.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.
7.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.
7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
7.7. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
7.8. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
7.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
7.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b) pagamento da multa;
c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
7.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 7.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

7.15 As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO
8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.
8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.
8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.
9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.
10. FORO
10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana - RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E, assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 08 de Outubro de 2026

SÉRGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

TRISUL DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ Nº 40.524.583/0001-74

Publicado por:
Rubia Klamt
Código Identificador:C48C07E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA 72

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, sito à Rua da Republica, nº 96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das propostas apresentadas no processo administrativo nº 964/2026 do **Pregão Eletrônico SRP Nº 16 /2026,** tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS da empresa: **VANDERSON LAMB LTDA**, inscrita no CNPJ nº 55.287.505/0001-70, localizada na Rua 1 Vl. Esquina Buriti, nº S/N, Interior, Tuparendi/RS, CEP 98.940-000, participante da licitação, por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir:

1. OBJETO
1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão ele nº16/2026, ofertados no certame licitatório.
1.1.2. A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis)meses, com garantia total sobre problemas de fabricação devidamente comprovada, contados a partir da data de entrega definitiva junto ao município excetuando-se os que possam ocorrer de acidentes ou por operação imprópria.
2. VALIDADE
2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.
2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.
2.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, com fulcro no Art. 136 da Lei 14.133/2021.

3. CONTRATO
3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS
4.1 Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar na licitação são devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

VANDERSON LAMB LTDA					
Item	**Quant**	**UN**	**Descrição**	**Marca**	**Valor Unitário**
82	350,00	UN	Vassoura de Palha 3 Fios, costurada, com cabo de madeira de no mínimo 120cm	Colonial/Própria	18,50
TOTAL DO FORNECEDOR				6.475,00	

5. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:
5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada será feita, mediante ordem de compra/fornecimento ou nota de empenho,
5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02(dois) dias úteis da data marcada para o fornecimento.
5.3 O Objeto deverá ser entregue e descarregados no seguinte endereço:
Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, **no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas**
O prazo para entrega do objeto será da seguinte forma:
Até 20 (vinte) dias, mediante nota de empenho, **contados da data de solicitação e/ou a partir da data que será estabelecida na Ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.**
5.3.1.2. A critério da Administração, a entrega dos produtos poderá se dar em outro endereço , mediante aviso prévio a Contratada.
5.4 A contratada deverá enviar ao OG, até o quinto dia de cada mês, a relação completa dos itens com a respectiva quantidade, adquiridos por OP no mês anterior.
5.5 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.
5.6 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:
a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e

b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.
5.7 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado contra empenho em até 05 (cinco) dias uteis, após a entrega do objeto, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.
Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;
b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;
c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;
e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;
6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.
6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitos por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS PENALIDADES
7.1 Os bens/serviços que vierem a ser contratados **deverão ser realizados e entregues em até em até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de solicitação e/ou da Ordem de serviço e/ou nota de empenho**, sob pena de:
7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021, pelas seguintes infrações:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência e multa 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
c) dar causa à inexecução total do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireto pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
m) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras art. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
7.3. As sanções aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no item 7.2 são as previstas no Art.156, da Lei 14133/2021 sendo as seguintes:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valordo objeto licitado ou contratado;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
7.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.
7.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.
7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
7.8. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea "b", do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
7.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
7.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b) pagamento da multa;
c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
7.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 7.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
7.15 As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO
8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.
8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.
8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.
9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.
10. FORO
10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana - RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E, assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 08 de Outubro de 2026

SÉRGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

VANDERSON LAMB LTDA
CNPJ Nº 55.287.505/0001-70

Publicado por:
Rubia Klamt
Código Identificador:5A207008

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA 73

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, sito à Rua da Republica, nº 96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das propostas apresentadas no processo administrativo nº 964/2026 do **Pregão Eletrônico SRP Nº 16 /2026,** tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS da empresa: **WE COMÉRCIO DE PRODUTOS E UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 30.986.684/0001-03, localizada na Est. Rubens das Neves, Sala 01, nº 10627, Bairro Miraguaia, Santo Antônio da Patrulha/RS, CEP 95.500-000, participante da licitação, por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir:

1. OBJETO
1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão ele nº16/2026, ofertados no certame licitatório.
1.1.2. A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis)meses, com garantia total sobre problemas de fabricação devidamente comprovada, contados a partir da data de entrega definitiva junto ao município excetuando-se os que possam ocorrer de acidentes ou por operação imprópria.
2. VALIDADE
2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.
2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.
2.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, com fulcro no Art. 136 da Lei 14.133/2021.

3. CONTRATO

3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS

4.1 Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar na licitação são devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

WE COMERCIO DE PRODUTOS E UTILIDADES DOMESTICAS					
Item	**Quant**	**UN**	**Descrição**	**Marca**	**Valor Unitário**
7	320,00	UN	Balde de plástico 8,5 litros, com bico direcionador de água e escala medidora de volume, alça anatômica e segura	PLASTICOS	7,51
25	2.500,00	UN	Detergente para louça com gel concentrado embalagem de no minimo 511g/ml, nas fragrâncias de aloe vera e calêndula	GOTA LIMPA	7,28
30	300,00	CX	Filtros de papel para café,nº103, cx com 30 unidades	BOM JESUS	3,77
61	200,00	UN	REPELENTE ELETRICO LIQUIDO 45 NOIRES CHEIRO SUAVE NOVO APARELHO + REFIL. REPELE O MOSQUITO TRANSMISSOR DA DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA. PROTEÇÃO A NOITE TODA POR 45 NOITES. PODE SER USADO EM AMBIENTES COM CRIANÇAS A PARTIR DE 2 ANOS. CHEIRO SUAVE. MANTÉM OS MOSQUITOS AFASTADOS. EFICAZ CONTRA MOSQUITOS E PERNILONGOS. 45 CICLOS DE 8 HORAS CADA. REPELENTE DE AMBIENTE LIQUIDO, PARA USO NA TOMADA	MARCA PRÓPRIA	21,83
63	100,00	UN	RODO PLÁSTICO, 40CM DE BORRACHA DUPLA, COM CABO DE ALUMÍNIO ROSQUEAVEL, TAMANHO MÍNIMO DO CABO 1,40 X 22MM.	MARCA PRÓPRIA	13,45
83	20,00	UN	MOP ABRASIVO ARTICULADO C/ CABO, LIMPEZA PESADA, LIMPA TUDO	MARCA PRÓPRIA	45,45
84	200,00	UN	VASSOURA DE PLÁSTICO COM CABO DE ALUMÍNIO ROSQUEAVEL MEDINDO NO MINIMO 1,40 X 22MM, MEDIDAS MÍNIMAS DA VASSOURA: 30 X 16,5 X 4,4 CENTÍMETROS.	MARCA PRÓPRIA	12,00
TOTAL DO FORNECEDOR				30.754,20	

5. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada será feita, mediante ordem de compra/fornecimento ou nota de empenho,

5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02(dois) dias úteis da data marcada para o fornecimento.

5.3 O Objeto deverá ser entregue e descarregados no seguinte endereço:

Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, **no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas**

O prazo para entrega do objeto será da seguinte forma:

Até 20 (vinte) dias, mediante nota de empenho, **contados da data de solicitação e/ou a partir da data que será estabelecida na Ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.**

5.3.1.2. A critério da Administração, a entrega dos produtos poderá se dar em outro endereço , mediante aviso prévio a Contratada.

5.4 A contratada deverá enviar ao OG, até o quinto dia de cada mês, a relação completa dos itens com a respectiva quantidade, adquiridos por OP no mês anterior.

5.5 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.

5.6 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:

a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e

b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.

5.7 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado contra empenho em até 05 (cinco) dias uteis, após a entrega do objeto, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.

Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;

b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;

c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;

e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;

6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.

6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitos por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS PENALIDADES

7.1 Os bens/serviços que vierem a ser contratados **deverão ser realizados e entregues em até em até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de solicitação e/ou da Ordem de serviço e/ou nota de empenho**, sob pena de:

7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021, pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência e multa 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

c) dar causa à inexecução total do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireto pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
m) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras art. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
7.3. As sanções aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no item 7.2 são as previstas no Art.156, da Lei 14133/2021 sendo as seguintes:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valordo objeto licitado ou contratado;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
7.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.
7.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.
7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
7.7. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
7.8. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
7.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
7.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b) pagamento da multa;
c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
7.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 7.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
7.15 As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO

8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.
8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.
8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.
9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

10. FORO

10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana - RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E, assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 08 de Outubro de 2026

SÉRGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

WE COMÉRCIO DE PRODUTOS E UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA
CNPJ Nº 30.986.684/0001-03

Publicado por:
Rubia Klamt
Código Identificador:41834E61

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA 74

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, sito à Rua da Republica, nº 96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das propostas apresentadas no processo administrativo nº 964/2026 do **Pregão Eletrônico SRP Nº 16 /2026,** tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS da empresa: **MARIA LUISA SOUZA GOMES**, inscrita no CNPJ nº 55.447.904/0001-51, localizada na Rua Venâncio Aires, nº 3150, apto 306, Bairro Niterói, Canoas/RS, CEP 92.110-001, participante da licitação, por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir:

1. OBJETO

1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão ele nº16/2026, ofertados no certame licitatório.
1.1.2. A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis)meses, com garantia total sobre problemas de fabricação devidamente comprovada, contados a partir da data de entrega definitiva junto ao município excetuando-se os que possam ocorrer de acidentes ou por operação imprópria.
2. VALIDADE
2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.
2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.
2.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, com fulcro no Art. 136 da Lei 14.133/2021.

3. CONTRATO

3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS

4.1 Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar na licitação são devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

55.447.904 MARIA LUISA SOUZA GOMES					
Item	**Quant**	**UN**	**Descrição**	**Marca**	**Valor Unitário**
50	1.000,00	UN	Pano de copa, sacaria 100% algodão, costurado, tamanho mínimo de 53cmx76 cm.	leite	3,20
73	2.300,00	PAC	SACO DE LIXO RESISTENTE , COR PRETO, CAPACIDADE 30 LITROS, MINIMO 8 MICRAS - PACOTE COM 100 UNIDADES	lix	8,49
74	1.000,00	UN	Saco de lixo Preto Reforçado, MINIMO 8 MICRAS , 50 Litros, fardo com 100 Unidades	lix	11,90
TOTAL DO FORNECEDOR				34.627,00	

5. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada será feita, mediante ordem de compra/fornecimento ou nota de empenho,
5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02(dois) dias úteis da data marcada para o fornecimento.
5.3 O Objeto deverá ser entregue e descarregados no seguinte endereço:
Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, **no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas**
O prazo para entrega do objeto será da seguinte forma:
Até 20 (vinte) dias, mediante nota de empenho, **contados da data de solicitação e/ou a partir da data que será estabelecida na Ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.**
5.3.1.2. A critério da Administração, a entrega dos produtos poderá se dar em outro endereço , mediante aviso prévio a Contratada.
5.4 A contratada deverá enviar ao OG, até o quinto dia de cada mês, a relação completa dos itens com a respectiva quantidade, adquiridos por OP no mês anterior.
5.5 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.
5.6 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:
a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e
b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.
5.7 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado contra empenho em até 05 (cinco) dias uteis, após a entrega do objeto, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.
Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;

b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;
c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;
e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;
6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.
6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitos por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS PENALIDADES
7.1 Os bens/serviços que vierem a ser contratados **deverão ser realizados e entregues em até em até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de solicitação e/ou da Ordem de serviço e/ou nota de empenho**, sob pena de:
7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021, pelas seguintes infrações:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência e multa 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
c) dar causa à inexecução total do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireto pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
m) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras art. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
7.3. As sanções aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no item 7.2 são as previstas no Art.156, da Lei 14133/2021 sendo as seguintes:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valordo objeto licitado ou contratado;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
7.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.
7.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.
7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
7.7. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
7.8. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
7.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
7.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios

com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b) pagamento da multa;
c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
7.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 7.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
7.15 As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO
8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.
8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.
8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.
9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.
10. FORO
10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana - RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E, assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 08 de Outubro de 2026

SÉRGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

MARIA LUISA SOUZA GOMES
CNPJ Nº 55.447.904/0001-51

Publicado por:
Rubia Klamt
Código Identificador:4474B3C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
SUMULA DE CONTRATO

SÚMULA CONTRATO 79 //2026
Contratante: Município de Augusto Pestana - RS.
Contratada: **MIXSUL CONCRETO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 22.983.261/0001-01
Objeto: EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO ASFÁLTICO SOBRE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA EXISTENTE EM PARTE DO TRECHO (700M DE EXTENSÃO) DA ESTRADA DE LIGAÇÃO ENTRE A CIDADE DE AUGUSTO PESTANA E O DISTRITO DE ROSÁRIO, AREA RURAL, DO MUNICÍPIO DE AUGUSTO PESTANA-RS em regime de empreitada GLOBAL (FORNECIMENTO DE MATERIAL,MÃO DE OBRA E ENCARGOS SOCIAIS) em conformidade com o memorial descritivo e demais anexos do edital.
Valor Contratual: R$ 480.199,46 (quatrocentos e oitenta mil e cento e noventa e nove reais e quarenta e seis centavos),

Dotação Orçamentaria:11004-1-26 4.4.90.51; 11497-1026-449051;11496-1026 449051;11573-1026 449051;10691-1026 449051;10689-1026 449051
Vinculado ao edital de Concorrência Eletrônica 7/2026.
Processo Administrativo nº 869/2026.

Augusto Pestana, 19 de outubro 2026.

SERGIO LUÍS NEUBERGER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Gonçalves Rodrigues
Código Identificador:66EACBAB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PINHAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 0013/2026

O Poder Executivo do Balneário Pinhal torna público que está instaurada a licitação na modalidade Concorrência Eletrônica n° 0013/2026, do tipo Maior lance, tendo como objeto a Concessão de uso de espaço público, mediante título oneroso, para construção e exploração de 04 (quatro) quiosques ao longo da Beira-Mar do Município de Balneário Pinhal/RS. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: do dia 19/10/2026 às 08:59 horas até o dia 11/11/2026 às 08:59 horas. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:59 horas do dia 11/11/2026. INÍCIO DA DISPUTA: 09:00 horas do dia 11/11/2026. O Edital poderá ser retirado pelos interessados no site www.pregaoonlinebanrisul.com.br ou www.pregaobanrisul.com.br. Informações fone: (51) 2103 6929 – Ramal 205 ou e-mail: licitacao@balneariopinhal.rs.gov.br.

Balneário Pinhal/RS, 16 de outubro de 2026.

GABRIEL CARVALHO KUNRATH
Secretário Municipal Interino de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Neuza Araujo Dos Santos
Código Identificador:05AFCE33

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE COTEGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE COTEGIPE
SÚMULAS

SÚMULAS DE: CONTRATOS, ADITIVOS, ATAS, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES, TERMOS DE CREDENCIAMENTO, FOMENTO, PARCERIA E DEMAIS ATOS LICITATÓRIOS FIRMADO COM O MUNICIPIO DE BARÃO DE COTEGIPE DE: 13/10/2026 A 16/10/2026.

CONTRATOS:
126/2026: SEBRAE-SERVIÇOS DE APOIO AS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS RS. Contratação de serviços especializados do SEBRAE/RS para execução do Projeto de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira de Barão de Cotegipe/RS, no exercício de 2026, compreendendo consultoria em gestão financeira de propriedades rurais, realização de seminário para produtores de leite e consultoria técnica para adequação da produção artesanal aos requisitos do Selo Arte, visando à melhoria da gestão, ao aumento da produtividade e da rentabilidade e à agregação de valor aos produtos da cadeia leiteira do Município. R$ 1.500,00.
127/2026: GK OBRAS DE INFRAESTRUTURAS E CONSTRUÇÕES LTDA. Contratação de empresas especializadas em engenharia civil para a execução de obras públicas de infraestrutura urbana e vicinal no Município de Barão de Cotegipe/RS, divididas em 2 (dois) lotes distintos, visando à ampla competitividade e à celeridade na execução simultânea dos serviços, conforme especificações constantes nos Projetos Básicos, Memoriais Descritivos, Planilhas Orçamentárias e Cronogramas Físico-Financeiros. R$ 141.096,09.

TERMO DE CREDENCIAMENTO:
003/2026: TRANSPORTES BERTUZZI LTDA. Credenciamento de prestação de serviços, em caráter eventual, de transporte de passageiros, para atender as demandas do Município de Barão de Cotegipe.

ADITIVOS:
1º TERMO ADITIVO: SICOOB CREDIAUC - COOP. CREDITO LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS. Termo Aditivo referente ao Termo De Credenciamento nº 011-2025 DAMs.
1º TERMO ADITIVO: BANCO DO BRASIL. Termo Aditivo referente ao Termo De Credenciamento nº 010-2025 DAMs.
1º TERMO ADITIVO: BANCO BRADESCO S/A. Termo Aditivo referente ao Termo De Credenciamento nº 009-2025 DAMs.
1º TERMO ADITIVO: COOP. DE CRÉDITO, POUPANÇA E INV. UNIÃO DE ESTADO – SICREDI. Termo Aditivo referente ao Termo De Credenciamento nº 008-2025 DAMs.
1º TERMO ADITIVO: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A BANRISUL. Termo Aditivo referente ao Termo De Credenciamento nº 007-2025 DAMs.
1º TERMO ADITIVO: JESSICA FATIMA PACHECO. Termo aditivo referente ao contrato administrativo nº 072/2026.
2º TERMO ADITIVO: COOP. DE CRÉDITO, POUPANÇA E INV. UNIÃO DE ESTADO – SICREDI. Termo aditivo referente ao contrato administrativo nº 088/2024.
15º TERMO ADITIVO: SAFRA DIESEL LTDA. Termo Aditivo referente a Ata de Registro de Preços nº 049/2025.

DISPENSAS:
285/2026: SEBRAE-SERVIÇOS DE APOIO AS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS RS. Contratação de serviços especializados do SEBRAE/RS para execução do Projeto de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira de Barão de Cotegipe/RS, no exercício de 2026, compreendendo consultoria em gestão financeira de propriedades rurais, realização de seminário para produtores de leite e consultoria técnica para adequação da produção artesanal aos requisitos do Selo Arte, visando à melhoria da gestão, ao aumento da produtividade e da rentabilidade e à agregação de valor aos produtos da cadeia leiteira do Município. R$ 1.500,00.
286/2026: INFINITY JUMP PARQUE LTDA. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atividades recreativas em parque de camas elásticas, incluindo a disponibilização de estrutura adequada, equipamentos e condições de segurança para a realização das atividades, bem como a aquisição de meias especiais antiderrapantes, apropriadas para utilização nas camas elásticas, visando proporcionar lazer, entretenimento e diversão aos participantes. R$ 1.900,00.
287/2026: JOÃO MARIA DA ROSA PALESTRAS. Contratação de empresa especializada para a realização de palestra-show educativa e de conscientização, em alusão à campanha Junho Violeta e ao Dia Internacional da Pessoa Idosa, abordando a temática da prevenção e do combate à violência, aos maus-tratos e à negligência contra a pessoa idosa, com o objetivo de promover a conscientização, o respeito, a valorização, a proteção dos direitos e o envelhecimento digno e saudável. A atividade será realizada no dia 31 de outubro de 2026, no turno da tarde, nas dependências do CTG Rancho Amigo, no Município de Barão de Cotegipe/RS. R$ 7.950,00.
288/2026: HIDROART POÇOS ARTESIANOS LTDA. Aquisição de materiais e contratação de serviços necessários à execução de reparos e conserto da rede de abastecimento de água vinculada ao poço artesiano localizado na comunidade do Wawruck, visando ao restabelecimento e à manutenção do adequado fornecimento de água à comunidade. R$ 11.220,00.
289/2026: WS METAL MECÂNICA LTDA. Aquisição de peças e serviço para manutenção do veículo nº 138. R$ 3.650,00.
290/2026: MECÂNICA AUTOMOTIVA BERRIA LTDA. Aquisição de peças e serviço para manutenção do veículo nº 113. R$ 1.450,55.

Barão de Cotegipe, 16 de outubro de 2026.

FRANCIEL TIAGO IZYCKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erajane Cristina Opszarski Iankevicz
Código Identificador:384EDE05

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRACÃO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 731, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

Convoca Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

LUÍZ CARLOS DA SILVA, Prefeito Municipal de Barracão-RS, em conjunto com a Presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barracão, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a **Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**, a ser realizada no dia 13 de novembro de 2026, às 13h30, na Câmara de Vereadores de Barracão, tendo como tema central: **"Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa".**

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de outubro de 2026.

LUÍZ CARLOS DA SILVA,
Prefeito Municipal

FRANCIELE DA LUZ OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
COMDICAB

Registre-se e publique-se.

Publicado por:
Camila Dallagnol Ramos da Silva
Código Identificador:EF85E876

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3812, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar valores ao Lions Clube de Barracão, entidade da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, para consecução de atividades de finalidade e interesse público, até o limite fixado.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar termo de fomento, com entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, objetivando o repasse do valor abaixo descrito, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, a saber:
I – Lions Clube de Barracão, inscrita no CNPJ nº 87.680.708/0001-19. Valor: R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).
Art. 2º Para a entidade supramencionada no art. 1º, inciso I, que passará a ser regida pela Lei Federal nº 13.019/2014, fica dispensado o chamamento público, consoante nos arts. 31 e 32 do mesmo diploma legal.

Art. 3° Para o cumprimento do objeto do termo de fomento, fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar o valor descrito, na forma do termo a ser firmado.
Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:
1004 – FIA – Fundo da Infância e Adolescência
2132 – Manutenção do FIA
335041000000 – Contribuições
Art. 5º As disposições da presente Lei ficam inclusas na Lei do Plano Plurianual e na LDO do presente exercício.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barracão, 16 de outubro de 2026.

LUÍZ CARLOS DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

Publicado por:
Camila Dallagnol Ramos da Silva
Código Identificador:729F0B88

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3813, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

Altera o *caput* do art. 184 e o parágrafo único do art. 185 da Lei Municipal nº 2.616, de 21 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Barracão/RS, para restabelecer o prazo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos da licença-maternidade e adequar o período pós-alta hospitalar, e dá outras providências.

Art. 1º O *caput* do art. 184 da Lei Municipal nº 2.616, de 21 de dezembro de 2006, *passa a vigorar com a seguinte redação:*
*"**Art. 184.** Será concedida a licença-maternidade por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração e dos demais direitos e vantagens do cargo, à servidora gestante, que adotar ou obtiver guarda judicial, mesmo que provisória, de criança ou adolescente menor de 18 anos."*
Art. 2º O parágrafo único do art. 185 da Lei Municipal nº 2.616, de 21 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 185.*...*
Parágrafo único. *Em caso de internação hospitalar da mãe ou do recém-nascido por período superior a duas semanas, a licença-maternidade será prorrogada pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data da alta hospitalar da mãe ou do recém-nascido, o que ocorrer por último."*

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial aquelas constantes na Lei Municipal nº 3.808, de 02 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barracão, 16 de outubro de 2026.

LUÍZ CARLOS DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

Publicado por:
Camila Dallagnol Ramos da Silva
Código Identificador:015EEA80

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 333, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

Concede férias a servidora municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL faz saber que no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 2.616, de 2006 resolve:

Art. 1° Conceder férias no período de 03 a 22 de novembro de 2026, (20 dias), a servidora **Jaciara Batista da Luz,** ocupante do cargo efetivo de Servente, padrão 1, classe C, sendo as férias referentes ao período aquisitivo de 05 de julho de 2024 a 04 de julho de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a contar da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRACÃO, em 16 de outubro de 2026.

LUÍZ CARLOS DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.
Data Supra.

Publicado por:
Camila Dallagnol Ramos da Silva
Código Identificador:885E7EA7

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 334, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

Determina a abertura de Sindicância Investigatória.

O PREFEITO MUNICIPAL faz saber que uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 150 da Lei Municipal 2.616, de 21 de dezembro de 2006 – RJU, resolve:
Art. 1º Dar abertura a SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA, para apurar os fatos ocorridos nas dependências da Escola Municipal de Ensino Fundamental Paulo Freire, no dia 10 de setembro de 2026, por volta das 13h30min, conforme relatado na solicitação oriunda da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, senhora Marli Ferreira da Silva.
Art. 2º Ficam designados os servidores Areovaldo Dutra Brasil, Adriana Kohl de Andrades e Nilto de Sá Galbari, em conformidade com a Portaria n.º 274/2026, que designou a Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares e Especiais.
Art. 3° Em consonância com a Seção III- DA SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA, em seu artigo 151 do RJU - Lei Municipal 2616/2006, a comissão terá um prazo máximo de 40 (quarenta) dias, contados da data que instituiu o ato para a apresentação do relatório a respeito.
4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRACÃO, em 16 de outubro de 2026.

LUÍZ CARLOS DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.

Data Supra.

Publicado por:
Camila Dallagnol Ramos da Silva
Código Identificador:3A93438E

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 335, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

Nomeia Comissão responsável pelas decisões referentes à realização do sorteio da campanha municipal de arrecadação do corrente ano, denominada "Nota Fiscal dá prêmios 2026".

O PREFEITO MUNICIPAL faz saber que no uso das atribuições que lhe são conferidas Lei Municipal 3.799, de 24/06/2026, em especial em seu artigo 5º, resolve:

Art. 1° Nomear as pessoas abaixo relacionadas para comporem a Comissão responsável pela tomada de decisões referentes a forma de distribuição, fiscalização, sorteio e assuntos correlatos à campanha de arrecadação do corrente ano, denominada **"**Nota Fiscal dá prêmios 2026**"**.
a) Representante da CDL- Câmara de Diretores Lojistas:
- Eduarda Louise Rodrigues;
b) Representante da Administração Municipal:
- Alessandro Flores da Silva;
c) Representante da Associação de Difusão Comunitária Barraconense:
- Paulo Cesar Manhante.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRACÃO, em 16 de outubro de 2026.

LUÍZ CARLOS DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.
Data Supra.

Publicado por:
Camila Dallagnol Ramos da Silva
Código Identificador:DECB474F

SECRETARIA DA FAZENDA
SÚMULA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 106/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRACÃO
CONTRATADA: ELITE PLAYGROUD COMERCIO DE BRNQUEDOS LTDA.
CNPJ: 03.384.999/0001-08
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PLAYGROUD INFANTIL PARA EMEI LIBÓRIO MOREIRA DE LIMA
VALOR DO CONTRATO: R$ 17.990,00 (dezessete mil novecentos e noventa reais) sendo que 13.990,00 (treze mil novecentos e noventa reais) será a contrapartida do munícipio e R$ 4.000,00 (quatro mil reais) será proveniente Termo de Convênio com o Poder Judiciário da Comarca de São José do Ouro (N° 2174/2026 - DESTINAÇÃO DE VERBAS PENAS ALTERNATIVAS), firmado com o CPM da EMEI LIBÓRIO MOREIRA DE LIMA.
PRAZO: 28/10/2026
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 082/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 154/2026
AMPARO LEGAL: Lei Federal nº 14.133, art. 75, inciso II.

Barracão - RS, 16 de outubro de 2026.

Publicado por:
Vanice Daniela Gall
Código Identificador:50468064

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
AQUISIÇÃO DE BRITA GRADUADA PARA BASE DO ASFALTO DA RUA GUARITA. SECRETARIA DE OBRAS.

PROCESSO DE DISPENSA SIMPLIFICADO 226/2026

Contratada: BRITAGEM SÃO CRISTÓVÃO CNPJ: 21.132.798/0001-03

Objeto: Aquisição de Brita Graduada para base do asfalto da Rua Guarita. Secretaria de Obras.

Autorização da Autoridade Competente: 15/10/2026

Prazo: Imediato

Dotação Orçamentária: 614

Valor: R$ 1.200,02

Barra do Guarita, 15/10/2026

Publicado por:
Felipe Luis Portolan
Código Identificador:0D54B83B

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PLACAS DECORATIVAS NATALINAS, EM FORMATOS DIVERSOS (PAPAI NOEL, MAMÃE NOEL E BONECO DE NEVE), PARA AS OFICINAS DO NAAB.

PROCESSO DE DISPENSA 1334/2026

Contratada: AZ PERSONALIZAÇÕES CNPJ: 35.137.682/00001-63

Objeto: Placas decorativas natalinas, em formatos diversos (Papai Noel, Mamãe Noel e Boneco de Neve), para as oficinas do NAAB.

Autorização da Autoridade Competente: 15/10/2026

Prazo: Imediato

Dotação Orçamentária: 592

Valor: R$ 7.620,00

Barra do Guarita, 15/10/2026

Publicado por:
Felipe Luis Portolan
Código Identificador:95509006

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ALTERAÇÃO PE SRP 010 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA
AVISO ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Barra Funda/RS, através de seu Prefeito Municipal, torna público a ALTERAÇÃO do edital de Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 010/2026** do **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** cujo objeto é **Registro de Preços para a futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação PARCELADA de serviços de horas máquina, conforme demanda da Prefeitura Municipal de Barra Funda/RS**. Nova Data do certame: **03 de novembro de 2026. Abertura das Propostas e Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09h00min**. Recebimento das Propostas: **19 de outubro de 2026**, às **09h00min** até **03 de novembro de 2026**, às **08h59min**. O edital e seus anexos poderão ser

obtidos no site do Município: **www.barrafunda.rs.gov.br**, ou no Portal de Compras Públicas: **www.portaldecompraspublicas.com.br.** Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser solicitadas no horário de expediente da sede administrativa da Prefeitura Municipal de Barra Funda, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, pelo fone (54) 99655-8503 ou e-mail: compras@barrafunda.rs.gov.br, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para Início da Sessão de Disputa de Preços.

Barra Funda/RS, 16 de outubro de 2026.

ANDRÉ SIGNOR,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Celio André Ré
Código Identificador:1B3BBE10

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO DE EDITAL PROCESSO Nº 097/2026

A Prefeitura Municipal de Braga/RS comunica a **REVOGAÇÃO** do processo licitatório referente a **PREGÃO ELETRÔNICO n° 037/2026**, que tem como **Objeto** o REGISTRO DE PREÇOS para EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO, de forma parcelada, de óleos lubrificantes, graxas, fluidos e produtos correlatos destinados à manutenção preventiva e corretiva dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal de Braga/RS, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no edital de licitação.

Braga/RS, 16 de outubro de 2026.

SADI ENRIQUE DELLA LIBERA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Amaral da Silva
Código Identificador:24E9195E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ

PREGÃO
ADESÃO 43/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 653/2026
Lei de referência: Lei 14.133/2021 – Licitações e contratos administrativos
Secretaria requisitante
Secretaria de Saúde
Fiscal Luiz Carlos
Modalidade
ADESÃO nº 43/2026
Objeto do contrato
Aquisição de 2 VEÍCULOs SEDAN: Veículo zero km, para a Secretaria de Saúde, recursos livre e recursos de emenda do Senador Luiz Carlos Heinze nº 41840003, através da Ata de RP 131/2026 do Consórcio Centro Sul Edital 7/2026.
Dados financeiros
Valor total: R$ 214.000,00 (duzentos e quatorze mil reais)
Partes envolvidas
Contratante: Município de Butiá, inscrito no CNPJ nº 88.117.718/0001-03
Contratada: NOTRE DAME VEICULOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 10.658.023/0010-32, com sede à Rua Edu Chaves, 280 - São João - PORTO ALEGRE/RS, Cep. 90240-620
Informações adicionais
Data da assinatura: 16/10/2026
Demais informações acesse o site www.butia.rs.gov.br

Butiá, 16 de outubro de 2026.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Christiane Andrade Viana
Código Identificador:630B1A2A

PREGÃO
EXTRATO CONTRATO 654/2026 E DISPENSA 210/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 654/2026

Lei de referência: Lei 14.133/2021 – Licitações e contratos administrativos
Secretaria requisitante
Secretaria de Saúde
Fiscal Luiz Carlos
Modalidade
Dispensa por Limite nº 210/2026
Objeto do contrato
Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva no veículo oficial Chevrolet Spin, placa JCP3G65, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Butiá/RS, incluindo o fornecimento e a substituição de peças, componentes e materiais necessários, conforme diagnóstico técnico, mediante prévia autorização da Administração e de acordo com as especificações e condições estabelecidas no processo de contratação.
Dados financeiros
Valor total: R$ 4.585,00 (quatro mil quinhentos e oitenta e cinco reais)
Partes envolvidas
Contratante: Município de Butiá, inscrito no CNPJ nº 88.117.718/0001-03
Contratada: 23.575.113 JOSE LUIZ CARVALHO SANTOS JUNIOR, inscrita no CNPJ sob o nº 23.575.113/0001-10, com sede à R DELFINO GUTERRES , 57 - santa albina - MINAS DO LEÃO/RS, Cep. 96755-000
Informações adicionais
Data da assinatura: 16/10/2026
Demais informações acesse o site www.butia.rs.gov.br

Butiá, 16 de outubro de 2026.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Christiane Andrade Viana
Código Identificador:C548D09D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBATÉ

SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇAO E PLANEJAMENTO
PROCESSO SELETIVO Nº 11/2026 - EXTRATO DO EDITAL Nº 65/2026

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL DE CAIBATÉ, RS., no exercício do cargo de Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, com fulcro no art. 37, IX, da Constituição da República, no Decreto Municipal nº 3.399 de 25 de janeiro de 2017, (Regulamento do Processo Seletivo), torna público a realização de **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO,** visando a formação de cadastro de reserva, para a função de PSICÓLOGO DA FAMÍLIA**.**
Período das inscrições: **19/10/2026 a 23/10/2026**.
Horário: 13h30min às 17h
Local: Secretaria de Saúde, Avenida Padre Réus, nº 1582, na cidade de Caibaté.

Provas: Exclusivamente de títulos a serem apresentados junto com a ficha de inscrição, na forma prevista no Edital.
O Edital completo do Processo Seletivo pode ser consultado no Mural de Publicações do município, localizado no saguão da Prefeitura Municipal, no endereço acima, no site www.caibate.rs.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios.

Caibaté, RS, 16 de outubro de 2026.

JOSÉ ARLINDO RABER
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Djon Adams
Código Identificador:7A1DB906

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2026.

A Prefeitura Municipal de Campo Bom/RS torna público aos interessados que às**13h30min do dia 03 de novembro de 2026,** estará aberta a disputa de preços através do SITE, www.portaldecompraspublicas.com.br, para **Contratação de empresa para fornecimento e execução de serviços de substituição de 08 (oito) conjuntos de portas e janelas de enrolar tipo talha, automáticas, destinados ao prédio da Estação Saúde.** O edital estará disponível em nossa página na Internet, no endereço eletrônico www.campobom.rs.gov.br, na Aba PORTAL LICITAÇÕES, e diretamente no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Maiores informações na Divisão de Licitação e Contratos da Prefeitura Municipal, sito à Avenida Independência, 800, 1° andar, Centro, Campo Bom/RS.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:9E939E6E

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
NOTIFICAÇÃO PÚBLICA Nº 69/2026 19/10/2026.

O MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, nos termos da Lei Federal nº 9.452, de 20/03/1997, Lei Complementar nº 210/2024 Parágrafo Único do Artigo 8º e Resolução nº 1216 do TCE-RS, notifica a comunidade, partidos políticos, sindicatos e entidades empresariais a liberação do (s) seguinte (s) recurso (s) do Governo Federal e Estadual, depositado (s) no Banrisul Agência 0163, Banco do Brasil S/A Agência 0755-2, e na Caixa Federal, Agência 0461, em Campo Bom.

CRÉDITO	ORIGEM	CONTA Nº	APLICAÇÃO	VALOR R$
15/10/2026	FMS	60718-5	HIV/AIDS	14.375,00
15/10/2026	FMS	60718-5	Saúde Bucal	37.556,00
15/10/2026	FMS	60718-5	Programa Agentes Comunitários de Saúde	265.844,00
15/10/2026	FMS	60718-5	Combate Endemias	1.621,00
15/10/2026	FMS	60718-5	Incentivo Financeiro APS-Promoção a Saúde	53.813,26
15/10/2026	FMS	60718-5	Incentivo Financeiro APS-Componente per capita base populacional	32.089,84
15/10/2026	FMS	60718-5	Incentivo Financeiro APS-Equipes Multiprofissionais	45.250,00
15/10/2026	FMS	60718-5	Incentivo Financeiro APS-Equipes ESF/EAP	289.462,00
16/10/2026	FMS	60718-5	Combate Endemias	30.799,00
16/10/2026	FMS	60718-5	Vigilância em Saúde	15.011,33

NILSON PARNOW
Secretário de Finanças

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:DF7C0150

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
PORTARIA Nº 68.023, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Aplica penalidade disciplinar de suspensão.

GIOVANI BATISTA FELTES, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o parecer conclusivo da Comissão Permanente de Capacitação, Controle, Avaliação de Desempenho e Qualidade do Servidor e do Serviço Público Municipal – COMPAQ, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 339/2026, no qual foi assegurado o contraditório e a ampla defesa;

R E S O L V E:

SUSPENDER o servidor **FABIO ANDRE SCHWAN**, matrícula nº 9157, titular do cargo de Enfermeiro de Unidade de Saúde, do exercício das atividades, durante o período de 15 (quinze) dias, a partir de 13 de outubro de 2026, com prejuízo remuneratório, nos termos do artigo 97, inciso II, da Lei Municipal n° 4.125/2014 e do contido no Parecer Conclusivo da Comissão Permanente de Capacitação, Controle e Avaliação de Desempenho e Qualidade do Servidor e do Serviço Público Municipal – COMPAQ, o qual conclui pela imperiosidade desta providência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 13 de outubro de 2026.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

NEIVA ROSANE STACKE SOARES DA SILVA,
Secretária Municipal da Administração.

Publicado por:
Danuse Gabriele Ganzer Duarte
Código Identificador:CC62AC18

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL E TEMPORÁRIA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Lei Municipal nº 5.702, 29 de setembrode 2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 12/2026.
Edital nº 002/2026.

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURAnº 001/2026

GIOVANI BATISTA FELTES, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, a RETIFICAÇÃO do Edital nº 001/2026, que divulgou oEdital de aberturado Processo Seletivo Simplificado nº 012/2026, publicado no Diário Oficial em 16/10/2026, exclusivamenteao item 7.2, permanecendo inalteradas as demais disposições.
Onde se lê:

EXPERIÊNCIA	ANOS	PONTUAÇÃO DA EXPERIÊNCIA (cada)	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS
Experiência na área administrativa vinculada a serviços de saúde	Até 02	10 pontos	25 pontos
	Mais de 2 até 4 anos	20 pontos	
	Mais de 4	25 pontos	
	Mais de 6 anos	**30 pontos**	
EExperiência em atividades administrativas gerais	Até 02	10 pontos	25 pontos
	Mais de 2 até 4 anos	15 pontos	
	Mais de 4 anos	25 pontos	
	Mais de 6 anos	**30 pontos**	

Leia-se:

EXPERIÊNCIA	ANOS	PONTUAÇÃO DA EXPERIÊNCIA (cada)	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS
Experiência na área administrativa vinculada a serviços de saúde	Até 02	10 pontos	25 pontos
	Mais de 2 até 4 anos	20 pontos	
	Mais de 4	25 pontos	
EExperiência em atividades administrativas gerais	Até 02	10 pontos	25 pontos
	Mais de 2 até 4 anos	15 pontos	
	Mais de 4 anos	25 pontos	

Permanecem inalteradas as demais informações e disposições constantes no Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 012/2026.

Campo Bom, 16de outubrode 2026.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Danuse Gabriele Ganzer Duarte
Código Identificador:54699462

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 224/2026.

O Prefeito Municipal de Campo Bom, Sr. Giovani Batista Feltes, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Artigo 74, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICA a Inexigibilidade de Licitação nº 224/2026**, nos termos do parecer jurídico proferido nos autos do expediente em epígrafe.

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
OBJETO: Contratação da empresa, Associação Teatro Luz & Cena, para apresentação do Espetáculo " Sepé Tiaraju – O Guerreiro da Lua Crescente", na 42° Feira do Livro de Campo Bom - 2026, a ser realizado na Rua Coberta, no Complexo Cultura l CEI, no dia 22/10/2026.
FORNECEDOR: ASSOCIACAO TEATRO LUZ & CENA, CNPJ 03.216.079/0001-80.
VALOR TOTAL: R$ 13.000,00 (treze mil reais).

Publique-se no prazo legal.

Campo Bom, 15 de outubro de 2026.

GIOVANI BATISTA FELTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:F2B37BD1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO GODÓI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – Nº 05/2026

CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – Nº 05/2026

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO GODÓI, RS, GUERINO BACKES, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do Processo Seletivo nº 05/2026 e demais disposições legais, CONVOCA a candidata **ANA MARIA HENTGES ROCKENBACH**, 1ª colocada, para vaga de **VISITADOR DE PIM,** para assumir o respectivo contrato temporário, conforme previsto na Lei Municipal nº 3.144/2026.

Caso o candidato não deseje ser contratado de imediato, poderá, mediante requerimento próprio, solicitar para passar ao final da lista dos classificados para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do Processo Seletivo, a novo chamamento, uma só vez.

Prazo para contratação: 02 dias úteis a partir do recebimento desta convocação.

Cândido Godói /RS, 16 de outubro de 2026.

GUERINO BACKES
Prefeito

Publicado por:
Sara Isabel Ostapiuk
Código Identificador:004D1D69

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – Nº 05/2026

CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – Nº 05/2026

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO GODÓI, RS, GUERINO BACKES, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do Processo Seletivo nº 05/2026 e demais disposições legais, CONVOCA a candidata **BRUNA EDUARDA WELTER**, 2ª colocada, para vaga de **VISITADOR DE PIM,** para assumir o respectivo contrato temporário, conforme previsto na Lei Municipal nº 3.197/2026.

Caso o candidato não deseje ser contratado de imediato, poderá, mediante requerimento próprio, solicitar para passar ao final da lista dos classificados para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do Processo Seletivo, a novo chamamento, uma só vez.

Prazo para contratação: 02 dias úteis a partir do recebimento desta convocação.

Cândido Godói /RS, 16 de outubro de 2026.

GUERINO BACKES
Prefeito

Publicado por:
Sara Isabel Ostapiuk
Código Identificador:68499C4E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 559/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 559/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

CONCEDE PROMOÇÃO DA CLASSE "C" PARA A CLASSE "D", POR MERECIMENTO, A SERVIDORA ELIANE LORETE WILHELM, PROFESSORA.

GUERINO BACKES, Prefeito do Município de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

PROMOVER da Classe "C" para a Classe "D", por Merecimento, a Servidora **ELIANE LORETE WILHELM, matrícula 1174-6,** PROFESSORA**,** passando o seu vencimento a ser calculado conforme o previsto no art. 34 da Lei nº 2.781/2020.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Cândido Godói, RS, em 15 de outubro de 2026.

Registre-se e publique-se.

GUERINO BACKES
Prefeito

ELTON LUIS PERIUS
Secretário da Administração

Publicado por:
Eduarda Deon Frosi
Código Identificador:7EDDFA6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 560/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 560/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

CONCEDE PROMOÇÃO DA CLASSE "C" PARA A CLASSE "D", POR MERECIMENTO, A SERVIDORA CLAUDIA MOMBACH, PROFESSORA.

GUERINO BACKES, Prefeito do Município de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais, RESOLVE:
PROMOVER da Classe "C" para a Classe "D", por Merecimento, a Servidora **CLAUDIA MOMBACH (1ª nomeação), matrícula 913-0,** PROFESSORA**,** passando o seu vencimento a ser calculado conforme o previsto no art. 34 da Lei nº 2.781/2020.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Cândido Godói, RS, em 15 de outubro de 2026.

Registre-se e publique-se.

GUERINO BACKES
Prefeito

ELTON LUIS PERIUS
Secretário da Administração

Publicado por:
Eduarda Deon Frosi
Código Identificador:56A93C93

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 561/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 561/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

CONCEDE PROMOÇÃO DA CLASSE "D" PARA A CLASSE "E", POR MERECIMENTO, A SERVIDORA JAQUELINE JUNG SMITT, PROFESSORA.

GUERINO BACKES, Prefeito do Município de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

PROMOVER da Classe "D" para a Classe "E", por Merecimento, a Servidora **JAQUELINE JUNG SMITT (2ª nomeação), matrícula 1021-9,** PROFESSORA**,** passando o seu vencimento a ser calculado conforme o previsto no art. 34 da Lei nº 2.781/2020.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Cândido Godói, RS, em 15 de outubro de 2026.

Registre-se e publique-se.

GUERINO BACKES
Prefeito

ELTON LUIS PERIUS
Secretário da Administração

Publicado por:
Eduarda Deon Frosi
Código Identificador:21348FAB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 562/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 562/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

CONCEDE PROMOÇÃO DA CLASSE "D" PARA A CLASSE "E", POR MERECIMENTO, A SERVIDORA DANIELE VANESSA ROCKENBACH, PROFESSORA.

GUERINO BACKES, Prefeito do Município de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

PROMOVER da Classe "D" para a Classe "E", por Merecimento, a Servidora **DANIELE VANESSA ROCKENBACH, matrícula 975-0,** PROFESSORA**,** passando o seu vencimento a ser calculado conforme o previsto no art. 34 da Lei nº 2.781/2020.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Cândido Godói, RS, em 15 de outubro de 2026.

Registre-se e publique-se.

GUERINO BACKES
Prefeito

ELTON LUIS PERIUS
Secretário da Administração

Publicado por:
Eduarda Deon Frosi
Código Identificador:D483F69E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 563/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 563/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

CONCEDE PROMOÇÃO DA CLASSE "D" PARA A CLASSE "E", POR MERECIMENTO, AO SERVIDOR VOLMIR MENZEL, PROFESSOR.

GUERINO BACKES, Prefeito do Município de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

PROMOVER da Classe "D" para a Classe "E", por Merecimento, ao Servidor **VOLMIR MENZEL, matrícula 901-6,** PROFESSOR**,** passando o seu vencimento a ser calculado conforme o previsto no art. 34 da Lei nº 2.781/2020.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Cândido Godói, RS, em 15 de outubro de 2026.

Registre-se e publique-se.

GUERINO BACKES
Prefeito

ELTON LUIS PERIUS
Secretário da Administração

Publicado por:
Eduarda Deon Frosi
Código Identificador:8EEA5AA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 564/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 564/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

REVOGA A PORTARIA Nº 551/2026.

GUERINO BACKES, Prefeito do Município de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

REVOGAR, a contar de 15 de outubro de 2026, a Portaria nº 551/2026.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Cândido Godói, RS, em 15 de outubro de 2026.

Registre-se e publique-se.

GUERINO BACKES
Prefeito

ELTON LUIS PERIUS
Secretário da Administração

Publicado por:
Eduarda Deon Frosi
Código Identificador:E8B614D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 565/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 565/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

REVOGA A PORTARIA Nº 77/2026 QUE FAZ DESIGNAÇÃO.

GUERINO BACKES, Prefeito do Município de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

REVOGAR a Portaria nº 77/2026 que designa o servidor **FÁBIO KAMMCHEN** para, cumulativamente com as funções de seu cargo, exercer a função gratificada de SUPERVISOR DO CEMITÉRIO MUNICIAL, FG 3.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Cândido Godói, RS, em 15 de outubro de 2026.

Registre-se e publique-se.

GUERINO BACKES
Prefeito

ELTON LUIS PERIUS
Secretário da Administração

Publicado por:
Eduarda Deon Frosi
Código Identificador:F4FF4B9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 566/2026, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 566/2026, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

FAZ DESIGNAÇÃO.

GUERINO BACKES, Prefeito do Município de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

DESIGNAR, a contar de 16 de outubro de 2026, o Senhor **FÁBIO KAMMCHEN** para o cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO, SERVIÇOS URBANOS E TRÂNSITO**, devendo perceber os subsídios previstos em Lei.

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Cândido Godói, RS, em 16 de outubro de 2026.

Registre-se e publique-se.

GUERINO BACKES
Prefeito

ELTON LUIS PERIUS
Secretário da Administração

Publicado por:
Eduarda Deon Frosi
Código Identificador:F45C173F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 567/2026, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 567/2026, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

REVOGA A PORTARIA Nº 275/2024 QUE FAZ DESIGNAÇÃO.

GUERINO BACKES, Prefeito do Município de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

REVOGAR a Portaria nº 275/2024 que concede adicional de insalubridade ao Servidor Municipal, **FÁBIO KAMMCHEN**, Operador de Máquina, pelo exercício de atividade insalubre conforme artigo 1º, inciso II, alínea "m", da Lei Municipal nº 2.087/2009, alterada pela nº Lei 2.719/2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 15 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito de Cândido Godói, RS, em 16 de outubro de 2026.

Registre-se e publique-se.

GUERINO BACKES
Prefeito

ELTON LUIS PERIUS
Secretário da Administração

Publicado por:
Eduarda Deon Frosi
Código Identificador:DA9A107C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 568/2026, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 568/2026, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

REVOGA A PORTARIA Nº 282/2026.

GUERINO BACKES, Prefeito do Município de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

REVOGAR, a contar de 16 de outubro de 2026, a Portaria nº 282/2026, que designa a Vice-Prefeita, **DARLENE ROHLEDER**, para cumulativamente com as funções do seu cargo, responder pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E LAZER**.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Cândido Godói, RS, em 16 de outubro de 2026.

Registre-se e publique-se.

GUERINO BACKES
Prefeito

ELTON LUIS PERIUS
Secretário da Administração

Publicado por:
Eduarda Deon Frosi
Código Identificador:CD9A7FF7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 569/2026, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 569/2026, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

FAZ DESIGNAÇÃO.

GUERINO BACKES, Prefeito do Município de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
DESIGNAR, a contar de 16 de outubro de 2026, a Senhora, **REJANE SCHULZ DRESCH** para o cargo de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E LAZER**, devendo perceber os subsídios previstos em Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Cândido Godói, RS, em 16 de outubro de 2026.

Registre-se e publique-se.

GUERINO BACKES
Prefeito

ELTON LUIS PERIUS
Secretário da Administração

Publicado por:
Eduarda Deon Frosi
Código Identificador:88672AC1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 570/2026, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 570/2026, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

REVOGA A PORTARIA Nº 134/2026 QUE FAZ CONVOCAÇÃO.

GUERINO BACKES, Prefeito do Município de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

REVOGAR, a contar de 16 de outubro de 2026, a Portaria nº 134/2026 que convoca a Professora **REJANE SCHULZ DRESCH, matrícula 1646-9/1**, para cumprir regime suplementar de trabalho de 2 (duas) horas semanais, conforme previsto na alínea "c", do Art. 26 da Lei nº 2.781/2020, de 25 de março de 2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Cândido Godói, RS, em 16 de outubro de 2026.

Registre-se e publique-se.

GUERINO BACKES
Prefeito

ELTON LUIS PERIUS
Secretário da Administração

Publicado por:
Eduarda Deon Frosi
Código Identificador:94BFB622

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 571/2026, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 571/2026, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

REVOGA A PORTARIA Nº 518/2026 QUE FAZ CONVOCAÇÃO.

GUERINO BACKES, Prefeito do Município de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

REVOGAR, a contar de 16 de outubro de 2026, a Portaria nº 518/2026 que convoca a Professora **REJANE SCHULZ DRESCH, matrícula 1746/9**, para cumprir regime suplementar de trabalho de 16 (dezesseis) horas semanais, conforme previsto na alínea "c", do Art. 26 da Lei nº 2.781/2020, de 25 de março de 2020.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Cândido Godói, RS, em 16 de outubro de 2026.

Registre-se e publique-se.

GUERINO BACKES
Prefeito

ELTON LUIS PERIUS
Secretário da Administração

Publicado por:
Eduarda Deon Frosi
Código Identificador:D531ACDB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO BONITO DO SUL

SECRETARIA DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 92/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO BONITO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 92/2026

OBJETO: REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO/REFORMA DE CONTÊINERES DE LIXO, INCLUINDO SOLDA, HIGIENIZAÇÃO INTERNA E EXTERNA, TAMPAS E REVISÃO DOS RODÍZIOS, VISANDO RECUPERAR E MANTER SUAS CONDIÇÕES ADEQUADAS DE USO E FUNCIONAMENTO.

FAVORECIDO: JCS AMBIENTAL LTDA
CNPJ Nº 53.296.595/0001-30
VALOR: R$ 21.000,00

CAPÃO BONITO DO SUL/RS, 16 DE OUTUBRO DE 2026.

MARIZETE VARGAS PEREIRA RAUTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson Pimentel de Oliveira
Código Identificador:B1CB3E99

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA, ESPORTE E TURISMO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 93/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO BONITO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 93/2026

OBJETO: REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA, MANUTENÇÃO, INSPEÇÃO E, QUANDO APLICÁVEL, REALIZAÇÃO DE TESTES HIDROSTÁTICOS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO PERTENCENTES ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

FAVORECIDO: COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PREVENCAO CONTRA INCENDIOS LAGOA VERMELHA LTDA
CNPJ Nº 18.731.099/0001-67
VALOR: R$ 3.800,00

CAPÃO BONITO DO SUL/RS, 16 DE OUTUBRO DE 2026.

MARIZETE VARGAS PEREIRA RAUTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson Pimentel de Oliveira
Código Identificador:E8F874CF

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA, ESPORTE E TURISMO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 94/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO BONITO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 94/2026

OBJETO: REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PARA A FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL, VISANDO ATENDER À EXIGÊNCIA DO DAER-RS E GARANTIR A REGULARIDADE DA UTILIZAÇÃO EM ROTAS INTERMUNICIPAIS.

FAVORECIDO: GENTE SEGURADORA SA
CNPJ Nº 90.180.605/0001-02
VALOR: R$ 6.000,00

CAPÃO BONITO DO SUL/RS, 16 DE OUTUBRO DE 2026.

MARIZETE VARGAS PEREIRA RAUTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson Pimentel de Oliveira
Código Identificador:2F64641D

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 91/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO BONITO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 91/2026

OBJETO: REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, RECALIBRAÇÃO DOS CONTROLADORES DE TEMPERATURA, BEM COMO INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO E DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DAS CÂMARAS CONSERVADORAS DE VACINAS E MEDICAMENTOS.

FAVORECIDO: PREVENTECNO SERVICOS TECNICOS LTDA
CNPJ Nº 53.042.565/0001-06
VALOR: R$ 32.900,00

CAPÃO BONITO DO SUL/RS, 16 DE OUTUBRO DE 2026.

MARIZETE VARGAS PEREIRA RAUTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson Pimentel de Oliveira
Código Identificador:43CF4A16

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA EDITAL N° 878/2026 – PROCESSO DE DISPENSA ELETRÔNICA N° 072/2026

O Município de Capão da Canoa torna público que, entre os dias 19/10/2026 às 10h00min e 22/10/2026 às 10h00min, estará conduzindo o Processo de Dispensa Eletrônica para **Contratação de empresa especializada para aquisição e instalação de automatizador para portão deslizante, incluindo cremalheira, base de fixação, controles remotos e demais materiais e acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, para o portão de acesso ao pátio e estacionamento interno do Centro de Vigilâncias da Secretaria Municipal de Saúde de Capão da Canoa.** Demais informações e cópias dos documentos que fazem parte do processo administrativo estão disponíveis nos sítios www.portaldecompraspublicas.com.br, www.capaodacanoa.rs.gov.br, ou solicitados pelo email licitacao@capaodacanoa.rs.gov.br.

Capão da Canoa, 16 de outubro de 2026.

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:92C8FE32

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
EXTRATO DE ADENDO N° 002 AO TERMO DE FOMENTO 019/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA.
CONTRATADA: **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA AMA CAPÃO DA CANOA**.
OBJETIVO: Fica readequado o Plano de Trabalho conforme anexo no despacho n° 065 do protocolo n° 19.116/2025, referente ao Termo de Fomento para a readequação do cronograma de execução físico-financeiro**.**
Fica alterado o endereço da Associação conforme anexo no despacho n° 060 do protocolo n° 19.116/2025, passando a ser uma casa de alvenaria, localizada na Rua João Cristiano Scheffer, nº 338, Zona Nova, em Capão da Canoa/RS.
VIGÊNCIA: 30/11/2026;
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 13.019/2014.

Capão da Canoa, 16 de outubro de 2026.

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:CDA12149

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
EXTRATO DE ADENDO N° 008 AO CONTRATO 622/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA.
CONTRATADA: **PAULO ADALBERTO FUCKS DA VEIGA JUNIOR LTDA**.
OBJETIVO: Fica prorrogado o prazo do contrato com início na data de 21 de outubro de 2026 e encerramento na data de 19 de janeiro de 2027, de acordo com a CLÁUSULA SEGUNDA do Contrato.
VIGÊNCIA: 19/01/2027;
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 115, § 5º, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Capão da Canoa, 16 de outubro de 2026.

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:C465B2D2

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
EXTRATO DE ADENDO N° 009 AO CONTRATO 614/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA.
CONTRATADA: **ASSOCIAÇÃO FILHAS DE SANTA MARIA DA PROVIDENCIA**.
OBJETIVO: Fica prorrogado o prazo do contrato com início na data de 17 de outubro de 2026 e encerramento na data de 17 de outubro de 2027, de acordo com a CLÁUSULA SÉTIMA do contrato.
Tendo em vista a prorrogação de vigência contratual, fica adicionado o valor de R$ 445.497,72 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e sete reais e setenta e dois centavos).
VIGÊNCIA: 17/10/2027;
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, inciso ll, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

Capão da Canoa, 15 de outubro de 2026.

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:A62DA075

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO CIPÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
RETIFICAÇÃO Nº 01 DO PE 38 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026

Retificação nº 01 do Pregão Eletrônico nº 38/2026. Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes. O Prefeito de Capão do Cipó torna público a seguinte retificação: Altera-se a data de abertura que será 04/11/2026. Demais itens permanecem inalterados. **Pregão eletrônico nº 37/2026**. Objeto: Destinação final de resíduos sólidos. Data de abertura dia 03/11/2026 às 09:00 horas através do site www.pregaobanrisul.com.br. Edital em www.capaodocipo.rs.gov.br.

ADAIR FRACARO CARDOSO-
Prefeito de Capão do Cipó.

Publicado por:
Deolinda Luciane da Silva Machado
Código Identificador:CDEAE02C

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Dispensa de Licitação nº 01/2026 - A **CÂMARA DE VEREADORES DE CAPITÃO/RS** estará recebendo propostas e documentos para **fornecimento e instalação de divisórias em esquadrias de alumínio com vidro para a Câmara Municipal de Vereadores,** até às **08h00min** do dia **26 de outubro de 2.026.** Edital em www.capitao.rs.gov.br, informações pelo WhatsApp (51) 3758-1120.

EDUARDO STEFANI SCHEIDT
Presidente da Câmara de Vereadores

Publicado por:
Henrique da Costa
Código Identificador:F9BF7D6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Dispensa de Licitação nº 16/2026 - O **MUNICÍPIO DE CAPITÃO/RS** estará recebendo propostas e documentos para **Contratação de Show Pirotécnico de Natal,** até às **08h00min** do dia **23 de outubro de 2.026.** Edital em www.capitao.rs.gov.br, informações pelo WhatsApp (51) 3758-1120.

MÁRCIO ANDRÉ DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique da Costa
Código Identificador:61B0BAD3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 27/2026 - O **MUNICÍPIO DE CAPITÃO/RS** estará recebendo através do site www.portaldecompraspublicas.com.br propostas e documentos para **Registro de Preços** para contratação sob demanda de **solução para emissão, renovação e disponibilização de certificados digitais padrão ICP-Brasil, tipo A1, nas modalidades e-CPF e e-CNPJ,** às **08h15min** do dia **06 de novembro de 2.026.** Edital em www.capitao.rs.gov.br, informações pelo WhatsApp (51) 3758-1120.

MÁRCIO ANDRÉ DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique da Costa
Código Identificador:CC66356D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL

LEI Nº 2.026/2026 DE 16 DE OUTUBRO DE 2.026.

ABRE Crédito Especial no valor de R$ 30.100,00(Trinta mil e cem reais), indica recursos e dá outras providências.

MÁRCIO ANDRÉ DA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CAPITÃO/RS,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a **ABRIR** um Crédito Especial no valor de **R$ 30.100,00(Trinta mil e cem reais),** conforme dotações orçamentárias abaixo descritas:

08.01	Sec. Mun. do Trab., Habit. e Assistência Social	
2.169	Manutenção Piso Gaúcho Regular	R$ 30.100,00
3.3.90.30.00.000000	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 100,00
4.4.90.52.00.000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 30.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito abertos pelo artigo 1º, são indicados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício anterior.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAPITÃO/RS, 16 de outubro de 2.026.

MÁRCIO ANDRÉ DA COSTA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

VANUSA LORENZON
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Publicado por:
Adriana Bruxel Brod
Código Identificador:7F3E52E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RETIFICAÇÃO DE SÚMULA DE CONTRATO

. Retifica a publicação veiculada na Edição nº 4436 do dia 15/10/2026, passando a mesma a viger com a seguinte redação:

Contrato nº: 56/2026 de 14/10/2026.
Locadora: Ervido Fernandes - CPF 021.300.680-49
Objeto: Locação de uma fração de área de terras de **520,00m²(Quinhentos e vinte metros quadrados),** dentro de uma área maior de 83.343,16m², constante do Número de Ordem nº 16.696 e 13.448, fls. 36 – Lv "3-K" – 15.875, fls. 71, para fins de abastecimento público de água das famílias das comunidades de Linha Bicudo e Picada São Paulo, neste Município, compreendendo a área de 100,00m²(Cem metros quadrados) onde encontra-se perfurado o poço artesiano, e 420,00m²(Quatrocentos e vinte metros quadrados) de servidão de passagem.
Valor Mensal: R$ 110,71.
Vigência: 12 (doze) meses a contar de **19/10/2026.**
Base Legal: Processo Administrativo nº 1029/2026, Inexigibilidade de Licitação nº 28/2026.

MÁRCIO ANDRÉ DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Bruxel Brod
Código Identificador:314863D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SÚMULA DE TERMO ADITIVO

Objeto: inclusão do serviço de painel de chamadas de pacientes por voz, integrado à plataforma Estratégia e-SUS APS**,** ao objeto do contrato inicial.
Contratado: Bruno Tavares Rocha, CNPJ 27.978.251/0001-00.
Contrato: nº 42/2022 de 19/08/2022.
Termo Aditivo: nº 05/2026 de 16/10/2026.
Valor Mensal: R$ 150,00
Base Legal: Processo Administrativo nº 517/2022, Inexigibilidade de Licitação nº 08/2022.

MÁRCIO ANDRÉ DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Bruxel Brod
Código Identificador:2E5FC21A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SÚMULA DE TERMO ADITIVO

Do Objeto: Constitui o acréscimo de até **10.000 páginas monocromáticas,** às 30.000 páginas já contratadas, totalizando 40.000 páginas.
Contratado: César A. Gerhardt Ltda - CNPJ 04.718.316/0001-74
Contrato: nº 02/2026 de 19/01/2026
Termo Aditivo: nº 02/2026 de 16/10/2026
Valor: R$ 0,138 p/página
Base Legal: Processo Administrativo nº 22/2026 – Dispensa de Licitação nº 01/2026

MÁRCIO ANDRÉ DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Bruxel Brod
Código Identificador:9949E41B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARRUA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N°620/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA N° 620/2026

A Prefeitura Municipal de Charrua/RS, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo que tem por objeto a contratação de empresa especializada para aquisição de luminárias para manutenção do sistema de iluminação das vias públicas, conforme especificações contidas no Termo de Referência.
O valor estimado para a contratação será de R$ 19.464,60 (dezenove mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais com sessenta centavos), até o limite do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.
Visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº. 14.133/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas adicionais à municipalidade.
As propostas serão recebidas pelo e-mail compras@charrua.rs.gov.br do **dia 19 a 21 de outubro de 2026 até às 17h, horário de Brasília.**
Dúvidas e esclarecimento podem ser obtidos através do e-mail acima ou pelo telefone: (54) 3398-1065
A empresa detentora da proposta mais vantajosa para a Prefeitura Municipal de Charrua/RS será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração, em até 02 (dois) dias úteis após a convocação.

Charrua/RS, 16 de outubro de 2026.

GERSO JOSÉ RONCAGLIO
Prefeito

Publicado por:
Valéria Smialoski
Código Identificador:1BE4631F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N°621/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA N° 621/2026

A Prefeitura Municipal de Charrua/RS, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo que tem por objeto a contratação de empresa especializada para aquisição de mudas de flor para manutenção de praças, parques e jardins públicos, conforme especificações contidas no Termo de Referência.
O valor estimado para a contratação será de R$ 13.154,17 (treze mil, cento e cinquenta e quatro reais com dezessete centavos), até o limite do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.
Visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº. 14.133/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas adicionais à municipalidade.

As propostas serão recebidas pelo e-mail compras@charrua.rs.gov.br do **dia 19 a 21 de outubro de 2026 até às 17h, horário de Brasília.**
Dúvidas e esclarecimento podem ser obtidos através do e-mail acima ou pelo telefone: (54) 3398-1065
A empresa detentora da proposta mais vantajosa para a Prefeitura Municipal de Charrua/RS será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração, em até 02 (dois) dias úteis após a convocação.

Charrua/RS, 16 de outubro de 2026.

GERSO JOSÉ RONCAGLIO
Prefeito

Publicado por:
Valéria Smialoski
Código Identificador:87E9A41D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO Nº 53/2026

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO Nº 53/2026.
O Prefeito de Charrua, no uso de suas atribuições legais, conforme a autorização da Lei Municipal n° 2.441, de 11 de março de 2026, **CONVOCA** os aprovados em **Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026**, com Edital nº 01, Homologado através do Edital nº 05 - Resultado Final em 16 de abril de 2026, para assumir os referidos cargos através de Contrato Emergencial Temporário, num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar desta data.
Para a contratação do cargo será obedecido rigorosamente os itens 12 e 13, condições para a contratação temporária do Edital n° 01 - do Processo Seletivo Simplificado n° 02/2026.
Não havendo interesse do referido cargo, a candidata perderá automaticamente a vaga.

A convocada deverá apresentar-se na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

CLASSIF.	CARGO	NOME
3º lugar	Enfermeiro	Maria Aparecida Nunes

O convocado deverá apresentar-se na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, com os seguintes documentos:

Atestado Médico Admissional;
Declaração de Bens e Valores ou Declaração de Imposto de Renda;
Declaração de Não Acúmulo de Cargo Público;
Comprovante de Quitação Eleitoral;
Alvará de Folha Corrida;
Certidão Judicial Criminal Negativa;
Carteira de Identidade;
CPF;
Título de Eleitor;
Carteira Nacional de Habilitação (quando requisito para o cargo);
Carteira de Trabalho e Inscrição no PIS/PASEP;
Cartão Nacional de Saúde (SUS);
Documento Militar (para candidatos do sexo masculino);
Comprovante de Regularidade e Quitação com o Órgão de Classe (quando requisito para o cargo);
Comprovante de Escolaridade;
Foto atualizada 3 x 4;
Comprovante de Residência Atualizado;
Certidão de Nascimento dos Filhos;
Certidão de Nascimento ou Casamento;

Fica desde já advertido o candidato de que, a não apresentação da documentação exigida no momento da contratação, implica na abdicação da vaga.

Charrua-RS, 19 de outubro de 2026.

GERSO JOSÉ RONCAGLIO
Prefeito

Publicado por:
Gabrieli Daronch
Código Identificador:1717597F

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIAPETTA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 49/2026 - Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.
Objeto: Contratação de empresa para locação de sistemas de gestão pública, por licença de uso mensal, para atendimento às necessidades do município de Chiapetta/RS., conforme especificações constantes no Termo de Referência, anexo ao edital. Licitação exclusiva aos beneficiários da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei 147/2014. Data Abertura Propostas: 03/11/2026, às 09:20h. Edital: Disponível no site *www.chiapetta.rs.gov.br*. Local Abertura: www.bll.org.br. Informações: (55) 3195-0020.

Chiapetta-RS, 16/10/2026.

OSMAR KUHN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Romildo Jose Feyh
Código Identificador:7177D572

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 - Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM Objeto: Contratação por meio do Sistema de REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de massa asfáltica do tipo Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, destinada à manutenção, recuperação e conservação da pavimentação asfáltica das ruas, avenidas e travessas do Município de Chiapetta., pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata de Registro de Preços. Especificações constantes no Termo de Referência, anexo ao Edital. Data Abertura Propostas: 05/11/2026, às 09:20h. Edital: Disponível no site www.chiapetta.rs.gov.br. Local Abertura: www.bll.org.br. Informações: (55) 3195-0020.

Chiapetta-RS, 19/10/2026.

OSMAR KUHN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Romildo Jose Feyh
Código Identificador:370BD255

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL BARROS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL BARROS
DECRETO EXECUTIVO Nº 4.154, DE 05/10/2026.

Declara Situação de Emergência em Coronel Barros – RS a área do Município afetada por Vendaval – COBRADE 1.3.2.1.5 e Granizo 1.3.2.1.3, conforme legislação aplicada ao tema.

O Senhor Bráulio Scherer, Prefeito do Município de Coronel Barros, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pela Lei Federal nº 12.608, de 13 de abril de 2012 (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC), pela Lei Complementar Estadual nº 16.263, de 27 de dezembro de 2024 (que institui o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil - SIEPDEC no Rio Grande do Sul), pelo Decreto Estadual nº 58.486, de 27 de novembro de 2025 (que regulamenta o SIEPDEC e os procedimentos para reconhecimento de

situações de emergência no âmbito estadual), e pela lei federal que disciplina a declaração de situação de emergência no âmbito do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), e:
CONSIDERANDO
CONSIDERANDO, os eventos adversos ocorridos no município de CORONEL BARROS, caracterizados pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil como **COBRADE 1.3.2.1.5** – Vendaval e, como consequência, **COBRADE 1.3.2.1.3** – Granizo, que acometeu o município no dia 29 de setembro de 2026 às três horas e trinta minutos;
CONSIDERANDO o Laudo Técnico elaborado pela EMATER/RS-ASCAR, que evidencia e quantifica os danos e prejuízos decorrentes do evento adverso súbito no Município, com perdas significativas nas atividades de produção agrícola e pecuária, comprometendo a capacidade produtiva, a renda dos produtores e a dinâmica econômica local;
CONSIDERANDO o Laudo Técnico elaborado pela Assistência Social, que evidencia a ocorrência de danos humanos decorrentes do desastre, com famílias e indivíduos diretamente afetados pelo evento adverso súbito, bem como impactos indiretos ocasionados pelos danos, agravando a situação de vulnerabilidade social e comprometendo as condições de vida e subsistência das famílias atingidas havendo necessidade de adoção imediata de medidas de assistência e resposta, incluindo a distribuição de ajuda humanitária à população afetada;

CONSIDERANDO, o Relatório de Prejuízos Públicos que quantifica custos emergenciais, arcados através de receitas municipais para serviços essenciais;
CONSIDERANDO, o Relatório de Mídias que comprova a repercussão pública da crise, com matérias em veículos locais/regionais reforçando o caráter notório do evento;
CONSIDERANDO, que o Município disponibilizou todo o aparato existente para minimizar os efeitos do evento, bem como assistência aos afetados, conforme relatórios anexos, mas a magnitude do evento superou a capacidade local de resposta;
CONSIDERANDO, que, em consequência, resultaram os danos e prejuízos descritos no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e nos relatórios, levantamentos e laudos que o subsidiaram, configurando "dano humano" e prejuízos socioeconômicos irrefutáveis (art. 3º, inciso II, Lei nº 12.608/2012);
CONSIDERANDO, o Parecer Técnico da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, relatando que a ocorrência desse evento adverso súbito é favorável à declaração de situação de anormalidade, atribuindo intensidade **Nível II** (Situação de Emergência), nos termos do Decreto Estadual nº 58.486/2025 e da Portaria MDR nº 260/2022;
DECRETA
Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência em toda a área do município contida no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **COBRADE 1.3.2.1.5** – Vendaval e, como consequência, **COBRADE 1.3.2.1.3** – Granizo,conforme legislação aplicada (Lei nº 12.608/2012, Lei Complementar Estadual nº 16.263/2024 e Decreto Estadual nº 58.486/2025).
Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução, inclusive com realocação de recursos orçamentários conforme LRF (LC nº 101/2000, art. 167).
Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nos termos do Decreto Estadual nº 58.486/2025.
Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:
– Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
– Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população, nos termos da Lei nº 12.608/2012 (art. 22).
Art. 5º. Em caso de utilidade pública, autoriza-se o início de processos de desapropriação, conforme legislação federal aplicável ao tema (Decreto-Lei nº 3.365/1941), com a observância de suas condições e consequências, e compatibilização com o Decreto Estadual nº 58.486/2025 para ações de defesa civil.
Art. 6º. Com fundamento na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), sem prejuízo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), ficam dispensadas de licitações as aquisições dos bens necessários ao atendimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedada a recontratação de empresas e a prorrogação dos contratos, observadas as normas do Decreto Estadual nº 58.486/2025 para prestação de contas.
Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará por cento e oitenta dias, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da Lei nº 12.608/2012 (art. 2º, § 3º) e da Lei Complementar Estadual nº 16.263/2024.

Coronel Barros, 05 de outubro de 2026.

BRAULIO SCHERER
Prefeito

Registre-se e Publique-se

THALES RAUBER FIGUEIRÓ
Secretário Municipal de Administração Planejamento e Finanças

Publicado por:
Gelson Antonio Worst
Código Identificador:AD06C860

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL BICACO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2026
ASSSITENTE SOCIEL E PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

EDITAL N° 005/2026 – ADM - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Edital de Processo Seletivo Simplificado para contratação por prazo determinado.

PAULO GILBERTO HERMEL, Prefeito em exercício de Coronel Bicaco, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, visando à contratação de pessoal e a formação de cadastro de reserva, por prazo determinado para a função de 01(um) Assistente Social 40 horas semanais e 01(um) Profissional de Educação Física (bacharelado ou licenciatura plena em educação física) 20 horas semanais, amparados em excepcional interesse público devidamente reconhecido na Lei Municipal n° 5164/2026, de 29 de setembro de 2026, com fulcro no art. 37, IX, da Constituição da República, e artigos 232 a 236 da Lei Municipal n° 1543/2002, de 24 de setembro de 2002 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Coronel Bicaco-RS, torna público a realização de **Processo Seletivo Simplificado**, que será regido pelas normas estabelecidas neste Edital e no Decreto nº 129/2018, de 30 de maio de 2018.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado será executado por intermédio da Banca Executora do Processo Seletivo, nomeada pela Portaria n° 402/2026, de 16 de outubro de 2026.

1.2 Durante toda a realização do Processo Seletivo Simplificado será prestigiado, sem prejuízo de outros, os princípios estabelecidos no art. 37, "caput", da Constituição da República.
1.3 O edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado será publicado integralmente no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, sendo o seu extrato veiculado, ao menos uma vez no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, no mínimo três dias antes do encerramento das inscrições.
1.4 Os demais atos e decisões inerentes ao presente Processo Seletivos Simplificado serão publicados no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal e/ou em meio eletrônico, se houver.
1.5 Os prazos constantes neste Edital serão contados em dias corridos, desconsiderando-se o do início e incluindo-se o do final.
1.5.1 Os prazos somente começam a correr em dias úteis.
1.5.2 Considera-se prorrogado até o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.
1.6 O Processo Seletivo Simplificado consistirá na análise de currículos dos candidatos pela Banca Executora do Processo Seletivo, conforme critérios definidos neste Edital.
1.7 A contratação será pelo prazo determinado, conforme a legislação específica para o cargo, e se regerá pelo Regime Jurídico dos Servidores Municipais, sendo que estes contribuirão para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

2. ESPECIFICAÇÕES DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

2.1 A função temporária de que trata este Processo Seletivo Simplificado correspondem ao exercício das atividades inerentes as atribuições dos cargos efetivos, constante da Lei Municipal n° 4.629/2020, Quadro de Cargos e Funções Públicas do Município de Coronel Bicaco-RS e 1538/2002, Quadro de Cargos do Magistério Público do Município de Coronel Bicaco/RS e da legislação especificada para o cargo.
2.2 A carga horária semanal será de 40(quarenta) horas semanais para o cargo de Assistente Social e 20 (vinte) horas semanais para o cargo de Profissional de Educação Física (bacharelado ou licenciatura plena em educação física), conforme definido na Legislação autorizativa para a contratação emergencial, e será desenvolvida diariamente, de acordo com horário definido pela autoridade competente mediante ato próprio.
2.3 Pelo efetivo exercício da função temporária será pago mensalmente o respectivo vencimento definido na Legislação autorizativa para a contratação emergencial, nele compreendendo-se além da efetiva contraprestação pelo trabalho, o descanso semanal remunerado.
2.3.1 Além do vencimento o contratado fará jus às seguintes vantagens funcionais: gratificação natalina proporcional ao período trabalhado; férias proporcionais acrescidas de um terço, indenizadas ao final do contrato; inscrição no Regime Geral de Previdência.
2.3.2 Sobre o valor total da remuneração incidirão os descontos fiscais e previdenciários.
2.4 Os deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem àqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários pelo Regime Jurídico, sendo a apuração processada na forma do Regime Disciplinar do mesmo Diploma, no que couber.

3. INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão recebidas exclusivamente na Prefeitura Municipal, junto a sala do Departamento de Pessoal, situada à Rua 14 de abril, n° 100, no período compreendido das 07h30min às 13h30min horas, em dias úteis, do dia 19 a 23 de outubro de 2026**.**
3.1.1 Não serão aceitas inscrições fora de prazo.
3.2 A inscrição do candidato implicará o conhecimento prévio e a tácita aceitação das presentes instruções e normas estabelecidas neste Edital.
3.3 As inscrições serão gratuitas.

4. CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

4.1 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado, o candidato deverá comparecer ao endereço e nos horários e prazos indicados no item 3.1, ou por intermédio de procurador munido de instrumento público ou particular de mandato (com poderes especiais para realizar a sua inscrição no Processo Seletivo Simplificado), apresentando, em ambos os casos, os seguintes documentos:
4.1.1 Ficha de inscrição disponibilizada no ato pela Banca Executora, devidamente preenchida e assinada.
4.1.2 Cópia de documento de identidade oficial com foto, quais sejam: carteiras ou cédulas de identidades expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97, artigo 15).
4.1.3 Habilitação profissional de acordo com as especificações contidas na Lei Municipal n° 4.629/2020, que Reestrutura os Quadros de Cargos e Funções Públicas do Município de Coronel Bicaco – RS; estabelece o respectivo Plano de Carreira dos Servidores, e dá outras providências, e Lei Municipal nº 1.538/2002, que Reestrutura o plano de carreira do Magistério Público do Município de Coronel Bicaco - RS, que institui o respectivo quadro de cargos, e dá outras providências, e da legislação especificada para cada cargo.
4.1.4 Currículo profissional de acordo com o modelo apresentado no Anexo I do presente edital, acompanhado de cópia autenticada dos títulos que comprovam as informações contidas no currículo.
4.2 Os documentos poderão ser autenticados no ato da inscrição pelos membros da Banca Executora, desde que o candidato apresente para conferência os originais juntamente com a cópia.

5. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.1 Encerrado o prazo fixado pelo item 3.1, a Banca Executora do Processo Seletivo publicará, no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal e/ou em meio eletrônico, se houver, no prazo de um dia, edital contendo a relação nominal dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas.
5.2 Os candidatos que não tiveram as suas inscrições homologadas poderão interpor recursos escritos perante a Banca Executora do Processo Seletivo, no prazo de um dia, mediante a apresentação das razões que ampararem a sua irresignação.
5.2.1 No prazo de um dia, a Banca Executora do Processo Seletivo, apreciando o recurso, poderá reconsiderar sua decisão, hipótese na qual o nome do candidato passará a constar no rol de inscrições homologadas.
5.2.2 A lista final de inscrições homologadas será publicada na forma do item 5.1, no prazo de um dia, após a decisão dos recursos.

6. FORMATAÇÃO DOS CURRÍCULOS

6.1 O currículo profissional deverá ser preenchido pelo candidato nos moldes do Anexo I do presente Edital.
6.2 Os critérios de avaliação dos currículos totalização o máximo de cem pontos.
6.3 A escolaridade exigida para o desempenho da função não será objeto de avaliação.
6.4 Somente serão considerados os títulos expedidos por pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que atenderem os critérios definidos neste Edital.
6.5 Nenhum título receberá dupla valoração.
6.6 A classificação dos candidatos será efetuada através da pontuação dos títulos apresentados, em uma escala de zero a cem pontos, conforme os seguintes critérios:

ESPECIFICAÇÃO	Pontuação Unitária	Pontuação Máxima
Pós-graduação na área Mestrado ou Doutorado na área	10 20	20 40
Cursos de Especialização na área de atuação com carga horária acima de 50 horas cada	10	30
-Experiência na área de atuação, comprovada com anotação na CTPS ou Contrato de Trabalho, (02 pontos por cada ano)	02	10

7. ANÁLISE DOS CURRÍCULOS E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR

7.1 No prazo de dois dias, o Banca Executora do Processo Seletivo deverá proceder à análise dos currículos.
7.2 Ultimada a identificação dos candidatos e a totalização das notas, o resultado preliminar será publicado no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal e/ou em meio eletrônico, se houver, abrindo-

se o prazo para os candidatos apresentarem recursos, nos termos estabelecidos neste edital.

8. RECURSOS
8.1 Da classificação preliminar dos candidatos será cabível recurso endereçado à Banca Executora do Processo Seletivo, uma única vez, no prazo comum de um dia.
8.1.1 O recurso deverá conter a perfeita identificação do recorrente e as razões do pedido recursal.
8.1.2 Será possibilitada vista dos currículos e documentos na presença da Banca Executora do Processo Seletivo, permitindo-se anotações.
8.1.3 Havendo a reconsideração da decisão classificatória pela Banca Executora do Processo Seletivo, o nome do candidato passará a constar no rol de selecionados.
8.2 Ultimada a identificação dos candidatos, a totalização das notas o resultado preliminar será publicado no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal e/ou em meio eletrônico, se houver, abrindo-se o prazo para os candidatos apresentarem recursos, nos termos estabelecidos neste edital.

9. CRITÉRIOS PARA DESEMPATE
9.1 Verificando-se a ocorrência de empate em relação às notas recebidas por dois ou mais candidatos, terá preferência na ordem classificatória, sucessivamente, o candidato que:
9.1.1 apresentar idade mais avançada, dentre aqueles com idade igual ou superior a sessenta anos.
9.1.2 tiver obtido a maior qualificação na área de atuação da função.
9.1.3 Sorteio em ato público.
9.2 O sorteio ocorrerá em local e horário previamente definido pela Banca Executora do Processo Seletivo, na presença dos candidatos interessados, os quais serão convocados por telefone, correio eletrônico ou qualquer outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.
9.3 A aplicação do critério de desempate será efetivada após a análise dos recursos e antes da publicação da lista final dos selecionados.

10. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
10.1 Transcorrido o prazo sem a interposição de recurso ou ultimado o seu julgamento, a Banca Executora encaminhará o Processo Seletivo Simplificado ao Prefeito Municipal para homologação, no prazo de um dia.
10.2 Homologado o resultado, será lançado edital com a classificação geral dos candidatos aprovados, quando, então passará a fluir o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

11. CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
11.1 Homologado o resultado do Processo Seletivo Simplificado e autorizada à contratação pelo Prefeito, será convocado o primeiro colocado, dependendo do número de vagas ofertadas pela Lei que autorizou a contratação para no prazo de 05 (cinco) dias, prorrogável uma única por igual período, a critério da Administração, comprovar o atendimento das seguintes condições:
11.1.1 Ser brasileiro ou estrangeiro na forma da lei;
11.1.2 Ter idade mínima de 18 anos;
11.1.3 Apresentar atestado médico de aptidão para exercício das funções e atividades do cargo.
11.1.4 Ter nível de escolaridade compatível com as atribuições do cargo, constantes das Leis Municipais n° 4629/2020, Quadro de Cargos e Funções Públicas do Município do Município de Coronel Bicaco-RS e Lei Municipal nº 1.538/2002, que reestrutura o plano de carreira do Magistério Público do Município de Coronel Bicaco - RS, que institui o respectivo quadro de cargos, e dá outras providências e da legislação especificada para o cargo.
11.1.5 Apresentar declaração de bens e rendas conforme modelo disponibilizado pelo Município.
11.2 A convocação do candidato classificado será realizada por meio de Edital publicado no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, por telefone, correio eletrônico ou qualquer outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.
11.3 Não comparecendo o candidato convocado ou verificando-se o não atendimento das condições exigidas para a contratação serão convocados os demais classificados, observando-se a ordem classificatória crescente.
11.4 O candidato que não tiver interesse na contratação poderá requerer, uma única vez, sua alocação no final da lista de aprovados.
11.5 O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado será de dois anos, prorrogável, uma única vez, por igual período.
11.6 No período de validade do Processo Seletivo Simplificado, em havendo a rescisão contratual, poderão ser chamados para contratação pelo tempo remanescente, os demais candidatos classificados, observada a ordem classificatória.
11.7 Após todos os candidatos aprovados terem sido chamados, incluindo aqueles que optaram por passar para o final da lista, havendo ainda necessidade de contratações para as mesmas funções, novo processo seletivo deverá ser realizado.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS
12.1 Não serão fornecidos qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação do resultado.
12.2 Os candidatos aprovados e classificados deverão manter atualizados os seus endereços.
12.3 Respeitada à natureza da função temporária, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente no edital, conforme dispuser a legislação local.
12.4 Os casos omissos e situações não previstas serão resolvidos pela Banca Executora.

Coronel Bicaco-RS, 16 de outubro de 2026.

PAULO GILBERTO HERMEL
Prefeito Em Exercício

ANEXO I

MODELO DE CURRÍCULO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
1. DADOS PESSOAIS
1.1 Nome completo: _____
1.2 Carteira de identidade:_____ _____
1.3 CPF_____

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO
2.6 Endereço Eletrônico: _____
2.7 Telefone residencial e celular: _____
2.8 Outro endereço e telefone para contato ou recado: _____

3. ESCOLARIDADE
Instituição de Ensino: _____
Ano de conclusão: _____

4. PÓS-GRADUAÇÃO

Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____

Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____

4. MESTRADO / DOUTOURADO

Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____

Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____

5. CURSOS DE ESPECIZALIZAÇÃO NA ÁREA

Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____

Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____

Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____

6. EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO:

Empresa/local do Trabalho:_____ _____
Data de início: _____ Data de Término: _____
Tempo de serviço:_____ _____

Empresa/local do Trabalho:_____ ___
Data de início: _____ Data de Término: _____
Tempo de serviço:_____ __

Empresa/local Trabalho:_____ _____
Data de início: _____ Data de Término: _____
Tempo de serviço:_____ ____

Empresa/local do Trabalho:_____ _____
Data de início: _____ Data de Término: _____
Tempo de serviço:_____ _____

5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS:
_____

Assinatura do Candidato

ANEXO II
CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

II – Análise de Currículos		
Abertura das Inscrições	5 dias	19 a 23 outubro
Publicação dos inscritos	1 dia	26 de outubro
Recurso da não homologação das inscrições	1 dia	27 de outubro
Publicação da relação final de inscritos	1 dia	28 de outubro
Análise dos currículos / critério de desempate	2 dias	29 e 30 outubro
Publicação do resultado preliminar	1 dia	03 de novembro
Recurso do resultado	1 dia	04 de novembro
Publicação da relação final de inscritos	1 dia	05 de novembro
TOTAL	**13 dias**	

Publicado por:
Elizabete Bombardelli
Código Identificador:EF9AF6D6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2026
AUXILIAR DE CRECHE E MONITOR ESCOLAR

EDITAL N° 06/2026 – ADM - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Edital de Processo Seletivo Simplificado para contratação por prazo determinado.

PAULO GILBERTO HERMEL, Prefeito em exercício de Coronel Bicaco, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, visando à contratação de pessoal e a formação de cadastro de reserva, por prazo determinado para as funções de 05(cinco) Monitor Escolar e 05(cinco) Auxiliar de Creche para atuar junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, amparados em excepcional interesse público devidamente reconhecido nas Leis Municipais n° 5118/2026 e 5120/2026, com fulcro no art. 37, IX, da Constituição da República, e arts. 232 a 236 da Lei Municipal n° 1543/2002, de 24 de setembro de 2002 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Coronel Bicaco-RS, torna público a realização de **Processo Seletivo Simplificado**, que será regido pelas normas estabelecidas neste Edital e no Decreto nº 129/2018, de 26 de abril de 2019.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1 O Processo Seletivo Simplificado será executado por intermédio da Banca Executora do Processo Seletivo, nomeada pela Portaria n° 402/2026, de 16 de outubro de 2026.
1.2 Durante toda a realização do Processo Seletivo Simplificado será prestigiado, sem prejuízo de outros, os princípios estabelecidos no art. 37, "caput", da Constituição da República.
1.3 O edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado será publicado integralmente no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, sendo o seu extrato veiculado, ao menos uma vez no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, no mínimo três dias antes do encerramento das inscrições.
1.4 Os demais atos e decisões inerentes ao presente Processo Seletivos Simplificado serão publicados no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal e/ou em meio eletrônico, se houver.
1.5 Os prazos constantes neste Edital serão contados em dias corridos, desconsiderando-se o do início e incluindo-se o do final.
1.5.1 Os prazos somente começam a correr em dias úteis.
1.5.2 Considera-se prorrogado até o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.
1.6 O Processo Seletivo Simplificado consistirá na análise de currículos dos candidatos pela Banca Executora do Processo Seletivo, conforme critérios definidos neste Edital.
1.7 A contratação será pelo prazo determinado, conforme a legislação específica para o cargo, e se regerá pelo Regime Jurídico dos Servidores Municipais, sendo que estes contribuirão para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

2. ESPECIFICAÇÕES DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA
2.1 A função temporária de que trata este Processo Seletivo Simplificado correspondem ao exercício das atividades inerentes as atribuições dos cargos efetivos, constante da Lei Municipal n° 4.629/2020, Quadro de Cargos e Funções Públicas do Município de Coronel Bicaco-RS, e da legislação especificada para o cargo.
2.2 A carga horária semanal será de 40(quarenta) horas semanais para ambos os cargos, conforme definido na Legislação autorizativa para a contratação emergencial, e será desenvolvida diariamente, de acordo com horário definido pela autoridade competente mediante ato próprio.
2.3 Pelo efetivo exercício da função temporária será pago mensalmente o respectivo vencimento definido na Legislação autorizativa para a contratação emergencial, nele compreendendo-se além da efetiva contraprestação pelo trabalho, o descanso semanal remunerado.
2.3.1 Além do vencimento o contratado fará jus às seguintes vantagens funcionais: gratificação natalina proporcional ao período trabalhado; férias proporcionais acrescidas de um terço, indenizadas ao final do contrato; inscrição no Regime Geral de Previdência.
2.3.2 Sobre o valor total da remuneração incidirão os descontos fiscais e previdenciários.
2.4 Os deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem àqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários pelo Regime Jurídico, sendo a apuração processada na forma do Regime Disciplinar do mesmo Diploma, no que couber.

3. INSCRIÇÕES
3.1 As inscrições serão recebidas exclusivamente na Secretaria Municipal da Administração, situada à Rua 14 de abril, n° 100, no período compreendido das 7h30min às 13h30min horas, em dias úteis, do dia 19 a 23 de outubro de 2026**.**
3.1.1 Não serão aceitas inscrições fora de prazo.
3.2 A inscrição do candidato implicará o conhecimento prévio e a tácita aceitação das presentes instruções e normas estabelecidas neste Edital.
3.3 As inscrições serão gratuitas.

4. CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO
4.1 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado, o candidato deverá comparecer ao endereço e nos horários e prazos indicados no item 3.1, ou por intermédio de procurador munido de instrumento

público ou particular de mandato (com poderes especiais para realizar a sua inscrição no Processo Seletivo Simplificado), apresentando, em ambos os casos, os seguintes documentos:
4.1.1 Ficha de inscrição disponibilizada no ato pela Banca Executora, devidamente preenchida e assinada.
4.1.2 Cópia de documento de identidade oficial com foto, quais sejam: carteiras ou cédulas de identidades expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97, artigo 15).
4.1.3 Prova de quitação das obrigações militares e eleitorais;
4.1.4 Habilitação profissional de acordo com as especificações contidas na Lei 4629/2020, que Reestrutura o Quadros de Cargos e Funções Públicas do Município de Coronel Bicaco - RS; estabelece o respectivo Plano de Carreira dos Servidores, e dá outras providências, e da legislação especificada para cada cargo.
4.1.5 Currículo profissional de acordo com o modelo apresentado no Anexo I do presente edital, acompanhado de cópia autenticada dos títulos que comprovam as informações contidas no currículo.
4.2 Os documentos poderão ser autenticados no ato da inscrição pelos membros da Banca Executora, desde que o candidato apresente para conferência os originais juntamente com a cópia.

5. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
5.1 Encerrado o prazo fixado pelo item 3.1, a Banca Executora do Processo Seletivo publicará, no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal e/ou em meio eletrônico, se houver, no prazo de um dia, edital contendo a relação nominal dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas.
5.2 Os candidatos que não tiveram as suas inscrições homologadas poderão interpor recursos escritos perante a Banca Executora do Processo Seletivo, no prazo de um dia, mediante a apresentação das razões que ampararem a sua irresignação.
5.2.1 No prazo de um dia, a Banca Executora do Processo Seletivo, apreciando o recurso, poderá reconsiderar sua decisão, hipótese na qual o nome do candidato passará a constar no rol de inscrições homologadas.
5.2.2 A lista final de inscrições homologadas será publicada na forma do item 5.1, no prazo de um dia, após a decisão dos recursos.

6. FORMATAÇÃO DOS CURRÍCULOS
6.1 O currículo profissional deverá ser preenchido pelo candidato nos moldes do Anexo I do presente Edital.
6.2 Os critérios de avaliação dos currículos totalização o máximo de cem pontos.
6.3 A escolaridade exigida para o desempenho da função não será objeto de avaliação.
6.4 Somente serão considerados os títulos expedidos por pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que atenderem os critérios definidos neste Edital.
6.5 Nenhum título receberá dupla valoração.
6.6 A classificação dos candidatos será efetuada através da pontuação dos títulos apresentados, em uma escala de zero a cem pontos, conforme os seguintes critérios:

ESPECIFICAÇÃO	Pontuação Unitária	Pontuação Máxima
Cursos especializados na área de atuação da função com duração de: - 10 horas, - 20 horas, - 30 horas.	 05 10 20	 10 20 40
-Experiência na área de atuação, comprovada com anotação na CTPS ou Contrato de Trabalho, (03 pontos por cada ano)	03	30

7. ANÁLISE DOS CURRÍCULOS E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR
7.1 No prazo de dois dias, o Banca Executora do Processo Seletivo deverá proceder à análise dos currículos.
7.2 Ultimada a identificação dos candidatos e a totalização das notas, o resultado preliminar será publicado no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal e/ou em meio eletrônico, se houver, abrindo-se o prazo para os candidatos apresentarem recursos, nos termos estabelecidos neste edital.

8. RECURSOS
8.1 Da classificação preliminar dos candidatos será cabível recurso endereçado à Banca Executora do Processo Seletivo, uma única vez, no prazo comum de um dia.
8.1.1 O recurso deverá conter a perfeita identificação do recorrente e as razões do pedido recursal.
8.1.2 Será possibilitada vista dos currículos e documentos na presença da Banca Executora do Processo Seletivo, permitindo-se anotações.
8.1.3 Havendo a reconsideração da decisão classificatória pela Banca Executora do Processo Seletivo, o nome do candidato passará a constar no rol de selecionados.
8.2 Ultimada a identificação dos candidatos, a totalização das notas o resultado preliminar será publicado no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal e/ou em meio eletrônico, se houver, abrindo-se o prazo para os candidatos apresentarem recursos, nos termos estabelecidos neste edital.

CRITÉRIOS PARA DESEMPATE
9.1 Verificando-se a ocorrência de empate em relação às notas recebidas por dois ou mais candidatos, terá preferência na ordem classificatória, sucessivamente, o candidato que:
9.1.1 apresentar idade mais avançada, dentre aqueles com idade igual ou superior a sessenta anos.
9.1.2 tiver obtido a maior nota no critério de Cursos especializados na área de atuação da função.
9.1.3 Sorteio em ato público.
9.2 O sorteio ocorrerá em local e horário previamente definido pela Banca Executora do Processo Seletivo, na presença dos candidatos interessados, os quais serão convocados por telefone, correio eletrônico ou qualquer outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.
9.3 A aplicação do critério de desempate será efetivada após a análise dos recursos e antes da publicação da lista final dos selecionados.

10. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
10.1 Transcorrido o prazo sem a interposição de recurso ou ultimado o seu julgamento, a Banca Executora encaminhará o Processo Seletivo Simplificado ao Prefeito Municipal para homologação, no prazo de um dia.
10.2 Homologado o resultado final, será lançado edital com a classificação geral dos candidatos aprovados, quando, então passará a fluir o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

11. CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
11.1 Homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado e autorizada à contratação pelo Prefeito, será convocado o primeiro colocado, dependendo do número de vagas ofertadas pela Lei que autorizou a contratação para, no prazo de 05 (cinco) dias, prorrogável uma única vez, a critério da Administração, comprovar o atendimento das seguintes condições:
11.1.1 Ser brasileiro ou estrangeiro na forma da lei;
11.1.2 Ter idade mínima de 18 anos;
11.1.3 Apresentar atestado médico exarado pelo serviço oficial do Município, no sentido de gozar de boa saúde física e mental.
11.1.4 Ter nível de escolaridade compatível com as atribuições do cargo, constantes das Leis Municipais n° 4629/2020, Quadro de Cargos e Funções Públicas do Município do Município de Coronel Bicaco-RS, e da legislação especificada para cada cargo.
11.1.5 Apresentar declaração de bens e rendas conforme modelo disponibilizado pelo Município.
11.2 A convocação do candidato classificado será realizada por meio de Edital publicado no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, por telefone, correio eletrônico ou qualquer outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.
11.3 Não comparecendo o candidato convocado ou verificando-se o não atendimento das condições exigidas para a contratação serão convocados os demais classificados, observando-se a ordem classificatória crescente.
11.4 O candidato que não tiver interesse na contratação poderá requerer, uma única vez, sua alocação no final da lista de aprovados.

11.5 O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado será de dois anos, prorrogável, uma única vez, por igual período.
11.6 No período de validade do Processo Seletivo Simplificado, em havendo a rescisão contratual, poderão ser chamados para contratação pelo tempo remanescente, os demais candidatos classificados, observada a ordem classificatória.
11.7 Após todos os candidatos aprovados terem sido chamados, incluindo aqueles que optaram por passar para o final da lista, havendo ainda necessidade de contratações para as mesmas funções, novo processo seletivo deverá ser realizado.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS
12.1 Não serão fornecidos qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação do resultado final.
12.2 Os candidatos aprovados e classificados deverão manter atualizados os seus endereços.
12.3 Respeitada à natureza da função temporária, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente no edital, conforme dispuser a legislação local.
12.4 Os casos omissos e situações não previstas serão resolvidos pela Banca Executora.

Coronel Bicaco-RS, 16 de outubro de 2026.

PAULO GILBERTO HERMEL
Prefeito Em Exercício

ANEXO I
MODELO DE CURRÍCULO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
1. DADOS PESSOAIS
1.1 Nome completo: _____
1.2 Filiação: _____
1.3 Nacionalidade: _____

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO
2.1 Carteira de Identidade e órgão expedidor: _____
2.2 Cadastro de Pessoa Física – CPF: _____
2.3 Endereço Eletrônico: _____
2.4 Telefone residencial e celular: _____

3. ESCOLARIDADE
Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Ano de conclusão: _____

4. CURSOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA AFIM À FUNÇÃO
Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____

Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____

Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____

Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____

Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____

Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____

Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____

5. EXPERIÊNCIA NA ÁREA PÚBLICA:
Órgão Público de Trabalho:_____ _____
Data de início: _____ Data de Término: _____
Tempo de serviço:_____ _____

Órgão Público de Trabalho:_____ _____
Data de início: _____ Data de Término: _____
Tempo de serviço:_____ _____

Órgão Público de Trabalho:_____ _____
Data de início: _____ Data de Término: _____
Tempo de serviço:_____ ___

Órgão Público de Trabalho:_____ _____
Data de início: _____ Data de Término: _____
Tempo de serviço:_____ _____

Órgão Público de Trabalho:_____ _____
Data de início: _____ Data de Término: _____
Tempo de serviço:_____ _____

5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS:
_____

Assinatura do Candidato

ANEXO II
CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

II – Análise de Currículos		
Abertura das Inscrições	05 dias	19 a 23 de outubro
Publicação dos inscritos	1 dia	26 de outubro
Recurso da não homologação das inscrições	1 dia	27 de outubro
Publicação da relação final de inscritos	1 dia	28 de outubro
Análise dos currículos / critério de desempate	2 dias	29 e 30 outubro
Publicação do resultado preliminar	1 dia	03 de novembro
Recurso do resultado	1 dia	04 de novembro
Publicação da relação final de inscritos	1 dia	05 de novembro
TOTAL	13 dias	

Publicado por:
Elizabete Bombardelli
Código Identificador:00045D30

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
006/2026 AUXILIAR DE CRECHE E MONITOR ESCOLAR

Estado do Rio Grande do Sul. Prefeitura Municipal de Coronel Bicaco – RS. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 006/2026 – ADM, ANÁLISE DE CURRÍCULOS - PREENCHIMENTO DE VAGA DE ACORDO COM A NECESSIDADE, CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL. O Prefeito em exercício de Coronel Bicaco, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Legislação pertinente a espécie, **TORNA PÚBLICO**, que se encontra aberto Processo Seletivo Simplificado, visando preenchimento de vaga, de acordo com a necessidade, contratação por prazo determinado do Poder Público Municipal, para o cargo descrito neste Edital, mediante as condições que seguem:
1. DA VAGAS:

QUADRO DE VAGAS			
Cargo	**Vaga**	**Carga horária**	**Vencimentos:**
Auxiliar de Creche	05	40 h.	R$ 2.060,59
Monitor Escolar	05	40h.	R$ 2.060,59

2. DAS INSCRIÇÕES: As inscrições serão realizadas na Prefeitura Municipal junto ao Departamento de Pessoal, sito à Rua 14 de abril, n° 100, no período compreendido das 07h30min às 13h30min, do dia

19 a 23 de outubro de 2026. As exigências para a realização das inscrições constam no edital. **3. ÍNTEGRA DO EDITAL:** Os candidatos poderão obter informações e a íntegra do Edital junto ao Departamento de Pessoal, sito à Rua 14 de abril, n° 100, pelo telefone 08000540058 - ramal 203, Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul e site oficial do Município.

Coronel Bicaco-RS, 16 de outubro de 2026.

PAULO GILBERTO HERMEL.
Prefeito Em Exercício

Publicado por:
Elizabete Bombardelli
Código Identificador:A8E1DF85

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICACO 005/2026 ASSISTENTE SOCIAL E PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA

Estado do Rio Grande do Sul. Prefeitura Municipal de Coronel Bicaco – RS. **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 005/2026 – ADM, ANÁLISE DE CURRÍCULOS -** PREENCHIMENTO DE VAGA DE ACORDO COM A NECESSIDADE, CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL. O Prefeito em exercício de Coronel Bicaco, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Legislação pertinente a espécie, **TORNA PÚBLICO**, que se encontra aberto Processo Seletivo Simplificado, visando preenchimento de vaga, de acordo com a necessidade, contratação por prazo determinado do Poder Público Municipal, para o cargo descrito neste Edital, mediante as condições que seguem:
1. DA VAGAS:

QUADRO DE VAGAS			
Cargo	**Vaga**	**Carga horária**	**Vencimentos:**
Assistente Social	01	40 h.	R$ 4.814,48 (salário)
Profissional de Educação Física	01	20h.	R$ 2.407,24 (salário) + Complemento para o piso.

2. DAS INSCRIÇÕES: As inscrições serão realizadas na Prefeitura Municipal junto ao Departamento de Pessoal, sito à Rua 14 de abril, n° 100, no período compreendido das 07h30min às 13h30min, do dia 19 a 23 de outubro de 2026. As exigências para a realização das inscrições constam no edital. **3. ÍNTEGRA DO EDITAL:** Os candidatos poderão obter informações e a íntegra do Edital junto ao Departamento de Pessoal, sito à Rua 14 de abril, n° 100, pelo telefone 08000540058 - ramal 203, Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul e site oficial do Município.

Coronel Bicaco-RS, 16 de outubro de 2026.

PAULO GILBERTO HERMEL.
Prefeito Em Exercício

Publicado por:
Elizabete Bombardelli
Código Identificador:EA3E2E26

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 402/2026

PORTARIA 402/2026, de 16 de outubro de 2026.

DESIGNA BANCA EXECUTORA DOS PROCESSOS SELETIVOS N.º 005/2026, 006/2026.

PAULO GILBERTO HERMEL, Prefeito em exercício de Coronel Bicaco, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que dispõe o Art. 17 do Decreto nº 129/2018, de 30 de maio de 2018, que regulamenta os concursos e os processos seletivos públicos no município de Coronel Bicaco/RS,

RESOLVE:

Art.1º- DESIGNAR como Banca Executora do Processo Seletivo nº 005/2026, 006/2026, os servidores abaixo:
Elizabete Bombardelli, Recepcionista;
Edson Antônio Schwaab, Agente de Recursos Humanos;
Leomar Birkan da Silva, Agente de Recursos Humanos.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor em na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CORONEL BICACO-RS, **AOS 16 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.**

PAULO GILBERTO HERMEL
Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

CASSIANO DE SOUZA ZANELA
Secretário da Administração

Publicado por:
Elizabete Bombardelli
Código Identificador:6569E6BB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIPORÃ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 230/2026.

CONTRATANTE: Município de Cotiporã
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, §7°, LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.
CONTRATADA: REFORMAQ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPONENTES RODOVIÁRIOS LTDA
CNPJ Nº 88.097.969/0001-73
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de peças e prestação de serviços de mão de obra mecânica destinados ao conserto da motoniveladora CASE/135H, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Saneamento.
VALOR: R$ 9.394,00 (nove mil trezentos e noventa e quatro reais).

Cotiporã/RS, 16 de outubro de 2026.

JOSÉ CARLOS BREDA
Prefeito

Publicado por:
Thomas Franco Tres
Código Identificador:54899967

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 343, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

CONTRATANTE: Município de Cotiporã
CONTRATADA: COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA
CNPJ Nº 88.587.357/0025-36
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos para manutenção de praças, parques e jardins, conforme demanda formalizada pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.
VINCULAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 231/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: ART.75, INCISO II, LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.
PRAZO/VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias
VALOR: R$ 8.880,00 (oito mil oitocentos e oitenta reais)

Cotiporã/RS, 16 de outubro de 2026.

ELISANDRA SCUSSEL
Sec. Municipal de Administração

Publicado por:
Thomas Franco Tres
Código Identificador:83F412F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 342, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

CONTRATANTE: Município de Cotiporã
CONTRATADA: FAMA ELETRÔNICA LTDA
CNPJ Nº 90.232.398/0001-84
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos para manutenção de praças, parques e jardins, conforme demanda formalizada pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.
VINCULAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 231/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: ART.75, INCISO II, LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.
PRAZO/VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias
VALOR: R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais)

Cotiporã/RS, 16 de outubro de 2026.

ELISANDRA SCUSSEL
Sec. Municipal de Administração

Publicado por:
Thomas Franco Tres
Código Identificador:9C43AFC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 341, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

CONTRATANTE: Município de Cotiporã
CONTRATADA: REFORMAQ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPONENTES RODOVIÁRIOS LTDA
CNPJ Nº 88.097.969/0001-73
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de peças e prestação de serviços de mão de obra mecânica destinados ao conserto da motoniveladora CASE/135H, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Saneamento.
VINCULAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 230/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, §7°, LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.
PRAZO/VIGÊNCIA: 8 (oito) dias.
VALOR: R$ 9.394,00 (nove mil trezentos e noventa e quatro reais).

Cotiporã/RS, 16 de outubro de 2026.

ELISANDRA SCUSSEL
Sec. Municipal de Administração

Publicado por:
Thomas Franco Tres
Código Identificador:A65F74A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 344, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 344, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026
CREDENCIANTE: Município de Cotiporã
CREDENCIADO: **BELLA VITA GINECOLOGIA E OBSTETRICIA LTDA**
CPF/MF nº 29.947.026/0001-23
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA AREA DA SAÚDE- CONSULTAS ESPECIALIZADAS, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social- Consulta em Ginecologia e Obstetrícia
VINCULAÇÃO: Chamamento Público nº 004/2026
VIGÊNCIA: 12 meses, a contar de 16 de outubro de 2026

Cotiporã, 16 de outubro de 2026

ELISANDRA SCUSSEL
Sec. Munic. de Administração

Publicado por:
Letícia Frizon
Código Identificador:88514E28

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 01/2026 AO CONTRATO 144/2025

ESPÉCIE:ADITIVO 01/2026 AO CONTRATO 144/2025
CONTRATADA: TRANSPORTE SANTA GEMA LTDA
OBJETIVO: RENOVAÇÃO CONTRATUAL + REAJUSTE DE VALOR
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS, CALÇADAS PARA PRÉDIOS PÚBLICOS E PISOS DE CONCRETO EM GERAL COM COLOCAÇÃO DE PISO TÁTIL DIRECIONAL E ALERTA, MURETA E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE CALCETEIROS, DE PRÉDIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COXILHA.
VALOR: R$ 116,91 (CENTO E DEZESSEIS MIL E NOVENTA E UM CENTAVOS)
ADITIVO: 08/10/2026 VIGÊNCIA: 08/10/2027
ASSINAM:PELO MUNICÍPIO DE COXILHA: JOÃO EDUARDO OLIVEIRA MANICA, PREFEITO MUNICIPAL E PELA EMPRESA: EDOALDO CANTON MOREIRA

Publicado por:
Evilin Salinet Nunes
Código Identificador:B4D4E3CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 01/2026 AO CONTRATO N° 78/2026

ESPÉCIE:ADITIVO 01/2026 AO CONTRATO N° 78/2026
CONTRATADA: BOLYS - COMERCIO VAREJISTA DE VEICULOS LTDA
OBJETIVO: PRORROGAÇÃO CONTRATUAL
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PARA O DESLOCAMENTO DE TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE COXILHA ATÉ A EMPRESA AGRODANIELI UNIDADE RIO DO PEIXE E RETORNO, VISANDO ATENDER À DEMANDA DE INCENTIVO À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO.
ADITIVO: 16/10/2026 VIGÊNCIA: 14/01/2027
ASSINAM:PELO MUNICÍPIO DE COXILHA: JOÃO EDUARDO OLIVEIRA MANICA, PREFEITO MUNICIPAL E PELA EMPRESA: VITOR CAUA DOS SANTOS

Publicado por:
Evilin Salinet Nunes
Código Identificador:2D38F58D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 04/2026 AO INSTRUMENTO Nº 103/2024 - CREDENCIAMENTO N° 05/2024

ESPÉCIE:ADITIVO 04/2026 AO INSTRUMENTO Nº 103/2024 - CREDENCIAMENTO N° 05/2024
CONTRATADA: HOSPITAL DE CLINICAS DE PASSO FUNDO
OBJETIVO: RENOVAÇÃO CONTRATUAL + REAJUSTE DE VALOR
OBJETO: CREDENCIAMENTO DA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO, DESTINADA AOS PACIENTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE COXILHA/RS
ADITIVO: 17/10/2026 VIGÊNCIA: 17/10/2027
ASSINAM:PELO MUNICÍPIO DE COXILHA: JOÃO EDUARDO OLIVEIRA MANICA, PREFEITO MUNICIPAL E PELA EMPRESA: NELSO SLHESSARENKO TREVISAN

Publicado por:
Evilin Salinet Nunes
Código Identificador:3E34A8FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LICITAÇÃO COMPARTILHADA Nº 169/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026 REGISTRO DE PREÇOS CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO PLANALTO MÉDIO (CIPLAM)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA/RS
CONTRATADAS: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – ME; DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA – EPP; CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSP. LTDA; CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDC E PRODUTOS HOSP. EIRELI; CIAMED – DISTRIBUIDORA D EMEDICAMENTOS LTDA; CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA; ABL ANTIBIOTICOS DO BRASIL LTDA; DIMASTER – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES; WF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; SOMA/RS – PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; DIMASTER – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES; VICTORIA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA; NEXXA FARMACEUTICA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS; MEDILAR IMP. DISTR. PROD. MEDICO HOSP. S/A; MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
VALOR DO PROCESSO R$ 76.409,26 (SETENTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS E NOVE RAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS).
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER DEMANDA DA FARMÁCIA MUNICIPAL REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026 ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO PLANALTO MÉDIO (CIPLAM)
INICIO: 15/10/2026 VIGÊNCIA: 15/10/2027

COXILHA/RS, 15 DE OUTUBRO DE 2026.

JOÃO EDUARDO OLIVEIRA MANICA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Evilin Salinet Nunes
Código Identificador:6710D6BE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISSIUMAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 333/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 333/2026
Pregão Eletrônico nº 132/2026. Processo de Licitação nº 196/2026. Contratante: Município de Crissiumal/RS. Contratada: **ZIG ZAG – COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, CNPJ nº 35.454.993/0001-56. Objeto: Registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos para diversas Secretarias Municipais. Valor total registrado: **R$ 1.122,50**. Vigência: 16/10/2026 a 16/10/2027. Fundamentação legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 47/2023 e Decreto Federal nº 11.462/2023.

Crissiumal/RS, 16 de outubro de 2026.

MARCO AURÉLIO NEDEL
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Mateus Guaragni Lobo
Código Identificador:049D84D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 330/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 330/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE CRISSIUMAL / RS (CNPJ n° 87.613.147/0001-35).

MODALIDADE: Pregão Eletrônico n° 132/2026 – Processo Administrativo n° 196/2026.

OBJETO: Sistema de Registro de Preços visando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a eventual e futura aquisição de equipamentos para diversas Secretarias Municipais.

DETENTORA DA ATA: ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TÉCNICA LTDA (CNPJ n° 04.326.894/0001-65).

VALOR REGISTRADO: Item 19 – 17 unidades de Computador Completo Básico com Tela (Marca/Modelo: PCATUAL GOV-005) pelo valor unitário de R$ 4.200,00, perfazendo o valor total de **R$ 71.400,00 (setenta e um mil e quatrocentos reais).**
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, no período de 16/10/2026 a 16/10/2027.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 47/2023.

DATA DE ASSINATURA: 16 de outubro de 2026.

Crissiumal/RS, 16 de outubro de 2026.

MARCO AURELIO NEDEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Guaragni Lobo
Código Identificador:72A96B59

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RPE N° 146/2026

PREGÃO ELETRÔNICO RPE N° 146/2026: O município de Crissiumal torna público aos interessados que se encontra aberta licitação na modalidade *Pregão Eletrônico*, cujo objeto é o *registro de preços para aquisição de combustível (gasolina comum) para a frota municipal*. Data da abertura das propostas no dia **29 de outubro 2026 às 08:30 horas**. Certame e Edital: https://www.portaldecompraspublicas.com.br.

Crissiumal, 16 de outubro de 2026.

MARCO AURÉLIO NEDEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Guaragni Lobo
Código Identificador:6B93ACE1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 331/2026

SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 331/2026
O Município de Crissiumal/RS torna público que firmou a Ata de Registro de Preços nº 331/2026, referente ao Pregão Eletrônico nº 132/2026, Processo de Licitação nº 196/2026, com a empresa **EDUCAR MOVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 20.132.150/0001-66, para eventual e futura aquisição de equipamentos para diversas Secretarias Municipais. Valor total registrado: **R$ 16.190,00**. Vigência: 16/10/2026 a 16/10/2027. Fundamentação legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 47/2023 e Decreto Federal nº 11.462/2023.

Crissiumal/RS, 16 de outubro de 2026.

MARCO AURELIO NEDEL
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Mateus Guaragni Lobo
Código Identificador:7CC7D375

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 332/2026

SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 332/2026
O Município de Crissiumal/RS torna público que firmou a Ata de Registro de Preços nº 332/2026, referente ao Pregão Eletrônico nº 132/2026, Processo de Licitação nº 196/2026, com a empresa **GRATTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E SERRALHERIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 31.347.547/0001-91, para eventual e futura aquisição de equipamentos para diversas Secretarias Municipais. Valor total registrado: R$ 1.225,00. Vigência: 16/10/2026 a 16/10/2027. Fundamentação legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 47/2023 e Decreto Federal nº 11.462/2023.

Crissiumal/RS, 16 de outubro de 2026.

MARCO AURELIO NEDEL
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Mateus Guaragni Lobo
Código Identificador:EFE7811E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO CONTRATO Nº 107/2026

SÚMULA DO CONTRATO Nº 107/2026
CONTRATANTE: Município de Crissiumal/RS. **CONTRATADA:** STARMEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 57.498.660/0001-61. **OBJETO:** Aquisição de equipamentos e material permanente destinados à Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Emenda Parlamentar nº 40330002, incluindo carro para curativo, monitores multiparâmetro portáteis e desfibriladores externos automáticos (DEA). **VALOR:** R$ 23.476,69 (vinte e três mil quatrocentos e setenta e seis reais e sessenta e nove centavos). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** De 10 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026. **PROCESSO LICITATÓRIO:** Pregão Eletrônico nº 083/2026 – Processo nº 123/2026. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 14.133/2021.

Crissiumal/RS, 10 de agosto de 2026.

MARCO AURELIO NEDEL
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Mateus Guaragni Lobo
Código Identificador:78F29ACC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DERRUBADAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 12/2026
Miro Mulbeier, Prefeito Municipal, torna público a realização de processo licitatório modalidade Concorrência Eletrônica n° 12/2026, tipo menor preço global, em regime de empreitada global, objetivando a pavimentação, com pedras irregulares de basalto, de trecho de estrada de acesso a Comunidade Esquina Colorada. O julgamento acontecerá às 8:30 horas do dia 04 de novembro de 2026, no Portal de Compras do Município de Derrubadas. Cópia do Edital a disposição no site www.derrubadas-rs.com.br no link Licitações. Informações pelo e-mail compras@derrubadas-rs.com.br ou no telefone (55) 99949-4024.

Derrubadas/RS, 16 de outubro de 2026.

MIRO MULBEIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jonatan Cleber Gall
Código Identificador:0F4F543F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026
Miro Mulbeier, Prefeito Municipal, torna público a retificação do edital, modalidade Pregão Eletrônico n° 35/2026, tipo Menor Preço Unitário, objetivando o registro de preço para futuras aquisições de materiais de construção. O julgamento acontecerá às 8:30 horas do dia 30 de outubro de 2026, no Portal de Compras do Município de Derrubadas. Cópia do Edital a disposição no site www.derrubadas-rs.com.br no link Licitações. Informações pelo e-mail compras@derrubadas-rs.com.br ou no telefone (55) 99949-4024.

Derrubadas/RS, 16 de outubro de 2026.

MIRO MULBEIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jonatan Cleber Gall
Código Identificador:C2911A8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 053, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ADIANTAMENTO DE NUMERÁRIO AOS SERVIDORES, DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL Nº 094/1994 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIRO MÜLBEIER, Prefeito Municipal de Derrubadas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação vigente,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar e padronizar os procedimentos de prestação de contas dos adiantamentos de numerário aos servidores municipais, dispostos na Lei Municipal nº 094/1994,

DECRETA:

Art. 1º Nos comprovantes fiscais das despesas deverão constar o **número do Cadastro da Pessoa Física (CPF)** do beneficiário, sendo condição absoluta para a validação da prestação de contas do adiantamento de numerário.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Derrubadas/RS, aos 06 dias do mês de outubro de 2026.

MIRO MÜLBEIER
Prefeito de Derrubadas

Registre-se e Publique-se.
Aos 06/10/2026.

LUIS CARLOS SEFFRIN
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Helio Lampert
Código Identificador:E29D1A31

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2026. Processo Licitatório nº 76/2026. Pregão Eletrônico nº 33/2026. Aderentes: SUPERMERCADO FREESE LTDA, inscrita no CNPJ nº 95.073.011/0001-08; TPA CARGAS E SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM LTDA, inscrita no CNPJ nº 43.437.758/0001-02; e INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NELIVA, inscrita no CNPJ nº 10.370.832/0001-53. Objeto: É o fornecimento de registro de preço para futuras aquisições de gêneros alimentícios. Valor: R$ 758.151,35 (setecentos e cinquenta e oito mil cento e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos). Vigência: 15/10/2026 à 15/10/2027. Assinatura da Ata de Registro de Preços: 15/10/2026.

Derrubadas/RS, 15 de outubro de 2026.

MIRO MÜLBEIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ramon Ulisses Agnoletto
Código Identificador:7E688413

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 315, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

Concede licença maternidade a servidora municipal e dá outras providências.

MIRO MÜLBEIER, Prefeito Municipal de Derrubadas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação vigente, em especial ao Art. 202, do Estatuto do Servidor Público do Munícipio de Derrubadas,

C O N C E D E

A servidora municipal, **EUANI HARMS,** no cargo de Agente Educacional, lotada na Escola Municipal de Educação Infantil Meu Primeiro Passo, 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade, a contar de 06 de outubro de 2026 a 02 de fevereiro de 2027, conforme Certidão de Nascimento em anexo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Derrubadas, aos 07 de outubro de 2026.

MIRO MÜLBEIER
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Aos 07/10/2026.

HELIO LAMPERT
Agente de Recursos Humanos.

Publicado por:
Helio Lampert
Código Identificador:46FB2A91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 316, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE DERRUBADAS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Reconhecimento Municipal de Boas Práticas de Alfabetização – Derrubadas 2026, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – SMECD, destinado aos docentes regentes de turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental da Rede Municipal que desenvolveram práticas pedagógicas de alfabetização durante o ano letivo de 2026.
Art. 2º A iniciativa tem por objetivos valorizar os docentes, reconhecer avanços nas aprendizagens, divulgar práticas pedagógicas relevantes e promover o intercâmbio de experiências entre as escolas municipais.
Art. 3º O reconhecimento ocorrerá sem inscrições ou classificação competitiva. A Coordenação Pedagógica da SMECD, em articulação com as equipes diretivas e pedagógicas das escolas, identificará e documentará as práticas desenvolvidas e os resultados observados, observando os critérios e indicadores do art. 4º.
Art. 4º Constituem critérios e indicadores do reconhecimento:
I – planejamento intencional de ações de alfabetização, evidenciado em planos e registros pedagógicos;
II – desenvolvimento de práticas de leitura, escrita e consciência do sistema de escrita alfabética, demonstrado por atividades e produções;
III – acompanhamento e intervenção diante das necessidades de aprendizagem, comprovados por registros de avaliação e replanejamento;
IV – avanços nas aprendizagens, considerados os resultados das avaliações externas disponíveis, em conjunto com registros diagnósticos e formativos;
V – compromisso com inclusão, equidade e socialização das práticas, demonstrado por adaptações, registros e apresentação de experiências.
Art. 5º A análise será qualitativa e contextualizada, considerando o ponto de partida dos estudantes e as condições de cada turma, vedada a utilização exclusiva de rankings ou notas de avaliações externas como condição para reconhecimento.
Art. 6º Serão contemplados os docentes do 1º e 2º anos cujas práticas de alfabetização desenvolvidas em 2026 e respectivas evidências atendam aos critérios do art. 4º, conforme registro técnico da SMECD, sem limite pré-fixado de contemplados.
Art. 7º O reconhecimento está previsto para a última formação continuada de dezembro de 2026, na sede da SMECD, com acolhida e chá de confraternização, apresentação das boas práticas pelos docentes, socialização dos resultados de aprendizagem e entrega de certificado institucional e lembrança simbólica pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
Art. 8º O certificado e a lembrança simbólica têm caráter pedagógico e honorífico, sem natureza remuneratória ou geração de vantagem funcional, observadas as normas municipais aplicáveis à aquisição e entrega dos itens.
Art. 9º A SMECD organizará cronograma, registro dos profissionais e práticas contempladas, síntese dos indicadores utilizados e documentação de execução, incluindo pauta, lista de presença, registros do encontro e certificados, resguardada a privacidade dos estudantes.
Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Derrubadas/RS, 09 de outubro de 2026.

MIRO MÜLBEIER
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

Aos 09/10/2026.

Publicado por:
Helio Lampert
Código Identificador:4FFBF628

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 317, DE 10 DE OUTUBRO DE 2026

Concede licença a servidor municipal para tratamento de saúde.

MIRO MÜLBEIER, Prefeito do município de Derrubadas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação vigente, com base no art. 197 do Estatuto do Servidor Público Municipal de Derrubadas (Lei Mun. nº 152/95) e atestado médico anexo,

C O N C E D E

Ao servidor municipal, **MARCIO EVANDRO BOTTEGA**, no cargo de operador de máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Viação e Transporte, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a contar de 09/10/2026 a 23/10/2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Derrubadas, 10 de outubro de 2026.

MIRO MÜLBEIER
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Aos 10/10/2026.

HELIO LAMPERT
Agente de Recursos Humanos.

Publicado por:
Helio Lampert
Código Identificador:4D863F31

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM FELICIANO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Dom Feliciano;
Contratada: Ceap Brasil Soluções Educacionais para Gestão Pública, CNPJ sob o nº 46.415.417/0001-16.
Objeto: Duas taxas de inscrições para o evento 'Legislativo Experience SC'' promovido pelo Ceap Brasil – Centro de Estudos da Administração Pública, no período de 27 a 30 de outubro de 2026 em Florinópolis-SC
Valor: R$ 5.780,00 (cinco mil e setecentos e oitenta reais)

Dom Feliciano - RS, 16 de outubro de 2026.

JANETE INÊS BALCZAREK
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Camila Daiane Oliveira da Silva
Código Identificador:939F5465

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS N. º 26/2026

Nº	TIPO	OBJETO	CONTRATADA	VALOR
172/2026	CONTRATO	Processo licitatório de concorrência eletrônica para contratação de empresa especializada para execução da obra de Substituição da Cobertura do Ginásio Municipal de Esporte do Município de Dom Feliciano.	ACOFORTE CONSTRUCOES EIRELI	R$ 293.000,00
173/2026	CONTRATO	Abertura de Processo licitatório para Construção de Pontes em Concreto Armado com Vigas Protendidas sobre o Arroio Forqueta e sobre o Arroio Sutil no Município de Dom Feliciano/RS.	ECOMOLD ESTRUTURAS PRÉ-FABRICADAS LTDA	R$ 1.807.872,66
174/2026	CONTRATO	CONTRATAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRONICO 32/2025,LICITAÇÃO 244/2025 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS PARA VEÍCULOS PESADOS PERTENCENTES À SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, AGRICULTURA E PECUÁRIA. PROTOCOLO Nº 14705/2026.	METALBRUN MANUTENÇÃO MECANICA LTDA	R$ 60.000,00
175/2026	termo de fomento	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA À OSC. SERÁ PARA A REALIZAÇÃO 4º ENCONTRO DE CARROS ANTIGOS, QUE PROMOVE O ESPORTE E O LAZER, UM MOMENTO DE INTEGRAÇÃO, ENTRETENIMENTO E VALORIZAÇÃO CULTURAL, PROTOCOLO Nº 5124/2026, ATRAVÉS DE EMENDAS IMPOSOTIVAS DOS VEREADORES(CRISTIANO JOSÉ STUDZINSKI: R$ 1.000,00; FABIANO BARBOSA CANIELAS: R$ 2.500,00; JANETE INÊS BALCZAREK: R$ 4.260,00; PAULO EGIDIO DA LUZ MARQUES: R$1.880,00; IVO SIDINEI LACERDA DA SILVA: 5.000,00; JOSÉ JAIRO WOLOWSKI: 2.260,00).	ASSOCIACAO DOS AMIGOS DE CARROS ANTIGOS DE DOM FELICIANO	R$ 18.900,00

TIAGO ANDRÉ SZORTYKA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Émerson Moch Pedro
Código Identificador:49014C9F

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
EXTRATO CONTRATUAL

– ORNEI HENGEN CPF nº 665.474.820-49 Contrato Administrativo nº 433/2026 –Chamada Pública nº 002/2026 – Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Valor R$ 345,00. Assinatura: 16/10/2026

– MARIA CRISTINA BORTOLUZZI CPF nº 615.906.650-15 Contrato Administrativo nº 434/2026 –Chamada Pública nº 002/2026 – Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Valor R$ 1.350,00. Assinatura: 16/10/2026

– FRANZIELA RAQUEL NUSKE CPF nº 004.280.020-05 Contrato Administrativo nº 435/2026 –Chamada Pública nº 002/2026 – Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Valor R$ 5.868,00. Assinatura: 16/10/2026

– MAURO JOSE FERRARI CPF nº 722.589.930-91 Contrato Administrativo nº 436/2026 –Chamada Pública nº 002/2026 – Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Valor R$ 1.560,00. Assinatura: 16/10/2026

– MARCOS TADEU SAFT MOREIRA CNPJ nº 65.090.985/0001-39 Termo Aditivo nº 001/2026 Contrato Administrativo nº 386/2026 – Dispensa 025/2026 – Prorrogação de Prazo passando de 15 de outubro de 2026 para 25 de outubro de 2026. Assinatura: 15/10/2026

LAURI JOSÉ ELY
Prefeito

Publicado por:
Marciane Tais Ames
Código Identificador:18991C48

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
EXTRATO CONTRATUAL

FRANCIELE ALINE WEHNER – CPF nº 009.854.660-06 – Contrato Administrativo de serviço temporário nº 10/2026 – contrata os serviços profissionais da contratada, com formação em Enfermagem, para atuar na função de Enfermeira, junto á Unidade Básica de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, desempenhando os procedimentos de estilo e inerentes – 40 horas semanais, a contar de 16 de outubro de 2026, tendo seu término em 15 de abril de 2027. Assinado: 15/10/2026.

Publicado por:
Leila Lautenschleger Dos Santos
Código Identificador:F64416E7

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL

PROCURADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 76.26

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2026:
Data de abertura: 30/10/2026 às 09:10 horas, objeto: Fornecimento de itens alimentícios. Informações poderão ser solicitadas pelos fones: 3499.6384 e 3499.6385 e/ou através das páginas www.portaldecompraspublicas.com.br e www.eldorado.rs.gov.br.

Secretaria da Educação

Publicado por:
Rosa Maria Cordeiro Sanches
Código Identificador:ECBCF71E

PROCURADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67.26

RESULTADO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2026 – Fornecimento de trator agrícola de 75 CV.
Proposta classificada e vencedora: TERRAMAQ INSUMOS AGRÍCOLAS EIRELI - Valor Total Estimado R$ 172.560,00.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Publicado por:
Rosa Maria Cordeiro Sanches
Código Identificador:5BE1C51B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCRUZILHADA DO SUL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA POR LIMITE 1343/2026

PROCESSO Nº 1528/2026
DISPENSA POR LIMITE Nº 1343/2026

A Administração Municipal de Encruzilhada do Sul/RS torna público a contratação da empresa **ASSOCIAÇÃO CULTURAL CARAVANA DA ILUSÃO (CNPJ 38.392.032/0001-52)**, visando serviços de **APRESENTAÇÃO CÊNICA DE TEATRO E ARTES CIRCENSES**, durante o evento "O Circo Chegou: Magia e Encanto no Dia das Crianças". Fundamentação legal: Artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/21.

Encruzilhada do Sul, 16-10-2026.

BENITO FONSECA PASCHOAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice Maria Ferreira Klafke
Código Identificador:223FC418

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 059, DE 13 OUTUBRO DE 2026

Altera disposições da Lei Complementar nº 40.

BENITO FONSECA PASCHOAL,
Prefeito.

Publicado por:
Lucas Raenck da Silva
Código Identificador:B9D8F8B9

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 4.524, DE 13 OUTUBRO DE 2026

Institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Encruzilhada do Sul - REFIS Municipal 2026.

BENITO FONSECA PASCHOAL,
Prefeito.

Publicado por:
Lucas Raenck da Silva
Código Identificador:04AB5436

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 4.525, DE 13 OUTUBRO DE 2026

Altera o Anexo Único da Lei Municipal nº 4.433, de 22 de setembro de 2025, para atualizar o plano de amortização do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Encruzilhada do Sul.

BENITO FONSECA PASCHOAL,
Prefeito.

Publicado por:
Lucas Raenck da Silva
Código Identificador:DE7CB1B2

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO SUL

CAMARA DE VEREADORES DE ENTRE RIOS DO SUL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 004/2026

O Presidente do Poder Legislativo do Município de Entre Rios do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Vereador Lindomar Luis Sirtuli, ratifica a dispensa de licitação, nos seguintes termos:
Objeto: Prestação de serviços de assessoria de imprensa para o Poder Legislativo.
Fundamento Legal: Art. 75, II, da Lei Federal n° 14.133/21.
Valor: R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais.
Fornecedor(a): JARDEL FREITAS DO NASCIMENTO (MEI), CNPJ nº 69.368.788/0001-90.

Entre Rios do Sul/RS, 16 de outubro de 2026.

LINDOMAR LUIS SIRTULI
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Publicado por:
Fernanda Cristina Machado
Código Identificador:A15FD8CF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE COMPARTILHAMENTO À LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA 68/2026

O Prefeito Municipal de Entre Rios do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, ratifica o compartilhamento ao processo de licitação pregão eletrônico nº 037/2024, ata de registro de preços nº 037/2024, realizado pelo CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI - CIRAU, nos seguintes termos:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E DE EXPEDIENTE
Valor: R$834,80 (oitocentos e trinta e quatro reais com oitenta centavos).
Fornecedor: PST COMERCIO DE ARTIGOS ESCOLARES LTDA; CNPJ nº 49.428.116/0001-25.

Entre Rios do Sul/RS, 16 de OUTUBRO de 2026.

IRSON MILANI
Prefeito Municipal – Autoridade Superior

Publicado por:
Fernanda Cristina Machado
Código Identificador:A9AED10D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO. Pregão Eletrônico (Lei 14.133)Nº 187/2026 Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças e mão de obra para conserto do Caminhão C-42, através da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Habitação, com Recursos não Vinculados de Impostos. **Abertura: 18/11/2026, às 08h30min,** através do Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital está à disposição dos interessados nos seguintes endereços eletrônicos: www.pmerechim.rs.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br e www.gov.br/pncp/pt-br.

Erechim, 16 de Outubro de 2026.

ALINE DA COSTA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Andressa Carla Camilotto
Código Identificador:383FF08A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO. Pregão Eletrônico (Lei 14.133)Nº 190/2026 Objeto: Aquisição de equipamentos eletroeletrônicos e mobiliários para a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Campus de Erechim, de acordo com a Lei Municipal 7.854/2026, através da Secretaria Municipal de Administração, com Recursos não Vinculados de Impostos. **Abertura: 19/11/2026, às 08h30min,** através do Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital está à disposição dos interessados nos seguintes endereços eletrônicos: www.pmerechim.rs.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br e www.gov.br/pncp/pt-br.

Erechim, 16 de Outubro de 2026.

ALINE DA COSTA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Andressa Carla Camilotto
Código Identificador:C388539B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

O Município de Erechim, após esgotadas as tentativas de ciência, INTIMA a empresa **SPORTSUL EVENTOS ESPORTIVOS LTDA., CNPJ nº 47.076.858/0001-01**, da Decisão Administrativa proferida nos Processos Administrativos nº 18043/2026 e nº 20341/2026, relativa aos fatos apurados no âmbito do Contrato Administrativo nº 325/2026, a qual determinou a **EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO** e aplicou à contratada a sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ERECHIM PELO PRAZO DE 01 (UM) ANO**, nos termos dos arts. 137, inciso I, 138, inciso I, 155, inciso II, e 156, inciso III e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021. Faculta-se à empresa o prazo de recurso de **15 (quinze) dias úteis**, previsto no art. 166 da Lei Federal nº 14.133/2021.
ALINE DA COSTA PIETROSKI – Secretária Municipal de Administração.

Erechim, 16 de outubro de 2026.

Publicado por:
Karina Louise Schäfer
Código Identificador:291DFF65

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETOS MUNICIPAIS

Aline da Costa, Secretária Municipal de Administração, torna público que foram expedidos os seguintes Decretos Municipais:
DECRETO N.º 6.259 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026 - Autoriza a isenção de taxas de licença e alvarás de funcionamento aos expositores e comerciantes participantes do evento OCTOBERT FEST.
DECRETO N.º 6.260 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026 – Denomina artéria de nossa cidade de Rua Solange Aparecida Balbinot.
DECRETO N.° 6.261 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026- Denomina artéria de nossa cidade de Rua Nazareno Bandiera.
DECRETO N.° 6.262 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026- Denomina artéria de nossa cidade de Rua Milton França.
DECRETO N.° 6.263 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026- Regulamenta a permanência excepcional de veículo oficial sob a guarda de servidor público escalado em regime de plantão, na Coordenadoria da Mulher, Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM e no Serviço de Abordagem Social, quando necessário o atendimento imediato e de natureza emergencial, nos casos de violência doméstica, familiar e de abordagem social.

Erechim/RS, 16 de outubro de 2026.

ALINE DA COSTA
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Aline Dos Santos Prataviera Pansera
Código Identificador:066B5264

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO N.º 082, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Processo Administrativo n.º 27394/2026. Chamamento Público Dispensado n.º 840/2026. Termo de Fomento n.º 082, de 14 de outubro de 2026, celebrado entre o MUNICÍPIO DE ERECHIM e o OBRA PROMOCIONAL SANTA MARTA, visando à execução do projeto "Olhar e Movimento: Construindo Novas Perspectivas". O Município de Erechim repassará o valor de R$ 17.200,00 (dezessete mil e duzentos reais), por meio da dotação orçamentária: 10.03.08.243.0010.2067.3.3.50.43.06.00.00. O presente Termo de Fomento vigorará, a contar da data do recebimento do recurso por 06 (seis) meses. A íntegra do Termo de Fomento n.º 082/2026 poderá ser obtida no seguinte endereço eletrônico: www.pmerechim.rs.gov.br.

Erechim/RS, 14 de outubro de 2026.

LEANDRO AUGUSTO BASSO –
Secretário Municipal de Assistência Social.

Publicado por:
Diego Vagner Albertoni
Código Identificador:ABABC208

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESCISAO UNILATERAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 175/2026
PROCESSO Nº 17248/2026
DSI CONSTRUCAO E PREMOLDADOS LTDA

O Município de Erechim-RS, torna público, para conhecimento dos interessados, que efetuou a RESCISÃO UNILATERAL do Contrato Administrativo nº 175/2026, firmado com a empresa **DSI CONSTRUCAO E PREMOLDADOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º 62.021.732/0001-15, cujo objeto é o fornecimento de material e mão de obra para a construção de um pavilhão junto ao Horto Florestal, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Comunica, ainda, que a rescisão ocorreu com fulcro no artigo art. 137,

incisos I e II, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e nas disposições editalícias e contratuais aplicáveis.

Erechim, 16 de outubro de 2026.

ALINE DA COSTA
•Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Janice Teresinha Boller
Código Identificador:74F09DF7

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERNESTINA

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO INEXIGIBILIDADE 22/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N° 22/2026
Processo Licitatório nº 144/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE ERNESTINA/RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 92.406.180/0001-24, com sede administrativa na Rua Júlio dos Santos, nº 2021, Centro, Ernestina/RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal;

Contratada:
Contratação da empresa **APOMEDIL SA VEICULOS**, inscrita no CNPJ sob nº **91.157.859/0004-07,** com sede na Rodovia BR 285, Valinhos, Passo Fundo/RS;
O valor total da contratação é de **R$ 6.568,37** (seis mil, quinhentos e sessenta e oito reais e trinta e sete centavos).

JUSTIFICATIVA
Manutenção corretiva de ambulância da Secretaria Municipal de Saúde.
Justificativa: Garantir condições adequadas de funcionamento, segurança e confiabilidade do veículo para o transporte de pacientes (consultas, exames e atendimentos).

Fundamento legal: A**rt. 74, inciso I,** da Lei 14.133/2021.

Ernestina, 16 de outubro 2026.

ODIR JOÃO BOEHM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonel da Silva Borba
Código Identificador:5880A0D9

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SUMULA DE CONTRATO 125/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERNESTINA – RS.
SÚMULA DE CONTRATO **Nº 125/2026**
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 94/2026
Processo 143/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE ERNESTINA/RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 92.406.180/0001-24, com sede administrativa na Rua Júlio dos Santos, nº 2021, Centro, Ernestina/RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal;

Contratada:
A empresa contratada RESIDENCIAL GERIATRICO NONA AMALIA, inscrita no CNPJ sob nº 68.161.080/0001-09, com sede no município de ERNESTINA/RS.
O valor total MENSAL da contratação é de UM SALÁRIO MINIMO VIGENTE - **R$ 1.621,00** (mil e seiscentos e vinte um reais).

JUSTIFICATIVA
O Município de Ernestina/RS necessita realizar a internação de idosa em um residencial de longa permanência, que apresenta condições de atendimento a paciente, Sra. ***Maria Edite Prado Souto***. A medida visa garantir a continuidade do atendimento em condições adequadas, preservando a dignidade dos idosos, ao mesmo tempo em que busca atender ao planejamento estratégico da Administração Municipal de concentrar futuramente todos os idosos em um único abrigo, reduzindo custos e otimizando os recursos públicos destinados às internações.
Fundamento legal: A**rt. 75, inciso II,** da Lei 14.133/2021.

Ernestina, 14 de outubro de 2026.

ODIR JOÃO BOEHM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonel da Silva Borba
Código Identificador:B34C53BB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL SECO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 78/2026
PROCESSO Nº 165/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ERVAL SECO/RS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COPOS DE ALUMÍNIO PERSONALIZADOS E NÉCESSAIRES PERSONALIZADAS PARA UTILIZAÇÃO COMO BRINDES E MATERIAIS DE APOIO NO EVENTO ALUSIVO À COMUNIDADE INDÍGENA, PREVISTO PARA NOVEMBRO DE 2026.
VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA: R$ **1.749,00 (UM MIL SETECENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS)**

ERVAL SECO-RS, 16 DE OUTUBRO DE 2026.

EDERSON WINK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Meisner Wegner
Código Identificador:AD707077

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTEIO

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
ERRATA DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 521 /2026
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PERICIAIS CONTÁBEIS EM PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS
A Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio, através da Comissão de Contratação, comunica que houve alterações no Anexo I do Edital:
1-No Anexo I - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO do Edital, **INCLUÍ-SE A LETRA D :**

D–Documentos comprobatórios **ECONÔMICO-FINANCEIRA,** consistem em:

d1) BALANÇO PATRIMONIAL dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, com demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis quais sejam: **demonstração das mutações do patrimônio líquido - DMPL e Notas Explicativas devidamente assinadas pelo(a) responsável legal da empresa e pelo profissional habilitado(a) na área contábil.**

d1.1)O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2(dois)anos.

d1.1.1) Se a abertura da sessão ocorrer antes de 30 (trinta) de junho, aceitar-se-á que os 2 (dois) últimos exercícios sociais sejam o penúltimo e antepenúltimo em relação ao exercício atual vigente.

d2) DECLARAÇÃO assinada por profissional habilitado da área contábil, comprovando o atendimento dos índices econômicos a que se referem as demonstrações contábeis previstas no item d1, conforme abaixo:

d2.1) A aptidão econômica do licitante, para cumprir as obrigações será verificada mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um)resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante+Realizável a Longo Prazo
LG=_;
Passivo Circulante+Passivo Não Circulante

Ativo Total
SG=_;
Passivo Circulante+Passivo Não Circulante

Ativo Total
SG=_;
Passivo Circulante+Passivo Não Circulante

d2.2) As licitantes que apresentarem resultado menor que 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor total arrematado para o(s) item(ns) a ser(em) contratado(s), como exigência para sua habilitação.

2- No Preâmbulo do Edital **onde se lê:**
Tipo de Objeto: serviço contínuo, sob demanda, com contratação por preços unitários.

LÊIA-SE:
Tipo de Objeto: serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra.

3- Na letra C-DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA. ONDE SE LÊ:

C) DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA
C1) Deverá ser exigida comprovação de capacidade técnica compatível com o objeto, mediante atestado(s) ou certidão(ões) que demonstrem a execução anterior de serviços de características similares ou superiores. Consideram-se parcelas de maior relevância técnica:
c2) elaboração de cálculos judiciais ou administrativos;
c3) elaboração ou conferência de cálculos para liquidação ou cumprimento de decisões judiciais; c4) e realização de cálculos trabalhistas, cíveis ou de natureza semelhante.

LEIA-SE:

C1) Atestado (s) ou certidão (ões) de capacidade técnica, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) que a licitante executou ou executa serviços compatíveis com o objeto da contratação, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou para empresa privada. **Consideram-se parcelas de maior relevância técnica:**
c2) elaboração de cálculos judiciais ou administrativos;
c3) elaboração ou conferência de cálculos para liquidação ou cumprimento de decisões judiciais;
c4) e realização de cálculos trabalhistas, cíveis ou de natureza semelhante.

4- FICA PRORROGADO O PRAZO PARA PROPOSTAS:
Serão recebidas, exclusivamente, através da Internet no Portal de Compras da FSPSCE (http://www.portaldecompraspublicas.com.br), ***até o dia: 06 de novembro de 2026 às 09h50mim***
Não serão aceitas propostas encaminhadas fora do horário determinado nem em outro meio que não através do Portal de Compras da FSPSCE.
LANCES:
Os lances serão recebidos, exclusivamente, através do Portal de Compras da FSPSCE (http://www.portaldecompraspublicas.com.br) no dia: ***06 de novembro de 2026 às 10h***

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-FSPSCE

Publicado por:
Giovana Marcelino Jesus
Código Identificador:5DDB552A

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
PORTARIA N.º 349/2026

Jonatã Carvalho da Silva, Diretor Geral, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 5.115/2010 e Art. 24, II, do Decreto Municipal n.º 4.293/2010 (Estatuto), RESOLVE CONCEDER para CRISTIANE ZUCCO, Aux. Administrativo, matrícula n.º 2047, celetista 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio convertida em gozo, no período de 17/08/2026 à 15/10/2026, concedida pela Portaria n.° 729/2023, com base no art. 40 do Decreto Municipal n.º 4.293/2010.

Registre-se e Publique-se.

Esteio, 27 de agosto de 2026.

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral
Portaria n.º 1.371/2026

Publicado por:
Maiara Carvalhaes de Lima
Código Identificador:2902D94A

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
PORTARIA N.º 393/2026

Jonatã Carvalho da Silva, Diretor Geral da Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio – FSPSCE, no uso de suas atribuições RESOLVE DESIGNAR a servidora GUILHERME GOMES TEIXEIRA, matrícula 2071, como GESTOR DE CONTRATO TITULAR, a partir de 06/10/2026, para acompanhar e fiscalizar a execução de contratos, da Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio, abaixo relacionados:
Contrato n.° 145/2025, celebrando entre a FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO e a contratada INOVADORA SISTEMA DE GESTÃO LTDA., que tem por objetivo CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SISTEMA INFORMATIZADO, EM LICENÇA PERMANENTE, NA MODALIDADE WEB E INTEGRADO, vinculada ao Pregão Eletrônico N.º 137/2025. Memorando: 2026018196.

Esteio, 06 de outubro de 2026.

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral
Portaria n.º 1.371/2026

Publicado por:
Maiara Carvalhaes de Lima
Código Identificador:FF93700C

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
PORTARIA N.º 394/2026

Jonatã Carvalho da Silva, Diretor Geral da Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio – FSPSCE, no uso de suas atribuições RESOLVE DESIGNAR a servidora LUIS CARLOS DA SILVA BELISSIMO, matrícula 3581, como FISCAL DE CONTRATO TITULAR, a partir de 06/10/2026, para acompanhar e fiscalizar a

execução de contratos, da Fundação de saúde Pública São Camilo de Esteio, abaixo relacionados:
Contrato n.° 145/2025, celebrando entre a FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO e a contratada INOVADORA SISTEMA DE GESTÃO LTDA., que tem por objetivo CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SISTEMA INFORMATIZADO, EM LICENÇA PERMANENTE, NA MODALIDADE WEB E INTEGRADO, vinculada ao Pregão Eletrônico N.º 137/2025. Memorando: 2026018196.

Esteio, 06 de outubro de 2026.

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral
Portaria n.º 1.371/2026

Publicado por:
Maiara Carvalhaes de Lima
Código Identificador:47468A9B

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
PORTARIA N.º 395/2026

Jonatã Carvalho da Silva, Diretor Geral, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 5.115/2010 e Art. 24, II, do Decreto Municipal n.º 4.293/2010, RESOLVE Art. 1º NOMEAR a servidora CASSIANA DOS SANTOS SILVEIRA FIRMINO, Enfermeira, matrícula n.º 2951, para substituir sem prejuízo de suas funções o servidor LEONE RICARDO VARGAS PINTO, Enfermeiro, matrícula n.º 2795, na Função Gratificada Padrão 5 – Coordenador de Gestão da Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio, nos termos da Lei n.º 8.310 de 21/12/2022, no seu período de férias de 13/10/2026 a 01/11/2026, com percepção proporcional de Função Gratificada. Memorando: 2026018326.

Art. 2º Registre-se e publique-se.

Esteio, 14 de outubro de 2026.

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral
Portaria n.º 1.371/2026

Publicado por:
Maiara Carvalhaes de Lima
Código Identificador:CE1D4DB1

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
PORTARIA N.º 396/2026

Jonatã Carvalho da Silva, Diretor Geral, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 5.115/2010 e Art. 24, II, do Decreto Municipal n.º 4.293/2010, RESOLVE NOMEAR os servidores abaixo para comporem a Comissão de LGPD, (Lei Geral de Proteção de Dados):
Presidente: Matheus Ayres Melo – Coordenador de Gestão SCIH; Vice-Presidente: Gisele Pinheiro – Gerente de Recursos Humanos; Membros: Luis Carlos da Silva Belíssimo – Coordenador de T.I.; Marcelo da Silva – Departamento Jurídico; Katia Silva Kowalski – Gerente de Faturamento; Thais Da Silva Lutz – Assessor Especial III Internação; Suplente: Paulo Renato Mousquer Kunde – Departamento Jurídico.
Obs.: Esta Portaria altera a Portaria n.º 256/2026.
Memorando: 2026018690.

Registre-se e publique-se.

Esteio, 15 de outubro de 2026.

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral
Portaria n.º 1.371/2026

Publicado por:
Maiara Carvalhaes de Lima
Código Identificador:859C157C

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
PORTARIA N.º 397/2026

Jonatã Carvalho da Silva, Diretor Geral, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 5.115/2010 e Art. 24, II, do Decreto Municipal n.º 4.293/2010, RESOLVE Art. 1º NOMEAR a servidora CAROLLINE FREDES DIAS, matrícula n.º 3291, na Função Gratificada Padrão 5 – COORDENADORA DE GESTÃO DA UTI ADULTO, da Fundação de Saúde Pública de Esteio, nos termos da Lei Municipal n.º 8.310 de 21/12/2022, a partir de 05/10/2026. Memorando: 2026018853.
Art. 2º NOMEAR a servidora JOSELAINE DA ROSA, matrícula n.° 3123, para exercer a substituição da Função Gratificada Padrão 5 – COORDENADORA DE GESTÃO DA UTI ADULTO, da Fundação de Saúde Pública de Esteio, nos termos da Lei Municipal n.º 8.310 de 21/12/2022, quando necessário.
Art. 3º Registre-se e publique-se.

Esteio, 16 de outubro de 2026.

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral
Portaria n.º 1.371/2026

Publicado por:
Maiara Carvalhaes de Lima
Código Identificador:842D62F2

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
RESULTADO FINAL – PE 55/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 449/2026
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.
A Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio torna pública a homologação do
Processo Administrativo 449/2026.
O **RESULTADO FINAL** encontra-se à disposição dos interessados no
Portal de Compras Públicas. (www.portaldecompraspublicas.com.br).
FUNDAMENTO: Lei 14.133/2021.

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral
FSPSCE

Publicado por:
Luciana Polly
Código Identificador:B8508165

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE DECRETO Nº 9.104 DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre crédito suplementar no Orçamento da Administração Direta do Município de Esteio.

Prefeitura Municipal de Esteio, 16 de outubro de 2026.

FELIPE COSTELLA
Prefeito Municipal de Esteio

Publicado por:
Raquel Marques Nunes
Código Identificador:EA9EB6F7

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE DECRETO Nº 9.105 DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

Altera o Decreto Municipal nº 8.798, de 12 de dezembro de 2025.

Prefeitura Municipal de Esteio, 16 de outubro de 2026.

FELIPE COSTELLA
Prefeito Municipal de Esteio

Publicado por:
Raquel Marques Nunes
Código Identificador:A6A5D706

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
5º ADITIVO AO CONTRATO 197/2022

ADITIVO AO CONTRATO N° 197/2022
5° Aditivo
PREGÃO ELETRÔNICO N° 103/2022
Credenciante: Prefeitura Municipal de Esteio
Credenciada: ALMEIDA CAFE VENDEING MACHINE LTDA
CNPJ: 47.193.145/0001-10
OBJETO: PERMISSÃO DE USO DE CARÁTER ONEROSO E PRECÁRIO DE ÁREAS FÍSICAS PARA A INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE ALIMENTOS E BEBIDAS POR MEIO DE MÁQUINAS DE VENDA DO TIPO VENDING MACHINES - GP/SMS.
Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de 30 de setembro de 2026 até 29 de setembro de 2027.
Assinatura: 29 de setembro de 2026.

Prefeito Municipal

Publicado por:
Ildemar Fagundes Alves
Código Identificador:33402C94

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PE 145/2026

O Município de Esteio torna público, que será realizado **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujo Edital assim se resume:

PREGÃO ELETRÔNICO N° 145/2026. Processo SEI nº **43.206005.000026/2026-42 .** Processo Administrativo: **N° 4403/2026.** Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PINTURAS SMOSU.** Exclusividade ME/EPP/Equiparadas: **SIM.** Modo de Disputa: **ABERTO**. Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO.** Forma de adjudicação: **ITEM.** Tipo de Objeto: **BENS COMUNS.** Data e Hora da Abertura da Sessão Pública: **NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE 2026, ÀS 10:00 HORAS.** Edital e certame: **http://www.portaldecompraspublicas.com.br (Portal de Compras Públicas).**

Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Teixeira Kucybala
Código Identificador:591C8DEF

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES VARELA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PORTARIA Nº 279/26 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 279/26 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

CONCEDE LICENÇA CASAMENTO

NELTON CARLOS CONTE, Prefeito Municipal de Fagundes Varela, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o inciso IV, do artigo 115, da Lei Municipal nº 955/02 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, **CONCEDE** 3 (três) dias de licença à servidora abaixo relacionada por motivo de casamento, **a contar de 14 de outubro de 2025**, conforme Certidão de Casamento anexa.

SERVIDORA: Suzana Maria Picoli
MATRÍCULA: 354-9

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FAGUNDES VARELA, em 14 de outubro de 2026.

NELTON CARLOS CONTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Meotti
Código Identificador:9732D923

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 720/2026 – DISPENSA POR LIMITE Nº 501/2026
O Prefeito Municipal de Fagundes Varela, torna público a contratação da **SUPERAÇO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA** CNPJ 10.982.652/0003-94 **Objeto:** Aquisição direta de fábrica de barras de ferro chato, destinadas à construção de bocas de lobo na obra de ampliação da Avenida Antônio Ferronato e da Rua Otorino Mezadri, visando atender às necessidades da infraestrutura de drenagem pluvial e garantir o adequado escoamento das águas das chuvas nas vias públicas. **Valor:** R$ 3.000,48 **Prazo:** 10 dias. O processo encontra-se publicado no site www.fagundesvarelars.gov.br. ou pelo fone (54) 3445 1066.

CONTRATO Nº 107 DE 16 DE OUTUBRO DE 2026
Processo Administrativo nº 722/2026 – Dispensa por Limite nº 502/2026
PROCESSO DIGITAL 1220/2026 – CIDADE 360
O Prefeito Municipal de Fagundes Varela, torna público a contratação da **FALCAO SERVICOS DE MONITORAMENTO LTDA,** CNPJ nº 34.814.876/0001-93, **Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de orientação, durante a realização do Festival Viva Fagundes Edição Descubra e Celebre, a ser realizado no dia 16 de outubro de 2026 das 18:30h às 22:30 h, na Praça Bela Vista, em Fagundes Varela/RS, visando à organização, ao direcionamento dos participantes e ao bom andamento do evento. **Valor:** R$ 1.080,00 **Prazo:** imediato. O processo encontra-se publicado no site www.fagundesvarelars.gov.br. ou pelo fone (54) 3445 1066.

Fagundes Varela, 16 de outubro de 2026.

NELTON CARLOS CONTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Sangali Giaretta Ghidin
Código Identificador:7079E44E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DO SOTURNO

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Dispensa de Licitação nº 1470/2026 – Processo nº 1711/2026.
Contratada: **PIONEIRA COMERCIO DE MOVEIS LTDA**. CNPJ: 89.890.370/0001-55. Objeto: aquisição de 2 mesas de trabalho “mesa diretor” com 2 gavetas, e 3 estantes de aço para o Museu Histórico Geringonça e Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha, do município de Faxinal do Soturno. Valor: **R$ 3.124,00 (três mil e centro e vinte quatro reais)**. Os editais estão à disposição no seguinte endereço eletrônico: https://www.faxinaldosoturno.rs.gov.br/licitacoes-e-contratos.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DO SOTURNO-RS, 16 de outubro de 2026.

LOURENÇO DOMINGOS MORO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Bock Cardoso
Código Identificador:DCF38609

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 28/2026
O Prefeito Municipal de Faxinal do Soturno/RS comunica aos interessados que fica **suspenso temporariamente** o Pregão Eletrônico nº 28/2026, referente à aquisição de trator agrícola novo para uso nas atividades desempenhadas pela Secretaria de Obras.
A suspensão decorre da necessidade de análise dos questionamentos apresentados em impugnação ao edital e de revisão dos documentos da contratação, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e recomendações constantes no parecer jurídico.
Após a conclusão das análises e a adoção das providências necessárias, serão divulgadas eventuais retificações do edital e a nova data de abertura das propostas, observados os prazos legais.
Os interessados deverão acompanhar as publicações no seguinte endereço eletrônico: https://www.faxinaldosoturno.rs.gov.br/licitacoes-e-contratos e no Portal de Compras Públicas.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DO SOTURNO/RS, 16 DE OUTUBRO DE 2026.

LOURENÇO DOMINGOS MORO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Cerezer
Código Identificador:7256512F

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA
EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO nº 112/2026 – Processo nº 1538/2026, pregão nº 27/2026. Contratado: FIL INDUSTRIA DE MÓVEIS LTDA, CNPJ: 54.248.088/0001-94. Valor R$25.917,00 (vinte e cinco mil, novecentos e dezessete reais). Lei n° 14.133/2021. **CONTRATO nº 120/2026** – Processo nº 1468/2026, pregão nº 25/2026. Contratado: PAULO C MARTINS LTDA, CNPJ: 35.953.886/0001-72. Valor R$1.575,80 (um mil, quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos). Lei n° 14.133/2021. **CONTRATO nº 123/2026** – Processo nº 1468/2026, pregão nº 25/2026. Contratado: VL – LOJA DE VARIEDADES LTDA, CNPJ: 35.569.716/0001-99. Valor R$3.031,20 (três mil, e trinta e um reais e vinte centavos. Lei n° 14.133/2021.

LOURENÇO DOMINGOS MORO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tobias Giacomini Prevedello
Código Identificador:9789E1A3

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DA CUNHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 129/2026
O Município de Flores da Cunha, RS torna público a realização da licitação em destaque, que objetiva o Registro de preços visando futuras e eventuais aquisições de tapetes vinílicos (capachos) personalizados, para serem alocados nos principais acessos de prédios públicos municipais. Data/hora limite para recebimento de propostas: 29/10/2026, às 8h30. Data/hora da abertura das propostas: 29/10/2026, às 8h31. Data/Hora da Disputa: 29/10/2026, às 9h. Local: www.pregaobanrisul.com.br. Edital disponível nas páginas: www.floresdacunha.rs.gov.br; www.pregaobanrisul.com.br e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações fone (54) 3279-3600.

CÉSAR ULIAN,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Caroline Zeiser Kovaleski
Código Identificador:2BF42F10

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1387/2026

O Prefeito Municipal de Flores da Cunha RATIFICA a Dispensa de Licitação em destaque, com base no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21. Objeto: Aquisição emergencial de uma nova bomba de água, bem como a contratação dos serviços de instalação, para substituição da bomba responsável pelo abastecimento dos reservatórios do Parque da Vindima..

CESAR ULIAN,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gregory Pacheco Bolsoni
Código Identificador:BECC8EBF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1388/2026

O Prefeito Municipal de Flores da Cunha RATIFICA a Dispensa de Licitação em destaque, com base no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21. Objeto: Contratação emergencial de empresa especializada para fornecimento dos materiais e execução dos serviços necessários à remoção, substituição, instalação, fixação e vedação dos painéis de vidro danificados da fachada do Estádio Municipal Homero Soldatelli, incluindo equipamentos de elevação, mão de obra, isolamento da área, limpeza e destinação dos resíduos.

CESAR ULIAN,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gregory Pacheco Bolsoni
Código Identificador:6F66F4A0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGUEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
APOSTILA Nº 05/2026

APOSTILA Nº 05/2026
(inciso II, Alínea "d", do art. 124 da Lei 14.133/2021)
Vinculada à Ata de Registro de Preços nº 13/2026
Pregão Eletrônico nº 03/2026 - Retificado
Processo nº 83/2026

Contratada: VERTICE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ nº 60.146.737/0001-49

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada, para registro de preços e fornecimento de materiais farmacológicos, conforme descrito nesse edital e seus anexos, para entrega fracionada, de acordo com a necessidade do município.
Objetivo: Reequilíbrio econômico e financeiro previsto no inciso II, Alínea "d", do art. 124 da Lei 14.133/2021 e CLÁSULA SEXTA, da Ata nº 13/2026.

Para:
Lote 80 - DIPIRONA 500MG/ML IM/IV - AMPOLA 2ML, o valor unitário de **R$ 0,4559 (0,46 centavos)**, reequilibrado nesta data para **R$ 0,6660** (sessenta e seis centavos). O percentual para reajuste do valor é de 46,08% (quarenta e seis vírgula zero oito por cento), conforme justificativa em anexo.

Formigueiro - RS, 08 de junho 2026.

CRISTIANO CÉSAR CASSOL RUBERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eleci Campos Ziebell
Código Identificador:F524310E

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
APOSTILA Nº 06/2026

APOSTILA Nº 06/2026
(inciso II, Alínea "d", do art. 124 da Lei 14.133/2021)
Vinculada à Ata de Registro de Preços nº 03/2026
Pregão Eletrônico nº 03/2026 - Retificado
Processo nº 83/2026

Contratada: L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS
CNPJ nº 35.250.918/0001-73

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada, para registro de preços e fornecimento de materiais farmacológicos, conforme descrito nesse edital e seus anexos, para entrega fracionada, de acordo com a necessidade do município.
Objetivo: Reequilíbrio econômico e financeiro previsto no inciso II, Alínea "d", do art. 124 da Lei 14.133/2021 e CLÁSULA SEXTA, da Ata nº 03/2026.
Para:
Lote 115 - IPRATRÓPIO 0,25MG/ML – FRASCO 20ML, o valor unitário de **R$ 1,29 (um real e vinte e nove centavos)**, reequilibrado nesta data para **R$ 2,15** (dois reais e quinze centavos). O percentual para reajuste do valor é de 66,67% (sessenta e seis vírgula sessenta e sete por cento), conforme justificativa em anexo.

Formigueiro - RS, 08 de junho 2026.

CRISTIANO CÉSAR CASSOL RUBERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eleci Campos Ziebell
Código Identificador:11297052

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
APOSTILA Nº 09/2026

APOSTILA Nº 09/2026
(inciso II, Alínea "d", do art. 124 da Lei 14.133/2021)
Vinculada à Ata de Registro de Preços nº 13/2026
Pregão Eletrônico nº 03/2026 - Retificado
Processo nº 83/2026

Contratada: VERTICE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ nº 60.146.737/0001-49

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada, para registro de preços e fornecimento de materiais farmacológicos, conforme descrito nesse edital e seus anexos, para entrega fracionada, de acordo com a necessidade do município.
Objetivo: Reequilíbrio econômico e financeiro previsto no inciso II, Alínea "d", do art. 124 da Lei 14.133/2021 e CLÁSULA SEXTA, da Ata nº 13/2026.
Para:
Lote 96 - FLUOXETINA, CLORIDRATO DE 20 MG, o valor unitário de **R$ 0,0469 (zero vírgula zero quatro centavos)**, reequilibrado nesta data para **R$ 0,0633 (zero vírgula zero seis centavos)**. O percentual para reajuste do valor é de 34,94% (trinta e quatro vírgula noventa e quatro por cento), conforme justificativa em anexo.

Formigueiro - RS, 06 de outubro 2026.

CRISTIANO CÉSAR CASSOL RUBERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eleci Campos Ziebell
Código Identificador:2B2B5F1E

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
TERMO DE DISPENSA POR LIMITE N° 497-2026

TERMO DE DISPENSA POR LIMITE N.º 497/2026
Processo nº 518/2026

O presente procedimento de Dispensa de Licitação - com fulcro no inciso I, do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133/21 - destina-se a:

1.DESCRIÇÃO DO OBJETO
1.1- A Contratação de empresa especializada para execução da nova fachada do prédio do Conselho Tutelar do Município de Formigueiro/RS, visando à melhoria da identificação institucional, conservação, segurança, durabilidade e estética da edificação, conforme Termo de Referência:

ITEM	QT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE NOVA FACHADA	R$ 12.500,00	R$ 12.500,00
Material:				**R$ 12.500,00**
VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL DA CONTRATAÇÃO				**R$12.500,00**

2. DAS JUSTIFICATIVAS:
2.1– Da escolha da Empresa:

Empresa: **PAULO DOUGLAS LUCCA LTDA**
CNPJ 26.589.548/0001-02
R. ARY NUNES TAGARRA, Bairro Menino Jesus, CEP 97.050-435, SANTA MARIA - RS.

A opção de escolha recaiu sobre a empresa acima citada, tendo em vista que, a mesma ofertou o material por menor preço, sendo objeto da presente Dispensa.
Justifica-se a necessidade de fachada nova para o conselho tutelar.

2.2– Dos preços
Empresa: **PAULO DOUGLAS LUCCA LTDA**
CNPJ 26.589.548/0001-02
Valor global R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).

Empresa: **ALEXANDRE DO PRADO BELMONT**
CNPJ nº **51.523.711/0001-81**
Valor global R$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais).

Empresa: **PAOLA DA SILVA**
CNPJ nº **34.798.852/0001-98**
Valor global R$14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais

3.DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIS:
3.1- As despesas decorrentes deste processo deverão ser registradas nas seguintes
dotações orçamentárias:

Órgão: GABINETE DO PREFEITO
Ação: 2049 manutenção do conselho tutelar
Fonte: 1500
Despesa Principal: 236
Despesa: 3230

4.DO PAGAMENTO E DA NOTA FISCAL:

4.1- O pagamento será efetuado contra empenho, em até 15 (quinze) dias, após a liquidação da nota fiscal, por intermédio da tesouraria do Município.

4.2- O pagamento será efetuado através de transferência para o Banco, Agência, conta citada na Proposta da participante.

5.DA FISCALIZAÇÃO:
5.1- Fica responsável como gestor e fiscalizador da dispensa o servidor Pablo Garcia Milani Secretário de Planejamento, Projetos e Desenvolvimento Econômico MAT-1601-2

Dar publicidade a esse processo na forma recomendada.

Formigueiro, 15 de outubro de 2026.

CRISTIANO CEZAR CASSOL RUBERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eleci Campos Ziebell
Código Identificador:7C0C1045

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2026

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GLORINHA/RS**, inscrita no **CNPJ nº 09.566.749/0001-75**, torna público nos termos do Art Nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, obter propostas de eventuais interessados na contratação direta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

Data Limite Para Apresentação de Proposta e Documentação: 21/10/2026 às 16 Horas
Referência de Horário: Horário de Brasília/DF
Endereço Eletrônico Para Envio da Propostas e Documentação: secretaria@camaraglorinha.rs.gov.br

DO OBJETO:
Contratação de empresa especializada na locação de árvore de natal. Árvore de 2,20m, com enfeites nas cores vermelho e dourado.

O Presente Aviso Ficará Aberto Por um Período de 3 (três) Dias úteis, a Partir da Data de Divulgação no Site Oficial da Câmara Municipal de Vereadores - https://www.camaraglorinha.rs.gov.br/e no Diário Oficial dos Municípios do RS, e os Respectivos Documentos Deverão Ser Encaminhados Através do Email: secretaria@camaraglorinha.rs.gov.br

Glorinha/RS, 16 de outubro de 2026

SILVIA DE OLIVEIRA ECCEL
Presidente do Poder Legislativo

Publicado por:
Celena Inácio Soares
Código Identificador:3BE10EE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 9458/2026

Abre crédito suplementar no valor de R$ 100.721,57 (Cem mil, setecentos e vinte e um reais e cinquenta e sete centavos) por Recursos de Anulação de Dotação.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 6º, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Artigo 7º, Inciso I, alínea A da Lei Nº 2.451 de 05 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no montante de R$ 100.721,57 (Cem mil, setecentos e vinte e um reais e cinquenta e sete centavos), no orçamento vigente, nas seguintes classificações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor
02.08.06.182.0006.2.012	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.470,00
02.08.06.182.0006.2.012	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 12.738,61
03.01.26.453.0062.2.461	3.3.90.45.00.00.00	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	R$ 72.912,96
09.01.04.122.0004.2.006	3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO	R$ 7.800,00
09.03.13.392.0052.2.150	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 1.800,00

Art. 2º Servirá de recurso para cobertura do Crédito Suplementar solicitado a redução das seguintes dotações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor
05.01.12.361.0016.2.037	3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO	R$ 100.721,57

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, 15 de Outubro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:711BE162

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 9.459/2026

Abre crédito suplementar no valor de R$ 1,00 (Um real) por Recursos de Anulação de Dotação.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 6º, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Artigo 7º, Inciso I, alínea A da Lei Nº 2.451 de 05 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no montante de R$ 1,00 (Um real), no orçamento vigente, nas seguintes classificações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor
04.01.04.122.0004.2.006	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 1,00

Art. 2º Servirá de recurso para cobertura do Crédito Suplementar solicitado a redução das seguintes dotações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor
04.01.04.122.0004.2.006	4.4.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, 15 de Outubro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:F3AF0DFB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 9.460/2026

Abre crédito suplementar no valor de R$ 9.635,35 (Nove mil, seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e cinco centavos).

Fonte 1701 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados, por Excesso de Arrecadação verificado no recurso.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 6º, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Artigo 7º, Inciso I, alínea C da Lei Nº 2.363 de 16 de Dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no montante de R$ 9.635,35 (Nove mil, seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e cinco centavos), no orçamento vigente, nas seguintes classificações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor	Fonte de Recurso
04.02.04.122.0013.2.033	4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	R$ 9.635,35	1701

Art. 2º Servirá de recurso para cobertura do Crédito Suplementar autorizado no Artigo anterior, o recurso por Excesso de Arrecadação verificado no recurso:

Fonte de Recurso:

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, 15 de Outubro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:4AF9DA2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 9.461/2026

Abre crédito suplementar no valor de R$ 1.337,51 (Mil trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e um centavos) por Recursos de Anulação de Dotação.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 6º, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Artigo 7º, Inciso I, alínea A da Lei Nº 2.451 de 05 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no montante de R$ 1.337,51 (Mil trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e um centavos), no orçamento vigente, nas seguintes classificações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor
02.08.06.182.0006.2.012	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.160,11
06.01.10.303.0039.2.334	4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 76,02
09.01.04.122.0004.2.006	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 101,38

Art. 2º Servirá de recurso para cobertura do Crédito Suplementar solicitado a redução das seguintes dotações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor
02.03.04.122.0004.2.006	3.3.90.40.00.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	R$ 1.160,11
06.01.10.301.0034.2.109	4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 76,02
09.03.13.392.0052.2.150	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 101,38

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, 15 de Outubro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:F67A2F59

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 9.462/2026

Abre crédito suplementar no valor de R$ 11.831,48 (Onze mil, oitocentos e trinta e um reais e quarenta e oito centavos).

Fonte 1600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, por Excesso de Arrecadação verificado no recurso.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 6º, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Artigo 7º, Inciso I, alínea C da Lei Nº 2.363 de 16 de Dezembro de 2024.

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no montante de R$ 11.831,48 (Onze mil, oitocentos e trinta e um reais e quarenta e oito centavos), no orçamento vigente, nas seguintes classificações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor	Fonte de Recurso
06.01.10.301.0034.2.109	3.3.90.34.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECO. CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	R$ 11.831,48	1600

Art. 2º Servirá de recurso para cobertura do Crédito Suplementar autorizado no Artigo anterior, o recurso por Excesso de Arrecadação verificado no recurso:

Fonte de Recurso:

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, 15 de Outubro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:7DA56ADF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 9.463/2026

Abre crédito suplementar no valor de R$ 1.233,00 (Mil duzentos e trinta e três reais).

Fonte 2755 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta, com Superávit Financeiro.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 6º, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Artigo 7º, Inciso I, alínea B da Lei Nº 2.363 de 16 de Dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no montante de R$ 1.233,00 (Mil duzentos e trinta e três reais), no orçamento vigente, nas seguintes classificações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor	Fonte de Recurso
03.01.04.122.0004.2.006	4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.233,00	2755

Art. 2º Servirá de recurso para cobertura do Crédito Suplementar solicitado, superávit financeiro verificado no recurso:

Fonte de Recurso:

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, 15 de Outubro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:64E1632F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 9.464/2026

Abre crédito suplementar no valor de R$ 1.700,00 (Mil e setecentos reais).

Fonte 2600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, com Superávit Financeiro.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 6º, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Artigo 7º, Inciso I, alínea B da Lei Nº 2.363 de 16 de Dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no montante de R$ 1.700,00 (Mil e setecentos reais), no orçamento vigente, nas seguintes classificações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor	Fonte de Recurso
06.01.10.303.0039.2.334	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 1.700,00	2600

Art. 2º Servirá de recurso para cobertura do Crédito Suplementar solicitado, superávit financeiro verificado no recurso:

Fonte de Recurso:

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, 15 de Outubro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:D35F4EEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 9.465/2026

Abre crédito suplementar no valor de R$ 1.700,00 (Mil e setecentos reais).

Fonte 2621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual, com Superávit Financeiro.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 6º, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Artigo 7º, Inciso I, alínea B da Lei Nº 2.363 de 16 de Dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no montante de R$ 1.700,00 (Mil e setecentos reais), no orçamento vigente, nas seguintes classificações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor	Fonte de Recurso
06.01.10.305.0065.2.116	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 1.700,00	2621

Art. 2º Servirá de recurso para cobertura do Crédito Suplementar solicitado, superávit financeiro verificado no recurso:

Fonte de Recurso:
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, 15 de Outubro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:41F2BB36

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 9.466/2026

Abre crédito suplementar no valor de R$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais) por Recursos de Anulação de Dotação.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 6º, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Artigo 7º, Inciso I, alínea A da Lei Nº 2.451 de 05 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no montante de R$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), no orçamento vigente, nas seguintes classificações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor
03.01.04.122.0004.2.006	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.000,00
03.01.04.122.0004.2.006	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 500,00

Art. 2º Servirá de recurso para cobertura do Crédito Suplementar solicitado a redução das seguintes dotações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor
03.01.04.122.0004.2.006	3.3.90.37.00.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	R$ 2.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, 15 de Outubro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:A6DB02FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL 2.528/2026

dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2027, e dá outras providências.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul.
Faço saber, em cumprimento ao disposto no Artigo 55, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte,

lei:

Capítulo I - Disposições Preliminares

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2.º, da Constituição Federal, no art. 89 da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2027, compreendendo:
I - as metas e as prioridades da administração municipal;
II - a organização e estrutura do orçamento;
III - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
VII - as disposições gerais.
Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes anexos:
I – Anexo I, de metas fiscais, composto dos demonstrativos:
a) das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4o, § 1o, da Lei Complementar nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;
b) da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2025;
c) das metas fiscais previstas para 2027, 2028 e 2029, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2024, 2025 e 2026;
d) da evolução do patrimônio líquido, conforme o art. 4o, § 2o, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;
e) da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4o, § 2o, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;
f) da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4o, § 2o, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000; e
g) da margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC), conforme art. 4o, § 2o, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000, cujo resultado, é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC, ou, da existência de espaço para a criação de novas DOCC;
II – Anexo II, de Riscos Fiscais e providências, contendo a avaliação dos riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4o, § 3o, da Lei Complementar nº 101/2000;
III – Anexo III, de caráter informativo e não normativo, contemplando o detalhamento dos Programas e Ações com execução prevista para próximo exercício, o qual deverá servir de referência para o planejamento, podendo ser atualizado pela lei orçamentária ou através de créditos adicionais; e
IV – Anexo IV, informando as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, em cumprimento ao disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Capítulo II - Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de Déficit primário consolidado, de R$ - 2.556.245,75 (dois milhões quinhentos e cinquenta e seis mil duzentos e quarenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo I a esta Lei.

§ 1o Para fins da demonstração da compatibilidade referida no caput, a meta de resultado primário poderá ser ajustada quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas;

§ 2º Na hipótese prevista pelo § 1º, o demonstrativo de que trata a alínea "a" do inciso I do parágrafo único do art. 1º desta Lei deverá ser reelaborado e encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, acompanhado da memória e metodologia de cálculo devidamente atualizadas.

§ 3o Sem prejuízo do disposto no art. 65, II, da Lei Complementar nº 101/2000, a meta resultado primário poderá ser revisada em decorrência da frustração da arrecadação das receitas que são objeto das transferências previstas nos arts. 158, 159 e 212-A, da Constituição Federal.

§ 4o Para os fins do disposto no § 3º, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada entre os valores da arrecadação acumulada do exercício, em comparação com igual período do ano anterior.

§ 5o Nas hipóteses de ajustes da meta de resultado primário, e para efeitos da audiência pública prevista no art. 9o, § 4o, da Lei Complementar nº 101/2000, a meta alcançada será comparada com a meta ajustada.

Art. 3º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2027 relacionadas com a execução de programas e ações orçamentárias estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2026/2029 - Lei Municipal no 2.415, de 06 de agosto de 2025 e suas alterações, estão especificadas no Anexo III desta Lei.

§ 1º As metas e prioridades de que trata o *caput*, bem como as respectivas ações planejadas para o seu atingimento, poderão ser alteradas até a data do encaminhamento da proposta orçamentária ao Poder Legislativo, se surgirem novas demandas ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, as alterações do Anexo III serão evidenciadas em demonstrativo específico, a ser encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

Capítulo III - Da Organização e Estrutura do Orçamento

Art. 4º Na lei de orçamento, a despesa será discriminada por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação orçamentária e natureza de despesa, detalhada até o nível de elemento.

§ 1º O conceito de órgão corresponde ao maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

§ 2º O conceito de unidade orçamentária corresponde ao menor nível da classificação institucional e sua classificação atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 3º Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são aqueles dispostos na Portaria SOF/SETO/ME n.º 42/1999, e em suas alterações.

§ 4º Os conceitos e códigos de categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa são aqueles dispostos na Lei Federal nº 4.320/1964 e na Portaria Interministerial da STN/SOF n.º 163, de 4 de maio de 2001, e em suas alterações.

§ 5º As operações especiais relacionadas ao pagamento de encargos gerais do Município, serão consignadas em unidade orçamentária específica.

§6º Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no inciso V do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Art. 5º Independentemente da natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes.

Art. 6º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes do Município, seus fundos, instituídas e mantidas pelo Município, devendo a correspondente execução ser registrada no sistema Integrado de execução orçamentária e financeira a que se refere o art. 48, § 6o, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, § 4º do art.89 da Lei Orgânica do Município e no art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Parágrafo único. Integrarão a Proposta Orçamentária e a respectiva Lei Orçamentária, além dos quadros exigidos pela legislação federal:

I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II – demonstrativo da evolução da receita, por origem, em atendimento ao disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000;

III – demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000;

IV – quadro que evidencie, em colunas distintas, as receitas por origem e as despesas por grupo de natureza de despesa, dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;

V - demonstrativo da receita por origem e planos de aplicação das despesas dos Fundos Especiais de que trata o art. 2º, § 2º, I, da Lei Federal nº 4.320/1964;

VI – demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com a meta de resultado primário, observando-se, no que couber, ao disposto nos §§ 1º e 2º do art. 2º desta Lei;

VII - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, conforme metodologia de cálculo prevista na Instrução Normativa nº 12/2025, do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente;

VIII - demonstrativo da previsão das aplicações de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, nos termos da Lei Federal nº 9.394/1996, inclusive os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) de que trata a Lei Federal nº 14.113/2020;

IX - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141/2012;

X - demonstrativo do cálculo do limite máximo da despesa do Poder Legislativo, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, observado o disposto no § 2º do art. 13 desta Lei.

Art. 8º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - relato sucinto da situação econômica e financeira do Município e projeções para o próximo exercício, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento da dívida;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III – memória de cálculo e justificativa da estimativa da receita e da fixação da despesa, observando-se, no que couber, ao disposto nos arts. 22, I, 29 e 30 da Lei Federal nº 4.320/1964 e no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000.

IV - relação dos precatórios com as dotações para tal fim constantes na proposta orçamentária;

Art. 9º Deverão ser discriminadas em ações orçamentárias específicas as dotações destinadas:

I - às ações de alimentação escolar;

II - às ações de transporte escolar;

III - às despesas com publicidade institucional;

Art.10. A Reserva de Contingência para fins de atendimento dos riscos fiscais especificados no Anexo II desta Lei será constituída com recursos não vinculados, e será fixada em, no mínimo, 3 % (três por cento) da receita corrente líquida.
§ 1º Para fins de utilização dos recursos a que se refere o caput, considera-se como evento fiscal imprevisto, a necessidade de atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária, mediante abertura de créditos adicionais.
§ 2º Além da Reserva de Contingência referida no caput, o projeto de Lei Orçamentária conterá reservas para atendimento de programações decorrentes de emendas parlamentares que forem aprovadas nos termos dos artigos 33 a 37 desta lei.

Capítulo IV - Das Diretrizes para Elaboração e Execução do Orçamento e suas Alterações
Seção I - Das Diretrizes Gerais

Art. 11. O Poder Legislativo encaminhará à Secretaria da Fazenda, até 20 de outubro de 2026, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, observadas as disposições desta Lei.
Parágrafo único. O prazo estabelecido no caput também se aplica ao respectivo conselho, em relação às deliberações que, por força de norma legal, devem efetuar em relação às propostas de aplicação dos recursos vinculados:
I - ao Fundo Municipal de Saúde - FMS;
II – ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
III – ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMDICA;
IV – ao Fundo Municipal do Idoso – FUMIG;
V – ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);
Art. 12. A elaboração, a aprovação e execução do orçamento obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.
§ 1º Para fins de atendimento ao disposto no art. 48, § 1º, I, da Lei Complementar nº101/2000, o Poder Executivo organizará audiência pública a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.
§ 2º A Câmara Municipal organizará audiência pública para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.
§ 3º Se por questões de saúde pública devidamente regulamentadas houver medida restritiva à circulação e reunião de pessoas, as audiências públicas de que trata este artigo serão realizadas de forma virtual, mediante o uso de tecnologias que permitam a participação de qualquer interessado.

Art. 13. Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos e benefícios fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2027.
§ 1º Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para próximo exercício, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
§ 2º Para fins da fixação da despesa orçamentária da Câmara Municipal, observado os limites estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 12/2025 do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente, considerar-se-á a receita arrecadada até mês de agosto, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 14. Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente serão destinadas dotações para novos projetos para investimentos se:
I - tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do Anexo IV desta Lei;
II - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.
Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao início ou continuidade de investimentos programados com recursos oriundos de transferências voluntárias, de operações de crédito ou de alienação de bens, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 15. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, quando forem exigíveis, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.
§ 1º Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor no exercício financeiro de 2027, em cada evento de contratação, não ultrapasse os limites previstos para dispensa de licitação de que trata o art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.
§ 2º No caso de despesas com pessoal e respectivos encargos, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, em cada evento, não exceda a 30 (trinta) vezes o menor padrão de vencimentos.

Art. 16. No caso de aumento de despesas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que não se enquadrem como caráter irrelevante nos termos do art. 15 desta lei, deverão ser observados os seguintes requisitos:
I - se for obrigatória de caráter continuado, cumprir os requisitos previstos no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 e estar acompanhada de medidas de compensação, no exercício em que entre em vigor e nos dois exercícios subsequentes, por meio de:
aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição; ou
b) redução permanente de despesas.
II - se não for obrigatória de caráter continuado, cumprir os requisitos previstos no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, dispensada a apresentação de medida compensatória.
§ 1º ficam dispensadas das medidas de compensação as hipóteses de aumento permanente de despesas previstas no §1º do art. 24 da Lei Complementar nº 101/2000.
§ 2º No caso de criação ou aumentos de despesas decorrentes de ações destinadas ao combate de situação de calamidade pública, aplicam-se, no que couber, as disposições do art. 65, § 1º, III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 17. O controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal deverá ser orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.
§ 1º Os custos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base, a comparação entre as despesas autorizadas e liquidadas, bem como a comparação entre as metas previstas e as realizadas.

Seção II - Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 18. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:
I – do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº141, de 13 de janeiro de 2012;
II – das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no *caput* deste artigo; e
III – de aportes de recursos do Orçamento Fiscal.

Parágrafo único. O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no inciso IV do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Seção III – Da programação financeira e limitação de empenhos

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

§ 1º O ato referido no *caput* deste artigo e os que o modificarem conterá:

I - metas quadrimestrais para o resultado primário acima da linha, que servirão de parâmetro para a avaliação de que trata o art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000;

II - metas bimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa; e

III - cronograma de desembolso mensal de despesas, por órgão e unidade orçamentária.

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 20. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas fiscais, e observado o disposto no §2º do art. 2º desta Lei, os Poderes Executivo e Legislativo, adotarão, no âmbito das respectivas competências limitação de empenhos e movimentação financeira observada as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - obras em geral, cuja fase ou etapa ainda não esteja iniciada;

III – aquisição de combustíveis e derivados, destinada à frota de veículos, exceto dos setores de educação, defesa civil e saúde;

IV - dotação para materiais de consumo e serviços de terceiros das diversas atividades;

V - diárias de viagem;

VI - festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza;

VII - despesas com publicidade institucional;

VIII - horas extras.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2027 observada a vinculação de recursos.

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho:

I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal n.º 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;

III - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

IV - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no art. 22 desta Lei.

§ 3º o montante da limitação a ser promovida pelos Poderes Executivo e Legislativo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais, excluídas as dotações das despesas ressalvadas de limitação de empenho, na forma prevista no § 2º deste artigo.

§ 4º Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo, com base na informação a que se refere o § 3º, editarão ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 5º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 6º Sem prejuízo das disposições do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000, na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação.

Art. 21. Observado o disposto no § 2º do art. 29-A, da Constituição Federal e o cronograma referido no § 2º do art. 19 desta Lei, o repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º Os rendimentos das aplicações financeiras e outros ingressos orçamentários que venham a ser arrecadados através do Poder Legislativo, serão contabilizados como receita pelo Poder Executivo, tendo como contrapartida o repasse referido no *caput* deste artigo.

§ 2º Para fins do disposto no § 2º do art. 168 da Constituição Federal, até o último dia útil do exercício, o saldo de recursos financeiros porventura existentes na Câmara, será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo;

§ 3º O eventual saldo que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2028.

Art. 22. As dotações dos projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentadas se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º No caso dos recursos de transferências voluntárias e de operações de crédito, o ingresso no fluxo de caixa será considerado garantido a partir da assinatura do respectivo convênio, contrato ou instrumento congênere, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos que impliquem aumento dos valores a serem transferidos, não se confundindo com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto nos respectivos instrumentos.

§ 2º A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma a permitir o adequado controle da vinculação, na forma estabelecida pelo parágrafo único do art. 8º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

Parágrafo Único. Os valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2027 poderão ser utilizados, até a sanção da respectiva Lei, para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 24. Para efeito do disposto no § 1º do art. 1º e do art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da despesa correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

§ 1º No caso de despesas relativas a obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput, a inscrição ou a manutenção dos restos a pagar processados e não processados subordinam-se às regras definidas na Instrução Normativa nº 12/2025, do tribunal de contas ou norma que lhe for superveniente.

Art. 25. As metas de receitas e despesas programadas para cada quadrimestre nos termos do art. 19 desta Lei serão objeto de avaliação

em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos.
§ 1º Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no *caput*.
§ 2º Se por situação de emergência, calamidade ou de saúde pública houver medidas restritivas à circulação e reunião de pessoas, as audiências públicas de que trata este artigo poderão ser realizadas de forma virtual, mediante o uso de tecnologias que permitam a participação de qualquer interessado.

Seção IV - Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 26. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.
§ 1º A apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais será realizada por fonte de recursos, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000.
§ 2º Os recursos alocados na Lei Orçamentária para pagamento de precatórios ou de requisições de pequeno valor somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização legislativa específica.
§ 3º Considera-se superávit financeiro do exercício anterior, para fins do § 2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecida a fonte de recursos correspondente.
§ 4º Os créditos adicionais serão abertos conforme detalhamento constante no art. 4.º desta Lei.

Art. 27. No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária Anual, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.

Art. 28. Quando necessária, a reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada por ato do Poder Executivo.
Parágrafo único. A codificação da programação objeto da reabertura dos créditos especiais e extraordinários poderá ser adequada à constante da Lei Orçamentária, desde que não haja alteração da finalidade das ações orçamentárias.

Art. 29. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual e em créditos adicionais, mantida a estrutura programática, conforme as definições do art. 4º desta Lei.
§ 1º Para fins do disposto no caput, considera-se:
I – Transposições: deslocamento de dotações orçamentárias entre programas de trabalho alocados dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária;
II – Remanejamentos: deslocamento de dotações orçamentárias de um órgão para outro ou de uma unidade orçamentária para outra, em decorrência de alterações na estrutura administrativa por meio de criação, extinção, cisão ou fusão de unidades administrativas da administração direta.
III – Transferências: deslocamento de dotações de despesas correntes para despesas de capital, ou vice-versa, dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária e do mesmo programa de governo.

Art. 30. Não serão considerados créditos adicionais as modificações das fontes de recursos e das modalidades de aplicação da despesa aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, que poderão ser alteradas por ato do Poder Executivo para atender às necessidades de execução orçamentária da despesa, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.
Parágrafo único. O disposto no caput também se aplica no caso de ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Seção V - Da execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 31. Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2026, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.
§ 1º Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, cumprimento de sentenças judiciais e despesas à conta de recursos oriundos de transferências voluntárias e de operações de crédito, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.
§ 2º Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento, assim entendidas aquelas constantes no projeto de lei orçamentária cuja execução financeira, até 31 de dezembro de 2027, já tenha ultrapassado 20% (vinte por cento) do valor contratado.

Seção VI - Das Disposições Relativas às Emendas ao Projeto de Lei de **Orçamento**

Subseção I – Disposições Gerais

Art. 32. Toda e qualquer e emenda ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem, deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei nº 2.415/2025 - Plano Plurianual 2026/2029 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.
§ 1º Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que resultem na diminuição das programações das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida.
§ 2º Para fins do disposto no § 3º, inciso I, do art. 166 da Constituição, serão consideradas incompatíveis com as diretrizes orçamentárias estabelecidas por esta Lei:
I - as emendas que acarretem a aplicação de recursos abaixo dos gastos mínimos previstos para a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde;
II - as emendas que não preservem as dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais;
III – as emendas que reduzirem o montante de dotações suportadas por recursos oriundos de transferências legais ou voluntárias da União e do Estado, alienação de bens e operações de crédito;
IV – as emendas que reduzirem em mais de 10% do montante destinado para despesas de conservação do patrimônio público e para os projetos arrolados no Anexo IV desta Lei.
§ 3º Para fins do disposto no art. 166, § 8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes.

Subseção II - Do Regime de Aprovação e Execução das Emendas Individuais

Art. 33. Sem prejuízo do disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, o regime de aprovação e execução das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária atenderá ao disposto nesta subseção.

Art. 34. É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, das programações decorrentes de emendas individuais aprovadas ao projeto de lei orçamentária, observado, na execução, o limite estabelecido no § 11 do art. 166 da Constituição.
§ 1º Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que observe critérios objetivos e imparciais e que atenda, de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.
§ 2º Caso as emendas de que contemplem recursos para entidades privadas sob a forma de subvenções, auxílios ou contribuições, os autores deverão indicar, quando necessário, na forma e prazos estabelecidos pelo Poder Executivo, os beneficiários específicos e a ordem de prioridade para efeito da aplicação do disposto no § 1º.

§ 3º Ressalvada a ocorrência de impedimentos cujo prazo para superação inviabilize reconhecimento da despesa até o final do exercício financeiro, entende-se por:
I - execução orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive inscrição dos restos a pagar;
II - execução financeira: o pagamento da despesas, inclusive dos restos a pagar que deverá corresponder, no mínimo, à metade do montante total das programações das emendas individuais;
§ 4º Na ocorrência de situação que determine a limitação de empenhos e movimentação financeira nos termos do art. 20 desta Lei, a execução orçamentária das programações orçamentárias das emendas poderá ser reduzida na mesma proporção.

Art. 35. Para fins de atendimento ao disposto nesta Subseção, o Projeto de Lei Orçamentária conterá reserva de contingência específica em valor equivalente 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida do projeto encaminhado pelo executivo municipal, sendo 0,6% (seis décimos por cento) de recursos livres e 0,6% (seis décimos por cento) de recursos vinculados às ações e serviços públicos de saúde, a qual deverá ser indicada como fonte de recursos para a aprovação das emendas individuais.
§ 1º Para fins de cálculo do valor da Receita Corrente Liquida de que trata o caput, considerar-se-á a metodologia estabelecida na Instrução Normativa nº 12/2025, do Tribunal de Contas do Estado ou a norma que lhe for superveniente.
§ 2º Para apresentação das emendas individuais, o valor total por autor será obtido a partir da divisão do montante estabelecido no caput pelo número de vereadores com assento da Câmara Municipal, ficando
§3º É vedada qualquer cessão ou transferência entre vereadores do limite de que trata o §2º;
§ 4º É assegurado ao parlamentar a definição do valor destinado a cada emenda individual, inexistindo valor mínimo por emenda, limitando ao número máximo de 05 (cinco) emendas por vereador do recurso livre e, até 04 (quatro) emendas, por Vereador do recurso obrigatório destinado a área da saúde, observado o limite total por autor estabelecido no S 2º deste artigo devendo cada emenda contemplar um único objeto e respeitar as demais disposições legais aplicáveis.
§ 5º Não será obrigatória a execução orçamentária e financeira das emendas individuais do autor que desatender os critérios estabelecidos nesta subseção, sendo os recursos correspondentes revertidos à reserva de contingência, os quais poderão ser utilizados pelo Poder Executivo para a abertura de créditos adicionais.

Art. 36. Para fins do disposto no § 13 do art. 166 da Constituição, serão considerados impedimentos de ordem técnica quaisquer situações ou eventos de ordem fática ou legal que, enquanto não superados, obstam ou suspendem a execução da programação orçamentária das emendas, em consonância com as regras e os princípios que regem a administração pública.
§ 1º Sem prejuízo de outros critérios e procedimentos adicionais que venham a ser estabelecidos em ato do Poder Executivo, são consideradas hipóteses de impedimentos de ordem técnica:
I - não indicação, pelo autor da emenda, quando for o caso, do beneficiário e respectivo valor;
II - no caso de emendas que proponham transferências de recursos sob forma de subvenções, auxílios ou contribuições:
não cumprimento pela entidade beneficiária, dos requisitos estabelecidos na Seção VII do Capítulo IV desta Lei,
ausência de pertinência temática entre o objeto proposto e a finalidade institucional da entidade beneficiária;
não apresentação de proposta ou plano de trabalho ou apresentação fora dos prazos previstos em regulamento;
não realização de complementação ou ajustes solicitados em proposta ou plano de trabalho, bem como realização de complementação ou ajustes fora dos prazos previstos;
III - desistência expressa do beneficiário da emenda;
IV - incompatibilidade do objeto da emenda com a finalidade do programa ou da ação orçamentária emendada;
V - no caso de emendas relativas à aquisição de equipamentos ou execução de obras ou instalações:
a) incompatibilidade do valor proposto com o custo de aquisição dos equipamentos ou, no caso de obras, com o cronograma físico financeiro de execução do projeto que permita, no mínimo, a conclusão de etapa útil com funcionalidade que permita o usufruto dos benefícios pela sociedade;
b) ausência de projeto de engenharia aprovado pelo órgão responsável, nos casos em que for necessário;
c) a ausência de licença ambiental prévia, nos casos em que for necessária;
d) não comprovação, por parte do órgão ou entidade beneficiada pela emenda, da capacidade de aportar recursos para manutenção e operação do empreendimento, após a sua conclusão;
VI – a aprovação de emenda individual que conceda dotação para instalação ou funcionamento de serviço público que não esteja anteriormente criado por Lei, ou que implique na criação de despesa obrigatória de caráter continuado, nos termos do art. 17, da Lei Complementar nº 101/2000;
VII – a não indicação, pelo autor, da Reserva de Contingência referida no art. 35 desta Lei como fonte de recursos para as emendas individuais;
§ 2º Não constituiu impedimento de ordem técnica a classificação indevida de modalidade de aplicação e elemento de despesa, cabendo ao chefe do executivo realizar os ajustes necessários;
§ 3º Inexistindo impedimento de ordem técnica ou tão logo o óbice seja superado, os órgãos e as unidades deverão adotar os meios e as medidas necessários à execução das programações, observados os limites da programação orçamentária e financeira vigente.
§ 4º As dotações orçamentárias relativas às emendas individuais que permanecerem com impedimento técnico após 20 de novembro de 2027 poderão ser utilizadas pelo Poder Executivo como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais, na forma da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 37. Em atendimento ao disposto no § 14 do art. 166 da Constituição, com o fim de viabilizar a execução das programações incluídas por emendas individuais, até 90 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo estabelecerá, em decreto, o cronograma para análise e verificação de eventuais impedimentos das programações e demais procedimentos necessários à viabilização da execução das emendas de que trata esta subseção.

Seção VII - Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas
Subseção I - Das Subvenções Econômicas

Art. 38. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da Lei Complementar no101/2000.
§ 1o Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei Federal no 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas com fins lucrativos de que trata o *caput* somente poderá ocorrer por meio de subvenções econômicas, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.
§ 2o As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o "caput" deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação "60 – Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos" e no elemento de despesa "45 – Subvenções Econômicas"

Art. 39. No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida art. 26 da Lei Complementar nº101/2000 será efetivada exclusivamente por meio de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica e serão executadas na modalidade de aplicação "90 – Aplicações Diretas" e nos elementos "45 – subvenções econômicas" ou "48 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas".

Subseção II - Das Subvenções Sociais
Art. 40. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos arts. 12, § 3º, I, 16 e 17 da Lei Federal no 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.
Parágrafo único. As subvenções que se destinarem à cobertura de déficits de funcionamento das entidades mencionadas no caput

deverão ser autorizadas por lei específica, nos termos do art. 26 da Lei Complementar n. 101/2000.

Subseção III - Das Contribuições Correntes e de Capital

Art. 41. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:
I – estejam autorizadas em lei específica, que identifique expressamente a entidade beneficiária;
II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária; ou
III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de atividades ou projetos que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Art. 42. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6o, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Subseção IV - Dos Auxílios

Art. 43. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6o, da Lei Federal no 4.320/1964, que dependa de abertura de crédito adicional especial, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos que sejam:
I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica ou educação especial;
II - para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;
III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;
IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmada com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal no 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;
V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;
VI - destinada a atender, assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua habilitação, reabilitação e integração social e cidadania, nos termos da Lei Federal no13.146/2015;
VII - constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas em situação de risco social, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, cujas ações estejam contempladas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de que trata a Lei Federal no12.305/2010, regulamentada pelo Decreto Federal no7.404/2010; e
VIII - voltadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social que:
a) se destinem a pessoas idosas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;
b) sejam voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, violação de direito ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda;
§ 1º No caso do inciso I, a transferência de recursos públicos deve ser obrigatoriamente justificada e vinculada ao plano de expansão da oferta pública na respectiva etapa e modalidade de educação.
§ 2º No caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

Subseção V - Das Disposições Gerais para Destinação de Recursos Públicos para Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 44. Sem prejuízo das demais disposições contidas nesta seção, a transferência de recursos prevista na Lei Federal no 4.320/1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:
I - execução da despesa na modalidade de aplicação 50 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos;
II - estar regularmente constituída, assim considerado:
a) no mínimo 2 anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, admitida a redução deste prazo por autorização legislativa específica na hipótese de nenhuma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos atingi-lo;
b) tenha escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
III - ter apresentado as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e no convênio ou termo de parceria, contrato ou instrumento congênere celebrados;
IV - inexistir prestação de contas rejeitada pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo, for sanada a irregularidade ou quitados os débitos ou reconsiderada a decisão pela rejeição.
V - não ter como dirigente pessoa que:
a) seja membro de Poder, órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
b) incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1o, inciso I, da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990;
c) cujas contas relativas a convênios, termos de parcerias, contratos ou instrumentos congêneres tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
d) tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
e) tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nosincisos I, II e III do art. 12 da Lei no8.429, de 2 de junho de 1992.
VI - formalização de processo administrativo, no qual fiquem demonstrados formalmente o cumprimento das exigências legais em razão do regime jurídico aplicável à espécie, além da emissão de pareceres do órgão técnico da Administração Pública e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.
Parágrafo único. Caberá a Secretaria Municipal de Administração em conjunto com a Secretaria responsável pela despesa verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos nesta seção, comunicando à Unidade Central de Controle Interno eventuais irregularidades verificadas.

Art. 45. É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma de subvenções, auxílios e contribuições, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

Art. 46. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização da Administração Pública e dos conselhos de políticas públicas setoriais, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.
§1º Enquanto vigentes os respectivos convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos congêneres, o Poder Executivo deverá divulgar e manter atualizadas na internet relação das entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenções, contribuições e auxílios, contendo, pelo menos:
I - nome e CNPJ da entidade;
II - nome, função e CPF dos dirigentes;
III - área de atuação;
IV - endereço da sede;
V - data, objeto, valor e número do convênio, termo de parceria, contrato ou instrumento congênere;
VI - valores transferidos e respectivas datas.
§2º Sem prejuízo do parágrafo anterior, no caso das parcerias celebradas com base nas disposições da Lei Federal nº 13.019/2014,

deverão ser observadas, no que couber, as disposições dos arts. 10, 11 e 12 da referida Lei.

Art. 47. As Transferências de recursos de que trata esta Seção serão feitas por intermédio de Instituição financeira oficial determinada pela Administração Pública, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo convênio, termo de parceria, ajuste ou instrumento congênere, observado o princípio da competência da despesa, previsto no art. 50, inciso II, da Lei Complementar no101/2000.

Art. 48. Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios de que trata esta Seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I - depósito e movimentação em conta bancária específica para cada instrumento de transferência; e

II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

Parágrafo único. Quando demonstrada a impossibilidade de pagamento de fornecedores ou prestadores de serviços mediante transferência bancária, o convênio, o termo de parceria, o ajuste ou instrumento congênere poderá admitir a realização de pagamento em espécie, desde que a relação de tais pagamentos conste no plano de trabalho e os recibos ou documentos fiscais pertinentes identifiquem adequadamente os credores.

Art. 49. Não se aplicam a disposições desta seção os recursos entregues a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio, nos termos regulados pela Lei Federal nº 11.107/2005 e pelo Decreto Federal nº 6.017/2007.

Seção VIII - Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos

Art. 50. Observado o disposto no art. 27 da Lei Complementar nº 101/2000, a concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas fica condicionada ao pagamento de juros não inferiores a 6 % (seis por cento) ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;

II - pré-seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;

III - formalização de contrato;

IV – assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§ 1º No caso das pessoas jurídicas, serão consideradas como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas que:

I - desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental;

II - integrem as cadeias produtivas locais;

III - empreguem pessoas com deficiência em proporção superior à exigida no art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991; ou

IV - adotem políticas de participação dos trabalhadores nos lucros;

§ 2º Através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o *caput* deste artigo;

§ 3º As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do Município dependem de autorização expressa em lei específica.

Capítulo V - Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

Art. 51. A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 52. O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

Capítulo VI - Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art.53. No exercício de 2027, a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 6º dessa Lei, deverão obedecer às disposições deste capítulo e, no que couber, a Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Os Poderes Executivo e Legislativo terão como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de setembro de 2026, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais com efeito financeiro próximo exercício, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e o crescimento vegetativo.

Art. 54. Para fins dos limites previstos no art. 19, inciso III, alíneas "a" e "b" da Lei Complementar nº 101/2000, o cálculo das despesas com pessoal dos poderes executivo e legislativo deverá observar as prescrições da Instrução Normativa nº 12/2025 do Tribunal de Contas do Estado, ou a norma que lhe for superveniente.

Parágrafo único. Em atendimento ao disposto no § 1º do artigo 18 da Lei Complementar nº 101/2000, os contratos, convênios e demais ajustes celebrados pelos órgãos e entidades mencionados no art. 6º desta Lei, que contenham elementos indicativos de contratação de mão de obra empregada em atividade-fim da do órgão contratante ou inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo respectivo plano de cargos e salários do seu quadro de pessoal deverão identificar, em planilha de custos específica, integrante dos respectivos instrumentos, o valor que se refere ao custo da remuneração de pessoal e encargos sociais, diretamente relacionado com o objeto do ajuste.

Art. 55. Em cumprimento ao disposto no art. 39, § 6º da Constituição Federal, até o envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

Art. 56. O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16, 17 e 21 do referido diploma legal, fica autorizado para:

I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;

II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;

III - prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;

IV - prover cargos em comissão e funções de confiança.

§ 1º Também estão autorizadas as seguintes ações, relacionadas com a política de pessoal da Administração Municipal:

I - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;

II - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;

III - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte e segurança no trabalho.

§ 2º No caso dos incisos I, II, III e IV do Caput, as exposições de motivos dos projetos de lei ou, quando for o caso, os procedimentos administrativos correspondentes, deverão demonstrar, para os efeitos dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, as seguintes informações:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se os valores a serem acrescidos nas despesas com pessoal e o seu acréscimo percentual em relação à Receita Corrente Líquida estimada;

II - declaração do ordenador de despesas de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual.
§ 3º As estimativas de impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesas para o aumento dos gastos com pessoal, terão validade de 06 (seis) meses contados da data da sua elaboração, devendo tais documentos ser reelaborados na hipótese de não ser praticado, dentro deste prazo, o ato que resulte aumento da despesa com pessoal.
§ 4º No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.
§ 5º Os atos que provoquem aumento da despesa de que tratam os incisos I, II, III e IV do Caput serão considerados nulos de pleno direito, caso impliquem no descumprimento das disposições dos incisos I e II do § 2º desta Lei.
§ 6º Ficam dispensados, da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório bem como as despesas irrelevantes, até o valor estabelecido no art. 15, § 2º desta lei.

Art. 57. Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:
I – as situações de emergência ou de calamidade pública;
II – as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;
III – a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.
Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas neste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

Capítulo VII - Das Alterações na Legislação Tributária

Art. 58. As receitas serão estimadas e discriminadas:
I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;
II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2027, especialmente sobre:
a) atualização da planta genérica de valores do Município;
b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;
g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;
h) demais incentivos e benefícios fiscais.

Art. 59. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 58, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

Art. 60. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, e conceder descontos pela antecipação do pagamento, devendo esses eventos ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.
§ 1º A concessão ou ampliação de qualquer desoneração que importe renúncia fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerado na estimativa da receita orçamentária, dependerá da realização do estudo do impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:
a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;
b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.
§ 2º Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, o acréscimo que for observado na arrecadação dos tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, em percentual que supere a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
§ 3º Não se sujeitam às regras do §1º:
I - a homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente;
II - a concessão de incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária cujo impacto seja irrelevante, assim considerado o limite de 0,5 (meio) % da Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2027.
III - os incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária concedidos de acordo com as disposições do art.65, § 1º, III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 61. Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do §3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

Capítulo VIII - Das Disposições Gerais

Art. 62. Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.
Parágrafo único. A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 63. Por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 64. Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal e o art.94, §4º da Lei Orgânica Municipal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 65. Fica facultado ao Poder Executivo publicar no órgão oficial de imprensa, de forma simplificada, a Lei Orçamentária Anual bem como as leis e os decretos de abertura dos créditos adicionais.

Art. 66. Fica autorizada a retificação e republicação da Lei Orçamentária e dos Créditos Adicionais, nos casos de inexatidões formais.
Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput consideram-se inexatidões formais quaisquer inconformidades com a legislação vigente, da codificação ou descrição de órgãos, unidades

orçamentárias, funções, subfunções, programas, ações, natureza da despesa ou da receita e fontes de recursos, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Art. 67. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

prefeitura municipal de glorinha/rs, em 09 de outubro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:4CCE3EE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 853/2026

concede férias ao servidor.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

resolve:

Art. 1º Conceder ao servidor **EVERTON DAVID DA SILVA** – Operário Especializado, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, **14 (quatorze)** dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo de 16 de setembro de 2025 a 15 de setembro de 2026, no período de **21 de outubro a 03 de novembro de 2026**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Glorinha/RS, 13 de outubro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:BB571DCC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DE CONTRATO 202

SÚMULA DE CONTRATO
CONTRATO N° 202/2026
PROCESSO N° 1.387/2026
OBJETO:
O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CURSO DE FORMAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR, DESTINADO AOS DIRETORES, VICE-DIRETORES E COORDENADORES PEDAGÓGICOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GLORINHA/RS, COM CARGA HORÁRIA TOTAL DE 60 (SESSENTA) HORAS.

MODALIDADE:
Inexigibilidade nº 190/2026

VALOR:
R$ 24.000,00

FIRMADO EM:
16/10/2026

Glorinha, 16 de outubro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:4A4D899D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DE CONTRATO 208

SÚMULA DE CONTRATO
CONTRATO N° 208/2026
PROCESSO N° 1.461/2026
OBJETO:
O objeto do presente contrato é a locação da sede social do Glorinha Futebol Clube, situada na Avenida Dr. Pompílio Gomes Sobrinho, nº 23.380, Centro, Glorinha/RS, para a realização do Encontro de Profissionais da Educação, promovido pela Secretaria Municipal de Educação, no dia 15 de outubro de 2026, às 18h, destinado a aproximadamente 260 servidores da Rede Municipal de Ensino.

MODALIDADE:
Inexigibilidade nº /2026

VALOR:
R$ 1.000,00

FIRMADO EM:
15/10/2026

Glorinha, 16 de outubro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:AF095665

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DE CONTRATO 209

SÚMULA DE CONTRATO
CONTRATO N° 209/2026
PROCESSO N° 1.450/2026
OBJETO:
O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DO ARTISTA ADRIANO OLIVEIRA PARA REALIZAÇÃO DE 01 (UMA) APRESENTAÇÃO MUSICAL AO VIVO DURANTE A 8ª EDIÇÃO DO EVENTO DOMINGO NA PRAÇA, promovido pela Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.

MODALIDADE:
Inexigibilidade nº 195/2026

VALOR:
R$ 400,00

FIRMADO EM:
16/10/2026

Glorinha, 16 de outubro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:9A1E0CD6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO 01 117/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO N° 001

primeiro termo de apostilamento ao contrato n° 117/2026, que fazem o município de glorinha e a empresa enseg – engenharia de seguranca do trabalho ltda.

Pelo presente instrumento particular, o MUNICÍPIO DE GLORINHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 91.338.558/0001-37, na qualidade de CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO, registra o presente apostilamento ao Contrato nº 117/2026, firmado com a empresa **ENSEG – ENGENHARIA DE SEGURANCA DO TRABALHO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 03.843.164/0001-79, na qualidade de CONTRATADA, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos visando à implantação de Programa Estruturado de Gestão de Riscos Psicossociais, nos seguintes termos:

DA DATA-BASE DO REAJUSTE

Fica registrada a data de **16 de abril de 2026** como data-base para o reajustamento dos preços do Contrato nº 117/2026, correspondente ao orçamento adotado como referência para a contratação, já integrante dos anexos do contrato e constante do Processo Administrativo nº 552/2026, nos termos do art. 92, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.1. Para fins de aplicação do reajuste previsto no item 2.1 do contrato, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data-base indicada no item 1, completando-se o primeiro período anual em **16 de abril de 2027**, observadas as demais condições contratuais.

1.2. Os reajustes subsequentes observarão a periodicidade anual e o período abrangido pelo último reajuste.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente apostilamento destina-se exclusivamente ao registro da data-base do reajuste, nos termos do art. 136, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem aplicação de percentual ou alteração dos valores contratuais neste ato.

2.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 117/2026.

Glorinha, 15 de outubro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:7AC0FA75

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO 01 118/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO N° 001

primeiro termo de apostilamento ao contrato n° 118/2026, que fazem o município de glorinha e a empresa medcare servicos em medicina ltda.

Pelo presente instrumento particular, o MUNICÍPIO DE GLORINHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 91.338.558/0001-37, na qualidade de CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO, registra o presente apostilamento ao Contrato nº 118/2026, firmado com a empresa **MEDCARE SERVICOS EM MEDICINA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 03.570.730/0001-16, na qualidade de CONTRATADA, cujo objeto é a prestação de serviços médicos nas especialidades de clínica geral, ginecologia, pediatria e psiquiatria, para a Secretaria Municipal de Saúde, nos seguintes termos:

DA DATA-BASE DO REAJUSTE

1. Fica registrada a data de **10 de outubro de 2025** como data-base para o reajustamento dos preços do Contrato nº 118/2026, correspondente ao orçamento estimado adotado como referência para o Pregão Eletrônico nº 052/2025, que originou a contratação, conforme documento constante dos autos da licitação, à qual se vincula o Processo Administrativo nº 563/2026, nos termos do art. 92, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.1. Para fins de aplicação do reajuste previsto no item 2.1. do contrato, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data-base indicada no item 1., completando-se o primeiro período anual em **10 de outubro de 2026**, observadas as demais condições contratuais.

1.2. Os reajustes subsequentes observarão a periodicidade anual e o período abrangido pelo último reajuste.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2. O presente apostilamento destina-se exclusivamente ao registro da data-base do reajuste, nos termos do art. 136, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem aplicação de percentual ou alteração dos valores contratuais neste ato.

2.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 118/2026.

Glorinha, 15 de outubro 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:7121FD75

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO 01 129/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO N° 001

primeiro termo de apostilamento ao contrato nº 129/2026, que fazem o município de glorinha e a empresa multi tech servicos de instalacao de rastreadores ltda**.**

Pelo presente instrumento particular, o MUNICÍPIO DE GLORINHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 91.338.558/0001-37, na qualidade de CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO, registra o presente apostilamento ao Contrato nº 129/2026, firmado com a empresa **MULTI TECH SERVICOS DE INSTALACAO DE RASTREADORES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 22.147.360/0001-53, na qualidade de CONTRATADA, cujo objeto é a prestação de serviços de rastreamento e monitoramento veicular, nos seguintes termos:

DA DATA-BASE DO REAJUSTE

1. Fica registrada a data de **12 de junho de 2026** como data-base para o reajustamento dos preços do Contrato nº 129/2026, decorrente da Dispensa de Licitação nº 153/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 866/2026**.**

1.1. Para fins de aplicação do reajuste previsto no item 2.1. do contrato, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data-base indicada no item 1., completando-se o primeiro período anual em **12 de junho de 2027**, observadas as demais condições contratuais**.**

1.2. Os reajustes subsequentes observarão a periodicidade anual e o período abrangido pelo último reajuste**.**

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2. O presente apostilamento destina-se exclusivamente ao registro da data-base do reajuste, nos termos do art. 136, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem aplicação de percentual ou alteração dos valores contratuais neste ato.

2.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 129/2026.

Glorinha, 15 de outubro 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:60E912B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO 01 134/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO N° 001

primeiro termo de apostilamento ao contrato nº 134/2026, que fazem o município de glorinha e a empresa tri seg conexoes seguras ltda.

Pelo presente instrumento particular, o MUNICÍPIO DE GLORINHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 91.338.558/0001-37, na qualidade de CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO, registra o presente apostilamento ao Contrato nº 134/2026, firmado com a empresa **TRI SEG CONEXOES SEGURAS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 55.670.403/0001-30, na qualidade de CONTRATADA, cujo objeto é o fornecimento, instalação, configuração, monitoramento remoto e manutenção preventiva e corretiva de sistemas de videomonitoramento e alarme eletrônico para prédios públicos municipais, nos seguintes termos:
DA DATA-BASE DO REAJUSTE
1. Fica registrada a data de **12 de junho de 2026** como data-base para o reajustamento dos preços do Contrato nº 134/2026, decorrente da Dispensa de Licitação nº 167/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 927/2026.
1.1. Para fins de aplicação do reajuste previsto no item 2.1. do contrato, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data-base indicada no item 1., completando-se o primeiro período anual em **12 de junho de 2027**, observadas as demais condições contratuais.
1.2. Os reajustes subsequentes observarão a periodicidade anual e o período abrangido pelo último reajuste.
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
2. O presente apostilamento destina-se exclusivamente ao registro da data-base do reajuste, nos termos do art. 136, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem aplicação de percentual ou alteração dos valores contratuais neste ato.
2.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 134/2026.

Glorinha, 15 de outubro 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:F623772E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO 01 158/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO N° 001

primeiro termo de apostilamento ao contrato nº 158/2026, que fazem o município de glorinha e a empresa software.com.br tecnologia e consultoria ltda.

Pelo presente instrumento particular, o MUNICÍPIO DE GLORINHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 91.338.558/0001-37, na qualidade de CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO, registra o presente apostilamento ao Contrato nº 158/2026, firmado com a empresa **SOFTWARE.COM.BR TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 09.240.519/0001-11, na qualidade de CONTRATADA, cujo objeto é o licenciamento de 05 (cinco) licenças da plataforma ChatGPT Business, nos seguintes termos:
DA DATA-BASE DO REAJUSTE
1. Fica registrada a data de **10 de julho de 2026** como data-base para o reajustamento dos preços do Contrato nº 158/2026, decorrente da Dispensa de Licitação nº 191/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 1043/2026.
1.1. Para fins de aplicação do reajuste previsto no item 2.1. do contrato, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data-base indicada no item 1., completando-se o primeiro período anual em **10 de julho de 2027**, observadas as demais condições contratuais.
1.2. Os reajustes subsequentes observarão a periodicidade anual e o período abrangido pelo último reajuste.
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
2. O presente apostilamento destina-se exclusivamente ao registro da data-base do reajuste, nos termos do art. 136, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem aplicação de percentual ou alteração dos valores contratuais neste ato.
2.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 158/2026.

Glorinha, 15 de outubro 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:0DCAA0B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO 01 166/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO N° 001

primeiro termo de apostilamento ao contrato nº 166/2026, que fazem o município de glorinha e a empresa novo saber cursos e treinamentos ltda.

Pelo presente instrumento particular, o MUNICÍPIO DE GLORINHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 91.338.558/0001-37, na qualidade de CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO, registra o presente apostilamento ao Contrato nº 166/2026, firmado com a empresa **NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 55.988.235/0001-25, na qualidade de CONTRATADA, cujo objeto é a prestação de serviços de profissional oficineiro para a realização de oficinas de musicalização, para a Secretaria Municipal de Cidadania e Desenvolvimento Social, nos seguintes termos:
DA DATA-BASE DO REAJUSTE
1. Fica registrada a data de **21 de janeiro de 2026** como data-base para o reajustamento dos preços do Contrato nº 166/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 026/2026, vinculado ao Processo Administrativo nº 647/2026.
1.1. Para fins de aplicação do reajuste previsto no item 2.1. do contrato, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data-base indicada no item 1., completando-se o primeiro período anual em **21 de janeiro de 2027**, observadas as demais condições contratuais.
1.2. Os reajustes subsequentes observarão a periodicidade anual e o período abrangido pelo último reajuste.
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
2. O presente apostilamento destina-se exclusivamente ao registro da data-base do reajuste, nos termos do art. 136, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem aplicação de percentual ou alteração dos valores contratuais neste ato.
2.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 166/2026.

Glorinha, 15 de outubro 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:4D4273C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO 01 168/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO N° 001

primeiro termo de apostilamento ao contrato nº 168/2026, que fazem o município de glorinha e a empresa eco vida residencial terapeutico ltda.

Pelo presente instrumento particular, o MUNICÍPIO DE GLORINHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 91.338.558/0001-37, na qualidade de CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO, registra o presente apostilamento ao Contrato nº 168/2026, firmado com a empresa **ECO VIDA RESIDENCIAL TERAPEUTICO LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 55.787.730/0001-76, na qualidade de CONTRATADA, cujo objeto é a contratação de vaga em instituição de longa permanência para paciente, conforme determinação judicial, para a Secretaria Municipal de Saúde, nos seguintes termos:

DA DATA-BASE DO REAJUSTE

1. Fica registrada a data de **29 de julho de 2026** como data-base para o reajustamento dos preços do Contrato nº 168/2026, decorrente da Dispensa de Licitação nº 210/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 923/2026.

1.1. Para fins de aplicação do reajuste previsto no item 2.1. do contrato, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data-base indicada no item 1., completando-se o primeiro período anual em **29 de julho de 2027**, observadas as demais condições contratuais.

1.2. Os reajustes subsequentes observarão a periodicidade anual e o período abrangido pelo último reajuste.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2. O presente apostilamento destina-se exclusivamente ao registro da data-base do reajuste, nos termos do art. 136, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem aplicação de percentual ou alteração dos valores contratuais neste ato.

2.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 168/2026.

Glorinha, 15 de outubro 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:44DEDFA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO 01 197/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO N° 001

primeiro termo de apostilamento ao contrato nº 197/2026, que fazem o município de glorinha e a empresa vitalis energia ltda**.**

Pelo presente instrumento particular, o MUNICÍPIO DE GLORINHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 91.338.558/0001-37, com sede na Avenida Dr. Pompílio Gomes Sobrinho, nº 23.400, Centro, Glorinha/RS, representado por seu Prefeito Municipal, CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO, doravante denominado CONTRATANTE, resolve formalizar o presente apostilamento ao Contrato nº 197/2026, celebrado com a empresa **VITALIS ENERGIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 14.283.859/0001-60, doravante denominada CONTRATADA, com fundamento no art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes termos:

DA RETIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

1. Fica retificada a identificação do representante legal da CONTRATADA no preâmbulo do Contrato nº 197/2026, nos seguintes termos:

Onde se lê: "representada neste ato pelo seu Representante Legal, o Sr. KAIQUE MENDES DE GÓES".
Leia-se: "representada neste ato pelo seu Representante Legal, o Sr. JOSEMAR DE OLIVEIRA BRANCACCI".

1.1. A presente retificação fundamenta-se na identificação do Sr. JOSEMAR DE OLIVEIRA BRANCACCI como representante legal da CONTRATADA na documentação técnica anexa ao contrato e no registro de sua assinatura eletrônica no instrumento contratual, realizada em 14 de outubro de 2026.

1.2. A documentação mencionada deverá permanecer juntada ao Processo Administrativo nº 1.505/2025, ao qual se vincula o Contrato nº 197/2026, decorrente da Inexigibilidade nº 189/2026.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2. A retificação destina-se à regularização das informações constantes do instrumento original, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 197/2026, inclusive seu objeto, valor e vigência.

2.1. O presente Termo de Apostilamento integra o Contrato nº 197/2026 para todos os efeitos legais.

Glorinha, 02 de outubro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:8A00F767

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO 01 208/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO N° 001

primeiro termo de apostilamento ao contrato nº 208/2026, que celebram o município de glorinha e o glorinha futebol clube.

Pelo presente instrumento particular, o MUNICÍPIO DE GLORINHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 91.338.558/0001-37, com sede na Avenida Dr. Pompílio Gomes Sobrinho, nº 23.400, Centro, Glorinha/RS, representado por seu Prefeito Municipal, CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO, doravante denominado LOCATÁRIA, resolve formalizar o presente apostilamento ao Contrato nº 208/2026, celebrado com o **GLORINHA FUTEBOL CLUBE.**, inscrito no CNPJ sob nº 89.351.498/0001-40, doravante denominado LOCADOR, com fundamento no art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes termos:

DA RETIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

1. Fica retificado o preâmbulo do Contrato nº 208/2026, para suprir a omissão do número da Inexigibilidade de Licitação, nos seguintes termos:

Onde se lê: "decorrente do Processo Administrativo nº 1.461/2026 e da Inexigibilidade nº /2026".
Leia-se: "decorrente do Processo Administrativo nº 1.461/2026 e da Inexigibilidade nº 193/2026".

1.1. Permanece inalterada a vinculação do contrato ao Processo Administrativo nº 1.461/2026.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2. A retificação destina-se à regularização das informações constantes do instrumento original, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 208/2026, inclusive seu objeto, valor e vigência.

2.1. O presente Termo de Apostilamento integra o Contrato nº 208/2026 para todos os efeitos legais.

Glorinha, 15 de outubro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:6D6440AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISPENSA 295

TERMO DE DISPENSA
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1.399/2026
Dispensa por Limite nº 295

Fica Dispensada de Licitação, nos termos da **Lei n° 14.133/2021, Art. 75, inc. II**, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA RETROESCAVADEIRA MULLER, MODELO MR406, PATRIMÔNIO Nº 18788**, para a SECRETARIA MUN.DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, conforme parecer jurídico acostado nos autos.

NOME: MODELO PNEUS LTDA.
CNPJ: 94.510.682/0001-26
ENDEREÇO: R.Humberto A.Castelo Branco, 56, , BENTO GONCALVES/
VALOR R$ R$ 9.060,00

Glorinha, 15 de outubro de 2026

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:6698C9BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISPENSA 296

TERMO DE DISPENSA
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1.393/2026
Dispensa por Limite nº 296

Fica Dispensada de Licitação, nos termos da **Lei n° 14.133/2021, Art. 75, inc. II**, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DO ELEVADOR INSTALADO NA EMEF ARY SOARES, COM A FINALIDADE DE ASSEGURAR SEU ADEQUADO FUNCIONAMENTO, CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA**, para a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme parecer jurídico acostado nos autos.

NOME: Meta Lift-support Ltda
CNPJ: 53.086.099/0001-52
ENDEREÇO: Av. Cel. Victor Villa Verde, 131, SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA/RS
VALOR R$ R$ 6.960,00

Glorinha, 16 de outubro de 2026

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:97F51D69

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISPENSA 297

TERMO DE DISPENSA
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1.469/2026
Dispensa por Limite nº 297

Fica Dispensada de Licitação, nos termos da **Lei n° 14.133/2021, Art. 75, inc. II**, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PIPOCA E ALGODÃO-DOCE, INCLUINDO ESTRUTURA, EQUIPAMENTOS, INSUMOS, EMBALAGENS E PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS PELO ATENDIMENTO AO PÚBLICO DURANTE O EVENTO DOMINGO NA PRAÇA 8ª EDIÇÃO.**, para a SECR.MUN.DE TURISMO, CULT., ESP. E LAZER.

NOME: Turma da Jujuba - Paulo Cesar Silveira da Silva
CNPJ: 53.906.091/0001-95
ENDEREÇO: AV JOAO MARCIANO, 230, GRAVATAI/RS
VALOR R$ R$ 1.800,00

Glorinha, 16 de outubro de 2026

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:E672C105

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISPENSA 298

TERMO DE DISPENSA
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1.456/2026
Dispensa por Limite nº 298

Fica Dispensada de Licitação, nos termos da **Lei n° 14.133/2021, Art. 75, inc. II**, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE BOTAS DE PVC, OBJETIVO SUPRIR A NECESSIDADE DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), ESPECIFICAMENTE CALÇADOS DE PROTEÇÃO DO TIPO BOTA DE BORRACHA IMPERMEÁVEL EM PVC, PARA OS SERVIDORES/COLABORADORES QUE ATUAM EM ATIVIDADES OPERACIONAIS.**, para a SECR.MUN.DESENV.ECON, HAB. E MEIO AMB.

NOME: AD LICITACOES LTDA
CNPJ: 56.900.847/0001-87
ENDEREÇO: R ESPIRITO SANTO, 1067, LINHO, Erechim/RS
VALOR R$ 131,32

Glorinha, 16 de outubro de 2026

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:5861512F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISPENSA 299

TERMO DE DISPENSA
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1.177/2026
Dispensa por Limite nº 299

Fica Dispensada de Licitação, nos termos da **Lei n° 14.133/2021, Art. 75, inc. II**, cujo objeto é **SMS - COMPLEMENTO DO SERVIÇO DE REVITALIZAÇÃO EXTERNA DA UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE**, para a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
NOME: MAXMIDIA COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA
CNPJ: 07.056.381/0001-70
ENDEREÇO: PAULO MACIEL DE MORAES, 824 SALA 02, 824, SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA/RS
VALOR R$ R$ 3.500,00

Glorinha, 16 de outubro de 2026

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:EA38EC98

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISPENSA 300

TERMO DE DISPENSA
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1.415/2026
Dispensa por Limite nº 300

Fica Dispensada de Licitação, nos termos da **Lei n° 14.133/2021, Art. 75, inc. II**, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE 02 BARRAS DE DIREÇÃO CARRARO DESTINADAS À MANUTENÇÃO DO TRATOR MASSEY FERGUSON, MODELO MF4283 PERTENCENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.**, para a SECRETARIA MUN.DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

NOME: SOTRIMA AGRÍCOLA LTDA.
CNPJ: 92.028.224/0001-20
ENDEREÇO: R TORQUATO SEVERO, 101, ANCHIETA, PORTO ALEGRE/RS
VALOR R$ 1.016,96

Glorinha, 16 de outubro de 2026

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:C33B0E64

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO DOS LOUREIROS

PREFEITURA DE GRAMADO DOS LOUREIROS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 067/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 067/2026

ARTUR CEREZA, Prefeito Municipal de Gramado dos Loureiros, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando a documentação constante nos autos do Processo, especialmente o parecer técnico e jurídico, **AUTORIZA** a contratação direta de empresa especializada **PRIME CONSULTORIA E SERVICOS AGRO VETERINARIOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 66.641.462/0001-04 com sede na Linha Brilhante, s/n , bairro Interior, Ronda Alta/RS, Cep 99.670-000, para serviços especializados de empresa especializada para implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), visando à regularização sanitária e à habilitação dos produtores rurais interessados para comercialização de produtos, de acordo com o Termo de Referência, pelo valor total de R$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais), correspondente a 12 (doze) parcelas mensais de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Gramado dos Loureiros/RS, 16 de outubro de 2026.

ARTUR CEREZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Borges Dos Santos
Código Identificador:053D6973

PREFEITURA DE GRAMADO DOS LOUREIROS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 071/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 071/2026

ARTUR CEREZA, Prefeito Municipal de Gramado dos Loureiros, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art., 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação acostada nos autos do Processo Administrativo da Dispensa de licitação, em especial, o parecer técnico, autorizo a contratação da empresa CORDIAL DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 85.102.549/0002-20, com sede na Avenida Sete de Setembro, nº 2100, bairro Fatima, Erechim/RS, Cep 99.709-220, pelo valor total de R$ 1.541,30 (mil e quinhentos e quarenta e um reais e trinta centavos) para prestação de serviços de revisão do Ambulância Placa TQZ3F73 por estar na quilometragem de revisão na agência, pertencente à frota municipal e vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, com fundamento no art. 75, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Gramado dos Loureiros/RS, 16 de outubro de 2026.

ARTUR CEREZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Borges Dos Santos
Código Identificador:2AEA0203

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUAÍBA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICO Nº 006/2026 – Curso Preparatório Geral para Certificações Profissionais RPPS

Processo Administrativo Nº 007/2026

OBJETO: Contratação de curso preparatório para Certificação Profissional exigida para Dirigentes, Conselheiros e Membros do Comitê de Investimentos do GUAIBAPREV conforme Portaria MTP nº 1.467/2022, Art. 76 e seguintes, que torna obrigatória a certificação profissional para dirigentes, conselheiros deliberativo/fiscal e membros do Comitê de Investimentos. Considerando ainda a exigência do Pró-Gestão RPPS, Nível II/III.

O DIRETOR PRESIDENTE DO GUAIBAPREV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o Aviso de Dispensa Eletrônica nº 006/2026 foi devidamente publicado no site oficial do Município de Guaíba, no site do GUAIBAPREV e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no período de 05/10/2026 a 07/10/2026, totalizando 03 (três) dias úteis, em atendimento ao Art. 75, §3º da Lei 14.133/21, com prazo findo ontem;

CONSIDERANDO que foram recebidas propostas válidas:

AGIP – Associação Gaúcha de Instituições de Previdência Pública, inscrita no CNPJ: 02.672.248/0001-24 - Valor: R$ 9.000,00.
Gestor Um Educação Ltda. CNPJ: 54.084.848/0001-75 - Valor: R$ 18.900,00.
ÁGUIA EDUCAÇÃO E SOLUÇÕES EXECUTIVAS LTDA. CNPJ: 53.439.116/0001-98 - Valor: R$ 24.000,00.

CONSIDERANDO que a empresa AGIP – Associação Gaúcha de Instituições de Previdência Pública apresentou a melhor proposta, ou seja, o MENOR PREÇO GLOBAL, atendendo integralmente ao Termo de Referência, incluindo equipe de consultores com experiência comprovada em RPPS;

CONSIDERANDO que a empresa apresentou toda a documentação de habilitação jurídica e fiscal válida, bem como Atestado de Capacidade Técnica compatível;

CONSIDERANDO que o preço ofertado de **R$ 9.000,00** está compatível com o mercado e dentro da pesquisa prévia, sendo vantajoso para a Administração;

RESOLVE:
Art. 1º – HOMOLOGAR o julgamento da Dispensa Eletrônica nº 006/2026.
Art. 2º – ADJUDICAR o objeto à empresa vencedora: AGIP – Associação Gaúcha de Instituições de Previdência Pública, inscrita no CNPJ: 02.672.248/0001-24.
Valor Global: R$ 9.000,00(nove mil reais).
Art. 3º – AUTORIZAR a emissão da Nota de Empenho em favor da empresa vencedora, que substituirá o instrumento de contrato nos termos do Art. 95, I da Lei 14.133/2021.
Art. 4º – DETERMINAR a publicação deste Termo de Homologação no PNCP e no site oficial do Município de Guaíba, como condição de eficácia, e posterior envio ao Setor de Contabilidade para empenho.

Guaíba/RS, 08 de outubro de 2026.

FERNANDO MAGANHA
Diretor Presidente

Publicado por:
Fernando Maganha
Código Identificador:ABE5EECF

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUAÍBA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICO Nº 007/2026 – Contratação de Curso Preparatório para Investidura nos Cargos da Diretoria Executiva do Guaibaprev - Gestão 2027-2028

Processo Administrativo Nº 008/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para ministrar Curso Preparatório In Company com possibilidade Online para os candidatos à Diretoria Executiva do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Guaíba – GUAIBAPREV, Gestão 2027-2028.

O DIRETOR PRESIDENTE DO GUAIBAPREV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o Aviso de Dispensa Eletrônica nº 007/2026 foi devidamente publicado no site oficial do Município de Guaíba, no site do GUAIBAPREV e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no período de 05/10/2026 a 07/10/2026, totalizando 03 (três) dias úteis, em atendimento ao Art. 75, §3º da Lei 14.133/21, com prazo findo ontem;

CONSIDERANDO que foram recebidas propostas válidas:

AGIP – Associação Gaúcha de Instituições de Previdência Pública, inscrita no CNPJ: 02.672.248/0001-24 - Valor: R$ 3.800,00.
Gestor Um Educação Ltda. CNPJ: 54.084.848/0001-75 - Valor: R$ 3.000,00.
ÁGUIA EDUCAÇÃO E SOLUÇÕES EXECUTIVAS LTDA. CNPJ: 53.439.116/0001-98 - Valor: R$ 13.500,00.

CONSIDERANDO que a empresa Gestor Um Educação Ltda., apresentou a melhor proposta, ou seja, o MENOR PREÇO GLOBAL, atendendo integralmente ao Termo de Referência, incluindo equipe de consultores com experiência comprovada em RPPS;

CONSIDERANDO que a empresa apresentou toda a documentação de habilitação jurídica e fiscal válida, bem como Atestado de Capacidade Técnica compatível;

CONSIDERANDO que o preço ofertado de **R$ 3.000,00** está compatível com o mercado e dentro da pesquisa prévia, sendo vantajoso para a Administração;

RESOLVE:
Art. 1º – HOMOLOGAR o julgamento da Dispensa Eletrônica nº 007/2026.
Art. 2º – ADJUDICAR o objeto à empresa vencedora: Gestor Um Educação Ltda. CNPJ: 54.084.848/0001-75.
Valor Global: R$ 3.000,00(três mil reais).
Art. 3º – AUTORIZAR a emissão da Nota de Empenho em favor da empresa vencedora, que substituirá o instrumento de contrato nos termos do Art. 95, I da Lei 14.133/2021.
Art. 4º – DETERMINAR a publicação deste Termo de Homologação no PNCP e no site oficial do Município de Guaíba, como condição de eficácia, e posterior envio ao Setor de Contabilidade para empenho.

Guaíba/RS, 08 de outubro de 2026.

FERNANDO MAGANHA
Diretor Presidente

Publicado por:
Fernando Maganha
Código Identificador:19AABBA9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 015/2026

PARTES: Município de Guaíba/RS (CNPJ nº 88.811.922/0001-20), representado pela Prefeita Municipal Cláudia Pelegrino Jardim Pereira, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaíba – APAE (CNPJ nº 90.829.086/0001-52), representada por seu Presidente Mario Luís de Souza Terres.
OBJETO: Ampliação dos atendimentos de estimulação precoce na área da saúde para crianças com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, deficiência intelectual, múltipla, transtorno do espectro autista e outras condições que demandem intervenção precoce, pela APAE de Guaíba, com recursos da Emenda Impositiva nº 353, de autoria do Vereador Gilsão.
VALOR: R$ 100.000,00 (cem mil reais), transferidos em 18 parcelas, sendo 17 de R$ 5.555,55 e a última de R$ 5.555,65.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 09 – Saúde; Unidade: 05 – Fundo Municipal de Saúde; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 0303 – Suporte Profilático e Terapêutico; Programa: 0543 – Articulação da Atenção Especializada; Ação: 2264 – Emendas Impositivas Saúde; Emenda Impositiva nº 353/2025 – Ver. Gilsão; 3335043 – Subvenções Sociais – R$ 94.700,00, Red. 3202; 3445042 – Auxílio – R$ 5.300,00 (ref. equipamentos), Red. 3205. Valor total: R$ 100.000,00.
VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura, pelo período de 18 (dezoito) meses, podendo ser prorrogado por até 12 (doze) meses mediante Termo Aditivo.
FISCAL: Ciro Scalco (Diretor Administrativo da Secretaria de Saúde), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 199, § 1º, da Constituição Federal; Lei nº 8.080/1990; Lei Complementar nº 101/2000; Lei Orgânica Municipal; Lei nº 14.133/2021, quando couber; e Decreto Municipal nº 114/2023.
DATA DE ASSINATURA: 14 de outubro de 2026.

Guaíba, 16 de outubro de 2026.

CLÁUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:3E37390C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DO QUARTO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 003/2024

CONCEDENTE: Município de Guaíba, CNPJ nº 88.811.922/0001-20.

CONVENENTE: Associação Hospitalar Vila Nova – Hospital Regional Nelson Cornetet, CNPJ nº 04.994.418/0005-46.
OBJETO: Readequação dos quantitativos e da execução físico-financeira dos serviços especializados previstos no Anexo I – Plano de Trabalho, mediante redução de procedimentos com menor execução e ampliação daqueles com demanda assistencial comprovada, sem alteração da natureza ou da finalidade do objeto e sem acréscimo do valor global do Convênio.
VALOR: Permanece inalterado o valor global de R$ 2.377.490,00. A nova programação físico-financeira totaliza R$ 2.377.446,45, com saldo residual de R$ 43,55 a ser restituído ao Município.
VIGÊNCIA: A partir da assinatura, com execução da programação até 29 de novembro de 2026, dentro da vigência do Convênio.
DATA DA ASSINATURA: 15 de outubro de 2026.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Convênio e de seus aditivos anteriores não modificadas pelo presente instrumento.
SIGNATÁRIOS: Claudia Pelegrino Jardim Pereira, Prefeita Municipal, e Dirceu Beltrame Dal'Molin, Presidente da Associação Hospitalar Vila Nova.

Guaíba, 16 de outubro de 2026.

CLÁUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:0F8BE17C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº 010/2026

PARTES: Município de Guaíba/RS (CNPJ nº 88.811.922/0001-20), representado pela Prefeita Municipal Cláudia Pelegrino Jardim Pereira, e a Associação Hospitalar Vila Nova (CNPJ nº 04.994.418/0005-46), representada por seu Presidente Dirceu Beltrame Dal Molin.
OBJETO: Aquisição de medicamentos e insumos médico-hospitalares previstos no Plano de Trabalho, destinados à assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no Hospital Regional Nelson Cornetet, assegurada a rastreabilidade das despesas e vedada a duplicidade de financiamento.
VALOR: R$ 1.359.099,90 (um milhão, trezentos e cinquenta e nove mil, noventa e nove reais e noventa centavos), transferidos em parcela única, conforme o cronograma de desembolso e o Plano de Trabalho aprovado.
ORIGEM DOS RECURSOS: Emendas Impositivas nº 68/2025, 425/2025, 424/2025, 354/2025, 176/2025, 126/2025 e 33/2025.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Dotação 3047; Órgão 09 – Secretaria Municipal da Saúde; Unidade 001 – Secretaria Municipal de Saúde; Função 010 – Saúde; Subfunção 0302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial; Programa 0263 – Saúde Humanizada na Assistência Hospitalar; Ação 2274 – Emendas Impositivas Saúde; Elemento 33350430000000000000 – Subvenções Sociais; Vínculos 15001012, 15001004, 15001013, 15001007, 15001009, 15001014 e 15001010.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da assinatura, podendo ser prorrogado por até 12 (doze) meses mediante Termo Aditivo.
GESTOR E FISCAL: Ciro Luis Machado Scalco, Diretor Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Portaria nº 7.356/2026 e designação constante do processo administrativo.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 199, § 1º, da Constituição Federal; arts. 24 a 26 da Lei nº 8.080/1990; Lei Complementar nº 101/2000; Lei Orgânica Municipal; art. 184 da Lei nº 14.133/2021; e Decreto Municipal nº 114/2023.
DATA DE ASSINATURA: 15 de outubro de 2026.

CLÁUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:E27E1A3F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº 012/2026

PARTES: Município de Guaíba/RS (CNPJ nº 88.811.922/0001-20), representado pela Prefeita Municipal Cláudia Pelegrino Jardim Pereira, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaíba – APAE (CNPJ nº 90.829.086/0001-52), representada por seu Presidente Mario Luís de Souza Terres.
OBJETO: Ampliação e manutenção dos atendimentos de Terapia Ocupacional prestados pela APAE de Guaíba às pessoas com deficiência intelectual, múltipla e autismo, com recursos da Emenda Impositiva nº 296, de autoria do Vereador Airton Elegância.
VALOR: R$ 100.000,00 (cem mil reais), transferidos em 24 parcelas, sendo 23 de R$ 4.166,66 e a última de R$ 4.166,82.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 09 - Saúde; Unidade: 05 - Fundo Municipal de Saúde; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 0303 – Suporte Profilático e Terapêutico; Programa: 0543 – Articulação da Atenção Especializada; Ação: 2264 - Emendas Impositivas Saúde; Emenda Impositiva nº 296/2025 - Ver. Airton Elegância; 3335043 - Subvenções Sociais - R$ 93.500,00, Red. 3207; 3445042 - Auxílio - R$ 6.500,00 (ref. equipamentos), Red. 3208. Valor total: R$ 100.000,00.
VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por até 12 (doze) meses mediante Termo Aditivo.
FISCAL: Ciro Scalco (Diretor Administrativo da Secretaria de Saúde), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 199, § 1º, da Constituição Federal; Lei nº 8.080/1990; Lei Complementar nº 101/2000; Lei Orgânica Municipal; Lei nº 14.133/2021, quando couber; e Decreto Municipal nº 114/2023.
DATA DE ASSINATURA: 14 de outubro de 2026.

Guaíba, 16 de outubro de 2026.

CLÁUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:6BB2BEC7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº 013/2026

PARTES: Município de Guaíba/RS (CNPJ nº 88.811.922/0001-20), representado pela Prefeita Municipal Cláudia Pelegrino Jardim Pereira, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaíba – APAE (CNPJ nº 90.829.086/0001-52), representada por seu Presidente Mario Luís de Souza Terres.
OBJETO: Ampliação dos atendimentos especializados de Fisioterapia destinados às pessoas com deficiência intelectual, múltipla, transtorno do espectro autista e atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor atendidas pela APAE de Guaíba, com recursos da Emenda Impositiva nº 257, de autoria do Vereador Juliano Ferreira.
VALOR: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), transferidos em 12 parcelas, sendo 11 de R$ 4.166,66 e a última de R$ 4.166,74.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 09 - Saúde; Unidade: 05 - Fundo Municipal de Saúde; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 0303 – Suporte Profilático e Terapêutico; Programa: 0543 – Articulação da Atenção Especializada; Ação: 2264 - Emendas Impositivas Saúde; Emenda Impositiva nº 257/2025 - Ver. Juliano Ferreira; 3335043 - Subvenções Sociais - R$ 45.000,00, Red. 3211; 3445042 - Auxílio - R$ 5.000,00 (ref. equipamentos), Red. 3212. Valor total: R$ 50.000,00.

VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 12 (doze) meses mediante Termo Aditivo.
FISCAL: Ciro Scalco (Diretor Administrativo da Secretaria de Saúde), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 199, § 1º, da Constituição Federal; Lei nº 8.080/1990; Lei Complementar nº 101/2000; Lei Orgânica Municipal; Lei nº 14.133/2021, quando couber; e Decreto Municipal nº 114/2023.
DATA DE ASSINATURA: 16 de outubro de 2026.

Guaíba, 15 de outubro de 2026.

CLÁUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:127AD9BA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº 014/2026

PARTES: Município de Guaíba/RS (CNPJ nº 88.811.922/0001-20), representado pela Prefeita Municipal Cláudia Pelegrino Jardim Pereira, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaíba – APAE (CNPJ nº 90.829.086/0001-52), representada por seu Presidente Mario Luís de Souza Terres.
OBJETO: Ampliação dos atendimentos especializados de Psicologia prestados pela APAE de Guaíba aos usuários com deficiência intelectual, múltipla e transtorno do espectro autista, promovendo atenção integral à saúde, desenvolvimento emocional, inclusão social e melhoria da qualidade de vida, com recursos da Emenda Impositiva nº 050, de autoria de Arilene Pereira.
VALOR: R$ 20.000,00 (vinte mil reais), transferidos em 8 parcelas de R$ 2.500,00.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 09 - Saúde; Unidade: 05 - Fundo Municipal de Saúde; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 0303 – Suporte Profilático e Terapêutico; Programa: 0543 – Articulação da Atenção Especializada; Ação: 2264 - Emendas Impositivas Saúde; Emenda Impositiva nº 50/2025 - Ver. Arilene; 3335043 - Subvenções Sociais - R$ 17.675,01, Red. 3209; 3445042 - Auxílio - R$ 2.325,00 (ref. equipamentos), Red. 3210. Valor total: R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura, pelo período de 8 (oito) meses, podendo ser prorrogado por até 12 (doze) meses mediante Termo Aditivo.
FISCAL: Ciro Scalco (Diretor Administrativo da Secretaria de Saúde), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 199, § 1º, da Constituição Federal; Lei nº 8.080/1990; Lei Complementar nº 101/2000; Lei Orgânica Municipal; Lei nº 14.133/2021, quando couber; e Decreto Municipal nº 114/2023.
DATA DE ASSINATURA: 14 de outubro de 2026.

Guaíba, 16 de outubro de 2026.

CLÁUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:FC7DE540

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 7353/2026 DESIGNA CONSELHO GESTOR DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARQUE NATURAL MUNICIPAL MORRO JOSÉ LUTZENBERGER

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros titulares e suplentes representantes dos órgãos e entidades integrantes do Conselho Gestor da Unidade de Conservação Parque Natural Municipal Morro José Lutzenberger – ConUC José Lutz, para o biênio 2026/2027, conforme composição que segue:

PRESIDENTE: Paula Vanessa de Oliveira Paroli – Secretária de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS:

Titular: Carlos Eduardo da Silva Leal;

Suplente: Jailson de Oliveira Ludvig.

SECRETARIA MUNICIPAL DE BEM-ESTAR ANIMAL:

Titular: Ben Hur Junior da Silva Ritta;

Suplente: Julia Silveira Stella.

AGÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – DESENVOLVE GUAÍBA:

Titular: Ketelen Belmonte Lopes;

Suplente: Alisson Silveira da Luz.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE – Departamento de Meio Ambiente:

Titular: Leticia Souza Machado;

Suplente: Ingrid Maiara da Silva Rosa.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE – Departamento de Engenharia:

Titular: Vanessa de Souza Kologeski;

Suplente: Gabriela Padula de Souza.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE – Departamento de Urbanismo:

Titular: Laura Krebs de Mendonça;

Suplente: Juliana Biasibetti Rodrigues.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Talisson Longaray Leal;

Suplente: Euridice Segaspini Peixoto.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO:

Titular: Leonardo da Rosa Furtado;

Suplente: Marcio Omar Castro de Oliveira.

REPRESENTANTES DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL:

Titular: Inaê Romero;

Suplente: Maritza Didio de Souza.

REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO MEIO AMBIENTE (AMA):

Titular: Matheus Raguse Quadros;

Suplente: Eduardo Raguse Quadros.

REPRESENTANTES DA UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOS MORADORES DE GUAÍBA (UAMG):

Titular: Raphael Ott Collares;
Suplente: Sedenir José da Silva.

REPRESENTANTES DA CMPC:

Titular: Ana Paula Pulito Silva;

Suplente: Daniel Brambilla Andriotti.

REPRESENTANTES DA ULBRA:

Titular: Thais de Carvalho Rodriguez;

Suplente: Peterson Douglas Machado.

REPRESENTANTES DO CREA:

Titular: Paulo Antonio Guarese;

Suplente: Danky Dean Garcia Ovalhe.

REPRESENTANTES DO COMITÊ DA BACIA HIDROLÓGICA LAGO GUAÍBA:

Titular: José Henrique Pinzon;

Suplente: Ivo Lessa Silveira Filho.

REPRESENTANTES DO INSTITUTO GOMES JARDIM:

Titular: Palloma Lucena Isolini;

Suplente: Valmir Michelon.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 5298/2026, entrando esta Portaria em vigor a partir de 14 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 02 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:ACFAFBCE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 7770/2026 CONCEDE LICENÇA SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 67 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, CONCEDE: Ao servidor municipal SANDER TAVARES DE LIMA, matrícula nº 264911, lotado na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, LICENÇA SAÚDE pelo período de 3 (três) dias, a partir de 15/07/2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, 28/09/2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:A1F949D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 7832/2026 ALTERA PORTARIA Nº 3862/2026 QUE DESIGNA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO ANUAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 2º, inciso XI, da Lei Federal nº 13.019/2014 e no art. 34 do Decreto Municipal nº 058/2017, art. 3º,
RESOLVE:
Art. 1º Alterar a Portaria nº 3862/2026, que designa os servidores para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação – Única Anual – durante o exercício de 2026, conforme Parecer nº 001/2026 – PGM, que autoriza a unificação dos atos, e Memorando nº 117/2026 – Secretaria Municipal de Bem-Estar Animal, que tem por objeto fiscalizar, registrar e acompanhar a produção referente às Emendas Impositivas com as OSCs destinadas:

Membros Titulares:
a) Anderson Xavier Mancilha – matrícula 492302;
b) Gabriela Costa – matrícula 492170; c) Laura Nobre da Silva Saraiva – matrícula 492300.
Membros Suplentes:
a) Ben Hur Junior da Silva Ritta – matrícula 292694;
b) Delnara Patricia Doyle de Doile de Souza – matrícula 492195.
Art. 2º São atribuições da Comissão de Monitoramento e Avaliação monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, conforme a Lei Federal nº 13.019/2014, o Decreto Municipal nº 058/2017, o Plano de Trabalho e o Termo de Colaboração/Fomento ou Acordo de Cooperação.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 05 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:38D85652

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 7833/2026 CONCEDE LICENÇA-PATERNIDADE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 72 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, RESOLVE: Conceder cinco (05) dias de licença-paternidade ao servidor municipal JEFERSON DA SILVEIRA, matrícula nº 292500, a partir de 18 de setembro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 05 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:A84828EC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 7833/2026 CONCEDE LICENÇA-PATERNIDADE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 72 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, RESOLVE: Conceder cinco (05) dias de licença-paternidade ao servidor municipal JEFERSON DA SILVEIRA, matrícula nº 292500, a partir de 18 de setembro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 05 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:D452F3FD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 7834/2026 CONCEDE LICENÇA-PATERNIDADE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 72 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, RESOLVE: Conceder cinco (05) dias de licença-paternidade ao servidor municipal EZEQUIEL FIGUEIRA ANTUNES, matrícula nº 292272, a partir de 28 de setembro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 05 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:2137E32A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 7835/2026 CONCEDE ALTERAÇÃO DE NOME

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Conceder a alteração do nome da servidora municipal NICOLE MARQUES ANTUNES, matrícula nº 892038, para NICOLE MARQUES ANTUNES CORNELLI, a partir de 30 de setembro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 05 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:C9F288F1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 7835/2026 CONCEDE ALTERAÇÃO DE NOME

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Conceder a alteração do nome da servidora municipal NICOLE MARQUES ANTUNES, matrícula nº 892038, para NICOLE MARQUES ANTUNES CORNELLI, a partir de 30 de setembro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 05 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:8EC932A7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 7836/2026 ALTERA PORTARIA Nº 6568/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Alterar, em caráter exclusivamente formal, a data da expedição da Portaria nº 6568/2026, onde se lê: "GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 23 de junho de 2026", leia-se: "GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 13 de agosto de 2026", sem alteração do conteúdo da nomeação e de seus efeitos.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 05 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:0DAC4772

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 7837/2026 MUDANÇA DE NÍVEL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Plano de Carreira do Servidor Público Efetivo Ativo da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Guaíba, Lei Municipal nº 2.866, de 01 de abril de 2012, RESOLVE: Conceder a mudança de nível à servidora municipal GILDA MARIA LOMBARDI, matrícula nº 261653, ocupante do cargo de Servente de Escola, padrão 01 – 1,6 – nível Pós-graduação: Especialização em Gestão da Qualidade e Segurança Alimentar, de acordo com o que preveem os artigos 19, 20, 21 e 22 da Lei Municipal nº 2.866/2012, a partir de 01 de setembro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 05 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:B204E7FB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 7838/2026 MUDANÇA DE NÍVEL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Plano de Carreira do Servidor Público Efetivo Ativo da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Guaíba, Lei Municipal nº 2.866, de 01 de abril de 2012, RESOLVE: Conceder a mudança de nível à servidora municipal PATRICIA DORNEL LOPES, matrícula nº 292169, ocupante do cargo de Agente Educador, padrão 12 – 1,5 – nível Graduação, de acordo com o que preveem os artigos 19, 20, 21 e 22 da Lei Municipal nº 2.866/2012, a partir de 01 de setembro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 05 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:5F223902

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 7839/2026 MUDANÇA DE NÍVEL A PREFEITA MUNICIPAL

DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Plano de Carreira do Servidor Público Efetivo Ativo da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Guaíba, Lei Municipal nº 2.866, de 01 de abril de 2012, RESOLVE: Conceder a mudança de nível à servidora municipal DANIELA PEREIRA SOUZA, matrícula nº 292397, ocupante do cargo de Monitor Infantil, padrão 12 – 1,5 – nível Graduação, de acordo com o que preveem os artigos 19, 20, 21 e 22 da Lei Municipal nº 2.866/2012, a partir de 01 de setembro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 05 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:DDFFDF3E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 7841/2026 TORNA SERVIDOR ESTÁVEL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o CAPÍTULO III, DA ESTABILIDADE, Art. 45 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, RESOLVE: Tornar estável o servidor municipal ANTONIO CARLOS KRAUSE PRAIA, matrícula nº 292185, ocupante do cargo de Vigilante Municipal, lotado na Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas, conforme Boletim de Desempenho e Ficha de Controle do Estagiário, a partir de 06 de junho de 2023.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 05 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:1BA9E067

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 7843/2026 TORNA SERVIDOR ESTÁVEL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o CAPÍTULO III, DA ESTABILIDADE, Art. 45 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, RESOLVE: Tornar estável o servidor municipal MARCELO LUCAS TOMAZONI, matrícula nº 292111, ocupante do cargo de Monitor Infantil, lotado na Secretaria de Educação, conforme Boletim de Desempenho e Ficha de Controle do Estagiário, a partir de 27 de maio de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 05 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:7D7B438A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 7846/2026 ALTERA A COMISSÃO DE ANÁLISE DE ESTUDOS DE IMPACTOS DE VIZINHANÇA – EIV

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 2331/2008,

RESOLVE:
Art. 1º Alterar a composição da Comissão de Análise de Estudos de Impacto de Vizinhança – EIV, para fins da Lei Municipal nº 2331/2008,alterada pela Lei Municipal nº 4.780/2025, conforme artigo 4º, inciso IV, e Decreto Municipal nº 296/2025, sendo composta pelos seguintes integrantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade:

I – Jefferson Moraes de Souza – matrícula 793051;
II – Juliana Biasibetti Rodrigues – matrícula 283185;

III – Marcio Garcia Santana – matrícula 264601.
Art. 2º Ficam revogados os atos anteriores, a contar de 06 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:9806952E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 7847/2026 ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO REVISORA

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 2331/2008,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a composição da Comissão Revisora, para fins da Lei Municipal nº 2331/2008, alterada pela Lei Municipal nº 4.780/2025, conforme artigo 4º, inciso V, sendo composta pelos membros que seguem:

1. Fernando Almeida de Oliveira – matrícula 279323;
2. Marco Antonio Bratkowski Kossmann – matrícula 284564;
3. Michele de Melo de Souza – matrícula 282596.

Art. 2º Ficam revogados os atos anteriores, a contar de 06 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:04FDE4D4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 7848/2026 ALTERA CARGO EM COMISSÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Alterar o cargo em comissão da servidora municipal ANDREA PEREIRA DA COSTA, matrícula nº 492201, passando de Assessor de Gestão de Qualidade da ESF Nova Guaíba – CC 03 para Supervisor Administrativo – CC 03, a partir de 06 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:347374ED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 7849/2026 ALTERA REGIME ESPECIAL DE TRABALHO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Alterar o Regime Especial de Trabalho do servidor municipal GRACIANO BRUM PEREIRA, matrícula nº 492150, passando de Dedicação Exclusiva, percebendo cem (100%) por cento, para Regime Especial de Tempo Integral, percebendo cinquenta (50%) por cento sobre seus vencimentos, a partir de 06 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:0314C829

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 7850/2026 ALTERA REGIME ESPECIAL DE TRABALHO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Alterar o Regime Especial de Trabalho do servidor municipal DIOGENES DAEL DA CONCEIÇÃO, matrícula nº 491977, passando de Dedicação Exclusiva, percebendo cem (100%) por cento, para Regime Especial de Tempo Integral, percebendo cinquenta (50%) por cento sobre seus vencimentos, a partir de 06 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:09551238

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7851/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder o avanço de padrão à servidora municipal ANA CRISTINA DA SILVA RODRIGUES, matrícula 265390-01, para o padrão 08, a partir de 04 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:A37ADB2F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7852/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder o avanço de padrão à servidora municipal BIANCA ALVES DA SILVA, matrícula 288462-01, para o padrão 04, a partir de 04 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:7200C7CE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7853/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder o avanço de padrão ao servidor municipal CARLOS ALBERTO RODRIGUES CALDAS, matrícula 248401-01, para o padrão 11, a partir de 04 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:D5881DAB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7854/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder o avanço de padrão à servidora municipal CRISTINA MASLAK, matrícula 288390-01, para o padrão 04, a partir de 04 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:2FE25081

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7855/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder o avanço de padrão à servidora municipal DEISE DO CARMO RODRIGUES LOPES, matrícula 263265-01, para o padrão 08, a partir de 10 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:FE3FABB3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7856/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder o avanço de padrão à servidora municipal EURIDES LUCIANE STEFANI DA SILVA, matrícula 256358-01, para o padrão 10, a partir de 05 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:D22A71EA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7857/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder o avanço de padrão à servidora municipal FERNANDA DE PAULA DO AMARAL, matrícula 288438-01, para o padrão 04, a partir de 04 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:6AD179B2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7858/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder o avanço de padrão à servidora municipal GISELA ANTONIOLI MEDEIROS PIETROBON, matrícula 288470-01, para o padrão 04, a partir de 04 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:4478F267

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7859/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder o avanço de padrão ao servidor municipal JOSE AURELIO SOUZA CANUT, matrícula 248398-01, para o padrão 11, a partir de 04 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:3E713C0C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7860/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:
Conceder o avanço de padrão à servidora municipal LUCIA REGINA OLIVEIRA DE SOUZA, matrícula 291815-02, para o padrão 07, a partir de 10 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:28D77450

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7861/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder o avanço de padrão à servidora municipal MARIA BORGES ANTUNES, matrícula 288403-01, para o padrão 04, a partir de 04 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:08D9E6C0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7862/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder o avanço de padrão à servidora municipal MIRIANI SILVA DEMOLINER, matrícula 263338-02, para o padrão 08, a partir de 11 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:0D1F5FC3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7868/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder o avanço de padrão ao servidor municipal DIEGO RIBEIRO ANDRIOTTI, matrícula 292092-02, para o padrão 03, a partir de 18 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:77FF74CD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7869/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder o avanço de padrão à servidora municipal ISABEL CRISTINA LACERDA, matrícula 286907-01, para o padrão 04, a partir de 16 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:4BE95997

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7870/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder o avanço de padrão ao servidor municipal MATEUS AUGUSTO DOMINGUES KOESTER, matrícula 283606-01, para o padrão 05, a partir de 17 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:A4BD4E65

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7871/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder o avanço de padrão à servidora municipal MILENA DA SILVA SOARES, matrícula 291450-01, para o padrão 04, a partir de 22 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:92FDE650

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7875/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder o avanço de padrão à servidora municipal EVELIN KOLOGESKI OPRACH, matrícula 292161-03, para o padrão 04, a partir de 13 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:8661A767

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7876/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder o avanço de padrão à servidora municipal JAQUELINE MOREIRA DA COSTA, matrícula 292037-02, para o padrão 07, a partir de 13 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:6B3E6904

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7877/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder o avanço de padrão ao servidor municipal LUCIANO LUIZ LUZ DA ROCHA, matrícula 291672-03, para o padrão 03, a partir de 13 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:0DE2F7C1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7878/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:
Conceder o avanço de padrão ao servidor municipal LUCIANO LUIZ LUZ DA ROCHA, matrícula 291672-02, para o padrão 07, a partir de 13 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:823AF912

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7879/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder o avanço de padrão à servidora municipal ANDREA DE LURDES PEIXOTO BROGLIO, matrícula 291329-01, para o padrão 04, a partir de 13 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:7BE2B16B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7880/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder o avanço de padrão à servidora municipal DENISE SEELIG CABRAL, matrícula 292113-01, para o padrão 02, a partir de 13 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:4259D17D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7881/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder o avanço de padrão ao servidor municipal DIOGO MUSSOI NICHELE, matrícula 291671-02, para o padrão 03, a partir de 13 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:8EAFD089

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7882/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder o avanço de padrão à servidora municipal ELIANE DE OLIVEIRA PINTO, matrícula 291443-01, para o padrão 04, a partir de 13 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:86011186

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7883/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder o avanço de padrão ao servidor municipal GUILHERME RICARDO SANTANA DE OLIVEIRA, matrícula 292061-01, para o padrão 02, a partir de 13 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:AF21D043

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7884/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder o avanço de padrão à servidora municipal JOICE KUBICZEWSKI, matrícula 289000-01, para o padrão 04, a partir de 13 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:91D2CE31

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7885/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder o avanço de padrão à servidora municipal LAURETE SANTOS DA SILVA, matrícula 291749-01, para o padrão 03, a partir de 13 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:01EFF64A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7886/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder o avanço de padrão à servidora municipal LISIANE SCHINOFF DA SILVEIRA, matrícula 291170-01, para o padrão 04, a partir de 13 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:363F0E51

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7887/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder o avanço de padrão à servidora municipal MARIA MARY OLIVEIRA VIEIRA, matrícula 265594-01, para o padrão 08, a partir de 13 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:407028FE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7888/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder o avanço de padrão à servidora municipal MARIA NAZARÉ MACHADO BRITO, matrícula 291349-02, para o padrão 07, a partir de 13 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:378345D8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7889/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder o avanço de padrão à servidora municipal PAMELA KORNALEWSKI DA SILVA, matrícula 292028-01, para o padrão 02, a partir de 13 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 06 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:089BAA9B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7893/2026 EXONERA CARGO EM COMISSÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAIBA, no uso das suas atribuições legais, **R E S O L V E:** Exonerar o servidor municipal **ADEMAR MIGUEL COMBY NETO**, matrícula **492017**, do cargo em comissão de Chefe de Departamento de Execução Fiscal – CC 03, a partir de 07 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:59893997

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7894/2026 EXONERA CARGO EM COMISSÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAIBA, no uso das suas atribuições legais, **R E S O L V E:** Exonerar o servidor municipal **ALAN ROCHA DOS SANTOS KOZENIEWSKI**, matrícula **492096**, do cargo em comissão de Assessor de Compras, Pesquisa Mercadológica, Cotações, Documentação Complementar – CC 03, a partir de 07 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:A7FCD866

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7895/2026 EXONERA CARGO EM COMISSÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAIBA, no uso das suas atribuições legais, **R E S O L V E:** Exonerar a servidora municipal **BRENDA REBORDINHO**, matrícula **492306**, do cargo em comissão de Coordenador do Departamento de Documentos Técnicos – CC 04, a partir de 07 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:D51CA8B8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7896/2026 EXONERA CARGO EM COMISSÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAIBA, no uso das suas atribuições legais, **R E S O L V E:** Exonerar a servidora municipal **CELIA TERESINHA FONTOURA RAMIRO**, matrícula **491766**, do cargo em comissão de Assessor do Secretário Municipal de Políticas para Mulheres, Direitos Humanos e Cidadania – CC 04, a partir de 07 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:12BB1A24

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7897/2026 EXONERA CARGO EM COMISSÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAIBA, no uso das suas atribuições legais, **R E S O L V E:** Exonerar a servidora municipal **DAIANE PIRES NEUGEBAUER**, matrícula **491828**, do cargo em comissão de Coordenador das Casas Solidárias – CC 04, a partir de 07 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:97BD6794

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7898/2026 EXONERA CARGO EM COMISSÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAIBA, no uso das suas atribuições legais, **R E S O L V E:** Exonerar o servidor municipal **CLEITON DOS PASSOS NUNES**, matrícula **492208**, do cargo em comissão de Coordenador de Controle e Manutenção da Frota Pesada da Infraestrutura – CC 05, a partir de 07 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:F790DF51

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7899/2026 EXONERA CARGO EM COMISSÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAIBA, no uso das suas atribuições legais, **R E S O L V E:** Exonerar a servidora municipal **DENISE DE OLIVEIRA DOS SANTOS**, matrícula **492343**, do cargo em comissão de Assessor de Orçamento da Secretaria de Saúde – CC 03, a partir de 07 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:7FC66217

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7903/2026 EXONERA CARGO EM COMISSÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAIBA, no uso das suas atribuições legais, **R E S O L V E:** Exonerar o servidor municipal **JEAN PAULO SILVA GARCIA**, matrícula **491889**, do cargo em comissão de Assessor Técnico de Engenharia – CC 04, a partir de 07 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:B0DA4BC4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7909/2026 EXONERA CARGO EM COMISSÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAIBA, no uso das suas atribuições legais, **R E S O L V E:** Exonerar a servidora municipal

NATHALIA BESERRA NARCISO, matrícula **492217**, do cargo em comissão de Assessor Superior I – CC 05, a partir de 07 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:7CC324BA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7912/2026 EXONERA CARGO EM COMISSÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAIBA, no uso das suas atribuições legais, **R E S O L V E:** Exonerar o servidor municipal **RUBENS SANTOS DA CUNHA**, matrícula **491813**, do cargo em comissão de Assessor Superior II – CC 06, a partir de 07 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:D8819836

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7916/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: CONCEDER ao(à) servidor(a) ALINE RODRIGUES HARLACHER, matrícula 267155-02, avanço de padrão 9, a partir de 01 de março de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:C31D2F76

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7917/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: CONCEDER ao servidor ANDRE COSTA DE OLIVEIRA, matrícula 291810-01, avanço de padrão 3, a partir de 03 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:025932B8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7918/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder à servidora municipal ANDREA MARINE PICCINI, matrícula 291464-01, avanço de padrão 4, a partir de 20 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:6CCC45A4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7919/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder ao servidor municipal ANTONIO CARLOS KRAUSE PRAIA, matrícula 292185-1, avanço de padrão 2, a partir de 10 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:09C79C8B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7920/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder à servidora municipal BARBARA MAGALHÃES DINIZ, matrícula 292191-1, avanço de padrão 2, a partir de 12 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:875D3856

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7921/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder ao servidor municipal BRUNO REYES SPIERING, matrícula 292194-1, avanço de padrão 2, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:FBE29A0A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7922/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder à servidora municipal CAROLINE GUEDES DA SILVA, matrícula 292195-1, avanço de padrão 2, a partir de 14 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:C708EC1B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7923/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder à servidora municipal CRISTIANE DA SILVA CHACON, matrícula 273856-1, avanço de padrão 6, a partir de 25 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:D3F1398B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7924/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder à servidora municipal CRISTIANE QUEIROZ ROSA, matrícula 292181-1, avanço de padrão 2, a partir de 11 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:1EA069CA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7925/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder à servidora municipal DILAMAR DE JESUS MARTINS BASTOS, matrícula 292196-1, avanço de padrão 2, a partir de 10 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:65791D63

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7926/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder à servidora municipal FABIANE DE OLIVEIRA BELINI, matrícula 266175-1, avanço de padrão 8, a partir de 01 de março de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:84E33A96

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7927/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder à servidora municipal FABIANE PRESTES SANTANNA, matrícula 292203-1, avanço de padrão 2, a partir de 28 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:C635521A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7928/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder ao servidor municipal FABIO MEDEIROS DE ALVARENGA, matrícula 291463-1, avanço de padrão 4, a partir de 18 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:09899F66

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7929/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder à servidora municipal FAYOLLA PINHATTI ANDRIOTTI HOFF, matrícula 291820-2, avanço de padrão 3, a partir de 01 de março de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:BB473374

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7930/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder à servidora municipal FERNANDA DA COSTA FORTES, matrícula 291452-1, avanço de padrão 4, a partir de 06 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:AA46E070

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7931/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder à servidora municipal FERNANDA DA SILVA NIEDERAUER, matrícula 291814-1, avanço de padrão 3, a partir de 15 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:BFAE4394

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7932/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder à servidora municipal FERNANDA GIL DA SILVA REINALDO, matrícula 291453-1, avanço de padrão 4, a partir de 17 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:392B6BF2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7933/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder à servidora municipal FERNANDA KUBIAK, matrícula 266159-1, avanço de padrão 8, a partir de 01 de março de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:2E4DC96A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7934/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder ao servidor municipal FLAVIO MATEUS BRUCK MOREIRA JUNIOR, matrícula 292188-1, avanço de padrão 2, a partir de 10 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:401ABDE5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7934/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder ao servidor municipal FLAVIO MATEUS BRUCK MOREIRA JUNIOR, matrícula 292188-1, avanço de padrão 2, a partir de 10 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:B36B3D56

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7934/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder ao servidor municipal FLAVIO MATEUS BRUCK MOREIRA JUNIOR, matrícula 292188-1, avanço de padrão 2, a partir de 10 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:BC980B0C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7934/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder ao servidor municipal FLAVIO MATEUS BRUCK MOREIRA JUNIOR, matrícula 292188-1, avanço de padrão 2, a partir de 10 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:DEE50067

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7935/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder ao servidor municipal GILBERTO WAGNER SOUZA DIAS, matrícula 265934-1, avanço de padrão 8, a partir de 05 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:427296B9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7936/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder ao servidor municipal GLACI TERESINHA MACHADO DE SOUZA SILVA, matrícula 291460-1, avanço de padrão 4, a partir de 17 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:DE22BFEC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7937/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder à servidora municipal GRAZIELE REGINA HILLER, matrícula 291448-1, avanço de padrão 4, a partir de 06 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:55FC30E5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7938/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder à servidora municipal JESSICA FONSECA DO COUTO, matrícula 287229-1, avanço de padrão 4, a partir de 23 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:65B8D7D9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7939/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder ao servidor municipal JONIFER SARAIVA CARDOSO DE AGUIAR, matrícula 286834-1, avanço de padrão 4, a partir de 23 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:F857AC8C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7940/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder ao servidor municipal JOSE ALMIR ANTUNES NEUMANN, matrícula 260380-1, avanço de padrão 9, a partir de 01 de março de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:BAEAF680

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8239/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONCEDE à servidora municipal SHAIANE SILVA DA SILVA, matrícula 292234, lotada na Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas, 2 (dois) dias de licença-saúde, a partir de 07 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:67A288C3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8240/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONCEDE à servidora municipal SHAIANE SILVA DA SILVA, matrícula 292234, lotada na Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas, 1 (um) dia de licença-saúde, a partir de 22 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:2DC04F20

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8241/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONCEDE à servidora municipal SHERON DA SILVA FEIJO DA CONCEIÇÃO, matrícula 292197, lotada na Secretaria de Educação, 1 (um) dia de licença-saúde, a partir de 05 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:4B9D3A72

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8242/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONCEDE à servidora municipal SHERON DA SILVA FEIJO DA CONCEIÇÃO, matrícula 292197, lotada na Secretaria de Educação, 1 (um) dia de licença-saúde, a partir de 07 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:CC6D2230

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8243/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONCEDE à servidora municipal SILVANA CRUZ DA SILVA FERNANDES, matrícula 292456, lotada na Secretaria de Saúde, 1 (um) dia de licença-saúde, a partir de 13 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:7CA0D43A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8245/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONCEDE à servidora municipal SILVANA OLIVEIRA MACHADO, matrícula 291537, lotada na Secretaria de Saúde, 1 (um) dia de licença-saúde, a partir de 10 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:59CC4501

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8246/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONCEDE à servidora municipal SILVANA OLIVEIRA MACHADO, matrícula 291537, lotada na Secretaria de Saúde, 3 (três) dias de licença-saúde, a partir de 26 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:81C74F49

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8247/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONCEDE à servidora municipal SILVANA RIBEIRO, matrícula 292290, lotada na Secretaria de Educação, 1 (um) dia de licença-saúde, a partir de 17 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:0DC26647

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8248/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONCEDE à servidora municipal SILVIA ELENA LUCIANO AMARAL, matrícula 292730, lotada na Secretaria de Educação, 4 (quatro) dias de licença-saúde, a partir de 21 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:74E34672

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8249/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONCEDE à servidora municipal SILVIA HELENA SALGADO DE OLIVEIRA, matrícula 291341, lotada na Secretaria de Educação, 1 (um) dia de licença-saúde, a partir de 04 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:E3911FB0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8250/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONCEDE à servidora municipal SIMONE BORBA DA SILVA, matrícula 792330, lotada na Secretaria de Educação, 3 (três) dias de licença-saúde, a partir de 31 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:D4378A24

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8251/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONCEDE à servidora municipal SIMONE DE JESUS OLIVEIRA VASCONSELOS, matrícula 291434, lotada na Secretaria de Educação, 1 (um) dia de licença-saúde, a partir de 26 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:07A0B7F4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8252/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONCEDE à servidora municipal SIMONE SEVERO SPADONI, matrícula 272728, lotada na Secretaria de Educação, 4 (quatro) dias de licença-saúde, a partir de 28 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:B268E4DA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8253/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONCEDE à servidora municipal SINARA ROSA RIBARSCZKI, matrícula 792557, lotada na Secretaria de Educação, 5 (cinco) dias de licença-saúde, a partir de 17 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:48A91269

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8253/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONCEDE à servidora municipal SINARA ROSA RIBARSCZKI, matrícula 792557, lotada na Secretaria de Educação, 5 (cinco) dias de licença-saúde, a partir de 17 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:6726EA3A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8254/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONCEDE à servidora municipal SINARA ROSA RIBARSCZKI, matrícula 792557, lotada na Secretaria de Educação, 3 (três) dias de licença-saúde, a partir de 10 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:9ECE2BF5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8255/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010,

CONCEDE à servidora municipal SINARA ROSA RIBARSCZKI, matrícula 792557, lotada na Secretaria de Educação, 2 (dois) dias de licença-saúde, a partir de 13 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:A9546C23

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8256/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONCEDE à servidora municipal SONIA DOS SANTOS LIMA, matrícula 291796, lotada na Secretaria de Educação, 1 (um) dia de licença-saúde, a partir de 18 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:27BF2ED2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8257/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONCEDE à servidora municipal SONIA MARA TOLEDO D ALASCIO, matrícula 281956, lotada na Secretaria de Educação, 1 (um) dia de licença-saúde, a partir de 14 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:50D8C2EF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8258/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONCEDE à servidora municipal STEFANI CAMBOIM DA SILVEIRA LUCAS, matrícula 292291, lotada na Secretaria de Educação, 2 (dois) dias de licença-saúde, a partir de 05 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:2EF83FB1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8259/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONCEDE à servidora municipal TAIS LIMA MOTTA, matrícula 291531, lotada na Secretaria de Educação, 1 (um) dia de licença-saúde, a partir de 25 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:E329268F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8260/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONCEDE à servidora municipal TAISE MACHADO MARQUES, matrícula 292105, lotada na Secretaria de Educação, 1 (um) dia de licença-saúde, a partir de 24 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:86DF36E2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8261/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONCEDE à servidora municipal TAMYRIS GUIMARÃES WITTZORECKI, matrícula 292532, lotada na Secretaria de Educação, 1 (um) dia de licença-saúde, a partir de 18 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:51B0CD7E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8262/2026 CONCEDE LICENÇA-SAÚDE

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONCEDE à servidora municipal TANIA MARIA VARGAS PERES DOS SANTOS, matrícula 261874, lotada na Secretaria de Saúde, 4 (quatro) dias de licença-saúde, a partir de 25 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 07 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:32F3CFA9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 8306/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder à servidora municipal JULIANI DE CALDAS RAYMUNDI, matrícula 292183-01, avanço de padrão 2, a partir de 10 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:8A4B29B5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 8307/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder à servidora municipal JUSSARA APARECIDA BARBOSA DA CUNHA, matrícula 291447-02, avanço de padrão 4, a partir de 03 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:CE2B75AB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 8309/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder à servidora municipal KARLA REJANE SILVEIRA QUINTANA, matrícula 292192-01, avanço de padrão 2, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:EB358985

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 8310/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder à servidora municipal KAROLAYNE BRANGEL PEREIRA, matrícula 292216-01, avanço de padrão 2, a partir de 18 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:C4C194EA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 8311/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder à servidora municipal LIDIANE FREITAS SILVEIRA, matrícula 287164-01, avanço de padrão 6, a partir de 25 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:34A4416A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 8312/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder ao servidor municipal LUAN SANTOS SILVA, matrícula 292187-01, avanço de padrão 2, a partir de 10 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:FDD65D6A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 8313/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder à servidora municipal LUCIA REGINA OLIVEIRA DE SOUZA, matrícula 291815-03, avanço de padrão 3, a partir de 23 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:5458E44D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 8314/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder ao servidor municipal LUCIANO GONÇALVES DE SOUZA, matrícula 291816-01, avanço de padrão 3, a partir de 24 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:154134F4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 8315/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder ao servidor municipal MATHEUS FELIX FERREIRA DA SILVA, matrícula 292210-01, avanço de padrão 2, a partir de 28 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:C5DD7BFE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 8316/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:
Conceder à servidora municipal MICHELE RIBEIRO DE FREITAS, matrícula 291462-01, avanço de padrão 4, a partir de 17 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:2A300635

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 8317/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder ao servidor municipal MOISES LODOVICO WIRVAS, matrícula 292182-01, avanço de padrão 2, a partir de 10 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:6D2FA8C5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 8318/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder à servidora municipal PATRICIA NAMES, matrícula 283762-01, avanço de padrão 5, a partir de 24 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:D7103872

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 8329/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder à servidora municipal ANDREA SILVA GARCIA DOS SANTOS, matrícula 291343-01, avanço de padrão 4, a partir de 13 de janeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:57C9CFAD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 8330/2026 CONCEDE AVANÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 134 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder à servidora municipal JULIANA MARTINS TOLOTTI, matrícula 283746-01, avanço de padrão 5, a partir de 07 de fevereiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:04D51094

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8331/2026 CONCEDE LICENÇA LUTO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 92 da Lei Municipal nº 2.586/2010, RESOLVE:

Conceder 2 (dois) dias de licença-luto à servidora municipal REJANE MERENCIO XAVIER, matrícula 292060-02, a partir de 06 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:D472AFA7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8332/2026 CONCEDE GOZO DA LICENÇA-PRÊMIO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 81 da Lei Municipal nº 2.586/2010, RESOLVE: Conceder o gozo de 10 (dez) dias de licença-prêmio à servidora CLARISSA LOPES, matrícula 291445, referente ao período de 2013/2018, a partir de 18 de novembro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:5697C4FF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 8333/2026 CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e conforme Art. 81 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder Licença-prêmio à servidora municipal CAROLINA OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula 260983, referente ao período 2009/2014, tendo como data do direito a contar de 07 de abril de 2014.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:E0F9F560

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 8334/2026 CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e conforme Art. 81 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder Licença-prêmio à servidora municipal CAROLINA OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula 260983, referente ao período 2014/2019, tendo como data do direito a contar de 07 de abril de 2019.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:D90D75F4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 8335/2026 CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 81 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,

R E S O L V E:

Conceder Licença-prêmio à servidora municipal CAROLINA OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula 260983, referente ao período 2019/2024, tendo como data de apuração do direito 07/04/2024. Devido ao período de congelamento previsto na Lei Complementar Federal nº 173, de 27/05/2020, após cumprir o prazo de 583 dias de vigência desta Lei, adquiriu o direito à concessão da referida licença em 11 de novembro de 2025.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:23B98585

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8336/2026 REVOGA FUNÇÃO GRATIFICADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Revogar a Função Gratificada de Assistente de Acompanhamento Legislativo – FG 03, concedida ao servidor MARCIO OMAR CASTRO DE OLIVEIRA, matrícula 292438, pela Portaria nº 7344/2026, a partir de 08 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:506A00C5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8337/2026 REVOGA FUNÇÃO GRATIFICADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Revogar a Função Gratificada de Coordenador de Compras e Orçamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos – FG 04, concedida à servidora MARLISE BRAMBILLA FERREIRA, matrícula 291874, pela Portaria nº 1082/2025, a partir de 08 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:69833617

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8338/2026 REVOGA FUNÇÃO GRATIFICADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Revogar a Função Gratificada de Assessor de Liquidação – FG 02, concedida à servidora ELISANDRA BRANDÃO DE MIRANDA JARDIM VIANNA, matrícula 292667, pela Portaria nº 2718/2025, a partir de 08 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:B4E7AEF2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8339/2026 REVOGA FUNÇÃO GRATIFICADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Revogar a Função Gratificada de Chefe da Divisão de Empenho – FG 03, concedida à servidora CLEOPATRA TOLEDO FRANÇA, matrícula 292695, pela Portaria nº 1762/2024, a partir de 08 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:0405D024

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8340/2026 REVOGA FUNÇÃO GRATIFICADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Revogar a Função Gratificada de Assessor de Empenho – FG 02, concedida à servidora CARMEN ROSANE KRAUSE DA SILVA, matrícula 292323, pela Portaria nº 2059/2025, a partir de 08 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:C979630F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8341/2026 REVOGA FUNÇÃO GRATIFICADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Revogar a Função Gratificada de Assessor do Serviço de Zeladoria – FG 02, concedida à servidora EVANICE MARIA EJOSKI, matrícula 292282, pela Portaria nº 2060/2025, a partir de 08 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:9B87375D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8342/2026 REVOGA FUNÇÃO GRATIFICADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Revogar a Função Gratificada de Coordenador de Políticas de Bem-Estar Animal – FG 04, concedida ao servidor BEN HUR JUNIOR DA SILVA RITTA, matrícula 292694, pela Portaria nº 7024/2025, a partir de 08 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:DB8045AA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8343/2026 REVOGA FUNÇÃO GRATIFICADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Revogar a Função Gratificada de Chefe da Divisão de Liquidação – FG 03, concedida à servidora CARINE OLIVEIRA FERRO, matrícula 292096, pela Portaria nº 7012/2025, a partir de 08 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:1441725C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8344/2026 REVOGA FUNÇÃO GRATIFICADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Revogar a Função Gratificada de Assessor de Atendimento ao Produtor Rural – FG 03, concedida à servidora DAVINA DE CASSIA SANTOS ARMESTO, matrícula 291566, pela Portaria nº 7030/2025, a partir de 08 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:4564C2CD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8345/2026 REVOGA FUNÇÃO GRATIFICADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Revogar a Função Gratificada de Assistente Técnico – FG 03, concedida à servidora DENISE LUZ DA ROCHA, matrícula 291756, pela Portaria nº 2054/2024, a partir de 08 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:E2B622B9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8346/2026 REVOGA FUNÇÃO GRATIFICADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Revogar a Função Gratificada de Assistente Técnico – FG 03, concedida ao servidor FABIO LUIS MEDEIROS LOPES, matrícula 292440, pela Portaria nº 7345/2026, a partir de 08 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:B83E2388

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8347/2026 REVOGA FUNÇÃO GRATIFICADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Revogar a Função Gratificada de Assessor do Gerente de Arrecadação, Fiscalização Tributária, Recuperação de Créditos Tributários e Transferências – FG 04, concedida à servidora KELLY CRISTINE SCHWARSTZHAUPT ESTEGA AFONSO, matrícula 292437, pela Portaria nº 2058/2025, a partir de 08 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:E8A2EAAC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 8348/2026 REVOGA FUNÇÃO GRATIFICADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Revogar a Função Gratificada de Assessor de Apoio Operacional da Escola de Gestão – FG 02, concedida à servidora MARIA DA GRAÇA PORTO CAMPOS, matrícula 291624, pela Portaria nº 2731/2025, a partir de 08 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 08 de outubro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:D3926061

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 613/2025

INSTRUMENTO: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 613/2025
LICITAÇÃO: Inexigibilidade Nº 75/2025

CONTRATADO: **NEIDE MOCELLIN** – CPF: 819.165.230-72

OBJETO: **PRORROGAR** o prazo da vigência por **12 (doze) meses**. **SUPRESSÃO**correspondente a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, a partir de 22/08/2026, equivalente a **R$ 12.000,00 (doze mil reais)**, nos moldes do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021. A Secretaria Municipal de Assistência Social, passará a ser responsável pela administração contratual e demais atos correlatos a partir de 22/08/2026.

DATA DA ASSINATURA:09/10/2026
VALOR: **R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**.
PROCESSO DIGITAL: 55653 / 2026

Publicado por:
Pedro Eduardo Plocharski Calegari
Código Identificador:96E8CB74

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HARMONIA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, TRÂNSITO E SERVIÇOS COMUNITÁRIOS
SÚMULA DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0114/2026

CONTRATADO: LAERTE MAAS ME
CNPJ: 39.618.769/0001-03
OBJETO: EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIOS E ARQUIBANCADA NO CAMPO DE FUTEBOL 7 NO PARQUE MUNICIPAL JOSÉ ALBINO JACOBY, DE ACORDO COM CONVÊNIO FPE Nº 5365/2025 FIRMADO COM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
VALOR: R$ 255.000,00
DATA DE EMISSÃO: 14/10/2026
VIGÊNCIA: 12 MESES
PROCESSO: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 012/2026

HARMONIA/RS, 19 DE OUTUBRO DE 2026.

ERNANI JOSÉ FORNECK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica Fernanda Jacobi Chassot
Código Identificador:20AD8169

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAIARAS

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ADITIVO N.º III AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 133/2023

MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 87.613.584/0001-59, com sede física na Rua João Stella, n.º 55, na cidade de Ibiraiaras/RS, representado por seu Prefeito Municipal, informa a celebração do seguinte aditivo ao contrato administrativo no mês de outubro de 2025:

Aditivo III ao Contrato Administrativo n.º 133/2024; Pregão Eletrônico n.º 35/2023; Contratada: **MATEUS DOURADO MATOS MELO**; Objeto: Renovação contratual para o período de 12 meses do contrato administrativo com correção de valores conforme índice de correção estipulado no parágrafo primeiro da cláusula quarta do contrato administrativo; Alteração de gestor e fiscal do contrato; Alteração de Responsabilidade de Secretaria , ficando a cargo da Secretaria de Habitação e Ação Social e alteração de Dotação Orçamentária.

Ibiraiaras/RS, confeccionado em 16 de outubro de 2026.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonilce Audiberte
Código Identificador:049FF6C0

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ALTERAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 131/2025 TERMO ADITIVO I

MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 87.613.584/0001-59, com sede física na Rua João Stella, n.º 55, na cidade de Ibiraiaras/RS, representado por seu Prefeito municipal, informa a celebração do seguinte aditivo ao contrato administrativo em epígrafe no mês de outubro de 2026:

Aditivo I ao Contrato Administrativo n.º 131/2025; Dispensa de Licitação n.º 134/2025; Contratada: **GEPREV SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA - CNPJ: 40.738.782/0001-85**
Objeto do aditivo: Prorrogação contratual por mais 12 meses, a contar de 17 de outubro de 2026 até 17 de outubro de 2027.

Data de confecção: 16/10/2026.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leonilce Audiberte
Código Identificador:EBEB1DB6

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 156/2026

MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 87.613.584/0001-59, com sede física na Rua João Stella, n.º 55, na cidade de Ibiraiaras/RS, representado por seu prefeito municipal em exercício, informa a celebração do seguinte contrato administrativo no mês de outubro de 2026:

Contrato Administrativo n.º 156/2026; Dispensa de Licitação n.º 86/2026;
Contratada: **MASTER OBRAS & SERVIÇOS LTDA -CNPJ: 68.882.600/0001-64**
Objeto: contratação de empresa para execução de serviços de drenagem pluvial na estrada localizada entre as comunidades de Santa Terezinha e São Roque, no interior do Município de Ibiraiaras/RS, compreendendo o assentamento de tubulações para bueiros e a execução de galeria em concreto armado.

Data de confecção: 22/01/2026;
Valor Total: R$ 18.000,00(dezoito mil reais).
Validade: 60 dias a partir da assinatura.

Ibiraiaras/RS, em 16 de outubro de 2026.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonilce Audiberte
Código Identificador:9AA3A6C3

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº688/2026 DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAIARAS, usando das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o Art. 112-A da Lei Municipal nº 1.492/2002,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, a ser suportada pelo município, conforme avaliação médica/profissional da saúde ou declaração de comparecimento de clínica de saúde/hospital, a servidora municipal a seguir relacionada:

Mat.	Nome	Início	Dias	Profissional da Saúde/Registro ou Clinica de saúde/Hospital
3434-7	Simone Fatima Lorenz	15/10/2026	02	Igor Comis CRM RS 60.865

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 15/10/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,
IBIRAIARAS, 16 DE OUTUBRO DE 2026.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em 16 de outubro de 2026.

MARCELA DE SOUSA CARVALHO
Secretária da Administração e Planejamento

Publicado por:
Ivaneza Simioni
Código Identificador:609F1685

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº689/2026 DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidoras Municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAIARAS, usando das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o Art. 112-A da Lei Municipal nº 1.492/2002,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, a ser suportada pelo município, conforme avaliação médica/profissional da saúde ou declaração de comparecimento de clínica de saúde/hospital, as servidoras municipais a seguir relacionadas:

Mat.	Nome	Início	Dias	Profissional da Saúde/Registro ou Clinica de saúde/Hospital
4090-8	Dolenia Tedesco	15/10/2026	01	Rodrigo J. Webber CRM RS 29.671
4271-4	Raiza Aparecida Justino Borsatti	14/10/2026	02	Marcos I. A. da Luz CRM RS 17.633

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 14/10/2026

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,
IBIRAIARAS, 16 DE OUTUBRO DE 2026.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em 16 de outubro de 2026.

MARCELA DE SOUSA CARVALHO
Secretária da Administração e Planejamento

Publicado por:
Ivaneza Simioni
Código Identificador:E132219E

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº690/2026 DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAIARAS, usando das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o Art. 112-A da Lei Municipal nº 1.492/2002,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, a ser suportada pelo município, conforme avaliação médica/profissional da saúde ou declaração de comparecimento de clínica de saúde/hospital, a servidora municipal a seguir relacionada:

Mat.	Nome	Início	Dias	Profissional da Saúde/Registro ou Clinica de saúde/Hospital
4302-8	Amanda Lopes Ribeiro	14/10/2026	01	Almir Araújo Marques CRM RS 45.104

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 14/10/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,
IBIRAIARAS, 16 DE OUTUBRO DE 2026.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em 16 de outubro de 2026.

MARCELA DE SOUSA CARVALHO
Secretária da Administração e Planejamento

Publicado por:
Ivaneza Simioni
Código Identificador:4FEACD32

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2026

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 002/2026

Contratado: **LICITOCON CONSULTORIA EM LICITAÇÕES LTDA,** CNPJ sob o nº 43.222.831/0001-10. **Objeto**: Acordam e ajustam os CONTRATANTES, por necessidade e conveniência administrativa o acréscimo quantitativo dos serviços contratados, com a ampliação da carga horária de apoio administrativo especializado remoto de 7 (sete) para 10 (dez) horas semanais e a consequente readequação do valor contratual de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para R$ 3.125,00 (três mil, cento e vinte e cinco reais) mensais, nos termos do art. 126 da Lei nº 14.133/2021.

Gabinete da Presidência, em 16 de outubro de 2026.

VER. CRISTIANO ANDRÉ DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Fabiano André Hendges
Código Identificador:10A6F2A1

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 5.052/2026

Dispõe sobre as matrículas e rematrículas no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Ibirubá para o Ano Letivo 2027 e dá outras providências.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita de Ibirubá – RS, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 68, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, de 03 de abril de 1990 e suas alterações, e
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o processo de matrícula e rematrícula dos estudantes da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2027;
CONSIDERANDO a importância de assegurar transparência, equidade e o direito à educação pública de qualidade;
CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Municipal nº 2.389/2011 e suas alterações e demais normas aplicáveis ao Sistema Municipal de Ensino;
D E C R E T A:

Art. 1º Este Decreto regulamenta o processo de matrícula, rematrícula, transferência, classificação e distribuição de vagas para o ano letivo de 2027 na Rede Municipal de Ensino de Ibirubá, abrangendo:
I – Educação Infantil – Creche e Pré-Escola;
II – Ensino Fundamental;
III – Ensino Fundamental em Tempo Integral;
IV – Ensino Fundamental – Modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA.
Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:
I – **Matrícula**: o ato formal que efetiva o ingresso de novo estudante na Rede Municipal de Ensino;
II – **Rematrícula**: o procedimento de renovação da matrícula dos estudantes já vinculados à Rede Municipal de Ensino, com a finalidade de garantir a continuidade dos estudos no ano letivo subsequente **na mesma Unidade Escolar**;
III – **Transferência**: o procedimento destinado ao estudante já matriculado na Rede Municipal de Ensino, que pretenda mudança de Unidade Escolar;
IV – **Vaga nova**: a vaga disponibilizada para ingresso de estudante na Rede Municipal de Ensino, observada a disponibilidade existente após os procedimentos de Rematrícula e Transferência;
V – **Central de Vagas**: o serviço vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto – SECTD responsável pelo recebimento, organização, classificação e encaminhamento das solicitações de vagas, conforme os critérios estabelecidos neste Decreto.
Art. 3º O cronograma de Matrículas e Rematrículas para o ano letivo de 2027 seguirá as seguintes etapas:
I – Rematrículas e atualização de dados: de 03 a 09 de novembro de 2026;
II – Transferências: de 10 a 13 de novembro de 2026;
III – Publicação das vagas disponíveis para alunos novos na Rede Municipal de Ensino: 18 de novembro de 2026;
IV – Matrículas novas nas Creches e Escolas da Rede Municipal de Ensino: de 23 a 27 de novembro de 2026;
V – Matrículas para a Educação de Jovens e Adultos – EJA: de 30 de novembro a 03 de dezembro de 2026;
VI – Matrículas novas na Central de Vagas: a partir de 07 de dezembro de 2026, destinadas às solicitações realizadas após os períodos estabelecidos nos incisos anteriores.
§ 1º A divulgação da quantidade de vagas disponíveis para alunos novos será realizada na página oficial da Prefeitura Municipal de Ibirubá.
Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto – SECTD coordenar o processo de matrícula, rematrícula, transferência e distribuição das vagas na Rede Municipal de Ensino, sendo responsável por:
I – Divulgar, por meio de Edital e dos canais oficiais do Município, as vagas disponíveis, os prazos, a documentação exigida e as demais orientações;
II – Coordenar a Central de Vagas;
III – Organizar e classificar as solicitações de vagas novas;
IV – Acompanhar a disponibilidade de vagas nas Unidades Escolares;
V – Orientar as equipes diretivas quanto aos procedimentos relativos às matrículas e rematrículas;
VI – Proceder ao encaminhamento dos estudantes às Unidades Escolares, conforme a disponibilidade de vagas e os critérios previstos neste Decreto;
VII – analisar, por meio da Central de Vagas, os casos excepcionais e as situações não previstas, em conjunto com a Unidade Escolar envolvida, quando necessário.
Art. 5º As solicitações de vagas novas serão organizadas e classificadas pela SECTD, por meio da Central de Vagas, observada a disponibilidade de atendimento da Rede Municipal de Ensino, após o cronograma conforme o Art. 3º.
§ 1º Para classificação das solicitações, serão considerados, conforme a etapa e a modalidade de ensino, os seguintes critérios:
I – Exercício profissional no município de trabalho;
II - Zoneamento escolar, considerando a proximidade entre a residência do estudante e a Unidade Escolar;
III – Existência de irmão que frequente o mesmo estabelecimento de ensino, quando atendidos os requisitos previstos na legislação;
IV – Situação de risco ou vulnerabilidade social, devidamente comprovada ou acompanhada pelos órgãos competentes;
V – crianças e estudantes com deficiência e/ou Transtorno do Espectro Autista – TEA, observadas suas necessidades específicas e a organização da Rede Municipal de Ensino;
VI – Pertencimento da família a programas de transferência de renda, quando devidamente comprovado;
VII – Residência no território do Município de Ibirubá;
VIII – Ordem cronológica da solicitação da vaga, conforme data e horário do respectivo cadastro.
§ 2º A aplicação dos critérios deverá observar a etapa de ensino, as particularidades do estudante, a disponibilidade de vagas e a legislação vigente.
§ 3º O critério relativo à existência de irmãos observará o disposto no inciso V do art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que assegura vaga no mesmo estabelecimento aos irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo da educação básica.
Art. 6º Em caso de empate após a aplicação dos critérios previstos no artigo anterior, serão considerados, sucessivamente:
I – Situação de vulnerabilidade social;
II – Existência de irmão matriculado no mesmo estabelecimento, observados os requisitos legais;
III - Zoneamento escolar;
IV – Exercício profissional no município de trabalho;
V – Ordem cronológica da solicitação da vaga.
Parágrafo único. Persistindo o empate, a situação será analisada pela Central de Vagas, observados o direito à educação, a disponibilidade da Rede Municipal de Ensino e as particularidades do caso concreto.
Art. 7º Estudantes que já frequentam a Rede Municipal de Ensino e permanecerão na mesma Unidade Escolar terão sua **Rematrícula garantida**, mediante **assinatura dos pais e/ou responsáveis** e atualização dos dados, no período estabelecido por este Decreto e pelo Edital.
Art. 8º O estudante da Rede Municipal de Ensino que desejar mudar de Unidade Escolar, bem como aquele que concluir a última etapa ofertada na Unidade Escolar de origem e necessitar prosseguir os estudos em outra instituição da Rede, deverá realizar Transferência.
§ 1º As solicitações previstas neste artigo observarão os prazos, critérios de classificação e disponibilidade de vagas aplicáveis aos demais candidatos.
Art. 9º Nas Creches e Escolas Municipais de Educação Infantil, o atendimento em turno integral ocorrerá, em regra, das 7h às 18h, observada a organização de cada Unidade Escolar e a disponibilidade de vagas.
§ 1º Para a distribuição das vagas de atendimento em turno integral serão considerados, especialmente:
I – Comprovação de atividade laboral dos pais ou responsáveis legais;
II – Situação de vulnerabilidade socioeconômica da criança e de sua família;

III – situações de risco ou necessidade de proteção, quando devidamente comprovadas ou acompanhadas pelos órgãos competentes;
IV – Disponibilidade de vagas e capacidade de atendimento da Unidade Escolar.
§ 2º A comprovação de atividade laboral poderá ser realizada mediante carteira de trabalho, declaração do empregador, comprovante de atividade profissional ou outro documento idôneo que demonstre a necessidade do atendimento em turno integral.
§ 3º Os critérios de prioridade para o atendimento integral serão aplicados aos pais ou responsáveis legais sem distinção de gênero, consideradas as diferentes configurações familiares e situações sociais.
§ 4º A concessão da vaga em turno integral estará condicionada à disponibilidade da Rede Municipal de Ensino e não decorrerá exclusivamente da matrícula da criança na Unidade Escolar.
O Edital estabelece expressamente que o Decreto regulamente a prioridade do turno integral considerando trabalho dos responsáveis, vulnerabilidade socioeconômica, capacidade da Rede e aplicação dos critérios sem distinção de gênero.
Art. 10. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Hermany ofertará Educação em Tempo Integral para a Pré-Escola – 5 anos – e para o 1º, 2º, 3º e 4º anos do Ensino Fundamental, conforme organização e disponibilidade da Rede Municipal de Ensino.
§ 1º A carga horária diária do Ensino Fundamental em Tempo Integral será de 7 (sete) horas, de segunda à sexta-feira.
§ 2º Para matrícula na Educação em Tempo Integral, o estudante deverá possuir disponibilidade para permanência na Unidade Escolar durante a jornada prevista e participar das atividades curriculares e complementares integrantes da proposta pedagógica.
Essas condições estão previstas no Edital para a EMEF Hermany.
Art. 11. A data de corte etário para ingresso na Educação Infantil e no Ensino Fundamental será 31 de março de 2027, observando-se:
I – Creche: crianças de 4 meses a 3 anos completos até 31 de março de 2027;
II – Pré-Escola: crianças de 4 e 5 anos completos até 31 de março de 2027;
III – 1º Ano do Ensino Fundamental: crianças com 6 anos completos até 31 de março de 2027.
As faixas etárias correspondem às estabelecidas pelo Edital.
Art. 12. A documentação exigida para matrícula e rematrícula será definida no Edital de Chamamento Público específico, observadas as disposições da Lei Federal nº 9.394/1996, do Estatuto da Criança e do Adolescente e das demais legislações pertinentes.
Parágrafo único. A ausência de documento sujeito à complementação será tratada de acordo com a legislação aplicável e as orientações da SECTD, preservado o direito à educação e sem prejuízo das comunicações legalmente exigidas.
Art. 13. Encerrados os períodos estabelecidos no cronograma, as solicitações de ingresso na Rede Municipal de Ensino ou de mudança de Unidade Escolar deverão ser realizadas junto à Central de Vagas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto, a partir de 07 de dezembro de 2026.
§ 1º O atendimento das solicitações posteriores ao cronograma estará condicionado à existência de vagas e à organização da Rede Municipal de Ensino.
§ 2º Na inexistência de vaga na Unidade Escolar pretendida, a Central de Vagas orientará o responsável quanto às possibilidades de atendimento existentes na Rede Municipal de Ensino.
§ 3º O registro da solicitação na Central de Vagas não constitui garantia de vaga em Unidade Escolar específica, preservado o direito à educação obrigatória nos termos da legislação vigente.
Art. 14. As Unidades Escolares deverão acompanhar o processo de rematrícula e atualização cadastral dos estudantes já pertencentes à Rede Municipal de Ensino.
§ 1º Os responsáveis pelos estudantes infrequentes ou com Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente – FICAI deverão comparecer para atualização cadastral, ciência da situação e acompanhamento das ações pedagógicas e de Busca Ativa.
§ 2º O não comparecimento do responsável não extingue o direito do estudante à educação pública, podendo, contudo, implicar perda da preferência de vaga na Unidade Escolar de origem, assegurada vaga na Rede Municipal de Ensino conforme disponibilidade.
§ 3º Os estudantes com FICAI em aberto terão vaga assegurada na Rede Municipal de Ensino, sem garantia de permanência na Unidade Escolar de origem, salvo determinação formal por via legal.
As regras acompanham o tratamento da rematrícula e da infrequência estabelecido no Edital.
Art. 15. A matrícula fora dos prazos estabelecidos poderá ser realizada conforme disponibilidade de vagas, observados os critérios deste Decreto e as orientações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto.
Art. 16. A abertura de novas turmas, novos turnos ou a reorganização das turmas existentes dependerá de autorização da SECTD, observados a demanda, a capacidade física das Unidades Escolares, os recursos humanos disponíveis e os parâmetros de atendimento estabelecidos pela Rede Municipal de Ensino.
Art. 17. Os casos excepcionais e as situações não previstas neste Decreto serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto, por meio da Central de Vagas, em conjunto com a Unidade Escolar envolvida, quando necessário.
Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ/RS, 16 de outubro de 2026.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH,
Prefeita Municipal.

Registre-se e Publique-se.
Cumpra-se.

EVERTON LAGEMANN,
Secretário da Administração e Planejamento.

Publicado por:
Daniel Brune
Código Identificador:0E9E1F35

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 018/2026

DIVULGA CHAMADA PÚBLICA DE MATRÍCULAS E REMATRÍCULAS PARA O ANO LETIVO DE 2027.

A PREFEITA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e em obediência ao que determinam os Artigos 29, 30 e incisos I e II do Art. 31 da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Infantil, bem como os artigos 32 a 34 e incisos, que dispõem sobre o Ensino Fundamental, e conforme a Lei Municipal nº 2.389/2011 e suas alterações, que institui o Sistema Municipal de Ensino do Município de Ibirubá, com base nas Resoluções nº 07/2010 e nº 01/2024 do Conselho Nacional de Educação,

REDE PÚBLICA:
– Federal: conforme cronograma de normas emanadas pelo órgão mantenedor.
– Estadual: conforme cronograma de normas emanadas pelo órgão mantenedor.
– Privada: conforme cronograma de normas emanadas pelo órgão mantenedor.
– Municipal: conforme cronograma de normas emanadas pelo órgão mantenedor, que segue abaixo:

R E S O L V E:

Art. 1º Proceder à chamada pública de estudantes para o preenchimento de vagas na Educação Infantil (Creches e EMEIs), Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) das Escolas Municipais de Ibirubá, garantindo o direito à educação básica pública e gratuita, em conformidade com a legislação vigente.
Art. 2º É de responsabilidade dos Diretores das Unidades Escolares e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto realizar o acompanhamento de todos os processos da Chamada

Pública de ingresso, rematrícula e vagas novas da Rede Pública Municipal.

Parágrafo único. Cabe à equipe diretiva orientar professores e funcionários da Unidade Escolar, colaborando com a comunidade escolar na divulgação das normas e procedimentos contidos neste Edital e no Decreto Municipal regulamentador.

Art. 3º A Chamada Pública de ingresso e matrícula escolar da Rede Municipal se aplicará às seguintes etapas e modalidades:

I – Educação Infantil – Creche e Pré-Escola;

II – Ensino Fundamental;

III – Ensino Fundamental em Tempo Integral;

IV – Ensino Fundamental – Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Art. 4º A data de corte etário para ingresso na Educação Infantil e no Ensino Fundamental será 31 de março de 2027, conforme segue:

a) Creche: 4 (quatro) meses à 3 (três) anos completos até 31/03/2027.

b) Pré-Escola: 4 (quatro) e 5 (cinco) anos completos até 31/03/2027.

c) 1º Ano do Ensino Fundamental: 6 (seis) anos completos até 31/03/2027.

DA REMATRÍCULA E DA INFREQUÊNCIA

Art. 5º Estudantes que já frequentam a Rede Municipal de Ensino e permanecerão na mesma Unidade Escolar terão sua **Rematrícula garantida**, mediante **assinatura dos pais e/ou responsáveis** e atualização dos dados, no período estabelecido conforme Cronograma do Art. 8º deste Edital.

Art. 6º A Rematrícula dos estudantes para o Ano Letivo de 2027 será presencial nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e observará as seguintes situações:

I – Estudantes com frequência igual ou superior a 75%: confirmação, pelos responsáveis, da permanência na mesma instituição mediante atualização cadastral presencial;

II – Estudantes infrequentes ou com FICAI: comparecimento presencial dos responsáveis para atualização cadastral, ciência da situação e acompanhamento das ações pedagógicas e de Busca Ativa;

III – o não comparecimento dos responsáveis não extingue o direito à educação pública, podendo implicar perda da preferência de vaga na Unidade Escolar de origem, assegurada vaga na Rede Municipal conforme disponibilidade, com adoção das providências de Busca Ativa e comunicação aos órgãos competentes, quando cabível.

§ 1º A rematrícula deverá ser confirmada mediante apresentação de documento de identificação com foto, comprovante de residência do responsável legal e atualização cadastral.

§ 2º Em caso de infrequência, a Unidade Escolar deverá registrar, quando houver, o número da Ficha de Comunicação de Aluno(a) Infrequente – FICAI e a data de encaminhamento.

§ 3º Estudantes com FICAI em aberto terão vaga assegurada na Rede Municipal, sem garantia de permanência na Unidade Escolar de origem, salvo determinação formal por via legal.

§ 4º A Unidade Escolar poderá convocar os responsáveis, a qualquer momento do ano letivo de 2027, para atualização de dados cadastrais.

Art. 7º Na EJA, a caracterização de abandono deverá observar ausência injustificada por 7 (sete) dias letivos consecutivos ou infrequência imotivada acumulada superior a 25% da carga horária semestral, precedida de ações de Busca Ativa e notificação ao estudante, assegurando prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação.

DO CRONOGRAMA:

Art. 8º O processo de matrículas para 2027 será organizado da seguinte forma:

• Rematrículas e atualização de dados: 03 a 09 de novembro de 2026.

• Transferências internas (Rede Municipal): 10 a 13 de novembro de 2026.

• Publicação de vagas disponíveis para alunos novos na Rede Municipal de Ensino: 18 de novembro de 2026.

• Matrículas novas nas creches e escolas da rede municipal: 23 a 27 de novembro de 2026.

• Matrículas para EJA: 30 de novembro a 03 de dezembro de 2026.

• Resumindo:

Art. 9º A relação estimada e, posteriormente, o saldo real de vagas disponíveis serão divulgados nos canais oficiais da Prefeitura Municipal, após a apuração correspondente a cada etapa do cronograma.

Art. 10. As solicitações de vagas novas serão classificadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto (SECTD), por meio da Central de Vagas, conforme critérios e procedimentos estabelecidos em Decreto Municipal regulamentador, a partir de 07 de dezembro de 2027, encerrados os períodos previstos no cronograma do Art. 8º.

Art. 11. Os casos excepcionais ou situações não previstas no cronograma serão analisados pela Central de Vagas e pela SECTD, em conjunto com a instituição de ensino envolvida, quando necessário.

DA DOCUMENTAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS DE MATRÍCULA

Art. 12. Os pais ou responsáveis deverão comparecer presencialmente para a efetivação da matrícula de ingresso na Rede Municipal de Ensino, com a documentação necessária.

Art. 13. Constituem documentos para matrícula, conforme a situação do estudante:

I – CPF e certidão de nascimento ou carteira de identidade do(a) estudante;

II – CPF e documento de identificação do(a) responsável;

III – comprovante de residência;

IV – Foto 3x4;

V – Histórico Escolar e/ou Guia de Transferência, quando cabível, a serem apresentados na etapa de efetivação em janeiro de 2027;

VI – Relatório de Desenvolvimento da Educação Infantil, quando cabível;

VII – carteira de vacinação e atestado de vacina atualizado, conforme legislação vigente;

VIII – laudo médico com CID, quando necessário;

IX – Cartão do SUS;

X – Comprovante de guarda ou tutela, quando necessário;

XI – documento referente à restrição alimentar, acompanhado de laudo médico, quando necessário;

XII – comprovante de Bolsa Família, se houver;

XIII – para atendimento em turno integral nas creches, comprovante de trabalho dos responsáveis, quando exigido para aplicação dos critérios de prioridade.

Parágrafo único. A ausência de documentação sujeita a complementação deverá ser tratada conforme a legislação aplicável e as orientações da SECTD, sem prejuízo das comunicações obrigatórias aos órgãos competentes.

Art. 14. No ato da rematrícula e da matrícula, o(a) responsável ou o(a) estudante, quando maior, deverá declarar seu pertencimento étnico-racial.

Parágrafo único. A informação será de responsabilidade do(a) estudante a partir dos 16 anos.

Art. 15. As Unidades Escolares deverão organizar o atendimento conforme seu horário de funcionamento, assegurado o plantão noturno previsto neste Edital para as escolas que ofertam EJA.

DOS PARÂMETROS DE ATENDIMENTO E DA ENTURMAÇÃO

Art. 16. A Educação Infantil e o Ensino Fundamental observarão os seguintes parâmetros de organização das turmas:

a) Berçário I – 4 a 11 meses e 29 dias: 5 a 12 crianças;

b) Berçário II – 12 a 23 meses e 29 dias: 8 a 15 crianças;

c) Maternal I – 2 a 2 anos e 11 meses: 9 a 15 crianças;

d) Maternal II – 3 a 3 anos e 11 meses: 10 a 20 crianças;

e) Jardim (4 a 5 anos): 12 a 25 crianças;

f) Pré-Escolar (5 a 6 anos incompletos): 12 a 25 crianças;

g) 1º e 2º Ano – 12 a 25 alunos;

h) 3º ao 5º Ano – 14 a 26 alunos;

i) 6º ao 9º Ano – 16 a 30 alunos.

Parágrafo único. Na Pré-Escola, no Ensino Fundamental e na Modalidade EJA, quando houver turma com número inferior a 10 estudantes, poderá ser realizada enturmação, assegurado o suporte pedagógico contínuo e, quando necessário em razão da reorganização escolar, o transporte escolar gratuito, conforme as normas da Rede Municipal de Ensino.

DAS MODALIDADES E DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Art. 17. Nas Creches, o atendimento em tempo integral ocorrerá, em regra, das 7h às 18h, observada a organização de cada Unidade Escolar.

§ 1º A prioridade para as vagas de turno integral observará os critérios definidos em Decreto Municipal regulamentador, considerando, entre outros elementos, a comprovação de trabalho dos pais ou responsáveis legais e a situação de vulnerabilidade socioeconômica.

§ 2º Para fins de isonomia, os critérios de prioridade deverão ser aplicados aos pais ou responsáveis legais, sem distinção de gênero, observadas as situações familiares e sociais previstas na regulamentação.

§ 3º A oferta em tempo integral observará a disponibilidade de vagas, a capacidade de atendimento da Rede e a regulamentação municipal.

Art. 18. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Hermany ofertará Educação em Tempo Integral para a Pré-Escola (5 anos) e para o 1º, 2º, 3º e 4º anos do Ensino Fundamental, conforme organização da Rede.

§ 1º A carga horária diária do Ensino Fundamental em Tempo Integral será de 7 (sete) horas, de segunda à sexta-feira.

Art. 19. Para matrícula na EMEF Hermany em Tempo Integral, os(as) candidatos(as) deverão observar:

I – Disponibilidade para permanência na Unidade Escolar durante a jornada diária prevista;

II – Cumprimento das normas internas da escola e das diretrizes da SECTD referentes ao funcionamento do Tempo Integral;

III – Participação nas atividades curriculares e complementares previstas na organização pedagógica da escola.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. A matrícula é obrigatória para toda criança a partir dos 4 (quatro) anos de idade, conforme a legislação vigente.

Art. 21. O não comparecimento dos pais ou responsáveis nos prazos estabelecidos será tratado conforme a etapa, a modalidade e a situação do estudante, preservado o direito à educação obrigatória e observados os critérios de organização e disponibilidade de vagas da Rede.

Art. 22. As escolas municipais seguirão as orientações da SECTD quanto à lotação, aos critérios de atendimento e à organização das turmas.

Art. 23. O horário geral de atendimento para matrículas nas Creches e Escolas será das 8h às 11h e das 14h às 17h; e para matrículas na modalidade EJA, será das 19h às 21h.

Art. 24. O oferecimento de novas turmas ou turnos depende de autorização da SECTD.

Art. 25. O período de adaptação e pós-adaptação de crianças com TEA será analisado com a família, em articulação com o Núcleo de Educação Inclusiva e Diversidade.

Art. 26. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ/RS, em 16 de outubro de 2026.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH,
Prefeita Municipal.

Registre-se e Publique-se.
Cumpra-se.

EVERTON LAGEMANN,
Secretário da Administração e Planejamento.

Publicado por:
Daniel Brune
Código Identificador:188D1110

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 028/2026

Edital de convocação de candidatos aprovados em Concurso Público instituído pelo Edital nº 006/2023 e o Edital nº 022/2023.

A PREFEITA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ, Estado do Rio Grande do Sul, **JAQUELINE BRIGNONI WINSCH**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO,** para conhecimento dos interessados, aprovados em Concurso Público, instituído pelo Edital nº 006/2023 e o Edital nº 022/2023, que homologa a classificação final, que deverão comparecer e apresentar-se formalmente no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirubá/RS, na Rua Tiradentes, nº 700 - Centro, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação do presente Edital, conforme item 10.3 do Edital nº 06/2023.

Nº Inscrição	Cargo	Candidato(a)	Classifi- cação
010215	Prof. De Educação Infantil	TATIANE MOSSOLIN	16º

O não comparecimento, no prazo determinado (10 dias úteis), será entendido como desistência dos candidatos e torna sem efeito a Portaria de Nomeação no respectivo cargo. No caso de comparecimento e apresentação dos documentos exigidos, a posse dar-se-á no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do ato de nomeação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ/RS, em 16 de outubro de 2026.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH,
Prefeita Municipal.

Registre-se. Publique-se.
Cumpra-se

EVERTON LAGEMANN,
Secretário da Administração e Planejamento.

Publicado por:
Daniel Brune
Código Identificador:BB4170B7

GABINETE DA PREFEITA
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO SEM DISPUTA

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita, à vista dos autos ora analisados, HOMOLOGA E ADJUDICA a Dispensa de Licitação 189-2026 – Processo 339-2026, Processo APROVA 6175-26-IBR-CLI, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei Federal, nº 14133/21, para fins de contratação da empresa 21.449.469 ANDREIA ROTHER – CNPJ 21.449.469/0001-82, para aquisição de três (03) guirlandas natalinas artesanais, confeccionadas sob medida para os pórticos de acesso ao Município de Ibirubá, pelo valor total de R$ 6.560,000 (Seis mil, Quinhentos e Sessenta reais), conforme documentos e solicitação da Secretaria De Educação, Cultura, Turismo E Desporto em conformidade com o Parecer Jurídico Referencial n.º 004-2025.

Ibirubá - RS, 16 de outubro de 2026.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH
Prefeita

Publicado por:
Adilson de Oliveira
Código Identificador:B517654F

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 18.784/2026 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Designar servidores como fiscais da Ata de Registro de Preços nº 61-2026 vinculada ao Pregão Eletrônico nº 68-2026.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita de Ibirubá - RS, no uso de suas atribuições legais, contidas no artigo 68, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 03 de abril de 1990 e suas alterações e de acordo com a Lei Federal 14.133/2021,

R E S O L V E

Art. 1º - Designar os servidores relacionados a seguir**, como fiscais (titular e suplente),** da Ata de Registro de Preços nº 61-2026 vinculado ao Pregão Eletrônico nº 68-2026, conforme segue:

Fiscal Titular: Luana Bohrz
Fiscal Suplente: Roberta Suelen Ahlert Durigon

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ - RS, em 15 de outubro de 2026.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH,
Prefeita.

Registre-se, Publique-se,
Cumpra-se.

EVERTON LAGEMANN,
Secretário da Administração e Planejamento.

Publicado por:
Franciele Elisa Cornelius
Código Identificador:CB694E56

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 18.785/2026 DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

Designar servidores como fiscais do Contrato nº 170-2026 vinculado ao Edital de Chamamento Público nº 04-2025 do COMAJA.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita de Ibirubá - RS, no uso de suas atribuições legais, contidas no artigo 68, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 03 de abril de 1990 e suas alterações e de acordo com a Lei Federal 14.133/2021,

R E S O L V E

Art. 1º - Designar os servidores relacionados a seguir**, como fiscais (titular e suplente),** do Contrato nº 170-2026 vinculado ao Edital de Chamamento Público nº 04-2025 do COMAJA, conforme segue:

Fiscal Titular: Enio Braatz
Fiscal Suplente: Elias Portella Ponsoni

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 16 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ - RS, em 16 de outubro de 2026.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH,
Prefeita.

Registre-se, Publique-se,
Cumpra-se.

EVERTON LAGEMANN,
Secretário da Administração e Planejamento.

Publicado por:
Franciele Elisa Cornelius
Código Identificador:3CA529EF

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 18.791/2026

Nomeia TATIANE MOSSOLIN, no cargo de Professora de Educação Infantil.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita Municipal de Ibirubá/RS, no uso de suas atribuições legais contidas no artigo 68, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 03 de abril de 1990 e suas alterações, e de acordo com as Leis Complementares nº 246/2024 e 009/2003 e suas alterações,

R E S O L V E

Art. 1º - Nomear **TATIANE MOSSOLIN,** a contar de 16 de outubro de 2026, regime estatutário, 22 horas semanais, no cargo de **PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, classificada em 16º lugar no Concurso Público Municipal, instituído pelo Edital nº 006/2023 e o Edital nº 022/2023, que homologa a classificação final, conforme Lei Complementar nº 246/2024 e 009/2023 e suas alterações.
Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 16 de outubro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ/RS, em 16 de outubro de 2026.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH,
Prefeita Municipal.

Registre-se e Publique-se.
Cumpra-se.

EVERTON LAGEMANN,
Secretário da Administração e Planejamento.

Publicado por:
Daniel Brune
Código Identificador:585ACE03

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita, à vista dos autos ora analisados, HOMOLOGA o **CREDENCIAMENTO** de leiloeiros públicos oficiais, devidamente matriculados na Junta Comercial competente, para a prestação de serviços especializados na organização, preparação e realização de leilões públicos destinados à alienação de bens patrimoniais móveis e imóveis inservíveis pertencentes ao Município de Ibirubá/RS, conforme demanda e mediante autorização prévia do setor responsável, conforme Edital de Chamamento Público n° 03-2026 e seus anexos, habilitando o leiloeiro: **LORRANA RAMOS MENDES GOTARDO – CPF: 169.578.***-**,** para o item 01 do edital, tudo em perfeita legalidade, obedecidas em especial, os preceitos da Lei Federal Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

Ibirubá-RS, 16 de outubro de 2026.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH
Prefeita

Publicado por:
Daniel Rodrigues da Silva
Código Identificador:D29C7C70

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita, à vista dos autos ora analisados, HOMOLOGA o **CREDENCIAMENTO** de leiloeiros públicos oficiais, devidamente matriculados na Junta Comercial competente, para a prestação de serviços especializados na organização, preparação e realização de leilões públicos destinados à alienação de bens patrimoniais móveis e imóveis inservíveis pertencentes ao Município de Ibirubá/RS, conforme demanda e mediante autorização prévia do setor responsável, conforme Edital de Chamamento Público n° 03-2026 e seus anexos, habilitando o leiloeiro: **EDUARDO FRONZA DE FARIAS – CPF: 012.305***-**,** para o item 01 do edital, tudo em perfeita legalidade, obedecidas em especial, os preceitos da Lei Federal Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

Ibirubá-RS, 16 de outubro de 2026.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH
Prefeita

Publicado por:
Adilson de Oliveira
Código Identificador:72001EE3

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita, à vista dos autos ora analisados, HOMOLOGA o **CREDENCIAMENTO** de leiloeiros públicos oficiais, devidamente matriculados na Junta Comercial competente, para a prestação de serviços especializados na organização, preparação e realização de leilões públicos destinados à alienação de bens patrimoniais móveis e imóveis inservíveis pertencentes ao Município de Ibirubá/RS, conforme demanda e mediante autorização prévia do setor responsável, conforme Edital de Chamamento Público n° 03-2026 e seus anexos, habilitando o leiloeiro: **RUAM CARLOS CHAVES GOTARDO – CPF: 163.053***-**,** para o item 01 do edital, tudo em perfeita legalidade, obedecidas em especial, os preceitos da Lei Federal Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

Ibirubá-RS, 16 de outubro de 2026.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH
Prefeita

Publicado por:
Daniel Rodrigues da Silva
Código Identificador:2A225FE7

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE 1ºADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 108-2025 COOPERATIVA DE PEQUENOS AGROPECUARISTAS DE IBIRUBÁ - COOPEAGRI

Contratante: Prefeitura Municipal de Ibirubá
Objeto: Fica acrescido os quantitativos dos gêneros alimentícios descritos no projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, no valor total estimado de R$ 14.902,44 (quatorze mil, quatrocentos e nove reais e seis centavos).
Vinculado a Chamada Pública nº 001-2025
Itens: 8, 11, 12, 16, 22, 24, 25, 29, 32 e 33
Contratada: COOPERATIVA DE PEQUENOS AGROPECUARISTAS DE IBIRUBÁ - COOPEAGRI
CNPJ 04.355.355/0007-40

Publicado por:
Franciele Elisa Cornelius
Código Identificador:4C9250E6

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61-2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68-2026

Contratante: Prefeitura Municipal de Ibirubá
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento, aplicação de granulado de borracha e escovação de gramados sintéticos, conforme condições, especificações técnicas e quantitativos estabelecidos visando atender às necessidades permanentes de manutenção preventiva e corretiva das quadras esportivas municipais, conforme exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 68/2026.
Vinculado ao Pregão Eletrônico nº 68-2026
Contratada: **EURO GRASS BR GRAMADOS SINTETICOS LTDA**
CNPJ: 22.599.861/0001-70
Lote: 1
Valor estimado: R$ 106.400,00

Publicado por:
Franciele Elisa Cornelius
Código Identificador:8C05E880

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO 170-2026 DUTRA E NICOLODI LTDA – VINCULADA AO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 4-2025 - COMAJA

Contratante: Prefeitura Municipal de Ibirubá
Objeto: prestação de serviços de horas-máquina através de licitação compartilhada do CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DO ALTO JACUÍ E ALTO DA SERRA BOTUCARAÍ/RS – COMAJA - CNPJ 03.656.200/0001-95, através do CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 4/2025, TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 111/2026 e proposta apresentada para contratação de escavadeira hidráulica para execução serviços de manutenção e recuperação da tubulação na localidade de Linha Cinco, interior do Município de Ibirubá/RS, cfe. solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Viação.
Vinculado ao Chamamento Público nº 04-2025 COMAJA
Contratada: **DUTRA E NICOLODI LTDA**
CNPJ: 02.144.031/0001-41
Valor: R$ **11.213,20**

Publicado por:
Franciele Elisa Cornelius
Código Identificador:1295D2D0

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO 1º ADITIVO A ATA Nº 41-2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51-2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de Ibirubá
Objeto: Fica prorrogada, pelo período de 15/10/2026 a 15/04/2027, a validade da Ata de Registro de Preços nº 41-2025 para futura e eventual aquisição de troféus e medalhas para a realização das diversas premiações que fazem parte do cronograma de eventos e projetos dos departamentos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto, de forma parcelada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 51/2025, ficando alterado, o valor unitário dos itens, eis que sofreram o reajuste do INPC acumulado dos últimos 12 (doze) meses de 4,29%.
Vinculado ao Pregão Eletrônico PMI 51-2025

Empresa: WPPT CONFECÇÕES LTDA
CNPJ: 45.438.114/0001-56
Lotes: 1, 2, 3, 5
Valor R$ 56.335,65

Empresa: PARASOU E-COMMERCE LTDA
CNPJ 24.241.038/0001-14
Lotes: 4, 6, 7, 8, 9
Valor R$ 68.267,95

Empresa: DSP BRINDES PERSONALIZADOS LTDA
CNPJ 55.358.183/0001-03
Lotes: 10, 11, 12

Publicado por:
Franciele Elisa Cornelius
Código Identificador:70608105

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 01-24 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01-2024

Contratante: Prefeitura Municipal de Ibirubá
Objeto: Altera a Cláusula Segunda e Terceira do contrato de locação de imóvel com 230,30m², situado na Rua George Walter Dürr, nº 559, destinado ao funcionamento da Creche Pôr-do-Sol, sendo prorrogado o prazo de vigência do mesmo, até 31/10/2027, passando a ser pago o valor mensal de R$ 6.184,40 – reajuste do INPC de 4,29%.
Vinculado a Inexigibilidade de Licitação 01-2024

Locador: ZENO BINSFELD
CPF sob nº ***.061.460-**

Publicado por:
Franciele Elisa Cornelius
Código Identificador:3B2F5B4F

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EXTRATO DOS TERMOS DE CREDENCIAMENTO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 003-2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 134-2026
Contratada: **LORRANA RAMOS MENDES GOTARDO**
CPF: ***.578.857.-**
Objeto: A presente contratação tem como objeto a realização, pelo CONTRATADO, de leilão para venda de bens móveis e imóveis inservíveis diversos (veículos, mobiliário, equipamentos e outros), de propriedade da CONTRATANTE e demais detalhamentos e condições constantes na ata de avaliação dos bens.
Prazo: 16/10/2026 a 15/10/2027.

Publicado por:
Franciele Elisa Cornelius
Código Identificador:08122806

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO INEXIGIBILIDADE Nº 58-2026 PROCESSO APROVA Nº 6189-26 EXTRATO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO N° 11/2026 PROCESSO 340-2026

O Município de Ibirubá/RS, por meio do Setor de Licitações, torna público que está procedendo o **CHAMAMENTO PÚBLICO**, a qualquer tempo, durante horário de expediente do Município, para fins de **CREDENCIAMENTO** de instituições especializadas para prestação de serviços de acolhimento institucional, em regime de abrigo, destinados a crianças e adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 0 e 18 anos incompletos, em situação de risco pessoal e/ou social, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, conforme demanda e mediante autorização prévia do setor responsável. Os interessados deverão acessar o site www.ibiruba.rs.gov.br (Acesso rápido – Portal da Transparência - Licitações – Modalidades de Licitação – Credenciamento – selecionar o edital desejado) e baixar de forma gratuita o edital e seus anexos. Demais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações, fone (54) 3324 – 8500 – Ramal 8511.

Ibirubá/RS, 16 de outubro de 2026.

DANIEL RODRIGUES DA SILVA

ADILSON DE OLIVEIRA

ALEXANDRE BOHRZ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Publicado por:
Daniel Rodrigues da Silva
Código Identificador:9482B136

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE EXTRATO INEXIGIBILIDADE Nº0050/2026 - FAMURS

Prefeitura Municipal de Imbé/RS

Extrato de Inexigibilidade nº0050/2026

Contratado: CENTRALINK EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA

Objeto: Aquisição material didático Pedagógico Maxi Sistema de Ensino para as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, para complementar a Proposta Educativa do município.
Valor: R$ 324.380,00

Informações no Deptº de Licitações – Fone: (51) 3627-8201 ramais 307 e 308, e-mail licitacao@imbe.rs.gov.br.

Imbé, 16 de Outubro de 2026.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Medeiros Tomaz
Código Identificador:0F57C72A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO MUNICIPAL Nº 4.585, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

"ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 4.449, DE 24 DE OUTUBRO DE 2025, NOS DISPOSITIVOS QUE MENCIONA."

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o *caput* do Art. 6º do Decreto Municipal nº 4.449, de 24 de outubro de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"***Art. 6º*** *Considerando os festejos alusivos ao* ***DIA DO SERVIDOR PUBLICO****, fica instituído* ***PONTO FACULTATIVO*** *nos serviços da Prefeitura Municipal, não havendo expediente no dia 30 de outubro de 2026, sexta-feira, em substituição ao dia 28 de outubro.*
..."

Art. 2º Fica alterada a data do Ponto Facultativo referente ao Dia do Servidor Público, constante da Tabela de Feriados e Pontos Facultativos 2026, anexa ao Decreto Municipal nº 4.449, de 24 de outubro de 2025, conforme segue:
"...

TABELA DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS 2026					
Data	***Dia***	***Fixo / Móvel***	***Esfera***	***Motivo***	***Base Legal***
...	...	...	...	...	...
30/10/2026	***sex***	*Fixo*	*FACULTATIVO*	***Dia do Servidor Público***	***Decreto 4.449/2025***
...	...	...	...	...	...

…"

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 16 de outubro de 2026.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE;

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Roberto Mafasiolli Zwan
Código Identificador:B07B41AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ E LIGA SERRAMAR DE FUTEBOL

O Município de Imbé, conforme dispõe o Art. 38 da Lei Federal nº 13.019/2014, comunica que está firmando **TERMO DE COLABORAÇÃO** com **LIGA SERRAMAR DE FUTEBOL.**
Objeto da parceria: Termo de Colaboração entre a Prefeitura Municipal de Imbé, visando a realização do Campeonato Municipal de Imbé, nas modalidades de Futsal e Futebol de Campo 2026.
A íntegra do Termo de Colaboração e seu anexo podem ser obtidos no seguinte endereço eletrônico: www.imbe.rs.gov.br

Imbé, 16 de outubro de 2026.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito Municipal de Imbé

Publicado por:
Lucian Louiz Ferreira Ractz
Código Identificador:B444F3BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2.628, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

"DESAFETA BEM PÚBLICO DE USO COMUM DO POVO E O AFETA COMO BEM PÚBLICO DE USO ESPECIAL, NO BAIRRO MARILUZ."

O POVO DO MUNICÍPIO DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR SEUS REPRESENTANTES NA CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, EM SEU NOME SANCIONO A SEGUINTE,

LEI:

Art. 1º Fica desafetado da categoria de Bem de Uso Comum do Povo e afetado como Bem Público de Uso Especial, o trecho projetado da Rua Lageado, situado entre a Avenida Paraguassú e a Rua 21 de Abril, no Bairro Mariluz, Setor 35, com área total de **3.388,00 m² (três mil trezentos e oitenta e oito metros quadrados)**, com as seguintes dimensões e confrontações:

I – ao norte, mede 242,00 m (duzentos e quarenta e dois metros), confrontando com os lotes 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 da Quadra 035;

II – a leste, mede 14,00 m (quatorze metros), confrontando com trecho da Avenida Paraguassú;

III – ao sul, mede 242,00 m (duzentos e quarenta e dois metros), confrontando com os lotes 01, 05+, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 37 da Quadra 036; e

IV – a oeste, mede 14,00 m (quatorze metros), confrontando com trecho da Rua 21 de Abril.

Parágrafo único. Os vértices, as coordenadas, os azimutes e as distâncias da área referida neste artigo são os constantes do Memorial Descritivo anexo a esta Lei.

Art. 2º A desafetação prevista no Art. 1º desta Lei tem por finalidade viabilizar à **construção e implantação da nova sede administrativa da Prefeitura Municipal de Imbé**.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 15 de outubro de 2026.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

*O anexo desta Lei pode ser verificado por meio do endereço eletrônico https://imbe.cespro.com.br/

Publicado por:
Roberto Mafasiolli Zwan
Código Identificador:F517311F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2.629, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO."

O POVO DO MUNICÍPIO DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR SEUS REPRESENTANTES NA CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, EM SEU NOME SANCIONO A SEGUINTE,

LEI:

Art. 1º Fica criada a função de Gari – Praia Limpa e autorizado o Poder Executivo Municipal a contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do art. 37, da Constituição Federal, para atendimento da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana, conforme a seguinte Tabela:

TABELA

Função	Quantidade	Carga Horária	Valor da Remuneração Mensal
Gari – Praia Limpa	30	30h/semanais	Padrão 04

Parágrafo único. As especificações da função tratada neste artigo são as descritas no Anexo I, que faz parte integral desta Lei.

Art. 2º As contratações de que trata o art. 1º desta Lei serão pelo prazo determinado de 1º de dezembro de 2026 a 15 de março de 2027, sem prejuízo da possibilidade de rescisão a qualquer tempo, por interesse de qualquer das partes.

Art. 3º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a prorrogar as contratações de servidoras gestantes e servidoras em licença maternidade, enquanto perdurarem as estabilidades a que fazem jus.

Art. 4º As contratações serão precedidas de Processo Seletivo Simplificado, que será regulamentado pelo respectivo edital de seleção.

§ 1º Deverá o candidato classificado em Processo Seletivo Simplificado que for convocado para preenchimento de vaga, estar apto para exercer imediatamente suas atribuições no local de trabalho que for designado pela Administração Pública, inclusive para atividades insalubres e perigosas, tendo em vista necessidade temporária de excepcional interesse público, devendo ser atendidas todas as exigências da função.

§ 2º Para comprovação da aptidão do candidato de que trata o § 1º deste artigo, poderão ser solicitados exames médicos.

§ 3º Caso o candidato não atenda ao disposto no § 1º deste artigo, poderá solicitar postergação e passar para o final da lista de classificados no Processo Seletivo Simplificado, devendo ser convocado para assumir a vaga o próximo candidato classificado.

§ 4º Somente poderá ser contratado o candidato classificado que não tiver contrato com a Prefeitura Municipal de Imbé rescindido, para qualquer função, nos últimos 3 anos, em virtude de mau desempenho de suas atribuições, ou por outro motivo grave.

Art. 5º As presentes contratações serão de natureza administrativa, sendo parte integrante desta Lei a minuta de contrato constante no Anexo II.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária específica, contudo, não afetará as metas de resultados fiscais previstas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 15 de outubro de 2026.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Roberto Mafasiolli Zwan
Código Identificador:E9AF5762

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1282/2026 "REVOGA A PORTARIA Nº 406/2026, QUE CONVOCOU PROFESSOR"

PORTARIA Nº 1282/2026

"REVOGA A PORTARIA Nº 406/2026, QUE CONVOCOU PROFESSOR"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, atendendo ao Memorando nº 682/2026 - SMED, **REVOGA**, a partir de 1º de outubro de 2026, a **Portaria nº 406/2026**, que CONVOCOU a servidora **Amália Simone Lagni dos Santos**, matrícula nº 16.138, nomeado(a) por meio de Concurso Público, no cargo de Professor Área I, para cumprir regime suplementar de trabalho de **24 (vinte e quatro)** horas semanais, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 13 de outubro de 2026.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Micheli Rosa de Aguiar
Código Identificador:69A658BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1283/2026 "EXONERA SERVIDORA, A PEDIDO"

PORTARIA Nº 1283/2026

"EXONERA SERVIDORA, A PEDIDO"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, **EXONERA A PEDIDO,** a partir de 13 de outubro de 2026, a servidora **Larissa Matos da Silva,** matrículas nº 15.893 e nº 17.947, nomeado(a) por meio de Concurso Público, conforme Portarias nº 557/2022 e nº 1390/2024, para ocupar o cargo de Professor Área I, respectivamente, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo Eletrônico nº 30.193/2026.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 14 de outubro de 2026.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Micheli Rosa de Aguiar
Código Identificador:C06A337A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1284/2026 "DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR"

PORTARIA Nº 1284/2026

"DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, atendendo ao que consta no Processo Eletrônico nº **30.413/2026,** relacionado ao Processo Eletrônico nº **28.420/2026** e com base no disposto no artigo 1901, da Lei Municipal nº 64/90 e 301. 842 da Lei Municipal nº 1.935/2018, **DETERMINA**, a partir da data de publicação deste ato, a **instauração de Processo Administrativo Disciplinar**, assegurando a ampla defesa e o contraditório, com a finalidade de apurar a configuração de infrações previstas nos Arts. 180, V da Lei Municipal nº 064/1990 e Art. 69, XIII da Lei Municipal nº 1.935/2018, por parte dos servidores **EDUARDO WERBER SILVEIRA**, Guarda Municipal, matrícula nº 17.759 e **LUCAS CARVALHO LEAL**, Guarda Municipal, matrícula nº 17.746, referente à solicitação inserta no Memorando nº 077/2026 – SEMUSP-T e Relatório Circunstanciado nº 016/2026, da Corregedoria da Guarda Municipal de Imbé e parecer do Secretário Adjunto da SEMUSP-T, assim sintetizada:

"… diante das informações da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito e Corregedoria da Guarda Municipal face à conduta inadequada dos servidores supracitados durante abordagem policial realizada em 17 de setembro de 2026, na Av. Paraguassú nº 2.603, Bairro Ipiranga, neste Município, sugere-se apuração dos fatos..."

Ficam **DESIGNADOS** os Guardas Municipais **Camila Caroline Lermen**, matrícula nº 14.886, na função de Corregedora da Guarda Municipal, **João Antônio Arend Dornelles**, matrícula nº 17.750, **Luiz Daniel da Silveira**, matrícula nº 14.909, e, na área de assessoramento jurídico-administrativo a servidora Bianca Fernandes Dittgen, matrícula nº 18.408, OAB/RS de nº 115.847, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão Processante, a qual deverá encaminhar relatório conclusivo ao Prefeito no prazo de 60 (sessenta) dias.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ
GABINETE DO PREFEITO

Folha nº 02, Portaria nº 1284/2026.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 15 de outubro de 2026.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

1 Art. 190. O Processo Administrativo será instaurado pela autoridade competente, para a apuração de ação ou omissão de Servidor, puníveis disciplinarmente.

2Art. 84. A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância da GMI poderá ser formada por servidores efetivos do cargo de Guarda Municipal da GMI, composta por no mínimo 03 (três) membros, devendo um dos integrantes ser o Corregedor da Guarda Municipal de Imbé, que a presidirá, para condução dos procedimentos administrativos.

Publicado por:
Micheli Rosa de Aguiar
Código Identificador:BB628B9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1285/2026 "REVOGA A PORTARIA Nº 1074/2025, QUE CONVOCOU SERVIDORA"

PORTARIA Nº 1285/2026

"REVOGA A PORTARIA Nº 1074/2025, QUE CONVOCOU SERVIDORA"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.438/2013, **REVOGA**, a contar de 1º de setembro de 2026, a **Portaria nº 1074/2025** que CONVOCOU a servidora **Mirlena Lopes Barbosa de Freitas**, matrícula nº 18.178, admitida por meio de Contrato Administrativo na função de Médica Psiquiatra – Lei Municipal nº 2.371/2023, para cumprir regime suplementar de trabalho de **16 (dezesseis)** horas semanais, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 15 de outubro de 2026.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Micheli Rosa de Aguiar
Código Identificador:D9B40AC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1286/2026 "DESIGNA SERVIDORES"

PORTARIA Nº 1286/2026

"DESIGNA SERVIDORES"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 3.810, de 11 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Designar a contar de **20/10/2026**, conforme abaixo, o Gestor de Contrato (Titular e Suplente) e os Fiscais de Contrato da Ata de Registro de Preços nº **066/2026**, **PE nº 30048/2026,** que tem como objeto, Registro de Preços visando Aquisição eventual futura de equipamentos de segurança e mão de obra para solução de videomonitoramento veicular. O objeto compreenderá o fornecimento dos equipamentos conforme especificações técnicas a serem detalhadas nos anexos do processo administrativo e a execução dos serviços de instalação nos ônibus escolares indicados pela Administração.

Secretaria Municipal de Educação			
Designação	**Nome**	**Matrícula**	**Cargo**
Gestor de Contrato Titular	Roselma Costa	72 443	Professor Área I Professor Área I
Gestor de Contrato Suplente	Wilian Junior Vieira Adriano	17178	Agente Administrativo
Fiscal de Contrato	Andrius Becker Demianczuk	13457	Assessor V
Fiscal de Contrato	Jordano Smolarck dos Santos	12815	Técnico de Informática
Fiscal de Contrato	Guilherme Gomes Teixeira	16203	Técnico de Informática
Fiscal de Contrato	Rodrigo José Pausen	16145	Técnico de Informática
Fiscal de Contrato	Evandro da Silva Marques	6392	Técnico de Informática
Fiscal de Contrato	João Vitor de Fraga Gomes	18754	Técnico de Informática

Art. 2º Compete ao Gestor de Contrato/Fiscais de Contrato designados no Art. 1º a gestão/fiscalização da execução do Contrato Ata de Registro de Preços nº **066/2026**, **PE nº 30048/2026 ,** conforme o disposto no Decreto Municipal nº 3.810, de 11 de dezembro de 2020.

Art. 3º O Gestor de Contrato Suplente atuará nas ausências e impedimentos legais do Titular.
Parágrafo único Cumpre ao Gestor de Contrato Titular informar ao Suplente as suas ausências, a qualquer título, e impedimentos.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 15 de outubro de 2026.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Micheli Rosa de Aguiar
Código Identificador:74106CB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1287/2026 "CONVOCA SERVIDORES"

PORTARIA Nº 1287/2026

"CONVOCA SERVIDORES"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Lei Municipal nº 1438/2013, atendendo ao Memorando nº 947/2026 - SMS, **CONVOCA** os servidores abaixo relacionados, para prestar serviço complementar de trabalho, referente à capacitação realizada no dia 26 de setembro de 2026, das 8h às 11h, no Pronto Atendimento 24h.

Matr.	***Servidor***	***Horas de convocação***
17977	Bianca Kirsch de Oliveira	3h
19989	Chaiana Teixeira Rodrigues	3h
19033	Ealiz Regina R. do Nacscimeno	3h
19025	Graziela Santorum Soares	3h
19047	Ilda Maria Araujo Andrade	3h
17505	Jaqueline M. S. Machemann	3h
19052	Leika Cristina Kulzer	3h
17092	Lenita de Freitas	3h
19054	Lisangela Azzolin Maruf	3h
18209	Lisiane Vieira Rias	3h
15567	Mirian Priscila Custódio	3h
6382	Paula Daniela Neves Barrufi	3h
18686	Rita Cristina Weber	3h
17503	Rita de Cassia Idearte de Mello Alves	3h
18080	Sabrine Goldani Grassi	3h
17332	Tatiane Cristina de O. Martins	3h
6566	Thiane Duarte	3h

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ

GABINETE DO PREFEITO

Folha nº 02, Portaria nº 1287/2026.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 15 de outubro de 2026.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Micheli Rosa de Aguiar
Código Identificador:44112D08

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1288/2026 "EXONERA SERVIDORA, A PEDIDO"

PORTARIA Nº 1288/2026

"EXONERA SERVIDORA, A PEDIDO"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, **EXONERA A PEDIDO,** a partir de 15 de outubro de 2026, a servidora **Maiara Machado da Rosa Muller,** matrícula nº 16.668, nomeado(a) por meio de Concurso Público, conforme Portaria nº 3038/2022, para ocupar o cargo de Enfermeiro, Padrão 9, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Processo Eletrônico nº 30.495/2026.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 16 de outubro de 2026.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Micheli Rosa de Aguiar
Código Identificador:724EB6C1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.° 116, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026. INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA/RS, ESTABELECE DIRETRIZES PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA, COM ÊNFASE NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Prefeito Municipal de Independência, Estado do Rio Grande do Sul, EDUARDO MARASCA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 205, 206 e 211 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral;
CONSIDERANDO a Portaria MEC nº 1.495, de 2 de agosto de 2023, e demais atos regulamentadores do Programa Escola em Tempo Integral;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica, com suas alterações posteriores;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026, que altera a Resolução CNE/CEB nº 7/2025;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026, que institui parâmetros nacionais de qualidade e equidade da Educação Integral em Tempo Integral;
CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar uma educação que promova o desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, social, cultural e afetivo;

DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de INDEPENDÊNCIA/RS, a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, destinada à ampliação e qualificação da jornada escolar, articulando o tempo, os espaços, as experiências, as práticas pedagógicas e as diferentes dimensões do desenvolvimento humano.
Art. 2º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral compreenderá, conforme a organização da Rede Municipal de Ensino, as diferentes etapas da Educação Básica, especialmente a Educação Infantil, abrangendo Creche e Pré-escola, observadas as normas nacionais, estaduais e municipais aplicáveis.
Art. 3º Para fins deste Decreto, considera-se Educação Integral a concepção de educação voltada ao desenvolvimento integral dos sujeitos, considerando suas dimensões física, emocional, social, cultural, intelectual e ética.
Art. 4º Considera-se Educação em Tempo Integral a organização escolar que assegure jornada igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, de forma regular e permanente, observadas as especificidades de cada etapa da Educação Básica.
Art. 5º A ampliação da jornada escolar deverá estar articulada ao currículo, não podendo caracterizar-se como simples extensão quantitativa do tempo de permanência da criança na instituição.
CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS
Art. 6º São princípios da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral:
I – Formação e desenvolvimento integral das crianças;
II – Garantia do direito à aprendizagem, ao desenvolvimento e à proteção integral;
III – Equidade e inclusão educacional;
IV – Respeito às diferenças, à diversidade e às singularidades das crianças;
V – Integração entre educação, cultura, esporte, lazer, saúde, meio ambiente, tecnologia e demais áreas que contribuam para a formação integral;
VI – Articulação entre escola, família e comunidade;
VII – Valorização dos profissionais da educação;
VIII – Gestão democrática e participação da comunidade escolar;
IX – Respeito aos tempos, ritmos, necessidades e características das diferentes faixas etárias;
X – Garantia de condições adequadas de alimentação, higiene, descanso, convivência, segurança e bem-estar;
XI – Integração curricular e pedagógica da jornada ampliada;
XII – Compromisso com a qualidade e a equidade da oferta educacional.

CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPO INTEGRAL
Art. 7º Na Educação Infantil, a Política Municipal será desenvolvida de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e as normas do respectivo sistema de ensino.
Art. 8º Na Educação Infantil, as práticas pedagógicas terão como eixos estruturantes as interações e as brincadeiras, assegurando às crianças experiências que promovam seu desenvolvimento integral.

Art. 9º A organização curricular da Educação Infantil será estruturada por meio dos Campos de Experiência, não sendo adotada organização curricular por disciplinas escolares.
Art. 10. Constituem Campos de Experiência da Educação Infantil:
I – O eu, o outro e o nós;
II – Corpo, gestos e movimentos;
III – Traços, sons, cores e formas;
IV – Escuta, fala, pensamento e imaginação;
V – Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.
Art. 11. As experiências e atividades desenvolvidas no tempo ampliado deverão estar integradas aos Campos de Experiência e aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos para a Educação Infantil.
Art. 12. O atendimento na Educação Infantil observará a indissociabilidade entre o educar e o cuidar, compreendendo alimentação, higiene, repouso, acolhimento, convivência, proteção, brincadeira e aprendizagem como dimensões integrantes do processo educativo.
Art. 13. A organização da jornada de tempo integral deverá considerar as necessidades específicas das crianças, assegurando alternância e equilíbrio entre experiências pedagógicas, brincadeiras, movimento, alimentação, higiene, repouso, convivência e demais necessidades próprias da infância.

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DA JORNADA
Art. 14. A jornada de Educação Infantil em Tempo Integral será organizada com carga horária mínima de 35 (trinta e cinco) horas semanais, correspondentes a 7 (sete) horas diárias, observada a organização do calendário escolar.
Art. 15. A carga horária será distribuída de forma integrada, evitando-se a fragmentação entre período regular e período ampliado.
Art. 16. As atividades do tempo ampliado serão planejadas pela equipe pedagógica e pelos profissionais da educação, de acordo com a proposta pedagógica da instituição.

CAPÍTULO V
DA PROPOSTA PEDAGÓGICA
Art. 17. As instituições que ofertarem Educação Infantil em Tempo Integral deverão incorporar a organização da jornada ampliada em sua Proposta Pedagógica e no Projeto Político-Pedagógico – PPP.
Art. 18. A Proposta Pedagógica deverá contemplar:
I – Concepção de Educação Integral;
II – Organização da jornada de tempo integral;
III – Organização dos Campos de Experiência;
IV – Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento;
V – Estratégias pedagógicas;
VI – Organização dos espaços e tempos;
VII – Alimentação, higiene e repouso;
VIII – Inclusão e atendimento às necessidades específicas;
IX – Participação das famílias e da comunidade;
X – Acompanhamento e avaliação do desenvolvimento das crianças;
XI – Formação continuada dos profissionais;
XII – Articulação intersetorial quando necessária.

CAPÍTULO VI
DA GESTÃO E DA ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL
Art. 19. A Secretaria Municipal de Educação será responsável pela coordenação, acompanhamento, orientação e avaliação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.
Art. 20. A implementação da Política poderá envolver articulação com as áreas de saúde, assistência social, cultura, esporte, meio ambiente, agricultura, turismo, tecnologia e demais setores da Administração Pública Municipal, conforme as necessidades educacionais e sociais da comunidade.
Art. 21. A Política Municipal deverá priorizar a redução das desigualdades educacionais e a garantia de condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem.

CAPÍTULO VII
DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO
Art. 22. A Secretaria Municipal de Educação acompanhará a implementação da Educação Integral em Tempo Integral mediante indicadores de acesso, permanência, participação, desenvolvimento, aprendizagem, equidade e qualidade da oferta.
Art. 23. As unidades escolares deverão manter registros da frequência, das atividades desenvolvidas e do acompanhamento do desenvolvimento das crianças, respeitada a legislação aplicável.

CAPÍTULO VIII
DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Art. 24. A implementação da Educação Integral em Tempo Integral deverá assegurar profissionais habilitados e condições adequadas para o desenvolvimento das atividades previstas na Proposta Pedagógica.
Art. 25. A Secretaria Municipal de Educação promoverá, conforme disponibilidade e planejamento da Rede Municipal, ações de formação continuada relacionadas à Educação Integral, Educação Infantil, práticas pedagógicas, inclusão, desenvolvimento infantil e organização do tempo integral.

CAPÍTULO IX
DO FINANCIAMENTO
Art. 26. As despesas decorrentes da implementação desta Política correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, observada a legislação financeira, orçamentária e educacional vigente.
Art. 27. Os recursos destinados à Educação Integral em Tempo Integral serão aplicados em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 28. A implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral observará as normas federais, estaduais e municipais vigentes e suas alterações posteriores.
Art. 29. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações, instruções e atos complementares necessários à execução deste Decreto.
Art. 30. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação educacional vigente e, quando necessário, mediante manifestação do órgão normativo competente.
Art. 31. Fica revogado o Decreto nº 39, de 16 de abril de 2024.
Art. 32. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2026.

EDUARDO MARASCA
Prefeito

MAURI GUILHERME RICHTER
Secretário de Administração

Registre – se, publique – se e cumpra-se.

Publicado por:
Flavia Borges Bomfim
Código Identificador:A62BE369

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 115, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.
TRANSFERE O PONTO FACULTATIVO ALUSIVO AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO PARA O DIA 30 DE OUTUBRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Independência, Estado do Rio Grande do Sul, EDUARDO MARASCA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica transferido para o dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira) o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, originalmente previsto para o dia 28 de outubro de 2026, nas repartições públicas municipais.
Art. 2º Os serviços públicos essenciais deverão ser mantidos, observados os respectivos horários e padrões de atendimento, cabendo aos titulares das Secretarias Municipais assegurar a continuidade dos serviços sob sua responsabilidade.
Art. 3º Caso necessário, poderá ser estabelecida compensação das horas de trabalho relativas ao ponto facultativo, mediante definição dos critérios e horários pela Administração Municipal.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2026.

EDUARDO MARASCA
Prefeito

MAURI GUILHERME RICHTER
Secretário de Administração

Registre – se, publique – se e cumpra-se.

Publicado por:
Flavia Borges Bomfim
Código Identificador:E2F091EA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N.º 60, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026. EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA ANOS FINAIS POR PRAZO DETERMINADO, COM CADASTRO RESERVA.

O Prefeito Municipal de Independência- RS, no uso de suas atribuições, visando à **contratação de professor de língua inglesa anos finais por prazo determinado, com cadastro reserva,** para desempenhar funções, junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, amparado em excepcional interesse público, com fulcro no art. 37, IX, da Constituição da República, e arts. 194 a 197 da Lei Municipal n° 1.700/05, de 27 de setembro de 2005, torna pública a realização de Processo Seletivo Simplificado, que será regido pelas normas estabelecidas neste Edital e no DECRETO N.º 97, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023:

FUNÇÃO	VAGAS
PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA	01+CR

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1 O Processo Seletivo Simplificado será executado por intermédio de Comissão composta por três servidores, designados através da **Portaria n.º 30, de 10 de fevereiro de 2025.**
1.1.1 As reuniões e deliberações da Comissão serão objeto de registros em atas.
1.2 Durante toda a realização do Processo Seletivo Simplificado serão prestigiados, sem prejuízo de outros, os princípios estabelecidos no art. 37, "caput", da Constituição da República.
1.3 O edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado será publicado integralmente no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, sendo o seu extrato veiculado, ao menos uma vez, em jornal de circulação local, no mínimo cinco dias antes do encerramento das inscrições.
1.4 Os demais atos e decisões inerentes ao presente Processo Seletivo Simplificado serão publicados no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal e em meio eletrônico, se houver.
1.5 Os prazos definidos neste Edital observarão o disposto no art. 199 da Lei Municipal n.º 1.700/05, 27 de setembro de 2005.
1.6 O Processo Seletivo Simplificado consistirá na análise de currículos dos candidatos pela Comissão, conforme critérios definidos neste Edital.
1.7 A contratação será por prazo determinado conforme determinado em legislação e se regerá pelo Regime Jurídico Estatutário.

2. ESPECIFICAÇÕES DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA
2.1 As funções temporárias de que trata este Processo Seletivo Simplificado corresponde ao exercício das seguintes atividades:

FUNÇÃO: PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA
ATRIBUIÇÕES:
Elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; levantar e interpretar os dados relativos à realidade de sua classe; zelar pela aprendizagem do aluno; estabelecer os mecanismos de avaliação; implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; organizar registros de observação dos alunos; participar de atividades extraclasse; realizar trabalho integrado com o apoio pedagógico; participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; colaborar com as atividades e articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de cursos de formação e treinamentos; participar da elaboração e execução do plano político-pedagógico; integrar órgãos complementares da escola; executar tarefas afins com a educação.

2.2 A carga horária semanal deverá ser desenvolvida diariamente, de acordo com horário definido pela autoridade competente mediante ato próprio, na forma que segue.

FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA	22 horas

2.3 Pelo efetivo exercício da função temporária, será pago mensalmente aos contratados os vencimentos na forma estipulada no quadro que segue, nele compreendendo-se além da efetiva contraprestação pelo trabalho, o descanso semanal remunerado.

FUNÇÃO	VENCIMENTO
PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA	R$ 3.404,87

2.3.1 Além do vencimento o contratado fará jus às seguintes vantagens funcionais: horas extras na eventual extrapolação da carga horária diária e semanal, desde que previamente convocado pelo superior hierárquico; gratificação natalina proporcional ao período trabalhado; férias proporcionais acrescidas de um terço, indenizadas ao final do contrato; inscrição no Regime Geral de Previdência.
2.3.2 Sobre o valor total da remuneração incidirão os descontos fiscais e previdenciários.
2.4 Os deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem àqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários pelos arts.129 a 130 do Regime Jurídico, sendo a apuração processada na forma do Regime Disciplinar do mesmo Diploma, no que couber.

INSCRIÇÕES
3.1 As inscrições serão recebidas junto à sede do Município, sito à Rua Senador Pinheiro, n.º 1348, **no Setor de Protocolos**, no período de **19/10/2026 a 23/10/2026 (dias úteis)**, no horário compreendido entre às 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h.
3.1.1 Não serão aceitas inscrições fora de prazo.
3.2 A inscrição do candidato implicará o conhecimento prévio e a tácita aceitação das presentes instruções e normas estabelecidas neste Edital.
3.3 As inscrições serão gratuitas.

4. CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO
4.1 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado, **o candidato deverá apresentar cópia dos documentos abaixo exigidos neste edital, *a entrega SOMENTE SERÁ ATRAVÉS DE PROTOCOLO em envelope lacrado e assinado pelo candidato,* junto ao Setor de Protocolos da Prefeitura,** contendo os seguintes documentos:
4.1.1 Ficha de inscrição disponibilizada no Anexo I do presente Edital, devidamente preenchida e assinada.
4.1.2 Cópia simples de documento de identidade oficial ou documento comprobatório com foto.
4.1.3 Currículo profissional, **conforme item 6**, de acordo com o modelo apresentado no Anexo II do presente edital, acompanhado de cópia dos títulos que comprovam as informações contidas no currículo, devidamente preenchido e assinado;
4.1.4. Os documentos apresentados são de responsabilidade do candidato.
4.1.5. As inscrições deverão obrigatoriamente ser realizadas pelo próprio candidato ou por intermédio de procurador munido de instrumento público ou particular de mandato e poderes especiais.

5. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
5.1 Encerrado o prazo fixado pelo item 3.1, a Comissão publicará, no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal e no site do Município, www.independencia.rs.gov.br, no prazo de um dia, o edital contendo a relação nominal dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas.
5.2 Os candidatos que não tiveram as suas inscrições homologadas poderão interpor recursos escritos perante a Comissão, no prazo de um dia, mediante a apresentação das razões que ampararem a sua irresignação.

5.2.1 No prazo de um dia, a Comissão, apreciará o recurso, podendo reconsiderar sua decisão, hipótese na qual o nome do candidato passará a constar no rol de inscrições homologadas.
5.2.3 Sendo mantida a decisão da Comissão, o recurso será encaminhado ao Prefeito Municipal para julgamento, no prazo de um dia.

5.2.4 A lista final de inscrições homologadas será publicada na forma do item 5.1, no prazo de um dia, após a decisão dos recursos.

6. FORMATAÇÃO DOS CURRÍCULOS
6.1 O currículo profissional deverá ser preenchido pelo candidato nos moldes do Anexo I do presente Edital.
6.2 Os critérios de avaliação dos currículos totalizarão o máximo de cem pontos.
6.3 A escolaridade exigida para o desempenho da função não será objeto de avaliação.
6.4 Somente serão considerados os títulos expedidos por pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que atenderem os critérios definidos neste Edital.
6.5 Nenhum título receberá dupla valoração.
6.6 A classificação dos candidatos será efetuada através da pontuação dos títulos apresentados, em uma escala de zero a cem pontos, conforme os seguintes critérios:

FUNÇÃO DE PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA

ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO UNITÁRIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Comprovação de experiência na função de **PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA**, mediante apresentação de anotação em carteira profissional ou declaração de empregador- pessoa jurídica.	5 pontos p/ cada ano.	40
Pós-Graduação na Área de Educação.	15 pontos p/ cada Pós-Graduação.	30
Cursos de aperfeiçoamento na área de Educação, com duração mínima de 8 horas (não há somatório na duração entre um curso e outro), a contar do ano de 2020 até o momento.	05	30
TOTAL		**100**

7. ANÁLISE DOS CURRÍCULOS E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR
7.1 No prazo de três dias, a Comissão deverá proceder à análise dos currículos.
7.2 Ultimada a identificação dos candidatos e a totalização das notas, o resultado preliminar será publicado no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal e em meio eletrônico, se houver, abrindo-se o prazo para os candidatos apresentarem recursos, nos termos estabelecidos neste edital.

8. RECURSOS
8.1 Da classificação preliminar dos candidatos é cabível recurso endereçado à Comissão, uma única vez, no prazo comum de um dia.
8.1.1 O recurso deverá conter a perfeita identificação do recorrente e as razões do pedido recursal.
8.1.2 Será possibilitada vista dos currículos e documentos na presença da Comissão, permitindo-se anotações.
8.1.3 Havendo a reconsideração da decisão classificatória pela Comissão, o nome do candidato passará a constar no rol de selecionados.
8.1.4 Sendo mantida a decisão da Comissão, o recurso será encaminhado ao Prefeito Municipal para julgamento, no prazo de um dia, cuja decisão deverá ser motivada.

9. CRITÉRIOS PARA DESEMPATE
9.1 Verificando-se a ocorrência de empate em relação às notas recebidas por dois ou mais candidatos, terá preferência na ordem classificatória, sucessivamente, o candidato que:
9.1.1 apresentar idade mais avançada, dentre aqueles com idade igual ou superior a sessenta anos.
9.1.2 tiver obtido a maior nota no critério de experiência.
9.1.3 Sorteio em ato público.
9.2 O sorteio ocorrerá em local e horário previamente definido pela Comissão, na presença dos candidatos interessados, os quais serão convocados por telefone, correio eletrônico ou qualquer outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.
9.3 A aplicação do critério de desempate será efetivada após a análise dos recursos e antes da publicação da lista final dos selecionados.

10. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
10.1 Transcorrido o prazo sem a interposição de recurso ou ultimado o seu julgamento, a Comissão encaminhará o Processo Seletivo Simplificado ao Prefeito Municipal para homologação, no prazo de um dia.
10.2 Homologado o resultado final, será lançado edital com a classificação geral dos candidatos aprovados, quando, então passará a fluir o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

11. CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
11.1 Homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado e autorizada a contratação pelo Prefeito, será convocado o primeiro colocado, para, no prazo de 2 (dois) dias, prorrogável uma única vez, à critério da Administração, comprovar o atendimento das seguintes condições:
11.1.1 Ser brasileiro ou estrangeiro na forma da lei;
11.1.2 Ter idade mínima de 18 anos;
11.1.3 Apresentar atestado médico exarado pelo serviço oficial do Município, no sentido de gozar de boa saúde física e mental.
11.1.4 Ter nível de formação exigida conforme segue:

FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	OUTRO
PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA	Ter concluído curso superior em licenciatura plena em Letras Inglês ou formação superior em área correspondente e formação pedagógica.	-

11.1.5 Apresentar os demais documentos que segue no ato da contratação:
Carteira de Identidade Civil válida que contenha o nº do Registro Geral (RG);
Comprovante de estado civil atualizado (Certidão de nascimento, casamento, ou certidão de casamento com averbação de separação, divórcio ou óbito quando for o caso);
Certificado de Reservista ou outro documento de regularidade de situação militar, se do sexo masculino;
Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
Título de Eleitor;
Certidão de Quitação Eleitoral *(https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral);*
Certidão Negativa de Crimes Eleitorais: *(https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais);*
Alvará de Folha Corrida Judicial *(https://www.tjrs.jus.br/novo/processos-e-servicos/servicos-processuais/emissao-de-antecedentes-e-certidoes/);*
Certidão Judicial Cível Negativa *(https://www.tjrs.jus.br/novo/processos-e-servicos/servicos-processuais/emissao-de-antecedentes-e-certidoes/);*
Certidão Judicial Criminal Negativa Estadual *(https://www.tjrs.jus.br/novo/processos-e-servicos/servicos-processuais/emissao-de-antecedentes-e-certidoes/)*
Certidão Judicial Cível Federal *(https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php?coderr=.5.&cpf=00791721051&tipo_cert=&string_tipo_cert=);*
Certidão Judicial Criminal Negativa Federal *(https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php?coderr=.5.&cpf=00791721051&tipo_cert=&string_tipo_cert=);*
Certidão de Antecedentes Criminais (Polícia Civil); *(https://www.pc.rs.gov.br/emitir-certidao-de-antecedentes-policiais)*
Certidão de Antecedentes Criminais (Polícia Federal); *(https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/)*
j) PIS/PASEP;
l) fotos 3 cm x 4 cm recentes e de frente;
CTPS - página da foto e dos dados pessoais;
Certidão de nascimento de filhos dependentes;
Declaração de inexistência de impedimento para assumir o cargo, consubstanciada no não exercício de outro cargo, emprego ou função pública, constitucionalmente incalculável;
Declaração atualizada dos respectivos bens;
Atestado médico de aptidão para o exercício do cargo fornecido pela junta médica designada pelo Município;

Prova da idade mínima de 18 (dezoito) anos;
Prova da escolaridade mínima completa, da habilitação específica e do preenchimento dos demais requisitos exigidos neste Edital para o cargo pretendido;
Registro no respectivo Conselho Profissional, quando exigido;
Comprovante de consulta a qualificação cadastral com situação "regular", realizada através do site (*https://consultacadastral.inss.gov.br),* em cumprimento às disposições contidas no Decreto Federal nº 8.373/2014 e Resoluções do Comitê Gestor do e-Social (Federal) nº 1/2015 e nº 4/2015;
Comprovar o endereço por meio de entrega de cópias de conta de luz, de água, de telefone ou de IPTU, em nome do candidato, ou declaração de que o candidato reside no endereço indicado, que deverá estar assinada pelo candidato;
Declaração de ficha limpa (modelo Prefeitura).
Certidão de Regularidade Disciplinar (modelo Prefeitura).

11.2 A convocação do candidato classificado será realizada pessoalmente ou por telefone, correio eletrônico ou qualquer outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

11.3 Não comparecendo o candidato convocado no prazo estabelecido ou verificando-se o não atendimento das condições exigidas para a contratação serão convocados os demais classificados, observando-se a ordem cronológica crescente.

11.4 O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado será de dois anos, prorrogável, uma única vez, por igual período.

11.5 No período de validade do Processo Seletivo Simplificado, em havendo a rescisão contratual, poderão ser chamados para contratação pelo tempo remanescente, os demais candidatos classificados, observada a ordem classificatória.

11.6 Após todos os candidatos aprovados terem sido chamados, havendo ainda a necessidade de contratações para as mesmas funções, novo processo seletivo deverá ser realizado.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação do resultado final.

12.2 Os candidatos aprovados e classificados deverão manter atualizados os seus endereços.

12.3 Respeitada a natureza da função temporária, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente no edital, conforme dispuser a legislação local.

12.4 Os casos omissos e situações não previstas serão resolvidos pela Comissão designada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA, EM 15 DE OUTUBRO DE 2026.

EDUARDO MARASCA
Prefeito Municipal

MAURI GUILHERME RICHTER
Secretário da Administração

Registre-se, publique – se e cumpra-se.

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO

FICHA DE INSCRIÇÃO

CARGO:

NOME:
TELEFONE:
ENDEREÇO:
E-MAIL:

_____
ASSINATURA DO CANDIDATO:
DATA:

ANEXO II

MODELO DE CURRÍCULO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

1. DADOS PESSOAIS
1.1Nome completo: _____
1.2 Filiação: _____
1.3 Nacionalidade: _____
1.4 Naturalidade: _____
1.5 Data de Nascimento: _____
1.6 Estado Civil: _____

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO
2.1 Carteira de Identidade e órgão expedidor: _____
2.2 Cadastro de Pessoa Física – CPF: _____
2.3 Título de Eleitor _____ Zona: _____ Seção: _____
2.4 Número do certificado de reservista: _____
2.5 Endereço Residencial: _____
2.6 Endereço Eletrônico: _____
2.7 Telefone residencial e celular: _____
2.8 Outro endereço e telefone para contato ou recado: _____

3. ESCOLARIDADE
3.1 ENSINO FUNDAMENTAL
Instituição de Ensino: _____
Ano de conclusão: _____
3.2 ENSINO MÉDIO
Instituição de Ensino: _____
Ano de conclusão: _____

4. CURSOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA AFIM À FUNÇÃO
Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____
Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____
Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____
Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____Data da conclusão: _____
Carga horária: _____
Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____
Curso / área: _____
Instituição de Ensino: _____
Data de início: _____ Data da conclusão: _____
Carga horária: _____

5. EXPERIÊNCIA
_____

6.INFORMAÇÕES ADICIONAIS:
_____

Independência-RS, .../...../2026.

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO III
CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

II – Análise de Currículos	
Abertura das Inscrições	5 dias
Publicação dos Inscritos	1 dia
Recurso da não homologação das inscrições	1 dia
Manifestação da Comissão na reconsideração	1 dia
Julgamento do Recurso pelo Prefeito	1 dia

Publicação da relação final de inscritos	1 dia
Análise dos currículos / critério de desempate	3 dias
Publicação do resultado preliminar	1 dia
Recurso	1 dia
Manifestação da Comissão na reconsideração	1 dia
Julgamento do Recurso pelo Prefeito e Aplicação do critério de desempate	1 dia
Publicação da relação final de inscritos	1 dia
TOTAL	18 dias

Publicado por:
Camila Signorini
Código Identificador:D0B39940

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PORTARIA N.º 49/2026-PA DETERMINA O RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL, A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE, O PAGAMENTO RETROATIVAMENTE À DATA DO ÓBITO E POSTERIOR ARQUIVAMENTO DO PROCESSO

EDUARDO MARASCA, PREFEITO MUNICIPAL de Independência, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no Relatório de Conclusão da Comissão Processante e Parecer Técnico n.º 116/2026 da Consultoria Jurídica, **DETERMINA** o reconhecimento da união estável entre a requerente e o servidor falecido, nos termos do art. 1.723 do Código Civil; a concessão do benefício de pensão por morte à requerente, na condição de companheira, nos termos do art. 7º, inciso I e art. 28 da Lei Complementar n.º 01/2024; o pagamento de pensão por morte retroativamente à data do óbito, observando o disposto no art. 27, inciso I, alínea "b" da Lei Complementar n.º 01/2024; e após a adoção das providências administrativas, determina o arquivamento do Processo Administrativo Especial instaurado pela Portaria 31/2026 – PA de 30 de junho de 2026.
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE INDEPENDÊNCIA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2026.

EDUARDO MARASCA
Prefeito Municipal

MAURI GUILHERME RICHTER
Secretário de Administração

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Publicado por:
Camila Signorini
Código Identificador:1D31A772

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA Nº 773/2026 PROCESSO Nº 951/2026

O Prefeito Municipal de Independência – RS, no uso de suas atribuições legais, e com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, dispensa o processo licitatório para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE FECHADURA,** sendo a empresa contratada JEFERSON LUIS SCHAKOFSKI, inscrita no CNPJ nº 04.286.078/0001-75, no valor de R$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).

Independência, 16 de outubro de 2026.

EDUARDO MAAHS MARASCA,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Alf Lima
Código Identificador:2C7F2106

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA Nº 782/2026 PROCESSO Nº 960/2026

O Prefeito Municipal de Independência – RS, no uso de suas atribuições legais, e com base no Art. 75, parágrafo 7º, da Lei 14.133/21, dispensa o processo licitatório para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE PLANTADEIRA,** sendo a empresa contratada COMERCIAL AGRICOLA MANJABOSCO LTDA, inscrita no CNPJ nº 87.346.185/0001-79, no valor de R$ 272,00 (duzentos e setenta e dois reais).

Independência, 16 de outubro de 2026.

EDUARDO MAAHS MARASCA,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Alf Lima
Código Identificador:BB3A1C29

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA Nº 783/2026 PROCESSO Nº 961/2026

O Prefeito Municipal de Independência – RS, no uso de suas atribuições legais, e com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, dispensa o processo licitatório para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS,** sendo a empresa contratada AR SMARTVIX SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 31.331.140/0001-76, no valor de R$ 614,10 (seiscentos e quatorze reais com dez centavos).

Independência, 16 de outubro de 2026.

EDUARDO MAAHS MARASCA,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Alf Lima
Código Identificador:44FCB980

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA Nº 785/2026 PROCESSO Nº 963/2026

O Prefeito Municipal de Independência – RS, no uso de suas atribuições legais, e com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, dispensa o processo licitatório para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTA COM MÉDICO ESPECIALIZADO EM PSIQUIATRIA,** sendo a empresa contratada NICANOR R. DRESCH E CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.763.981/0001-30, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais).

Independência, 16 de outubro de 2026.

EDUARDO MAAHS MARASCA,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Alf Lima
Código Identificador:32EA4C00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2026 PROCESSO Nº 891/2026 EDITAL Nº 88/2026 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2026

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES, sendo a empresa vencedora A A Z SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.238.455/0001-42, no valor estimado de R$ 7.995,00 (sete mil, novecentos e noventa e cinco reais), a empresa ALFA LICITAÇÕES LTDA-TIAGO KRONBAUER FRITZEN inscrita no CNPJ nº 22.609.215/0001-47, no valor estimado de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), a empresa BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.680.592/0001-51, no valor estimado de R$ 2.985,00 (dois mil, novecentos e oitenta e cinco reais), a empresa F BORGES EQUIPAMENTOS EIRELI,

inscrita no CNPJ nº 31.347.547/0001-91, no valor estimado de R$ 37.450,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e cinquenta reais), a empresa GRATTOS INDÚSTRIA DE MÓVEIS E SERRALHERIA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 11.082.394/0001-90, no valor estimado de R$ 6.625,00 (seis mil, seiscentos e vinte e cinco reais), a empresa ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 54.322.844/0001-88, no valor estimado de R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), a empresa J BORELLA & BORELLA LTDA, inscrita no CNPJ nº 33.393.503/0001-23, no valor estimado de R$ 8.840,00 (oito mil, oitocentos e quarenta reais), a empresa JUANA ESTER MARCELINO VARGAS, inscrita no CNPJ nº 34.579.064/0001-00, no valor estimado de R$ 38.062,05 (trinta e oito mil, sessenta e dois reais e cinco centavos), a empresa K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 21.971.041/0001-03, no valor estimado de R$ 1.464,00 (hum mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais), a empresa KALINOVISKI & KALINOVISKI LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 02.150.800/0001-14, no valor estimado de R$ 11.577,00 (onze mil, quinhentos e setenta e sete reais), a empresa MEDCOM DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.318.729/0001-22, no valor estimado de R$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), a empresa MF – MACHADO SOARES, inscrita no CNPJ nº 03.230.856/0001-41, no valor estimado de R$ 6.133,05 (seis mil, cento e trinta e três reais e cinco centavos), a empresa NORMÉLIA LOTTERMANN EPP, inscrita no CNPJ nº 20.132.150/0001-66, no valor estimado de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), a empresa PDN COMERCIO ELETRONICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 48.042.994/0001-35, no valor estimado de R$ 15.440,00 (quinze mil, quatrocentos e quarenta reais), a empresa PEPCON COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 63.732.144/0001-52, no valor estimado de R$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais), a empresa PROMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 27.806.274/0001-29, no valor estimado de R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais), a empresa SANDRO VILMAR PIRES, inscrita no CNPJ nº 09.253.952/0001-91, no valor estimado de R$ 36.400,00 (trinta e seis mil e quatrocentos reais), a empresa SANE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 43.750.420/0001-06 no valor estimado de R$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais) e a empresa TECMATH LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.334.553/0001-22, no valor estimado de R$ 9.018,00 (nove mil e dezoito reais).

Independência, 16 de outubro de 2026.

EDUARDO MAAHS MARASCA,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Felipe Vogt
Código Identificador:94D25FCA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO TERMO ADITIVO 003 AO CONTRATO Nº 73/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA, CNPJ Nº 87.612.826.0001/90.

CONTRATADA: SÃO JOSÉ CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 66.157.719/0001-49.
DO OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para obra de reforma parcial a ser realizada no prédio onde está localizado o centro de referência de assistência social (CRAS).

DA SUPRESSÃO: Fica suprimido o montante de R$ 1.633,16 (um mil, seiscentos e trinta e três reais com dezesseis centavos), em razão da redução quantitativa dos itens contratados, sendo R$ 1.061,55 (um mil e sessenta e um reais com cinquenta e cinco centavos) referentes a materiais e R$ 571,61 (quinhentos e setenta e um reais com sessenta e um centavos) referentes a serviços, correspondendo a -0,8186% (zero vírgula oito mil cento e oitenta e seis por cento) do valor inicialmente contratado.

DO ADITAMENTO: Fica acrescido o valor de R$ 34.364,08 (trinta e quatro mil, trezentos e sessenta e quatro reais com oito centavos), referente ao acréscimo no quantitativo de itens contratados, sendo R$ 22.336,65 (vinte e dois mil, trezentos e trinta e seis reais com sessenta e cinco centavos) referentes a materiais e R$ 12.027,43 (doze mil e vinte e sete reais com quarenta e três centavos) referentes a serviços, correspondendo a +17,2212% (dezessete vírgula dois mil duzentos e doze por cento) do valor inicialmente contratado.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo para a execução do contrato em epígrafe fica prorrogado em 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 19/10/2026, conforme Ofício Interno nº 2173/2026 e Memorando do Setor de Engenharia nº 17/2026.

Data de assinatura: Independência, 16 de outubro de 2026.

EDUARDO MAAHS MARASCA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Alf Lima
Código Identificador:C4223E7A

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

GABINETE DO EXECUTIVO
DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE ITAQUI, AFETADAS PELA INUNDAÇÃO (COBRADE 1.2.1.0.0), CONFORME PORTARIA MDR Nº 260, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022.

DECRETO Nº 10.303, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do Município de Itaqui, afetadas pela Inundação (COBRADE 1.2.1.0.0), conforme Portaria MDR nº 260, de 2 de fevereiro de 2022.

O PREFEITO DE ITAQUI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 53, alínea "h", da Lei Orgânica do Município e pelo inciso VI, do artigo 8º, da Lei Federal Nº 12.608, de 10 de abril de 2012; e,
CONSIDERANDO a ocorrência do desastre natural hidrológico classificado como INUNDAÇÃO (COBRADE: 1.2.1.0.0) no território do Município de Itaqui provocando danos humanos e sociais e possíveis danos materiais;
CONSIDERANDO o Parecer Técnico nº 02, de 14 de outubro de 2026, da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, que relata a ocorrência de danos decorrentes da inundação (COBRADE 1.2.1.0.0), com áreas do Município total ou parcialmente alagadas, bem como o desabrigo e o desalojamento de aproximadamente 85 (oitenta e cinco) famílias, evidenciando a necessidade de mobilização e disponibilização emergencial, pelo Poder Público, de pessoal, espaços físicos, materiais, equipamentos, veículos e máquinas pesadas, destinados ao atendimento da população afetada, à retirada de pessoas de residências inundadas ou que apresentem risco à segurança de seus ocupantes e ao acolhimento temporário das famílias desabrigadas em locais adequados e seguros;
CONSIDERANDO que o Poder público Municipal tem empregado os recursos humanos e materiais disponíveis para minimizar os efeitos da inundação, mediante a execução de ações de socorro, assistência às pessoas afetadas e resposta ao desastre, visando à proteção da vida, à redução dos danos e prejuízos e ao atendimento das necessidades emergenciais da população atingida;
CONSIDERANDO os critérios estabelecidos pela Portaria nº 260, de 02 de fevereiro de 2022, do Ministério de Desenvolvimento Regional, que regulamenta os procedimentos para o reconhecimento federal de situações de emergência;
D E C R E T A:
Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência (Desastre Nível I) em virtude do desastre natural classificado e codificado como INUNDAÇÃO – COBRADE 1.2.1.0.0, conforme Portaria nº 260, de 02 de fevereiro de 2022, do Ministério de Desenvolvimento Regional,

nas áreas do Município de Itaqui - RS contidas no Formulário de Informações sobre Desastre – FIDE.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a Coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC, nas ações de atendimento e socorro a população atingida pela inundação e para a reabilitação do cenário com a reconstrução das habitações atingidas, assim como, melhoria e manutenção das moradias volantes.
Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de atendimento à população e a realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC.
Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV, do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e observadas as disposições legais aplicáveis, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em casos de risco iminente a:
I – ingressar nas residências, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
II – usar da propriedade, inclusive particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
Parágrafo Único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.
Art. 5º De acordo com o artigo 167, § 3º, da Constituição Federal, é admitida ao Poder Público em Situação de Emergência, a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes.
Art. 6º Com fundamento no inciso VIII do artigo 75 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, sem prejuízo da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam dispensados de licitações as aquisições dos bens necessários ao atendimento de emergência ou do estado de calamidade pública e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de um ano, contado da data da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a recontratação de empresas e prorrogação de contratos.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vigendo pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Itaqui, 15 de outubro de 2026.

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Registre-se e Publique-se:

MAURÍCIO DE MOURA TALHAFERRO
Superintendente de Gestão Integrada

Publicado por:
Rodrigo Kist Maciel
Código Identificador:164D5A81

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 051/2026

Está disponível para recebimento de propostas no sistema eletrônico do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS a contratação:

PROCESSO ADMINISTRATIVO: MEM30596/2026;
OBJETO: Aquisição de Fechadura;
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021;
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item;
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 07h do dia 19/10/2026 até as 07h do dia 22/10/2026;
FASE DE LANCES: Das 08h até as 16h do dia 22/10/2026;
A íntegra do Edital está disponível nos sites www.itaqui.rs.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações pelo fone (55) 3432-1100, ramal 230.

Publicado por:
Fabiane Mainardi
Código Identificador:2AF2F399

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
CONTRATO N° 1081/2026

Contratado: **GI STORE INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO LTDA**
CNPJ: 49.578.502/0001-93
Objeto: AQUISIÇÃO DE JAQUETAS, CAMISETAS POLO E CAMISAS PERSONALIZADOS DESTINADOS AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR (PIM) E JALECOS PERSONALIZADOS DESTINADOS AOS ENFERMEIROS, TÉCNICOS DE ENFERMAGEM E MÉDICOS DAS UBS (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE).
Valor: R$ 3.774,16 (três mil, setecentos e setenta e quatro reais e dezesseis centavos),
Pregão Eletrônico nº 050/2026
Datado de 15/10/2026

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Emanuele Leites de Souza Rios
Código Identificador:A8BEEF2C

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
CONTRATO Nº 1.033/2026

Contratado: **BANRISUL SOLUÇÕES EM PAGAMENTOS S/A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO.**
CNPJ: 92.934.215/0001-06.
Objeto: Serviço de Administração, Controle e Gerenciamento do Abastecimento da Frota de Veículos do Município.
Dispensa de Licitação nº 211/2026.
Datado de 15/10/2026.

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Fabiane Mainardi
Código Identificador:A286D59F

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
CONTRATO Nº 1080/2026

Contratado: **FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANÇA LTDA**
CNPJ: **04.584.756/0001-86**
Objeto: AQUISIÇÃO DE JAQUETAS, CAMISETAS POLO E CAMISAS PERSONALIZADOS DESTINADOS AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR
Valor: R$ 1.860,40 (um mil, oitocentos e sessenta reais e quarenta centavos)
Pregão Eletrônico nº 050/2026
Datado de 15.10.2026

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Sahemy Siqueira de Souza
Código Identificador:69A11E8D

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
CONTRATO Nº 1106/2026

Contratado: **HELPIX ATACADO DE PAPELARIA**
CNPJ: 20.992.564/0001-65
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
Valor: R$ 584,00 (Quinhentos e oitenta e quatro)
Pregão Eletrônico nº 028/2026
Datado de 15.10.2026

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Sahemy Siqueira de Souza
Código Identificador:F0D1337C

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
CONTRATO Nº 1107/2026

Contratado: **ABF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA EPP**
CNPJ: 43.463.101/0001-01
Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS
Valor: R$ 9.549,00 (Nove mil, quinhentos e quarenta e nove)
Pregão Eletrônico nº 040/2026
Datado de 15.10.2026

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Sahemy Siqueira de Souza
Código Identificador:E9A86EC3

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 237/2026

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 237/2026

O Município de Itaqui/RS, no uso das atribuições legais que são conferidas à autoridade competente, torna publico a seguinte contratação:
PROCESSO ADMINISTRATIVO: MEM30604/2026;
OBJETO: Limpeza sistema de injeção, teste de injetores, teste de bomba em bancada e aferimento de sistema eletrônico de injeção para CAMINHÃO CASCALHEIRA IOI – 6259;
CONTRATADA: Ederson Stum Kruger ME;
CNPJ: 37.305.811/0001-00;
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 4.800,00;
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021;
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Lote;
DATA: 14/10/2026;
FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: Através de Nota de Empenho.
Para mais informações acessar o site da Prefeitura de Itaqui (www.itaqui.rs.gov.br).

Publicado por:
Viviane Bonorino Rampelotto
Código Identificador:E913B4EB

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 239/2026

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 239/2026

O Município de Itaqui/RS, no uso das atribuições legais que são conferidas à autoridade competente, torna publico a seguinte contratação:
PROCESSO ADMINISTRATIVO: MEM29111/2026;
OBJETO: Aquisição de 3 (três) Capacetes, características: escamoteável articulado, de cor branca, para uso com motocicleta, com sistema de dupla viseira, sendo a externa transparente em policarbonato de 2 mm e a interna óculos solar fumê retrátil. Forração com tecido antialérgico totalmente removível e lavável, com fecho micrométrico e certificação do INMETRO. Tamanho nº 60;
CONTRATADA: RAFAEL LEONARDI SCHRAMM– ME;
CNPJ: 58.951.274/0001-46;
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 1.399,50;
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021;
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Lote;
DATA: 14/10/2026;
FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: Através de Nota de Empenho.
Para mais informações acessar o site da Prefeitura de Itaqui (www.itaqui.rs.gov.br).

Publicado por:
Viviane Bonorino Rampelotto
Código Identificador:2D571352

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 240/2026

O Município de Itaqui/RS, no uso das atribuições legais que são conferidas à autoridade competente, torna publico a seguinte contratação:
PROCESSO ADMINISTRATIVO: MEM29884/2026;
OBJETO: Serviço de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Resíduos dos Serviços de Saúde;
CONTRATADA: Cetrilife Tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde Ltda.;
CNPJ: 26.522.047/0001-09;
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 57.400,00;
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021;
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Global;
DATA: 15/10/2026;
FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: Através de Nota de Empenho.
Para mais informações acessar o site da Prefeitura de Itaqui (www.itaqui.rs.gov.br).

Publicado por:
Fabiane Mainardi
Código Identificador:589B8D1D

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 241/2026

O Município de Itaqui/RS, no uso das atribuições legais que são conferidas à autoridade competente, torna publico a seguinte contratação:
PROCESSO ADMINISTRATIVO: MEM00504/2026;
OBJETO: Aquisição de Medicamento;
CONTRATADA: Latsch e Bochi Ltda.;
CNPJ: 94.963.576/0003-60;
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 364,56;
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021;
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Por item;
DATA: 16/10/2026;
FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: Através de Nota de Empenho.
Para mais informações acessar o site da Prefeitura de Itaqui (www.itaqui.rs.gov.br).

Publicado por:
Fabiane Mainardi
Código Identificador:A9143046

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 242/2026

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 242/2026

O Município de Itaqui/RS, no uso das atribuições legais que são conferidas à autoridade competente, torna publico a seguinte contratação:
PROCESSO ADMINISTRATIVO: MEM28900/2026;
OBJETO: Serviço de mão de obra para desmontagem, lubrificação e regulagem de fechaduras das 4 portas e fechadura da tampa traseira do veículo Nissan Frontier ano 2009, placas JHG-6252.
CONTRATADA: Orval de Vargas Prestes ME;

CNPJ: 87.838.581/0001-42;
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 900,00;
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75, § 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Lote;
DATA: 16/10/2026;
FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: Através de Nota de Empenho.
Para mais informações acessar o site da Prefeitura de Itaqui (www.itaqui.rs.gov.br).

Publicado por:
Viviane Bonorino Rampelotto
Código Identificador:C5E01335

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 1094/2026
Contratado: **IMPERMASUL INDUSTRIA E COMERCIO DE IMPERMEÁVEIS E EPIS LTDA EPP**
CNPJ: **21.438.323/0001-31**
Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU).
Valor: R$ 8.957,95 (Oito mil, novecentos e cinquenta e sete reais e noventa e cinco centavos).
Pregão Eletrônico nº 058/2026
Datado de 16.10.2026

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Veridiana Velasque Ferner
Código Identificador:2B8EA9C8

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
TERMO ADITIVO Nº 140/2026

Contratado: **HP CONSULTORIA LTDA.**
CNPJ: 57.755.814/0001-53.
Objeto: Prorrogação Contratual.
Contrato nº 0913/2025.
Datado de 15/10/2026.

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Fabiane Mainardi
Código Identificador:EC60241F

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 209/2026

Contratado: **PEDRO NERI CHARÃO ME**
CNPJ: **03.106.855/0001-90**
Objeto: Alteração de monitor
Contrato nº 506/2022.
Datado de 14/10/2026

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Sahemy Siqueira de Souza
Código Identificador:89471F1C

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 210/2026

Contratado: **MARCELO DAMIÃO STOLL**
CNPJ**: 34.265.043/0001-10**
Objeto: Alteração de dotação
Contrato nº 960/2026
Datado de 14/10/2026.

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Sahemy Siqueira de Souza
Código Identificador:42BC8EC4

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 211/2026

Contratado: **CA COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI**
CNPJ**: 28.337.943/0001-23**
Objeto: Alteração de dotação
Contrato nº 970/2026
Datado de 16/10/2026.

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Sahemy Siqueira de Souza
Código Identificador:D21FA796

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUTINGA

LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2026

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 175/2026

ADEMIR MÁRCIO SAKREZENSKI, Prefeito Municipal de Jacutinga, RS, **TORNA PÚBLICO** que se encontra aberto o Edital de Concorrência Presencial nº 06/2026, que tem por objeto a seleção de propostas para a contratação de empresa especializada para a execução de obra, sob regime de **EMPREITADA GLOBAL**, com fornecimento de materiais e mão de obra, visando a Reforma do imóvel onde está instalado o Núcleo de Saúde Integrativa, espaço destinado ao atendimento da população e à prestação de serviços pelos profissionais do setor. Recebimento dos envelopes no dia **05 de novembro de 2026, às 08:30 horas**. Edital e maiores informações junto à Prefeitura Municipal ou através do fone: (54) 3083-5050, site http://www.jacutinga.rs.gov.br ou e-mail pmjacutinga@jacutinga.rs.gov.br.

Jacutinga, 16 de outubro de 2026.

ADEMIR MÁRCIO SAKREZENSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeferson Luis Coghetto
Código Identificador:46B8E61B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 007/2026

Processo Administrativo Eletrônico PRO08017/2026

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES, Prefeito Municipal de Maquiné/RS, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a ***Lei Federal 14.133/2021***, torna pública o presente **EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 007/2026-RETIFICADO,** que se realizará através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

O objeto do presente edital é a seleção de propostas para ***a execução de obra de pavimentação asfáltica em dois segmentos de um total de 2.520,00m lineares da Rodovia da ERS-484, no Município de Maquiné/RS***, **EM SUA FORMA E TEOR, DESCRITO NO PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

A disputa por lances ocorrerá a partir das **10horas do dia 30 de Novembro de 2026**.

Maiores informações poderão ser prestadas, **EXCLUSIVAMENTE** no site www.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital e seus Anexos, encontram-se disponíveis no Portal de Transparência (https://transparencia.maquine.rs.gov.br/licitacoes), no LicitaCon (https://portal.tce.rs.gov.br/licitacon) e no Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br), PNCP, além da publicação no **MURAL** oficial do Município de Maquiné/RS.

Declaro para os fins da ***Lei Federal 14.133/2021***, bem como, que foi publicado e afixado no mural oficial desta instituição. ***Art. 90 da Lei Orgânica do Município de Maquiné/RS (2015) e Lei Municipal 1302/2017***

Maquiné/RS, 15 de Outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de Maquiné/RS
CNPJ 94.436.342/0001-00
LUCIANO DE ALMEIDA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sidinei Eberhardt
Código Identificador:3A35546C

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ
EDITAL 424 DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE MONITOR ESCOLAR

EDITAL N° 424/2026.

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE MAQUINÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, considerando o conteúdo do processo administrativo n° PRO12984/2026, **CONVOCA** os (as) seguintes candidatos (as) aprovados (a) no Processo Seletivo Simplificado n° 001/2026, para o preenchimento de vaga temporária (12 meses), através de contrato administrativo, de acordo com a Lei Municipal n° 2161 de 02 de Setembro de 2026, **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, a contar da publicação deste edital:

Função	Candidato	Inscrição	Classificação
Monitor Escolar	Natalie Angelita Cardoso de Oliveira	4092	9º

Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MAQUINÉ, EM 15 DE OUTUBRO DE 2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

EDGAR RICHARD MONTEIRO ALVES	*LUCIANO DE ALMEIDA ALVES*
Secretário de Administração, Modernização, Planejamento e Segurança	Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES, Prefeito Municipal de Maquiné, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, considerando o conteúdo do processo administrativo nº PRO12984/2026, **CONVOCA** a candidata NATALIE ANGELITA CARDOSO DE OLIVEIRA aprovada em 9º lugar no Processo Seletivo Simplificado n° 001/2026, inscrição n° 4092 para a função de Monitor Escolar, pelo prazo determinado de 12 (doze) meses, através de contrato administrativo, conforme disposição da Lei Municipal n° 2161 de 02 de Setembro de 2026 **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, a contar da publicação do edital.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MAQUINÉ, EM 15 DE OUTUBRO DE 2026.

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES
Prefeito Municipal de Maquiné

Recebi em ……/……/……..

_____
Assinatura do convocado

Publicado por:
Edgar Richard Monteiro Alves
Código Identificador:E3322862

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ
EDITAL 425 DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE MONITOR ESCOLAR

EDITAL N° 425/2026.

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE MAQUINÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, considerando o conteúdo do processo administrativo n° PRO12984/2026, **CONVOCA** os (as) seguintes candidatos (as) aprovados (a) no Processo Seletivo Simplificado n° 001/2026, para o preenchimento de vaga temporária (12 meses), através de contrato administrativo, de acordo com a Lei Municipal n° 2161 de 02 de Setembro de 2026, **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, a contar da publicação deste edital:

Função	Candidato	Inscrição	Classificação
Monitor Escolar	Fabiane Henz Klein	4062	10º

Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MAQUINÉ, EM 15 DE OUTUBRO DE 2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

EDGAR RICHARD MONTEIRO ALVES	*LUCIANO DE ALMEIDA ALVES*
Secretário de Administração, Modernização, Planejamento e Segurança	Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES, Prefeito Municipal de Maquiné, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, considerando o conteúdo do processo administrativo nº PRO12984/2026, **CONVOCA** a candidata FABIANE HENZ KLEIN aprovada em 10º lugar no Processo Seletivo Simplificado n° 001/2026, inscrição n° 4062 para a função de Monitor Escolar, pelo prazo determinado de 12 (doze) meses, através de contrato administrativo, conforme disposição da Lei Municipal n° 2161 de 02 de Setembro de 2026 **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, a contar da publicação do edital.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MAQUINÉ, EM 15 DE OUTUBRO DE 2026.

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES
Prefeito Municipal de Maquiné

Recebi em ……/……/……..

_____
Assinatura do convocado

Publicado por:
Edgar Richard Monteiro Alves
Código Identificador:D110372C

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ
EDITAL 426 DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL N° 426/2026.

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE MAQUINÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, considerando o conteúdo do processo administrativo n° PRO12984/2026, **CONVOCA** os (as) seguintes candidatos (as) aprovados (a) no Processo Seletivo Simplificado n° 001/2026, para o preenchimento de vaga temporária (12 meses), através de contrato administrativo, de acordo com a Lei Municipal n° 2161 de 02 de Setembro de 2026, **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, a contar da publicação deste edital:

Função	Candidato	Inscrição	Classificação
Monitor Escolar	Samara de Conceição Alves	4086	11º

Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MAQUINÉ, EM 15 DE OUTUBRO DE 2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

EDGAR RICHARD MONTEIRO ALVES	*LUCIANO DE ALMEIDA ALVES*
Secretário de Administração, Modernização, Planejamento e Segurança	Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES, Prefeito Municipal de Maquiné, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, considerando o conteúdo do processo administrativo nº PRO12984/2026, **CONVOCA** a candidata SAMARA DA CONCEIÇÃO ALVES aprovada em 11º lugar no Processo Seletivo Simplificado n° 001/2026, inscrição n° 4086 para a função de Monitor Escolar, pelo prazo determinado de 12 (doze) meses, através de contrato administrativo, conforme disposição da Lei Municipal n° 2161 de 02 de Setembro de 2026 **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, a contar da publicação do edital.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MAQUINÉ, EM 15 DE OUTUBRO DE 2026.

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES
Prefeito Municipal de Maquiné

Recebi em ……/……/……..

_____
Assinatura do convocado

Publicado por:
Edgar Richard Monteiro Alves
Código Identificador:94C3766C

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ
EDITAL 427 DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PSIQUIATRA

EDITAL N° 427/2026.

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE MAQUINÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, considerando o conteúdo do processo administrativo n° PRO12908/2026, **CONVOCA** os (as) seguintes candidatos (as) aprovados (a) no Processo Seletivo Simplificado n° 020/2025, para o preenchimento de vaga temporária (12 meses), através de contrato administrativo, de acordo com a Lei Municipal n° 1986 de 06 de Maio de 2025, **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, a contar da publicação deste edital:

Função	Candidato	Inscrição	Classificação
Médico Psiquiatra	Vinicius Martins Nudelmann	PRO12838/2025	2º e 1º Reclassificado

Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MAQUINÉ, EM 15 DE OUTUBRO DE 2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

EDGAR RICHARD MONTEIRO ALVES	*LUCIANO DE ALMEIDA ALVES*
Secretário de Administração, Modernização, Planejamento e Segurança	Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES, Prefeito Municipal de Maquiné, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, considerando o conteúdo do processo administrativo nº PRO12908/2026, **CONVOCA** o candidato VINICIUS MARTINS NUDELMANN aprovado em 2º lugar e 1º Reclassificado no Processo Seletivo Simplificado n° 020/2025, inscrição n° PRO12838/2025 para a função de Médico Psiquiatra, pelo prazo determinado de 12 (doze) meses, através de contrato administrativo, conforme disposição da Lei Municipal n° 1986 de 06 de Maio de 2025 **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, a contar da publicação do edital.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MAQUINÉ, EM 15 DE OUTUBRO DE 2026.

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES
Prefeito Municipal de Maquiné

Recebi em ……/……/……..

_____
Assinatura do convocado

Publicado por:
Edgar Richard Monteiro Alves
Código Identificador:AB33FCB1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ
EDITAL 429 DE RELAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E SEGURANÇA

EDITAL N 429/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 029/2026.

Relação Final das Inscrições Homologadas do Processo Seletivo Simplificado para a formação de cadastro reserva para a Função de Visitador do Programa Primeira Infância Melhor - PIM (CR).

O MUNICÍPIO DE MAQUINÉ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Osvaldo Bastos, 622, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luciano de Almeida Alves, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 37, IX, da Constituição da República, amparado em excepcional interesse público , e considerando o conteúdo do processo administrativo nº PRO12753/2026, **TORNA PÚBLICO** a Relação Final das Inscrições Homologadas do Processo Seletivo Simplificado para formação de cadastro reserva para a Função de Visitador do Programa Primeira Infância Melhor – PIM (CR), que será regido pelas normas estabelecidas neste Edital e no Decreto Municipal nº 2.862/2018.

RELAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

CANDIDATO	INSCRIÇÃO
HELOÍSA DA SILVA FERRAZ	4796
PRISCILA FERREIRA PEIXOTO	4797
NATHÁLIA LEMOS NOVASKI	4802

VITORIA DUTRA RUY	4801
TAMIRES DA CONCEIÇÃO JACOBUS	4805
ELISANDRA DA SILVA HINCHINCK	4808
AGNYS VARGAS RIBEIRO	4810
JOSIELI DA SILVA HINCHINK	4809

Maquiné, em 15 de Outubro de 2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES
Prefeito Municipal

EDGAR RICHARD MONTEIRO ALVES
Secretário de Administração, Modernização, Planejamento e Segurança

Publicado por:
Edgar Richard Monteiro Alves
Código Identificador:8EE4199D

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ
EDITAL 430 DE RELAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E SEGURANÇA

EDITAL N 430/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 030/2026.

Relação Final das Inscrições Homologadas do Processo Seletivo Simplificado para a formação de cadastro reserva para a Função de Atendente de Educação Infantil (CR).

O MUNICÍPIO DE MAQUINÉ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Osvaldo Bastos, 622, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luciano de Almeida Alves, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 37, IX, da Constituição da República, amparado em excepcional interesse público , e considerando o conteúdo do processo administrativo nº PRO121956/2026, **TORNA PÚBLICO** a Relação Final das Inscrições Homologadas do Processo Seletivo Simplificado para formação de cadastro reserva para a Função de Atendente de Educação Infantil (CR), que será regido pelas normas estabelecidas neste Edital e no Decreto Municipal nº 2.862/2018.

RELAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

CANDIDATO	INSCRIÇÃO
ZENI TEIXEIRA ALVES	4798
SANDRA MARA DOS SANTOS	4800
MIRIANI RODRIGUES DA SILVA	4799
NATHÁLIA LEMOS NOVASKI	4803
THAMYRIS BORGES RODRIGUES DE ALMEIDA	4804
ELISANDRA DA SILVA HINCHINCK	4807

Maquiné, em 15 de Outubro de 2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Luciano de Almeida Alves Prefeito Municipal

EDGAR RICHARD MONTEIRO ALVES
Secretário de Administração, Modernização, Planejamento e Segurança

Publicado por:
Edgar Richard Monteiro Alves
Código Identificador:DEC67142

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO RAMOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO RAMOS
PROCESSO Nº 224/2026 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2026

PREGÃO ELETRÔNICO (LEI 14.133) PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE CÂMERAS DE SEGURANÇA PARA ESCOLAS MUNICIPAIS, CONTEMPLANDO EQUIPAMENTOS, MÃO-DE-OBRA DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL RUI BARBOSA – COMPLEXO ESCOLAR PROFESSOR GELSY CLOSS
A Prefeitura Municipal de Marcelino Ramos, RS, torna público que, até as 08:30 do dia 18/11/2026, estará recebendo propostas para a Licitação modalidade Pregão Eletrônico (Lei 14.133) nº 36/2026, visando à Contratação de empresa para fornecimento e instalação de sistema de câmeras de segurança para escolas municipais, contemplando equipamentos, mão-de-obra de instalação e configuração do sistema na Escola Municipal de Ensino Fundamental Rui Barbosa – Complexo Escolar Professor Gelsy Closs. O edital encontra-se disponível no site www.marcelinoramos.rs.gov.br e maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licita@marcelinoramos.rs.gov.br

Marcelino Ramos, RS, 16 de Outubro de 2026.

AMANDA MILESKI
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Damiella Aline Lazzarotto da Silva Costa
Código Identificador:6D0C18EA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO RAMOS
PROCESSO Nº 226/2026 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026

PREGÃO ELETRÔNICO (LEI 14.133) PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MULTIFUNCIONAIS DESTINADOS À CÓPIA, IMPRESSÃO E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS, PRETO E BRANCO TONER E COLOR TINTA
A Prefeitura Municipal de Marcelino Ramos, RS, torna público que, até as 08:30 do dia 04/11/2026, estará recebendo propostas para a Licitação modalidade Pregão Eletrônico (Lei 14.133) nº 37/2026, visando à Contratação de empresa especializada em serviços de locação de equipamentos multifuncionais destinados à cópia, impressão e digitalização de documentos, preto e branco toner e color tinta. O edital encontra-se disponível no site www.marcelinoramos.rs.gov.br e maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licita@marcelinoramos.rs.gov.br

Marcelino Ramos, RS, 16 de Outubro de 2026.

AMANDA MILESKI
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Damiella Aline Lazzarotto da Silva Costa
Código Identificador:A2F5A5CA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO CASTELHANO

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICÍPIO DE MATO CASTELHANO – LICITAÇÕES EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2026, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 82/2026

O Prefeito Municipal de Mato Castelhano, Senhor **ROGÉRIO AZEREDO FRANÇA**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, **FORMALIZA** a Dispensa de Licitação nº 82/2026.

REQUERENTE: GABINETE DO PREFEITO.
OBJETO: Contratação de empresa do ramo de comunicação para a prestação de serviços de veiculação de publicidade institucional em emissora de televisão, visando à divulgação de informações de interesse público e à promoção institucional do Município de Mato Castelhano/RS.

VALOR: R$ 10.886,00 (dez mil, oitocentos e oitenta e seis reais).

Publique-se no prazo legal.

Mato Castelhano, 16 de outubro de 2026.

ROGÉRIO AZEREDO FRANÇA –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flávia Tatiane Saggiorato de Albuquerque
Código Identificador:3FBFF2F6

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICÍPIO DE MATO CASTELHANO – LICITAÇÕES EXTRATO DE CONTRATO 85/2026

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 85/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATO CASTELHANO.

CONTRATADA: CARDIOMED CLÍNICA MÉDICA LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de realização de exames de diagnóstico por imagem, compreendendo radiografias, ultrassonografias, tomografias computadorizadas e ressonâncias magnéticas, com emissão de laudos por médicos habilitados, incluindo o fornecimento de mão de obra especializada, a coordenação dos serviços e os demais profissionais necessários à execução das atividades, visando atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Mato Castelhano/RS, conforme a necessidade.

VALOR: R$ 34.780,00 (trinta e quatro mil, setecentos e oitenta reais).

ASSINAM:

PELO MUNICÍPIO DE MATO CASTELHANO: Senhor Prefeito, ROGERIO AZEREDO FRANÇA.

PELA CONTRATADA: Marcelo Nicola Branchi.

Mato Castelhano, 16 de outubro de 2026.

ROGERIO AZEREDO FRANÇA – Prefeito Municipal

Publicado por:
Flávia Tatiane Saggiorato de Albuquerque
Código Identificador:A814ACF7

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICÍPIO DE MATO CASTELHANO – LICITAÇÕES EXTRATO DE CONTRATO 86/2026

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 86/2026 .

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATO CASTELHANO.

CONTRATADA: MARCELI CRISTIANE ABREU TUBIAS.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de procedimentos de castração de cães e gatos, no âmbito da adesão do Município ao Programa Estadual de Proteção de Animais Domésticos, promovido pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e da Infraestrutura.

VALOR: R$ 29.830,00 (vinte e nove mil, oitocentos e trinta reais).

ASSINAM:

PELO MUNICÍPIO DE MATO CASTELHANO: Senhor Prefeito, ROGERIO AZEREDO FRANÇA.

PELA CONTRATADA: Marceli Cristiane Abreu Tubias.

Mato Castelhano, 16 de outubro de 2026.

ROGERIO AZEREDO FRANÇA –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flávia Tatiane Saggiorato de Albuquerque
Código Identificador:D2E0525E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO REUTER

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
SUMULA DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS TERMO ADITIVO 6/2022

CONTRATO 138/2022

Solicitação de abertura de licitação para contratação de empresa responsável pela realização de exames laboratoriais de urgência, 24 horas por dia, 7 (sete) dias da semana, inclusive finais de semana e feriados, coletados na Unidade Municipal de Saúde, localizada na rua Anita Garibaldi, 274, Centro de Morro Reuter.
As amostras serão coletadas pela equipe da Unidade Municipal de Saúde e encaminhadas até o posto de coleta do laboratório no municipio, próximo da unidade. Os resultados das análises devem ser liberados em no máximo 2 horas após a entrega das amostras no posto de coleta.
Todos os equipamentos e insumos necessários para as análises deverão ser disponibilizados pela empresa vencedora, sendo de responsabilidade da empresa a manutenção e o bom funcionamento dos equipamentos.
O contrato terá validade de 12 meses, podendo ser prorrogado por mais 12 meses, até o prazo máximo de 60 meses. Estando as duas partes satisfeitas com os resultados e valores.

Contrato: 138
Assinatura: 15/10/2026
Expiração: 25/11/2027
Contratado:
DIAGNOSTICA ANALISES CLINICAS E ANATOMIA PAT
CNPJ/CPF:
06.305.638/0001-17
Modalidade:
Pregão
Número da Licitação:
43
Valor:
219.650,84

Publicado por:
Andrei Luan Scholles
Código Identificador:E443FA66

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Mostardas torna público para conhecimento dos interessados que irá realizar a licitação no dia 30/10/2026 às 09h, processo licitatório nº 348/2026, modalidade Pregão Eletrônico nº 70/2026 - SRP, Objeto: **Aquisição de material odontológico.**

Mais informações em www.mostardas.rs.gov.br ou via correio eletrônico: licitacoes@mostardas.rs.gov.br.

Mostardas, 19 de outubro de 2026.

GILNEI JOSÉ NAZARETH DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Lemos de Jesus
Código Identificador:18CEFEEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Mostardas torna público para conhecimento dos interessados que irá realizar a licitação no dia 04/11/2026 às 09h, processo licitatório nº 354/2026, modalidade Pregão Eletrônico nº 72/2026, Objeto: **Locação de módulos habitáveis (container) e de banheiros químicos destinados ao atendimento das necessidades da Administração Municipal.**

Mais informações em www.mostardas.rs.gov.br ou via correio eletrônico: licitacoes@mostardas.rs.gov.br.

Mostardas, 19 de outubro de 2026.

GILNEI JOSÉ NAZARETH DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislaine Lemos de Jesus
Código Identificador:41B2163F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Mostardas torna público para conhecimento dos interessados que irá realizar a partir do dia 19/10/2026, o Chamamento Público nº 06/2026, oriundo do processo nº 351/2026, visando o **credenciamento de clínicas veterinárias.**

Mais informações em www.mostardas.rs.gov.br ou via correio eletrônico: licitacoes@mostardas.rs.gov.br.

Mostardas, 19 de outubro de 2026.

GILNEI JOSÉ NAZARETH DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jucier Lopes Paiva
Código Identificador:86F69BAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Mostardas torna público para conhecimento dos interessados que irá realizar a licitação no dia 04/11/2026 às 09h, processo licitatório nº 351/2026, modalidade Pregão Eletrônico nº 71/2026 - SRP, Objeto: **contratação de empresa para a prestação de serviços de pesagem de carretas e caminhões utilizados na coleta e transporte de resíduos sólidos e no transporte de saibro.**

Mais informações em www.mostardas.rs.gov.br ou via correio eletrônico: licitacoes@mostardas.rs.gov.br.

Mostardas, 19 de outubro de 2026.

GILNEI JOSÉ NAZARETH DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jucier Lopes Paiva
Código Identificador:7FE9D16F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03/2026

Contratante: Município de Mostardas.
Contratada: EXPRESSO PALMARES TURISMO LTDA
CNPJ 92.769.470/0001-32
Objeto: O objeto do presente termo aditivo corporifica-se no acréscimo quantitativo de 490 passagens ao lote 1 – item1, a contar a partir de 16/10/2026, conforme Memorando nº 5501/2026, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde, totalizando o valor de R$ 24.279,50 (vinte e quatro mil duzentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos), perfazendo um acréscimo de 3,3703% ao valor do contrato, conforme art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21.

Vinculado ao Contrato nº003/2026

Mais informações pelo telefone (51) 3673-1404 (ramal: 239)
www.mostardas.rs.gov.br ou via correio eletrônico:
licitacoes@mostardas.rs.gov.br.

Mostardas, 16 de outubro de 2026.

GILNEI JOSÉ NAZARETH DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jordano Pires Lopes
Código Identificador:627FB938

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DE INTENÇÃO DE AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS PARA EXECUÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº37/2023 – PROCEL RELUZ

Contratante: Município de Mostardas.
Objeto: AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS PARA EXECUÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº37/2023 – PROCEL RELUZ. OUTRAS INFORMAÇÕES NO TERMO DE REFERENCIA.

*Arquivos disponíveis no ícone Licitações e Dispensas, link de acesso: https://www.mostardas.rs.gov.br/licitacao

*Aberto para recebimento de proposta até o dia 21/10/2026.

*A proposta deverá ser enviada para o e-mail: comprasmostardas2018@gmail.com
Mais informações pelo telefone (51) 3673-1166 (ramal: 240)
www.mostardas.rs.gov.br

Mostardas, 16 de outubro de 2026.

GILNEI JOSÉ NAZARETH DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jordano Pires Lopes
Código Identificador:AE75F141

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DISPENSA POR INEXIGIBILIDADE Nº93/2026

Contratante: Município de Mostardas
Contratada: REFERENCIA EDUCAÇÃO LTDA
CNPJ nº. 54.347.170/0001-76
Objeto: PAGAMENTO DE INSCRIÇÕES EM CURSOS: GESTÃO DO RPPS NA PRÁTICA: DESAFIOS E CAMINHOS PARA UMA GESTÃO EFICIENTE E TREINAMENTO ANUAL DA POLITICA DE INVESTIMENTO DPIN 2027, PARA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA DO RPPS DO MUNICÍPIO, TALITA ARAÚJO CARASSAI, LAURENI DE SOUZA AMARAL E ROSIANE VIEIRA DE LEMOS, NOS DIAS 09, 10 E 11 DE NOVEMBRO DE 2026, EM PORTO ALEGRE.

Valor Contratual R$ 2.925,00 (dois mil novecentos e vinte e cinco reais)

Mais informações pelo telefone (51) 3673-1166 (ramal: 239)
www.mostardas.rs.gov.br ou via correio eletrônico:

licitacoes@mostardas.rs.gov.br.

Mostardas, 16 de outubro de 2026.

GILNEI JOSÉ NAZARETH DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilberto da Silva Araújo
Código Identificador:3603AE00

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALVORADA

MUNICÍPIO DE NOVA ALVORADA
AVISO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

O **MUNICÍPIO DE NOVA ALVORADA/RS,** por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, torna público, com fundamento na Lei Municipal nº 1.903, de 29/01/2021, para conhecimento dos interessados, que pretende realizar contratação direta, por dispensa de licitação em razão do valor, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de implementação, adequação e acompanhamento do Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados do Município, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
Nos termos do art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Município manifesta interesse em obter propostas de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa para a Administração, observado o critério de menor preço global e o atendimento integral às condições técnicas, operacionais, documentais e de habilitação previstas neste Aviso e no Termo de Referência.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Aviso tem por objeto o recebimento de propostas para contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de implementação, adequação e acompanhamento do Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados do Município de Nova Alvorada/RS, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 - LGPD, pelo período de 12 (doze) meses.
1.2. A solução deverá abranger, de forma integrada, diagnóstico, planejamento, capacitação, inventário e mapeamento de dados, análise de conformidade, elaboração e revisão de instrumentos normativos e operacionais, apoio à atuação do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, estruturação de resposta a incidentes, revisão de instrumentos contratuais e disponibilização de plataforma tecnológica de apoio à gestão.
1.3. O objeto será considerado único, em razão da integração e interdependência técnica entre diagnóstico, implantação, produção documental, capacitação, acompanhamento e ferramenta tecnológica.
1.4. A execução deverá observar integralmente o Documento de Formalização da Demanda - DFD (Anexo I), o Termo de Referência (Anexo II) e as demais condições constantes do processo administrativo.

2. DOS REQUISITOS MÍNIMOS DA PRESTAÇÃO

2.1. A contratada deverá possuir capacidade técnica compatível com o objeto, demonstrada por experiência na execução de serviços de implementação, adequação, governança ou conformidade relacionados à LGPD.
2.2. A equipe técnica deverá possuir qualificação e experiência compatíveis com atividades de proteção de dados, governança, segurança da informação e gestão pública, sem exigência de certificação específica que restrinja indevidamente a competitividade.
2.3. Os serviços deverão observar a Lei Federal nº 13.709/2018, a Lei Federal nº 12.527/2011, as regulamentações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD e demais normas pertinentes.
2.4. A execução ocorrerá em modelo híbrido, combinando atividades presenciais e remotas, devendo ser realizada, no mínimo, 01 (uma) visita técnica presencial por mês, além de reuniões periódicas e emissão de relatório mensal de atividades e entregas.
2.5. A plataforma tecnológica disponibilizada durante a vigência deverá atender aos requisitos mínimos previstos no Termo de Referência, inclusive quanto a controle de acesso, registros de auditoria, cópia de segurança, proteção contra acessos indevidos, exportação dos dados e documentos e devolução ou eliminação segura das informações ao término da contratação.
2.6. A contratada deverá manter confidencialidade e sigilo sobre todos os dados, documentos, sistemas, informações e rotinas a que tiver acesso, inclusive após o encerramento do contrato, sendo vedada a utilização de dados ou documentos municipais para finalidade diversa da execução contratual.

3. DO VALOR DE REFERÊNCIA E DA PROPOSTA

3.1. O valor global estimado da contratação, apurado mediante pesquisa de preços em fontes públicas e contratações similares, é de R$ 59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais) para o período de 12 (doze) meses, correspondente ao parâmetro mensal de R$ 4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta reais).
3.2. A proposta deverá indicar expressamente o valor mensal e o valor global para 12 (doze) meses, em moeda corrente nacional, incluindo todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, inclusive tributos, encargos, deslocamentos, visitas presenciais, licenças de uso da plataforma, equipe técnica, materiais e demais despesas pertinentes.
3.3. A proposta deverá ser compatível com todas as condições e entregáveis previstos no Termo de Referência, não sendo admitida redução do escopo como forma de obtenção de menor preço.
3.4. As despesas correrão à conta da dotação da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento: 03.01.04.126.0002.2012 - Informatização dos Serviços Municipais; item/reduzido 87 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica; Fonte 1500.

4. DO PRAZO E DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1. Os interessados poderão apresentar propostas no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, em observância ao art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
4.2. A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil seguinte ao da publicação deste Aviso no Diário Oficial dos Municípios, excluindo-se o dia da publicação e incluindo-se o dia do vencimento.
4.3. As propostas deverão ser encaminhadas até as 23 horas e 59 minutos do terceiro e último dia útil do prazo para o endereço eletrônico administracao@novaalvorada.rs.gov.br, ou protocoladas junto à Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Alvorada/RS, durante o horário de expediente, observado, em qualquer hipótese, o prazo definido neste item.
4.4. Considerar-se-á tempestiva a proposta efetivamente recebida por e-mail ou protocolada dentro do prazo estabelecido.
4.5. A proposta deverá conter, no mínimo:
a) razão social, nome fantasia, quando houver, número de inscrição no CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico;
b) identificação do representante legal;
c) descrição do serviço ofertado, com declaração de atendimento integral ao objeto e ao Termo de Referência;
d) valor mensal e valor global para o período de 12 (doze) meses;
e) declaração de que os preços contemplam todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto;
f) prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias;
g) assinatura do representante legal.

5. DA VIGÊNCIA E DA FORMA DE EXECUÇÃO

5.1. O contrato administrativo terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura ou da data expressamente indicada no instrumento contratual.
5.2. A execução deverá seguir o cronograma e os entregáveis estabelecidos no Termo de Referência, com acompanhamento mensal e aceite pela fiscalização do contrato.
5.3. O pagamento será realizado mensalmente, após a efetiva execução dos serviços correspondentes ao período, apresentação do Relatório Mensal de Atividades, documento fiscal e ateste da fiscalização, não sendo admitido pagamento antecipado por serviços ainda não executados.

6. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO

6.1. Será selecionada a proposta mais vantajosa para a Administração, observado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL para o período de 12 (doze) meses, desde que atendidas integralmente as condições deste Aviso, do Termo de Referência e da legislação aplicável.

6.2. A classificação pelo menor preço não afasta a análise da exequibilidade da proposta, da adequação técnica da solução e das condições de habilitação da proponente.
6.3. A Administração poderá realizar diligências para esclarecer ou complementar informações, verificar a exequibilidade do preço e comprovar a compatibilidade da proposta com o Termo de Referência, sem admitir alteração substancial da proposta originalmente apresentada.
6.4. A Administração poderá negociar com a empresa classificada em primeiro lugar com a finalidade de obter condições mais vantajosas, respeitados o julgamento objetivo e os demais princípios aplicáveis.
6.5. A apresentação de proposta não gera direito subjetivo à contratação, podendo a Administração, mediante motivação, revogar, anular ou não concluir o procedimento, conforme o interesse público e a legislação aplicável.

7. DA HABILITAÇÃO DA PROPONENTE CLASSIFICADA

7.1. Após a classificação das propostas, a Administração solicitará da proponente que apresentar o menor preço os documentos necessários à comprovação da habilitação e qualificação mínima pertinente ao objeto, incluindo, conforme aplicável:
a) habilitação jurídica;
b) regularidade fiscal, social e trabalhista, nos termos dos arts. 62 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021;
c) comprovação de capacidade técnica compatível com o objeto, mediante atestados, contratos, declarações de execução ou documentos equivalentes;
d) comprovação de equipe com qualificação e experiência compatíveis com as atividades de proteção de dados, governança, segurança da informação e gestão pública;
e) declarações e demais documentos pertinentes previstos no Termo de Referência ou solicitados justificadamente pela Administração.
7.2. A ausência de comprovação dos requisitos exigidos implicará a inabilitação da proponente, facultada a análise da proposta subsequente, observada a ordem de classificação.

8. DOS DOCUMENTOS DO PROCESSO

8.1. Integram o presente Aviso, para todos os fins, e serão publicados conjuntamente com ele no Diário Oficial dos Municípios: Anexo I - Documento de Formalização da Demanda - DFD; e Anexo II - Termo de Referência.
8.2. O documento de formação do preço estimado e os demais documentos do processo administrativo permanecerão disponíveis aos interessados junto à Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento durante o prazo de publicação deste Aviso.
8.3. Os interessados deverão examinar previamente este Aviso e seus Anexos, sendo de sua responsabilidade a apresentação de proposta compatível com o objeto e com todas as condições técnicas, operacionais e administrativas exigidas.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O presente Aviso não constitui convocação para licitação, mas procedimento prévio de divulgação da intenção de contratação direta, destinado à obtenção de propostas de eventuais interessados, nos termos do art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
9.2. Eventuais esclarecimentos poderão ser solicitados à Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, aos cuidados do Secretário Municipal Odolir Soranzo, pelo endereço eletrônico administracao@novaalvorada.rs.gov.br ou pelo telefone (54) 3323-1212.

Nova Alvorada/RS, data da publicação no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Sul.

EDILSON ANTONIO ROMANINI
Prefeito Municipal

ANEXO I - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD SIMPLIFICADO

1. OBJETO / NECESSIDADE A SER ATENDIDA

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de implementação, adequação e acompanhamento do Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados do Município de Nova Alvorada/RS, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), incluindo diagnóstico, planejamento, capacitação, inventário e mapeamento de dados, análise de conformidade, elaboração de instrumentos normativos e operacionais, apoio à atuação do encarregado pelo tratamento de dados, estruturação de resposta a incidentes, revisão de instrumentos contratuais e disponibilização de plataforma tecnológica de apoio à gestão, pelo período estimado de 12 (doze) meses.

2. JUSTIFICATIVA DA DEMANDA

A demanda decorre da necessidade objetiva de elevar o nível de conformidade do Município com a LGPD. No Relatório de Contas Anuais do Executivo Municipal, Processo TCE-RS nº 000630-0200/25-0, exercício de 2025, o item 16.1.1 registrou que o Poder Executivo de Nova Alvorada obteve nível de maturidade BAIXO quanto à implementação da Lei Federal nº 13.709/2018, concluindo que não foram implementadas medidas voltadas à observância das principais diretrizes da LGPD. O apontamento foi incluído entre as inconformidades da conclusão da equipe técnica do Tribunal.
O próprio relatório do TCE-RS atribui especial relevância a elementos estruturantes como planejamento, encarregado pelo tratamento de dados, política de segurança e capacitação. Por sua vez, a adequação municipal exige atuação transversal sobre as Secretarias, considerando que o Município trata dados pessoais e dados pessoais sensíveis relacionados, entre outras áreas, à saúde, educação, assistência social, tributação, servidores e usuários de serviços públicos.
A contratação pretende fornecer apoio técnico especializado e instrumentos operacionais para que o Município implante medidas efetivas, documentadas, auditáveis e sustentáveis de governança em privacidade, reduzindo riscos de incidentes de segurança, vazamentos, tratamentos sem base legal, falhas no atendimento aos titulares e responsabilização administrativa, civil ou perante órgãos de controle.

3. RESULTADOS PRETENDIDOS

• Elevar o grau de maturidade institucional do Município na implementação da LGPD e sanar, de forma material e documentada, as deficiências indicadas pelo TCE-RS.
• Estruturar governança municipal de proteção de dados, com definição de responsáveis, comitê, fluxos, procedimentos e mecanismos de supervisão.
• Mapear as operações de tratamento de dados pessoais em todas as Secretarias e identificar bases legais, compartilhamentos, riscos, prazos de retenção e medidas necessárias de adequação.
• Capacitar a alta gestão e os servidores envolvidos no tratamento de dados pessoais.
• Implantar instrumentos normativos, políticas e procedimentos compatíveis com a LGPD e com os regulamentos da ANPD.
• Estabelecer processo de prevenção, resposta, registro e comunicação de incidentes de segurança.
• Disponibilizar ferramenta de gestão que permita organizar evidências de conformidade, inventários, relatórios, planos de ação e registros de acompanhamento.

4. ESCOPO MÍNIMO PRELIMINAR DA SOLUÇÃO

• Diagnóstico situacional e plano de adequação, com cronograma, responsáveis, prioridades e indicadores de execução.
• Sensibilização da alta administração e capacitação operacional dos servidores, com registro de participação e material de apoio.
• Apoio à designação, orientação e estruturação da atuação do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO), em conformidade com a regulamentação da ANPD.
• Apoio à instituição e funcionamento de Comitê de Privacidade/Proteção de Dados.
• Inventário de dados e mapeamento dos fluxos de tratamento por Secretaria, contemplando, no mínimo, categorias de dados e titulares, finalidade, base legal, agentes envolvidos, compartilhamentos, retenção, descarte e riscos.
• Análise de lacunas (gap analysis) e plano de ação para correções administrativas, jurídicas e tecnológicas.
• Elaboração e/ou revisão de política de privacidade, política de proteção de dados, política de segurança da informação e demais normas internas necessárias.
• Elaboração de protocolo/plano de resposta a incidentes de segurança, com fluxos de registro, contenção, avaliação, comunicação e remediação.
• Elaboração de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD) sempre que a natureza ou o risco das operações de tratamento assim exigir, e não apenas um relatório genérico.
• Adequação de minutas de contratos, editais, termos, formulários e instrumentos de relacionamento com fornecedores/operadores de dados.

• Estruturação de canal e procedimento para exercício dos direitos dos titulares, com definição de fluxo interno de resposta.
• Disponibilização, durante a vigência contratual, de plataforma tecnológica para gestão de conformidade, com controle de acessos, trilha de auditoria, registros, relatórios e possibilidade de exportação integral dos dados/documentos ao Município ao final do contrato.
• Acompanhamento técnico mensal, com no mínimo 01 (uma) visita presencial mensal, reuniões de alinhamento e relatório mensal de atividades e entregas.

5. QUANTIDADE, PRAZO E MODELO DE EXECUÇÃO

Quantidade: 01 (uma) contratação integrada de serviços técnicos de adequação à LGPD e licença de plataforma de apoio à governança.
Prazo estimado de execução: 12 (doze) meses consecutivos.
A execução deverá combinar atendimento presencial e remoto, assegurando presença institucional suficiente para entrevistas, mapeamento, capacitações, reuniões e implantação dos procedimentos. O detalhamento de etapas, marcos, entregáveis e critérios de aceite deverá constar do Termo de Referência.

6. ESTIMATIVA PRELIMINAR DE VALOR

Será realizada pesquisa em fontes oficiais.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.
03.01.04.126.0002.2012 – Informatização dos Serviços Municipais.
Item/Reduzido 87 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.
Fonte: 1500.

8. REQUISITOS ESSENCIAIS DA CONTRATAÇÃO

• Equipe com qualificação e experiência comprovável em LGPD, governança de dados, segurança da informação e atuação junto à Administração Pública.
• Entregáveis objetivos, verificáveis e vinculados a cronograma físico de execução.
• Observância da Lei nº 13.709/2018, das regulamentações vigentes da ANPD e da Lei nº 12.527/2011, no que couber.
• Dever de confidencialidade e sigilo, inclusive após o encerramento do contrato.
• Definição contratual das responsabilidades de controlador e operador, quando aplicável, e das regras de acesso e tratamento de dados pela contratada.
• Requisitos mínimos de segurança para a plataforma: autenticação e controle de acesso, registros de auditoria, backup, proteção contra acesso indevido, gestão de incidentes, portabilidade/exportação e eliminação ou devolução segura das informações ao final da contratação.
• Vedação à utilização dos dados e documentos municipais para finalidade diversa da execução contratual.
• Previsão de transição e entrega ao Município de toda a documentação, inventários, registros, políticas, relatórios e bases estruturadas produzidas durante o contrato.

9. RISCOS DA NÃO CONTRATAÇÃO

A não adoção de providências concretas mantém o Município no nível de maturidade considerado baixo pelo TCE-RS, prolonga a exposição a falhas de segurança e de governança, dificulta o atendimento aos direitos dos titulares, aumenta o risco de incidentes e responsabilizações e pode repercutir negativamente na apreciação das contas e em futuras fiscalizações.

10. ENCAMINHAMENTO

Diante da necessidade demonstrada, solicita-se autorização para prosseguimento do planejamento da contratação, com elaboração do Termo de Referência e demais documentos pertinentes, realização da pesquisa de preços, verificação da adequação orçamentária e definição do procedimento de seleção do fornecedor, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Nova Alvorada/RS, 07 de outubro de 2026.

ODOLIR SORANZO
Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de implementação, adequação e acompanhamento do Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados do Município de Nova Alvorada/RS, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), pelo período de 12 (doze) meses.
1.2. A solução deverá abranger diagnóstico, planejamento, capacitação, inventário e mapeamento de dados, análise de conformidade, elaboração e revisão de instrumentos normativos e operacionais, apoio à atuação do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, estruturação de resposta a incidentes, revisão de instrumentos contratuais e disponibilização de plataforma tecnológica de apoio à gestão.
1.3. A contratação será considerada como um único objeto, em razão da integração e interdependência técnica entre diagnóstico, implantação, produção documental, capacitação, acompanhamento e ferramenta tecnológica.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação decorre do Documento de Formalização da Demanda – DFD e será processada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, observados, especialmente, os princípios e requisitos de planejamento, eficiência, economicidade, segurança jurídica, transparência e adequada definição do objeto.
2.2. A necessidade administrativa decorre da obrigação de adequação do Município à LGPD e do apontamento constante do Relatório de Contas Anuais do TCE-RS, Processo nº 000630-0200/25-0, exercício de 2025, item 16.1.1, que classificou como baixo o grau de maturidade do Poder Executivo Municipal quanto à implementação da Lei nº 13.709/2018.
2.3. Busca-se, com a contratação, implantar medidas efetivas, documentadas, auditáveis e sustentáveis de governança em privacidade, com redução de riscos de incidentes, vazamentos, tratamentos inadequados de dados, falhas no atendimento aos titulares e responsabilizações administrativas ou judiciais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESCOPO MÍNIMO

3.1. A contratada deverá executar, no mínimo, as seguintes atividades:
• diagnóstico situacional do Município quanto à conformidade com a LGPD, com identificação do nível de maturidade, riscos, prioridades e medidas necessárias;
• elaboração de plano de adequação, com cronograma, responsáveis, prioridades, etapas e indicadores de execução;
• sensibilização da alta administração e capacitação dos servidores envolvidos no tratamento de dados pessoais;
• apoio à designação, orientação e estruturação da atuação do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, observadas as normas aplicáveis da ANPD;
• apoio à instituição e ao funcionamento de Comitê de Privacidade/Proteção de Dados, quando definido pela Administração;
• inventário de dados e mapeamento dos fluxos de tratamento por Secretaria, contemplando categorias de dados e titulares, finalidades, bases legais, agentes envolvidos, compartilhamentos, retenção, descarte e riscos;
• análise de lacunas de conformidade e elaboração de plano de ação para correções administrativas, jurídicas e tecnológicas;
• elaboração e/ou revisão de política de privacidade, política de proteção de dados, política de segurança da informação e demais normas internas necessárias;
• elaboração de protocolo/plano de resposta a incidentes de segurança, com fluxos de registro, contenção, avaliação, comunicação e remediação;
• elaboração de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais – RIPD quando a natureza ou o risco das operações de tratamento assim exigir;
• revisão e adequação de minutas de contratos, editais, termos, formulários e demais instrumentos que envolvam tratamento ou compartilhamento de dados pessoais;
• estruturação de canal e procedimento para exercício dos direitos dos titulares, com definição do fluxo interno de atendimento e resposta;
• disponibilização, durante a vigência contratual, de plataforma tecnológica para gestão da conformidade, inventários, documentos, registros, planos de ação e evidências;
• acompanhamento técnico durante toda a vigência, com reuniões periódicas, no mínimo 01 (uma) visita presencial mensal e emissão de relatório mensal de atividades e entregas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratada deverá possuir capacidade técnica compatível com o objeto, demonstrada por experiência na execução de serviços de

implementação, adequação, governança ou conformidade relacionados à LGPD.
4.2. A equipe técnica deverá possuir qualificação e experiência compatíveis com as atividades de proteção de dados, governança, segurança da informação e gestão pública, sem exigência de certificação específica que restrinja indevidamente a competitividade.
4.3. Os serviços deverão observar a Lei nº 13.709/2018, a Lei nº 12.527/2011, as regulamentações da ANPD e demais normas pertinentes.
4.4. A contratada deverá manter confidencialidade e sigilo sobre todos os dados, documentos, sistemas, informações e rotinas a que tiver acesso, inclusive após o encerramento do contrato.
4.5. É vedado utilizar dados ou documentos municipais para finalidade diversa da execução contratual.
4.6. Caso a contratada atue como operadora de dados pessoais em nome do Município, deverá tratar os dados estritamente conforme as instruções do controlador, observando as disposições da LGPD e do contrato.
4.7. A ocorrência ou suspeita de incidente de segurança envolvendo dados municipais deverá ser comunicada imediatamente ao Município, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas da ciência, acompanhada das informações disponíveis e das medidas de contenção adotadas.

5. REQUISITOS MÍNIMOS DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA

5.1. A plataforma disponibilizada durante a vigência deverá, no mínimo:
• permitir gerenciamento de inventários, documentos, relatórios, planos de ação e evidências de conformidade;
• possuir autenticação e controle de acesso por usuário ou perfil;
• manter registros ou trilhas de auditoria das operações relevantes;
• possuir mecanismos de cópia de segurança e proteção contra acesso indevido;
• permitir emissão ou exportação de relatórios e documentos;
• permitir a exportação integral dos dados e documentos do Município ao final do contrato, em formato utilizável e sem dependência da manutenção da licença;
• assegurar a devolução, eliminação ou tratamento seguro das informações municipais após o encerramento da relação contratual, conforme orientação da Administração.
5.2. A contratação não está vinculada a marca, fabricante ou solução tecnológica específica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO

6.1. A execução ocorrerá pelo período de 12 (doze) meses, contado da emissão da ordem de início ou da data definida no instrumento contratual.
6.2. O atendimento deverá ocorrer em modelo híbrido, combinando atividades presenciais e remotas, de acordo com a natureza de cada etapa.
6.3. Deverá ser realizada, no mínimo, 01 (uma) visita técnica presencial por mês, sem prejuízo de outras atividades presenciais necessárias ao adequado cumprimento do objeto.
6.4. A contratada deverá apresentar, no início dos trabalhos, plano de execução e cronograma detalhado, sujeitos à aprovação do Município.
6.5. Ao final de cada mês, deverá ser apresentado Relatório Mensal de Atividades contendo, no mínimo, atividades executadas, entregas realizadas, pendências, riscos identificados, providências recomendadas e planejamento do período subsequente.
6.6. Todos os documentos e materiais produzidos deverão ser entregues em formato editável, sempre que tecnicamente possível, além de versão final em formato de leitura.

7. ENTREGÁVEIS MÍNIMOS

7.1. Constituem entregáveis mínimos, conforme o desenvolvimento do projeto:
• relatório de diagnóstico situacional;
• plano de adequação e cronograma de implantação;
• inventário de dados pessoais e mapeamento dos fluxos de tratamento;
• matriz de bases legais, quando aplicável;
• relatório de análise de lacunas e plano de ação;
• políticas, normas, procedimentos e minutas necessárias à adequação;
• plano/protocolo de resposta a incidentes;
• RIPDs exigíveis conforme os riscos e operações identificados;
• materiais de capacitação e registros das atividades realizadas;
• relatórios mensais de execução;
• base documental e registros mantidos na plataforma;
• relatório final de implantação, contendo situação alcançada, pendências remanescentes e recomendações de continuidade.
7.2. A entrega formal dos documentos não substitui a obrigação de efetiva implantação das medidas que estiverem compreendidas no objeto.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar o objeto de acordo com este Termo de Referência, o contrato e as orientações da fiscalização.
8.2. Designar equipe técnica suficiente e manter profissional responsável pela interlocução com o Município.
8.3. Corrigir, sem ônus adicional, inconsistências, falhas ou inadequações dos produtos apresentados.
8.4. Manter, durante toda a execução, as condições de habilitação exigidas para a contratação.
8.5. Assumir integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução.
8.6. Preservar o sigilo, a integridade, a disponibilidade e a confidencialidade das informações municipais.
8.7. Transferir ao Município, ao final da contratação, todos os documentos, inventários, registros, relatórios, políticas, planos de ação e demais produtos elaborados no âmbito do contrato.

9. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1. Disponibilizar as informações, documentos, sistemas e servidores necessários à execução, observados os controles de acesso pertinentes.
9.2. Designar gestor e fiscal do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
9.3. Promover a articulação entre as Secretarias e os agentes públicos envolvidos no processo de adequação.
9.4. Analisar os produtos apresentados e comunicar, de forma fundamentada, eventuais ajustes necessários.
9.5. Efetuar os pagamentos devidos após a regular liquidação da despesa e o aceite dos serviços.

10. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A execução será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2. A fiscalização verificará o cumprimento do cronograma, a qualidade dos produtos, a realização das atividades presenciais e remotas, a manutenção das condições de segurança e o atendimento das determinações administrativas.
10.3. A existência de fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução integral do objeto.

11. RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITE

11.1. Os serviços serão recebidos mediante análise do Relatório Mensal de Atividades e dos produtos correspondentes ao período.
11.2. O recebimento provisório ocorrerá após a entrega dos produtos ou relatório mensal, para verificação de conformidade.
11.3. O recebimento definitivo ocorrerá após o aceite pela fiscalização, observados os critérios e prazos definidos no contrato.
11.4. Produtos incompletos, inconsistentes ou em desacordo com o Termo de Referência deverão ser corrigidos pela contratada no prazo indicado pela fiscalização, sem custo adicional.

12. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado de forma mensal, após a efetiva execução dos serviços correspondentes ao período, apresentação do Relatório Mensal de Atividades, documento fiscal e ateste da fiscalização.
12.2. Não haverá pagamento antecipado por serviços ainda não executados.
12.3. O valor mensal e as demais condições financeiras serão definidos a partir do resultado do procedimento de contratação e formalizados no instrumento contratual.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. A estimativa do valor da contratação será definida mediante pesquisa de preços, a ser realizada pela Administração em conformidade com o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A pesquisa de preços e a respectiva memória de cálculo serão realizadas e acostadas oportunamente aos autos do processo administrativo, antes da conclusão da fase de seleção e da decisão de contratar.

13.3. Nesta etapa, portanto, não se fixa valor estimado neste Termo de Referência.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

• Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento;
• 03.01.04.126.0002.2012 – Informatização dos Serviços Municipais;
• Item/Reduzido 87 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica;
• Fonte: 1500.

14.2. A suficiência e disponibilidade orçamentária deverão ser confirmadas pela Administração antes da formalização da contratação.

15. CRITÉRIO DE SELEÇÃO E HABILITAÇÃO

15.1. A forma de seleção do fornecedor será definida no processo administrativo, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e o valor estimado apurado.

15.2. Quando houver competição, o julgamento deverá observar o menor preço global para a solução integral, desde que atendidos todos os requisitos técnicos deste Termo de Referência.

15.3. A empresa deverá comprovar habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, bem como qualificação técnica compatível com o objeto, nos termos dos arts. 62 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

15.4. A qualificação técnica poderá ser demonstrada por um ou mais atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem a execução de serviços compatíveis com implementação, adequação, governança ou conformidade à LGPD.

16. SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação integral do objeto.

16.2. Eventual utilização de terceiros em atividades acessórias ou de infraestrutura tecnológica não afasta a responsabilidade integral da contratada e dependerá, quando aplicável, de prévia ciência ou autorização da Administração, permanecendo obrigatórias as regras de confidencialidade, segurança e proteção de dados.

17. GARANTIA CONTRATUAL

17.1. Não será exigida garantia contratual, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada pelo cumprimento das obrigações assumidas e da aplicação das sanções cabíveis.

18. SANÇÕES

18.1. O descumprimento das obrigações sujeitará a contratada às sanções previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais responsabilidades legais.

19. VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

19.1. O prazo inicial de vigência será de 12 (doze) meses, observado o período necessário à execução integral do objeto.

19.2. Eventual prorrogação somente poderá ocorrer se caracterizada a natureza continuada dos serviços e atendidos os requisitos legais, a vantajosidade e o interesse da Administração.

19.3. Eventual reajuste somente será cabível após o interregno mínimo legal de 12 (doze) meses, adotando-se índice oficial definido no instrumento contratual.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A contratada deverá atuar de forma cooperativa com os servidores municipais, sem substituir competências decisórias legalmente atribuídas aos agentes públicos.

20.2. Os documentos elaborados deverão ser compatíveis com a realidade administrativa do Município e submetidos à aprovação dos setores competentes antes de sua adoção formal.

20.3. O presente Termo de Referência integra a fase de planejamento da contratação e poderá receber ajustes formais decorrentes da pesquisa de preços, da análise jurídica ou de outras providências de instrução, desde que preservado o objeto e a necessidade administrativa.

Nova Alvorada/RS, 07 de outubro de 2026.

ODOLIR SORANZO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Publicado por:
Rafael Padova
Código Identificador:8EF2598C

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
TERMO DE FOMENTO N.º 56/2026

CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO – Lei n.º 13.019/14.

Processo Administrativo n.º 995/2026
Inexigibilidade n.º 98/2026
Termo de Fomento n.º 56/2026

OSC: CASA DO IDOSO MONSENHOR ZANETTINI, CNPJ n.º 00.221.989/0001-63.
Valor: R$ 13.000,00 (treze mil reais), nos termos do Plano de Trabalho para o exercício de 2026.

Nova Prata, 16 de outubro de 2026.

UMBERTO LUIZ CARNEVALLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laura Faleiro Miozzo
Código Identificador:13A08E20

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA

INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR - IMAS
4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2022

Contratado: IGAM - INSTITUTO GAMMA DE ASSESSORIA A ÓRGÃOS PÚBLICOS
CNPJ: 01.484.706/0001-39
Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria contábil, de gestão e jurídica

O Instituto Municipal de Assistência aos Servidores de Nova Santa Rita – IMAS, no uso de suas atribuições legais, torna público que, em 16 de outubro 2026, firmou o 4º Termo Aditivo ao Contrato n.º 05/2022, prorrogando sua vigência por mais 12 (doze) meses, a contar de 01 de novembro de 2026. Fica estabelecido de comum acordo entre as partes que o reajuste será concedido conforme indexador IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, acumulado dos últimos 12 meses, através de apostilamento, assim que o indexador for disponibilizado retroagindo aos dias que se fizerem necessários. Todas as demais cláusulas que não tenham sido de alguma forma alteradas, permanecem em pleno vigor.
O presente extrato será publicado na FAMURS, no mural da sede do IMAS e no sítio eletrônico do IMAS. http://www.imasnovasantarita.com.br

Nova Santa Rita, RS, 19 de outubro de 2026.

CATIA SIVINSKI MEIRELLES
Presidente Interina - IMAS

Publicado por:
Eder Ramos
Código Identificador:FCFD4DDB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO CABRAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026
Processo Adm: Nº 229/2026
Objeto: Aquisição de medicamentos para abastecimento da Farmácia Básica Municipal.

Empresas vencedoras valor total: R$ 835.203,15 (oitocentos e trinta e cinco mil e duzentos e três reais e quinze centavos): **CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA** (03652030000170) com os lotes: 2, 16, 21, 38, 39, 47, 48, 60, 62, 84, 89, 100, 102, 106, 114, 115, 126, 127, 132, 142, 148 e 157 no valor total de R$ 94.408,30 (noventa e quatro mil e quatrocentos e oito reais e trinta centavos). **CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** (94516671000153) com os lotes: 1, 13, 40 e 55 no valor total de R$ 9.697,00 (nove mil e seiscentos e noventa e sete reais). **INOVAMED HOSPITALAR LTDA** (12889035000102) com os lotes: 31, 46, 59, 67, 96, 97, 98, 99, 108, 121, 130, 140 e 155 no valor total de R$ 82.939,00 (oitenta e dois mil e novecentos e trinta e nove reais). **MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI** (04470877000105) com os lotes: 41, 44, 51, 57, 92, 103, 104, 110, 133 e 158 no valor total de R$ 92.866,00 (noventa e dois mil e oitocentos e sessenta e seis reais). **DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA** (76386283000113) com os lotes: 20, 68, 118 e 128 no valor total de R$ 17.793,50 (dezessete mil e setecentos e noventa e três reais e cinquenta centavos). **ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA** (00802002000102) com os lotes: 4, 6, 91, 101 e 146 no valor total de R$ 20.899,40 (vinte mil e oitocentos e noventa e nove reais e quarenta centavos). **SOMA/RS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.** (06294126000100) com os lotes: 3, 8, 10, 14, 17, 18, 22, 27, 32, 33, 34, 35, 37, 43, 45, 53, 61, 63, 65, 66, 70, 73, 74, 76, 78, 80, 81, 85, 87, 88, 105, 111, 120, 122, 124, 138, 144, 149, 150 e 151 no valor total de R$ 225.524,60 (duzentos e vinte e cinco mil e quinhentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos). **MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A.** (07752236000123) com os lotes: 11, 15, 28, 71, 72, 75, 83, 125 e 136 no valor total de R$ 101.082,00 (cento e um mil e oitenta e dois reais). **F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** (28093678000185) com os lotes: 52, 56, 64, 69, 79, 95 e 123 no valor total de R$ 33.974,75 (trinta e três mil e novecentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos). **A. G. KIENEN & CIA LTDA** (82225947000165) com os lotes: 49 e 93 no valor total de R$ 9.009,00 (nove mil e nove reais). **TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA** (22862531000126) com os lotes: 86, 129 e 147 no valor total de R$ 7.455,00 (sete mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais). **ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALAR EIRELI** (02607956000181) com os lotes: 23, 54, 113 e 141 no valor total de R$ 6.147,00 (seis mil e cento e quarenta e sete reais). **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA** (25279552000101) com os lotes: 24, 82, 139 e 153 no valor total de R$ 4.346,00 (quatro mil e trezentos e quarenta e seis reais). **FENIX COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** (33398831000112) com os lotes: 29 e 30 no valor total de R$ 4.320,00 (quatro mil e trezentos e vinte reais). **PHOENIX DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E CORRELATOS LTDA** (45107793000180) com os lotes: 94 e 152 no valor total de R$ 19.350,00 (dezenove mil e trezentos e cinquenta reais). **DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** (02520829000140) com os lotes: 9, 36, 117 e 119 no valor total de R$ 12.042,00 (doze mil e quarenta e dois reais). **PONTAMED FARMACEUTICA LTDA** (02816696000154) com os lotes: 25, 58, 107, 112 e 131 no valor total de R$ 5.663,40 (cinco mil e seiscentos e sessenta e três reais e quarenta centavos). **VERTICE MEDICAMENTOS LTDA** (60146737000149) com os lotes: 19, 77, 90, 109 e 137 no valor total de R$ 31.685,40 (trinta e um mil e seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos). **CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** (05782733000149) com os lotes: 5, 7 e 156 no valor total de R$ 21.747,00 (vinte e um mil e setecentos e quarenta e sete reais). **NUTRI-ELE DISTRIBUIDORA DE NUTRIÇÃO PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA** (46381269000166) com os lotes: 26 e 154 no valor total de R$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais). **MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES** (94389400000184) com os lotes: 12, 50, 116, 134, 135, 143 e 145 no valor total de R$ 13.853,80 (treze mil e oitocentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos). **Item deserto:** 42

NOVO CABRAIS - RS, 16 de outubro de 2026

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jarbas Ivanês Deicke
Código Identificador:4F2A7381

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 5428/2026, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre transferência de dotações orçamentárias, na forma que especifica.

LEODEGAR RODRIGUES, Prefeito Municipal de Novo Cabrais, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 167, VI, da Constituição Federal e o disposto no **art. 29**, da **Lei Municipal nº 2817/2025**, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026:

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam transferidos, mediante acréscimo e redução entre despesas correntes e/ou despesas de capital alocadas dentro do mesmo programa de trabalho alocado no orçamento da Lei Orçamentária Anual Exercício de 2026, recursos no montante total de R$380,65 (trezentos e oitenta reais e sessenta e cinco centavos):

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade Orçamentária: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO
Classif: 20.608.0180 – PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS

Acréscimo	
Ação	1.035
Natureza da Despesa	3.3.90.32
Despesa	679
Valor	R$ 380,65
Fonte de Recursos	1501
Detalhamento	0000

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade Orçamentária: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO
Classif: 20.608.0180 – PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS

Redução	
Ação	2.071
Natureza da Despesa	3.3.90.30
Despesa	682
Valor	R$ 380,65
Fonte de Recursos	1501
Detalhamento	0000

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Novo Cabrais, 16 de outubro de 2026.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

EDSON JOEL LAWALL
Secretário de Administração

Publicado por:
Jarbas Ivanês Deicke
Código Identificador:0BD16ED6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 5429/2026, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a transposição de dotações orçamentárias, na forma que especifica.

LEODEGAR RODRIGUES, Prefeito Municipal de Novo Cabrais, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 167, VI, da Constituição Federal e o disposto no **art. 29**, da **Lei Municipal nº 2817/2025**, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026:

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam transpostos dentro do orçamento, mediante acréscimo e redução entre os programas identificados abaixo, recursos orçamentários no montante total de R$ 3.870,00 (três mil e oitocentos e setenta reais), conforme os seguintes detalhamentos:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçament.: 02.04 FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA
Classif: 13.392.0240 DESENVOLVIMENTO DA CULTURA

Acréscimo	
Ação	2.075
Natureza da Despesa	3.3.90.30
Despesa	1896
Valor	R$ 3.870,00
Fonte de Recursos	2500
Detalhamento	0000

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçament.: 02.01 GABINETE DO PREFEITO
Classif: 04.122.0110 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS

Redução	
Ação	2.006
Natureza da Despesa	3.3.90.40
Despesa	2404
Valor	R$ 3.870,00
Fonte de Recursos	2500
Detalhamento	0000

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Novo Cabrais, 16 de outubro de 2026.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

EDSON JOEL LAWALL
Secretário de Administração

Publicado por:
Jarbas Ivanês Deicke
Código Identificador:DCD91147

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2026
ESPÉCIE: CONTRATO Nº 50/2026. FIRMADO EM 16/10/2026. CONTRATANTE: Município De Novo Cabrais. CONTRATADA: RESTAURANTE CASA DA PEDRA LTDA, inscrito no CNPJ sob nº **62.309.004/0001-03; OBJETO:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviço de buffet completo para jantar, destinado ao evento de Escolha das Soberanas e Baile de Aniversário de 30 (trinta) anos do Município de Novo Cabrais/RS. **VALOR CONTRATADO ESTIMADO:** R$ 18.812,50 (dezoito mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), conforme proposta apresentada pela CONTRATADA. **PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado em até 10(dez) dias úteis conforme disposições da cláusula quarta do contrato. **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do presente contrato será até o dia 23 de outubro do presente ano; **ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.39.23.00.00; **PROJETO / ATIVIDADE:** 2.075**; FONTE DE RECURSO:** 1500 – recursos não vinculados de impostos. **AMPARO LEGAL:** Lei 14.133/2021, Dispensa de Licitação de Licitação nº 152/2026, Processo Administrativo nº 2.740/2026.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Fernanda Couto da Rosa
Código Identificador:1B09098E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2026
ESPÉCIE: CONTRATO Nº 51/2026. FIRMADO EM 16/10/2026. CONTRATANTE: Município De Novo Cabrais. CONTRATADA: ADRIANA REZENDE DA SILVA, inscrito no CPF sob nº **757.....-91; OBJETO:** Contratação de empresa especializada para criação, fornecimento, montagem, instalação, manutenção e desmontagem de decoração dos espaços destinados ao Concurso de Escolha das Soberanas do Município de Novo Cabrais, a ser realizado no dia 23 de outubro de 2026. **VALOR CONTRATADO ESTIMADO:** R$ 9.000,00 (nove mil reais), conforme proposta apresentada pela CONTRATADA. **PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis conforme disposições da cláusula quarta do contrato. **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do presente contrato será até o dia 24 de outubro do presente ano; **ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.36.99.01.00; **PROJETO / ATIVIDADE:** 2.075**; FONTE DE RECURSO:** 1500 – recursos não vinculados de impostos. **AMPARO LEGAL:** Lei 14.133/2021, Dispensa de Licitação de Licitação nº 153/2026, Processo Administrativo nº 2.734/2026.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Fernanda Couto da Rosa
Código Identificador:0D68FE7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 41/2026 - TIPO ELETRÔNICO - RP

PREGÃO Nº 41/2026 – TIPO ELETRÔNICO - RP
O Município de Novo Cabrais, Torna Público, que realizará a seguinte licitação:
Modalidade: Pregão nº41/2026 – Tipo Eletrônico.
Tipo: Menor Preço por Item
Objeto: Contratação de empresa para futuro e eventual fornecimento de óleos lubrificantes e graxas, destinados à manutenção preventiva e corretiva, conservação e adequado funcionamento dos veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à frota do Município de Novo Cabrais/RS, sob o sistema de registro de preços.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08 horas e 30 minutos do dia 05/11/2026.
Plataforma: www.bnc.org.br.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Jarbas Ivanês Deicke
Código Identificador:019F009B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RESULTADO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 153/2026

RESULTADO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 153/2026
PROCESSO N° 247/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para criação, fornecimento, montagem, instalação, manutenção e desmontagem de decoração dos espaços destinados ao Concurso de Escolha das Soberanas do Município de Novo Cabrais, a ser realizado no dia 23 de outubro de 2026.

Contratada: ADRIANA REZENDE DA SILVA CPF n° 757.636.560-91; INSS CNPJ n° 29.979.036/0270-06
Valor contratado: O valor total a ser pago corresponde ao montante de **R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).**
Fundamentação legal: Lei n° 14.133/2021, Art. 75, inc. II.

Novo Cabrais, 16 de outubro de 2026

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Vieira Massierer
Código Identificador:EFDF34E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RESULTADO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 162/2026

RESULTADO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 162/2026
PROCESSO N° 258/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de segurança privada desarmada para atendimento às semifinais e finais do Campeonato Municipal de Futsal 2026 e ao Baile de Escolha das Soberanas do Município de Novo Cabrais/RS.
Contratada: STARTEXAS – VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ N° 55.943.720/0001-82.
Valor contratado: O valor total a ser pago corresponde ao montante de **R$ 9.682,00 (nove mil seiscentos e oitenta e dois reais).**
Fundamentação legal: Lei n° 14.133/2021, Art. 75, inc. II.

Novo Cabrais, 16 de outubro de 2026

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Vieira Massierer
Código Identificador:01754CBD

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

EDITAL Nº 585/2026
ROMILDO BOLZAN JÚNIOR, Prefeito Municipal de Osório, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados, classificados no Chamamento Público aberto pelo Edital nº 251/2025, para Estágio Remunerado na Prefeitura Municipal de Osório.
O CIEE-Osório entrará em contato com os estudantes, que terão o prazo de **02 (dois) dias úteis** após o comunicado para se apresentarem na Secretaria de Administração, localizada na Av. Jorge Dariva, nº 1251, 5º andar, Centro, Osório/RS.

ENSINO MÉDIO
JOÃO VITOR MONTEIRO ALMEIDA
TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO
VICTOR BORDIGNON

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 16 de outubro de 2026.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Victoria Lima Dos Santos
Código Identificador:BFDEFAA0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

EDITAL Nº 586/2026
ROMILDO BOLZAN JÚNIOR, Prefeito Municipal de Osório, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados, classificados no Chamamento Público aberto pelo Edital nº 261/2026, para Estágio Remunerado na Prefeitura Municipal de Osório.
O CIEE-Osório entrará em contato com os estudantes, que terão o prazo de **02 (dois) dias úteis** após o comunicado para se apresentarem na Secretaria de Administração, localizada na Av. Jorge Dariva, nº 1251, 5º andar, Centro, Osório/RS.

FISIOTERAPIA - GERAL
RAFAELLA GOMES DE CASTRO
PEDAGOGIA – LARANJEIRAS
RAFAELA RODRIGUES VICENTE

TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO - GERAL
SILVANA DA SILVA SILVEIRA

TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO INT. AO ENSINO MÉDIO - GERAL
NICOLLI REZENDE C. ESPÍNDOLA
STEFANY DIHL DIAS
MARIA EDUARDA MESQUITA DE SOUZA

TÉCNICO EM ENFERMAGEM - GERAL
MARIA EDUARDA DA SILVEIRA MOREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 16 de outubro de 2026.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Victoria Lima Dos Santos
Código Identificador:8B8BAE14

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DECRETO

DECRETO Nº 169/2026

Transfere o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a Lei Municipal n.º 3.060, de 14 de julho de 1999, e o art. 236 da Lei Municipal n.º 2.351, de 23 de maio de 1991,

D E C R E T A:

Art. 1° Fica transferido para o dia 30 de outubro de 2026 o ponto facultativo do dia 28 de outubro de 2026, alusivo ao Dia do Servidor Público, previsto no art. 236 da Lei Municipal n.º 2.351, de 23 de maio de 1991, e na alínea "e" do art. 1º da Lei Municipal n.º 3.060, de 14 de julho de 1999, sem prejuízo do funcionamento regular dos serviços essenciais, conforme segue:

I – serviços de urgência e emergência na área de saúde;
II – serviços do Conselho Tutelar;
III – atendimento da Casa da Criança de Osório;
IV – serviços de fiscalização das áreas de saúde pública, ambiental e segurança pública;
V – serviços junto aos cemitérios municipais;
VI – serviços de vigilância sanitária;
VII – serviços de vigilância do patrimônio público.

Art. 2º As atividades da Secretaria Municipal de Educação obedecerão ao disposto no Decreto nº 16/2026, que dispõe sobre o calendário escolar para o ano letivo de 2026.

Art. 3º Os trabalhos realizados no dia 30 de outubro de 2026 não caracterizarão jornada extraordinária para qualquer fim, salvo se

ultrapassado o horário normal de trabalho, desde que haja a devida convocação, protocolada e autorizada previamente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 16 de outubro de 2026.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR,
Prefeito Municipal.

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA,
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Victoria Lima Dos Santos
Código Identificador:3E6DB8AA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2015/2026

PORTARIA Nº 2015/2026

Autoriza o gozo de 01 (um) mês de Licença Prêmio à servidora.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 113 e artigo 114 da Lei nº 2.351, de 23 de maio de 1991, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais, alterado pela Lei nº 2.537, de 15 de julho de 1993, **AUTORIZA O GOZO DE 01 (UM) MÊS DE LICENÇA PRÊMIO,** à servidora **CLAUDIA MARIA CHAVES MAIOLI CESCA,** do cargo de Auxiliar de Administração, matrícula 3570-01, correspondente ao 1º período de efetividade, compreendido entre 29 de dezembro de 2009 a 28 de dezembro de 2014, concedido pela portaria nº 2134/2015, de acordo com o processo nº 33517/2026, a contar de 01 de novembro de 2026 a 30 de novembro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 15 de outubro de 2026.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:0B066700

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2016/2026

PORTARIA Nº 2016/2026

Designa servidores para exercerem a fiscalização das aquisições através do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 133/2023 e Decreto Municipal nº 88/2024, **DESIGNA** os servidores relacionados abaixo para atuarem como fiscais do registro de preços para a aquisição de Concreto Betuminoso à Quente (CBUQ) com utilização do ligante CAP - 50/70, no teor de 5,0% a 6,0%, através do processo licitatório do **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025**, observando as atribuições previstas no Decreto nº 88/2024, conforme processo nº 8478/2025:

Titular: **RAFAEL FOFONKA PIRES**, matrícula 4928-01
Suplente: **DANIEL RODRIGUES ACOSTA**, matrícula 6990-01
E, fica revogada a portaria nº 779 de 09 de abril de 2025, conforme processo nº 34639/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 15 de outubro de 2026.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:B759F015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2017/2026

PORTARIA Nº 2017/2026

Designa servidores para exercerem a fiscalização da CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE Nº 207/2026.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 133/2023 e Decreto Municipal nº 88/2024, **DESIGNA** os servidores relacionados abaixo para atuarem como fiscais da **CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE Nº 207/2026,** entre o Município de Osório e a empresa **LIDIANE SARAIVA EDUCACAO CORPORATIVA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 16.964.671/0001-02, devendo ser observado as atribuições previstas no Decreto nº 88/2024, conforme processo nº 33499/2026:

Titular: **CRISTIANE DE ALMEIDA SILVA**, matrícula 2336-01
Suplente: **JULIANA GONCALVES OLIVEIRA**, matrícula 4845-02

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 15 de outubro de 2026.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:41BD3F90

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2018/2026

PORTARIA Nº 2018/2026

Convoca para o trabalho em Regime Suplementar o servidor HENRIQUE DA ROSA FAGUNDES.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 13, inciso 1º e 2º e artigo 14 da Lei Municipal nº 5.873/2017, convoca o servidor **HENRIQUE DA ROSA FAGUNDES**, matrícula 5608-01, do cargo de Enfermeiro, padrão 08, para o trabalho em Regime Suplementar de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 23 de outubro de 2026, de acordo com o processo nº 34127/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 15 de outubro de 2026.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:DA9901BC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2019/2026

PORTARIA Nº 2019/2026

Averbação de tempo de serviço.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 138, da Lei nº 2.351, de 23 de maio de 1991, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais de Osório, **AVERBA NA FICHA FUNCIONAL DA SERVIDORA DAIANE PORCIUNCULA KILLES,** do cargo de Auxiliar de Administração, matrícula 5098-02, o tempo de serviço prestado a entidades privadas, correspondente a 1492 (um mil, quatrocentos e noventa e dois) dias que deverá ser contado para fins de aposentadoria, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 15001050100021263, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, anexa ao processo nº 33137/2026, a contar de 13 de outubro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 15 de outubro de 2026.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:DD1E7E0A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2020/2026

PORTARIA Nº 2020/2026

OBJETO: Instaura Processo Administrativo Especial e Designa Comissão processante.
MEMBROS DA COMISSÃO PROCESSANTE: PAULA FERREIRA SOUZA, do cargo de agente administrativo, matrícula n° 3476-01, JESSICA DOS SANTOS FREITAS, do cargo de auxiliar de administração, matrícula n° 6563-01 e ALICE CAROLINE LOURENCO, do cargo de agente administrativo, matrícula n° 3723-01.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n° 3.765, de 22 de dezembro de 2005, Lei n° 3.766, de 22 de dezembro de 2005 e Decreto n° 77, de 09 de maio de 2025, e artigo 5°, inciso LV, da Constituição Federal.

PRAZO: 60 (sessenta) dias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 15 de outubro de 2026.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:FC57FA82

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2021/2026

PORTARIA Nº 2021/2026

Averbação de tempo de serviço.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 137, inciso I da Lei nº 2.351, de 23 de maio de 1991, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais de Osório, **AVERBA NA FICHA FUNCIONAL DA SERVIDORA LUCIANA CONCEICAO DA SILVA,** do cargo de Professora Área II – Disciplina de Matemática, matrícula 3914-01, o tempo de serviço público prestado ao Município de Balneário Pinhal, correspondente a 3980 (três mil, novecentos e oitenta) dias que deverá ser contado para fins de aposentadoria e disponibilidade, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 045/2026, expedida pelo Município de Balneário Pinhal, anexa ao processo n.º 33856/2026, a contar de 07 de outubro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 15 de outubro de 2026.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:D246476A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2022/2026

PORTARIA Nº 2022/2026

Averbação de tempo de serviço.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 85, § 4º, artigo 137, inciso I e artigo 138, ambos da Lei nº 2.351, de 23 de maio de 1991, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais de Osório, **AVERBA NA FICHA FUNCIONAL DO SERVIDOR WLADIMIR SPPARREMBERGER ROLIM,** do cargo de Motorista, matrícula 3313-01, o tempo de serviço público e privado, sendo o público prestado ao Município de Cidreira, correspondente a 994 (novecentos e noventa e quatro) dias que deverá ser contado para fins de aposentadoria, adicional por tempo de serviço e disponibilidade e o tempo de serviço privado prestado a entidades privadas, correspondente a 5261 (cinco mil, duzentos e sessenta e um) dias que deverá ser contado para fins de aposentadoria, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 20021080100841262, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, anexa ao processo nº 33882/2026 a contar de 07 de outubro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 15 de outubro de 2026.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:F82C2640

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 92.2026

O SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE OSÓRIO INFORMA: AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
Objeto: Aquisição de revista pedagógica para a EMEI BEM ME QUER, do Município de Osório/RS, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital. Data de encerramento para cadastramento das propostas 23/10/2026 as

08h59min. Data da sessão de abertura das propostas: 23/10/2026 às 09h. Pela plataforma do BANRISUL. Mais informações pelo e-mail pmo.compras2022@gmail.com

Osório, 16 de outubro de 2026.

ROMILDO BOLZAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raoni Santos de Oliveira
Código Identificador:69999325

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 208/2026

O SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE OSÓRIO INFORMA:

Protocolo: 34453/2026
Valor: 4.815,00
Credor: VIAÇÃO OURO E PRATA S/A
Objeto: pagamento de vales transportes para servidores da Secretaria de Assistência Social do Município de Osório x POA, conforme artigo 74, I, da lei 14.133/21. Mais informações pelo e-mail pmo.compras2022@gmail.com

Osório/RS, 19 de outubro de 2026.

ROMILDO BOLZAN JUNIOR
Prefeito Municipal de Osório/RS

Publicado por:
Simone Rosa
Código Identificador:B834FB80

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMARES DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 25.147, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 25.147, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Determina a instauração de sindicância para apurar fato que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMARES DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, **RESOLVE:**
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, a partir de 07 de outubro de 2026, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Especial, cuja finalidade é apuração dos fatos relatados no Processo Administrativo nº 945/2026 e no Processo Administrativo nº 1.130/2026, originado do Memorando nº 6.061/2026,
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmares do Sul, 15 de outubro de 2026.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

JULIANO DOS SANTOS COSTA
Secretário de Administração

Publicado por:
Mabel Raquel da Silva Marco
Código Identificador:BA275A7E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVOS

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2026. Contratada: E R TAVARES. Do objeto: prorrogação de vigência de contrato para prestação de serviço público de transporte coletivo. FUND. LEGAL: Art. 107 caput cumulado com o Art. 75, VIII, da Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, atendendo ao que consta no Processo Administrativo Eletrônico n.º053/2026.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Mattos Andrade di Luca
Código Identificador:B75E955A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS

Nº 25.123, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026. Objeto: EXONERA a cidadã **EDUARDA SOUZA ARAÚJO, a** partir de 13 de outubro de 2026 do cargo em comissão de Diretora do Departamento de Trânsito e Transportes Coletivos**.** Fund. Legal: Lei Municipal nº 1.107/2004 e memorando nº 6.995/2026.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane da Silva Schmidt de Freitas
Código Identificador:807769AE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS

Nº 25.127, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026. Objeto: Retifica termos na Portaria nº 23.956, de 26 de janeiro de 2026, referente a nomeação do cidadão **CARLOS AUGUSTO SOARES IZIDORO**. Fund. Legal: Lei Complementar Municipal nº 046/1999, Lei Municipal nº 1.107/2004.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane da Silva Schmidt de Freitas
Código Identificador:514AFE3C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS

Nº 25.128, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026. Objeto: Retifica termos na Portaria nº 24.997, de 15 de setembro de 2026, referente a exoneração do cidadão **CARLOS AUGUSTO SOARES IZIDORO**. Fund. Legal: Lei Municipal nº 3.300/2025, Lei Municipal nº 1.107/2004.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane da Silva Schmidt de Freitas
Código Identificador:F71C81B8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS

Nº 25.129, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026. Objeto: Retifica termos na Portaria nº 22.829, de 07 de janeiro de 2025, referente a nomeação da cidadã **EDUARDA SOUZA ARAÚJO**. Fund. Legal: Lei Municipal nº 1.107/2004.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane da Silva Schmidt de Freitas
Código Identificador:67287A1C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS

Nº 25.130, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026. Objeto: Retifica termos na Portaria nº 22.823, de 07 de janeiro de 2025, referente a nomeação da cidadã **SILVIANIA GIL DA SILVA**. Fund. Legal: Lei Municipal nº 3.007/2022 e Lei Municipal nº 1.107/2004.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane da Silva Schmidt de Freitas
Código Identificador:B324B6B3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS

Nº 25.131, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026. Objeto: Retifica termos na Portaria nº 25.011, de 18 de setembro de 2026, referente a exoneração da cidadã **SILVIANIA GIL DA SILVA**. Fund. Legal: Lei Municipal nº 3.007/2022 e Lei Municipal nº 1.107/2004.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane da Silva Schmidt de Freitas
Código Identificador:2D88C46E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS

Nº 25.133, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026. Objeto: Retifica termos na Portaria nº 23.269, de 10 de junho de 2025, referente a nomeação da cidadã **ANDRIELI MACHADO DA ROSA**. Fund. Legal: Lei Municipal nº 2.146/2014 e Lei Municipal nº 1.107/2004.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane da Silva Schmidt de Freitas
Código Identificador:EF55DFE0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS

Nº 25.134, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026. Objeto: Retifica termos na Portaria nº 24.001, de 06 de fevereiro de 2025, referente a nomeação da cidadã **ROBERTA RIBEIRO SILVA**. Fund. Legal: Lei Municipal nº 2.551/2018 e Lei Municipal nº 1.107/2004.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane da Silva Schmidt de Freitas
Código Identificador:F2055B74

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS

Nº 25.135, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026. Objeto: EXONERA a cidadã **ANDRIELI MACHADO DA ROSA, a** partir de 14 de outubro de 2026 do cargo em comissão de Diretora do Departamento Administrativo Escolar**.** Fund. Legal: Lei Municipal nº 2.146/2014, Lei Municipal nº 1.107/2004 e memorando nº 7.072/2026.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane da Silva Schmidt de Freitas
Código Identificador:EF7B71E2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS

Nº 25.136, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026. Objeto: EXONERA a cidadã **ROBERTA RIBEIRO SILVA, a** partir de 14 de outubro de 2026, do cargo em comissão de Chefe de Equipe Administrativo Escolar**.** Fund. Legal: Lei Municipal nº 2.551/2018, Lei Municipal nº 1.107/2004 e memorando nº 7.072/2026.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane da Silva Schmidt de Freitas
Código Identificador:86BFA090

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS

Nº 25.137, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026. Objeto: CONCEDE Licença Gestante a servidora municipal efetiva **JAMILE DO NASCIMENTO BRUM, a** partir de 08 de outubro de 2026, ocupante do cargo de Professora**.** Fund. Legal: Art. 116-H da Lei Complementar Municipal nº 046/1999 e protocolo nº 5.448/2026.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane da Silva Schmidt de Freitas
Código Identificador:F155C561

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS

Nº 25.138, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026. Objeto: CONCEDE Auxilio Natalidade a servidora municipal efetiva **JAMILE DO NASCIMENTO BRUM, a** partir de 08 de outubro de 2026, ocupante do cargo de Professora**.** Fund. Legal: Art. 96-A da Lei Complementar Municipal nº 046/1999 e protocolo nº 5.448/2026.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane da Silva Schmidt de Freitas
Código Identificador:39079323

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS

Nº 25.139, **DE 15 DE OUTUBRO DE 2026**. Objeto: CONCEDE renovação de redução de carga horária da servidora**LETICIA SOUSA BRITTO VELHO**. Fund. Legal: Lei Municipal nº 1.608, de 08 de abril de 2009 e Protocolo nº 5.375/2026.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane da Silva Schmidt de Freitas
Código Identificador:A070B1E0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS

Nº 25.140, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026. Objeto: Retifica termos na Portaria nº 23.257, de 07 de julho de 2025, referente a nomeação da cidadã **PRISCILLA VARELLA DOS SANTOS**. Fund. Legal: Lei Municipal nº 3.022/2022 e Lei Municipal nº 1.107/2004.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane da Silva Schmidt de Freitas
Código Identificador:7102C4F5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS

Nº 25.142, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026. Objeto: Retifica termos na Portaria nº 23.944, de 20 de janeiro de 2026, referente a nomeação da cidadã **SAMANTHA RODRIGUES CARVALHO**. Fund. Legal: Lei Municipal nº 1.107/2004.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane da Silva Schmidt de Freitas
Código Identificador:884698C9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS

Nº 25.143, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026. Objeto: SUSPENDE Licença Prêmio do servidor. Fund. Legal: Art. 113 da Lei Complementar Municipal nº 046/1999.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane da Silva Schmidt de Freitas
Código Identificador:1C07A008

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS

Nº 25.144, **DE 15 DE OUTUBRO DE 2026**. Objeto: Interrompe férias do servidor**RODRIGO GIORDANI BOSCHETTI**. Fund. Legal: Art. 102, § 2º Lei Complementar Municipal nº 046/1999, memorando nº 7.084/2026.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane da Silva Schmidt de Freitas
Código Identificador:79487156

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS

Nº 25.145, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026. Objeto: Retifica termos na Portaria nº 25.047, de 23 de setembro de 2026, referente a nomeação da cidadã **CAROLINE DA CONCEIÇÃO LUIZ**. Fund. Legal: Lei Municipal nº 3.300/2025.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane da Silva Schmidt de Freitas
Código Identificador:34CB0960

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS

Nº 25.146, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026. Objeto: EXONERAÇÃO da cidadã **SAMANTHA RODRIGUES CARVALHO, A PEDIDO,** a partir de 15 de outubro de 2026. Fund. Legal: Lei Municipal nº 2.372, de 31 de maio de 2016 e protocolo nº 5.474/26.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane da Silva Schmidt de Freitas
Código Identificador:0DB23941

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍ

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPA

PORTARIA Nº 344/2026

"Concede licença maternidade a servidora pública municipal"

GILBERTO ZANOTTO, Prefeito Municipal de Paraí, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 233-D da Lei Municipal nº 1.941/2001, resolve:

CONCEDER
À servidora pública municipal GREICE PEROSA BOGO, ocupante do cargo de Enfermeiro PSF, matrícula funcional nº 1.0632, licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, compreendendo o período de 26 de setembro de 2026 a 23 de janeiro de 2027.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍ, ao primeiro dia do mês de setembro de dois mil e vinte e seis.

GILBERTO ZANOTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara de Godois de Almeida
Código Identificador:97B0FA82

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE LICENÇA SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 345/2026

"Concede licença saúde a servidor público municipal"

GILBERTO ZANOTTO, Prefeito Municipal de Paraí, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 203 e art. 204 da Lei Municipal nº 1.941/2001, resolve:

CONCEDER
Licença Saúde ao servidor público municipal SIDNEI KOMONSKI, matrícula funcional nº 1.1594, ocupante do cargo efetivo de Professor de Espanhol, conforme inspeção feita por junta médica oficial do Município, compreendendo o período de 01.10.2026 a 30.10.2026, sem prejuízo da remuneração a que o servidor faz jus.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍ, aos dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis.

GILBERTO ZANOTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara de Godois de Almeida
Código Identificador:92B1E694

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE LICENÇA SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 346/2026

"Concede licença saúde a servidor público municipal"

GILBERTO ZANOTTO, Prefeito Municipal de Paraí, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais tendo em vista o disposto no art. 203 e art. 204 da Lei Municipal nº 1.941/2001, resolve:

CONCEDER

À servidora pública municipal JOVANA PERUZZO, matrícula funcional nº 1.1502, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Educacional, licença saúde, conforme inspeção feita por junta médica

oficial do Município, compreendendo o período de 25.09.2026 a 22.01.2027, sem prejuízo da remuneração a que a servidora faz jus.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍ, aos dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis.

GILBERTO ZANOTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara de Godois de Almeida
Código Identificador:68045AE5

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL"

PORTARIA Nº 347/2026

"Concede redução de carga horária de servidor público municipal"

GILBERTO ZANOTTO, Prefeito Municipal de Paraí, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 1º, § 1º da Lei Municipal nº 3.580/2022, resolve:

CONCEDER
A redução da carga horária da servidora pública municipal MÔNICA DALL' AGNOL, matrícula funcional nº 1.1555, ocupante do cargo de Auxiliar Educacional, em 30% (trinta por cento), em razão do protocolo nº 0758/2026, atendendo o disposto no § 1º do art. 3º da Lei Supra. O benefício é concedido pelo período de 05 de outubro de 2026 a 05 de abril de 2027, considerando o prazo de 06 (seis) meses estabelecido pelo art. 3º caput, da Lei Municipal nº 3.580/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍ, aos cinco dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis.

GILBERTO ZANOTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara de Godois de Almeida
Código Identificador:FD5A7624

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE TROCA DE NÍVEL A AUXILIAR EDUCACIONAL

PORTARIA Nº 357/2026

"Concede Troca de Nível a Auxiliar Educacional"

GILBERTO ZANOTTO, Prefeito Municipal de Paraí, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, considerando protocolo nº 0716/2026 e tendo em vista o disposto no art. 25 da Lei Municipal nº 3.150/2016, resolve:

CONCEDER
À Auxiliar Educacional EDUARDA CAROLINE ALVES SALES, matrícula funcional nº 1.1491, troca de nível, passando a perceber remuneração correspondente ao Nível 2, por ter apresentado Diploma de Licenciatura em Pedagogia, a contar de outubro de 2026, de acordo com o art. 26 da Lei Municipal nº 3.150/2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍ, aos oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis.

GILBERTO ZANOTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara de Godois de Almeida
Código Identificador:45C1E84C

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
"DESIGNA LEILOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PARAÍ"

PORTARIA Nº 354/2026

"Designa leiloeiro oficial do Município de Paraí"

GILBERTO ZANOTTO, Prefeito Municipal de Paraí, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, resolve:

DESIGNAR MAURO PEREIRA DE OLIVEIRA como leiloeiro oficial do Município de Paraí para atender ao Leilão nº 02/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍ, aos oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis.

GILBERTO ZANOTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara de Godois de Almeida
Código Identificador:043BFE77

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
"INSTITUI O COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL (CEM) NO ÂMBITO DO COMPROMISSO NACIONAL DA CRIANÇA ALFABETIZADA NO MUNICÍPIO DE PARAÍ-RS

PORTARIA Nº 355/2026

"Institui o Comitê Estratégico Municipal (CEM) no âmbito do Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada no Município de Paraí-RS"

GILBERTO ZANOTTO, Prefeito Municipal de Paraí, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e considerando as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) para o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, bem como os critérios para a concessão do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização, RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal (CEM) do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Paraí – RS.

Art. 2º O Comitê Estratégico Municipal (CEM) possui caráter consultivo, propositivo e mobilizador, competindo-lhe as seguintes atribuições:
I - Planejar, articular, acompanhar e monitorar localmente as ações integradas do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
II - Apoiar a implementação das ações formativas e de avaliação da aprendizagem voltadas à Educação Infantil e aos anos iniciais do Ensino Fundamental;
III - Colaborar na produção e inserção de evidências e relatórios exigidos no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC);
IV - Mobilizar a comunidade escolar e a sociedade civil local em prol das metas de alfabetização do município.

Art. 3º O Comitê Estratégico Municipal (CEM) será composto pelos seguintes membros titulares e seus respectivos suplentes:
I - Representante da Secretaria Municipal de Educação (SME): Titular - Liziane Zanon Lisboa (Coordenadora do Comitê); Suplente - Elizabete da Silva Lisboa;
II - Articulador(a) Municipal da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa): Lorise Sobieski Dalvite;
III - Representante da Equipe Pedagógica dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Titular - Daniela Dorigan; Suplente: Fabiana Falcade;
IV - Representante da Equipe Pedagógica da Educação Infantil: Titular - Flávia Tremarin; Suplente - Sandra Pandolfi Pigozzo;

V - Representante dos Diretores/Coordenadores Pedagógicos das Escolas Municipais: Titular - Rosana Reginato Concari; Suplente - Renata Tedesco.
Art. 4º A atuação dos membros do Comitê Estratégico Municipal será considerada serviço público relevante, não ensejando qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º O Comitê elaborará e aprovará seu Regimento Interno no prazo de até 15 dias a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍ, aos oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis.

GILBERTO ZANOTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara de Godois de Almeida
Código Identificador:B8A3C679

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
"PRORROGA LICENÇA MATERNIDADE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL"

PORTARIA Nº 356/2026

"Prorroga licença maternidade de servidora pública municipal"

GILBERTO ZANOTTO, Prefeito Municipal de Paraí, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, considerando o protocolo nº 0517/2026 e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 2.735/2010, resolve:

PRORROGAR A licença maternidade da servidora pública municipal GISELE SOMENSI SILVESTRI, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, matrícula funcional nº 1.1607, em 60 (sessenta) dias. A prorrogação se dará no período de 08 de outubro de 2026 a 06 de dezembro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍ, aos oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis.

GILBERTO ZANOTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara de Godois de Almeida
Código Identificador:0749A12A

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
REGULARIZA CONCESSÃO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 358/2026

"Regulariza concessão de adicional por tempo de serviço a servidor público municipal"

GILBERTO ZANOTTO, Prefeito Municipal de Paraí, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Municipal nº 3.878/2026 e o disposto no art. 86 da Lei Municipal nº 1.941/2001, resolve:

REGULARIZAR a concessão do adicional por tempo de serviço da servidora pública municipal, conforme segue:
Servidor Mat. Data de implementação Vantagem
Juciliane da Trindade 1.1551 29.03.2021 2º triênio
Juciliane da Trindade 1.1551 29.03.2021 3º triênio

Ficam revogadas as portarias de concessão dos triênios supra, anteriores a esta data.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍ, aos quatorze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis..

GILBERTO ZANOTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara de Godois de Almeida
Código Identificador:A08BF5F5

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECI NOVO

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE SORTEIO PÚBLICO - CREDENCIAMENTO Nº 04/2026

AVISO DE SORTEIO PÚBLICO. CREDENCIAMENTO nº 04/2026. Objeto: Contratação de leiloeiro público oficial mediante credenciamento, visando atender às necessidades da Prefeitura de Pareci Novo. O sorteio público para seleção do leiloeiro responsável pelo primeiro leilão de bens inservíveis será realizado no dia 21 de outubro de 2026, às 09h, na Prefeitura Municipal de Pareci Novo. Para o primeiro sorteio, serão considerados os credenciamentos deferidos até o dia 19 de outubro de 2026, às 09h. Os profissionais credenciados posteriormente poderão participar dos próximos sorteios, conforme as disposições do edital. Edital disponível no sítio https://www.parecinovo.rs.gov.br. Informações pelo telefone (51) 99646-3873 ou pelo e-mail licitacao@parecinovo.rs.gov.br.

LORENI CRISTINA REINHEIMER,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Malu Pereira
Código Identificador:A5546DA4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAROBÉ

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 001 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

"Dispõe sobre a instituição de Sessão Solene anual em homenagem ao Dia Nacional do Surdo, no âmbito da Câmara Municipal de Parobé".

HENRIQUE RAFAEL DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul, faço saber que a Câmara aprovou e eu, nos termos da Lei Orgânica do Município, e do Regimento Interno desta Câmara Municipal, promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Câmara Municipal de Parobé, Sessão Solene anual em homenagem ao Dia Nacional do Surdo, a ser realizada, preferencialmente, na terça-feira da semana que compreender o dia **26 de setembro**, data alusiva ao Dia Nacional do Surdo.
Art. 2º A Sessão Solene tem por finalidade reconhecer e valorizar a comunidade surda, promovendo a conscientização acerca da inclusão, da acessibilidade, da cultura surda e da importância da Língua Brasileira de Sinais – Libras, bem como homenagear pessoas, entidades e instituições que contribuam para a promoção dos direitos e da inclusão das pessoas surdas no Município de Parobé.
Art. 3º A Mesa Diretora adotará as providências necessárias à organização da Sessão Solene, observadas as disposições regimentais e a disponibilidade orçamentária e financeira, podendo, para sua realização, contar com a colaboração de instituições de ensino, organizações da sociedade civil, profissionais intérpretes de Libras, representantes da comunidade surda, autoridades, convidados e demais entidades relacionadas à temática.
Art. 4º Durante a Sessão Solene poderão ser realizadas:
I - entrega de certificados de reconhecimento a pessoas que tenham contribuído de forma relevante para a inclusão, a acessibilidade, a

valorização da cultura surda ou a promoção dos direitos das pessoas surdas no Município de Parobé, mediante indicação formal e observados critérios previamente definidos pela Mesa Diretora;
II - concessão de menções honrosas a pessoas, entidades ou instituições que tenham se destacado na promoção da inclusão, da acessibilidade, da cultura surda ou dos direitos das pessoas surdas, mediante indicação formal e observados critérios impessoais previamente definidos pela Mesa Diretora;
III - pronunciamentos e manifestações dos participantes da Sessão Solene, observadas as disposições do art. 106, § 1º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parobé;
IV - apresentações culturais, palestras, depoimentos e outras manifestações relacionadas à valorização da cultura surda, da acessibilidade e da Língua Brasileira de Sinais – Libras, desde que pertinentes à finalidade institucional da homenagem e previamente organizadas pela Mesa Diretora.
Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal de Parobé, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e as disposições legais aplicáveis.
Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Parobé, RS 44º Ano de Emancipação Política, 11ª Legislatura, 19 de outubro de 2026.

HENRIQUE RAFAEL DOS SANTOS
Presidente do Poder Legislativo

Publicado por:
Daniela Colioni Dos Santos
Código Identificador:E8E910BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PRD Nº 115-2026

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA Nº 115/2026

HOMOLOGAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 115/2026 – PROCESSO Nº 5911/2026. Objeto: Aquisição emergencial de materiais diversos e contratação de serviços de frete destinados ao atendimento imediato das famílias afetadas pelo evento climático ocorrido em 21 de setembro de 2026, no Município de Parobé/RS. Com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 080/2026 e considerando o Parecer Jurídico nº 481/2026, HOMOLOGO o Processo Administrativo nº 5911/2026, referente à Dispensa de Licitação nº 115/2026, em favor das empresas PELISSOLI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, no valor de R$ 84.371,60; DASC MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, no valor de R$ 510,00; CORREA COMÉRCIO E TERRAPLANAGEM, no valor de R$ 43.312,50; DOIS ZÉ INDÚSTRIA E PANIFICAÇÃO LTDA, no valor de R$ 350,00; MARKS ATACADO E COMÉRCIO LTDA, no valor de R$ 190,00; DEIVID RAFAEL SCHOFER, no valor de R$ 1.860,00; e SILVANO DOS SANTOS, no valor de R$ 2.590,00, totalizando **R$ 133.184,10 (cento e trinta e três mil, cento e oitenta e quatro reais e dez centavos).**

Parobé/RS, 16 de outubro de 2026.

GILBERTO MIGUEL GOMES JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tairone Dal Castel
Código Identificador:6AAD48B8

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS ALTAS

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DI 174-2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Contratante: Município de Pedras Altas- RS
Contratado: DPM Educação
Objeto: Curso s e treinamentos, servidora Suelen Medeiros.
Valor: R$ 699,00 (seiscentos e noventa e nove reais)
Modalidade: Inexigibilidade 174/2026
Amparo Legal: Lei n° 14.133/2021, Art. 74, inc. III, alínea "f"

Pedras Altas, 15 de outubro de 2026

VIVIANE MARIA AVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Daniele Goulart Oliveira
Código Identificador:2BB035D9

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
PORTARIA N.° 10.006 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Averba tempo de contribuição.

A Prefeita Municipal de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando, Protocolo nº 984/2026;
RESOLVE:
Art. 1° Averbar junto ao Fundo Municipal de Previdência Social deste município, o tempo de contribuição da servidora **Ione Elida Blank Bellini**, Professor de Anos Iniciais, matrícula nº 413-8, igual a **1.969 dias,** correspondendo a **05 (cinco) anos, 04 (quatro) meses e 25 (vinte e cinco) dias**, conforme Certidão de Tempo de Contribuição, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob protocolo n° 19001010102289265, descrita abaixo:
Empregador: **MUNICIPIO DE HERVAL**
Número: **880803790001-38**
Período Contribuição: **01/03/1999 a 31/12/1999**
Período Aproveitado**: 01/03/1999 a 31/12/1999**
Tempo de Contribuição**: 0 ano(s), 10 mes(es), 0 dia(s)**
Tempo Aproveitado: **0 ano(s), 10 mes(es), 0 dia(s)**

Empregador: **MUNICIPIO DE HERVAL**
Número: **880803790001-38**
Período Contribuição: **01/03/2000 a 31/12/2000**
Período Aproveitado**: 01/03/2000 a 31/12/2000**
Tempo de Contribuição**: 0 ano(s), 10 mes(es), 0 dia(s)**
Tempo Aproveitado: **0 ano(s), 10 mes(es), 0 dia(s)**

Empregador: **MUNICIPIO DE PEDRAS ALTAS**
Número: **42190990001-78**
Período Contribuição: **01/03/2001 a 31/12/2001**
Período Aproveitado**: 01/03/2001 a 31/12/2001**
Tempo de Contribuição**: 0 ano(s), 10 mes(es), 0 dia(s)**
Tempo Aproveitado: **0 ano(s), 10 mes(es), 0 dia(s)**

Empregador: **MUNICIPIO DE PEDRAS ALTAS**
Número: **42190990001-78**
Período Contribuição: **01/03/2002 a 31/12/2002**
Período Aproveitado**: 01/03/2002 a 31/12/2002**
Tempo de Contribuição**: 0 ano(s), 10 mes(es), 0 dia(s)**
Tempo Aproveitado: **0 ano(s), 10 mes(es), 0 dia(s)**

Empregador: **MUNICIPIO DE PEDRAS ALTAS**
Número: **42190990001-78**
Período Contribuição: **06/03/2003 a 01/12/2004**
Período Aproveitado**: 06/03/2003 a 01/12/2004**
Tempo de Contribuição**: 1 ano(s), 08 mes(es), 26 dia(s)**
Tempo Aproveitado: **1 ano(s), 08 mes(es), 26 dia(s)**

Empregador: **MUNICIPIO DE PEDRAS ALTAS**
Número: **42190990001-78**
Período Contribuição: **02/12/2004 a 31/03/2005**
Período Aproveitado**: 02/12/2004 a 31/03/2005**
Tempo de Contribuição**: 0 ano(s), 03 mes(es), 29 dia(s)**
Tempo Aproveitado: **0 ano(s), 03 mes(es), 29 dia(s)**

Art. 2° Averbar junto ao Fundo Municipal de Previdência Social deste município, o tempo de contribuição da servidora **Ione Elida**

Blank Bellini, Professor de Anos Iniciais, matrícula nº 936-9, igual a **120 dias,** correspondendo a **0 (zero) anos, 3 (três) meses e 29 (vinte e nove) dias**, conforme Certidão de Tempo de Contribuição, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob protocolo n° 19001010102289265, descrita abaixo:
Empregador: **MUNICIPIO DE HERVAL**
Número: **880803790001-38**
Período Contribuição: **02/09/1998 a 31/12/1998**
Período Aproveitado**: 02/09/1998 a 31/12/1998**
Tempo de Contribuição**: 0 ano(s), 3 mes(es), 29 dia(s)**
Tempo Aproveitado: **0 ano(s), 3 mes(es), 29 dia(s)**
Art. 3° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos, Em 15 de outubro de 2026.

VIVIANE MARIA ÁVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Maria Luciana Gimenes Rochel
Código Identificador:6B954C47

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
PORTARIA N.° 10.007 DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

Libera férias suspensas de servidora lotada na Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento.

A Prefeita Municipal de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando, Art. 92 e seguintes da Lei Municipal nº 161/2002;
Considerando, Processo Digital nº 10487/2025, despacho nº 33;
RESOLVE:
Art. 1º Liberar 09 (nove) dias de férias suspensas no Art. 1º da Portaria 9.723 de 28 de abril de 2026, liberadas no Art. 2º da Portaria 9.538 de 23 de janeiro de 2026, suspensas no Art. 1º da Portaria nº 7.878 de 26 de novembro de 2024, concedidas no Art. 1° da Portaria n° 7.821 de 23 de outubro de 2024, da servidora **Hemelin Lucas Gomes Rodrigues**, Agente Administrativo, matrícula n° 1236-0, **no período de 19/10/2026 a 27/10/2026.**
Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos, Em 16 de outubro de 2026.

VIVIANE MARIA ÁVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Maria Luciana Gimenes Rochel
Código Identificador:C6A2C95C

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
PORTARIA N.° 10.008 DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

Libera e concede férias a servidora lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

A Prefeita Municipal de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando, Art. 92 e seguintes da Lei Municipal nº 161/2002;
Considerando, Processo Administrativo nº 10454/2025, despacho nº 24;
RESOLVE:
Art. 1º Liberar 16 (dezesseis) dias de férias suspensas no Art. 1º da Portaria 9.035 de 31 de março de 2025, concedidas no Art. 1º da Portaria nº 8.075 de 25 de fevereiro de 2025, da servidora **Roberta Pinheiro Rochel**, Auxiliar Administrativo, matrícula n° 999-7, **no período de 13/10/2026 a 28/10/2026.**
Art. 2° Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo **2024/2025,** a servidora **Roberta Pinheiro Rochel**, Auxiliar Administrativo, matrícula n° 999-7, **no período de 03/11/2026 a 02/12/2026**.
Art. 3° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos, Em 16 de outubro de 2026.

VIVIANE MARIA ÁVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Maria Luciana Gimenes Rochel
Código Identificador:E5FEFE9B

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
PORTARIA N.° 9.989 DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

Libera férias suspensas de servidor lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

A Prefeita Municipal de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando, Art. 92 e seguintes da Lei Municipal 161/2002;
Considerando, Processo Digital nº 10375/2025, despacho nº 48;
RESOLVE:
Art. 1° Liberar 06 (seis) dias de férias suspensas no Art. 4º da Portaria nº 9.540 de 28 de janeiro de 2026, concedidas no Art. 1º da Portaria n° 9.497 de 19 de dezembro de 2025, do servidor **Anibal Silveira Peixoto**, Operador de Escavadeira Hidráulica, matrícula n° 1894-5, **no período de 07/10/2026 a 12/102026.**
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos, Em 07 de outubro de 2026.

VIVIANE MARIA ÁVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Maria Luciana Gimenes Rochel
Código Identificador:030A6350

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 116/2026

A Prefeita Municipal de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, considerando a Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 03/2025 – Edital nº 50/2025, bem como Ofício nº 804/2026, considerando a solicitação de passar para final da fila de aprovados da candidata de inscrição nº 013, **CONVOCA** o candidato abaixo relacionado para que no prazo de 3(três) dias consecutivos manifeste interesse na contratação temporária, bem como providencie no prazo de 10(dez) dias consecutivos, os documentos necessários solicitados através de Ofício para posterior assinatura do Contrato Administrativo de Serviço Temporário.

FUNÇÃO: ENFERMEIRO – ESCALA 24 X 72 HORAS

Nº de inscrição	Nome do candidato	Resultado Final
024	Tiago Ramos Lammel	14º Lugar

Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Pedras Altas, 16 de outubro de 2026.

VIVIANE MARIA ÁVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Uelica Veleda Conceição
Código Identificador:83AA90EC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO COM A EMPRESA JEFERSON SCHERMANN FERREIRA & CIA LTDA., INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 15.723.058/0001-30, VIA PROCESSO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 013/2026,

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPÓ/RS - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - O Município de Pirapó, Poder Executivo, torna **PÚBLICO** o seguinte: **Contrato com a empresa JEFERSON SCHERMANN FERREIRA & CIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 15.723.058/0001-30,** via processo de Concorrência Eletrônica nº 013/2026, contrato 89/2026 no valor de R$ 1.002.000,00 (um milhão e dois mil reais), contratação de empresa especializada no ramo de construção civil para a execução da obra de implantação do "Centro Cultural Missioneiro Salto do Peixe" (Rua Coberta), situado na Rua Afonso de Medeiros, Quadra 14, centro da cidade de Pirapó/RS, pelo Termo de Convênio SEDAC nº 36/2026, FPE nº 1632/2026, celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, e o Município de Pirapó, conforme Estudo Técnico, Termo de Referência e Projeto em anexo, Gabinete do Prefeito. Maiores informações, através dos telefones (55) 3351-1800, pmpirapo@pirapo.rs.gov.br ou junto ao setor de licitações das 07:00h ás 13:00h sito a rua Afonso de Medeiros 562, 16 de outubro de 2026,

LAURI LUIZ SCHEEREN -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriana Diel Rohr
Código Identificador:8E957862

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO; CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, Nº 013/2026,

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPÓ/RS - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - O Município de Pirapó, Poder Executivo, torna **PÚBLICO** o seguinte: **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO; CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, nº 013/2026**, que tem como objeto contratação de empresa especializada no ramo de construção civil para a execução da obra de implantação do "Centro Cultural Missioneiro Salto do Peixe" (Rua Coberta), situado na Rua Afonso de Medeiros, Quadra 14, centro da cidade de Pirapó/RS, pelo Termo de Convênio SEDAC nº 36/2026, FPE nº 1632/2026, celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, e o Município de Pirapó; participante vencedor **JEFERSON SCHERMANN FERREIRA & CIA LTDA; autorizo o empenho das despesas resultantes nas seguintes dotações orçamentarias:** Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito Municipal Unidade Orçamentária: 0203 - Fundo Municipal da Cultura Atividade: 1114 - Construção do Centro Cultural Salto do Peixe Rubrica: 449051 - Obras e Instalações Vínculo: 701 e 500 Despesa: 2043 e 2044; **14/10/2026**. 16 de outubro de 2026,

LAURI LUIZ SCHEEREN -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriana Diel Rohr
Código Identificador:374B0806

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATINI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PRORROGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATINI
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2025

MARCIO MANETTI PORTO, Prefeito Municipal de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, na Lei Municipal nº 424/2002 e demais legislações aplicáveis,
CONSIDERANDO o disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2025, que prevê a possibilidade de prorrogação de seu prazo de validade por igual período;
CONSIDERANDO a permanência da necessidade temporária no serviço público municipal;
CONSIDERANDO a existência de candidatos regularmente classificados e aptos à convocação;
TORNA PÚBLICO o que segue:
Art. 1º Fica **PRORROGADO**, por mais **01 (um) ano**, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2025, **homologado em 16 de Outubro de 2025**, passando sua validade a estender-se **até 16 de Outubro de 2027**.
Art. 2º A presente prorrogação tem por finalidade assegurar a continuidade das contratações temporárias necessárias ao adequado funcionamento dos serviços públicos prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do Edital nº 006/2025.
Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Piratini, 16 de outubro de 2026.

MARCIO MANETTI PORTO
Prefeito Municipal

MÁRCIO DE FARIAS LUÇARDO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Tâmazi Hellwig Voss
Código Identificador:9279885B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 80/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 80/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATINI, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar 123/06 torna público que a partir das 10**h00min** do dia **30/10/2026** através do portal https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, realizar-se-á o Pregão Eletrônico **nº802026** referente a Pregão Eletrônico do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para disponibilização de solução integrada de tecnologia da informação destinada à gestão pública municipal, compreendendo o fornecimento de licenças ou cessão de direito de uso, implantação, configuração, parametrização, migração e conversão de dados, treinamento, hospedagem, armazenamento, backup, manutenção corretiva, adaptativa, evolutiva e legal, atualização tecnológica, suporte técnico, acompanhamento especializado e demais serviços necessários ao funcionamento contínuo dos sistemas, destinados aos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Piratini/RS**,** conforme condições e especificações contidas no TR que é parte integrante e inseparável do processo.

Piratini-RS, 16 de outubro de 2026.

MARCIO MANETTI PORTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Caetano Fabres Borges
Código Identificador:3C61E0B3

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MAUÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO 70/2026

O prefeito municipal de Porto Mauá no uso de suas atribuições legais torna público a dispensa de licitação, referente à contratação de empresa especializada para execução de serviço de adequação e alteração estrutural do chassi do caminhão Ford Cargo 2629 6x4, ano/modelo 2013/2014, com valor previsto de R$ 7.000,00 (sete mil reais), solicitado pela Secretaria de Obras, Transporte, Urbanismo e Trânsito, feito com base no artigo 75, inciso II da lei 14.133/2021.

Porto Mauá, 16 de outubro de 2026

CARLOS CESAR DINON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Dutra de Campos
Código Identificador:5E62CD89

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SUMULA DO CONTRATO 250/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO MAUÁ
CONTRATADO: PAULO SÉRGIO DE MELLOS
OBJETO: credenciamento de empresas para prestação de serviços de manutenção veicular para a frota do Município de Porto Mauá / RS
VIGÊNCIA: 16/10/2027
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021

Porto Mauá – RS, 16 de outubro de 2026

CARLOS CESAR DINON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Dutra de Campos
Código Identificador:1718FE5E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO NOVO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO NOVO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026
O MUNICÍPIO DE POUSO NOVO, com endereço na Rua Domingos Bonacina, 125 - Centro, Pouso Novo/RS, torna público, que estará recebendo envelopes habilitação e proposta para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte terceirizado para os alunos das redes municipal e Ensino Superior do Município de Pouso Novo**,** no dia 03 de novembro de 2026, ás 09:00 h. Mais informações sobre o edital no endereço supra e/ou pelo telefone (51) 3775-1100 ou pelo e-mail: compras@pousonovo.rs.gov.br ou pelo site: **www.portaldecompraspublicas.com.br** e http://www.pousonovo.rs.gov.br/.

Pouso Novo, 19 de outubro de 2026.

CARLOS ALBERTO BONACINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Derly Henrique Ferla
Código Identificador:098D33D6

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
SETOR DE LICITAÇÕES

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE DISTRATO
Modalidade: Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 028/2026. **Data de Abertura:** 10/06/2026. **Tipo**: Menor Preço Global. **Objeto:** Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses, para contratação de empresa especializada na **prestação de serviços de horas-máquina**, com respectivos operadores e motoristas, com o objetivo de atender às demandas do Município de Quaraí/RS. **Distrato em** 15/10/2026: Fica de comum acordo **RESCINDIDA**, a partir de 15/10/2026, a Ata de Registro de Preços n.º 240/2026, firmada em 10/08/2026, pelo Município de Quaraí e a empresa **OTAVIO FAGUNDES NUNES**, originada do instrumento licitatório, modalidade Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 028/2026, processo administrativo nº 059/2026, tendo em vista que houve dissolução da sociedade empresarial.

Quaraí, 16 de outubro de 2026.

JEFERSON DA SILVA PIRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lúcio de Oliveira Menna Barreto
Código Identificador:740A3BAB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEVEDOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E ELEMENTOS DECORATIVOS

AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

O MUNICÍPIO DE QUEVEDOS RS, em conformidade ao disposto no art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que a Administração pretende realizar dispensa de licitação com base no art. 75, inciso II para a aquisição de materiais e elementos decorativos destinados à ornamentação natalina da praça municipal de Quevedos/RS. Eventuais interessados poderão apresentar proposta de preços até o dia 21/10/2026, as 17:00h a serem encaminhadas para o e-mail: licitacao@quevedos.rs.gov.br, a qualquer horário, ou entregues junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Quevedos-RS, sito a Rua Humaitá, 69 – RS, CEP 98.140-000, no horário de expediente (08h às 12hs e das 13h30min às 17h).
O termo de referência desta contratação poderá ser acessado no seguinte endereço eletrônico https://quevedos.rs.gov.br/.

Quevedos/RS, 16 de outubro de 2026.

TAIS FABIANE DA MAIA FLORES ROSA
Prefeita

Publicado por:
Tieli Lautenschlaeger Braz
Código Identificador:669D6BB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ELETRICISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEVEDOS
SÚMULA DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 41/2026

A Prefeita de Quevedos - RS, no uso de suas atribuições legais, torna público que a Pregoeira Tiéli Lautenschlaeger Braz, designada pela Portaria Municipal de nº 03/2025, de 07/01/2025, receberá a documentação e propostas para o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO nº 41/2026**, conforme fixado no Edital e seus anexos, sendo a licitação do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"**, com **INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES** às **09:00 horas** do dia **03/11/2026**, cujo **OBJETO** é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ELETRICISTA, POR HORA EFETIVAMENTE TRABALHADA E CONFORME DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**, destinados à manutenção, reparação, instalação e adequação das instalações elétricas municipais e iluminação pública**,** conforme especificações do Edital. Edital disponível no site da Prefeitura **www.quevedos.rs.gov.br** (aba licitações – pregão eletrônico) e na plataforma do pregão pertencente ao Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br). Informações adicionais: Setor de Licitações – Rua Humaitá, 69, Centro, Quevedos – RS, telefones 0800-090-1083 ou e-mail licitacao@quevedos.rs.gov.br.

Quevedos, 16 de outubro de 2026.

TAIS FABIANE DA MAIA FLORES ROSA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Tieli Lautenschlaeger Braz
Código Identificador:68EC84BA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENTORA

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº 3.759 DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.759 DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

"INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA REGULAMENTAR E DEFINIR AREAS A SEREM REGULARIZADAS E OUTROS PROCEDIMENTOS DE ACORDO COM A LEI 13.465/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE REDENTORA**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal
CONSIDERANDO que o Município de Redentora possui diversas áreas a serem regularizadas no perímetro urbano municipal, e a fim de efetivar sua de Regularização com base no Programa Lar Legal ou na Lei Federal 13.465/2017 REURB.
CONSIDERANDO a necessidade de formar uma comissão municipal de regularização fundiária, para ser o elo de ligação, entre o Município e demais órgãos municipais ou privados e empresas credenciadas e cooperadas, ocupantes e proprietários de matriculas de áreas, bem como os seus lindeiras e suas devidas anuências, para a efetivar regularização fundiária no território municipal bem como para atuar como câmaras de conciliação de conflitos conforme prevê art. 34 da Lei 13.465/2017 e Art. 27 do Decreto 9.310/2018.
DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal de Regularização Fundiária, composta pelos seguintes membros:

I – CRISTIANE PIVETTA DA SILVA – Assistente Social
II – CATIELI SILVEIRA ROCHA – Chefe do Setor Habitacional e Regularização Fundiária
III – NESTOR MARTINS DOS SANTOS – Fiscal de Obras
IV – THAYNÁ DA ROSA – Assessor Jurídico
V – MAGNUS ANTONIO GIACOMINI – Fiscal Tributário

Parágrafo único: A presidência da Comissão será exercida por CRISTIANE PIVETTA DA SILVA – Assistente Social.

Art. 2º Compete a Comissão de Regularização Fundiária:

I – Localizar as áreas públicas ou privadas que necessitam de regularização fundiária, no âmbito do Município de Redentora - RS;
II- Após recebido a documentação do processo para analise a comissão terá o prazo máximo de 30 dias para apontar possíveis ajustes, ou concluir a análise, podendo prolongar com justificativa por oficio.
III – Manter ligação com a empresa cooperada nos termos do Edital de Credenciamento e termo de cooperação, para a efetivação da regularização fundiária neste município;
IV – Fornecer os dados solicitados pela empresa prestadora de serviço, para a efetivação da regularização fundiária com a maior presteza e economicidade possível;
V – Cumprir e fazer cumprir as obrigações objeto do termo de Cooperação firmado entre as credenciadas e seus termos;
VI – Praticar todos os atos necessários para a efetivação das áreas, objetos de regularização fundiária;
VII – Contribuir com sugestões, visando o bom andamento dos trabalhos.
VIII – Atuar como câmara de conciliação de conflitos conforme previsto em Lei Federal 13.465/2017 em seu Art. 34.
IX – Outros procedimentos pertinentes à lei.

Art. 3º As despesas decorrentes deste ato ocorrerão pelo orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE REDENTORA – RS, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

MALBERK ANTOINE KUNST DULLIUS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em 16 de Outubro de 2026

Publicado por:
Dyeila Caroline Batista
Código Identificador:1EA97220

GABINETE
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0714/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0714/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

DESIGNA OS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO COMITÊ MUNICIPAL INTERSETORIAL PARA EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA, INSTITUÍDO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 3.758, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE REDENTORA**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, §§ 1º e 2º, do Decreto Municipal nº 3.758, de 15 de outubro de 2026, que determina a identificação nominal dos membros titulares e suplentes do Comitê por meio de ato específico de designação;

RESOLVE:
Art. 1º Designar os seguintes membros, titulares e respectivos suplentes, para compor o Comitê Municipal Intersetorial para Emergências em Saúde Pública:
I – Secretaria Municipal de Saúde:
a) Titular: MONICA TERESINHA MANICA;
b) Suplente: MARTHA HELENA PEREZ ROEVER;

II – Coordenador de Atenção Básica e da Vigilância em Saúde:
a) Titular: RANIELLI GIACOBBO BOTTEGA;
b) Suplente: LETICIA ESTER FRONER DA SILVA;

III – Secretaria Municipal de Educação:
a) Titular: LUIS HENRIQUE PERDONCINI DOS SANTOS;
b) Suplente: LETICIA CASSOL DE BONA;

IV – Secretaria Municipal de Assistência Social:
a) Titular: JULIANO LANGNER SILVA;
b) Suplente: LECIR DAPIEVE GIACOMINI;

V – Secretaria Municipal de Administração:
a) Titular: MARILIA ROBERTI;
b) Suplente: PATRICIA TERNUS;

VI – Defesa Civil Municipal:
a) Titular: WANIA FRANCIELI SIEDE;
b) Suplente: CARLOS WANDERLAAN CASTRO DE OLIVEIRA;

VII – Secretaria Municipal de Obras, Viação, Transporte e Trânsito:
a) Titular: JOSE VÁLIDO DOS SANTOS ALVES;
b) Suplente: VALDEZ DA SILVA PRETTO;

VIII– Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:
a) Titular: MATEUS GONZATTO;
b) Suplente: ALEX DONISETE DA SILVA LIMA;

IX – Brigada Militar:
a) Titular: LEANDRO SANTOS PINHEIRO;
b) Suplente: NARCISO ANTONIO ANGELI;

X – Conselho Municipal de Saúde:
a) Titular: LEANDRO GONCALVES FERREIRA DE LIMA;
b) Suplente: AIRTON RIBEIRO;

Art. 2º A Coordenação do Comitê será exercida pelo membro titular indicado no inciso I do art. 1º desta Portaria.

Parágrafo único. A Vice Coordenação será exercida pelo membro titular indicado no inciso II do art. 1º desta Portaria, que substituirá a Coordenação em suas ausências ou impedimentos.

Art. 3º Os membros suplentes substituirão os respectivos titulares em suas ausências ou impedimentos.

Art. 4º A participação no Comitê será considerada serviço público relevante e não ensejará qualquer espécie de remuneração.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Redentora, em 15 de outubro de 2026.

MALBERK ANTOINE KUNST DULLIUS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dyeila Caroline Batista
Código Identificador:5DD2C16D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMILIA

LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO Nº 01/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2026

O MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMÍLIA, Estado do Rio Grande do Sul, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, tendo por finalidade a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
OBJETO
Aquisição de 01 (um) conjunto colhedora de forragem frontal, novo, de primeiro uso, destinado à Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Sagrada Família/RS, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital. ATRAVÉS do CONVÊNIO TRANSFEREGOV.BR № 7AAAXW/2026 QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIME NTO REGIONAL
SESSÃO PÚBLICA
Data: 03/11/2026
Horário: 14h00min
Local: Plataforma eletrônica BLL - COMPRAS
O procedimento será realizado exclusivamente por meio eletrônico, mediante condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO
Menor preço item, conforme condições estabelecidas no instrumento convocatório.
MODO DE DISPUTA
O modo de disputa será aquele expressamente definido no Edital, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e
da regulamentação aplicável.
ACESSO AO EDITAL
O Edital e seus respectivos anexos estarão disponíveis para consulta e obtenção pelos interessados nos meios oficiais de divulgação, especialmente no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP no sítio eletrônico oficial do Município e na plataforma eletrônica utilizada para a realização do certame.
Os interessados deverão observar integralmente as condições, exigências, prazos e demais disposições estabelecidas no Edital.
INFORMAÇÕES
Informações complementares poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações do Município de Sagrada Família/RS ,
situado na Rua 20 de Março, nº 99, Centro, Sagrada Família/RS , ou pelo e-mail licitacoes@sagradafamilia.rs.gov.br .

Sagrada Família/RS, 16 de outubro de 2026.

MAURO ROGÉRIO FERRARI GALATTO
Prefeito Municipal
Município de Sagrada Família/RS

Publicado por:
Eliane Vargas Ronsani
Código Identificador:3994691A

LICITAÇÕES
RESUMO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

O Município de Sagrada Família/RS torna pública a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino, que estabelece diretrizes para a manutenção, qualificação e expansão progressiva da jornada escolar integral, visando ao desenvolvimento pleno dos estudantes nos aspectos intelectual, físico, emocional, social e cultural.

A Política tem como objetivos assegurar o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade; qualificar a oferta existente na Educação Infantil; planejar a ampliação gradual do atendimento em tempo integral no Ensino Fundamental; integrar currículo e práticas pedagógicas; promover a inclusão, a acessibilidade, a alimentação adequada, a segurança e a valorização dos profissionais da educação; bem como fortalecer a participação das famílias e a articulação entre a escola e as demais políticas públicas.
A jornada escolar em tempo integral compreenderá, no mínimo, 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, com atividades pedagógicas planejadas e integradas, respeitadas as necessidades dos estudantes e as condições de oferta de cada unidade escolar.

A implementação da Política será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, mediante diagnóstico atualizado, planejamento da expansão, definição de metas, previsão de recursos, monitoramento e avaliação periódica, observadas as normas nacionais e municipais aplicáveis.
O documento integral da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral estará disponível para consulta pelos interessados junto aos canais oficiais do Município.

Sagrada Família/RS, 16 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMÍLIA/RS

Publicado por:
Eliane Vargas Ronsani
Código Identificador:E7BC1B15

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO SUL

IMPAS
TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 012/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.° 012/2026 – Processo Administrativo n.º 007/2025 – Chamamento Público n.° 002/2025
Objeto: Credenciamento para prestação de serviços que visem a realização das operações de assistência à saúde aos associados do IMPAS conforme enumerados na legislação específica, para cobertura de **exame médico** oferecido pelo CREDENCIADO.
CONTRATADA: **T.L. MICHEL & L.C. MICHEL LTDA.**

Publicado por:
Fernanda da Silva Santos
Código Identificador:BB033999

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA DO SUL - RS
DECRETO

DECRETOS

DECRETO N.º 6.081, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Altera o Decreto Municipal n.º 5.980/2026, de 14 de abril, que declara PONTOS FACULTATIVOS no serviço público do município de Santa Bárbara do Sul, conforme especifica.

Observação: O inteiro teor das leis e decretos está disponível junto ao site do Município, no link CESPRO. Os contratos e aditivos estão disponíveis no sistema Licitacon/TCE/RS.

Publicado por:
Glênio Rogério Barbosa Júnior
Código Identificador:BFEF130E

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA DO SUL - RS
INEXIGIBILIDADE 49/2026: FOMENTO LIFEGUARD

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO SUL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO 49/2026

Trata-se de pretensa formalização do Termo de Fomento, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, a ser pactuado entre a **LIFEGUARD BRASIL**e o Município de Santa Bárbara do Sul. Justifica-se a inexigibilidade de chamamento público, tendo em vista o que consta no processo administrativo e em observância as disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, informo que esta parceria se justifica considerando-se que a **LIFEGUARD BRASIL** precisa de auxílio para custear **AULAS DE DANÇA,** no valor de R$ 30.413,40. Diante do exposto e ante a inviabilidade de competição entre organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria, solicita-se lançar Inexigibilidade de chamamento público. Este Ato poderá ser impugnado no prazo de 05 (cinco) dias após a publicação no sítio eletrônico oficial, conforme previsto no §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014.
Eventuais impugnações da inexigibilidade deverão ser encaminhadas via Ofício, dirigido a Assessoria Jurídica, por meio do e-mail juridico@santabárbaradosul.rs.gov.br.

Santa Bárbara do Sul / RS, 16 de outubro de 2026

LEANDRO CARAFFINI VENERAL
Prefeito

Publicado por:
Vivian Lima Vargas
Código Identificador:3113DEB7

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA DO SUL - RS
INEXIGIBILIDADE 50/2026: FOMENTO MITRA DIOCESANA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO SUL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO 50/2026

Trata-se de pretensa formalização do Termo de Fomento, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, a ser pactuado entre a **MITRA DIOCESANA DE CRUZ ALTA - PARÓQUIA SANTA BÁRBARA**e o Município de Santa Bárbara do Sul. Justifica-se a inexigibilidade de chamamento público, tendo em vista o que consta no processo administrativo e em observância as disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, informo que esta parceria se justifica considerando-se que a **MITRA DIOCESANA DE CRUZ ALTA - PARÓQUIA SANTA BÁRBARA**precisa de auxílio para custear **FESTA DA PADROEIRA,** no valor de R$ 18.000,00. Diante do exposto e ante a inviabilidade de competição entre organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria, solicita-se lançar Inexigibilidade de chamamento público. Este Ato poderá ser impugnado no prazo de 05 (cinco) dias após a publicação no sítio eletrônico oficial, conforme previsto no §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014.
Eventuais impugnações da inexigibilidade deverão ser encaminhadas via Ofício, dirigido a Assessoria Jurídica, por meio do e-mail juridico@santabárbaradosul.rs.gov.br.

Santa Bárbara do Sul / RS, 16 de outubro de 2026

LEANDRO CARAFFINI VENERAL
Prefeito

Publicado por:
Vivian Lima Vargas
Código Identificador:9D0AF14B

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA DO SUL - RS
INEXIGIBILIDADE 51/2026: FOMENTO EMBAIXADORES

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO SUL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO 51/2026

Trata-se de pretensa formalização do Termo de Fomento, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, a ser pactuado entre a **ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA EMBAIXADORES** e o Município de Santa Bárbara do Sul. Justifica-se a inexigibilidade de chamamento público, tendo em vista o que consta no processo administrativo e em observância as disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, informo que esta parceria se justifica considerando-se que a **ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA EMBAIXADORES**precisa de auxílio para custear **4ª COPA SANTA BÁRBARA DO SUL CATEGORIAS DE BASE,** no valor de R$ 5.000,00. Diante do exposto e ante a inviabilidade de competição entre organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria, solicita-se lançar Inexigibilidade de chamamento público. Este Ato poderá ser impugnado no prazo de 05 (cinco) dias após a publicação no sítio eletrônico oficial, conforme previsto no §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014.
Eventuais impugnações da inexigibilidade deverão ser encaminhadas via Ofício, dirigido a Assessoria Jurídica, por meio do e-mail juridico@santabárbaradosul.rs.gov.br.

Santa Bárbara do Sul / RS, 16 de outubro de 2026

LEANDRO CARAFFINI VENERAL
Prefeito

Publicado por:
Vivian Lima Vargas
Código Identificador:8BFB0439

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA DO SUL - RS
LEIS

LEIS

LEI N.º 5.759, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Autoriza o Poder Executivo de Santa Bárbara do Sul a firmar termo de fomento com organização da sociedade civil de Santa Bárbara do Sul, conforme especifica.

LEI N.º 5.758, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Autoriza o Poder Executivo de Santa Bárbara do Sul a firmar termo de fomento com organização da sociedade civil de Santa Bárbara do Sul, conforme especifica.

LEI N.º 5.757, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Autoriza o Poder Executivo de Santa Bárbara do Sul a firmar termo de fomento com organização da sociedade civil de Santa Bárbara do Sul, conforme especifica.

LEI N.º 5.756, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Santa Bárbara do Sul, RS, conforme especifica e dá providências.

LEI N.º 5.755, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Autoriza o Poder Executivo a receber doações voluntárias em dinheiro de pessoas físicas, pessoas jurídicas, agricultores, produtores rurais, empresas e demais interessados, destinadas exclusivamente à execução de obras da ponte sobre o Rio Pereira situada na localidade de Álvaro Nunes Pereira, neste município de Santa Bárbara do Sul, conforme especifica e dá outras providências.

Observação: O inteiro teor das leis e decretos está disponível junto ao site do Município, no link CESPRO. Os contratos e aditivos estão disponíveis no sistema Licitacon/TCE/RS.

Publicado por:
Glênio Rogério Barbosa Júnior
Código Identificador:8801E8D7

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 4.105 DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR REDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

GARLENO ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com autorização contida no **Art. 7º** da **Lei Municipal nº. 3.690 de 09/12/2025**, fixo o seguinte **DECRETO:**

Art. 1º - Abre **CRÉDITO SUPLEMENTAR** nas seguintes Dotações Orçamentárias:
07.01.10.301.0700.**2.024 – Manutenção da Atenção Primária em Saúde**
3.3.90.32.00.00.00 **(902) –** Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita..... R$ 6.000,00
RECURSO: 1500 – Recursos não Vinculados de Impostos

TOTAL DO ARTIGO PRIMEIRO..... R$ 6.000,00

Art.2º - Servirá de recurso para cobertura do crédito de que trata o art. 1º. a seguinte redução orçamentária.
07.01.10.301.0700.**2.024 – Manutenção da Atenção Primária em Saúde**
3.3.90.34.00.00.00 **(507) –** Outros Despesas de Pessoal Dec. Cont. de Terc..... R$ 950,00
3.3.90.40.00.00.00 **(513) –** Serviços de Tecnologia da Informação..... R$ 950,00
RECURSO: 1500 – Recursos não Vinculados de Impostos
07.01.10.301.0700.**2.119 – Manutenção do Programa PIM**
3.3.90.30.00.00.00 **(572) –** Material de Consumo..... R$ 950,00
3.3.90.39.00.00.00 **(574) –** Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica..... R$ 950,00
4.4.90.52.00.00.00 **(577) –** Equipamentos e Material Permanente..... R$ 950,00
RECURSO: 1500 – Recursos não Vinculados de Impostos
07.01.10.302.0702.**2.026 – Manutenção da Média e Alta Complexidade Amb. e Hospitalar**
3.3.90.40.00.00.00 **(599) –** Serviços de Tecnologia da Informação..... R$ 1.250,00
RECURSO: 1500 – Recursos não Vinculados de Impostos

TOTAL DO ARTIGO SEGUNDO..... R$ 6.000,00

Art. 3º – Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação**.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2026.

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

JANICE DA SILVA KAIZER
Secretária Municipal da Fazenda

Registre-se
e Publique-se

GUILHERME ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Desporto

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:D8E93FE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N° 078/2026

PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO DE PESSOAL

GARLENO ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, torna pública a **PRORROGAÇÃO** do prazo de inscrições e **ALTERA** as datas de homologação dos resultados do processo seletivo simplificado com avaliação curricular para o CARGO DE ENFERMEIRO – Lei nº 3.768 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.
Período de inscrição:
De 08/10/2026 a 27/10/2026

2. Divulgação dos resultados:
Dia 30/10/2026 a partir das 08:00 h.

3. Recursos:
Os recursos fundamentados deverão ser protocolados até às 13h30min do dia 03/11/2026 e endereçados à Banca Examinadora.

4. Resultados da avaliação dos recursos (se houverem)
Dia 05/11/2026 a partir das 08:00 h.

5. Homologação Final
Dia 06/11/2026 a partir das 08:00 h.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA EM 16 DE OUTUBRO DE 2026

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se
e Publique-se

GUILHERME ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Desporto.

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:600A7859

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 354/2026

Contrato: nº 354/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTANA DA BOA VISTA

Contratada: M.G.A REPARAÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA
CNPJ/CPF: 25.305.958/0001-11
Objeto: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa especializada em manutenção veicular para troca do para-brisa e do vidro vigia traseiro do veículo **I/M. BENZ 417 SPRINTER M, placa JCQ4J45, ano 2023, modelo 2024** da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.
Valor total do contrato: R$ 1.300,00 (um mil com trezentos reais)
Vinculação: Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 41/2026
Vigência: A vigência deste contrato será pelo período de 06 (seis) meses, com início em 14/10/2026 e término em 14/04/2027.

Data da Assinatura: 14/10/2026

Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista, 16 de outubro de 2026.

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:94A1D95F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 355/2026

Contrato: nº 355/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTANA DA BOA VISTA

Contratada: ROBSON MONTEIRO ME
CNPJ/CPF: 18.055.063/0001-00
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de treinamento de brigadista.
Valor total do contrato: R$ 9.752,00 (nove mil com setecentos e cinquenta e dois reais)
Vinculação: Pregão Eletrônico 20/2026
Vigência: A vigência deste contrato será pelo período de 06 (seis) meses, a contar da publicação do seu extrato no Diário Oficial do órgão licitante**.**

Data da Assinatura: 16/10/2026

Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista, 16 de outubro de 2026.

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:9025DDCF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ORIENTAÇÃO

ORIENTAÇÃO, fundamentada em Parecer Jurídico.
MEMORANDO 171/2026 Sec. Administração e Desporto.
Visto o presente caso, ESCLARECEMOS com relação ao caso da Servidora KATIA RODRIGUES PEDROSO, ocupante do cargo de Professora de Português, com relação a cumulação de cargos, pelo seguinte:
Conforme, já exarado pela Procuradoria Jurídica, no Parecer Jurídico 162/2026, que já havia, esclarecido anteriormente, que É CONSTITUCIONALMENTE VIÁVEL A ACUMULAÇÃO *da função/cargo temporário de Professor com outro cargo efetivo, com amparo no art. 37, XVI, "b", da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 138/2025, contudo, a posse e/ou assinatura do contrato temporário fica condicionada à formal demonstração e comprovação da* ***compatibilidade fática de horários*** *perante a Secretaria Municipal de Administração e Desporto*, de modo que a jornada de Professor não coincida com o horário das 08h às 14h, regulamentado.
Mencionando, mais uma vez, vejamos a redação do Decreto n° 4063 de 08 de julho de 2026, que estabelece em seu art. 1° o seguinte:

Art. 1° - Fica instituído turno único nas Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista, **EXCEPCIONALMENTE** até **31 DE DEZEMBRO DE 2026**. Atuando no horário de 08:00h às 14:00h, com exceção dos Cargos de Confiança (CCs) e também da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, exceto os serviços administrativos e de serventes doméstica, conforme regulamentado no decreto nº 3.314 de 06 de julho de 2021.
Nesse ínterim, frisa-se, que o caso da Servidora, já foi submetido a análise no ano de 2024, vejamos que foi expedido parecer por meio do memorando interno n° 37/2024, com orientação jurídica, na época, anterior a Emenda Constitucional nº 138, de 2025, que alterou a definição de natureza de cargos, que podem ser cumulados com o cargo de professor.
Portanto, verificado o caso concreto, questionado no memorando n° 171, refere-se a renovação de contrato da Servidora referida, e percebe-se, que afim de evitar, descumprimento de regras administrativas, devidamente regulamentadas, aplique-se o princípio da prevalência do interesse público, e da economicidade na Administração Pública, orienta e sob o crivo de decisão do Chefe do Poder Executivo, o seguinte:

- APLIQUE ESTRITAMENTE AO CASO CONCRETO, NO EXERCÍCIO DO SERVIÇO PÚBLICO O DECRETO ADMINISTRATIVO N° 4063 DE 08 DE JULHO DE 2026, no caso da Servidora KATIA RODRIGUES PEDROSO, considerando, que fora admitido fundamentada com o memorando n° 37/2024, em abril

de 2024, a cumulação de cargo, e considerando, que essa Servidora está com contrato ativo, e está inserida na comunidade escolar, ativamente na relação *"docência x discência"*, portanto, a ruptura abrupta dessa relação no mês de outubro, caracteriza um grave prejuízo aos alunos e a comunidade escolar, e assim, afronta ao interesse público, e, também afronta ao princípio da economicidade pois a descontinuidade contratual demandará nova autorização legislativa, novo processo seletivo, e assim, nova contratação, com a urgência de atendimento emergencial das atividades escolares e ensino dos alunos da rede básica de educação municipal. PORTANTO, DECIDE PELA RENOVAÇÃO CONTRATUAL DO CONTRATO DA SERVIDORA KATIA RODRIGUES PEDROSO, em caráter de exceção até o final do ano letivo do ano de 2026, e posteriormente verifique a possibilidade de preenchimento do cargo por meio de Concurso Público com preenchimento por vínculo efetivo.
Revisado: Fábio Garcia de Góes
Procurador Jurídico
Advogado

KARINE SALGADO XAVIER
Procuradora Jurídica
Advogada

Decisão:

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal, de Santana da Boa Vista-RS

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:5EF5A4C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 750/2026

GARLENO ALVES DA SILVA – Prefeito Municipal de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **CONCEDE** a servidora, **ALESSANDRA PORTO NUNES GARCIA,** Matrícula **2443-0, AGENTE COMUNITARIO, 20 (vinte**) dias de férias, a contar de **03.11.2026 a 22.11.2026**, referente ao período aquisitivo de **09.06.2025 a 08.06.2026.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2026.

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se
e Publique-se

GUILHERME ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Desporto

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:A87E5E2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 751/2026

GARLENO ALVES DA SILVA – Prefeito Municipal de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **CONCEDE** ao servidor, **JOSE FRANCISCO URRUTH NETO,** Matrícula **3006-6, OPERADOR DE MAQUINAS, 30 (trinta**) dias de férias, a contar de **03.11.2026 a 02.12.2026**, referente ao período aquisitivo de **25.01.2025 a 24.01.2026.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2026.

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se
e Publique-se

GUILHERME ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Desporto

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:5403DB91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 752/2026

GARLENO ALVES DA SILVA – Prefeito Municipal de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **CONCEDE** a servidora, **BRUNA LETICIA GONÇALVES,** Matrícula **3685-4, SERVENTE DOMESTICA, 30 (trinta**) dias de férias, a contar de **19.10.2026 a 17.11.2026**, referente ao período aquisitivo de **01.07.2025 a 30.06.2026.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2026.

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se
e Publique-se

GUILHERME ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Desporto

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:794E7AA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 753/2026

GARLENO ALVES DA SILVA – Prefeito Municipal de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **CONCEDE** a servidora, **LILIANE GLASHORESTER,** Matrícula **4323-0, CHEFE DE SEÇÃO, 10 (dez**) dias de férias, a contar de **09.11.2026 a 18.11.2026**, referente ao período aquisitivo de **16.07.2025 a 15.07.2026.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2026.

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se
e Publique-se

GUILHERME ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Desporto

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:46F8E6B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 754/2026

GARLENO ALVES DA SILVA – Prefeito Municipal de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **PRORROGA de 04.10.2026 a 22.12.2026,** conforme previsão legal na Lei **3.716 de 12 de março de 2026**, o Contrato no cargo de **PROFESSOR DE PORTUGUES,** da Servidora **KATIA RODRIGUES PEDROSO**, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público,

ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo. O Regime de Trabalho será por Contrato Administrativo de Trabalho Temporário, regido pela Lei 514/92, com alterações posteriores e Regime Previdenciário o do Regime Geral da Previdência Social – INSS.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2026.

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se
e Publique-se

GUILHERME ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Desporto

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:0D841CB1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 12.502, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui o Comitê Estratégico Municipal responsável pela Governança Sistêmica da Política de Alfabetização no âmbito do Município de Sant'Ana do Livramento-RS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e considerando as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto Federal n° 11.556, de 12 de junho de 2023,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal (CEM), instância de caráter consultivo, propositivo, articulador e de monitoramento, responsável pela governança sistêmica da política de alfabetização no território municipal de Sant' Ana do Livramento.

Art. 2º O Comitê Estratégico Municipal tem como objetivo principal garantir o direito à alfabetização de todas as crianças do município até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, bem como a recomposição das aprendizagens dos estudantes matriculados nos anos subsequentes.

Art. 3º Compete ao Comitê Estratégico Municipal:

I - Coordenar a elaboração, a implementação e a atualização da Política Municipal de Alfabetização, em regime de colaboração com o Estado e a
União;
II - Monitorar periodicamente os indicadores de alfabetização e fluxo escolar das redes de ensino do município;
III - Planejar e acompanhar as ações de formação continuada de gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores alfabetizadores;
IV - Articular a distribuição e o uso pedagógico de materiais didáticos complementares para a alfabetização e a educação infantil;
V - Mobilizar a comunidade escolar e a sociedade civil em prol da melhoria dos índices de alfabetização na idade certa.

Art. 4º O Comitê Estratégico Municipal será composto por representantes dos seguintes órgãos e segmentos:

I - O(A) Secretário(A) Municipal de Educação, que o presidirá;
II - O(A) Articulador(a) Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
III - Dois representantes da Coordenação Pedagógica da Educação Infantil;
IV - Dois representantes da Coordenação Pedagógica dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
V - Dois representantes da Coordenação Pedagógica da Educação do Campo;
VI - Dois representantes do NAPE - Núcleo de Apoio Especializado;
VII - Dois representantes do CME - Conselho Municipal de Educação;
VIII - Dois representantes da EJA - Educação de Jovens e Adultos.

Parágrafo único. Os membros do comitê serão indicados pelos titulares de seus respectivos órgãos e designados por Portaria da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses, e, extraordinariamente, sempre que convocado por sua Presidência.

Art. 6º A participação nas atividades do Comitê Estratégico Municipal será considerada serviço público relevante, não remunerada.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sant'Ana do Livramento, 13 de outubro de 2026.

EVANDRO GUTEBIER MACHADO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

MARIA UMBELINA DREKENER DOS SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:4C2C2055

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 12.503, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre um Crédito Suplementar no valor de R$ 80.000,00 – SMAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado, a abrir um crédito suplementar no valor de **R$ 80.000,00** (Oitenta Mil Reais) de acordo com o Art. 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 9° Inciso IV, da Lei 8.507 de 19 de dezembro de 2025, correspondente a LOA – Lei Orçamentária Anual de 2026, para reforço de dotações orçamentárias, com aplicação junto á Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social, como segue:

Suplementação:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
12.02.08.244.0261.4477	3.33.90.32	Material, Bem ou Serviço p/Distribuição Gratuita	30.000,00	93763	1669*
12.02.08.244.0261.4477	3.33.90.39	Outros Serviços de Terceiros - PJ	50.000,00	93768	1669*
		T O T A L	**80.000,00**		

(*) Recurso 1669 – Outros Recursos Vinculados á Assistência Social.

Art. 2º - Servirá de cobertura para o crédito suplementar indicado no artigo anterior, a redução das seguintes dotações orçamentárias:

Redução:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
12.01.08.244.0259.4478	3.31.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	30.000,00	93650	1500*
12.01.08.244.0259.4478	3.31.91.13	Obrigações Patronais	40.000,00	93655	1500*
12.01.08.244.0259.4478	3.33.90.39	Outros Serviços de Terceiros - PJ	10.000,00	93662	1500*
		TOTAL.....	**80.000,00**		

(*) Recurso 1500 – Recursos Não Vinculados de Impostos.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sant'Ana do Livramento, 15 de outubro de 2026.

EVANDRO GUTEBIER MACHADO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

MARIA UMBELINA DREKENER DOS SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:6D67F1F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 12.504, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre um Crédito Suplementar no valor de R$ 53.528,39 – SMAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado, a abrir um crédito suplementar no valor de **R$ 53.528,39** (Cinquenta e Três Mil, Quinhentos e Vinte e Oito Reais e Trinta e Nove Centavos) de acordo com o Art. 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 9° Inciso IV, da Lei 8.507 de 19 de dezembro de 2025, correspondente a LOA – Lei Orçamentária Anual de 2026, para reforço de dotações orçamentárias, com aplicação junto á Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social, como segue:

Suplementação:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
12.02.08.245.0261.3000	3.44.90.52	Equipamentos e Material Permanente	52.528,39	93712	2660*
12.02.08.245.0261.3000	3.44.90.52	Equipamentos e Material Permanente	1.000,00	93711	1660*
		T O T A L	**53.528,39**		

(*) Recurso 2660/1660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.

Art. 2º - Servirá de cobertura para o crédito suplementar indicado no artigo anterior, o superávit financeiro do exercício anterior do recurso 660, no valor de R$ 52.528,39 (Cinquenta e Dois Mil, Quinhentos e Vinte e Oito Reais e Trinta e Nove Centavos), e a redução da seguinte dotação orçamentária:

Redução:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
12.02.08.122.0261.4600	3.33.90.14	Diárias – Pessoal Civil	1.000,00	93793	1660*
		TOTAL...	**1.000,00**		

(*) Recurso 1660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sant'Ana do Livramento, 15 de outubro de 2026.

EVANDRO GUTEBIER MACHADO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

MARIA UMBELINA DREKENER DOS SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:FB4FD832

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 12.505, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre um Crédito Suplementar no valor de R$ 54.302,26 – SMAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado, a abrir um crédito suplementar no valor de **R$ 54.302,26** (Cinquenta e Quatro Mil, Trezentos e Dois Reais e Vinte e Seis Centavos) de acordo com o Art. 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 9° Inciso V, da Lei 8.507 de 19 de dezembro de 2025, correspondente a LOA – Lei Orçamentária Anual de 2026, para reforço de dotações orçamentárias, com aplicação junto á Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social, como segue:

Suplementação:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
12.01.08.244.0259.3970	3.33.90.30	Material de Consumo	1.000,00	94198	2665*
12.01.08.244.0259.3970	3.44.90.52	Equipamentos e Material Permanente	53.302,26	94374	1665*
		T O T A L	**54.302,26**		

(*) Recurso 2665/1665 – Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres Vinculados á Assistência Social
.
Art. 2º - Servirá de cobertura para o crédito suplementar indicado no artigo anterior, a redução das seguintes dotações orçamentárias:

Redução:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
12.01.08.244.0259.3970	3.33.90.39	Outros Serviços de Terceiros - PJ	1.000,00	94200	2665*
12.01.08.244.0259.3970	3.33.90.30	Material de Consumo	53.302,26	94372	1665*
		TOTAL.....	**54.302,26**		

(*) Recurso 2665/1665 – Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres Vinculados á Assistência Social.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sant'Ana do Livramento, 15 de outubro de 2026.

EVANDRO GUTEBIER MACHADO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

MARIA UMBELINA DREKENER DOS SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:30B9430C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 12.506, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre um Crédito Suplementar no valor de R$ 50.000,00 – SMAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado, a abrir um crédito suplementar no valor de **R$ 50.000,00** (Cinquenta Mil Reais) de acordo com o Art. 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 9° Inciso IV, da Lei 8.507 de 19 de dezembro de 2025, correspondente a LOA – Lei Orçamentária Anual de 2026, para reforço de dotações orçamentárias, com aplicação junto á Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social, como segue:

Suplementação:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
12.02.08.245.0261.4139	3.33.50.43	Subvenções Sociais	50.000,00	93761	1669*
		T O T A L	**50.000,00**		

(*) Recurso 1669 – Outros Recursos Vinculados á Assistência Social

.

Art. 2º - Servirá de cobertura para o crédito suplementar indicado no artigo anterior, a redução da seguinte dotação orçamentária:

Redução:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
12.01.04.122.0012.4001	3.31.90.13	Obrigações Patronais	50.000,00	91013	1500*
		TOTAL.....	**50.000,00**		

(*) Recurso 1500 – Recursos Não Vinculados de Impostos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sant'Ana do Livramento, 15 de outubro de 2026.

EVANDRO GUTEBIER MACHADO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

MARIA UMBELINA DREKENER DOS SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:D5872024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 12.507, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre um Crédito Suplementar no valor de R$ 14.660,96 – SMO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado, a abrir um crédito suplementar no valor de **R$ 14.660,96** (Quatorze Mil, Seiscentos e Sessenta Reais e Noventa e Seis Centavos) de acordo com o Art. 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 8° Inciso III, da Lei 8.507 de 19 de dezembro de 2025, correspondente a LOA – Lei Orçamentária Anual de 2026, para reforço de dotações orçamentárias, com aplicação junto á Secretaria Municipal de Obras, como segue:

Suplementação:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
06.01.15.451.0253.4024	3.33.90.39	Outros Serviços de Terceiros - PJ	14.660,96	93308	1500*
		T O T A L . . .	**14.660,96**		

(*) Recurso 1500 – Recursos Não Vinculados de Impostos.

.

Art. 2º - Servirá de cobertura para o crédito suplementar indicado no artigo anterior, a redução da seguinte dotação orçamentária:

Redução:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
06.01.15.451.0253.3026	3.44.90.51	Obras e Instalações	14.660,96	93252	1500*
		TOTAL.....	**14.660,96**		

(*) Recurso 1500 – Recursos Não Vinculados de Impostos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sant'Ana do Livramento, 15 de outubro de 2026.

EVANDRO GUTEBIER MACHADO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

MARIA UMBELINA DREKENER DOS SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:3F497074

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 12.508, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre um Crédito Suplementar no valor de R$ 40.000,00 – SMO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado, a abrir um crédito suplementar no valor de **R$ 40.000,00** (Quarenta Mil Reais) de acordo com o Art. 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 9° Inciso V, da Lei 8.507 de 19 de dezembro de 2025, correspondente a LOA – Lei Orçamentária Anual de 2026, para reforço de dotações orçamentárias, com aplicação junto á Secretaria Municipal de Obras, como segue:

Suplementação:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
06.01.15.451.0253.3026	3.33.90.39	Outros Serviços de Terceiros - PJ	40.000,00	93253	1500*
		T O T A L	**40.000,00**		

(*) Recurso 1500 – Recursos Não Vinculados de Impostos.

.

Art. 2º - Servirá de cobertura para o crédito suplementar indicado no artigo anterior, a redução da seguinte dotação orçamentária:

Redução:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
06.01.15.451.0253.3026	3.44.90.51	Obras e Instalações	40.000,00	93252	1500*
		TOTAL.....	**40.000,00**		

(*) Recurso 1500 – Recursos Não Vinculados de Impostos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sant'Ana do Livramento, 15 de outubro de 2026.

EVANDRO GUTEBIER MACHADO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

MARIA UMBELINA DREKENER DOS SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:3C0FAC91

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO

GESTÃO - CELIC
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2026

MUNICÍPIO DE SANTIAGO
O Município de Santiago torna público o seguinte processo:
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2026. Processo Administrativo nº 311/2026. Objeto: Aquisição emergencial de colchões de solteiro de espuma D20, destinados ao atendimento das famílias atingidas pelo temporal com precipitação de granizo que ocorreu no Município de Santiago/RS, conforme Decreto nº 90/2026, que declarou situação de emergência, com recursos oriundos da Defesa Civil Nacional, através da Portaria nº 3.348. Abertura: 22/10/2026, às 08:00h. Maiores informações no site www.santiago.rs.gov.br, no Quadro de Publicações Oficiais do Município e pelo fone (55)3249-7500.

MUNICÍPIO DE SANTIAGO, 16/10/2026.

MARCELO GÖRSKI DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Andres
Código Identificador:EAB10E11

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO

DEP. DE COMPRAS E PATRIMONIO
AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 72/2026

Aviso de alteração do Edital de Pregão Eletrônico nº. 72/2026. Objeto: Registro de preços de tonners para impressoras. Propostas: deverão ser postadas até as **8 horas do dia 29/10/2026**, no Sistema Eletrônico no sítio: www.pregaoonlinebanrisul.com.br. Sessão de lances: **dia 29/10/2026 às 9 horas**. Alterações feitas no ANEXO I. Informações pelo telefone (055) 3312-0136, e-mail licitacao@santoangelo.rs.gov.br. O edital poderá ser acessado através do sítio www.santoangelo.rs.gov.br.

NIVIO BOELTER BRAZ
Prefeito

Publicado por:
Bernardo Veronese
Código Identificador:126F45EC

DEP. DE COMPRAS E PATRIMONIO
AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 079/2026

Aviso de licitação: Pregão Eletrônico nº. 079/2026. Objeto: Registro de preços de concreto usinado e de serviço de caminhão bomba para lançamento de concreto; Propostas: deverão ser postadas das 08 horas do dia 21/10/2026 até as 8 horas do dia 04/11/2026, no Sistema Eletrônico no sítio: www.pregaoonlinebanrisul.com.br. Sessão de lances: dia 04/11/2026 às 09 horas. Informações pelo telefone (055) 3312-0136, e-mail licitacao@santoangelo.rs.gov.br. O edital poderá ser acessado através do sítio www.santoangelo.rs.gov.br.

NIVIO BOELTER BRAZ
Prefeito

Publicado por:
Bernardo Veronese
Código Identificador:48EF9CB2

DEP. DE COMPRAS E PATRIMONIO
AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 75/2026

Aviso de licitação: Pregão Eletrônico nº. 75/2026. Objeto: registro de preços de flores e material de paisagismo: Deverão ser postadas das 08 horas do dia **19/10/2026** às 8 horas do dia **29/10/2026**, no Sistema Eletrônico no sítio: www.pregaoonlinebanrisul.com.br. Sessão de lances: dia **29/10/2026** às 9 horas. Informações pelo telefone (055) 3312-0136, e-mail licitacao@santoangelo.rs.gov.br. O edital poderá ser acessado através do sítio www.santoangelo.rs.gov.br.

NIVIO BOELTER BRAZ
Prefeito

Publicado por:
Bernardo Veronese
Código Identificador:5B50A45D

DEP. DE COMPRAS E PATRIMONIO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 182/2026

Extrato de Dispensa de Licitação n° 182/2026 que tem como objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EMERGENCIAL DE RECOLHIMENTO DE ENXAMES DE ABELHAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO. Tendo como contratada ANDERSON JOSE OSORIO DA SILVEIRA, pelo valor total de R$ 1.850,00.

NIVIO BOELTER BRAZ
Prefeito

Publicado por:
Bernardo Veronese
Código Identificador:3684892D

DEP. DE COMPRAS E PATRIMONIO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 183/2026

Extrato de Dispensa de Licitação n° 183/2026 que tem como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATO PARA A CONFECÇÃO DE ENFEITES DE NATAL PELO CLUBE DE MÃES PARA ORNAMENTAR A CIDADE. Tendo como contratada COML DE TECIDOS BERRES LTDA, pelo valor total de R$ 8.460,00.

NIVIO BOELTER BRAZ
Prefeito

Publicado por:
Bernardo Veronese
Código Identificador:B3B26F22

DEP. DE COMPRAS E PATRIMONIO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 184/2026

Extrato de Dispensa de Licitação n° 184/2026 PRESTAÇÃO DESERVIÇO E AQUISIÇÃO DE PEÇAS EMERGENCIAL CONFORME JUSTIFICATIVA EM ANEXO, PARA CONSERTO DE POÇOS TUBULARES PROFUNDOS NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DEVIDO FURTO CONFORME OCORRÊNCIA POLICIAL EM ANEXO ETEMPORAL OCORRIDO EM 29/09/2026. Da contratada e valor:

PAULO CESAR WEISS BOMBAS, pelo valor total de R$ 1.990,00;

SULCANOS COMERCIO DE BOMBAS SUBMERSAS LTDA, pelo valor total de R$ 15.107,50.

NIVIO BOELTER BRAZ
Prefeito

Publicado por:
Bernardo Veronese
Código Identificador:ECF9802E

DEP. DE COMPRAS E PATRIMONIO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N° 070/2026

Extrato de Inexigibilidade n° 070/2026 que tem como objeto PAGAMENTO A RGE DA PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - PFC PARA REMOÇÃO E AFASTAMENTO DE POSTES NA RUA TRÊS DE OUTUBRO. Tendo como contratada, pelo valor total de R$ 16.475,25.

NIVIO BOELTER BRAZ
Prefeito

Publicado por:
Bernardo Veronese
Código Identificador:9022F10E

DEP. DE COMPRAS E PATRIMONIO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N° 071/2026 E DO CONTRATO 165/2026

Extrato de Inexigibilidade n° 071/2026 e do Contrato 165/2026 que tem como objeto EMPENHO POR ESTIMATIVA PARA PAGAMENTO DE ALUGUEL SOCIAL PARA O NÚCLEO FAMILIAR DE EZILEI DA SILVA PAYVA - PROCESSO JUDICIAL N° 5007934-40.2021.8.21.0029/RS - VALOR R$ 700,00 MENSAIS -TOTAL R$ 4.200,00 - ENDEREÇO: RUA IPANEMA, 47 - BAIRRO: ROGOWSKI - POR 06 MESES - A CONTAR DE 05/10/2026. Tendo como contratada VALDORI PIRES CAVALHEIRO.

NIVIO BOELTER BRAZ
Prefeito

Publicado por:
Bernardo Veronese
Código Identificador:1D6663E3

DEP. DE COMPRAS E PATRIMONIO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N° 073/2026

Extrato de Inexigibilidade n° 073/2026 que tem como objeto EMPENHO POR ESTIMATIVA PARA PAGAMENTO DE DESPESAS CARTORIAIS CONFORME A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO. Tendo como contratada 1º TABELIONATO E REGISTRO ESPECIAL, pelo valor total de R$ 5.000,00.

NIVIO BOELTER BRAZ
Prefeito

Publicado por:
Bernardo Veronese
Código Identificador:7D5572B9

SEC. DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
RESOLUÇÃO COMDEMA Nº 38/2026

O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4.388, de 29 de dezembro de 2021, e tendo em vista o disposto no Regimento Interno, e
CONSIDERANDO que a Lei nº 4.388/21 determina que o CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA é o Órgão superior do Sistema Municipal de Meio Ambiente de Santo Ângelo.
CONSIDERANDO: as notificações fiscais referentes à execução da pavimentação dos passeios públicos na Avenida Ângelo Dalla Picola, em frente aos imóveis dos respectivos notificados, observada a largura mínima de 1,20 (um metro e vinte centímetros).
CONSIDERANDO: a análise dos documentos juntados ao processo administrativo, bem como a legislação vigente aplicável à matéria.
RESOLVE:
Art. 1º. Fica estabelecido o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Resolução, para que os responsáveis pelos imóveis devidamente notificados executem a pavimentação dos respectivos passeios públicos na Avenida Ângelo Dalla Picola, observando a largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros), conforme a legislação vigente aplicável.
Art. 2º. Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Santo Ângelo, 28 de agosto de 2026.

MAURO TSCHIEDEL
Presidente COMDEMA

Publicado por:
Janiéle Andiara Hoisler
Código Identificador:35440761

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DE INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 13/2026
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 12/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2026
AMPARO LEGAL: Art. 75, Inciso II, combinado com Art. 95, Inciso I, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.
INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO: Nota de Empenho nº 516/2026
DATA DO ACEITE DO FORNECEDOR: 14/10/2026
CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha - CNPJ nº 89.834.410/0001-41
CONTRATADO: Elisabete Steffens Ltda **– 94.642.154/0001-20**
OBJETO: Arranjos de flores para Sessão Solene em Homenagem aos Médicos Patrulhenses
VALOR TOTAL: R$ 925,00 (Novecentos e vinte e cinco reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 339039

Santo Antônio da Patrulha, 16/10/2026

EZEQUIEL PEIXOTO MUNIZ
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Suzana Barbieri Belloli
Código Identificador:BB721708

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DE INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 11/2026
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 10/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2026
AMPARO LEGAL: Art. 75, Inciso II, combinado com Art. 95, Inciso I, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.
INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO: Nota de Empenho nº 517/2026
DATA DO ACEITE DO FORNECEDOR: 14/10/2026
CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha - CNPJ nº 89.834.410/0001-41
CONTRATADO: I J DE PAULA **– 92.856.632/0001-70**
OBJETO: Serviços de fotos na Sessão Solene em Homenagem aos Médicos Patrulhenses
VALOR TOTAL: R$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 339039

Santo Antônio da Patrulha, 14/10/2026

EZEQUIEL PEIXOTO MUNIZ
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Suzana Barbieri Belloli
Código Identificador:3C56B24C

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DE INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 18/2026
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 17/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2026
AMPARO LEGAL: Art. 75, Inciso II, combinado com Art. 95, Inciso I, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.
INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO: Nota de Empenho nº 518/2026
DATA DO ACEITE DO FORNECEDOR: 16/10/2026
CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha - CNPJ nº 89.834.410/0001-41
CONTRATADO: Rádio Regional FM Ltda – **03.880.318/0001-00**
OBJETO: Serviços de transmissão/cobertura operacional na Sessão Solene em Homenagem aos Médicos Patrulhenses
VALOR TOTAL: R$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 339039

Santo Antônio da Patrulha, 14/10/2026

EZEQUIEL PEIXOTO MUNIZ
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Suzana Barbieri Belloli
Código Identificador:248BF191

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 349, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

Realiza a Transferência de dotações entre créditos orçamentários no valor de R$ 153.645,90 (cento e cinquenta e três mil e seiscentos e quarenta e cinco reais, com noventa centavos) no orçamento corrente da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1° Fica transferida dotações orçamentárias, com base no art. 24 da Lei Municipal n° 10.737/2025, no valor total de R$ 153.645,90, conforme as seguintes descrições:

I - Do crédito orçamentário 07.01.10.122.0002.2084-3.1.90.11-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL, rec. 1500, dest. 1002040, dot. 863 no valor de R$ 10.000,00 para o crédito 07.01.10.122.0002.2084-3.1.90.94-INDENIZACOES TRABALHISTAS, rec. 1500, dest. 1002040, dot. 866;
II - Do crédito orçamentário 07.01.10.302.0002.2093-3.3.90.34-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO, rec. 1500, dest. 1002040, dot. 1096 no valor de R$ 94.000,00 para o crédito 07.01.10.122.0002.2084-4.4.90.51-OBRAS E INSTALACOES, rec. 1500, dest. 1002040, dot. 876;
III - Do crédito orçamentário 08.05.17.512.0029.1037-4.4.90.51-OBRAS E INSTALACOES, rec. 1500, dest. 0000000, dot. 1375 no valor de R$ 49.645,90 para o crédito 08.05.17.512.0029.2140-3.3.90.39-OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA, rec. 1500, dest. 0000000, dot. 1381;
Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir desta data.

Santo Antônio da Patrulha, 16 de outubro de 2026.

RODRIGO GOMES MASSULO
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI
Secretária da Administração e Finanças

Publicado por:
Diego Dias Dos Santos
Código Identificador:D102C6F1

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL N° 147/2026

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS

Nomeia candidata aprovada no concurso público previsto no Edital n° 01/2023, homologado pelo Edital n° 23/2023 e prorrogado pela Portaria Municipal n.° 2.525/2025.

RODRIGO GOMES MASSULO, Prefeito Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, convoca a candidata abaixo relacionada, aprovada no concurso público previsto no Edital n° 01/2023, homologado pelo Edital n° 23/2023 e prorrogado pela Portaria Municipal n.° 2.525/2025, para que compareça na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, para apresentar a documentação necessária e tomar posse, num prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação deste Edital, podendo ser prorrogado por até 20 (vinte) dias, através de requerimento, via protocolo nesta Prefeitura Municipal:

	CARGO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
1	Oficial Administrativo	**Rejane Silva da Silva Ferreira**	58°

Santo Antônio da Patrulha, 16 de outubro de 2026.

RODRIGO GOMES MASSULO
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI
Secretária da Administração e Finanças

Publicado por:
Tainara da Rocha Muniz
Código Identificador:72D6FA8E

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL N.º 24/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE INGRESSO DE ESTAGIÁRIOS

Convocação de candidato (a) classificado (a) no processo seletivo simplificado de ingresso de estagiários, Edital n.º 002/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, convoca o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), classificado (a) no processo seletivo simplificado de ingresso de estagiários, homologado em 25 de setembro de 2026, referente ao Edital n.° 002/2026, conforme disposto no item 11.2, para que compareça na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, para apresentar a documentação necessária e exercer o direito de ingressar na vaga destinada, num prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a convocação:

CURSO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
Ensino Médio	**Lucas Batista de Medeiros**	17.º

Santo Antônio da Patrulha, 16 de outubro de 2026.

RODRIGO GOMES MASSULO
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI
Secretária da Administração e Finanças

Publicado por:
Tainara da Rocha Muniz
Código Identificador:98565915

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL N.º 25/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE INGRESSO DE ESTAGIÁRIOS

Convocação de candidato (a) classificado (a) no processo seletivo simplificado de ingresso de estagiários, Edital n.º 002/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, convoca o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), classificado (a) no processo seletivo simplificado de ingresso de estagiários, homologado em 25 de setembro de 2026, referente ao Edital n.° 002/2026, conforme disposto no item 11.2, para que compareça na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, para apresentar a documentação necessária e exercer o direito de ingressar na vaga destinada, num prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a convocação:

CURSO	**NOME**	CLASSIFICAÇÃO
Administração	**Thailini Maria Ramos da Silva**	7.º

Santo Antônio da Patrulha, 16 de outubro de 2026.

RODRIGO GOMES MASSULO
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI
Secretária da Administração e Finanças

Publicado por:
Tainara da Rocha Muniz
Código Identificador:024AC588

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL N.º 26/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE INGRESSO DE ESTAGIÁRIOS

Convocação de candidato (a) classificado (a) no processo seletivo simplificado de ingresso de estagiários, Edital n.º 002/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, convoca o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), classificado (a) no processo seletivo simplificado de ingresso de estagiários, homologado em 25 de setembro de 2026, referente ao Edital n.° 002/2026, conforme disposto no item 11.2, para que compareça na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, para apresentar a documentação necessária e exercer o direito de ingressar na vaga destinada, num prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a convocação:

CURSO	**NOME**	CLASSIFICAÇÃO
Jornalismo	**Juliana Silva da Silva**	1.º

Santo Antônio da Patrulha, 16 de outubro de 2026.

RODRIGO GOMES MASSULO
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI
Secretária da Administração e Finanças

Publicado por:
Tainara da Rocha Muniz
Código Identificador:02722FD7

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA PORTARIA N° 2.860, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

PROCESSO: Sindicância Investigatória n° 29/2026.
OBJETO: Instauração de Sindicância Investigatória n° 29/2026 e designação das servidoras: Solange dos Santos Beck Meregali, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, registrada através da matrícula funcional n.° 34.293 e Taynara Emerim Brígido de Freitas, ocupante do cargo de provimento efetivo de Oficial Administrativo, registrada através da matrícula funcional n.º 37.206, para formarem a Comissão Processante.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal n° 6.360/2011 e Lei Complementar n° 035/2005
PRAZO: 90 (noventa) dias, a contar desta data, para apresentar relatório a respeito, de acordo com o artigo 163, da Lei Complementar Municipal n° 035/2005.

Santo Antônio da Patrulha, 16 de outubro de 2026.

RODRIGO GOMES MASSULO
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI
Secretária da Administração e Finanças

Publicado por:
Graciela Silva da Silveira
Código Identificador:DD9B3B00

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
MANDADO INTIMAÇÃO INICIAL NO PAE

Portaria n.° 3.066, de 04 de dezembro de 2024, e demais alterações posteriores, em conformidade com o previsto na Lei n.° 6.360, de 1.° de novembro de 2011, que determina a abertura de Processo Administrativo Especial n.º 30/2024, a fim de apurar a responsabilidade da empresa NOVALE INDUSTRIA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA (inscrita no CNPJ/MF sob o n.° 943713090001/31), em virtude do não atendimento à Notificação Extrajudicial n.º 050/2024, acerca da não entrega do material descrito na nota de empenho n.º 2024/8279, conforme Ata de Registro de Preços n.º 036/2024, oriunda do Pregão Eletrônico n.º 032/2024, devendo ser respeitado o contraditório e a ampla defesa, com base no inciso LV, do Artigo 5.° da Constituição Federal. INTIMA o representante legal da empresa a comparecer na Sala de Reunião da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar e Especial, situada na Av. Borges de Medeiros, n.º 456, Santo Antônio da Patrulha, RS, no dia 27.10.2026, às 11h, a fim de prestar depoimento em relação aos fatos da portaria instauradora deste processo.
Outrossim, na qualidade de interessado, Vossa Senhoria poderá fazer-se assistir por advogado legalmente constituído e examinar o processo, no horário de funcionamento normal desta Prefeitura, das 8h às 12h e das 13h às 17h. Ou solicitar informações através do e-mail processos@santoantoniodapatrulha.rs.gov.br, assim como pelo WhatsApp 51 99159.8869.

Santo Antônio da Patrulha, 16 de outubro de 2026.

DANIELE MARTINS DE CASTRO OTTO,
Presidente da Comissão.

Publicado por:
Marilene Soares da Cunha
Código Identificador:22079C54

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 2.853, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

Torna sem efeito nomeação de Oficial Administrativo aprovado em concurso público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1° Tornar sem efeito a nomeação da Senhora **Nicole Silva da Silva,** constante no Edital n° 142/2026, aprovada no Concurso Público previsto no Edital n.° 01, de 10 de julho de 2023, homologado pelo Edital n.° 23, de 31 de outubro de 2023 e prorrogado pela Portaria Municipal n.° 2.525/2025, para exercer o cargo de provimento efetivo de **Oficial Administrativo**.

Parágrafo único. A candidata mencionada no *caput* deste artigo passa para o final da fila da lista de classificados para o respectivo cargo, em conformidade com o solicitado através do Protocolo Geral n° 2026/13719.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de outubro de 2026.

Santo Antônio da Patrulha, 16 de outubro de 2026.

RODRIGO GOMES MASSULO
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI
Secretária da Administração e Finanças

Publicado por:
Tainara da Rocha Muniz
Código Identificador:959E67B0

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 2.862, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa membro, em substituição, para compor a Comissão para Controle, Registro, Guarda e Inventário Físico dos Bens de Consumo no âmbito do Município de Santo Antônio da Patrulha.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o adequado controle, registro, conservação e inventário físico dos bens de consumo pertencentes ao Município de Santo Antônio da Patrulha;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e transparência que regem a Administração Pública;

CONSIDERANDO as exigências do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE-RS quanto à manutenção de controles internos eficientes, bem como a necessidade de atender aos dispositivos da Resolução TCE-RS n.° 1.134/2020, art. 2° IV, "c";

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 4.320/64, na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP);

RESOLVE:

Art. 1.° Designar a servidora **Jeovana da Silva Rocha** para compor a Comissão responsável pelo Controle, Registro e Inventário Físico dos Bens de Consumo, em substituição a Sra. Nicolly da Silva Teles, anteriormente designada pela Portaria n.° 449/2026, em conformidade com o Memorando n.° 1070/2026 - SEMAM.

Art. 2.° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 16 de outubro de 2026.

RODRIGO GOMES MASSULO
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI
Secretária Municipal da Administração e Finanças

Publicado por:
Tainara da Rocha Muniz
Código Identificador:A86ED237

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SÚMULA CONTRATO

CONTRATO: Contrato de Prestação de Serviços nº. 158/2026.
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 073/2026.
CONTRATADO: Banda Portal da Serra Produções Musicais LTDA, CNPJ nº 53.827.348/0001-13
OBJETO: Contratação da empresa Banda Portal da Serra Produções Musicais LTDA para produção e apresentação da Banda Portal da Serra na Festa Municipal da Banana
VALOR TOTAL: R$ 10.000,00
PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado

Publicado por:
Luiza da Silva Vargas
Código Identificador:0634EF48

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Modalidade: Dispensa de Licitação Presencial n° 52/2026 (Processo Administrativo nº 246/2026). **Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de brinquedos infláveis destinados às comemorações do Dia das Crianças, incluindo transporte, montagem, acompanhamento técnico durante a utilização e desmontagem dos equipamentos, visando proporcionar atividades recreativas ao público infantil, ampliar a atratividade da programação oficial e incentivar a participação das famílias nas festividades promovidas pela Administração Municipal (SEHAS). **EMPRESA:** LUCIANO M. GOETTEMS BRINQUEDOS - ME, (CNPJ nº 20.891.176/0001-98): Item: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7. **Valor Total:** R$ 5.250,00. **Base Legal:** Artigo 75; Dispositivo II; para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras.

Santo Augusto-RS, 16 de outubro de 2026.

LILIAN FONTOURA DEPIERE,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Stéfani Carine Bender
Código Identificador:98E9DBF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: Inexigibilidade n° 85/2026 (Processo Administrativo nº 245/2026). **Objeto:** Contratação de empresa para treinamento e capacitação das servidoras Tiara Vicari e Eliane Aparecida Rotili, lotadas na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Santo Augusto, intitulado "Inventário de Bens e Valores, com ênfase nas exigências do Tribunal de Contas so Estado TCE". **EMPRESA:** DPM EDUCACAO LTDA, (CNPJ nº 13.021.017/0001-77): Item: 1. **Valor Total:** R$ 1.398,00. **Base Legal:** Artigo 74; Dispositivo III, alínea f; treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Santo Augusto-RS, 16 de outubro de 2026.

LILIAN FONTOURA DEPIERE,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Stéfani Carine Bender
Código Identificador:3BA12D68

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO RESULTADO LICITAÇÃO.

Modalidade: Pregão eletrônico n° 41/2026 (Processo Administrativo nº 203/2026). Tipo: Menor Preço por item. **Objeto**: Registro de Preços para eventual e futuro fornecimento de instrumentos musicais e acessórios destinados à manutenção, apoio e desenvolvimento das atividades culturais promovidas pelas diversas secretarias, conforme especificações constantes do Termo de Referência, anexo ao Edital (ANEXO II). **Empresas Vencedoras, itens e preço total global:** MARCELO ARAUJO SILVA E CIA LTDA - 71.107.320/0001-93, itens 11,15 e 18, (5.370,00), LETS MUSICAL LTDA - 63.791.087/0001-82, itens 4,5,10,13,24,25,27,28 e 30 (28.990,00), BRUSIUS COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS - 91.256.032/0001-08, itens 1,12,19e 20 (463,40), SHOPPING DA MÚSICA INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA - 92.662.618/0001-35, itens 2,3,6,7,8,9,14,16,17,21,22,23,26 e 29 (61.456,00)**. Demais especificações encontram-se disponíveis no site oficial do Município www.santoaugusto.rs.gov.br, no link LICITAÇÕES.**

Santo Augusto-RS, 16 de outubro de 2026.

LILIAN FONTOURA DEPIERE,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Claudia Helena Maas
Código Identificador:64493789

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO RESULTADO LICITAÇÃO.

Modalidade: Concorrência eletrônica n° 11/2026 (Processo Administrativo nº 224/2026). Tipo: Menor Preço global por lote. **Objeto**: Contratação de empresa especializada para a aquisição de materiais e mão de obra para a execução do projeto, estrutura metálica, telhado e instalações pluviais da Rua Coberta, compreendendo o fornecimento de materiais, e serviços necessários, sob o regime de empreitada por preço global, conforme especificações estabelecidas no Projeto Técnico, anexo ao Edital (ANEXO II).. **Empresas Vencedoras, itens e preço total global: ANA PAULA ANDRZEJEWSKI - 49.021.448/0001-80, Lote 1, (383.900,00). Demais especificações encontram-se disponíveis no site oficial do Município www.santoaugusto.rs.gov.br, no link LICITAÇÕES.**

Santo Augusto-RS, 16 de outubro de 2026.

LILIAN FONTOURA DEPIERE,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Claudia Helena Maas
Código Identificador:CD1E8EBC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
APOSTILAMENTO

APOSTILAMENTO Nº 001 AO ADITIVO N° 003 AO CONTRATO N° 030/2024 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2023

Objeto: **Correção de erro de digitação no referido Aditivo**.

Onde se lê:

"[...] 030/2026 [...]"

Leia-se:

"**[...]** 030/**2024** **[...]**"

Permanecem inalteradas as demais disposições no referido documento.

Empresa: **Da Silva Mortari Transportes Ltda**.

São Gabriel, 16 de outubro de 2026.

LUCAS GONÇALVES MENEZES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carloci D'ávila Menezes Junior
Código Identificador:2CBDD245

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PERMISSÃO

AVISO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

A Prefeitura Municipal de São Gabriel/RS comunica que estará realizando **Leilão Público Presencial para permissão remunerada de uso de bem público, quiosque e deck de madeira, com metragem total de 113,91 m², localizado no encontro das ruas Duque de Caxias e Andrade Neves, Praça Fernando Abbott, s/n, centro. Justificativa da Concessão:** Considerando a reutilização do imóvel para destinados fins de uso, visando a geração de renda, desenvolvimento da produção e ocupação de espaços públicos do Município, realiza-se o presente aviso e posterior licitação. **Base Legal:** Lei nº 8987/1995 (Art. 5º) e Lei nº 14.133/2021.

São Gabriel, 16 de outubro de 2026.

LUCAS GONÇALVES MENEZES,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Menna Barreto Salvadé
Código Identificador:B675FCD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO ELETRÔNICA DO AVISO DE IRREGULADIDADE

TERMO ADITIVO N° 001/2026
CONTRATO Nº 157/2026

O MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 268, São Gabriel/RS, CEP 97.300-226, inscrito no CNPJ nº 88.768.080/0001-70, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Senhor Lucas Gonçalves Menezes, inscrito no CPF nº 008.665.620-10, doravante denominado PODER CONCEDENTE, e PRIMEIRA ESTACIONAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 52.024.452/0001-07, com endereço na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, Andar 2, Bloco 3,

Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04.543-900, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, celebram o presente Termo Aditivo, com amparo no art. 124, inciso II, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, nos arts. 9º, §4º, 18 e 23 da Lei Federal nº 8.987/1995, na Lei Ordinária Municipal nº 3.835/2017 e alterações, e na Cláusula 5.1.1, alínea "c", incisos I a IV, do Contrato nº 157/2026, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto disciplinar a notificação eletrônica do Aviso de Irregularidade – AI, em substituição à afixação física, nas hipóteses e condições aqui estabelecidas, mediante alteração do item 5.2.11.1 do Projeto Básico, parte integrante do Contrato nº 157/2026.

1.2. A alteração decorre da adoção, pela CONCESSIONÁRIA, de fiscalização por veículo dotado de sistema de videomonitoramento com reconhecimento óptico de caracteres (OCR), nos termos facultados pela Cláusula 5.1.1, alínea "c", do Contrato, cuja sistemática é operacionalmente incompatível com a exigência de afixação física do aviso em todos os casos, configurando a hipótese do art. 124, inciso II, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA — DA ALTERAÇÃO DA REGRA DE NOTIFICAÇÃO DO AVISO DE IRREGULARIDADE

2.1. A notificação da irregularidade será emitida eletronicamente e sempre que possível a comunicação será feita de maneira digital e/ou a afixada no veículo, de forma recomendada e não obrigatória. Ademais, ressalta-se que todas as notificações permanecem integralmente disponíveis para consulta pública do usuário do estacionamento rotativo, por meio dos canais oficiais da empresa contratada (aplicativo, parquímetros presenciais e virtuais, central de atendimento, monitores de campo e pontos de vendas oficiais e credenciados).

CLÁUSULA TERCEIRA — DOS REQUISITOS DA NOTIFICAÇÃO ELETRÔNICA

3.1. A notificação eletrônica conterá, no mínimo, os mesmos elementos exigidos para o aviso físico: placa do veículo; data, hora e local da irregularidade; e informações estabelecendo os critérios para a regularização.
3.2. A notificação eletrônica será acompanhada do registro das imagens ou do registro eletrônico que embasaram a constatação da irregularidade, acessíveis ao PODER CONCEDENTE.
3.3. O sistema registrará, de forma auditável e não editável, a data e a hora da emissão do AI, mantendo-se tais registros pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos.
3.4. Os prazos e efeitos previstos na regulamentação municipal — inclusive o prazo para pagamento do preço de pós-utilização e a hipótese de anulação do AI mediante aquisição de tarifa para a mesma placa dentro do intervalo regulamentar — contam-se da emissão do AI, sem qualquer prejuízo ao usuário decorrente do meio de comunicação adotado.
3.5. O período de tolerância previsto na regulamentação municipal precede, em qualquer hipótese, a emissão do AI, seja ele físico ou eletrônico.
3.6. Falhando o envio ou a confirmação de entrega da notificação eletrônica, ou estando o veículo ainda estacionado, a CONCESSIONÁRIA procederá à afixação física do AI, prevalecendo, para todos os efeitos, o meio que assegure a efetiva ciência do usuário.
3.7. O PODER CONCEDENTE, por meio da SEMUSC e da AGESG, terá acesso irrestrito e em tempo real aos registros de que trata esta Cláusula, nos termos das Cláusulas 5.1.1, "c", II, e 12.3.3 do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA — DO CADASTRO E DA PROTEÇÃO DE DADOS

4.1. O cadastro no aplicativo conterá aceite expresso, específico e destacado do titular quanto ao recebimento de notificações eletrônicas de irregularidade, com informação clara de que tal aceite dispensa a afixação física do aviso.
4.2. O titular poderá, a qualquer tempo, revogar o aceite, hipótese em que voltará a ser aplicada a afixação física.
4.3. O tratamento dos dados observará a Lei Federal nº 13.709/2018, ficando a CONCESSIONÁRIA responsável pela segurança, integridade e sigilo das informações, bem como pela conservação e disponibilização das imagens captadas pelo sistema de videomonitoramento, vedado seu uso para finalidade estranha à execução deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA — DAS OBRIGAÇÕES MANTIDAS

5.1. A adoção da notificação eletrônica não exime a CONCESSIONÁRIA do cumprimento das obrigações mínimas de fiscalização presencial por monitores, nem da manutenção da proporção de pessoal prevista na Cláusula 5.2.2, alínea "m", do Contrato, tampouco de qualquer dos Indicadores de Qualidade (SLA) da Cláusula 5.2.2, alínea "l".
5.2. Permanece integralmente a competência dos Agentes de Trânsito do Município para a lavratura do Auto de Infração de Trânsito, que independe da emissão ou da forma de comunicação do Aviso de Irregularidade.
5.3. Não haverá redução da cobertura mínima diária de fiscalização das vagas ativas prevista na Cláusula 5.2.2, alínea "l", inciso IX.

CLÁUSULA SEXTA — DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1. As partes declaram que a alteração ora pactuada não importa, por si só, alteração do percentual de repasse ajustado na Cláusula Segunda do Contrato, nem dos valores da outorga.
6.2. Verificado impacto relevante na equação econômico-financeira decorrente da alteração, qualquer das partes poderá requerer a revisão, na forma das Cláusulas 3.9 e 3.11 do Contrato, mediante demonstração documentada e prévia manifestação da AGESG.

CLÁUSULA SÉTIMA — DA EFICÁCIA

7.1. A eficácia deste Termo Aditivo fica condicionada à entrada em vigor de Decreto Executivo que altere o Decreto Executivo nº 087/2024 para admitir a comunicação eletrônica do Aviso de Irregularidade nos termos aqui previstos.
7.2. Enquanto não implementada a condição do item 7.1, permanece aplicável a redação original do item 5.2.11.1 do Projeto Básico.

CLÁUSULA OITAVA — DA RATIFICAÇÃO E DA PUBLICIDADE

8.1. Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 157/2026 não expressamente modificadas por este instrumento.
8.2. O presente Termo Aditivo será divulgado na Imprensa Oficial do Município e no PNCP, na forma da Cláusula Décima Quarta do Contrato.

Prefeitura Municipal de São Gabriel, em 03 de setembro de 2026.

LUCAS GONÇALVES MENEZES
Prefeito Municipal

PRIMEIRA ESTACIONAMENTOS LTDA
Concessionária

AGÊNCIA REGULADORA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL
AGESG

Publicado por:
Carloci D'ávila Menezes Junior
Código Identificador:43559899

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SÚMULA DE ADITIVO

TERMO ADITIVO N° 017 AOCONTRATO Nº 109/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2020

Objeto: prorrogação de forma extraordinária do prazo do contrato **n° 109/2020,** por mais **12 (doze) meses**, a partir de **19/10/2025**, ou até que se conclua o novo processo licitatório (**Pregão Presencial n° 60/2026**).
Empresa: **Qualiti Indústria Comércio e Serviços de Alimentação Ltda.**

São Gabriel, 16 de outubro de 2026.

LUCAS GONÇALVES MENEZES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carloci D'ávila Menezes Junior
Código Identificador:42C237C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SÚMULA DE ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 271/2026 – PREGÃO PRESENCIAL nº 1/2023

Objeto: reajuste de valores do referido contrato, pelo índice IPC (Fipe), passando o valor do quilômetro rodado para **R$ 7,77 (Linha Von Bock).**
Empresa: **Rossano Peres Farias**.

São Gabriel, 16 de outubro de 2026.

LUCAS GONÇALVES MENEZES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carloci D'ávila Menezes Junior
Código Identificador:BA31628F

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SÚMULA DE ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 192/2023 – PREGÃO PRESENCIAL nº 1/2023

Objeto: reajuste de valores do contrato n° 192/2023, pelo índice IPC (Fipe), passando o valor do quilômetro rodado para **R$ 9,32 (Linha Pontas do Salso).**
Empresa: **Da Silva Mortari Transportes Ltda**.

São Gabriel, 16 de outubro de 2026.

LUCAS GONÇALVES MENEZES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carloci D'ávila Menezes Junior
Código Identificador:22348FCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO n° 021/2026 – CHAMAMENTO PÚBLICO n° 008/2026

Objeto: Prestação de serviços de exames laboratoriais**.**
Empresa: **Gonçalves Forgiarini & Cia Ltda.**

São Gabriel, 16 de outubro de 2026.

LUCAS GONÇALVES MENEZES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carloci D'ávila Menezes Junior
Código Identificador:9CB11047

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE/RS estará recebendo através da plataforma **https://bll.org.br**, propostas financeiras e documentos de habilitação dos interessados em participar da **Concorrência Eletrônica nº 07/2026**, **Processo nº 390/2026**, objetivando a contratação de empresa habilitada para a execução de obra de implantação/substituição de rede de drenagem pluvial com tubos de concreto armado em extensão de 36,00 metros úteis e execução/instalação de 3 (três) bueiros na Rua Jacinta Susin, situada no Distrito de Vale Vêneto, Município de São João do Polêsine/RS, conforme Plano de Aplicação dos Recursos aprovado no âmbito do Fundo Estadual de Defesa Civil – FUNDEC/RS, por meio da Resolução nº 008/FUNDEC de 12 de junho de 2026, integrante do Programa Estadual de Preparação para Eventos Extremos – PREPARA RS, e em conformidade com as especificações técnicas constantes do projeto técnico, memorial descritivo, e demais documentos integrantes do processo licitatório, com os seguintes horários: cadastro das propostas até às **08h do dia 04 de novembro de 2026** e início dos lances a partir das **09h do dia 04 de novembro de 2026.** Edital, Anexos poderão ser obtidas pelo site **https://bll.org.br** ou pelo site https://saojoaodopolesine.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais**.**

São João do Polêsine, 16 de outubro de 2026.

JAQUELINE MARIA SCHMITZ MILANESI
Prefeita Municipal

Publicado por:
João Gabriel Vizzotto
Código Identificador:5CFE582A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 08/2026

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE/RS estará recebendo através da plataforma **https://bll.org.br**, propostas financeiras e documentos de habilitação dos interessados em participar da **Concorrência Eletrônica nº 08/2026**, Processo nº 391/2026, objetivando a contratação de empresa habilitada para a execução de obras e serviços civis de instalação e montagem de galeria celular pré-moldada de 3,00 m x 3,00 m, totalizando 6,00 metros de extensão útil na Estrada Linha Duas, Distrito de Vale Vêneto, no Município de São João do Polêsine/RS, em conformidade com as especificações técnicas constantes do projeto técnico, memorial descritivo, e demais documentos integrantes do processo licitatório, com os seguintes horários: cadastro das propostas até às **08h do dia 05 de novembro de 2026** e início dos lances a partir das **09h do dia 05 de novembro de 2026.** Edital, Anexos poderão ser obtidas pelo site **https://bll.org.br** ou pelo site https://saojoaodopolesine.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais**.**

São João do Polêsine, 16 de outubro de 2026.

JAQUELINE MARIA SCHMITZ MILANESI
Prefeita Municipal

Publicado por:
João Gabriel Vizzotto
Código Identificador:CBA67283

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO ADITIVO 04 AO CONTRATO Nº 41/2025

Aditivo 04 ao Contrato 41/2025 – Objeto: Locação de imóvel referente à transcrição nº 20.620, correspondente ao lote 21-A, localizado na Rua José Felice, nº 1309, apartamento 034, no município de São João do Polêsine/RS. Processo nº 247/2025 e Inexigibilidade de Licitação nº 32/2025 – Contratado: RENI AUGUSTO BRONDANI. Valor mensal: R$ 1.093,50 (um mil e

noventa e três reais e cinquenta centavos). Valor total: R$ 6.561,00 (seis mil, quinhentos e sessenta e um reais), referente ao período de 6 (seis) meses. Vigência: Prorrogada por mais 6 (seis) meses, a contar de 15 de outubro de 2026.

São João do Polêsine, RS, 15 de outubro de 2026.

JAQUELINE MARIA SCHMITZ MILANESI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Julia Dalllanora
Código Identificador:AEE0AB1F

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO OURO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 070/2024 – TERMO ADITIVO II

Contratante: Município de São José do Ouro
Contratada: INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANENCIA CRISTO REY LTDA
CNPJ n° 21.614.679/0001-89

Objeto: contratação de residencial para acolhimento de pessoas com transtornos psiquiátricos, idosos e/ou com limitações físicas e psicológicas que necessitam de tratamento e cuidados especiais em residencial de internação prolongada, conforme determinação judicial.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO ADITAMENTO
1.1 Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato firmado entre as partes acima qualificadas, até o dia **01 de novembro de 2027**, com amparo nas disposições do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO
O preço mensal desta contratação será reajustado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, conforme cláusula terceira do instrumento contratual, passando para **R$ 6.414,41** (seis mil, quatrocentos e quatorze reais com quareta e um centavos), sendo esse valor mensal, para o Grau de Dependência II, deduzido deste total o valor de um salário mínimo que o paciente recebe de aposentadoria ou benefício de prestação continuada. *Preço atualizado no Sistema de Cálculo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (em anexo)*

São José do Ouro, RS, 16 de outubro de 2026.

VILMAR DE BIASI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maikel Kunzler
Código Identificador:3155B516

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 102/2022 – TERMO ADITIVO V

Contratante: Município de São José do Ouro
Contratada: Banco do Estado do Rio Grande do Sul SA
CNPJ n° 92.702.067/0001-96
Objeto: O chamamento público tem por objeto o credenciamento de instituições financeiras para prestação de serviços bancários para recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais por meio de Guia da Arrecadação Municipal, padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados, preços, prazos, procedimentos e demais condições previstas no Edital e em seus anexos.
1. CLÁUSULA PRIMEIRA –– OBJETO DO ADITAMENTO:
1.1 Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato firmado entre as partes **até o dia 17 de outubro de 2027**, conforme previsão estipulada na cláusula sétima do instrumento contratual e Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

1.2 A tarifa referente à prestação dos serviços será reajustada conforme a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, conforme cláusula sétima do contrato, passando para:

ITEM	MODALIDADE DE ARRECADAÇÃO	PREÇO
02	Credenciamento de bancos para recebimento das guias de arrecadação municipal (por meio de correspondente bancário, lotérica, etc)	1,89
03	Credenciamento de bancos para recebimento das guias de arrecadação municipal (por meio de autoatendimento – caixa eletrônico)	1,89
04	Credenciamento de bancos para recebimento das guias de arrecadação municipal (por meio de Internet/Mobile)	1,89

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DISPOSIÇÕES GERAIS
Este termo de aditamento produzirá efeitos a partir de **1º de setembro de 2026.**
Todas as demais cláusulas e disposições do contrato original e de seus aditamentos permanecem em vigor, a menos que estejam em desacordo com o estabelecido neste termo.

São José do Ouro, RS, 07 de outubro de 2026

VILMAR DE BIASI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maikel Kunzler
Código Identificador:84E610FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54/2026

O Prefeito do Município de São José do Ouro - RS, no uso das suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54/2026: Aquisição de mobiliário sob medida compreendendo balcões, mesa, armários, expositores, gaveteiro e porta-CPU, para a Sala de Assessoria Jurídica e Secretaria de Educação.

Empresa: **43.133.068 MARCELO AGUINALDO FORTUNA**
CNPJ nº 43.133.068/0001-51
Item 1: 01 un - Armário 100% MDF 18mm com portas de correr e duas portas de giro, com divisórias em branco tx. 4,60x2,50x0,70 E.M.E.I. Maria Helena Morelo - R$ 11.400,00
Item 2: 15 un - Expositor de livros em MDF branco tx 0,84x0,80x0,40. E.M.E.I. Maria Helena Morelo e E.M.E.I. Eugênio Grassi - R$ 430,00 cada
Item 3: 01 un - Balcão em MDF 18mm, com portas de correr e gavetas branco tx. 1,95x0,59x0,77 E.M.E.I. Eugênio Grassi - R$ 2.300,00
Item 4: 01 un - Balcão em MDF 18mm, com portas de giro e divisórias. 1,20x0,61x0,78. E.M.E.I. Eugênio Grassi - R$ 1.400,00

Empresa: **FÁBRICA DE MÓVEIS CARNIEL E CENTENARO LTDA.**
CNPJ nº 29.985.887/0001-04
Item 5: 01 un - Mesa, gaveteiro e porta CPU em MDF 18mm, com rodízio, cor titânio trama. 1,70x0,60x0,75. Escola Antônio Manfron - R$ 2.479,00
Item 6: 01 un - Armário em MDF 18mm, branco tx, com portas de giro e divisórias. 2,00x2,79x0,60. Armário sala dos Professores Escola Antônio Manfron - R$ 6.940,00

Empresa: **DANIEL AUGUSTO PAIXÃO 81034393049**
CNPJ nº 22.598.389/0001-51
Item 7: Mobiliário para Sala de Assessoria Jurídica - R$ 4.300,00

TOTAL: R$ 35.269,00 (trinta e cinco mil, duzentos e sessenta e nove reais)

Transcorrido o prazo regulamentar de três dias úteis, e não havendo recursos, será homologada a presente licitação e poderá ser extraída a documentação fiscal atinente, razão pela qual a empresa adjudicada deverá verificar junto ao setor de licitações sobre a necessidade de assinatura de contratos ou outras providências.

Fundamento Legal: art. 75, II da Lei Federal 14.133/2021.

Informações: (54) 3352-4516.

Em 16 de outubro de 2026.

VILMAR DE BIASI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cinara Ribeiro Gelain
Código Identificador:F867C006

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REVOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

TERMO DE REVOGAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 20/2026
Processo Administrativo de Licitação nº 97/2026

O Município de São José do Ouro torna pública a revogação do Pregão Eletrônico nº 20/2026, referente à contratação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, nos termos do art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão das inconsistências técnicas identificadas no Projeto Básico, que exigem ajustes no dimensionamento dos serviços.

São José do Ouro/RS, 16 de outubro de 2026.

VILMAR DE BIASI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cinara Ribeiro Gelain
Código Identificador:CCF4E5F2

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LEOPOLDO
EXTRATO PORTARIA N.º 45, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

A **DIRETORA-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LEOPOLDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 52 do Decreto Municipal nº 10.362/2023, com base nos capítulos 14, 15 e 16 do Regulamento de Pessoal da FMS-SL e com fundamento no inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal, e após análise dos elementos informativos encaminhados, **DETERMINA** a instauração de **SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA** para apuração de possível conduta funcional irregular no ambiente laboral, supostamente cometida pela empregada pública ALEXIA PRESTES AIRES, matrícula 482, no âmbito do CAPS AD, conforme denúncia recebida em 17 de setembro de 2026. Outrossim, designa para condução dos trabalhos a Comissão de Sindicância Investigativa composta pelos empregados públicos Tanize Cezar Priebe, matrícula nº 233, Presidente; Philippe Augusto de Mattos Machado, matrícula nº 394 e Mariana dos Santos Escobar, matrícula nº 208. A Comissão deverá atuar em caráter sigiloso, observando os princípios do contraditório e da ampla defesa, realizando as diligências necessárias e apresentando relatório conclusivo ao final dos trabalhos.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARIANA VIGANNICO DA SILVA
Diretora-Presidente

Publicado por:
Mariana Dos Santos Escobar
Código Identificador:7D60A989

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LEOPOLDO
PORTARIA N° 46/2026

"Dispõe sobre a alteração de cargo de funcionário já designado em função de confiança"

ARIANA VIGANNICO DA SILVA, Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Saúde de São Leopoldo, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 52, V do Estatuto da Fundação Municipal de Saúde de São Leopoldo, Decreto 10.362 de 02 de fevereiro de 2023.

RESOLVE:

Artigo 1º – Fica alterada, com vigência a partir de 16 de outubro de 2026, a função de confiança da Senhora ESTELA MARIS GRUSKE JUNGES, matricula 360, já designada conforme a Portaria n° 22/2025 na função de ASSESSORA DA UNIDADE DE MONITORAMENTO DA CONTRATUALIZAÇÃO, para a função de COORDENADORA DE CIÊNCIA, PESQUISA E INOVAÇÃO, de acordo com o artigo 83 do Estatuto da Fundação Municipal de Saúde de São Leopoldo, Decreto 10.362/2023, com opção pelo valor correspondente ao símbolo CC2, nos termos do Plano de Cargos em Comissão e Funções de Confiança vigente.

São Leopoldo,

ARIANA VIGANNICO DA SILVA
Diretora-Presidente

Publicado por:
Mariana Dos Santos Escobar
Código Identificador:92437506

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LEOPOLDO
PORTARIA N° 47/2026

"Dispõe sobre a alteração de cargo de funcionário já nomeado em cargo em comissão"

ARIANA VIGANNICO DA SILVA, Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Saúde de São Leopoldo, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 52, V do Estatuto da Fundação Municipal de Saúde de São Leopoldo, Decreto 10.362 de 02 de fevereiro de 2023.

RESOLVE:

Artigo 1º – Fica alterado, com vigência a partir de 16 de outubro de 2026, o cargo da Senhora CAMYLA BORGES SANTOS, matricula n° 517, já nomeada em 16 de junho de 2025, no cargo de ASSESSORA DE APOIO INSTITUCIONAL DE REDE, para o cargo de ASSESSORA DA UNIDADE DE MONITORAMENTO DE CONTRATUALIZAÇÃO, símbolo CC3, de acordo com o artigo 85 do Estatuto da Fundação Municipal de Saúde de São Leopoldo, Decreto 10.362/2023, nos termos do Plano de Cargos em Comissão e Funções de Confiança vigente.

São Leopoldo,

ARIANA VIGANNICO DA SILVA
Diretora-Presidente

Publicado por:
Mariana Dos Santos Escobar
Código Identificador:EA0B9445

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LEOPOLDO
PORTARIA N° 48/2026

"Dispõe sobre a alteração de cargo de funcionário já designado em função de confiança"

ARIANA VIGANNICO DA SILVA, Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Saúde de São Leopoldo, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 52, V do Estatuto da Fundação Municipal de Saúde de São Leopoldo, Decreto 10.362 de 02 de fevereiro de 2023.

RESOLVE:

Artigo 1º – Fica alterada, com vigência a partir de 16 de outubro de 2026, a função de confiança da Senhora GABRIELA MACHADO DUTRA, matricula 325,já designada conforme a Portaria n° 47/2024 na função de GERENTE, para a função de ASSESSORA DE APOIO INSTITUCIONAL DE REDE, de acordo com o artigo 83 do Estatuto da Fundação Municipal de Saúde de São Leopoldo, Decreto 10.362/2023, com opção pelo valor correspondente ao símbolo FC3, nos termos do Plano de Cargos em Comissão e Funções de Confiança vigente.

São Leopoldo,

ARIANA VIGANNICO DA SILVA
Diretora-Presidente

Publicado por:
Mariana Dos Santos Escobar
Código Identificador:AE11C347

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LEOPOLDO
PORTARIA N° 49/2026

"Dispõe sobre designação de função de confiança"

ARIANA VIGANNICO DA SILVA, Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Saúde de São Leopoldo, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 52, V do Estatuto da Fundação Municipal de Saúde de São Leopoldo, Decreto 10.362 de 02 de fevereiro de 2023.

RESOLVE:

Artigo 1º – DESIGNAR, com vigência a partir de 16 de outubro de 2026, a senhora JENNIFER RODRIGUES BARCELLOS, matrícula n° 470, para a função de confiança de GERENTE da Fundação Municipal de Saúde de São Leopoldo, de acordo com o artigo 83 do Estatuto da Fundação Municipal de Saúde de São Leopoldo, Decreto 10.362/2023, com opção pelo valor correspondente ao símbolo FC5, nos termos do Plano de Cargos em Comissão e Funções de Confiança vigente.

São Leopoldo,

ARIANA VIGANNICO DA SILVA
Diretora-Presidente

Publicado por:
Mariana Dos Santos Escobar
Código Identificador:603F7030

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 11.039, DE 26 DE MARÇO DE 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.100.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO no uso das atribuições que lhe confere o artigo 152, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o que estabelece a Lei Municipal nº 10.202, de 13 de dezembro de 2024, e em conformidade com os artigos 7º, 42 e 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964,

D E C R E T A

Art. 1º É aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais), com o objetivo de atender as despesas do orçamento em execução, conforme as dotações a seguir especificadas:

Órgão 25	**FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENARIO**	
Unidade 01	**ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL CENTENARIO**	
10.302.0068.2470	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DO HC	
3.3.90.39.00.00.00.00.1600	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3.100.000,00
0000501	4501 ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMBULATORIAL E HOSPITAL	

Art. 2º Servirão de recursos as Reduções das Dotações no valor de R$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais), conforme as dotações a seguir especificadas:

Órgão 25	**FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENARIO**	
Unidade 01	**ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL CENTENARIO**	
10.302.0068.2470	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DO HC	
3.3.90.30.00.00.00.00.1600	MATERIAL DE CONSUMO	3.100.000,00
0000501	4501 ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMBULATORIAL E HOSPITAL	

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 26 de março de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:0A0EE30A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 11.115, DE 09 DE JULHO DE 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 9.899.642,52.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO no uso das atribuições que lhe confere o artigo 152, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o que estabelece a Lei Municipal nº 10.202, de 13 de dezembro de 2024, e em conformidade com os artigos 7º, 42 e 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964,

D E C R E T A

Art. 1º É aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 9.899.642,52 (nove milhões e oitocentos e noventa e nove mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), com o objetivo de atender as despesas do orçamento em execução, conforme as dotações a seguir especificadas:

Órgão 25	**FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENARIO**	
Unidade 01	**ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL CENTENARIO**	
10.302.0068.2470	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DO HC	
3.3.90.39.00.00.00.00.1500	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.000.000,00
1002040	0040 ASPS	
3.3.90.39.00.00.00.00.1600	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.237.078,70
0000501	4501 ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMBULATORIAL E HOSPITAL	
10.302.0068.2471	FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS DO HOSPITAL CENTENÁRIO	
3.1.90.16.00.00.00.00.1500	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	1.000.000,00
1002040	0040 ASPS	
3.3.90.34.00.00.00.00.1500	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	1.000.000,00
1002040	0040 ASPS	
3.3.90.46.00.00.00.00.1500	AUXILIO-ALIMENTACAO	200.000,00
1002040	0040 ASPS	
10.302.0068.2524	MANUTENÇÃO - COFIN HOSP - COMPLEM. CUSTEIO	
3.3.90.39.00.00.00.00.1621	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.462.563,82
0000230	4230 APOIO A REDE HOSPITALAR - IHOSP	

Art. 2º Servirão de recursos as Reduções das Dotações no valor de R$ 2.750.000,00 (dois milhões e setecentos e cinquenta mil reais), conforme as dotações a seguir especificadas:

Órgão 25	**FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENARIO**	
Unidade 01	**ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL CENTENARIO**	
10.302.0068.2471	*FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS DO HOSPITAL CENTENÁRIO*	
3.1.90.11.00.00.00.00.1500	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.200.000,00

1002040	0040 ASPS	
10.302.0068.2524	MANUTENÇÃO - COFIN HOSP - COMPLEM. CUSTEIO	
3.3.90.30.00.00.00.00.1621	MATERIAL DE CONSUMO	550.000,00
0000230	4230 APOIO A REDE HOSPITALAR - IHOSP	

Art. 3º Servirão de recursos para complementar o artigo 2º:
a) o valor de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), referente ao excesso de arrecadação, sob o vínculo 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
b) o valor de R$ 1.237.078,70 (um milhão e duzentos e trinta e sete mil e setenta e oito reais e setenta centavos), referente ao excesso de arrecadação, sob o vínculo 1600 - Transf Fundo a Fundo Rec SUS prov Gov Federal - ASPS;
c) o valor de R$ 912.563,82 (novecentos e doze mil, quinhentos e sessenta e três reais e oitenta e dois centavos), referente ao excesso de arrecadação, sob o vínculo 1621 - Transf Fundo a Fundo Rec SUS prov Gov Estadual;

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 09 de julho de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:580FE0AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 11.151, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 4.702.758,19.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO no uso das atribuições que lhe confere o artigo 152, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o que estabelece a Lei Municipal nº 10.202, de 13 de dezembro de 2024, e em conformidade com os artigos 7º, 42 e 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964,

D E C R E T A

Art. 1º É aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 4.702.758,19 (quatro milhões e setecentos e dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e dezenove centavos), com o objetivo de atender as despesas do orçamento em execução, conforme as dotações a seguir especificadas:

Órgão 25	**FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENARIO**	
Unidade 01	ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL CENTENARIO	
10.302.0068.1471	PROMOVER MELHORIAS ESTRUTURAIS E INOVAÇÕES TECNOL. EM SAÚDE	
4.4.90.52.00.00.00.00.1621	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.312,95
3210109	Emenda Parl. Ind.Dep.Sofia Cavedon-PT-Ep 55 - FMS/FHC	
10.302.0068.2470	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DO HC	
3.3.90.39.00.00.00.00.1500	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.983.709,40
1002040	0040 ASPS	
3.3.90.39.00.00.00.00.1600	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	100.000,00
0000501	4501 ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMBULATORIAL E HOSPITAL	
10.302.0068.2471	FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS DO HOSPITAL CENTENÁRIO	
3.1.90.16.00.00.00.00.1500	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	600.000,00
1002040	0040 ASPS	
3.3.90.34.00.00.00.00.1500	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	1.000.000,00
1002040	0040 ASPS	
10.302.0068.2524	MANUTENÇÃO - COFIN HOSP - COMPLEM. CUSTEIO	
3.3.90.39.00.00.00.00.1621	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	4.667,54
3210108	Emenda Parl. Ind.Dep.Miguel Rossetto-PT-Ep 279 - FMS/FHC	
3.3.90.39.00.00.00.00.1621	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	11.068,30
3210104	Emenda Parl. Ind.Dep.Bruna Rodrigues-PCdoB-Ep 1057 - FMS/FHC	

Art. 2º Servirão de recursos as Reduções das Dotações no valor de R$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), conforme as dotações a seguir especificadas:

Órgão 25	**FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENARIO**	
Unidade 01	**ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL CENTENARIO**	
10.302.0068.2470	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DO HC	
3.3.90.40.00.00.00.00.1600	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	100.000,00
0000501	4501 ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMBULATORIAL E HOSPITAL	
10.302.0068.2471	FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS DO HOSPITAL CENTENÁRIO	
3.1.90.11.00.00.00.00.1500	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.600.000,00
1002040	0040 ASPS	

Art. 3º Servirão de recursos para complementar o artigo 2º:

a) o valor de R$ 2.983.709,40 (dois milhões e novecentos e oitenta e três mil, setecentos e nove reais e quarenta centavos), referente ao excesso de arrecadação, sob o vínculo 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos;

b) o valor de R$ 4.667,54 (quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), referente ao excesso de arrecadação, sob o vínculo 1621 - Transf Fundo a Fundo Rec SUS prov Gov Estadual;

c) o valor de R$ 11.068,30 (onze mil e sessenta e oito reais e trinta centavos), referente ao excesso de arrecadação, sob o vínculo 1621 - Transf Fundo a Fundo Rec SUS prov Gov Estadual;

d) o valor de R$ 3.312,95 (três mil, trezentos e doze reais e noventa e cinco centavos), referente ao excesso de arrecadação, sob o vínculo 1621 - Transf Fundo a Fundo Rec SUS prov Gov Estadual;

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 09 de setembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:8A7CC22E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 11.277, DE 12 DE JANEIRO DE 2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 8.000.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO no uso das atribuições que lhe confere o artigo 152, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o que estabelece a Lei Municipal nº 10440, de 15 de Dezembro de 2025, e em conformidade com os artigos 7º, 42 e 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964,

D E C R E T A

Art. 1º É aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), com o objetivo de atender as despesas do orçamento em execução, conforme as dotações a seguir especificadas:

Órgão 25	**FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENARIO**	
Unidade 01	ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL CENTENARIO	
10.302.0068.2470	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DO HC	
3.3.90.92.00.00.00.00.1500	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.000.000,00
1002040	0040 ASPS	
Art. 2º Servirão de recursos as Reduções das Dotações no valor de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), conforme as dotações a seguir especificadas:		
Órgão 25	**FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENARIO**	
Unidade 01	**ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL CENTENARIO**	
10.302.0068.2470	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DO HC	

3.3.90.39.00.00.00.00.1500	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	8.000.000,00
1002040	0040 ASPS	

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 12 de janeiro de 2026.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:81A1EA37

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 11.334, DE 17 DE ABRIL DE 2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.295.938,38.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO no uso das atribuições que lhe confere o artigo 152, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o que estabelece a Lei Municipal nº 10440, de 15 de Dezembro de 2025, e em conformidade com os artigos 7º, 42 e 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964,

D E C R E T A

Art. 1º É aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.295.938,38 (um milhão e duzentos e noventa e cinco mil, novecentos e trinta e oito reais e trinta e oito centavos), com o objetivo de atender as despesas do orçamento em execução, conforme as dotações a seguir especificadas:

Órgão 25	**FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENARIO**	
Unidade 01	**ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL CENTENARIO**	
10.302.0068.2017	**FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS DO HOSPITAL CENTENARIO**	
3.1.90.94.00.00.00.00.1500	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	300.000,00
1002040	0040 ASPS	
10.302.0068.2470	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DO HC	
3.3.90.39.00.00.00.00.1501	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	995.938,38
0000001	0001 Recurso Livre	

Art. 2º Servirão de recursos as Reduções das Dotações no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme as dotações a seguir especificadas:

Órgão 25	**FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENARIO**	
Unidade 01	**ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL CENTENARIO**	
10.302.0068.2017	FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS DO HOSPITAL CENTENARIO	
3.1.90.92.00.00.00.00.1500	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	300.000,00
1002040	0040 ASPS	

Art. 3º Servirão de recursos para complementar o artigo 2º
a) o valor de R$ 995.938,38 (novecentos e noventa e cinco mil, novecentos e trinta e oito reais e trinta e oito centavos), referente ao excesso de arrecadação, sob o vínculo 1501 - Outros Recursos não Vinculados;

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 17 de abril de 2026.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:3284F60C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 11.423, DE 27 DE JULHO DE 2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 7.211.329,76.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO no uso das atribuições que lhe confere o artigo 152, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o que estabelece a Lei Municipal nº 10440, de 15 de Dezembro de 2025, e em conformidade com os artigos 7º, 42 e 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964,

D E C R E T A

Art. 1º É aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 7.211.329,76 (sete milhões e duzentos e onze mil, trezentos e vinte e nove reais e setenta e seis centavos), com o objetivo de atender as despesas do orçamento em execução, conforme as dotações a seguir especificadas:

Órgão 25	**FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENARIO**	
Unidade 01	**ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL CENTENARIO**	
10.302.0068.2017	**FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS DO HOSPITAL CENTENARIO**	
3.1.90.94.00.00.00.00.1500	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	500.000,00
1002040	0040 ASPS	
3.3.90.34.00.00.00.00.1500	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	500.000,00
1002040	0040 ASPS	
10.302.0068.2470	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DO HC	
3.3.90.39.00.00.00.00.1500	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	6.000.000,00
1002040	0040 ASPS	
10.302.0068.2522	MANUTENÇÃO - COFIN HOSP - REDE PARTO	
3.3.90.39.00.00.00.00.1621	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	211.329,76
0000230	4230 APOIO A REDE HOSPITALAR - IHOSP	
Art. 2º Servirão de recursos as Reduções das Dotações no valor de R$ 1.211.329,76 (um milhão e duzentos e onze mil, trezentos e vinte e nove reais e setenta e seis centavos), conforme as dotações a seguir especificadas:		
Órgão 25	**FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENARIO**	
Unidade 01	**ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL CENTENARIO**	
10.302.0068.2017	FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS DO HOSPITAL CENTENARIO	
3.1.90.11.00.00.00.00.1500	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.000.000,00
1002040	0040 ASPS	
10.302.0068.2493	MANUTENÇÃO - COFIN. GESTANTE ALTO RISCO	
3.3.90.39.00.00.00.00.1621	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	211.329,76
0000230	4230 APOIO A REDE HOSPITALAR - IHOSP	

Art. 3º Servirão de recursos para complementar o artigo 2º:

o valor de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), referente ao excesso de arrecadação, sob o vínculo 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos;

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 27 de julho de 2026.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:63CF30CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE N° 13/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E SERVIÇOS URBANOS, nos termos do artigo 44, "c" da Lei 9.145/19 - Código Municipal de Limpeza Pública Urbana, **CIENTIFICA** os munícipes abaixo relacionados para ciência de que foi emitida **NOTIFICAÇÃO**, ficando cientes de que, transcorrido **10 (dez) dias** da publicação deste edital, possuem o **prazo de 08 (oito) dias** para:

Tomar ciência do teor da notificação;
Oferecer defesa ou impugnação à notificação, que deverá ser protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, na R. Dom João Becker, 754, térreo, São Leopoldo/RS, informando o número da Notificação;
Comprovar o cumprimento das providências requeridas;
O infrator fica cientificado de que, independentemente de sua manifestação, o processo de administrativo terá continuidade;

A não manifestação poderá acarretar a lavratura de Auto de Infração, decorrendo de tal procedimento todos os atos previstos pela legislação vigente.

Nome	CPF/CNPJ	NOTIFICAÇÃO
SUCESSÃO DE LUIZ AUGUSTO CARVALHO DA LUZ	211.406.340-20	085/2026
LUCIO CAZZUNI MATTES	967.627.300-78	134/2026
ABRELINO RODRIGUES DOS SANTOS	024.491.880-53	143/2026
ZENAIDE MEURER DA CRUZ	360.959.230-34	154/2026
SUCESSÃO DE EBE BORGES KERBER	193.445.380-34	157/2026
ELADIO FAGUNDES SANTIAGO FILHO	004.328.850-21	164/2026
JOÃO MARTINS PINTO	185.308.048-99	178/2026
LORENTINO MELLO	318.504.210-72	179/2026
CONSTRUMEC EMP. IMOBILIÁRIOS	91.532.903/0001-79	214/2026
PEDRO PACHECO GOULART	205.809.670-34	265/2026
VALDECIR LUIZ DA SILVA	178.517.850-49	276/2026
WILLIAM ELTZ CAMARGO	023.123.420-56	277/2026
ADILSON NAGILDO	574.479.850-15	279/2026
HERBERTO LAMPERT	022.976.120-87	285/2026
DELCIO MARTINS	185.483.930-68	286/2026
REJANE TERESINHA DA SILVA KRINING	636.744.160-34	293/2026
RODRIGO BLACKESI FERNANDES	956.092.610-15	296/2026
ELO3 LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA	37.177.464/0001-88	301/2026
ROGERIO EUZEBIO ZACARIAS	463.748.500-26	302/2026
SUCESSÃO DE EVA CARDOSO CAMARGO	016.064.228-04	312/2026
SPE MALDONADO DESENVOLVIMENTO URBANO LTDA	39.978.185/0001-49	315/2026
SUCESSÃO DE LUIZ MOCCELIN	004.415.460-72	323/2026, 418/2026, 420/2026 E 421/2026.
SERGIO DA SILVA PEDROSO	405.628.080-00	325/2026
CONCEITUAL INVESTIMENTOS LTDA	55.496.375/0001-86	329/2026
RT GESTÃO PATRIMONIAL	34.585.915/0001-28	341/2026
VALDECIR LUIS DA SILVA	178.517.850-49	344/2026
SONIA ISABEL NAZARI GEORG	416.067.440-20	349/2026
TMZ ADM. DE BENS E SERVIÇOS	19.339.089/0001-43	352/2026
NORBERTO KIST	065.933.300-78	355/2026
GERSON LUIZ DE ARAÚJO	438.724.840-87	381/2026
NATALIA SIMIONOVSKI DE RESENDE	017.199.300-40	383/2026
S. ZIMM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA	46.006.450/0001-92	398/2026
IRMA EMILIA DAUDT PRIETO	250.007.210-04	401/2026
CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA	000.159.000-61	408/2026
INDUSTRIAL CONSTRUTORA SÃO BORJA LTDA	13.144.552/0001-15	410/2026
AGREMINO NUNES	112.200.820-15	416/2026
JOSÉ CLAUDINO DA SILVA CORREA	364.554.740-15	425/2026
PABLO SILIANO SANDER	15.539.814-0001-94	426/2026
JJT ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS	09.553.158/0001-63	437/2026
SUCESSÃO DE ALFREDO ANTONIO DA ROSA	111.880.140-72	438/2026
THAIS MONTEIRO	025.921.700-06	451/2026
TAYNAN CRUZ PEGORARO	013.169.810-96	453/2026
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	92.797.547/0001-88	455/2026
DANIEL HUMERTO CARELLI	931.394.620-34	458/2026

RAFAEL MORÉ PRZEWODOWSKI
Agente Adminstivo III

DAVID SANTOS DE SOUZA
Secretaria Municipal de Mobilidade e Obras

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:D5E8A3F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 14/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E SERVIÇOS URBANOS, nos termos do inciso c do artigo 44 da Lei 9.145/19 - Código Municipal de Limpeza Pública Urbana, **NOTIFICA** os autuados abaixo relacionados para ciência de que foi lavrado **AUTO DE INFRAÇÃO** a seguir listados, ficando cientes de que possuem o **prazo de 08 (oito) dias**, contados após o prazo deste edital de 10 (dez) dias para:

Oferecer defesa do Auto de Infração, que deverá ser protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, na R. Dom João Becker, 754, térreo, São Leopoldo/RS, informando o número do Auto de Infração;
Solicitar a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC;
Caso o autuado opte pelo pagamento da multa indicada no auto de infração, deverá solicitar boleto bancário para o e-mail fiscalizacaosemurb@saoleopoldo.rs.gov.br ou por telefone (51) 2200-0201;
O infrator fica cientificado que, independente de sua manifestação, o processo de julgamento administrativo terá continuidade;
O não pagamento da multa aplicada, após respectiva confirmação em processo transitado em julgado na instância definitiva de julgamento administrativo poderá ser encaminhado para inscrição em Dívida Ativa do Municipal, decorrendo de tal procedimento todos os demais previstos pela legislação vigente.

Nome	CPF/CNPJ	AI
JUCELI CLEONICE DAL PIAN GRANDINI	150.627.830-20	049/2026
ALBANO STRACK	035.695.780-20	050/2026
GHIS LTDA – ENGENHARIA	52.479.968/0001-46	051/2026
GISCARD BAGESTEIRO DA SILVEIRA	910.942.080-00	064/2026
SUCESSÃO DE EBE BORGES KERBER	193.445.380-34	065/2026
GERALDINA SOARES	890.351.270-72	082/2026
OSELIO ANTÔNIO DA SILVA	089.509.030-91	091/2026

RAFAEL MORÉ PRZEWODOWSKI
Agente Adminstivo III

DAVID SANTOS DE SOUZA
Secretaria Municipal de Mobilidade e Obras

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:39D2BE9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 15/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E SERVIÇOS URBANOS, nos termos do inciso c do artigo 44 da Lei 9.145/19 - Código Municipal de Limpeza Pública Urbana, **NOTIFICA** os autuados abaixo relacionados para ciência de que foi emitido **PARECER DE JULGAMENTO** nos respectivos processos administrativos a seguir listados, ficando cientes de que possumem o **prazo de 08 (oito) dias**, contados após o prazo deste edital de 10 (dez) dias para:

Oferecer defesa ou impugnação à notificação, que deverá ser portocolado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, na R. Dom João Becker, 754, térreo, São Leopoldo/RS, informando o número da Notificação.
Solicitar a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC.
Comprovar o cumprimento das providências requeridas.
O infrator fica cientificado de que, independentemente de sua manifestação, o processo de administrativo terá continuidade.
A não manifestação poderá acarretar a lavratura de Auto de Inrfação, decorrendo de tal procedimento todos os demais previstos pela legislação vigente.

Nome	CPF/CNPJ	Número do Ofício
RENATO ARNOLD	135.451.400-91	048/2026
MARCELO DE OLIVEIRA	815.357.160-53	049/2026
CLAUDETE WEBER	532.673.700-00	050/2026
RGL PLAST LTDA	57.506.888/0001-56	052/2026
NELSON NOR	199.795.760-49	058/2026
DANIEL ALVES DA SILVA	003.571.220-11	062/2026
SPE CONSTRUÇÃO E INCORPORADORA VIVENDAS DO CAIBATÉ LTDA	37.157.544/0001-71	063/2026
LAURO ADÃO STIEHL	072.918.090-53	064/2026
IBIZA EVENTOS	49.307.707/0001-34	070/2026
2B MÓVEIS PLANEJADOS	58.189.504/0001-81	076/2026

Para quaisquer informações complementares ou esclarescimentos necessários, entrar em contato com o Departamento de Fiscalização,

pelo email fiscalizacaosemurb@saoleopoldo.rs.gov.br ou pelo telefone (51) 2200-0201.

RAFAEL MORÉ PRZEWODOWSKI
Agente Administivo III

DAVID SANTOS DE SOUZA
Secretaria Municipal de Mobilidade

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:F973A0ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE DECISÃO FINAL

Em cumprimento ao disposto no Art. 37 da Lei Federal n. 6.437, de 20 de agosto de 1977, a Coordenação da Vigilância Sanitária do Centro de Vigilância em Saúde da Secretaria da Saúde do Município de São Leopoldo, torna pública as seguintes DECISÕES FINAIS em Processo Administrativo Sanitário:

DECISÃO

PROCESSO Nº: 20361/2026
AUTUADO: MARINES DA SILVA
ENDEREÇO: RUA FELIPE RIETH, 33 FEITORIA – SÃO LEOPOLDO
CNPJ OU CPF: 54.758.090/0001-03
DATA DA AUTUAÇÃO: 07/08/2026
DISPOSITIVOS LEGAIS TRANSGREDIDOS: Art. 10 e Art. 11 da RDC nº 502 de 27/05/2021; Art. 16 da RDC nº 502 de 27/05/2021; Art. 45 da RDC nº 502 de 27/05/2021 c/c Item 4.8.6 da Resolução nº216 de 15/09/2004; Art. 51 da RDC nº 502 de 27/05/2021.
TIPIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO: Artigo 10, inciso XXIX, da Lei Federal nº 6437/77.
DECISÃO FINAL: não interposto recurso à autoridade sanitária fica mantida a penalidade aplicada pela Diretoria de Vigilância em Saúde.
PENALIDADE IMPOSTA: ADVERTÊNCIA .

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:986774D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE DECISÃO FINAL -

Em cumprimento ao disposto no Art. 37 da Lei Federal n. 6.437, de 20 de agosto de 1977, a Coordenação da Vigilância Sanitária do Centro de Vigilância em Saúde da Secretaria da Saúde do Município de São Leopoldo, torna pública as seguintes DECISÕES FINAIS em Processo Administrativo Sanitário:

DECISÃO

PROCESSO Nº: 15691/2026
AUTUADO: KARINE DE MELO DA SILVA NEUMANN.
ENDEREÇO: RUA PRESIDENTE LUCENA, 1372 BAIRRO SCHARLAU
CNPJ OU CPF: 40.338.107/0001-69
DATA DA AUTUAÇÃO: 11/06/2026
DISPOSITIVOS LEGAIS TRANSGREDIDOS: Art.8; Artigos 20 c/c Art. 21; Art.16 da RDC 502/2021.
TIPIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO: Artigo 10, inciso XXIX, da Lei Federal nº 6437/77.
DECISÃO FINAL: não interposto recurso à autoridade sanitária fica mantida a penalidade aplicada pela Diretoria de Vigilância em Saúde.
PENALIDADE IMPOSTA: ADVERTÊNCIA.

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:6429FAB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145.133

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 10.554, de 10 de julho de 2026 e tendo em vista o Protocolo nº.24053/2026,

C O N C E D E

a averbação na ficha funcional da servidora **Luzimara Silveira Motta,** Matrícula 82045**,** de 791 (SETECENTOS E NOVENTA E UM) dias, correspondendo a DOIS (02) ANOS, DOIS (02) MESES E UM (01) DIAS, de serviços prestados à atividade privada, com base na Certidão fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, datada de 31/08/2026, Protocolo n° 19028050100362269, com fundamento na Lei Municipal n.º 6.055 de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 02 de outubro de 2026.

ÉVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:F3CC93C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 145.134

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 10.554, de 10 de julho de 2026 e tendo em vista o Protocolo nº. 24221/2026.

C O N C E D E

a averbação na ficha funcional da servidora **Carmen Lúcia Soares de Freitas,** matrícula 83171**,** de 1.748 (UM MIL, SETECENTOS E QUARENTA E OITO) dias, correspondendo a 4 (QUATRO)ANOS, 9 (NOVE) MESES E 18 (DEZOITO) DIAS, de serviços prestados à atividade privada com base na Certidão fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, datada de 15/09/2026, Protocolo n°19001010102579263, com fundamento na Lei Municipal n.º 6.055 de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 02 de outubro de 2026.

ÉVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:6F707A90

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145.156

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,** no uso de suas atribuições legais, e em face do que consta no Processo Protocolado sob n° 25259/2026, de 05 de outubro de 2026,

A U T O R I Z A

o afastamento da servidora **FABIANE BITELLO PEDRO**, matrículas nº 82506 e 84517, CPF nº 888.906.190-15, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a fim de participar da Reunião Coordenação Regional UNCME RS e Regional AMVARP, que ocorrerá em Vale do Sol/RS, no período de 28 a 29 de setembro de 2026, sem ônus para o município, conforme dispõe a Lei Municipal n° 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 05 de outubro de 2026.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:E62EBB9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145.157

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,** no uso de suas atribuições legais, e em face do que consta no Processo Protocolado sob n° 25260/2026, de 05 de outubro de 2026,

A U T O R I Z A

o afastamento da servidora **GISELE MAFALDA DOS SANTOS**, matrícula nº 88011, CPF nº 819.747.870-87, lotada na Procuradoria Geral do Município, a fim de participar da "1ª Jornada Brasileira de Direito Municipal", na cidade de Gramado/RS, no período de 27 e 28 de setembro de 2026, fazendo jus ao pagamento da inscrição do curso, conforme dispõe a Lei Municipal n° 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 05 de outubro de 2026.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:1EB921A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145.158

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,** no uso de suas atribuições legais e em face do que consta no processo protocolado sob nº 23581/2026, de 15 de setembro de 2026, e no Memorando nº 1.128 da Secretaria Municipal de Educação,

A U T O R I Z A

a dispensa do servidor **HENRIQUE ARNOLDO JUNIOR,** matrícula n° 87169, cargo: Professor de Matemática, na Secretaria Municipal de Educação, das Reuniões Administrativas/Pedagógicas (RAPs), nas terças às quartas-feiras, durante o segundo semestre de 2026, considerando que a servidora apresentou comprovante de estudos, conforme a Lei Municipal nº 6.573, de 24 de março de 2008.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 05 de outubro de 2026.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:207CACE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 145.165

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 10.554, de 10 de julho de 2026 e tendo em vista o Protocolo nº. 24472/2026.

C O N C E D E

a averbação na ficha funcional da servid-ora **Carmem Lúcia Gama de Lima,** matrícula **82761,** de 2.017 (DOIS MIL E DEZESSETE) dias, correspondendo a 5 (CINCO)ANOS, 6 SEIS) MESES E 12 (DOZE) DIAS, de serviços prestados à atividade pública e privada, incluindo o período de 20/04/2004 a 31/12/04; 03/01/2005 a 09/08/2005 e 04/08/2005 a 31/12/2005; de prestação de serviço à Prefeitura Municipal de São Leopoldo, com base na Certidão fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, datada de 03/09/2026, Protocolo n°.20021070.1.00038/26-5, com fundamento na Lei Municipal n.º 6.055 de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 06 de outubro de 2026.

ÉVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:D780FA8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145.168

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 10.432, de 12 de dezembro de 2025, e em face do que consta no Memorando nº 0078, datado de 05 de fevereiro de 2026

C O N C E D E

Com vigência a partir de **14 de julho de 2026** a **HELIO MARCON DOS SANTOS**, Servidor Público Municipal, no exercício do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO III, matrícula nº 87778, nomeado através da Portaria nº 126.937 de 23/06/2023, a Progressão Horizontal do Padrão **"A"** para o Padrão **"B"**, conforme avaliação de desempenho apurada pela Comissão de Desenvolvimento Funcional designada pela Portaria nº 132.473, de 23 de agosto de 2024, com fundamentos da Lei Municipal nº 6.570, de 24 de março de 2008.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 06 de outubro de 2026.

ÉVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:0769664F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145.169

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 10.432, de 12 de dezembro de 2025, e em face do que consta no Memorando nº 0078, datado de 05 de fevereiro de 2026

C O N C E D E

Com vigência a partir de **28 de agosto de 2026** a **LEONARDO VEIGA GUARNIERI**, Servidor Público Municipal, no exercício do cargo de PSICÓLOGO, matrícula nº 87808, nomeado através da Portaria nº 127.369 de 02/08/2023, a Progressão Horizontal do Padrão **"A"** para o Padrão **"B"**, conforme avaliação de desempenho apurada pela Comissão de Desenvolvimento Funcional designada pela Portaria nº 132.473, de 23 de agosto de 2024, com fundamentos da Lei Municipal nº 6.570, de 24 de março de 2008.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 06 de outubro de 2026.

ÉVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:674E6E81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145.227

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,** no uso de suas atribuições legais, e em face do que consta no Processo Protocolado sob n° 25764/2026, de 12 de outubro de 2026,

A U T O R I Z A

o afastamento do servidor **ANDRE MELLO DA COSTA ELLWANGER**, matrícula n° 85457, CPF nº 901.224.880-91, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a fim de participar como palestrante de Capacitação em Imunizações, que ocorrerá em Sapucaia do Sul/RS, no dia 05 de outubro de 2026, sem ônus para o município, conforme dispõe a Lei Municipal n° 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 13 de outubro de 2026.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:B20B92FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145.228

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,** no uso de suas atribuições legais, e em face do que consta no Processo Protocolado sob n° 25765/2026, de 12 de outubro de 2026,

A U T O R I Z A

o afastamento da servidora **FERNANDA BITDINGER BETTKER**, matrícula n° 87936, CPF nº 018.944.610-29, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a fim de participar da 58º Semana Acadêmica da Faculdade de Odontologia da UFRGS (SEMAC), que ocorrerá em Porto Alegre/RS, no período de 22 a 26 de outubro de 2026, sem ônus para o município, conforme dispõe a Lei Municipal n° 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 13 de outubro de 2026.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:2F2CAE16

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145.229

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,** no uso de suas atribuições legais, e em face do que consta no Processo Protocolado sob n° 25766/2026, de 12 de outubro de 2026,

A U T O R I Z A

o afastamento do servidor **PAULO RICARDO PEREIRA LYRA**, matrícula n° 84266, CPF nº 460.909.080-53, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a fim de participar do Encontro Gaúcho de Urologia 2026 (EGU), que ocorrerá em Gramado/RS, no período de 16 a 17 de outubro de 2026, sem ônus para o município, conforme dispõe a Lei Municipal n° 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 13 de outubro de 2026.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:ACC185CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145.230

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,** no uso de suas atribuições legais, e em face do que consta no Processo Protocolado sob n° 25767/2026, de 12 de outubro de 2026,

A U T O R I Z A

o afastamento da servidora **SHEILA WESTPHAL RIBEIRO DA SILVA PY**, matrícula n° 85215, CPF nº 000.088.660-23, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a fim de participar do estágio obrigatório do curso de Estomaterapia, que ocorrerá em Porto Alegre/RS, no período de 30 de novembro a 04 de dezembro de 2026, sem ônus para o município, conforme dispõe a Lei Municipal n° 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 13 de outubro de 2026.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:E0A77102

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145.231

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,** no uso de suas atribuições legais, e em face do que consta no Processo Protocolado sob n° 25768/2026, de 12 de outubro de 2026,

A U T O R I Z A

o afastamento da servidora **MAIRA MATOS FRANZMANN**, matrícula n° 88341, CPF nº 016.967.585-80, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a fim de participar do mestrado em Saúde Coletiva, que ocorrerá em São Leopoldo/RS, nas quintas feiras no turno da tarde e nas sextas feiras nos turnos da manhã e tarde, no período de 01 de setembro de 2026 a 31 de agosto de 2028, sem ônus para o município, conforme dispõe a Lei Municipal n° 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 13 de outubro de 2026.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:3C088A63

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145.232

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,** no uso de suas atribuições legais, e em face do que consta no Processo Protocolado sob n° 25769/2026, de 12 de outubro de 2026,

A U T O R I Z A

o afastamento do servidor **JOSÉ LUIZ GARCIAS**, matrícula n° 80750, CPF nº 393.034.540-49, lotado na Secretaria Municipal de Mobilidade e Obras, que na qualidade de Conselheiro do CREA/RS, conforme Termo de Posse n° 21/2025, para participar das atividades do CREA/RS, nos dias 24 e 25 de setembro de 2026, onde ocorrerá visitação técnica com profissionais do CREA/RS, professores e alunos da Engenharia Civil da Unisinos, nas obras dos edifícios ápice towers e Harmony Ocean Front, na cidade de Camboriú/SC, sem ônus para o município, conforme dispõe a Lei Municipal n° 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 13 de outubro de 2026.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:4D5A6575

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145.233

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,** no uso de suas atribuições legais, e em face do que consta no Processo Protocolado sob n° 25770/2026, de 12 de outubro de 2026,

A U T O R I Z A

o afastamento dos servidores **CARIN LISIANE CONFORTIN**, matrícula n° 85136, CPF nº 965.054.510-72, **MARCIA ROSANE KRUG**, matrícula n° 85574, CPF nº 835.420.000,00, **DANIELA**

DIETRICH, matrícula n° 88096, CPF nº 8285.881.750-53, **MAHARA VICENTE MACEDO DA SILVA**, matrícula nº 88301, CPF nº 010.880.450-060, **JORIAN MATHEUS BORELI AGOSTINI**, matricula n° 87872, CPF nº 024.171.180-09 e **JOSE HENRIQUE FLECK**, matrícula nº 88310, CPF nº 987.774.750-20, lotados na Secretaria Municipal da Fazenda, para participarem do evento: Tópicos Contemporâneos em Contabilidade Municipal promovido pela CNM – Confederação Municipal de Municípios, no dia 23 de outubro de 2026 em Novo Hamburgo/RS, sem ônus para o município, conforme dispõe a Lei Municipal n° 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 13 de outubro de 2026.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:D1121E13

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145.234

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,** no uso de suas atribuições legais e em face do que consta no processo protocolado sob nº 23982/2026, de 23 de setembro de 2026, e no Memorando nº 1.149 da Secretaria Municipal de Educação,

A U T O R I Z A

a dispensa da servidora **LUCIANE HEINSKI,** matrículas nº 84413 e 85243, cargo: Professor de Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, das Reuniões Administrativas/Pedagógicas (RAPs), nas terças e quartas-feiras, durante o segundo semestre de 2026, considerando que a servidora apresentou comprovante de estudos, conforme a Lei Municipal nº 6.573, de 24 de março de 2008.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 13 de outubro de 2026.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:F68C324E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145.235

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 152, da Lei Orgânica do Município e, em face do que consta no Processo Protocolado sob o nº 2026/24430, de 27 de setembro de 2026, e no memorando nº 1.152/2026 da Secretaria Municipal de Educação,

A U T O R I Z A
o afastamento especial da servidora **ANDREIA FREITAS LIMA DE OLIVEIRA,** matrícula nº 86956, cargo: Professor de Educação Infantil, CPF nº 661.293.970-20, da Secretaria Municipal de Educação, a fim de viabilizar sua participação no IX Congresso Internacional de Educação em Porto Alegre/RS, de 22 a 23 de outubro de 2026. A compensação de carga horária se dará conforme a autorização/declaração em anexo, sem ônus ao Município, de acordo com os art. 86 e 87, da Lei nº 6.573, de 24 de março de 2008, que estabelece o Plano de Cargos e Carreiras dos Trabalhadores em Educação.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 13 de outubro de 2026.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:89941F3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145.236

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,** no uso de suas atribuições legais e em face do que consta no processo protocolado sob nº 23341/2026, de 14 de setembro de 2026 e Memorando n° 1.129/2026, da Secretaria Municipal de Educação,

A U T O R I Z A

a dispensa da servidora **CYNTIA VELLOSO DE LOS SANTOS,** matrículas nº 87160 e 88533, cargo: Professor, da Secretaria Municipal de Educação, dos sábados letivos em 2026, referente ao segundo semestre letivo de 2026, a dispensa será concedida mediante pagamento de carga horária mencionada na autorização/declaração enviada pelas escolas, conforme a Lei Municipal nº 6.573, de 24 de março de 2008.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 12 de outubro de 2026.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:F3E91766

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145.237

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 152, da Lei Orgânica do Município e, em face do que consta no Processo Protocolado sob o nº 2026/24586, de 28 de setembro de 2026, e no memorando nº 1.147/2026 da Secretaria Municipal de Educação,

A U T O R I Z A
o afastamento especial da servidora **MARCIA ANDREA DA COSTA GOMES,** matrícula nº 83224, cargo: Professor, CPF nº 630.359.280-53, da Secretaria Municipal de Educação, a fim de viabilizar sua participação na Ciranda Cultural Editora e Distribuidora, por meio do Projeto Municipal Leituração, que ocorrerá em Jandira/SP, nos dias 29 e 30 de outubro de 2026. A servidora representará a Secretaria Municipal de Educação, razão pela qual não será necessária a compensação da carga horária correspondente, considerando tratar-se de atividade de interesse e representação institucional da Secretaria, sem ônus ao Município, de acordo com os art. 86 e 87, da Lei nº 6.573, de 24 de março de 2008, que estabelece o Plano de Cargos e Carreiras dos Trabalhadores em Educação.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 13 de outubro de 2026.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:A1807485

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145.238

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 152, da Lei Orgânica do Município e, em face do que consta no Processo Protocolado sob o nº 2026/24587, de 29 de setembro de 2026, e no memorando nº 1.146/2026 da Secretaria Municipal de Educação,

A U T O R I Z A
o afastamento especial da servidora **GUADALUPE DA SILVA VIERA,** matrícula nº 80138, cargo: Professor, CPF nº 488.820.460-87, da Secretaria Municipal de Educação, a fim de viabilizar sua participação na Ciranda Cultural Editora e Distribuidora, por meio do Projeto Municipal Leituração, que ocorrerá em Jandira/SP, nos dias 29 e 30 de outubro de 2026. A servidora representará a Secretaria Municipal de Educação, razão pela qual não será necessária a

compensação da carga horária correspondente, considerando tratar-se de atividade de interesse e representação institucional da Secretaria, sem ônus ao Município, de acordo com os art. 86 e 87, da Lei nº 6.573, de 24 de março de 2008, que estabelece o Plano de Cargos e Carreiras dos Trabalhadores em Educação.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 13 de outubro de 2026.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:418B7BC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145.239

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 152, da Lei Orgânica do Município e, em face do que consta no Processo Protocolado sob o nº 2026/24589, de 28 de setembro de 2026, e no memorando nº 1.145/2026 da Secretaria Municipal de Educação,

A U T O R I Z A
o afastamento especial da servidora **CLAUDIA CRISTINA MONTEIRO,** matrícula nº 85287, cargo: Professor de Educação infantil, CPF nº 585.422.130-68, da Secretaria Municipal de Educação, a fim de viabilizar sua participação na Ciranda Cultural Editora e Distribuidora, por meio do Projeto Municipal Leituração, que ocorrerá em Jandira/SP, nos dias 29 e 30 de outubro de 2026. A servidora representará a Secretaria Municipal de Educação, razão pela qual não será necessária a compensação da carga horária correspondente, considerando tratar-se de atividade de interesse e representação institucional da Secretaria, sem ônus ao Município, de acordo com os art. 86 e 87, da Lei nº 6.573, de 24 de março de 2008, que estabelece o Plano de Cargos e Carreiras dos Trabalhadores em Educação.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 13 de outubro de 2026.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:473DC0D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145.240

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 152, da Lei Orgânica do Município e, em face do que consta no Processo Protocolado sob o nº 2026/24276, de 25 de setembro de 2026, e no memorando nº 1.151/2026 da Secretaria Municipal de Educação,

A U T O R I Z A
o afastamento especial da servidora **JOANA LUDWIG ARAÚJO,** matrícula nº 85947, cargo: Professor de Educação infantil, CPF nº 024.417.690-65, da Secretaria Municipal de Educação, a fim de viabilizar sua participação no IV Seminário Internacional – Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 02 à 06 de novembro 2026. A compensação de carga horária se dará conforme a autorização/declaração em anexo, sem ônus ao Município, de acordo com os art. 86 e 87, da Lei nº 6.573, de 24 de março de 2008, que estabelece o Plano de Cargos e Carreiras dos Trabalhadores em Educação.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 13 de outubro de 2026.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:6F5130E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145.241

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,** no uso de suas atribuições legais, e em face do que consta no Processo Protocolado sob n° 25763/2026, de 12 de outubro de 2026,

A U T O R I Z A

o afastamento do servidor **TIAGO SPERB MACHADO**, matrícula n° 87660, CPF nº 017.069.410-05, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a fim de participar como palestrante na 2ª Mostra Nacional de Tecnologia e Inovação em Enfermagem e Saúde , que ocorrerá em Porto Alegre/RS, no dia 23 de outubro de 2026, sem ônus para o município, conforme dispõe a Lei Municipal n° 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 13 de outubro de 2026.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:B23D2E37

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 145.293

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei Municipal nº 10.554 de 10 de julho de 2026,

N O M E I A

BRUNA SILVA DE SOUZA, matrícula 88739, com vigência a partir de 16 de Outubro de 2026, em estágio probatório, para o cargo de **ATENDENTE SOCIAL**, Quadro Permanente dos Servidores Públicos Municipais, nível de vencimento VII, Letra "A", regido pela Lei Municipal nº 6.570, de 24 de março de 2008 e pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Leopoldo, por aprovação em Concurso Público homologado pelo Edital nº 02.18/2026, de 03 de setembro 2026.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 16 de Outubro de 2026.

ÉVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jordana Virgínia Winkelmann
Código Identificador:E989AA54

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 145.294

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei Municipal nº 10.554 de 10 de julho de 2026,

N O M E I A

CARLOS ALBERTO GIRARDI, matrícula 88740, com vigência a partir de 16 de Outubro de 2026, em estágio probatório, para o cargo de **ATENDENTE SOCIAL**, Quadro Permanente dos Servidores Públicos Municipais, nível de vencimento VII, Letra "A", regido pela Lei Municipal nº 6.570, de 24 de março de 2008 e pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Leopoldo, por aprovação em Concurso Público homologado pelo Edital nº 02.18/2026, de 03 de setembro 2026.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 16 de Outubro de 2026.

ÉVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jordana Virgínia Winkelmann
Código Identificador:0EDC1762

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 145.295

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei Municipal nº 10.554 de 10 de julho de 2026,

N O M E I A

ISAQUE MACHADO POZZEDIN, matrícula 88741, com vigência a partir de 16 de Outubro de 2026, em estágio probatório, para o cargo de **ATENDENTE SOCIAL**, Quadro Permanente dos Servidores Públicos Municipais, nível de vencimento VII, Letra "A", regido pela Lei Municipal nº 6.570, de 24 de março de 2008 e pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Leopoldo, por aprovação em Concurso Público homologado pelo Edital nº 02.18/2026, de 03 de setembro 2026.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 16 de Outubro de 2026.

ÉVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jordana Virgínia Winkelmann
Código Identificador:A81EA041

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 145.296

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei Municipal nº 10.554 de 10 de julho de 2026,

N O M E I A

VITÓRIA GOMES, matrícula 88742, com vigência a partir de 16 de Outubro de 2026, em estágio probatório, para o cargo de **ATENDENTE SOCIAL**, Quadro Permanente dos Servidores Públicos Municipais, nível de vencimento VII, Letra "A", regido pela Lei Municipal nº 6.570, de 24 de março de 2008 e pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Leopoldo, por aprovação em Concurso Público homologado pelo Edital nº 02.18/2026, de 03 de setembro 2026.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 16 de Outubro de 2026.

ÉVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jordana Virgínia Winkelmann
Código Identificador:7726AB79

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 145.297

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei Municipal nº 10.554 de 10 de julho de 2026,

N O M E I A

VERLAINE MARTINS AJALA, matrícula 88743, com vigência a partir de 16 de Outubro de 2026, em estágio probatório, para o cargo de **ATENDENTE SOCIAL**, Quadro Permanente dos Servidores Públicos Municipais, nível de vencimento VII, Letra "A", regido pela Lei Municipal nº 6.570, de 24 de março de 2008 e pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Leopoldo, por aprovação em Concurso Público homologado pelo Edital nº 02.18/2026, de 03 de setembro 2026.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 16 de Outubro de 2026.

ÉVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jordana Virgínia Winkelmann
Código Identificador:0FC26974

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 145.302

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei Municipal nº 10.554 de 10 de julho de 2026,

N O M E I A

NÍCOLLAS CREMA CORNELLI, matrícula 88744, com vigência a partir de 16 de Outubro de 2026, em estágio probatório, para o cargo de **ENGENHEIRO CIVIL**, Quadro Permanente dos Servidores Públicos Municipais, nível de vencimento XI, Letra "A", regido pela Lei Municipal nº 6.570, de 24 de março de 2008 e pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Leopoldo, por aprovação em Concurso Público homologado pelo Edital nº 02.18/2026, de 03 de setembro 2026.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 16 de Outubro de 2026.

ÉVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jordana Virgínia Winkelmann
Código Identificador:A8354220

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 145.305

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei Municipal nº 10.554 de 10 de julho de 2026,

N O M E I A

MATEUS LEMBI TELES, matrícula 88745, com vigência a partir de 16 de Outubro de 2026, em estágio probatório, para o cargo de **FISCAL TRIBUTÁRIO**, Quadro Permanente dos Servidores Públicos Municipais, nível de vencimento XII, Letra "A", regido pela Lei Municipal nº 6.570, de 24 de março de 2008 e pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Leopoldo, por aprovação em Concurso Público homologado pelo Edital nº 02.18/2026, de 03 de setembro 2026.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 16 de Outubro de 2026.

ÉVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jordana Virgínia Winkelmann
Código Identificador:629BB747

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 145.312

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei Municipal nº 10.554 de 10 de julho de 2026,

N O M E I A

EVERSON SERAFIM, matrícula 88746, com vigência a partir de 16 de Outubro de 2026, em estágio probatório, para o cargo de **CONTADOR**, Quadro Permanente dos Servidores Públicos Municipais, nível de vencimento XII, Letra "A", regido pela Lei Municipal nº 6.570, de 24 de março de 2008 e pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Leopoldo, por aprovação em Concurso Público homologado pelo Edital nº 02.18/2026, de 03 de setembro 2026.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 16 de Outubro de 2026.

ÉVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jordana Virgínia Winkelmann
Código Identificador:98875FB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 2026/10005

O MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO - RS, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES** torna público que está instaurada a Licitação na modalidade **Dispensa de Licitação Eletrônica 2026/10005**, tipo **Menor Preço global**, **OBJETO:** Aquisição de biombo de proteção plumbífera para utilização em sala de radiografia. Esta aquisição tem como objetivo equipar a sala de radiografia do Centro de Saúde Feitoria a fim de garantir a proteção do profissional de radiologia, por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. **DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** A partir de 19 de outubro, às 8h30min até 22 de outubro, às 8h30min. O edital está disponível no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br

RAFAEL DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Compras e Licitações

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil

Publicado por:
Quilmair Milman de Oliveira
Código Identificador:F777120D

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
CREDENCIAMENTO 01/2022 - INFORMAÇÃO DATA SORTEIO IV - CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS PÚBLICOS PARA, MEDIANTE SORTEIO

INFORMAÇÃO DATA SORTEIO IV
CREDENCIAMENTO, tombado sob o **Nº 01/2022**, com recursos financeiros próprios e a devida liberação orçamentária, tendo por finalidade a qualificação e seleção de proposta para **credenciamento de leiloeiros públicos para, mediante sorteio, escolha daquele que realizará, durante a vigência do credenciamento, cada leilão que se faça necessário para venda de bens patrimoniais móveis e imóveis inservíveis ao Município de São Leopoldo e ao Serviço Municipal de Água e Esgotos - SEMAE, em desuso (veículos, mobiliário, equipamentos e outros), assim como leilão de alienação de veículos e sucatas apreendidos pela Guarda Civil Municipal, conforme as necessidades e solicitação da Secretaria demandante e/ou da Autarquia demandante**.

O supervisor do setor de Credenciamentos, nomeada pela Portaria nº 143.184, com vigência a partir do dia 1º de agosto de 2026, no uso de suas atribuições legais, torna público:
De acordo com o edital de credenciamento, especificamente no item 2 que gerou os Termos de Credenciamento aos leiloeiros:
Alvaro Marques Teixeira
Augusto Parmeggiani Pestana Marques Gomes
Brandali Luisa Parmeggiani
Carmen Gomes Pietoso
Daniel Elias Garcia
Fábio Gomes Pietoso
Fábio Marlon Machado
Fernanda Terres de Paula
Giancarlo Peterlongo Lorenzini
Gustavo Turani
Isadora Parmeggiani da Silva
Jaime Luiz Nulman
Joacir Monzon Pouey
Jorge Vinicius de Moura Correa
Jucenara de Mello Vieira Bordignon
Liliamar Fatima Parmeggiani Pestana Marques Gomes
Liliane Virginia Parmeggiani
Moyses Pedroso de Moraes
Naio de Freitas Raupp
Paulo Alexandre Heisler
Rangel Machado
Rennan Parmeggiani Dall Astra
Roberta Possani Zago
Rodrigo Zago Szortyka
Tiago Brunelli de Moraes.

NOTIFICAMOS que foi solicitado pelo Departamento de Patrimônio da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, o sorteio a que se refere o edital, para a definição do Leiloeiro que irá realizar o próximo Leilão de Bens Móveis e Inservíveis da Prefeitura Municipal de São Leopoldo.
Nesse sentido, fica desde já marcada a sessão pública para realização do sorteio, dentre os devidamente credenciados, para o dia **05 de novembro de 2026, às 09h30min.**
A sessão será realizada no auditório da Secretaria Municipal de Compras e Licitações, à **Avenida Dom João Becker, nº 754**, 3º andar, Centro - São Leopoldo/RS.
Ainda, a Informação está disponível na íntegra no portal oficial do município e a publicação se dará, em 19/11/2026, na imprensa oficial, no Diário Oficial do Município – DOM *(www.diariomunicipal.com.br/famurs).*

São Leopoldo, 16 de outubro de 2026.

MATHEUS PIACENTINI THEOBALD
Supervisor do Setor de Credenciamentos

Publicado por:
Luis Claudio Chaves Madruga
Código Identificador:23A2C779

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
PE 10022/2026 FMS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CILINDROS E FORNECIMENTO, MEDIANTE RECARGA, DE GASES MEDICINAIS

O MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO - RS, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES,** torna público que está instaurada a Licitação oriunda do Fundo Municipal de Saúde - FMS, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10022/2026 FMS,** tipo **Menor Preço Global** - Objeto: **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de cilindros e fornecimento, mediante recarga, de gases medicinais, compreendendo oxigênio medicinal e ar medicinal comprimido, destinados ao abastecimento das Unidades Básicas de Saúde, Unidades Móveis de Saúde, ambulâncias e demais serviços vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de São Leopoldo. DATA DE ABERTURA:** 04 de outubro de 2026, às 10h. O edital está disponível no endereço *www.portaldecompraspublicas.com.br*.

RAFAEL DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Compras e Licitações

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil

Publicado por:
Luis Claudio Chaves Madruga
Código Identificador:94FB888E

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 149/2022

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 149/2022

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO**, inscrito no CNPJ sob o n° 89.814.693/0001-60, com sede na Avenida Dom João Becker, nº 754, Bairro Centro, representado neste ato por seu Secretário Municipal de Compras e Licitações **Srº. Rafael de Almeida**, adiante denominado **CONTRATANTE,** firma o presente aditamento ao contrato ajustado com a empresa **EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA**, com sede em Porto Alegre/RS, na Rua Olavo Bilac, nº. 435, CEP 90.040-310, inscrita no CNPJ sob o nº 00.512.930/0001-24, neste ato representada por sua administradora Sra. Marli Cristina Ribeiro Jarros, inscrita no CPF sob o nº 369.028.100-87, como **CONTRATADA**, em atendimento a modalidade **Pregão Eletrônico nº. 49/2022,** com amparo no artigo 57, II, §1 da Lei nº 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições que ao final assinam.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO

Prorroga-se o prazo de vigência elencado na cláusula segunda do contrato supra, item 2.8, por mais **12 (doze) meses**, contado do término contratual, qual seja, 18 de outubro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas, não alteradas por este instrumento, ficam ratificadas.
Assim, por estarem justos e contratados, assinam este aditamento juntamente com as testemunhas abaixo.

São Leopoldo, 16 de outubro de 2026.

RAFAEL DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Compras e Licitações
Contratante

Publicado por:
Jonatas Bueno Martins
Código Identificador:75421452

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS
ADITIVO Nº 002/2026 AO CONTRATO Nº 3056/2025.

SÚMULA DO TERMO ADITIVO N° 002/2026 AO CONTRATO Nº 3056/2025.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025

CONTRATADO: BIOGENESE ARBORIZAÇÃO URBANA SUSTENTÁVEL LTDA – ME-CNPJ Nº: 26.756.857/0001-20

OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de atividades relacionadas a serviços de PODA**, SUPRESSÃO, TRANSPLANTE, RECOLHIMENTO e DESTINAÇÃO FINAL dos RESÍDUOS VEGETAIS** oriundos dos serviços realizados nas unidades operacionais e endereços indicados pelo Serviço Municipal de Água e Esgotos, conforme o Termo de Referência.
ACRÉSCIMO: no valor de **R$70.103,93**, equivalente a 24,95313% sobre o valor original atualizado do contrato - referente:
1) o valor de **R$5.378,67**, equivalente a 90% sobre o quantitativo do item 1(Poda de árvores de PEQUENO PORTE, altura
de 1 a 5 m, (todos os tipos de podas, exceto afastamento de rede elétrica) Preparação, recolhimento e limpeza dos
resíduos causados pela poda, transporte do material vegetal até o local indicado pela FISCALIZAÇÃO (área interna,
externa, compostagem), correspondente a 27 unidades, sendo **R$199,21** o valor unitário;
2) o valor de **R$3.831,00**, equivalente a 25% sobre o quantitativo do item 2(Poda de árvores de MÉDIO PORTE, altura de 5 a 9 m, (todos os tipos de podas, exceto afastamento de rede elétrica) Preparação, recolhimento e limpeza dos resíduos causados pela poda, transporte do material vegetal até local indicado pela FISCALIZAÇÃO (área interna, externa, compostagem), correspondente a 15 unidades, sendo **R$155,40** o valor unitário;
3) o valor de **R$9.967,50**, equivalente a 75% sobre o quantitativo do item 3(Poda de árvores de GRANDE PORTE, altura acima de 9 m, (todos os tipos de podas, exceto afastamento de rede elétrica) Preparação, recolhimento e limpeza dos resíduos causados pela poda, transporte do material vegetal até local indicado pela FISCALIZAÇÃO (área interna, externa,
compostagem), correspondente a 15 unidades, sendo **R$664,50** o valor unitário;
4) o valor de **R$26.152,96**, equivalente a 53,33% sobre o quantitativo do item 6(Trituração de material vegetal. Preparação e uso de triturador de galhos e material vegetal à diesel, bitola mínima de 20 cm. Incluso combustível do equipamento e transporte até o local do serviço indicado pela FISCALIZAÇÃO), correspondente a 32 unidades, sendo **R$817,28** o valor unitário;
5) o valor de **R$10.573,50**, equivalente a 30% sobre o quantitativo do item
7(Corte/supressão de árvores de PEQUENO e MÉDIO PORTE, de 1 a 9 m. Preparação,recolhimento e limpeza dos resíduos causados pela remoção, transporte do material vegetal até o local indicado pela FISCALIZAÇÃO (área interna, externa, compostagem), correspondente a 15 unidades, sendo **R$704,90** o valor unitário;
6) o valor de **R$14.200,30**, equivalente a 50% sobre o quantitativo do item 8(Corte/supressão de árvores de GRANDE PORTE, árvores entre 9 a 25 m. Preparação, recolhimento e limpeza dos resíduos causados pela remoção, transporte do material
vegetal até o local indicado pela FISCALIZAÇÃO (área interna, externa, compostagem), correspondente a 10 unidades, sendo **R$1.420,03** o valor unitário.
O valor global do contrato passará de R$280.942,42 para **R$317.760,60.**

CLADIS MAGNANI
Presidente do SEMAE

São Leopoldo, berço da colonização alemã no Brasil.

Publicado por:
Márcia Simone Guimarães Machado
Código Identificador:9C3CE073

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS
ADITIVO Nº 005/2026 AO CONTRATO Nº 3009/2024.

SÚMULA DO TERMO ADITIVO N° 005/2026 AO CONTRATO Nº 3009/2024.

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2023

CONTRATADO: CONECT SOLUÇÕES LTDA - EPP. -CNPJ Nº: 19.403.170/0001-45

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviço de LEITURA informatizada de hidrômetros, emissão, impressões de documentos complementares por coletor de dados portátil e impressora portátil e serviços de CORTE E RELIGAÇÃO do fornecimento de água em cavalete e ramal predial, pelo período de 12(doze) meses, conforme o Termo de Referência.

REPACTUAÇÃO: no valor de **R$178.711,53**, equivalente a 8,4785176% sobre o valor original atualizado
do contrato, a incidir sobre o serviço executado, a partir de 01/01/2026.
1.1) no valor de R$57.496,71: Diferença de repactuação/2026 de 5,750731% sobre as notas fiscais já emitidas(nºs 005/2026-008/2026-012/2026-018/2026-022/2026-
025/2026 e 029/2026) no período: 01/01/2026 a 29/07/2026, equivalente a
2,7277863% sobre o valor original atualizado do contrato;
1.2) no valor de R$121.114,82: Repactuação 2026 em 5,750731% sobre o valor
original atualizado do contrato, com incidência, a partir do serviço executado em 30/07/2026; em razão da repactuação, o valor mensal passa de R$ 175.651,31 para R$ 185.752,55 e o valor global atualizado do contrato passa para R$ 2.286.527,28.

CLADIS MAGNANI
Presidente do SEMAE

São Leopoldo, berço da colonização alemã no Brasil.

Publicado por:
Márcia Simone Guimarães Machado
Código Identificador:5F5878C7

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS
CONTRATO Nº 3041/2026.

SÚMULA DO CONTRATO Nº 3041/2026.

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 019/2026

CONTRATADO: THEMA INFORMÁTICA LTDA . - CNPJ Nº: **02.647.965/0001-04**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Suporte Técnico de Manutenção, modalidade Garantia Legal e Tecnológica – GLT e Serviços de Suporte Técnico de Manutenção, modalidade Assessoria Operacional do sistema aplicativo **FOLHA DE PAGAMENTO** em uso no Serviço Municipal de Água e Esgotos de São Leopoldo, conforme o Termo de Referência.

VALOR: O preço global para contratação, ora formalizada, é de **R$150.696,42.**

PRAZO DE VIGÊNCIA: o prazo de vigência será de 12(doze)meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLADIS MAGNANI
Presidente do SEMAE

São Leopoldo, berço da colonização alemã no Brasil.

Publicado por:
Márcia Simone Guimarães Machado
Código Identificador:3F36F08E

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS
CONTRATO Nº 3044/2026.

SÚMULA DO CONTRATO Nº 3044/2026.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026

CONTRATADO: SOLUTION SERVIÇOS LTDA - ME . - CNPJ Nº: **55.910.070/0001-79**
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **PORTARIA** em 08(oito) Postos Fixos, com dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, para atender à s necessidades do Serviço Municipal de Água e Esgotos(SEMAE), conforme o Termo de Referência.

VALOR: O preço global para contratação, ora formalizada, é de **R$925.950,00.**

PRAZO DE VIGÊNCIA: o prazo de vigência será de 12(doze)meses, contados a partir da data de assinatura da Ordem de Início.

CLADIS MAGNANI
Presidente do SEMAE

São Leopoldo, berço da colonização alemã no Brasil.

Publicado por:
Márcia Simone Guimarães Machado
Código Identificador:4FD13343

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS
EDITAL Nº01/2026 PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024

O SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS – SEMAE, de São Leopoldo/RS, por meio de sua Presidente, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos itens 17.1 e 17.2 do Edital de Abertura nº 01/2024,
TORNA PÚBLICA a prorrogação do prazo de validade do Concurso Público nº 01/2024, nos seguintes termos:
Art. 1º Fica prorrogado, por igual período de 2 (dois) anos, o prazo de validade do Concurso Público nº 01/2024 para os cargos cujo resultado final foi homologado pelo Edital nº 13/2024, de 31 de outubro de 2024, abrangendo os cargos de Eletrotécnico, Técnico em Contabilidade, Técnico em Informática, Técnico em Saneamento, Técnico Químico, Agente Administrativo, Fiscal Sanitarista, Operador de Atendimento e Operador de Tratamento de Água.
Art. 2º Fica prorrogado, por igual período de 2 (dois) anos, o prazo de validade do Concurso Público nº 01/2024 para os cargos cujo resultado final foi homologado pelo Edital nº 21/2024, de 29 de novembro de 2024, abrangendo os cargos de Assistente Social, Biólogo, Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista, Engenheiro Mecânico, Agente de Instalação Hidráulica e Agente Operacional.
Art. 3º Em decorrência da prorrogação prevista nos artigos anteriores, os prazos de validade do Concurso Público nº 01/2024 ficam estendidos até 31 de outubro de 2028, para os cargos relacionados no art. 1º, e até 29 de novembro de 2028, para os cargos relacionados no art. 2º.
Art. 4º A divulgação deste Edital será realizada no site oficial do SEMAE e nos meios oficiais de divulgação do Município, conforme previsto no item 17.2 do Edital de Abertura nº 01/2024.
Art. 5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

CLADIS MAGNANI
Presidente

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil

Publicado por:
Rosana Souza da Silva
Código Identificador:B893251E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARTINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSITRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2026

A Prefeitura Municipal de São Martinho/RS torna público para conhecimento dos interessados, a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** nº 021/2026, que tem por Objeto: Revisão do Rolo Compactador XS123PDBRV**.** *Processo licitatório* INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO *Nº 021/2026*. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Administração, no mesmo endereço, no mesmo endereço, e pelos fones: (55) 2211-0070, e de segunda a sexta-feira das 07h00min às 13h00min, ou através do site www.saomartinho.rs.gov.br.

São Martinho – RS, 16 de outubro de 2026.

JEANCARLO HUNHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Katiane Boeno
Código Identificador:4FD9C290

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DP Nº 1382/2026, 19 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA DP Nº 1382/2026, 19 DE OUTUBRO DE 2026

REVOGA PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 1333/2026 de 01.10.2026

FERNANDO PILAR CÉZAR, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

REVOGA a Portaria de nomeação de nº **1333/2026 de 01.10.2026** de **ELIZANDRO TAVARES BRASIL** que nomeia para exercer o cargo efetivo de **Auxiliar de Agente Administrativo,** classificado em 03º lugar no Concurso Público nº 001/2023, **POR DECURSO DE PRAZO.**

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria retroage a data de 16.10.2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, aos dezenove dias do mês de Outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

FERNANDO PILAR CÉZAR
Prefeito Municipal

FREDERICO REZER BAYER
Secretário Municipal de Administração

DAIANE CAVALHEIRO DA SILVA
Chefe do Dpto. Pessoal

Publicado por:
Paulo Petrônio Peres de Peres
Código Identificador:666041E8

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DP Nº1383/2026, 19 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA DP Nº1383/2026, 19 DE OUTUBRO DE 2026

NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO

FERNANDO PILAR CEZAR, Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **NOMEIA LALINE LOEMIA JOST** , nos termos do Artº 15, Inciso II e Artº 16 da Lei Municipal Estatutária n.º 313-89/92, para exercer o cargo efetivo de **AUXILIAR DE AGENTE ADMINISTRATIVO**, criado pela Lei 314-89/92 de 17 de Outubro de 1990, alterado pela Lei 2702, de 07 de agosto de 2017, com carga horária de 40 horas semanais; em virtude de sua aprovação em **26º Lugar**, no Concurso Público realizado nos termos do Edital n.º 001/2023, homologado conforme Edital n.º 26/2023 de 05.06.2023, Padrão de Vencimento AG.20.15.4, devendo tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias a contar da presente data junto ao Departamento de Pessoal desta Prefeitura apresentando a documentação necessária, conforme relação em anexo. Ficando ciente que, por ocasião do Exercício estará submisso ao Estágio Probatório durante 36 meses, conforme Artigo 26 da Lei Municipal 313-89/92, alterada pela LM 1249 de 05.04.2000.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, aos dezenove dias do mês de Outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

FERNANDO PILAR CÉZAR
Prefeito Municipal

FREDERICO REZER BAYER
Secretário Municipal da Administração

DAIANE CAVALHEIRO DA SILVA
Chefe do Dpto. Pessoal

Publicado por:
Paulo Petrônio Peres de Peres
Código Identificador:78100868

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DP Nº1384/2026, 19 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA DP Nº1384/2026, 19 DE OUTUBRO DE 2026

RETIFICA O PERÍODO DE GOZO DE FéRIAS

FERNANDO PILAR CÉZAR, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RETIFICA, o período de gozo de férias do servidor **VITOR ANTONIO MARTINS ANTONINI,** detentor do cargo efetivo de Operário, matrícula 4217, constante na **Portaria DP n° 1346/2026 de 07.10.2026,** o período de gozo de férias, onde se lê a contar de **13.10.2026 a 09.11.2026**, leia-se a contar de **10.02.2026 a 10.02.2026.**

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, aos dezenove dias do mês de Outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

FERNANDO PILAR CÉZAR
Prefeito Municipal

FREDERICO REZER BAYER
Secretário Municipal da Administração

DAIANE CAVALHEIRO DA SILVA
Chefe do Dpto. Pessoal

Publicado por:
Paulo Petrônio Peres de Peres
Código Identificador:0A03B019

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DP Nº1385/2026, 16 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA DP Nº1385/2026, 16 DE OUTUBRO DE 2026

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS

FERNANDO PILAR CÉZAR, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONCEDE, ao servidor **VITOR ANTONIO MARTINS ANTONINI**, detentor do cargo efetivo de Operário, matrícula 4217, o gozo de 30 (trinta) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de **21.07.2024 a 20.07.2025**, nos termos do Artigo n.º 102 da Lei Municipal n.º 313-89/92, a contar de **13.10.2026 a 09.11.2026.**

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria retroage a data de **13.10.2026.**

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, aos dezesseis dias do mês de Outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

FERNANDO PILAR CÉZAR
Prefeito Municipal

FREDERICO REZER BAYER
Secretário Municipal da Administração

DAIANE CAVALHEIRO DA SILVA
Chefe do Dpto. Pessoal

Publicado por:
Paulo Petrônio Peres de Peres
Código Identificador:6D5E9385

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DP Nº1386/2026, 16 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA DP Nº1386/2026, 16 DE OUTUBRO DE 2026

EXTINGUE DO QUADRO DE PESSOAL

FERNANDO PILAR CÉZAR, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

EXTINGUE, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal o servidor **ERNANDE VARGAS**, matrícula 55041, tendo como data da sua admissão em 03.08.2012, **POR FALECIMENTO**, na data de **01.10.2026**, conforme Certidão de Óbito apresentada.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria retroage a data de **01.10.2026.**

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, aos dezesseis dias do mês de Outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

FERNANDO PILAR CÉZAR
Prefeito Municipal

FREDERICO REZER BAYER
Secretário Municipal da Administração

DAIANE CAVALHEIRO DA SILVA
Chefe do Dpto. Pessoal

Publicado por:
Paulo Petrônio Peres de Peres
Código Identificador:B5AEC924

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 15/2026

EDITAL 004 – CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
AGENTE DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES II

FERNANDO PILAR CÉZAR, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n° 2.022/2010 e alterações, bem como em conformidade ao Edital de Abertura do PSS 15/2026, visando à contratação de 01 AGENTE DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES II, **TORNA PÚBLICO** o **RESULTADO DA AVALIAÇÃO CURRICULAR** e a **CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR**, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATOS	NOTAS
1	Joseide Tomé de Oliveira	160
2	Vannusa Hoch	76
3	Edilna Karina Xavier de Oliveira Ferreira	54
4	Paula Michele Vargas dos Santos	50
5	Marcos Daniel Rodrigues da Silva	38
6, 7 , 8	Camile Cardoso da Silva	25
6, 7 , 8	Keila Klimick da Silva	25
6, 7 , 8	Talia Brasil Guinalia	25
9	Eliane Pulhese Bortoloto	24
10	Luciane Borba Menezes	17
11	Luis Felipe Cassel Bragança	16
12,13,14,15,16,17,18	Alexandra de Jesus de Jesus Teixeira	10
12,13,14,15,16,17,18	Eduardo Caetano Pulhese Bortoloto	10
12,13,14,15,16,17,18	Kaylane Ribeiro Medeiros	10
12,13,14,15,16,17,18	Raquel de Andrade Goulart	10
12,13,14,15,16,17,18	Renata Tatsch Ebling	10
12,13,14,15,16,17,18	Silvia Maria Goulart Machado	10
12,13,14,15,16,17,18	Teresinha Ferreira Ortiz	10

Os candidatos que obtiveram a mesma pontuação, seguirão os critérios de desempate de acordo com o Item VI do Edital 01 do PSS 15/2026 - Abertura do Processo Seletivo Simplificado de Contratação de 01 Agentes de Serviços Complementares II – PSS 15/2026, restando a realização de sorteio em ato público para desempates, será realizado no dia 20 de outubro de 2026, na sala do Secretário da Administração, às 10 horas, sendo facultada a presença de candidatos.

Do resultado ora divulgado os candidatos terão o prazo de 01 (um) dia útil para interposição de recurso endereçado à Comissão Permanente, contendo a identificação do recorrente e as razões recursais de forma objetiva, devendo ser protocolados junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, no horário das 08h às 14h, ou enviado por e-mail através do endereço eletrônico processoseletivo@saopedrodosul.org. Não havendo a interposição de recursos, as inscrições homologadas ora divulgadas serão consideradas como definitivas, sendo dispensada a publicação de novo edital.

Gabinete do Prefeito de São Pedro do Sul, aos 16 (dezesseis) dias do mês de outubro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

FERNANDO PILAR CÉZAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sara Crisana Simon
Código Identificador:01CB124C

SETOR DE LICITAÇÕES
SÚMULA DE PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 052.2026

Fernando Pilar Cezar, Prefeito Municipal de São Pedro do Sul/RS, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** que **DISPENSA LICITAÇÃO**, com base no Artigo 75, inciso VIII, da Lei Federal 14.133/2021, para contratação de empresa para fornecimento **de medicamentos para suprir a demanda da Farmácia Básica Municipal.** Tendo como contratada a empresa **INOVAMED HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 12.889.035/0001-02**, com sede na Rua Doutor João Caruso, nº 2115, Bairro Industrial, Cep: 99.706-250, na cidade de Erechim, RS. A contratada receberá o valor total de R$ 6.050,00 (seis mil, cinquenta reais) pelos itens a serem adquiridos. O prazo para entrega será de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da nota do empenho.

São Pedro do Sul, RS, 16 de outubro de 2026.

FERNANDO PILAR CEZAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana Essy Brutti
Código Identificador:A6532F1A

SETOR DE LICITAÇÕES
SÚMULA DE PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 053.2026

ernando Pilar Cezar,PrefeitoMunicipalde São Pedro do Sul/RS, no uso de suas atribuições legais,**TORNA PÚBLICO**que**DISPENSA LICITAÇÃO**, com base no Artigo 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021, para **contratação de prestação de serviços de organização e execução da Rústica do Centenário de São Pedro do Sul, prevista para o dia 15 de novembro de 2026, contemplando inscrições, fornecimento de kits aos atletas, camisetas, medalhas, troféus, cronometragem eletrônica, estrutura de apoio e demais serviços descritos, conforme proposta apresentada.**Tendo como contratada a empresa**62.669.195 FABIANO MORAES MIGUEL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 62.669195/0001-14**, com sede na Rua Emiliano Carpes, nº 63, Apto 01, Bairro Gonçalves, Cep: 96.501-210, na cidade de Cachoeira do Sul, RS.A Administração Municipal não terá custos diretos com a contratação.

São Pedro do Sul, RS,16 de outubro de 2026.

FERNANDO PILAR CEZAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana Essy Brutti
Código Identificador:E81E59A0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM DO SUL
DECRETO MUNICIPAL Nº 058/2026, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO MONTANTE DE R$ 697.500,00 (SEISCENTOS E NOVENTA E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS), APONTA RECURSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOISES CAVANUS, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM DO SUL - RS, no uso de suas atribuições legais, em conformidade ao Artigo 8, inciso IV, I (Excesso), II (projeto/atividade) da Lei 2374 de 12 de novembro de 2025.

DECRETA:

Art 1º Abre Crédito Suplementar no Orçamento de 2026 no valor de R$ 697.500,00 (Seiscentos e Noventa e Sete Mil e Quinhentos Reais) nos seguintes Programas e Atividades:

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
0301.04.122.0023.2009 - Divulgação Legal e Institucional
33903900000000:1500(71) - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA... R$ 8.000,00

05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
0501.20.606.0024.2018 - Incentivo à Entidades Ligadas ao Produtor Rural
44504200000000:1500(148) - AUXILIOS... R$ 100.000,00

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E TURISMO
0603.13.392.0007.2042 - Festividades e Comemorações
33903200000000:1500(393) - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA... R$ 15.000,00

07 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
0701.26.782.0036.2051 - Pavimentação e Manutenção da Malha Viária
44905100000000:1700(1003) - OBRAS E INSTALAÇÕES... R$ 573.000,00

08 - SECRETARIA DA SAUDE TRABALHO E ACAO SOCIAL
0801.10.301.0018.2053 - Proporcionar Atenção Básica aos Munícipes e Exames de Diagnósticos
33903000000000:2621(925) - MATERIAL DE CONSUMO... R$ 1.500,00

Art 2º Os recursos para atender o Art. 1º do presente Decreto originam-se conforme especificação abaixo:

Excesso de Arrecadação ... Fonte 700/1294 - Pavimentação de Estradas e Ruas EMENCOMIS ... R$ 573.000,00

Redução de Verbas
05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
0501.20.608.0024.2021 - Apoio à Infraestrutura Rural
33903900000000:1500 (162) - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA... R$ 50.000,00

07 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
0701.15.451.0040.1010 - Realizar Infraestrutura e manter Praças, Parques, Jardins, Trevos e Área de Lazer
33903000000000:1500 (464) - MATERIAL DE CONSUMO... R$ 20.000,00

0701.25.752.0036.2049 - Manutenção e Implantação da Rede de Iluminação Pública
44905100000000:1500 (485) - OBRAS E INSTALAÇÕES... R$ 30.000,00

0701.26.782.0036.2050 - Aquisição e Manutenção de Veículos e Máquinas para Sec. de Obras
44905200000000:1500 (502) - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE... R$ 23.000,00

08 - SECRETARIA DA SAÚDE, TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
0801.10.301.0018.2053 - Proporcionar Atenção Básica aos Munícipes e Exames de Diagnósticos
44905200000000:2621 (979) - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE... R$ 1.500,00

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO VALENTIM DO SUL, AOS 16 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.

MOISES CAVANUS
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

EDUARDA BAGNARA ZANINI
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gabriela Borges Bassani
Código Identificador:B03B24E9

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo n.º 071/2026. Contratante: Município de São Valentim do Sul/RS, inscrito no CNPJ sob o n.º 92.902.055/0001-05. Contratada: GESSICA PATRICIA BOMM BOELTER, nome fantasia ELETROMIX, inscrita no CNPJ sob o n.º 48.340.024/0001-16. Modalidade: Dispensa de Licitação n.º 067/2026. Objeto: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de sonorização e iluminação destinados à realização da 4ª edição do evento Vino in Piazza, no Município de São Valentim do Sul/RS, compreendendo o fornecimento, a montagem, a operação e a desmontagem da estrutura de som e iluminação, incluindo sistema de PA principal, estruturas Box Truss, cabeamento completo, mão de obra especializada, operador de iluminação, técnico de som, emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e respectivos laudos técnicos, conforme as especificações do Termo de Referência e da proposta comercial. Valor: R$ 10.000,00 (dez mil reais), correspondente ao valor global contratado para a execução integral do objeto. Recursos: provenientes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, conforme dotação orçamentária própria, consignada na Lei Orçamentária n.º 2.374/2025, para o exercício de 2026, na classificação 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Código 890. Vigência: de 16/10/2026 a 30/11/2026. Fundamento legal: art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais disposições legais aplicáveis. Fiscal do Contrato: Larissa Marobin Bassani, designada pela Portaria Municipal n.º 660/2026.

Publicado por:
Eduardo Menzem Pauletto
Código Identificador:28C1002C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM DO SUL
TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 067/2026
O Prefeito Municipal de São Valentim do Sul/RS, MOISÉS CAVANUS, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, RATIFICA a Dispensa de Licitação n.º 067/2026, nos termos da justificativa constante do Processo Administrativo n.º 118/2026 e do parecer jurídico exarado nos autos.
REQUERENTE: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de sonorização e iluminação destinados à realização do evento Vino in Piazza, a ocorrer no dia 17 de outubro de 2026, no Parque Municipal Monsenhor João Benvegnú, em São Valentim do Sul/RS, compreendendo o fornecimento, a montagem, a operação e a desmontagem da estrutura de som e iluminação, incluindo sistema de PA principal, estruturas Box Truss, cabeamento completo, mão de obra especializada, operador de iluminação, técnico de som, emissão

de ART e respectivos laudos técnicos, conforme especificações do Termo de Referência.
CONTRATADA: GESSICA PATRICIA BOMM BOELTER, nome fantasia ELETROMIX, inscrita no CNPJ nº 48.340.024/0001-16, com sede na Rua Afonso Auler, nº 226, Centro, Arvorezinha/RS.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Publique-se na forma da lei.

São Valentim do Sul/RS, 16 de outubro de 2026.

MOISÉS CAVANUS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Menzem Pauletto
Código Identificador:34253F09

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
SÚMULA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 415/2025 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2025

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 415/2025 - Estabelece o dia 31 de outubro de 2026 como novo termo final para a conclusão integral do objeto do Contrato nº 415/2025, referente às obras de cercamento do Cemitério Municipal e da Capela Mortuária e demais atividades previstas no Projeto Básico de Engenharia.
Partes: Município de São Valério do Sul / GELCI GONCALVES DE LIMA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ nº 26.216.500/0001-59.
Objeto do Aditivo: Fixação do dia 31 de outubro de 2026 como novo termo final para a conclusão integral dos serviços contratados, conforme solicitação da CONTRATADA, encaminhamento do Setor de Engenharia e autorização da Administração. A vigência contratual permanece automaticamente prorrogada até a conclusão do objeto, nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Valor: Permanece inalterado o valor global do Contrato nº 415/2025, de R$ 149.000,00 (cento e quarenta e nove mil reais), bem como as demais condições contratuais não modificadas pelo Termo Aditivo.

São Valério do Sul - RS, 16 de outubro de 2026.

CLÓVIS TABORDA PADILHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andre Plein Licks
Código Identificador:E894C1B8

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL

DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
COMUNICADO CHAMAMENTO PÚBLICO 07/2026 FEIRA DAS FLORES – FINADOS 2026

A Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul **COMUNICA** para fins de conhecimento aos inscritos e participantes do sorteio:
Prezado (a) candidato (a),
Informamos que o sorteio público referente ao Edital nº 07/2026 — Feira das Flores – Finados 2026, inicialmente previsto para ocorrer às 14h00min, sofreu uma alteração em seu cronograma.
Por motivos de força maior, o sorteio será realizado na mesma data, 19/10/2026, mas em novo horário: às 13h00min.
• Data mantida: 19/10/2026

• Novo Horário: 13h00min

Local: Auditório do Centro Administrativo - Prefeitura
(Av. Leônidas de Souza, 289 – Santa Catarina, Sapucaia do Sul).
Ressaltamos que as demais etapas e disposições do edital permanecem inalteradas.

CLAUDIO PRATES
Secretário Municipal
Matrícula 93196

Publicado por:
Simone de Almeida
Código Identificador:D06796EE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR GETULIO VARGAS
PUBLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Comissão de Licitação da Fundação Hospitalar Getúlio Vargas indica:

PROCESSO 293082 – PERP 148/2025 – Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 295311. Fornecedor: PORTOMED COMERCIO DE MATERIAIS ORTOPEDICOS LTDA (03992299000104) R$ 415.213,92.

Sapucaia do Sul, 19 de outubro de 2026.

JORGE WILSON MENDES RIBEIRO BOPP
Diretor Administrativo e Financeiro

Publicado por:
Fabricio Palma Bisinela
Código Identificador:3B611437

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº. 5427, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

Altera o Decreto nº 5.235, de 08 de agosto de 2025 que declara Instauração de Regularização Fundiária de Interesse Social na área denominada Loteamento Freitas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL, no uso de suas atribuições, nos termos do art. 82, inciso X, da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:
Art. 1º Fica alterada a ementa do Decreto nº 5.235/2025 que passa a vigorar com a seguinte redação:
"DECLARAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA MISTA NA ÁREA DENOMINADA LOTEAMENTO FREITAS".
Art. 2º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 5.235/2025 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada a INSTAURAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA MISTA, DE INTERESSE SOCIAL - REURB-S E DE INTERESSE ESPECÍFICO - REURB-E**,** visando à regularização do núcleo urbano informal consolidado denominado de LOTEAMENTO FREITAS, com Área: 166.642,62m² e Perímetro: 3.081,41m, conforme área declarada em memorial: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto V01, de coordenadas N 6.702.445,64m e E 485.805,01m, com azimute de 182°52'07,93" por uma distância de 12,80m, até o ponto V02, de coordenadas N 6.702.432,85m e E 485.804,37m ; Limita-se neste trecho (V01-V02), a Leste, com a Avenida Rubem Berta.
Deste segue com azimute de 289°08'27,76" por uma distância de 28,17m, até o ponto V03, de coordenadas N 6.702.442,09m e E 485.777,76m ; deste segue com azimute de 19°54'12,16" por uma distância de 0,82m, até o ponto V04, de coordenadas N 6.702.442,86m e E 485.778,04m ; deste segue com azimute de 297°33'03,06" por uma distância de 4,13m, até o ponto V05, de coordenadas N 6.702.444,77m e E 485.774,38m ; deste segue com azimute de 224°31'14,90" por uma distância de 7,60m, até o ponto V06, de coordenadas N 6.702.439,35m e E 485.769,05m ; deste segue com azimute de 251°27'52,02" por uma distância de 2,21m, até o ponto V07, de coordenadas N 6.702.438,65m e E 485.766,96m ; deste segue com azimute de 211°58'25,59" por uma distância de 8,39m, até o ponto V08, de coordenadas N 6.702.431,53m e E 485.762,51m ; deste segue com azimute de 211°01'49,60" por uma distância de 50,81m, até o ponto V09, de coordenadas N 6.702.387,99m e E 485.736,32m ; deste segue com azimute de 211°05'14,04" por uma distância de 29,87m, até o ponto V10, de coordenadas N

6.702.362,41m e E 485.720,90m ; deste segue com azimute de 291°47'56,84" por uma distância de 0,33m, até o ponto V11, de coordenadas N 6.702.362,53m e E 485.720,59m ; deste segue com azimute de 192°24'27,99" por uma distância de 14,99m, até o ponto V12, de coordenadas N 6.702.347,90m e E 485.717,37m ; deste segue com azimute de 189°27'02,55" por uma distância de 30,05m, até o ponto V13, de coordenadas N 6.702.318,26m e E 485.712,43m ; deste segue com azimute de 188°53'26,74" por uma distância de 15,07m, até o ponto V14, de coordenadas N 6.702.303,37m e E 485.710,10m ; deste segue com azimute de 185°38'53,65" por uma distância de 13,64m, até o ponto V15, de coordenadas N 6.702.289,80m e E 485.708,76m ; deste segue com azimute de 187°26'57,78" por uma distância de 101,59m, até o ponto V16, de coordenadas N 6.702.189,07m e E 485.695,59m ; deste segue com azimute de 288°33'22,74" por uma distância de 0,51m, até o ponto V17, de coordenadas N 6.702.189,23m e E 485.695,11m ; deste segue com azimute de 187°29'47,71" por uma distância de 50,00m, até o ponto V18, de coordenadas N 6.702.139,65m e E 485.688,59m ; deste segue com azimute de 203°00'01,75" por uma distância de 158,45m, até o ponto V19, de coordenadas N 6.701.993,79m e E 485.626,67m ; deste segue com azimute de 226°33'35,81" por uma distância de 99,55m, até o ponto V20, de coordenadas N 6.701.925,35m e E 485.554,39m ; deste segue com azimute de 233°10'02,44" por uma distância de 15,21m, até o ponto V21, de coordenadas N 6.701.916,23m e E 485.542,22m ; deste segue com azimute de 216°47'48,22" por uma distância de 23,43m, até o ponto V22, de coordenadas N 6.701.897,47m e E 485.528,18m ; deste segue com azimute de 219°50'34,79" por uma distância de 6,78m, até o ponto V23, de coordenadas N 6.701.892,26m e E 485.523,84m ; deste segue com azimute de 217°36'52,31" por uma distância de 14,17m, até o ponto V24, de coordenadas N 6.701.881,03m e E 485.515,19m ; deste segue com azimute de 302°31'24,46" por uma distância de 0,80m, até o ponto V25, de coordenadas N 6.701.881,46m e E 485.514,51m ; deste segue com azimute de 218°15'07,47" por uma distância de 27,57m, até o ponto V26, de coordenadas N 6.701.859,81m e E 485.497,44m ; deste segue com azimute de 221°15'32,35" por uma distância de 7,00m, até o ponto V27, de coordenadas N 6.701.854,55m e E 485.492,82m ; Limita-se neste trecho (V02-V27), a Leste, com a Rua General Freitas.

Deste segue com azimute de 122°14'00,85" por uma distância de 30,93m, até o ponto V28, de coordenadas N 6.701.838,05m e E 485.518,99m ; deste segue com azimute de 125°01'45,52" por uma distância de 10,04m, até o ponto V29, de coordenadas N 6.701.832,28m e E 485.527,21m ; deste segue com azimute de 124°15'39,14" por uma distância de 10,03m, até o ponto V30, de coordenadas N 6.701.826,64m e E 485.535,50m ; deste segue com azimute de 125°38'09,86" por uma distância de 16,16m, até o ponto V31, de coordenadas N 6.701.817,22m e E 485.548,64m ; deste segue com azimute de 129°05'46,85" por uma distância de 4,36m, até o ponto V32, de coordenadas N 6.701.814,47m e E 485.552,03m ; Limita-se neste trecho (V27-V32), a Norte, com o Passeio Sial.

Deste segue com azimute de 38°41'46,41" por uma distância de 25,20m, até o ponto V33, de coordenadas N 6.701.834,14m e E 485.567,78m ; Limita-se neste trecho, a Oeste, com lindeiro desconhecido.

Deste segue com azimute de 114°54'49,66" por uma distância de 9,99m, até o ponto V34, de coordenadas N 6.701.829,93m e E 485.576,84m ; deste segue com azimute de 124°49'00,19" por uma distância de 10,10m, até o ponto V35, de coordenadas N 6.701.824,16m e E 485.585,14m ; deste segue com azimute de 124°46'00,49" por uma distância de 10,80m, até o ponto V36, de coordenadas N 6.701.818,00m e E 485.594,01m ; Limita-se neste trecho (V33-V36), a Norte, com o lindeiro desconhecido.

Deste segue com azimute de 220°10'43,46" por uma distância de 35,15m, até o ponto V37, de coordenadas N 6.701.791,15m e E 485.571,33m ; deste segue com azimute de 308°55'12,23" por uma distância de 10,00m, até o ponto V38, de coordenadas N 6.701.797,43m e E 485.563,55m ; deste segue com azimute de 218°55'12,23" por uma distância de 36,95m, até o ponto V39, de coordenadas N 6.701.768,68m e E 485.540,34m ; Limita-se neste trecho (V36-V39), a Leste, com o lindeiro desconhecido.

Deste segue com azimute de 313°09'34,38" por uma distância de 30,11m, até o ponto V40, de coordenadas N 6.701.789,28m e E 485.518,37m ; deste segue com azimute de 312°20'38,69" por uma distância de 30,14m, até o ponto V41, de coordenadas N 6.701.809,58m e E 485.496,10m ; deste segue com azimute de 310°56'02,56" por uma distância de 17,67m, até o ponto V42, de coordenadas N 6.701.821,16m e E 485.482,74m ; deste segue com azimute de 352°36'07,15" por uma distância de 18,31m, até o ponto V43, de coordenadas N 6.701.839,32m e E 485.480,39m ; deste segue com azimute de 311°37'33,67" por uma distância de 41,96m, até o ponto V44, de coordenadas N 6.701.867,19m e E 485.449,02m ; deste segue com azimute de 311°03'26,64" por uma distância de 41,06m, até o ponto V45, de coordenadas N 6.701.894,16m e E 485.418,06m ; Limita-se neste trecho (V39-V45), a Sul, com a Avenida José Joaquim.

Deste segue com azimute de 219°05'55,80" por uma distância de 7,24m, até o ponto V46, de coordenadas N 6.701.888,54m e E 485.413,49m ; deste segue com azimute de 224°57'13,27" por uma distância de 7,45m, até o ponto V47, de coordenadas N 6.701.883,27m e E 485.408,23m ; Limita-se neste trecho (V45-V47), a Leste, com a Rua Doutor José Freitas.

Deste segue com azimute de 298°20'45,41" por uma distância de 3,84m, até o ponto V48, de coordenadas N 6.701.885,09m e E 485.404,84m ; deste segue com azimute de 292°00'02,00" por uma distância de 3,62m, até o ponto V49, de coordenadas N 6.701.886,45m e E 485.401,48m ; deste segue com azimute de 294°41'11,06" por uma distância de 8,17m, até o ponto V50, de coordenadas N 6.701.889,86m e E 485.394,06m ; deste segue com azimute de 299°18'57,31" por uma distância de 7,63m, até o ponto V51, de coordenadas N 6.701.893,60m e E 485.387,41m ; deste segue com azimute de 309°44'14,38" por uma distância de 6,11m, até o ponto V52, de coordenadas N 6.701.897,50m e E 485.382,71m ; deste segue com azimute de 315°33'21,02" por uma distância de 54,17m, até o ponto V53, de coordenadas N 6.701.936,18m e E 485.344,77m ; deste segue com azimute de 305°15'57,70" por uma distância de 17,40m, até o ponto V54, de coordenadas N 6.701.946,23m e E 485.330,57m ; deste segue com azimute de 303°19'09,37" por uma distância de 31,45m, até o ponto V55, de coordenadas N 6.701.963,50m e E 485.304,29m ; deste segue com azimute de 305°02'52,14" por uma distância de 16,48m, até o ponto V56, de coordenadas N 6.701.972,96m e E 485.290,80m ; deste segue com azimute de 302°17'20,07" por uma distância de 8,64m, até o ponto V57, de coordenadas N 6.701.977,58m e E 485.283,49m ; Limita-se neste trecho (V47-V57), a Sul, com Arroio José Joaquim.

Deste segue com azimute de 30°51'02,29" por uma distância de 32,80m, até o ponto V58, de coordenadas N 6.702.005,74m e E 485.300,31m ; deste segue com azimute de 351°22'06,42" por uma distância de 5,38m, até o ponto V59, de coordenadas N 6.702.011,06m e E 485.299,51m ; deste segue com azimute de 17°18'12,10" por uma distância de 4,06m, até o ponto V60, de coordenadas N 6.702.014,94m e E 485.300,71m ; deste segue com azimute de 107°18'12,10" por uma distância de 4,50m, até o ponto V61, de coordenadas N 6.702.013,60m e E 485.305,01m ; deste segue com azimute de 31°29'05,20" por uma distância de 54,54m, até o ponto V62, de coordenadas N 6.702.060,11m e E 485.333,50m ; deste segue com azimute de 33°46'39,03" por uma distância de 14,60m, até o ponto V63, de coordenadas N 6.702.072,25m e E 485.341,62m ; Limita-se neste trecho (V57-V63), a Leste, com a Rua Dona Arlinda.

Deste segue com azimute de 295°57'33,38" por uma distância de 12,77m, até o ponto V64, de coordenadas N 6.702.077,83m e E 485.330,14m ; deste segue com azimute de 300°25'05,89" por uma distância de 69,05m, até o ponto V65, de coordenadas N 6.702.112,80m e E 485.270,59m ; deste segue com azimute de 290°37'23,95" por uma distância de 11,85m, até o ponto V66, de coordenadas N 6.702.116,97m e E 485.259,50m ; deste segue com azimute de 299°43'35,47" por uma distância de 81,51m, até o ponto V67, de coordenadas N 6.702.157,39m e E 485.188,72m ; Limita-se neste trecho (V63-V67), a Sul, com a Rua Dona Antônia.

Deste segue com azimute de 210°05'25,16" por uma distância de 28,94m, até o ponto V68, de coordenadas N 6.702.132,35m e E 485.174,21m ; Limita-se neste trecho, a Leste, com a Rua Idelfonso Pinto.

Deste segue com azimute de 299°20'05,91" por uma distância de 40,37m, até o ponto V69, de coordenadas N 6.702.152,13m e E 485.139,02m ; Limita-se neste trecho, a Sul, com lindeiro desconhecido.

Deste segue com azimute de 29°14'02,82" por uma distância de 17,30m, até o ponto V70, de coordenadas N 6.702.167,22m e E 485.147,47m ; deste segue com azimute de 27°56'06,22" por uma distância de 11,84m, até o ponto V71, de coordenadas N 6.702.177,68m e E 485.153,02m ; deste segue com azimute de 27°56'06,22" por uma distância de 81,97m, até o ponto V72, de coordenadas N 6.702.250,11m e E 485.191,42m ; deste segue com azimute de 30°46'37,79" por uma distância de 43,57m, até o ponto V73, de coordenadas N 6.702.287,54m e E 485.213,71m ; deste segue com azimute de 120°46'37,79" por uma distância de 10,00m, até o ponto V74, de coordenadas N 6.702.282,42m e E 485.222,30m ; deste segue com azimute de 30°46'37,79" por uma distância de 9,97m, até o ponto V75, de coordenadas N 6.702.290,99m e E 485.227,40m ; deste segue com azimute de 120°07'10,93" por uma distância de 2,88m, até o ponto V76, de coordenadas N 6.702.289,54m e E 485.229,90m ; deste segue com azimute de 30°07'10,93" por uma distância de 32,86m, até o ponto V77, de coordenadas N 6.702.317,97m e E 485.246,39m ; deste segue com azimute de 0°41'31,00" por uma distância de 55,22m, até o ponto V78, de coordenadas N 6.702.373,18m e E 485.247,06m ; deste segue com azimute de 10°30'48,57" por uma distância de 20,44m, até o ponto V79, de coordenadas N 6.702.393,28m e E 485.250,79m ; Limita-se neste trecho (V69-V79), a Oeste, com lindeiros desconhecidos.

Deste segue com azimute de 101°09'11,17" por uma distância de 33,65m, até o ponto V80, de coordenadas N 6.702.386,77m e E 485.283,80m ; Limita-se neste trecho, a Norte, com a área pública denomina Horto Florestal.

Deste segue com azimute de 98°42'02,77" por uma distância de 11,25m, até o ponto V81, de coordenadas N 6.702.385,07m e E 485.294,92m ; deste segue com azimute de 91°54'23,09" por uma distância de 25,14m, até o ponto V82, de coordenadas N 6.702.384,23m e E 485.320,04m ; Limita-se neste trecho (V80-V82), a Norte, com a Rua Heitor Jardim.

Deste segue com azimute de 195°59'27,52" por uma distância de 9,54m, até o ponto V83, de coordenadas N 6.702.375,06m e E 485.317,42m ; deste segue com azimute de 93°08'55,23" por uma distância de 16,20m, até o ponto V84, de coordenadas N 6.702.374,17m e E 485.333,59m ; deste segue com azimute de 199°41'02,82" por uma distância de 41,50m, até o ponto V85, de coordenadas N 6.702.335,10m e E 485.319,61m ; deste segue com azimute de 113°35'39,44" por uma distância de 28,77m, até o ponto V86, de coordenadas N 6.702.323,58m e E 485.345,98m ; Limita-se neste trecho (V82-V85), a Leste, com lindeiro desconhecido.

Deste segue com azimute de 203°52'42,75" por uma distância de 45,04m, até o ponto V87, de coordenadas N 6.702.282,40m e E 485.327,74m ; Limita-se neste trecho, a Leste, com a Rua Nonoai.

Deste segue com azimute de 113°15'08,09" por uma distância de 23,44m, até o ponto V88, de coordenadas N 6.702.273,15m e E 485.349,28m ; deste segue com azimute de 113°35'39,44" por uma distância de 12,28m, até o ponto V89, de coordenadas N 6.702.268,23m e E 485.360,53m ; deste segue com azimute de 113°35'39,44" por uma distância de 69,74m, até o ponto V90, de coordenadas N 6.702.240,32m e E 485.424,43m ; deste segue com azimute de 109°12'07,09" por uma distância de 12,01m, até o ponto V91, de coordenadas N 6.702.236,37m e E 485.435,77m ; deste segue com azimute de 113°56'08,76" por uma distância de 68,79m, até o ponto V92, de coordenadas N 6.702.208,46m e E 485.498,65m ; deste segue com azimute de 112°29'53,19" por uma distância de 12,33m, até o ponto V93, de coordenadas N 6.702.203,74m e E 485.510,04m ; deste segue com azimute de 114°38'03,06" por uma distância de 30,06m, até o ponto V94, de coordenadas N 6.702.191,22m e E 485.537,36m ; deste segue com azimute de 112°39'08,53" por uma distância de 12,57m, até o ponto V95, de coordenadas N 6.702.186,37m e E 485.548,96m ; deste segue com azimute de 109°37'03,33" por uma distância de 16,20m, até o ponto V96, de coordenadas N 6.702.180,93m e E 485.564,23m ; deste segue com azimute de 18°27'52,06" por uma distância de 0,81m, até o ponto V97, de coordenadas N 6.702.181,70m e E 485.564,48m ; deste segue com azimute de 108°25'31,58" por uma distância de 22,21m, até o ponto V98, de coordenadas N 6.702.174,68m e E 485.585,55m ; deste segue com azimute de 111°51'17,43" por uma distância de 14,42m, até o ponto V99, de coordenadas N 6.702.169,31m e E 485.598,93m ; deste segue com azimute de 108°19'09,31" por uma distância de 18,69m, até o ponto V100, de coordenadas N 6.702.163,44m e E 485.616,67m ; Limita-se neste trecho (V87-V100), a Norte, com a Rua Dona Ecilda.

Deste segue com azimute de 53°25'55,50" por uma distância de 17,97m, até o ponto V101, de coordenadas N 6.702.174,15m e E 485.631,10m ; deste segue com azimute de 11°10'28,95" por uma distância de 30,01m, até o ponto V102, de coordenadas N 6.702.203,59m e E 485.636,92m ; deste segue com azimute de 8°18'09,94" por uma distância de 104,28m, até o ponto V103, de coordenadas N 6.702.306,78m e E 485.651,98m ; deste segue com azimute de 334°57'50,14" por uma distância de 16,21m, até o ponto V104, de coordenadas N 6.702.321,47m e E 485.645,12m ; Limita-se neste trecho (V100-V104), a Oeste, com a Rua Capitão Raimundo.

Deste segue com azimute de 283°22'48,53" por uma distância de 7,93m, até o ponto V105, de coordenadas N 6.702.323,30m e E 485.637,41m ; deste segue com azimute de 10°24'32,77" por uma distância de 2,47m, até o ponto V106, de coordenadas N 6.702.325,73m e E 485.637,86m ; deste segue com azimute de 289°27'14,49" por uma distância de 30,43m, até o ponto V107, de coordenadas N 6.702.335,86m e E 485.609,17m ; deste segue com azimute de 288°54'25,99" por uma distância de 32,83m, até o ponto V108, de coordenadas N 6.702.346,50m e E 485.578,11m ; deste segue com azimute de 290°56'34,47" por uma distância de 10,05m, até o ponto V109, de coordenadas N 6.702.350,09m e E 485.568,72m ; deste segue com azimute de 270°57'58,68" por uma distância de 8,58m, até o ponto V110, de coordenadas N 6.702.350,24m e E 485.560,15m ; Limita-se neste trecho (V104-V110), a Sul, com a Rua Oliveira Braga.

Deste segue com azimute de 19°17'10,73" por uma distância de 22,73m, até o ponto V111, de coordenadas N 6.702.371,69m e E 485.567,65m ; deste segue com azimute de 48°17'11,45" por uma distância de 17,38m, até o ponto V112, de coordenadas N 6.702.383,26m e E 485.580,63m ; deste segue com azimute de 103°45'02,65" por uma distância de 36,06m, até o ponto V113, de coordenadas N 6.702.374,68m e E 485.615,66m ; deste segue com azimute de 9°29'31,58" por uma distância de 9,61m, até o ponto V114, de coordenadas N 6.702.384,16m e E 485.617,24m ; deste segue com azimute de 103°07'55,40" por uma distância de 10,63m, até o ponto V115, de coordenadas N 6.702.381,74m e E 485.627,59m ; deste segue com azimute de 9°29'31,58" por uma distância de 17,18m, até o ponto V116, de coordenadas N 6.702.398,69m e E 485.630,43m ; deste segue com azimute de 20°16'04,65" por uma distância de 14,19m, até o ponto V117, de coordenadas N 6.702.412,01m e E 485.635,34m ; deste segue com azimute de 117°02'59,57" por uma distância de 9,11m, até o ponto V118, de coordenadas N 6.702.407,86m e E 485.643,46m ; deste segue com azimute de 28°33'40,29" por uma distância de 12,94m, até o ponto V119, de coordenadas N 6.702.419,23m e E 485.649,64m ; deste segue com azimute de 18°34'00,58" por uma distância de 17,02m, até o ponto V120, de coordenadas N 6.702.435,36m e E 485.655,06m ; deste segue com azimute de 31°33'38,48" por uma distância de 5,50m, até o ponto V121, de coordenadas N 6.702.440,05m e E 485.657,94m ; deste segue com azimute de 67°47'22,77" por uma distância de 8,39m, até o ponto V122, de coordenadas N 6.702.443,22m e E 485.665,71m ; deste segue com azimute de 31°48'13,48" por uma distância de 19,22m, até o ponto V123, de coordenadas N 6.702.459,55m e E 485.675,84m ; deste segue com azimute de 53°39'05,19" por uma distância de 9,38m, até o ponto V124, de coordenadas N 6.702.465,11m e E 485.683,39m ; Limita-se neste trecho (V110-V124), a Leste, com a área pública denomina Horto Florestal.

Deste segue com azimute de 135°38'22,64" por uma distância de 17,90m, até o ponto V125, de coordenadas N 6.702.452,31m e E 485.695,91m ; deste segue com azimute de 96°42'09,86" por uma distância de 5,69m, até o ponto V126, de coordenadas N 6.702.451,65m e E 485.701,56m ; deste segue com azimute de 114°02'09,24" por uma distância de 0,47m, até o ponto V127, de coordenadas N 6.702.451,46m e E 485.701,99m ; deste segue com azimute de 25°21'02,26" por uma distância de 6,00m, até o ponto V128, de coordenadas N 6.702.456,88m e E 485.704,56m ; deste segue com azimute de 113°37'26,27" por uma distância de 0,64m, até o ponto V129, de coordenadas N 6.702.456,62m e E 485.705,14m ; deste segue com azimute de 32°42'19,00" por uma distância de 6,99m, até o ponto V130, de coordenadas N 6.702.462,51m e E 485.708,92m ; deste segue com azimute de 112°53'53,58" por uma distância de

19,88m, até o ponto V131, de coordenadas N 6.702.454,77m e E 485.727,23m ; deste segue com azimute de 15°15'57,42" por uma distância de 18,43m, até o ponto V132, de coordenadas N 6.702.472,55m e E 485.732,09m ; deste segue com azimute de 67°12'24,41" por uma distância de 4,93m, até o ponto V133, de coordenadas N 6.702.474,46m e E 485.736,63m ; deste segue com azimute de 112°51'44,57" por uma distância de 74,20m, até o ponto V01, onde teve início essa descrição. Limita-se neste trecho (V124-V01), a Norte, com lindeiros desconhecidos.".
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sapucaia do Sul, 01 de outubro de 2026.

JOSÉ NESTOR DE OLIVEIRA BERNARDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Tisciana Francis Pereira Medeiros
Código Identificador:9D490251

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 5.429, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre crédito especial de R$ 88.573,63 (oitenta e oito mil quinhentos e setenta e três reais e sessenta e três centavos) criando rubrica no Orçamento de 2026 na Secretaria Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 82, inciso IX e X, da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 41, inciso II, art. 42, e art. 43, caput, da Lei Federal N. º 4.320/64 e § 1º, inciso III, e, Lei Municipal nº 4.527, de 09 de dezembro de 2025, Lei Municipal nº 4.532, de 12 de dezembro de 2025, e Lei Municipal nº 4.604 de 29 de setembro de 2026,
DECRETA:
Art. 1º É aberto crédito especial no valor de R$ 88.573,63 (oitenta e oito mil quinhentos e setenta e três reais e sessenta e três centavos), destinados a manutenção das ações e serviços de vigilância sanitária criando rubrica no orçamento de 2026:

10 Secretaria Municipal de Saúde
02 Manutenção dos Convênios e Repasses
10.304.0003.2099 Manutenção das Ações e Serviços de Vigilância Sanitária
4.4.90.51 Obras e Instalações.....R$ 88.573,63
Art. 2º Servirá de cobertura para o crédito especial de que trata o artigo anterior o superávit apurado no balanço patrimonial do exercício de 2025 na STN 621 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual, proveniente de recursos advindos da Portaria SES/RS 847/2024.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sapucaia do Sul, 05 de outubro de 2026.

JOSÉ NESTOR DE OLIVEIRA BERNARDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Tisciana Francis Pereira Medeiros
Código Identificador:3D80C20A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº. 5.430, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa os membros do Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização de Sapucaia do Sul..

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL, no uso de suas atribuições, nos termos do art. 82, inciso X, da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:
Art. 1º Ficam designados para compor o Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização de Sapucaia do Sul, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação – SME, os seguintes membros:
I – Secretaria Municipal de Educação: Nadir Salla Chiaradia;
II – Gestão da Política Municipal de Alfabetização: Andréia Maria Mesquita dos Santos Possamai;
III – Coordenação Pedagógica da Rede Municipal de Ensino: Rosilene da Silva Oliveira;
IV – Coordenação da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino: Simone Lemos Alanis;
V – Coordenação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Daniela Rodrigues Martins;
VI – Avaliação e/ou Monitoramento da Aprendizagem: Diane Elizabeth Christ Dutra;
VII – Articulação Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA/RenAlfa: Milena Silva Soares;
VIII – Coordenação da Educação Especial da Rede Municipal de Ensino: Juliana dos Santos Pinheiro;
IX – Coordenação do Centro Educacional Municipal de Assistência Multidisciplinar – CEMAM: Daniela Borges da Silva.
§ 1º O Comitê será coordenado pela Secretária Municipal de Educação.
§ 2º Poderão ser convidados a participar das atividades do Comitê representantes de outros setores, profissionais ou instituições, de acordo com a necessidade das ações desenvolvidas, sem direito a voto.
Art. 2º A participação no Comitê será considerada serviço público relevante e não ensejará qualquer espécie de remuneração.
Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Educação prestar o apoio administrativo necessário ao funcionamento do Comitê.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sapucaia do Sul, 06 de outubro de 2026.

JOSÉ NESTOR DE OLIVEIRA BERNARDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul – Av. Leônidas de Souza, 1269 – Bairro Santa Catarina
Diretoria de Comunicação Social – (51) 3451-8026 ou 8035 - imprensa@sapucaiadosul.rs.gov.br

Publicado por:
Tisciana Francis Pereira Medeiros
Código Identificador:23ED99F7

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº. 5.431, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

.Institui o Fórum Municipal de Educação – FME, como instância permanente de participação, articulação, monitoramento e avaliação da política educacional do Município de Sapucaia do Sul, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL, no uso de suas atribuições, nos termos do art. 82, inciso X, da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal de 1988;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.388/2026, que institui o Plano Nacional de Educação – PNE;
CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 220, que institui o Sistema Nacional de Educação – SNE, especialmente o disposto no art. 19, que prevê a instituição dos Fóruns Permanentes de Educação pelos Municípios;
CONSIDERANDO os princípios da gestão democrática, da participação social e do planejamento educacional permanente;
DECRETA:
Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Sapucaia do Sul, o Fórum Municipal de Educação – FME, instância permanente de participação, articulação, monitoramento,

avaliação e acompanhamento das políticas públicas educacionais municipais.
Art. 2º Compete ao Fórum Municipal de Educação – FME:
I – coordenar a realização das Conferências Municipais de Educação e aprovar seu regulamento;
II – acompanhar o processo de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação – PME, seus objetivos, metas e estratégias;
III – promover debates, estudos e discussões sobre a política educacional municipal;
IV – acompanhar e contribuir para a articulação das políticas educacionais entre os entes federativos;
V – promover a participação da sociedade civil na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas educacionais;
VI – acompanhar indicadores educacionais e propor medidas voltadas à melhoria da qualidade da educação;
VII – acompanhar a execução das políticas de inclusão, equidade, valorização dos profissionais da educação, educação integral, educação digital e demais políticas educacionais estratégicas;
VIII – contribuir para o fortalecimento do Sistema Municipal de Ensino;
IX – elaborar e aprovar seu Regimento Interno.
Art. 3º O Fórum Municipal de Educação – FME será composto por representantes titulares e suplentes dos seguintes órgãos, instituições e segmentos:
I – Secretaria Municipal de Educação;
II – Conselho Municipal de Educação – CME;
III – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS/FUNDEB;
IV – Conselho de Alimentação Escolar – CAE;
V – Câmara Municipal;
VI – Sindicato dos Profissionais em Educação ;
VII – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA;
VIII – Sociedade Civil Organizada;
IX – Instituições Privadas Profissionalizantes de Ensino;
X – Instituições Privadas de Ensino Fundamental e Ensino Médio;
XI – Conselho Escolar ou APM das Escolas da Rede Municipal de Ensino;
XII – Professores do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino;
XIII – Secretaria Municipal de Proteção e Desenvolvimento Social;
XIV – Conselho Tutelar;
XV – Professores da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino;
XVI – Estudantes da Rede Municipal de Ensino;
XVII – Responsável dos Estudantes da Rede Municipal de Ensino;
XVIII – Instituições de Ensino Superior.
§ 1º Os representantes titulares e suplentes serão indicados pelos respectivos órgãos, instituições e segmentos que representam.
§ 2º Os membros do Fórum Municipal de Educação serão nomeados por Portaria do Chefe do Poder Executivo.
Art. 4º O Fórum Municipal de Educação terá funcionamento permanente e reunir-se-á:
I – ordinariamente, no mínimo, a cada 06 (seis) meses;
II – extraordinariamente, sempre que convocado por sua coordenação ou por requerimento da maioria de seus membros.
Art. 5º O Fórum Municipal de Educação poderá instituir, para subsidiar estudos, monitoramentos e discussões específicas relacionadas às políticas educacionais:
I - comissões temáticas;
II - grupos de trabalho;
III - câmaras técnicas.
Art. 6º A coordenação do Fórum Municipal de Educação será definida em seu Regimento Interno, observados os princípios da gestão democrática e da participação social.
Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação prestará apoio técnico, administrativo e operacional ao Fórum Municipal de Educação para o desenvolvimento de suas atividades.
Art. 8º A participação no Fórum Municipal de Educação será considerada serviço público relevante e não será remunerada.
Art. 9º O Fórum Municipal de Educação elaborará seu Regimento Interno no prazo de até 180 dias após sua instalação.
Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sapucaia do Sul, 06 de outubro de 2026.

JOSÉ NESTOR DE OLIVEIRA BERNARDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul – Av. Leônidas de Souza, 1269 – Bairro Santa Catarina
Diretoria de Comunicação Social – (51) 3451-8026 ou 8035 - imprensa@sapucaiadosul.rs.gov.br

Publicado por:
Tisciana Francis Pereira Medeiros
Código Identificador:E7B5D317

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº. 5.433, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa os membros titulares e suplentes da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN Municipal de Sapucaia do Sul.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL, no uso de suas atribuições, nos termos do art. 82, inciso X, da Lei Orgânica do Município,
Considerando a necessidade de formalização da composição da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN Municipal de Sapucaia do Sul, para atendimento às exigências do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;
DECRETA:
Art. 1º Ficam designados os seguintes membros titulares e suplentes para compor a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN Municipal de Sapucaia do Sul:
I – Secretaria Municipal de Proteção e Desenvolvimento Social:
a) Titular: Madalena Peixoto Paulino;
b) Suplente: Ana Cláudia Spolavori Sagmeister.
II – Secretaria Municipal de Educação:
a) Titular: Roberta Lopes da Costa;
b) Suplente: Karina Gomes.
III – Secretaria Municipal de Saúde:
a) Titular: Alice de Souza da Silva;
b) Suplente: Letícia Fialho Ruschel.
IV – Secretaria Municipal do Trabalho e Geração de Renda:
a) Titular: Jorge Luiz de Moraes Proença;
b) Suplente: Gisele Aparecida D'avila Ahmad.
V – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação:
a) Titular: Jonatas Cezar da Silva;
b) Suplente: Daiani Vômero Dornelles.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sapucaia do Sul, 14 de outubro de 2026.

JOSÉ NESTOR DE OLIVEIRA BERNARDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul – Av. Leônidas de Souza, 1269 – Bairro Santa Catarina
Diretoria de Comunicação Social – (51) 3451-8026 ou 8035 - imprensa@sapucaiadosul.rs.gov.br

Publicado por:
Tisciana Francis Pereira Medeiros
Código Identificador:FD6F78F6

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº. 5.434, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº. 5.434, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública

Municipal com vistas ao encerramento do exercício financeiro de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL, no uso de suas atribuições, nos termos do art. 82, inciso X, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças voltadas para responsabilidade fiscal;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, que institui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução do Tribunal de Contas do Estado nº 1.134/2020, que dispõe sobre os prazos, documentos e informações que deverão ser entregues, em formato eletrônico, para exame em processos de contas anuais de governo e contas de gestão, da esfera municipal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução do Tribunal de Contas do Estado nº 1.142/2021 dispõe sobre os critérios a serem observados na apreciação das contas de governo, para fins de emissão de parecer prévio, e no julgamento das contas de gestão dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos da Administração Direta e Indireta e dá outras providências;

CONSIDERANDO as disposições da Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado nº 08/2025, que dispõe sobre critérios para elaboração dos relatórios gerados eletronicamente pelo Programa Autenticador de Dados, a partir do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas, bem como as informações acessórias imprescindíveis para a sua geração e a forma de publicação das informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal para fins do exercício da fiscalização que compete ao Tribunal de Contas do Estado, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000; e

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar os procedimentos e estabelecer um cronograma de atividades e ações necessárias para o encerramento do exercício financeiro de 2026, com vistas ao atendimento da legislação vigente;

DECRETA:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Os procedimentos de que trata este Decreto atendem às normas de Direito Financeiro previstas na legislação vigente e objetivam o cumprimento dos prazos legais estabelecidos para a elaboração e divulgação de demonstrativos contábeis consolidados, e propiciam a disponibilização de informações necessárias à prestação de contas anual do exercício financeiro de 2026.

Art. 2º O cronograma de atividades e as datas a serem observadas na execução orçamentária, financeira e patrimonial estão definidos no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º A partir da publicação deste Decreto e até a publicação do Balanço Geral do Município e sua remessa ao Tribunal de Contas do Estado, são consideradas urgentes e prioritárias as atividades vinculadas à contabilidade, auditoria, apuração orçamentária e inventário em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO II

Do Encerramento do Exercício

Seção I

Do Fechamento Orçamentário e Financeiro

Art. 4º Para fins de encerramento do exercício fica estabelecido no Anexo I deste Decretoo último dia para empenhamento de despesas de todos os órgãos e entidades da Administração Municipal, direta e indireta, para todas as fontes de recursos.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no*caput*deste artigoàs despesas:

I–relativas à folha de pagamento e respectivas obrigações patronais;

II–classificáveis na função 28 – Encargos Especiais;

III– necessárias à aplicação mínima de recursos constitucionalmente vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e às Ações e Serviços Públicos de Saúde;

IV– custeadas com recursos recebidos oriundos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, com receita efetivamente arrecadada;

V– decorrentes de sentenças judiciais e respectivas custas, cujo pagamento tenha que ser efetuado até o final do exercício, na forma do art. 100 da Constituição da República;

VI– as descritas no inciso VIII do art.75 da Lei Federal n° 14.133, de 21 de junho de 1993, desde que expressamente autorizadas pelo Prefeito Municipal;

VII– as decorrentes de juros, encargos e amortização da dívida;

VIII–aquelas que, em caráter excepcional, forem expressamente autorizadas pelo Prefeito Municipal observado o disposto no inciso II, do art. 50, da Lei Complementar federal nº 101, de 2000.

Art. 5º O saldo dos recursos financeiros decorrentes de repasses ao Poder Legislativo deverá ser devolvido ao Poder Executivo.

Art.6º Compete às Secretarias Municipais orientar e solicitar que as empresas que prestarem serviços ao município neste exercício, façam a emissão de documento fiscal dentro do mesmo mês em que o serviço foi executado.

Seção II

Dos Restos a Pagar

Art. 7º Serão inscritas em Restos a Pagar as despesas legalmente empenhadas e liquidadas, e as despesas não-liquidadas, se houver disponibilidade financeira.

Parágrafo único. Em conformidade com o disposto no art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, e para efeitos de inscrição em restos a pagar processados, serão considerados liquidados, os documentos fiscais que forem entregues junto a Secretaria Municipal de Finanças até o dia 04/12/2026, salvo exceções previamente acordadas, cujas despesas sejam de competência do exercício financeiro de 2026 relacionadas a:

I- tarifas e taxas referentes à utilização de serviços de água, esgoto, telefonia, acesso à internet, energia elétrica e serviços postais-telegráficos;

II- despesas lastreadas em contratos de natureza continuada, cujo objeto ou parcela deste seja cumprido e atestado pela Administração Municipal até o último dia útil do exercício, em observância ao regramento da vigência dos contratos administrativos previstos no art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2014, tais como aluguéis, serviços contínuos, consultorias, obras e instalações, locação de equipamentos e utilização de programas de informática;

Art. 8º As despesas não-liquidadas e não-inscritas em Restos a Pagar por falta de disponibilidade de caixa terão seus empenhos estornados/anulados.

Art. 9º É vedada a inscrição em Restos a Pagar Não-Processados de despesas empenhadas para atendimento de:

I- adiantamentos em geral;

II- diárias de viagem;

III- transferência de recursos sob a forma de subvenções, contribuições ou auxílios;

IV- despesas de pessoal em geral, ativo e inativo, e respectivos encargos sociais;

V- auxílios e outros benefícios de natureza previdenciária ou assistencial;

VI- sentenças judiciais;

VII- indenizações e restituições de qualquer natureza;

VIII– contribuições ao PASEP.

Art. 10 Desde que observado o disposto no Decreto Federal nº 20.910, de 06 de janeiro de 1932, o saldo de Restos a Pagar Processados inscritos até 31 de dezembro de 2021, e não reclamado pelos respectivos credores, será baixado por prescrição no último dia útil de 2026.

Art. 11 Os restos a pagar cancelados na forma deste Decreto poderão, excepcionalmente, ser restabelecidos, desde que observadas, no que couber, as condições estabelecidas no art. 17 deste Decreto.

Art. 12 Compete às Secretarias Municipais, observadas as disposições desta Seção, decidir e indicar por escrito à Diretoria de Contabilidade, no prazo estabelecido no Anexo I deste Decreto, as inscrições em restos a pagar processados e não processados, bem como os casos de prescrição, anulação ou cancelamento de empenhos.

Seção III

Das Contas Bancárias

Art. 13 Até o final do exercício financeiro, o responsável pela tesouraria deverá levantar, nas instituições financeiras que operam com o Município, todas as contas bancárias ativas e inativas vinculadas a todos os Cadastros Nacionais de Pessoas Jurídicas (CNPJs) vinculados ao Município, para fins de verificação e

conciliação dos registros contábeis e para que se proceda à solicitação de encerramento das contas bancárias em desuso.
Art. 14 Para fins de observância do regime de competência, os rendimentos de aplicações financeiras do exercício financeiro de 2026 bem como os recursos oriundos de transferências constitucionais, legais ou voluntárias, cujo valor somente possa ser conhecido após o último dia útil do exercício, poderão, excepcionalmente, ser registrados como receita orçamentária daquele exercício, até o dia 31 de janeiro de 2027.
Art. 15 Compete aos responsáveis pelos serviços contábeis dos órgãos e das entidades da administração pública municipal realizarem a conciliação das contas bancárias sob sua responsabilidade, até o encerramento do exercício.
Seção IV
Do Inventário de Bens
Art. 16 Para fins de fechamento do Balanço Anual, e considerando as disposições da Resolução nº 1134/2020, do Tribunal de Contas do Estado, a Diretoria de Patrimônio deve proceder ao inventário dos bens permanentes existentes sob guarda ou responsabilidade do Município, como também dos bens de consumo e permanentes existentes no almoxarifado, no prazo fixado no Anexo I deste Decreto.
Art. 17 Deverá ser anexada ao Balanço Anual a ser entregue ao Tribunal de Contas do Estado, a cópia da ata do inventário de bens, firmada pelo setor de patrimônio, nos moldes estabelecidos no artigo art. 15 deste Decreto.
CAPÍTULO V
DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES
Seção I
Das Despesas de Exercícios Anteriores
Art. 18 Após o término do exercício de 2026, poderão ser reconhecidas e pagas por dotações para Despesas de Exercícios Anteriores, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica, as seguintes despesas:
I–não processadas em época própria, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las;
II–de Restos a Pagar com prescrição interrompida; e
III–relativas a compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.
Parágrafo único. Os empenhos e os pagamentos à conta de Despesas de Exercícios Anteriores somente podem ser realizados quando houver processo protocolizado e autuado no órgão ou na entidade, contendo os seguintes elementos:
I–reconhecimento expresso da dívida pela autoridade competente;
II–manifestação fundamentada da Procuradoria Geral do Município quanto à possibilidade e legalidade da realização do pagamento reclamado, além da análise quanto à ocorrência ou não de prescrição em favor da administração municipal, nos termos do Decreto Federal nº 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e do Decreto-Lei Federal nº 4.597, de 19 de agosto de 1942; e
III–autorização expressa do ordenador da despesa para que se efetue o empenho e o pagamento da dívida à conta de Despesas de Exercícios Anteriores.
Seção III
Disposições Finais
Art. 19 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e terá vigência até 31 de março de 2027.

Sapucaia do Sul, 16 de outubro de 2026.

JOSÉ NESTOR DE OLIVEIRA BERNARDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul – Av. Leônidas de Souza, 1269 – Bairro Santa Catarina
Diretoria de Comunicação Social – (51) 3451-8026 ou 8035 - imprensa@sapucaiadosul.rs.gov.br

Publicado por:
Tisciana Francis Pereira Medeiros
Código Identificador:91F74E1A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº. 5.435, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

Fixa o valor da Unidade Municipal de Referência Fiscal (UMRF) para o exercício financeiro de 2027.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL, no uso de suas atribuições, nos termos do art. 82, inciso X, da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o teor do art. 134 da Lei Complementar Municipal nº 01, de 27 de Setembro de 2017;
CONSIDERANDO o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, monitorado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que é considerado como indexador oficial utilizado para medição da inflação ocorrida entre os períodos;
CONSIDERANDO que IPCA relativo ao acumulado dos últimos doze meses (Out/25 a Set/26) corresponde a uma variação de 4,58% (quatro vírgula cinqüenta e oito por cento), DECRETA;
DECRETA:
Art. 1º Fica fixado em R$ 6,49 (seis reais e quarenta e nove centavos) o valor da Unidade Municipal de Referência Fiscal (UMRF) para o exercício financeiro de 2027.
Art. 2º Fica estabelecido o índice de 4,58% (quatro vírgula cinqüenta e oito por cento) para correção dos demais valores expressos em reais, nos termos do art. 134 do Código Tributário Municipal.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a contar de 1º de janeiro de 2027.

Sapucaia do Sul, 16 de outubro de 2026.

JOSÉ NESTOR DE OLIVEIRA BERNARDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul – Av. Leônidas de Souza, 1269 – Bairro Santa Catarina
Diretoria de Comunicação Social – (51) 3451-8026 ou 8035 - imprensa@sapucaiadosul.rs.gov.br

Publicado por:
Tisciana Francis Pereira Medeiros
Código Identificador:84659362

SECRETARIA GOVERNO E ARTICULAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO – LEI 13.019/14

TERMOS DE COLABORAÇÃO
TC N° 01, 02, 03 e 04/2026 - SME

FUNDAMENTO LEGAL: Decreto Municipal nº 4274/2017, de 18 de julho de 2017, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e na IN 020/2026 do Município de Sapucaia do Sul, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes.

ORGÃO: Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul - CNPJ 88.185.020/0001-25
ENTIDADES:

TC 01/2026 - Associação Educativa Transformar - CNPJ n° 61.682.335/0001-21- 79 Vagas Total da Parceria: R$ 3.682.932,60
TC 02/2026 - Colorindo Kids – CNPJ n° 61.045.890/0001-42 – 96 Vagas Total da Parceria: R$ 4. 475.462,40
TC 03/2026 - Mente Divertida – CNPJ n° 63.356.198/0001-60 – 110 Vagas Total da Parceria: R$ 5.128.134,00
TC 04/2026 - Ateliê da Infância – CNPJ n° 62.299.415/0001-65 – 78 Vagas Total da Parceria: R$ 3.636.313,20

OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO: O presente Termo de Colaboração tem por objeto o atendimento a alunos da Educação Infantil, etapa creche – crianças de zero a três anos e onze meses, em turno integral, podendo o número de atendimento ser convertido em dobro para o turno parcial, conforme demanda e interesse da

administração. Os atendimentos ocorrerão no mínimo pelo período de 11 horas de atendimento (em turno integral – 07h as 18h) ou de cinco horas (em turno parcial – 07 as 12h ou 13h as 18h).

As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso descrito no Plano de Trabalho.

Os Termos de Colaboração tem vigência de 60 (sessenta) meses, sem prorrogação.

VIGÊNCIA: Contar da Assinatura
DATA DA ASSINATURA: 16 de outubro de 2026

JOSÉ NESTOR DE OLIVEIRA BERNARDES
Prefeito Municipal de Sapucaia do Sul

Publicado por:
Nierison de Souza Machado
Código Identificador:14DE7E9B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPERA

SECRETARIA DA DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

No uso de atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, **OSVALDO HENRICH FILHO**, Prefeito Municipal, torna pública a Dispensa de Licitação nº 4281/2026 com base nos termos do artigo 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21, referente a aquisição de mudas de árvores diversas para serem plantadas em áreas públicas do município de Tapera, com a empresa **DARLAN JOSÉ LEMOS.**

Tapera, em 16 de Outubro de 2026.

OSVALDO HENRICH FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Meda Maria Marx Kuhn
Código Identificador:464FF4A8

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

No uso de atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, **OSVALDO HENRICH FILHO**, Prefeito Municipal, torna pública a Dispensa de Licitação nº 4273/2026 com base nos termos do artigo 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21, referente a compra de peças e contratação de prestação de serviço para manutenção das máquinas do Setor de Infraestrutura, com a empresa **MECÂNICA MAGNI.**

Tapera, em 16 de Outubro de 2026.

OSVALDO HENRICH FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Meda Maria Marx Kuhn
Código Identificador:6F0930AE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA

DIVISÃO DE ABASTECIMENTO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DISPENSA N° 102/2026

Processo n° 8878/2026 – Ratifico a dispensa de licitação para contratação emergencial de empresa para manutenção do telhado do Ginásio Tancredo Neves com amparo no artigo 75, VIII da Lei n°14.133/21 e parecer jurídico 687/2026 anexo no processo.

Taquara,16 de outubro de 2026.

SIRLEI T. BERNARDES DA SILVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Juliane Ludvig Eberhardt
Código Identificador:42C11BED

DIVISÃO DE ABASTECIMENTO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DISPENSA N° 103/2026

Processo n° 8804/2026 – Ratifico a dispensa de licitação para contratação de pesquisa de opinião pública com amparo no artigo 75, II da Lei n°14.133/21 e parecer jurídico 685/2026 anexo no processo.

Taquara,16 de outubro de 2026.

SIRLEI T. BERNARDES DA SILVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Juliane Ludvig Eberhardt
Código Identificador:8E9931B9

DIVISÃO DE ABASTECIMENTO - COMPRAS E LICITAÇÕES
REGISTRO DE PREÇOS RESULTADO FINAL – PREGÃO N° 151/2026

O Município de Taquara/RS torna público o Registro de Preço para prestação de serviços, de forma parcelada, de mão de obra para manutenção de veículos leves da Secretaria de Obras e Serviços, conforme as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, a contar de 19 de outubro de 2026, cujos preços unitários serão divulgados na internet, tendo sido firmada a **Ata de Registro de Preços nº 077/2026**, com a empresa:

EQUIPE CAR AUTO CENTER LTDA - CNPJ: 19.692.855/0001-59;

Taquara, 16 de outubro de 2026.

SIRLEI TERESINHA BERNARDES DA SILVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Octávio Henrique Abbady
Código Identificador:0812B505

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO PEDIDO 5287/2026

Considerando a necessidade de confecção de banners para utilização nas salas de aula das turmas de 9º anos das Escolas da Rede Municipal, totalizando 19 turmas e a fim de obter a proposta mais vantajosa para o município, SOLICITO a publicação no Diário. Sendo assim, os interessados podem enviar as cotações até as 23h59 horas do dia 22/10/2026.

Sendo assim, os interessados podem acessar informações e termo de referência através do link abaixo:

https://work.optidata.cloud/link/a2ff17d8-9de4-455a-807b-owt219-899f7502da41

Em caso de dúvidas enviar e-mail para educacao41@taquara.rs.gov.br solicitando o termo de referência para envio de suas cotações.

As cotações devem ser enviadas para o e-mail educacao41@taquara.rs.gov.br

Posteriormente, a documentação de habilitação será solicitada ao vencedor caso efetivada contratação com um prazo máximo de 2 horas após solicitação, deste modo, ao apresentar proposta deve-se estar ciente dos documentos de habilitação.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Fone: 51- 3541 3035 ramal 411
51 – 3541 4665 ramal 411
Prefeitura Municipal de Taquara/RS

Publicado por:
Jessica Juliana da Silva
Código Identificador:8F5A144D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2026/5517

AVISO DE COTAÇÃO – PEDIDO Nº 2026/5517
Considerando a necessidade de aquisição de peças e materiais para manutenção e conserto do cronotacógrafo do ÔNIBUS VW/15.190 EOD E. HD ORE, placa IUT2237, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente Aviso de Cotação no Diário Oficial, pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações até as 23h59min do dia 22/10/2026, acompanhadas dos seguintes documentos:
Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica;•
Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br
Telefone: (51) 3541-9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:7688DC3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2026/5518

AVISO DE COTAÇÃO – PEDIDO Nº 2026/5518
Considerando a necessidade de prestação de serviços de manutenção e conserto do cronotacógrafo do ÔNIBUS VW/15.190 EOD E. HD ORE, placa IUT2237, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, solicita-se a publicação do presente Aviso de Cotação no Diário Oficial, pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis.
Os interessados poderão enviar suas cotações até as 23h59min do dia 22/10/2026, acompanhadas dos seguintes documentos:
•Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica;
•Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
•Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
•Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
•Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
•Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
O formulário para apresentação da proposta poderá ser solicitado pelo e-mail educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
As propostas poderão ser enviadas via e-mail ou entregues presencialmente, em envelope lacrado, devidamente identificado com o nome da empresa proponente.
Ressaltamos que as propostas que não estiverem acompanhadas da documentação exigida serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br
Telefone: (51) 3541-9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:E95DE10D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°182/2025

Contratante: Prefeitura Municipal de Terra de Areia.
Contratada: **DAIANE BUJES DA SILVA**
Objeto: Registro de preços para a contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem para organização dos jogos municipais sendo campeonatos e torneios, nas modalidades de voleibol, futebol de campo e salão, incluindo mesários para os andamentos de campeonatos e ações esportivas que são atribuições das Secretarias Municipais.
Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços nº 182/2025 pelo período de 12 (doze) meses, com início na data de 17 de outubro de 2026 com data fim no dia 17 de outubro de 2027, nos termos da Cláusula Quarta da Ata originária.
Os valores registrados permanecem inalterados, mantendo-se o montante total desta Ata correspondendo a R$ 342.591,70 (trezentos e quarenta e dois mil e quinhentos e noventa e um reais e setenta centavos).
DEMONSTRATIVO DOS LOTES

1035664 - DAIANE BUJES DA SILVA					
Item	**Produto**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unitário.**	**Valor Total.**
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARBITRAGEM MODALIDADE VOLEIBOL INCLUINDO MESÁRIOS, SENDO NO MINIMO DOIS ARBITROS E UM MESÁRIO.	SVR	200	299,99	59.998,00
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARBITRAGEM MODALIDADE FUTEBOL DE CAMPO, SENDO NO MINIMO TRES ARBITROS E UM MESÁRIO.	SVR	180	869,99	156.598,20
3	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARBITRAGEM MOD. FUTEBOL DE SALÃO INCLUINDO MESÁRIOS, SENDO NO MINIMO DOIS ARBITROS E UM MESÁRIO.	SVR	450	279,99	125.995,50
Total do Fornecedor:					342.591,70

OSVALDO DE MATTOS SOBRINHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Bárbara Santos Dos Santos
Código Identificador:0FF1D3C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 45/2025

Contratante: Prefeitura Municipal de Terra de Areia.
Contratada: **CHIELE E CHIELE ADVOGADOS ASSOCIADOS SC – EPP**
Objeto: O prazo de vigência do presente contrato fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, iniciando-se em 16 de outubro de 2026 e encerrando-se em 14 de janeiro de 2027. Justifica-se a prorrogação para conclusão dos serviços contratados, conforme anuência da secretaria de administração.
O valor do contrato não sofrerá alterações, nem acréscimos devido a prorrogação ser apenas para a conclusão dos serviços a serem entregues.

JAQUELINE BERTOLDI DE MATTOS
Secretaria da Administração

Publicado por:
Bárbara Santos Dos Santos
Código Identificador:3469A1E4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOROPI

SECRETÁRIA DA FAZENDA
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO-OU /02-2026

AVISO DE LICITAÇÃO
ADESÃO A ATA REGISTRO DE PREÇOS - OU 02/2026
A Prefeitura Municipal de Toropi- RS torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade acima descrita e com o seguinte objeto**: ADESÃO** ao Processo Administrativo nº 011/2025, Pregão Eletrônico nº 007/2025 – Ata de Registro de Preços nº 007/2025, do órgão gerenciador **Consórcio Público do Extremo Sul – COPES**, para aquisição de uma **MOTONIVELADORA LUIGONG 4160, Item 25**.
Empresa: M. CORNELLI BERTINATTO LTDA CNPJ Nº 90.627.332/0001-93, no valor total de **R$ 748.900,00 (setecentos e quarenta e oito mil e novecentos reais)**.
Recurso financeiro oriundo do **CONVÊNIO SPOA/SE/MAPA Nº 995235/2026 – TRANSFEREGOV.BR Nº 016941/2026**

TOROPI, 16 de outubro de 2026.

VANDIR OESTERREICH
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Dos Santos Descovi
Código Identificador:960070BA

SECRETÁRIA DA FAZENDA
AVISO DE ESTRATO HOMOLOGAÇÃO OU 02/2026

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
ADESÃO Nº OU 02/2026

A Prefeitura Municipal de Toropi- RS torna público a homologação a ata de registro de preços n°007/2025 – ou 02/2026 objeto**: ADESÃO** ao Processo Administrativo nº 011/2025, Pregão Eletrônico nº 007/2025 – Ata de Registro de Preços nº 007/2025, do órgão gerenciador **Consórcio Público do Extremo Sul – COPES**, para aquisição de uma **MOTONIVELADORA LUIGONG 4160, Item 25**.
Empresa: M. CORNELLI BERTINATTO LTDA CNPJ Nº 90.627.332/0001-93, no valor total de **R$ 748.900,00 (setecentos e quarenta e oito mil e novecentos reais)**.
Recurso financeiro oriundo do **CONVÊNIO SPOA/SE/MAPA Nº 995235/2026 – TRANSFEREGOV.BR Nº 016941/2026**

TOROPI, 16 de OUTUBRO de 2026.

VANDIR OESTERREICH
Prefeito Municipal de Toropi

Publicado por:
Henrique Dos Santos Descovi
Código Identificador:ECC35807

SECRETÁRIA DA FAZENDA
EXTRATO PUBLICAÇÃO DO CONTRATO 119/2026

Contrato N°
119/2026
Contratante:
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOROPI
Contratada:
M. CORNELLI BERTINATTO
Valor:
748.900,00
Vigência:
Início:
16/10/2026
Término:
16/10/2027
Licitação:
2/2026
Objeto da Contratação: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 01 MOTONIVELADORA LIUGONG 4160, POTENCIA MÍNIMA DE 110 CV, PESO OPERACIONAL 14.900, LARGURA DE LAMINA 3.660MM.

Toropi, 16 de Outubro de 2026

Publicado por:
Henrique Dos Santos Descovi
Código Identificador:3C04008B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ

LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 183/2026

AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE
DISPENSA N° 183/2026
PROCESSO Nº 45547/2026
JUAREZ MARQUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Tramandaí/RS, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura da Dispensa de Licitação Nº 183/2026, com critério de julgamento pelo menor preço global, na hipótese do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, e Decreto Municipal nº 5.157/2023, contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de vinte conjuntos de bandeiras oficiais, destinadas a identificação visual das repartições municipais, conforme Anexo I – Termo de Referência, disponível no site www.tramandai.rs.gov.br, opção “Licitações”. É de interesse da Administração obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a mais vantajosa para a Administração. As propostas deverão ser encaminhadas para o endereço eletrônico dispensalicitacao@tramandai.rs.gov.br **com cópia para o e-mail** dispensalicitacaotramandai@gmail.com.
Prazo para recebimento das propostas: de 19/10/2026 até as 23h59min de 21/10/2026.
Data da abertura das propostas: 22/10/2026, às 10 h.
Critério de Julgamento: Menor Preço Global.
Valor Estimado: **R$10.339,80(dez mil, trezentos e trinta e nove reais e oitenta centavos).**
Contato para esclarecimentos: dispensalicitacaotramandai@gmail.com
Telefone: (51) 99157 8092.

**Para esclarecimentos/dúvidas por e-mail, deverá o interessado fazer referência, no campo assunto, à Dispensa de que se trata, exemplo "Dúvidas Dispensa nº 183/2026".*
*Para todas as referências de tempo será considerado o horário oficial de Brasília (DF).

Publicado por:
Cindi Garcia Amaral
Código Identificador:FEE36CA8

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 288/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 157/2026
EXTRATO DE CONTRATO Nº 288/2026. CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ.** CONTRATADA: **TERRAPLANAGEM KRUGER LTDA.**, inscrita no **CNPJ** sob o nº **60.731.011/0001-73**. Objeto: Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de readequação e reestruturação do layout do CRAS, conforme Termo de Referência constante em processo nº 48428/2026, nos termos definidos pelo art. 75, II da Lei 14.133/2021. Valor da contratação de **R$37.500,00**(trinta e sete mil e quinhentos reais).

Publicado por:
Cindi Garcia Amaral
Código Identificador:6225B876

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 274/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 274/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ. Contratada: SHIMADZU DO BRASIL COMÉRCIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n° 58.752.460/0001-56. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de manutenção corretiva e preventiva, sob demanda, do equipamento de raio-X instalado na Unidade de Pronto Atendimento – UPA do município, com fornecimento de mão de obra especializada, peças e componentes previstos na contratação. VALOR ANUAL: R$ 62.640,00 (sessenta e dois mil, seiscentos e quarenta reais). Prazo: O prazo do Contrato será 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado pelo prazo máximo previsto em lei. INEXIGIBILIDADE Nº 177/2026.

Publicado por:
Luis Antonio Consul Machado
Código Identificador:19D1CA29

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 276/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 276/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ. **Contratada: CM COMÉRCIO E SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no **CNPJ** sob o n° 02.949.670/0001-84. **Objeto:** Contratação de pessoa jurídica especializada para realização de empreitada global (material e mão de obra) para execução de serviços destinados a implantação da Rua Coberta na Avenida Emancipação. **VALOR TOTAL: R$ 5.041.561,11** (cinco milhões, quarenta e um mil, quinhentos e sessenta e um reais e onze centavos). **Prazo:** O prazo do Contrato será 12 (doze) meses, a contar da emissão da Carta/Ordem de inicio dos serviços, podendo ser prorrogado até a vigência máxima prevista em Lei. CO**NCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 81/2026**

Publicado por:
Luis Antonio Consul Machado
Código Identificador:38884995

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 280/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 280/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ. **CONTRATADA: DESVELAR CLÍNICA DE PSICOLOGIA LIMITADA,** inscrita no **CNPJ** sob o n° 33.632.351/0001-74. **Objeto:** CREDENCIAMENTO e, possível contratação, de todos os interessados na prestação de serviços de consultas médicas especializadas; atendimentos terapêuticos nas áreas de Psicologia, Psicopedagogia, Neuropsicopedagogia, Fonoaudiologia, Quiropraxia, Nutricionista e Terapia ocupacional; serviços odontológicos, realização de exames odontológicos, destinados aos beneficiários do Fundo Municipal de Assistência Médica – FUMAM. **Valor da consulta:** R$ 90,00 (noventa reais) pelo serviço de Psicologia e R$ 88,00 (oitenta e oito reais) pelo serviço de Psicopedagogia, R$ 83,00 (oitenta e três reais) pelos serviços de Nutricionista, R$ 80,40 (oitenta reais e quarenta centavos) pelos serviços de Neuropsicopedagogia, R$ 85,00 (oitenta e cinco reais) pelo serviço de Terapeuta Ocupacional, R$ 85,80 (oitenta e cinco reais e oitenta centavos) pelo serviço de Fonoaudiologia **Prazo:** O prazo do Contrato será 12 (doze) meses, tendo início a partir da sua assinatura podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo previsto por lei.
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 118/2026.

Publicado por:
Luis Antonio Consul Machado
Código Identificador:1FC674BD

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 281/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 281/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ. **CONTRATADA: CLÍNICA DE PSICOLOGIA ESPAÇO CRESCER LTDA,** inscrita no **CNPJ** sob o n° 36.906.526/0001-82. **Objeto:** CREDENCIAMENTO e, possível contratação, de todos os interessados na prestação de serviços de consultas médicas especializadas; atendimentos terapêuticos nas áreas de Psicologia, Psicopedagogia, Neuropsicopedagogia, Fonoaudiologia, Quiropraxia, Nutricionista e Terapia ocupacional; serviços odontológicos, realização de exames odontológicos, destinados aos beneficiários do Fundo Municipal de Assistência Médica – FUMAM. **Valor da consulta:** R$ 90,00 (noventa reais) pelo serviço de Psicologia e R$ 88,00 (oitenta e oito reais) pelo serviço de Psicopedagogia. **Prazo:** O prazo do Contrato será 12 (doze) meses, tendo início a partir da sua assinatura podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo previsto por lei.
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 118/2026.

Publicado por:
Luis Antonio Consul Machado
Código Identificador:2B9B91A5

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 283/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 283/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ. CONTRATADA: ÍON 3D RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 31.022.142/0001-83. **Objeto**: CREDENCIAMENTO e, possível contratação, de todos os interessados na prestação de serviços de consultas médicas especializadas; atendimentos terapêuticos nas áreas de Psicologia, Psicopedagogia, Neuropsicopedagogia, Fonoaudiologia, Quiropraxia, Nutricionista e Terapia ocupacional; serviços odontológicos, realização de exames odontológicos, destinados aos beneficiários do Fundo Municipal de Assistência Médica – FUMAM. **Valor:**
Consulta odontológica R$ 65,17
Controle de hemorragia com aplicação de agente hemostático em região buco-maxilo-facial R$ 39,00
Profilaxia dental (limpeza de dente) c/ aplicação de flúor a cada 6 meses R$ 80,66
Aplicação tópica de flúor R$ 58,75
Dessensibilização dentária R$ 45,99
Raspagem supra-gengiva R$ 165,00
Restauração em resina 1 face R$ 75,45
Restauração em resina 2 faces R$ 110,35
Restauração em resina 3 faces R$ 121,09
Restauração em resina 4 faces R$ 124,03
Extração simples de dente R$ 110,00
Remoção de dentes semi-inclusos / impactados (inclui exodontia de terceiros molares) R$ 142,08
Tratamento endodôntico unirradicular (endo mono) COMPLETADO (com Rx Inicial E Final anexados) R$ 171,64

Tratamento endodôntico birradicular (endo bi) COMPLETADO (com Rx Inicial E Final anexados) R$ 272,00
Tratamento endodôntico multirradicular COMPLETADO (com Rx Inicial E Final anexados) R$ 306,95
Curetagem apical R$ 213,61
Prazo: O prazo do Contrato será 12 (doze) meses, tendo início a partir da sua assinatura podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo previsto por lei.
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 118/2026.

Publicado por:
Luis Antonio Consul Machado
Código Identificador:BB4AAE6E

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 284/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 284/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ. CONTRATADA: M.D. ROCHA E CIA LTDA, inscrita no **CNPJ** sob o n° 54.167.280/0001-56. **Objeto:** CREDENCIAMENTO e, possível contratação, de todos os interessados na prestação de serviços de consultas médicas especializadas; atendimentos terapêuticos nas áreas de Psicologia, Psicopedagogia, Neuropsicopedagogia, Fonoaudiologia, Quiropraxia, Nutricionista e Terapia ocupacional; serviços odontológicos, realização de exames odontológicos, destinados aos beneficiários do Fundo Municipal de Assistência Médica – FUMAM. **Valor da consulta:** R$ 90,00 (noventa reais) pelo serviço de Psicologia e R$ 167,00 (cento e sessenta e sete reais) pelo serviço de Psiquiatria. **Prazo:** O prazo do Contrato será 12 (doze) meses, tendo início a partir da sua assinatura podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo previsto por lei.
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 118/2026.

Publicado por:
Luis Antonio Consul Machado
Código Identificador:0B00E0EA

LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 177/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 177/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Tramandaí. **CONTRATADO:** SHIMADZU DO BRASIL COMÉRCIO LTDA. **Objeto:** Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de manutenção corretiva e preventiva , sob demanda, do equipamento de raio-X instalado na Unidade de Pronto Atendimento – UPA do município, com fornecimento de mão de obra especializada, peças e componentes previstos na contratação. **Valor anual:** R$ 62.640,00 (sessenta e dois mil, seiscentos e quarenta reais). **Base Legal: art. 74,"caput", Inc. I, da Lei Federal n° 14.133/21. Processo Administrativo nº 53602/2026.**

Publicado por:
Luis Antonio Consul Machado
Código Identificador:78EBE5A2

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAVESSEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 1.508/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 1.508/2026
O Município de Travesseiro/RS comunica que, em despacho proferido no Processo de Dispensa de Licitação Eletrônica nº 1.508/2026, o Prefeito Municipal, reconheceu ser dispensável a licitação para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A DEFESA CIVIL, visando estruturar e fortalecer a capacidade municipal de preparação, resposta e recuperação frente a desastres naturais e tecnológicos, observando as diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei Federal nº 12.608/2012), por intermédio de recursos do Programa Estadual de Preparação para Eventos Extremos – PREPARA RS, conforme Resolução nº 008/FUNDEC, de 12 de junho de 2026.

FAVORECIDO: REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA.
CNPJ Nº 52.386.933/0001-62.
VALOR: R$ 5.360,00 (cinco mil, trezentos e sessenta reais).
Fundamento Legal: art. 75, inc. II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Travesseiro, 16 de outubro de 2026.

GILMAR LUIZ SOUTHIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Both
Código Identificador:52903F43

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 06 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025

TERMO ADITIVO Nº 06 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025
CONTRATADA: ARROIOGAS COMERCIO DE GAS E BEBIDAS LTDA.
CNPJ Nº 03.112.581/0001-41.
CLÁUSULA PRIMEIRA - O valor da Carga de Gás P45, a contar do dia 16 de outubro de 2026, passará a ser:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	VALOR UNITÁRIO
1	CARGA DE GÁS P 45	UN	R$ 481,52

VINCULAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 001/2025.

Travesseiro, 16 de outubro de 2026.

GILMAR LUIZ SOUTHIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Both
Código Identificador:227B8B6A

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 358/2026

DESIGNA, os servidores que menciona, como fiscais do Contrato nº 094/2026, e dá outras providências.

GILMAR LUIZ SOUTHIER, PREFEITO MUNICIPAL DE TRAVESSEIRO, RS, no uso de suas atribuições legais e com base no Decreto Municipal nº 2.412/2025, de 12 de novembro de 2025, **DESIGNA** os servidores **JAQUELINE BRANDENBURG QUINOT, PROFESSORA DE EDUCAÇÃO BÁSICA,** matrícula nº 902 e **DARCI GELSON RELLY, SERVENTE,** matrícula nº 583, como fiscal titular e suplente, respectivamente, do Contrato de Fornecimento de Materiais nº 094/2026, firmado com a empresa REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRAVESSEIRO, RS, em 16 de outubro de 2026.

Registre-se e
Publique-se
Data supra

GILMAR LUIZ SOUTHIER
Prefeito Municipal

MAICON WILAND THEISEN
Secretário da Administração e Finanças

Publicado por:
Raquel Henz
Código Identificador:C0F58BB2

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS COROAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Fabiel Cristóvão Port, Prefeito Municipal de Três Coroas, RATIFICA a Dispensa de Licitação nº 052/2026 com a empresa **R. A. ENTULHOS GESTÃO DE RESÍDUOS E TRANSPORTES LTDA,** cujo objeto é a contratação emergencial de empresa especializada em gestão de resíduos e transportes para a execução direta de serviços de limpeza urbana, compreendendo o recolhimento, carregamento, transporte e destinação intermediária de resíduos volumosos e entulhos acumulados em vias públicas, praças e áreas urbanas atingidas pelo evento climático extremo de 29 e 30 de julho de 2026 no Município de Três Coroas/RS, em conformidade com a proposta apresentada. O valor total a ser pago será de R$ 124.500,00 (cento e vinte e quatro mil e quinhentos reais). Prazo de execução: 60 (sessenta) dias, a contar de 19/10/2026, com possibilidade de prorrogação, conforme necessidade da Administração, Lei Federal nº 14.133/2021, artigo 75, inciso VIII.

Três Coroas, em 16 de outubro de 2026.

Publicado por:
Natã Mateus Marchiori Ratzlaff
Código Identificador:9ED92930

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRINDADE DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2026

ODAIR ADÍLIO PELICIOLI, Prefeito Municipal de Trindade do Sul/RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando a documentação constante dos autos do Processo Administrativo nº 139/2026, Inexigibilidade de Licitação nº 008/2026, AUTORIZA a locação de imóvel destinado à moradia do Sra. Gislaine Franco e família, munícipe em situação de vulnerabilidade temporária , pois a residência da família foi atingida por forte chuva de granizo e vendaval, ocasionando danos no telhado e comprometimento da parte elétrica do imóvel, circunstancias que podem apresentar riscos à segurança da família, considerando que o núcleo familiar é constituído pela mãe e seus três filhos. A concessão de benefício eventual de caráter provisório e temporário, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.008/2019 e com a avaliação socioassistencial realizada pela equipe técnica do CRAS. A contratação direta fundamenta-se no art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021. O imóvel objeto da locação está situado na Rua Vila São João, nº 90, Bairro São João, Trindade do Sul/RS. O LOCADOR é o Sr. GILBERTO DOMINGOS TRETTO, pessoa física, inscrito no CPF sob o nº 359.353.080-53, residente e domiciliado na Rua Pessegueiro, s/nº 42, Bairro Centro, Trindade do Sul/RS, CEP 99615-000. O valor mensal da locação será de R$ 500,00 (seiscentos reais), correspondendo ao valor máximo de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) para o período de 03 (três) meses, podendo ser aditivado até a cindição de habitação de sua residência se normalizar, mediante vistoria do CRAS. A familia entrou nessa residência no dia 10/10/2026.

Trindade do Sul/RS, 16 de outubro de 2026.

ODAIR ADÍLIO PELICIOLI,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ligiane Dos Santos
Código Identificador:62947904

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3.994/2026

DECRETO Nº 3.994, de 16 de outubro 2026.

Altera a Tabela constante do Anexo Único do Decreto nº 3.829, de 04 de novembro de 2025, que Edita o Calendário de Feriados e Pontos Facultativos do Município de Triunfo para o ano de 2026, para os órgãos da Administração Direta do Poder Executivo.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 143, inciso VI, da Lei Orgânica e conforme Processo Administrativo nº 6.354/2025,

D E C R E T A:
Art. 1º. Ficam alteradas as informações do mês de outubro constante da Tabela do Anexo Único - Quadro Demonstrativo dos Feriados e Pontos Facultativos para o Exercício de 2026 - do Decreto nº 3.829, de 04 de novembro de 2025, passando a vigorar com a seguinte redação:

MÊS	DIA	DIA DA SEMANA	EVENTO	FERIADO/PONTO FACULTATIVO
.....				
Outubro	12	Segunda-Feira	Nossa Senhora Aparecida	Feriado Nacional
	16	Sexta-Feira	Transferência do Dia do Professor (15/10)	Ponto Facultativo (Somente para os profissionais do magistério)
	30	Sexta-Feira	Transferência do Dia do Servidor Público (28/10)	Ponto Facultativo (Exceto para os profissionais do magistério)

.....
Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, em 16 de outubro de 2026.

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

DARVIN PERIN CASSEPP
Secretaria Municipal De Administração

Publicado por:
Viviane de Souza Maia
Código Identificador:B63EFCCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 167/2026

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Triunfo, por meio da Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos, realizará Dispensa de Licitação, nos termos do §3º do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021,e demais legislações aplicáveis, com critério de **julgamento pelo Menor Preço.**

MODALIDADE: **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 174/2026**
ORGÃO REQUISITANTE: **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
LEGISLAÇÃO: **Lei nº 14.133 de 01/04/2021, Art. 75, inciso I**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **Menor Preço**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº**: 397/2026** - Requisição: **964/2026**
OBJETO: **Contratação de empresa especializada para manutenção do veículo Chevrolet Onix 1.0 Turbo placa JCH0B65, ano/modelo: 2023/2024**

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS**: 20 à 22 de outubro de 2026, até as 15h.**

As propostas poderão ser protocoladas na sede da Secretaria de Compras, Licitações e Contratos ou através do e-mail sclc.recebimentodepropostas@triunfo.rs.gov.br, até o prazo final de apresentação.

Informações sobre a dispensa de licitação no site https://www.triunfo.rs.gov.br (Aba publicações), constante como anexo (Termo de referência – Coleta de Preços).

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, EM 16 DE OUTUBRO DE 2026.

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mickaely Vasco Alves
Código Identificador:D8A1A00B

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO

Processo 257/2026
Pregão Eletrônico autuado sob o nº 89/2026
Contrato 152/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE TRIUNFO
Contratada: FERNANDO BIZARRO FLORES LTDA
Termo aditivo: 01
Objeto do contrato: Contratação de empresa para execução das provas campeiras e artísticas do 23º Rodeio Crioulo Estadual de Triunfo e da 17ª Gineteada Internacional de Triunfo, que integrarão a programação do Triunfo em Festa 2026, conforme condições contidas no Termo de Referência.
Objeto do aditivo: a alteração da Cláusula Primeira do contrato, especificamente quanto à data da prestação do serviço, que passa a vigorar com a seguinte redação: "CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS PROVAS CAMPEIRAS E ARTÍSTICAS DO 23º RODEIO CRIOULO ESTADUAL DE TRIUNFO E DA 17ª GINETEADA INTERNACIONAL DE TRIUNFO PARA O TRIUNFO EM FESTA 2026, QUE ACONTECERÁ DE 24 À 29 DE NOVEMBRO."

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, em 16 de outubro de 2026.

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julia Prado de Almeida
Código Identificador:0453FD46

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO
Processo 1Doc nº 5.370/2025
Processo Administrativo nº 288/2025
Inexigibilidade autuado sob o nº 28/2025
Contrato nº 189/2025
Contratante: Município de Triunfo
Contratada: GOVFACIL GESTAO & TECNOLOGIA LTDA
Termo aditivo n° 02
Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO LICENÇA DE USO DO APLICATIVO E PLATAFORMA GOVFÁCIL (LICENÇA DIAMANTE), IMPLANTAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE TRIUNFO/RS
Objeto do termo aditivo: CLÁUSULA ÚNICA – DO REAJUSTE PELO INDICE INPC: É objeto do presente termo aditivo o reajuste no valor referente ao contrato acima de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, no período compreendido entre outubro de 2025 a setembro de 2026 de 4,293630%, passando o valor mensal para R$ 59.447,37 (cinquenta e nove mil quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e sete centavos), conforme cálculos constantes da Planilha em anexo. As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas. Fica eleito o Foro da Comarca de Triunfo, para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas decorrentes do presente aditivo. E, por estarem de acordo, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surta seus jurídicos e legais efeitos

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, EM 16 DE OUTUBRO DE 2026.

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mickaely Vasco Alves
Código Identificador:D09085C3

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 7946 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 7946
DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Altera o Decreto Municipal nº 7336 de 10 de maio de 2025, que regulamenta o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Tupanciretã/RS.

O **Prefeito de Tupanciretã**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais vigentes, e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e demais fontes do Estado Democrático de Direito,

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº 5218 de 14 de setembro de 2026;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º do Anexo - I do Decreto Municipal nº 7336 de 10 de maio de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 2º** O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, trata-se de órgão colegiado, permanente, consultivo, deliberativo, fiscalizador e articulador das Políticas Públicas voltadas aos Direitos das Pessoas com Deficiência, de composição paritária, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social."

Art. 2º Fica alterado o artigo 31, inciso IV do Anexo - I do Decreto Municipal nº 7336 de 10 de maio de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"**IV -** Solicitar a Secretaria de Saúde, no que couber, a execução das deliberações emanadas do Conselho;"

Art. 3º Fica alterado o artigo 46 Anexo - I do Decreto Municipal nº 7336 de 10 de maio de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 46** O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que o administrará em conjunto com a Secretaria Municipal da Fazenda e Fomento Empresarial."
Art. 4º Fica alterado o artigo 51 Anexo - I do Decreto Municipal nº 7336 de 10 de maio de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 51** A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social disponibilizará um espaço para instalação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e realização de reuniões."

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE TUPANCIRETÃ/RS, aos 15 (quinze) dias do mês de outubro de 2026.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã
(Assinado Digitalmente Via Sistema 1Doc)

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:E8FF55D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO ADITIVO Nº 121/2026

CONTRATANTE: Município de Tupanciretã
CONTRATADA: Gente Seguradora S/A
OBJETO: Incluído ao objeto do contrato mais 01 (um) veículo leves – automóveis, utilitários e picapes- para ser coberto por seguro
VALOR: R$ 214,52 (duzentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos)
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 49/2023
AMPARO LEGAL: Lei 8.666/93

Tupanciretã, 16 de julho de 2026.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã

Publicado por:
Henrique da Silva Veron
Código Identificador:29E1515A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO ADITIVO Nº 122/2026

CONTRATANTE: Município de Tupanciretã
CONTRATADA: F.S Obras Ltda
OBJETO: Supressão de quantitativos dos serviços integrantes do objeto do Contrato nº 005/2026
VALOR: R$ 2.481,24 (dois mil quatrocentos e oitenta e um reais e vinte e quatro centavos)
MODALIDADE: Concorrência Eletrônica nº 12/202
AMPARO LEGAL: Lei 14.133/21.

Tupanciretã, 16 de julho de 2026.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã

Publicado por:
Henrique da Silva Veron
Código Identificador:36037958

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO ADITIVO Nº 123/2026

CONTRATANTE: Município de Tupanciretã
CONTRATADA: Via Sul Terceirização de Serviços de Construção Civil Ltda
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 06/2026
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, correspondente ao período de 18 de julho de 2026 a 18 de outubro de 2026
MODALIDADE: Concorrência Eletrônica nº 12/2025
AMPARO LEGAL: Lei 14.133/21.

Tupanciretã, 16 de julho de 2026.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã

Publicado por:
Henrique da Silva Veron
Código Identificador:43D31822

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO ADITIVO Nº 124/2026

CONTRATANTE: Município de Tupanciretã
CONTRATADA: Previbras Soluções Industriais Ltda
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 111/2024
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias, correspondente ao período de 18 de julho de 2026 a 18 de setembro de 2026.
MODALIDADE: Concorrência Eletrônica nº 03/2024
AMPARO LEGAL: Lei 14.133/21.

Tupanciretã, 17 de julho de 2026.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã

Publicado por:
Henrique da Silva Veron
Código Identificador:324784C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO ADITIVO Nº 125/2026

CONTRATANTE: Município de Tupanciretã
CONTRATADA: Luana Rodrigues
OBJETO: Adequar a forma de pagamento prevista no contrato nº 116/2026
MODALIDADE: Inexigibilidade nº 017/2026
AMPARO LEGAL: Lei 14.133/21.

Tupanciretã, 17 de julho de 2026.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã

Publicado por:
Henrique da Silva Veron
Código Identificador:7F01A29F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO ADITIVO Nº 126/2026

CONTRATANTE: Município de Tupanciretã
CONTRATADA: Central Serviços Ltda
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 02/2026
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias, correspondente ao período de 23 de julho de 2026 a 23 de setembro de 2026
MODALIDADE: Concorrência Eletrônica nº 14/2025
AMPARO LEGAL: Lei 14.133/21

Tupanciretã, 22 de julho de 2026.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã

Publicado por:
Henrique da Silva Veron
Código Identificador:CF791BFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO ADITIVO Nº 127/2026

CONTRATANTE: Município de Tupanciretã
CONTRATADA: Coprel Telecom Ltda
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do contrato nº 144/2024
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, correspondente ao período de 01 de agosto de 2026 a 01 de agosto de 2027
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 24/2024
AMPARO LEGAL: Lei 14.133/21

Tupanciretã, 22 de julho de 2026.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã

Publicado por:
Henrique da Silva Veron
Código Identificador:638A1613

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO ADITIVO Nº 128/2026

CONTRATANTE: Município de Tupanciretã
CONTRATADA: Rádio Sociedade Tupanciretã Ltda
OBJETO: Alteração da Cláusula Primeira, item 1.1, do Contrato nº 068/2026
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 11/2026
AMPARO LEGAL: Lei 14.133/21

Tupanciretã, 13 de julho de 2026.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã

Publicado por:
Henrique da Silva Veron
Código Identificador:6BF0B3DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO ADITIVO Nº 129/2026

CONTRATANTE: Município de Tupanciretã
CONTRATADA: Gente Seguradora S/A
OBJETO: Incluído ao objeto do contrato mais 01 (um) veículo leves – automóveis, utilitários e picapes- para ser coberto por seguro
VALOR: R$ 328,84 (trezentos e vinte e oito reais e oitenta e quatro centavos)
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 49/2023
AMPARO LEGAL: Lei 8.666/93

Tupanciretã, 28 de julho de 2026.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã

Publicado por:
Henrique da Silva Veron
Código Identificador:71E436B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO ADITIVO Nº 130/2026

CONTRATANTE: Município de Tupanciretã
CONTRATADA: Coprel Telecom Ltda
OBJETO: Concedido o reajuste de valor do contrato nº 144/2024
VALOR: R$ 21.990,99 (vinte e um mil, novecentos e noventa reais e noventa e nove centavos) mensais
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 24/2024
AMPARO LEGAL: Lei 14.133/21

Tupanciretã, 28 de julho de 2026.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã

Publicado por:
Henrique da Silva Veron
Código Identificador:BB72002F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO ADITIVO Nº 131/2026

CONTRATANTE: Município de Tupanciretã
CONTRATADA: Via Sul Terceirização de Serviços de Construção Civil Ltda
OBJETO: supressão de quantitativos dos serviços integrantes do objeto do Contrato nº 006/2026 conforme planilha demonstrativa.
VALOR: R$ 28.661,98 (vinte e oito mil seiscentos e sessenta e um reais e noventa e oito centavos).
MODALIDADE: Concorrência Eletrônica nº 12/2025
AMPARO LEGAL: Lei 14.133/21.

Tupanciretã, 30 de julho de 2026.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã

Publicado por:
Henrique da Silva Veron
Código Identificador:34F7C814

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 220/2026

CONTRATANTE: Município de Tupanciretã
CONTRATADA: Aryanne Rodrigues Lima
OBJETO: Aquisição de materiais permanentes para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, com recursos provenientes de Emenda Parlamentar - Estrutura SUAS – GND 4.
VALOR TOTAL: R$ 2.679,00 (dois mil seiscentos e setenta e nove reais)
VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 90/2026
AMPARO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021

Tupanciretã, 07 de outubro de 2026.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã

Publicado por:
Henrique da Silva Veron
Código Identificador:7B4788CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 221/2026

CONTRATANTE: Município de Tupanciretã
CONTRATADA: Digiplus Tecnologia Ltda
OBJETO: Aquisição de materiais permanentes para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, com recursos provenientes de Emenda Parlamentar - Estrutura SUAS – GND 4.
VALOR TOTAL: R$ 547,50 (quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)
VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 90/2026
AMPARO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021

Tupanciretã, 07 de outubro de 2026.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã

Publicado por:
Henrique da Silva Veron
Código Identificador:628218B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 222/2026

CONTRATANTE: Município de Tupanciretã
CONTRATADA: Paulo C Martins Ltda

OBJETO: Aquisição de materiais permanentes para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, com recursos provenientes de Emenda Parlamentar - Estrutura SUAS – GND 4.
VALOR TOTAL: R$ 1.506,00 (um mil quinhentos e seis reais)
VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 90/2026
AMPARO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021

Tupanciretã, 07 de outubro de 2026.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã

Publicado por:
Henrique da Silva Veron
Código Identificador:120CAE93

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 223/2026

CONTRATANTE: Município de Tupanciretã
CONTRATADA: Rika Comercial de Produtos Governamentais Ltda
OBJETO Aquisição de materiais permanentes para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, com recursos provenientes de Emenda Parlamentar - Estrutura SUAS – GND 4.
VALOR TOTAL: R$ 870,00 (oitocentos e setenta reais)
VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 90/2026
AMPARO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021

Tupanciretã, 07 de outubro de 2026.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã

Publicado por:
Henrique da Silva Veron
Código Identificador:8E0A363F

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N.º 190/2026

EDITAL N.º 190/2026

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUPARENDI, no uso de suas atribuições legais, torna público a CONVOCAÇÃO dos (as) candidatos (as) abaixo nominados (as), para assumir **CONTRATO TEMPORÁRIO** com o Município de Tuparendi - RS, em atendimento ao **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO N.º 170/2026,** para a função de **ATENDENTE DA EDUCAÇÃO**, nos seguinte termos:

1. DOS PRAZOS:
Os CONVOCADOS ficam cientificados para comparecerem no Departamento de Pessoal do Município de Tuparendi, situado na Avenida Tucunduva, 2.617 – Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de Tuparendi-RS, no prazo de 02 (dois) dias, contados da publicação deste Edital, seja **19 e 20 de outubro**, podendo a pedido ser prorrogado por igual período.
O(a) candidato(a) convocado(a) que não comparecer no prazo determinado acima será considerado(a) desistente da vaga.

2. DOS DOCUMENTOS:
No ato da apresentação, o candidato deverá apresentar cópia dos seguintes documentos, juntamente com o documento original, para conferência:
a) Carteira de Identidade (RG);
b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
c) Título de Eleitor e Certidão de quitação eleitoral;
d) Quitação das obrigações militares (se do sexo masculino);
e) PIS ou PASEP;
f) Comprovante de Residência;
g) Documento que comprove seu estado civil (Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento);
h) Certidão de Nascimento acompanhada do Cartão de Vacina no caso de filhos menores de 14 anos;
i) Certidão Judicial Cível Negativa de 1° Grau e Certidão Judicial Criminal Negativa emitidas no endereço:<https://www.tjrs.jus.br/novo/processos-e-servicos/servicos-processuais/emissao-de-antecedentes-e-certidoes/>;
j) 01 (uma) foto 3x4 atual e colorida;
k) Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda com o recibo de entrega;
l) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
m) Declaração que não exerce outro cargo público, nos termos do art. 37, inciso XVI da CF/88, com firma reconhecida em cartório;
n) Número de conta salário junto ao Sicredi – agência Tuparendi.

3. DOS CONVOCADOS:

I- ATENDENTE DA EDUCAÇÃO

Nome do Candidato(a)	Pontuação	Classificação
MARIA ROSEMILDA NUNES	15	8º
ELENICE FAGUNDES BARBOSA	15	9º

Tuparendi-RS, 16 de outubro de 2026.

JULIO CESAR MATTIAZZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvia Naiara de Souza Borba
Código Identificador:C04B08B9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N.º 191/2026

EDITAL N.º 191/2026

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUPARENDI, no uso de suas atribuições legais, torna público a CONVOCAÇÃO dos (as) candidatos (as) abaixo nominados (as), para assumir **CONTRATO TEMPORÁRIO** com o Município de Tuparendi - RS, em atendimento ao **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO N.º 170/2026,** para a função de **ATENDENTE DA EDUCAÇÃO**, nos seguinte termos:

1. DOS PRAZOS:
Os CONVOCADOS ficam cientificados para comparecerem no Departamento de Pessoal do Município de Tuparendi, situado na Avenida Tucunduva, 2.617 – Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de Tuparendi-RS, no prazo de 02 (dois) dias, contados da publicação deste Edital, seja **19 e 20 de outubro**, podendo a pedido ser prorrogado por igual período.
O(a) candidato(a) convocado(a) que não comparecer no prazo determinado acima será considerado(a) desistente da vaga.

2. DOS DOCUMENTOS:
No ato da apresentação, o candidato deverá apresentar cópia dos seguintes documentos, juntamente com o documento original, para conferência:
a) Carteira de Identidade (RG);
b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
c) Título de Eleitor e Certidão de quitação eleitoral;
d) Quitação das obrigações militares (se do sexo masculino);
e) PIS ou PASEP;
f) Comprovante de Residência;

g) Documento que comprove seu estado civil (Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento);
h) Certidão de Nascimento acompanhada do Cartão de Vacina no caso de filhos menores de 14 anos;
i) Certidão Judicial Cível Negativa de 1° Grau e Certidão Judicial Criminal Negativa emitidas no endereço:<https://www.tjrs.jus.br/novo/processos-e-servicos/servicos-processuais/emissao-de-antecedentes-e-certidoes/>;
j) 01 (uma) foto 3x4 atual e colorida;
k) Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda com o recibo de entrega;
l) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
m) Declaração que não exerce outro cargo público, nos termos do art. 37, inciso XVI da CF/88, com firma reconhecida em cartório;
n) Número de conta salário junto ao Sicredi – agência Tuparendi.

3. DOS CONVOCADOS:

I- ATENDENTE DA EDUCAÇÃO

Nome do Candidato(a)	Pontuação	Classificação
CAROLINE GRÜNEICH DE OLIVEIRA	10	10º

Tuparendi-RS, 16 de outubro de 2026.

JULIO CESAR MATTIAZZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvia Naiara de Souza Borba
Código Identificador:D0E41717

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE VERDE

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AUTORIZAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO Nº 0136/2026 DISPENSA Nº 099/2026

AUTORIZAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO Nº 0136/2026
DISPENSA Nº 099/2026
RICARDO FROEMMING Prefeito Municipal de Vale Verde, no uso de suas atribuições que lhe são conferidos pela lei:
Considerando a necessidade de contratação de uma pessoa jurídica para a prestação de serviços de sonorização e iluminação para os eventos da programação do 30° aniversário do município, nos dias 17/10, 21/10 e dia 24/10/2026.
Considerando a escolha da escolhida que foi a empresa **DANIEL WEISS. CNPJ N° 05.845.884/0001-07**, porque apresentou o menor preço para contratação no valor total de R$ 29.700,00 (vinte e nove mil e setecentos reais), preço compatível com o de mercado.
Determino que o Setor de Licitações lavre o competente instrumento de contrato, e realize as publicações exigidas no art. 72, parágrafo único e art. 94, combinado com o art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.

Vale Verde, 16 de outubro de 2026.

RICARDO FROEMMING
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Wodarski
Código Identificador:713A8D01

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CONTRATO TEMPORÁRIO N° 044/2026

RICARDO FROEMMING, Prefeito Municipal de Vale Verde, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e à vista de resultados do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2026, realizado conforme disposições do Edital Nº 001/2026, de 23 de fevereiro de 2026, CONVOCA, para comparecer na Secretaria de Administração, Finanças, Indústria e Comércio, até o dia **20 de outubro de 2026, às 16 (dezesseis) horas**, o candidato a seguir relacionado e o respectivo cargo, para fins de Contratação Temporária, conforme disposto na Lei nº 411 de 24 de abril de 2002 e:
I – CARGO: AUXILIAR LIMPEZA (FAXINA E AFINS) – Conforme Lei n° 2.481 de 19 de fevereiro de 2026.
BIANCA MEURER – 5º LUGAR
III – DOCUMENTAÇÃO:
O ato de Contratação somente será efetivado mediante a apresentação dos seguintes documentos originais acompanhados de cópias legíveis:
1 – Carteira de Identidade;
2 – CPF;
3 – Certidão de nascimento ou casamento;
4 – Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso) e carteira de vacinação;
5 – Título de eleitor e comprovação de quitação eleitoral;
6 – Comprovante de quitação com as obrigações militares para candidatos do sexo masculino;
7 – Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
8 – Carteira de Trabalho e inscrição no PIS/PASEP;
9 – Exame médico comprovando boas condições de saúde física e mental;
10 – Declaração de exercício ou não de outro cargo, função ou emprego público, conforme modelo da Prefeitura Municipal;
11– Declaração de bens, conforme modelo da Prefeitura Municipal;
12– 01 (uma) foto 3x4, recente;
13 – Alvará de Folha Corrida;
14 – Conta bancária em agência do Banrisul;
15 – Declaração de dependentes;
16 – Comprovante de endereço residencial;
17 – Comprovante de inscrição no respectivo conselho de classe.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VALE VERDE, EM 16 DE OUTUBRO DE 2026.

RICARDO FROEMMING
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

NORTON GABRIEL STUMM
Secretário de Administração, Finanças, Indústria e Comércio

Publicado por:
Bruna Toillier de Souza
Código Identificador:4B2F7E9F

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 006/2026

EXTRATO TERMO DE FOMENTO 006/2026
Processo Administrativo 137/2026
Inexigibilidade 32/2026
Inexigibilidade de Chamamento Público

Objeto: O presente Termo de Fomento tem por objeto a formalização de parceria, mediante a execução do evento denominado "5° Rodeio do Rei e Rainha do Vale", que ocorrerá nos dias 23 a 25 de outubro, alusivo ao 30° Aniversário do município de Vale Verde/RS, evento este que integrará as festividades.
Organização da Sociedade Civil: **CTG RANCHO VELHO – CNPJ nº05.382.725/0001-05.**
Valor: R$7.000,00 (sete mil reais), conforme cronograma de desembolso.
Prazo: Por 45 (quarenta e cinco) dias.
Justificativa: Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014 e Lei Municipal n°2.534 de 15 de outubro de 2026.

Vale Verde, 16 de outubro de 2026.

RICARDO FROEMMING
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Wodarski
Código Identificador:916F8CB5

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº137/2026
INEXIGIBILIDADE Nº32/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº137/2026
INEXIGIBILIDADE Nº32/2026
Inexigibilidade de Chamamento Público
Objeto: Parceria com a OSC **CTG Rancho Velho – CNPJ nº 05.382.725/0001-05**.
Prazo: 45 dias;
Valor: R$ 7.000,00 (sete mil reais), conforme cronograma de desembolso.
Justificativa: Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014, Lei Municipal n°2.534 de 15 de outubro de 2026.

Vale Verde, 16 de outubro de 2026.

RICARDO FROEMMING
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Wodarski
Código Identificador:BD95DC7A

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal no uso14.133/2021 e suas alterações, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações do Município, resolve:

01 - Homologar e adjudicar a presente licitação nestes termos:
a) Modalidade: Chamada Pública

b) Número: 002/2026
c) Objetivo: Consiste o objeto a abertura de Chamamento Público para seleção de pessoas jurídicas especializadas no fornecimento de bebidas para o evento alusivo ao Aniversário do Municipio de Vale Verde, que ocorrerá nos dias 17 e 24 de outubro do corrente ano no ginásio 25 de Julho da Comunidade Evangélica e na Praça da Cultura, bem como, comercialização de bebida nos espaços abaixo descrito, sendo que a empresa deve contar com capacidade para, operacionalizar e administrar, sem ônus para a Administração.

d) Fornecedores e Itens:
CARLA L.B BATTU, CNPJ N°19.412.911/0001-54
itens vencedores: 1
no valor total de: r$ 1.000,00

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 dr Outubro DE 2026.

RICARDO FROEMMING
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Wodarski
Código Identificador:510F93BF

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 11.947/09 e Resolução FNDE nº. 26/13 e suas alterações, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações do Município, resolve:

01 - Homologar e adjudicar a presente licitação nestes termos:

a) Modalidade: Chamada Pública - PNAE

b) Número: 003/2026

c) Objetivo:
O Município de VALE VERDE/RS comunica aos interessados que está procedendo à CHAMADA PÚBLICA, para fins de habilitação dos fornecedores e recebimento das propostas de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, em conformidade com a Lei nº 11.947/09 e Resolução FNDE nº. 26/13. O prazo para a entrega dos envelopes será no período de 08 de outubro de 2026 a 16 de outubro de 2026, no horário das 08h às 12h, e das 13h e 00 min às 17h na Prefeitura Municipal de VALE VERDE, sito na Rua Frederico Trarbach, 655, Centro.

d) Fornecedores e Itens:
COOPERATIVA DÁLIA ALIMENTOS LTDA 89.305.239/0073-58
Itens Vencedores: 1, 2, 3
No valor total de: R$ 23.068,00

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de Outubro de 2026.

RICARDO FROEMMING
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Wodarski
Código Identificador:40C74400

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº031/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº031/2026

O Prefeito Municipal de Vale Verde, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, especialmente a Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, resolve:
01 – Homologar e ajustar a presente Inexigibilidade de licitação, nestes termos:
a) Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
b) Nº: 031/2026.
c) Objeto: Contratação da empresa para serviço de divulgação da semana do município de com inserções de transmissão durante o período de 19/10/2026 a 23/10/2026.
02 –EMPRESA CONTRATADA: RBS TV SANTA CRUZ LTDA, CNPJ n°: 90.705.690/0001-77.
3 - VALOR, PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PAGAMENTO:
O valor total das inserções de transmissões a serem contratadas é de **R$4.000,00 (quatro mil reais),** cujo pagamento será conforme Empenho.
4 - JUSTIFICATIVA
Justifica-se a contratação da RBS TV, em virtude da necessidade de divulgação do 30° aniversário do município que ocorrerá nos dias 22 a 25 de outubro de 2026, sendo este um evento significativo para o Município.
A escolha da RBS TV Santa Cruz se dá, sobretudo, por ser a única de canal aberto com grande abrangência e audiência no Município. A notoriedade do serviço desta empresa se dá pelo fato de ser um canal de televisão que veicula avisos e notícias de abrangência regional, além de alcançar o interior e cidades de todos os municípios, assim alcançando todos os públicos-alvo.
A divulgação em um canal de grande abrangência é de grande interesse público, uma vez que possibilita um alcance muito maior para o evento, atraindo mais turismo dentro no município durante o período e garantindo com que as festividades e demais atividades

programadas atinjam maior número de pessoas, tanto dentro como fora do município.

05 – Autorizar o empenho das despesas resultantes nas seguintes dotações orçamentárias:
05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA DESPORTO E TURISMO
2032 - APOIO E INCENTIVO ÀS ATIVIDADES TURISTICAS
3.3.90.39.00.00.00. SERVIÇOS TERCEIROS - PJ REC. 2500

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VALE VERDE, EM 15 DE OUTUBRO DE 2026.

RICARDO FROEMMING
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Wodarski
Código Identificador:22C7A303

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENÂNCIO AIRES

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RATIFICAÇÃO - CREDENCIAMENTO

O PREFEITO MUNICIPAL DE VENÂNCIO AIRES, RS, ratificou o pedido de credenciamento do requerente LUISA DIAS LTDA, por Inexigibilidade de Licitação, com base no Art. 79, da Lei nº 14.133/2.021, perante o Edital de Chamamento Público nº 001/2026, que tem por objeto credenciamento de Escolas de Educação Infantil pelo período de 01 (um) ano, para atendimento de crianças de 4 (quatro) meses a 03 (três) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias de idade, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, para aquisição de passagens aéreas para servidores do Município. Valores conforme o referido Edital.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16/10/2026.

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO 1028/2026 – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 011/2025. - O MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES e LUISA DIAS LTDA. Objeto "credenciamento de Escolas de Educação Infantil pelo período de 01 (um) ano, para atendimento de crianças de 4 (quatro) meses a 03 (três) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias de idade". Vigência: 31/05/2031. Valor: conforme edital. Data: 16/10/2026.

JARBAS DANIEL DA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatris Regina Vogel
Código Identificador:8634A917

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE SEGUNDA ALTERAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026

O MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES, RS, torna público, para o conhecimento dos interessados, que houve a alteração do edital em epígrafe, que tem por objeto registro de preços de serviços de desinsetização, desratização, expurgo de morcegos e limpeza com desinfecção de caixa d'água, conforme especificado no Edital. Assim sendo a sessão de abertura das propostas fica agendada para as 09 horas do dia 10/11/2026. Cópia da alteração e maiores informações poderão ser obtidas através da Internet, no sítio www.venancioaires.rs.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br, ou pelo fone (51) 2183-0299.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16/10/2026.

JARBAS DANIEL DA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatris Regina Vogel
Código Identificador:F8F085D1

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 072/2026

O MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES, RS, ratificou a Dispensa de Licitação nº 072/2026, com base no art. 75, inciso VIII da Lei 14.133/2021, que tem por objeto "Aquisição de gênero alimentício para atendimento imediato da alimentação escolar nas escolas de Educação Infantil, Fundamental e Filantrópicas do Município de Venâncio Aires/RS". Contratada: "KIRCH & SILVA LTDA.". Valor: R$ 9.695,00

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16/10/2026.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 077/2026

Partes: O MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES e KIRCH & SILVA LTDA. Edital: Dispensa de Licitação nº 072/2026. Objeto: quisição de gênero alimentício para atendimento imediato da alimentação escolar nas escolas de Educação Infantil, Fundamental e Filantrópicas do Município de Venâncio Aires/RS. Dotação: 05.02.12.365.0007.2022 – Manutenção alimentação Escolar - Creche. Valor: R$ 9.695,00. Vigência Contratual: 03 meses. Data da assinatura: 16/10/2026.

JARBAS DANIEL DA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatris Regina Vogel
Código Identificador:DDB11A58

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE CANCELAMENTO - PE 001/2026

O MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES e ARPL DISTRIBUIDORA LTDA. Cancelou-se unilateralmente a Ata de Registro de Preços, oriunda do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2026.

Gabinete do Prefeito Municipal em 16/10/2026.

JARBAS DANIEL DA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatris Regina Vogel
Código Identificador:1664C09C

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ
RESOLUÇÃO DA MESA Nº 20/2026, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Altera a Resolução de Mesa nº 01, de 27 de janeiro de 2026, para transferir o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES XANGRI-LÁ/RS, no uso desuas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso I da Lei Orgânica do Município, c/c os arts. 2º e 43, inciso III do Regimento Interno deste Legislativo,
RESOLVE:
Art. 1º A alínea "l" do inciso I do art. 1º da Resolução de Mesa nº 01, de 27 de janeiro de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:
"**l)** Dia 30 de outubro, sexta-feira, em substituição ao dia 28 de outubro, Dia do Servidor Público (ponto facultativo)."

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições da Resolução de Mesa nº 01, de 27 de janeiro de 2026, e suas alterações posteriores.
Art. 3º Esta Resolução de Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Xangri-Lá/RS, 13 de outibro de 2026.

Câmara de Vereadores de Xangri-Lá Érico de Souza Jardim - Xoto.

(Assinado Digitalmente)
CRISTÓVÃO W. RIBEIRO,
Presidente

(Assinado Digitalmente)
EDUARDO J. ALVES,
1º Secretário

(Assinado Digitalmente)
ALINE SILVA,
Vice-Presidente

(Assinado Digitalmente)
MARIANE LAVIEJA,
2º Secretária

Publicado por:
José Mengue Dos Santos
Código Identificador:6008E01F

PREV-XANGRI-LÁ
CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE

PORTARIA 025/2026	Concede **Pensão por Morte** de **FRANCISCO MILANO TORRES FERREIRA** em caráter vitalício a seu dependente **MARLI MATOS EUSEBIO,** com proventos mensais proporcionais em conformidade com a legislação vigente, a ser custeado pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Xangri-Lá - PREV-XANGRI-LÁ, a contar de 09 de agosto de 2026.
AMPARO LEGAL	Em conformidade com o art. 75, § 2º, inciso I da Lei Municipal n° 68 de fevereiro de 2014

BRUNA DOS SANTOS DICKSEN
Presidente PREV-XANGRI-LÁ

Publicado por:
Filipe Bakkar Reckers
Código Identificador:DED90BAD

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO NORDESTE DO RS

ADMINISTRAÇÃO - CIRENOR
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 409/2026

Certifico que foi realizado no dia 16/10/2026 o seguinte Termo Aditivo figurando como Contratante o CIRENOR e de outro lado o Contratado agora identificado:

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 409/2026 - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO NORDESTE – CIRENOR (RS) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAÚDE E CORRELATOS**.** Contratado: **CARDIOMED CLINICA MEDICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.545.436/0001-80,** firmam o presente ato conforme segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução de serviços técnicos - profissionais especializados, na ÁREA DA SAÚDE E CORRELATOS, aos usuários dos serviços de saúde dos municípios consorciados, a serem prestados pelo PRESTADOR CREDENCIADO ao CIRENOR, elencados em declaração anexa, com preços conforme tabela do CIRENOR:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PRODUTO	VALOR UNITÁRIO
04	CONSULTA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – CARDIOLOGIA	R$ 157,01
06	CONSULTA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – DERMATOLOGIA	R$ 157,01
26	CONSULTA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – VASCULAR	R$ 157,01
220	ECOCARDIOGRAFIA COM DOPPLER FETAL – COM LAUDO	R$ 271,73
221	ECOCARDIO TRANSTORÁCICA – ECOCARDIOGRAMA – COM LAUDO	R$ 282,61
222	ECODOPPLER ARTERIAL – COM LAUDO	R$ 223,96
223	ECODOPPLER DE CAROTIDAS+ VERTEBRAIS – COM LAUDO	R$ 223,96
227	ECODOPPLER VENOSO – COM LAUDO	R$ 223,96
395	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR – FIGADO / VESICULA OU VIAS BILIARES – COM LAUDO	R$ 101,53
396	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN TOTAL – COM LAUDO	R$ 122,48
399	ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL – COM LAUDO	R$ 101,53
401	ULTRASSONOGRAFIA DE HIPOCÔNDRIO DIREITO – COM LAUDO	R$ 101,53
402	ULTRASSONOGRAFIA DE ÓRGÃOS E ESTRUTURAS SUPERFICIAIS (PARTES MOLES)	R$ 101,53
404	ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA VIA ABDOMINAL – COM LAUDO	R$ 101,53
406	ULTRASSONOGRAFIA DE TIREOIDE – COM LAUDO	R$ 101,53
408	ULTRASSONOGRAFIA DO APARELHO URINÁRIO – COM LAUDO	R$ 85,41
409	ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DE TIREÓIDE	R$ 244,32
412	ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA GINECOLÓGICA – COM LAUDO	R$101,53
414	ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA TRANSVAGINAL – COM LAUDO	R$ 101,53
415	ULTRASSONOGRAFIA DAS AXILAS (BILATERAL) – COM LAUDO	R$ 101,53
416	ULTRASSONOGRAFIA DAS AXILAS (UNILATERAL) – COM LAUDO	R$ 50,76
417	ULTRASSONOGRAFIA MAMÁRIA (BILATERAL) – COM LAUDO	R$ 101,53
418	ULTRASSONOGRAFIA MAMÁRIA (UNILATERAL) – COM LAUDO	R$ 50,76
419	ECOCARDIOGRAMA COM STRESS FARMACOLÓGICO – COM LAUDO	R$ 548,10
421	ELETROCARDIOGRAMA – COM LAUDO	R$ 56,52
427	MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24 HORAS	R$ 100,48
428	MONITORAÇÃO AMBULATORIAL DE PRESSÃO ARTERIAL – (M.A.P.A) 48h	R$ 125,60
429	TESTE DE ESFORÇO OU ERGOMÉTRICO – COM LAUDO	R$ 125,60
VALOR TOTAL DA ATA R$ 4.222,58		

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O presente TERMO vigorará pelo prazo de até 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, com previsão de prorrogação mediante termo aditivo pelo prazo máximo estipulado na lei 14.133/2021.

E por estarem, as partes, justas e contratadas, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Sananduva – RS, 16 de outubro de 2026.

MARCIO CAPRINI
Presidente do CIRENOR

Publicado por:
Ulisses Cecchin
Código Identificador:B4AA1888

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2026

Objeto: Aquisição de equipamentos de TOPOGRAFIA para Regularização Fundiária, subsidiando ações de PLANEJAMENTO URBANO e ATUALIZAÇÃO CARTOGRÁFICA do município, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano – SMHDU.

O prazo de vigência do contrato será de 1 (um) ano a contar da data da última assinatura contratual.

Justificativa:
Atualmente, o município enfrenta dificuldades em garantir a execução precisa e eficiente das atividades de mapeamento e levantamento de áreas no município, a ausência desse serviço compromete diretamente o planejamento urbano, a Regularização Fundiária e o desenvolvimento de projetos de infraestrutura, uma vez que não há equipamentos qualificados disponíveis no quadro técnico da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano – SMHDU para realizar a demanda de tais levantamentos, prejudicando decisões estratégicas de urbanização e desenvolvimento local, principalmente nos projetos de Regularização Fundiária.

Critério de Julgamento pelo Tipo Menor Preço do Item

Site de realização da Sessão de Disputa de Preços: Portal de Compras Públicas - https://www.portaldecompraspublicas.com.br

Data de abertura e início da Sessão de Disputa de Preços: 04/09/2026, às 10:00 horas

Licitação exclusiva à participação de Microempresas - ME's e Empresas de Pequeno Porte – EPP's, conforme disposto no inciso I, do artigo 48, da Lei Complementar nº 123/2006.

Após analisados todos os atos e adjudicado e homologado o objeto referente ao Pregão Eletrônico nº 63/2026, informamos abaixo a empresa vencedora em relação ao mesmo, bem como, seus preços finais adjudicados e homologados:

NEWGEO CONSULTORIA E GEOTECNOLOGIA LTDA – CNPJ Nº 14.089.123/0001-55					
Item	**Produto/Descrição**	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	**KIT GNSS (RECEPTOR BASE + RECEPTOR ROVER + SOFTWARE)** - Equipamento de alta precisão para levantamentos topográficos e georreferenciamento, com Rádio Externo/Interno de longo alcance; - Deve possuir tecnologia RTK, suporte a múltiplas constelações de satélites (GPS, GLONASS, GALILEO e BEIDOU), conectividade (Bluetooth, Wi-Fi, 4G) e compatibilidade com softwares de geoprocessamento; - Utilização voltada a atividades de regularização fundiária, mapeamento urbano e projetos ambientais; - Requer Assistência Técnica, treinamento básico, atualização de FIRMWARE e garantia estendida (mínimo de 12 meses) devido ao alto valor e uso intensivo em campo; - Incluso treinamento operacional do aparelho; - O modelo deverá ter LASER integrado (trena laser) com 30 metros de alcance para medições de pontos inacessíveis e todos os acessórios necessários para a utilização do Kit GNSS. Kit deverá ser composto por: - Bastão; - Tripé; - Base nivelante com adaptador; - Estojo de transporte; - Manual em PORTUGUÊS; - Baterias recarregáveis e com bateria extra, além da inclusa no item; - Carregador da bateria; - Software de TOPOGRAFIA compatível com o Kit GNSS e com a coletora. (O SOFTWARE de campo instalado na coletora de dados serve para controlar o receptor GNSS/RTK, gerenciar sistemas de coordenadas, configurar conexões de rádio ou rede, e registrar pontos georreferenciados com precisão centimétrica para trabalhos de TOPOGRAFIA, GEORREFERENCIAMENTO e exportação de dados transformando as leituras brutas em formatos compatíveis com SOFTWARES de escritório em CAD ou SIG). Marca/Modelo: EBASE 20 / ESURVEY ERTK25	KIT	1	R$ 31.775,00	R$ 31.775,00

Valor Total Homologado do Processo Licitatório: R$ 31.775,00 (trinta e um mil, setecentos e setenta e cinco reais).

Desconto relativo ao valor total homologado, em comparação ao valor total estimado em edital para o objeto: 34,94% (trinta e quatro, vírgula, noventa e quatro por cento).

Conforme Proposta Financeira, CATÁLOGO e FICHA TÉCNICA referentes ao produto proposto, documentos de habilitação e declarações apresentados pela empresa declarada vencedora em relação ao objeto, anexados aos autos referentes ao Processo Administrativo nº 17668/2026, HOMOLOGO o presente Pregão Eletrônico nº 63/2026, obedecendo as disposições e normas contidas e estipuladas na Lei Federal nº 14.133/2021, em 14 de outubro, do ano de 2026.

Registre-se e publique-se.

Alvorada/RS, 14 de outubro de 2026.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Vanessa Lamb Finger
Código Identificador:4CC63D47

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Processo eletrônico no: 31483/2025
Núcleo: Loteamento Vila Santa Bárbara

O Município de Alvorada, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº88.000.906/0001-57, no uso das suas atribuições conferidas pela Lei Federal no 13465/2017, por meio da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, neste ato representada pela Secretária de Habitação, Cíntia Ribeiro da Silva, Portarias 023/2025 e 054/2025, conforme autorizado pela IN 01, de 13/06/2025:

Segue a **décima lista da CRF**, em complemento à anteriormente publicada no Diário Oficial, sendo esta referente à edição de 12/02/2026.

TÍTULO	LOTE	QUADRA	MATRÍCULA	ÁREA m²	NOME	CPF	PROCESSO
122/2026	3	G	58588	197.90	Mário Linck de Souza	XXX.XXX.XXX-15	64067/2025
122/2026	3	G	58588	197.90	Eva Anastacio dos Santos de Souza	XXX.XXX.XXX-66	64067/2025
123/2026	15-A	Y	59112	259,1	Cleonice Meireles dos Reis	XXX.XXX.XXX-49	29644/2026
123/2026	15-A	Y	59112	259,1	Everton Luis Santos de Oliveira	XXX.XXX.XXX-68	29644/2026
124/2026	9	Y	59105	157,8	Elis Cristiane Britto Ganzer	XXX.XXX.XXX-91	47564/2026
125/2026	21 / 22	S	59011	253,6	Marino Gilberto de Freitas	XXX.XXX.XXX-34	48293/2026
126/2026	26	M	58805	174,5	Mara Janice dos Santos Rodrigues	XXX.XXX.XXX-81	75667/2025
126/2026	26	M	58805	174,5	Valdeci Dorneles Rodrigues	XXX.XXX.XXX-04	75667/2025
127/2026	2	U	59064	161,8	Espólio de Antonio Élio Dias Amarilho	XXX.XXX.XXX-59	63327/2025
128/2026	35	Z	59164	175,1	Espólio de Vitor de Oliveira Almeida	XXX.XXX.XXX-15	46784/2026
129/2026	23	H	58650	182,9	Cleuza dos Santos Soares	XXX.XXX.XXX-49	61115/2026
130/2026	12	H	58639	181,1	Francisco Teobaldo Barreto	XXX.XXX.XXX-63	26504/2026
130/2026	12	H	58639	181,1	Maria Veronica Barreto	XXX.XXX.XXX-37	26504/2026
131/2026	3	A	58445	200,8	Ordalia Maria Vianna Nunes	XXX.XXX.XXX-04	67173/2025

CINTIA RIBEIRO DA SILVA
Secretária Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano
SMHDU Portarias 023/2025 e 054/2025

Publicado por:
Fábio Martins
Código Identificador:C306B206

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA 52

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, sito à Rua da Republica, nº 96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das propostas apresentadas no processo administrativo nº 964/2026 do **Pregão Eletrônico SRP Nº 16 /2026,** tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS da empresa: **AJP COMÉRCIO ATACADO E VAREJO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 36.047.635/0001-91, localizada na Rua Bom Fim Alto, nº 4603, Sala 02, Bairro Bom Fim Alto, Bom Princípio/RS, CEP 95.765-000, participante da licitação, por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir:

1. OBJETO
1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão ele nº16/2026, ofertados no certame licitatório.
1.1.2. A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis)meses, com garantia total sobre problemas de fabricação devidamente comprovada, contados a partir da data de entrega definitiva junto ao município excetuando-se os que possam ocorrer de acidentes ou por operação imprópria.
2. VALIDADE
2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.
2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.
2.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, com fulcro no Art. 136 da Lei 14.133/2021.

3. CONTRATO
3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS

4.1 Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar na licitação são devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

AJP COMERCIO ATACADO E VAREJO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI					
Item	**Quant**	**UN**	**Descrição**	**Marca**	**Valor Unitário**
12	100,00	UN	CABO EXTENSOR PARA LIMPEZA, DO TIPO TELESCÓPICO, COM DOIS ESTÁGIOS DE 1,5M, EM ALUMÍNIO, LEVE E RESISTENTE, COM ROSCA UNIVERSAL PARA RODOS E VASSOURAS	BETTANIN	26,00
26	50,00	UN	Escova Oval De Madeira Multiuso Com Cerdas De Nylon. Dimensões minimas: 12 cm x 6 cm x 4 cm	KR	2,19
27	500,00	UN	Escova Sanitária sem suporte. Corpo em Plástico; Cerdas em Nylon. Escova utilizada na limpeza de vaso sanitário. Dimensões minimas: 7x31x7.	ELITE	5,79
34	250,00	UN	Isqueiro a gás , tamanho grande, acende 3000 vezes cores sortidas, produto deve certificado conforme NORMA ABNT NBR ISO 9994:2006.	CHAMA	2,29
39	1.200,00	UN	LUVAS DE LÁTEX FORRADA GROSSA, CANO LONGO, ANTIDERRAPANTE, TAMANHO P, EMBALAGEM COM UM PAR DE LUVAS, COR AZUL	VABENE	2,99
40	1.200,00	UN	LUVAS DE LÁTEX FORRADA GROSSA, CANO LONGO, ANTIDERRAPANTE, TAMANHO M, EMBALAGEM COM UM PAR DE LUVAS, COR AZUL	VABENE	3,87
41	1.200,00	UN	LUVAS DE LÁTEX FORRADA GROSSA, CANO LONGO, ANTIDERRAPANTE, TAMANHO G, EMBALAGEM COM UM PAR DE LUVAS, COR AZUL	VABENE	2,99
49	100,00	UN	Pá p/lixo: produzida em plástico, com Borracha na extremidade para adaptação no piso.Com articulação entre o cabo e a pá, deixando travado para uso e destravado para pendurar; medidas mínimas 12 x 30x 100 cm	PRÓPRIO	4,43
62	50,00	UN	ESPUMA DE NO MÍNIMO 40CM PARA RODO DE CABO REDONDO COM CABO EM MADEIRA COM NO MÍNIMO 1,20M DE CABO	PRÓPRIO	10,00
76	100,00	UN	TAPETE 100% ALGODÃO ANTIDERRAPANTE, COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 50X70 CM, CORES ESCURAS	TEXTIL	22,20
79	500,00	UN	TOALHA DE ROSTO FELPUDA, COSTURADA, COR ESCURA, TAMANHO MINIMO 48X80 CM, GRAMATURA MÍNIMA DE 350G/M²	TEXTIL	7,14
80	500,00	UN	Toalhas de Banho Algodão Felpuda 67x135cm, cor escura	TEXTIL	13,50
TOTAL DO FORNECEDOR				31.480,00	

5. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada será feita, mediante ordem de compra/fornecimento ou nota de empenho,

5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02(dois) dias úteis da data marcada para o fornecimento.

5.3 O Objeto deverá ser entregue e descarregados no seguinte endereço:

Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, **no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas**

O prazo para entrega do objeto será da seguinte forma:

Até 20 (vinte) dias, mediante nota de empenho, **contados da data de solicitação e/ou a partir da data que será estabelecida na Ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.**

5.3.1.2. A critério da Administração, a entrega dos produtos poderá se dar em outro endereço , mediante aviso prévio a Contratada.

5.4 A contratada deverá enviar ao OG, até o quinto dia de cada mês, a relação completa dos itens com a respectiva quantidade, adquiridos por OP no mês anterior.

5.5 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.

5.6 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:

a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e

b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.

5.7 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado contra empenho em até 05 (cinco) dias uteis, após a entrega do objeto, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.

Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;

b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;

c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;

e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;

6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.

6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitos por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS PENALIDADES

7.1 Os bens/serviços que vierem a ser contratados **deverão ser realizados e entregues em até em até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de solicitação e/ou da Ordem de serviço e/ou nota de empenho**, sob pena de:
7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021, pelas seguintes infrações:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência e multa 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
c) dar causa à inexecução total do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireto pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
m) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras art. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
7.3. As sanções aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no item 7.2 são as previstas no Art.156, da Lei 14133/2021 sendo as seguintes:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valordo objeto licitado ou contratado;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
7.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.
7.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.
7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
7.7. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
7.8. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
7.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
7.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b) pagamento da multa;
c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
7.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 7.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

7.15 As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO
8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.
8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.
8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.
9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.
10. FORO
10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana - RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E, assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 08 de Outubro de 2026

SÉRGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

AJP COMÉRCIO ATACADO E VAREJO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
CNPJ Nº 36.047.635/0001-91

Publicado por:
Rubia Klamt
Código Identificador:F6BDFDEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA 53

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, sito à Rua da Republica, nº 96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das propostas apresentadas no processo administrativo nº 964/2026 do **Pregão Eletrônico SRP Nº 16 /2026,** tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS da empresa: **CAMPOS SOLUÇÕES ATACADISTAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 60.915.736/0001-11, localizada na Rodovia BR-282, nº S/N, Brcão 01A, Bairro Indios, Lages/SC, CEP 88.508-650, participante da licitação, por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir:

1. OBJETO
1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão ele nº16/2026, ofertados no certame licitatório.
1.1.2. A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis)meses, com garantia total sobre problemas de fabricação devidamente comprovada, contados a partir da data de entrega definitiva junto ao município excetuando-se os que possam ocorrer de acidentes ou por operação imprópria.
2. VALIDADE
2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.
2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.
2.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, com fulcro no Art. 136 da Lei 14.133/2021.

3. CONTRATO
3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS
4.1 Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar na licitação são devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

CAMPOS SOLUCOES ATACADISTAS LTDA					
Item	**Quant**	**UN**	**Descrição**	**Marca**	**Valor Unitário**
14	3.500,00	PAC	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL 200ML NA COR TRANSLUCIDA PACOTE 100 UNIDADES	IBRAS	3,81
TOTAL DO FORNECEDOR					13.335,00

5. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:
5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada será feita, mediante ordem de compra/fornecimento ou nota de empenho,
5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02(dois) dias úteis da data marcada para o fornecimento.
5.3 O Objeto deverá ser entregue e descarregados no seguinte endereço:
Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, **no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas**
O prazo para entrega do objeto será da seguinte forma:
Até 20 (vinte) dias, mediante nota de empenho, **contados da data de solicitação e/ou a partir da data que será estabelecida na Ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.**
5.3.1.2. A critério da Administração, a entrega dos produtos poderá se dar em outro endereço , mediante aviso prévio a Contratada.
5.4 A contratada deverá enviar ao OG, até o quinto dia de cada mês, a relação completa dos itens com a respectiva quantidade, adquiridos por OP no mês anterior.
5.5 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.
5.6 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:
a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e
b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.
5.7 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado contra empenho em até 05 (cinco) dias uteis, após a entrega do objeto, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.
Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;
b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;
c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;
e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;
6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.
6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitos por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS PENALIDADES
7.1 Os bens/serviços que vierem a ser contratados **deverão ser realizados e entregues em até em até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de solicitação e/ou da Ordem de serviço e/ou nota de empenho**, sob pena de:
7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021, pelas seguintes infrações:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência e multa 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
c) dar causa à inexecução total do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireto pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
m) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras art. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
7.3. As sanções aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no item 7.2 são as previstas no Art.156, da Lei 14133/2021 sendo as seguintes:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valordo objeto licitado ou contratado;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
7.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.
7.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.
7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
7.7. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
7.8. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
7.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
7.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b) pagamento da multa;
c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
7.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 7.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
7.15 As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO
8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.
8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.
8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.
9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.
10. FORO
10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana - RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E,

assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 08 de Outubro de 2026

SÉRGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

CAMPOS SOLUÇÕES ATACADISTAS LTDA
CNPJ Nº 60.915.736/0001-11

Publicado por:
Rubia Klamt
Código Identificador:E38BE24D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA 54

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, sito à Rua da Republica, nº 96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das propostas apresentadas no processo administrativo nº 964/2026 do **Pregão Eletrônico SRP Nº 16 /2026,** tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS da empresa: **CHSF DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 62.234.180/0001-23, localizada na Rua Rodrigues Alves, nº 2714, Bairro Jardim Petrópolis, Umuarama/PR, CEP 87.506-080, participante da licitação, por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir:

1. OBJETO
1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão ele nº16/2026, ofertados no certame licitatório.
1.1.2. A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis)meses, com garantia total sobre problemas de fabricação devidamente comprovada, contados a partir da data de entrega definitiva junto ao município excetuando-se os que possam ocorrer de acidentes ou por operação imprópria.
2. VALIDADE
2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.
2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.
2.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, com fulcro no Art. 136 da Lei 14.133/2021.

3. CONTRATO
3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS
4.1 Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar na licitação são devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

CHSF DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA					
Item	**Quant**	**UN**	**Descrição**	**Marca**	**Valor Unitário**
78	220,00	UN	TOALHA DE BANHO, TECIDO FELPUDO 100% ALGODÃO, MEDIDA APROXIMADA 70 X130 CM, COR BRANCA., GRAMATURA MÍNIMA DE 350G/M²	GUABI	14,14
TOTAL DO FORNECEDOR				3.110,80	

5. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:
5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada será feita, mediante ordem de compra/fornecimento ou nota de empenho,
5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02(dois) dias úteis da data marcada para o fornecimento.
5.3 O Objeto deverá ser entregue e descarregados no seguinte endereço:
Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, **no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas**
O prazo para entrega do objeto será da seguinte forma:
Até 20 (vinte) dias, mediante nota de empenho, **contados da data de solicitação e/ou a partir da data que será estabelecida na Ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.**
5.3.1.2. A critério da Administração, a entrega dos produtos poderá se dar em outro endereço , mediante aviso prévio a Contratada.
5.4 A contratada deverá enviar ao OG, até o quinto dia de cada mês, a relação completa dos itens com a respectiva quantidade, adquiridos por OP no mês anterior.
5.5 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.
5.6 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:
a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e
b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.
5.7 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado contra empenho em até 05 (cinco) dias uteis, após a entrega do objeto, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.
Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;
b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;
c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;
e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;
6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.
6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitos por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS PENALIDADES
7.1 Os bens/serviços que vierem a ser contratados **deverão ser realizados e entregues em até em até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de solicitação e/ou da Ordem de serviço e/ou nota de empenho**, sob pena de:
7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021, pelas seguintes infrações:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência e multa 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
c) dar causa à inexecução total do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireto pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
m) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras art. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
7.3. As sanções aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no item 7.2 são as previstas no Art.156, da Lei 14133/2021 sendo as seguintes:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valordo objeto licitado ou contratado;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
7.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.
7.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.
7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
7.7. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.8. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea "b", do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
7.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
7.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b) pagamento da multa;
c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
7.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 7.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
7.15 As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO
8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.
8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.
8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.
9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.
10. FORO
10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana - RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E, assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 08 de Outubro de 2026

SÉRGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

CHSF DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA
CNPJ Nº 62.234.180/0001-23

Publicado por:
Rubia Klamt
Código Identificador:90212CEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA 55

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, sito à Rua da Republica, nº 96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das propostas apresentadas no processo administrativo nº 964/2026 do **Pregão Eletrônico SRP Nº 16 /2026,** tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS da empresa: **DUQUE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 58.873.271/0001-31, localizada na Rua Israel D, nº 400, anexo 01, Bairro Santa Maria, Chapecó/SC, CEP 89.812-500, participante da licitação, por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir:

1. OBJETO

1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão ele nº16/2026, ofertados no certame licitatório.
1.1.2. A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis)meses, com garantia total sobre problemas de fabricação devidamente comprovada, contados a partir da data de entrega definitiva junto ao município excetuando-se os que possam ocorrer de acidentes ou por operação imprópria.
2. VALIDADE
2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.
2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.
2.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, com fulcro no Art. 136 da Lei 14.133/2021.

3. CONTRATO
3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS
4.1 Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar na licitação são devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

DUQUE EMBALAGENS LTDA					
Item	**Quant**	**UN**	**Descrição**	**Marca**	**Valor Unitário**
9	50,00	RL	Bobina de sacos plasticos picotado, capacidade 5 kg, rolo contendo 100 unidades, no tamanho mínimo de 27x42x0,02cm. Bobina de saco plástico picotado para alimentos própria para colocação de alimentos em freezer e micro-ondas.	safira	4,80
10	50,00	RL	Bobina saco plastico picotado, capacidade 3 litros, rolo contendo 100 unidades cada, tamanho mínimo de 23 X 36, para armazenar alimentos em freezer e micro-ondas.	safira	3,80
TOTAL DO FORNECEDOR					430,00

5. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:
5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada será feita, mediante ordem de compra/fornecimento ou nota de empenho,
5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02(dois) dias úteis da data marcada para o fornecimento.
5.3 O Objeto deverá ser entregue e descarregados no seguinte endereço:
Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, **no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas**
O prazo para entrega do objeto será da seguinte forma:
Até 20 (vinte) dias, mediante nota de empenho, **contados da data de solicitação e/ou a partir da data que será estabelecida na Ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.**
5.3.1.2. A critério da Administração, a entrega dos produtos poderá se dar em outro endereço , mediante aviso prévio a Contratada.
5.4 A contratada deverá enviar ao OG, até o quinto dia de cada mês, a relação completa dos itens com a respectiva quantidade, adquiridos por OP no mês anterior.
5.5 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.
5.6 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:
a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e
b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.
5.7 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado contra empenho em até 05 (cinco) dias uteis, após a entrega do objeto, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.
Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;
b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;
c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;
e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;
6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.
6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitos por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS PENALIDADES
7.1 Os bens/serviços que vierem a ser contratados **deverão ser realizados e entregues em até em até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de solicitação e/ou da Ordem de serviço e/ou nota de empenho**, sob pena de:
7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021, pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência e multa 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
c) dar causa à inexecução total do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireto pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
m) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras art. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
7.3. As sanções aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no item 7.2 são as previstas no Art.156, da Lei 14133/2021 sendo as seguintes:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valordo objeto licitado ou contratado;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
7.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.
7.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.
7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
7.7. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
7.8. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
7.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
7.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b) pagamento da multa;
c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
7.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 7.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
7.15 As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO

8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.
8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.
8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.
9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.
10. FORO
10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana - RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E, assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 08 de Outubro de 2026

SÉRGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

DUQUE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA
CNPJ Nº 58.873.271/0001-31

Publicado por:
Rubia Klamt
Código Identificador:5F86BAD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA 56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, sito à Rua da Republica, nº 96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das propostas apresentadas no processo administrativo nº 964/2026 do **Pregão Eletrônico SRP Nº 16 /2026,** tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS da empresa: **DORNELLES DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 30.809.055/0001-08, localizada na Rua Professora Odete Correa Schuch, nº 40, Sala 02, Bairro Lomba Grande, Novo Hamburgo/RS, CEP 93.490-284, participante da licitação, por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir:

1. OBJETO
1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão ele nº16/2026, ofertados no certame licitatório.
1.1.2. A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis)meses, com garantia total sobre problemas de fabricação devidamente comprovada, contados a partir da data de entrega definitiva junto ao município excetuando-se os que possam ocorrer de acidentes ou por operação imprópria.
2. VALIDADE
2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.
2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.
2.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, com fulcro no Art. 136 da Lei 14.133/2021.

3. CONTRATO
3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS
4.1 Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar na licitação são devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

DORNELLES DISTRIBUIDORA LTDA					
Item	**Quant**	**UN**	**Descrição**	**Marca**	**Valor Unitário**
69	400,00	UN	SACO PARA LIXO HOSPITALAR BRANCO, COM IDENTIFICAÇÃO DE "SUBSTÂNCIA INFECTANTE" COM CAPACIDADE DE ; 30L; EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	Descarbox	14,95

TOTAL DO FORNECEDOR	5.980,00

5. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:
5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada será feita, mediante ordem de compra/fornecimento ou nota de empenho,
5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02(dois) dias úteis da data marcada para o fornecimento.
5.3 O Objeto deverá ser entregue e descarregados no seguinte endereço:
Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, **no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas**
O prazo para entrega do objeto será da seguinte forma:
Até 20 (vinte) dias, mediante nota de empenho, **contados da data de solicitação e/ou a partir da data que será estabelecida na Ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.**
5.3.1.2. A critério da Administração, a entrega dos produtos poderá se dar em outro endereço , mediante aviso prévio a Contratada.
5.4 A contratada deverá enviar ao OG, até o quinto dia de cada mês, a relação completa dos itens com a respectiva quantidade, adquiridos por OP no mês anterior.
5.5 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.
5.6 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:
a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e
b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.
5.7 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado contra empenho em até 05 (cinco) dias uteis, após a entrega do objeto, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.
Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;
b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;
c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;
e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;
6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.
6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitos por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS PENALIDADES
7.1 Os bens/serviços que vierem a ser contratados **deverão ser realizados e entregues em até em até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de solicitação e/ou da Ordem de serviço e/ou nota de empenho**, sob pena de:
7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021, pelas seguintes infrações:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência e multa 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
c) dar causa à inexecução total do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireto pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
m) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras art. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
7.3. As sanções aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no item 7.2 são as previstas no Art.156, da Lei 14133/2021 sendo as seguintes:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valordo objeto licitado ou contratado;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
7.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.
7.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.
7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
7.7. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
7.8. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
7.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
7.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b) pagamento da multa;
c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
7.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 7.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
7.15 As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO
8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.
8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.
8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.
9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.
10. FORO
10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana - RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E, assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 08 de Outubro de 2026

SÉRGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

DORNELLES DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ Nº 30.809.055/0001-08

Publicado por:
Rubia Klamt
Código Identificador:02E4C368

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA 57

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, sito à Rua da Republica, nº 96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das propostas apresentadas no processo administrativo nº 964/2026 do **Pregão Eletrônico SRP Nº 16 /2026,** tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS da empresa: **GLOBAL SOLUTION IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 51.945.754/0001-55, localizada na Rua Gov. Vilson Pedro Kleinubing, nº 912, Sala 02, Bairro Industrial, Nova Erechim/SC, CEP 89.865-000, participante da licitação, por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir:

1. OBJETO
1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão ele nº16/2026, ofertados no certame licitatório.
1.1.2. A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis)meses, com garantia total sobre problemas de fabricação devidamente comprovada, contados a partir da data de entrega definitiva junto ao município excetuando-se os que possam ocorrer de acidentes ou por operação imprópria.
2. VALIDADE
2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.
2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.
2.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, com fulcro no Art. 136 da Lei 14.133/2021.

3. CONTRATO
3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS
4.1 Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar na licitação são devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

GLOBAL SOLUTION IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA					
Item	**Quant**	**UN**	**Descrição**	**Marca**	**Valor Unitário**
75	300,00	UN	Saponáceo liquido com detergente embalagem em frasco de 300ml. Composição do material Linear Alquibenzeno Sulfonato de Sódio, Coadjuvantes, Espessante, Alcalinizantes, Abrasivo, Conservante, Fragrância e Veículo	glamour	3,19
TOTAL DO FORNECEDOR				957,00	

5. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:
5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada será feita, mediante ordem de compra/fornecimento ou nota de empenho,
5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02(dois) dias úteis da data marcada para o fornecimento.
5.3 O Objeto deverá ser entregue e descarregados no seguinte endereço:
Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, **no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas**
O prazo para entrega do objeto será da seguinte forma:
Até 20 (vinte) dias, mediante nota de empenho, **contados da data de solicitação e/ou a partir da data que será estabelecida na Ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.**
5.3.1.2. A critério da Administração, a entrega dos produtos poderá se dar em outro endereço , mediante aviso prévio a Contratada.
5.4 A contratada deverá enviar ao OG, até o quinto dia de cada mês, a relação completa dos itens com a respectiva quantidade, adquiridos por OP no mês anterior.
5.5 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.
5.6 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:
a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e
b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.
5.7 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado contra empenho em até 05 (cinco) dias uteis, após a entrega do objeto, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.

Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;

b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;

c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;

e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;

6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.

6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitos por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS PENALIDADES

7.1 Os bens/serviços que vierem a ser contratados **deverão ser realizados e entregues em até em até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de solicitação e/ou da Ordem de serviço e/ou nota de empenho**, sob pena de:

7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021, pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência e multa 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

c) dar causa à inexecução total do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireto pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.

m) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras art. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.

7.3. As sanções aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no item 7.2 são as previstas no Art.156, da Lei 14133/2021 sendo as seguintes:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valordo objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

7.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.8. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
7.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
7.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b) pagamento da multa;
c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
7.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 7.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
7.15 As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO
8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.
8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.
8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.
9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.
10. FORO
10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana - RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E, assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 08 de Outubro de 2026

SÉRGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

GLOBAL SOLUTION IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ Nº 51.945.754/0001-55

Publicado por:
Rubia Klamt
Código Identificador:0EF0E8FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA 58

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, sito à Rua da Republica, nº 96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das propostas apresentadas no processo administrativo nº 964/2026 do **Pregão Eletrônico SRP Nº 16 /2026,** tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS da empresa: **HIGICLEAN PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 10.899.548/0001-79, localizada na Rua Vereador Edmundo Prante, nº 452, centro, Quinze de Novembro/RS, CEP 98.230-000, participante da licitação, por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir:

1. OBJETO
1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão ele nº16/2026, ofertados no certame licitatório.

1.1.2. A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis)meses, com garantia total sobre problemas de fabricação devidamente comprovada, contados a partir da data de entrega definitiva junto ao município excetuando-se os que possam ocorrer de acidentes ou por operação imprópria.
2. VALIDADE
2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.
2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.
2.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, com fulcro no Art. 136 da Lei 14.133/2021.

3. CONTRATO
3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS
4.1 Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar na licitação são devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

HIGICLEAN PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA					
Item	**Quant**	**UN**	**Descrição**	**Marca**	**Valor Unitário**
1	3.000,00	UN	Água sanitária, embalagem de 1 litro, c/cloro, ativo, alvejante, desinfetante e bactericida. Composição: quantidade de cloro ativo em cada embalagem de 20 g a 25 g, Hidróxido de Sódio, Carbonato de Cálcio e água; Princípio Ativo: Hipoclorito de Sódio.	HIGICLEAN	2,00
4	400,00	UN	Amaciante de roupa, liquido, concentrado , 500 ml, frasco rosqueável com tampa dosadora, com rendimento de até 20 lavagens	HIGICLEAN	3,70
15	100,00	UN	Desengordurante (desentupidor de pias e ralos) 1000 ml, Composição: Tensoativo aniônico, biodegradável, coadjuvante, corante e água. Princípio ativo: Tensoativos.	HIGICLEAN	7,50
16	2.500,00	UN	Desengordurante spray líquido p/cozinha min 500ml, em frasco. Composição – Princípio Ativo: Álcool Etoxilado. Princípio Ativo, Solvente (Dipropileno glicol n-butil éter), Tensoativo Aniônico (Laurato de Sódio), 1,2 Benzotiazolin-3-ona, Atenuador de Espuma, Agente de Controle de pH, Corante, Fragrância e Água.	HIGICLEAN	2,64
18	1.000,00	UN	DESINFETANTE DE USO GERAL INDICADO PARA LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE PISOS, AZULEJOS, VASOS SANITÁRIOS, RALOS, PIAS E DEMAIS SUPERFÍCIES LAVÁVEIS. PRODUTO LÍQUIDO, COM AÇÃO BACTERICIDA, CAPAZ DE ELIMINAR BACTÉRIAS, GERMES E FUNGOS. COMPOSIÇÃO CONTENDO PRINCÍPIO ATIVO À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO OU EQUIVALENTE, TENSOATIVO, CONSERVANTE, SEQUESTRANTE, FRAGRÂNCIA, CORANTE E ÁGUA. EMBALAGEM DE 1 LITRO, RESISTENTE, LACRADA E DEVIDAMENTE ROTULADA. FRAGRÂNCIA: LAVANDA.	HIGICLEAN	2,23
19	1.000,00	UN	DESINFETANTE DE USO GERAL INDICADO PARA LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE PISOS, AZULEJOS, VASOS SANITÁRIOS, RALOS, PIAS E DEMAIS SUPERFÍCIES LAVÁVEIS. PRODUTO LÍQUIDO, COM AÇÃO BACTERICIDA, CAPAZ DE ELIMINAR BACTÉRIAS, GERMES E FUNGOS. COMPOSIÇÃO CONTENDO PRINCÍPIO ATIVO À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO OU EQUIVALENTE, TENSOATIVO, CONSERVANTE, SEQUESTRANTE, FRAGRÂNCIA, CORANTE E ÁGUA. EMBALAGEM DE 1 LITRO, RESISTENTE, LACRADA E DEVIDAMENTE ROTULADA. FRAGRÂNCIA: LIMÃO.	HIGICLEAN	2,24
22	2.000,00	L	DETERGENTE AUTOMOTIVO ALCALINO DESENGRAXANTE PARA CHASSIS	HIGICLEAN	2,80
23	2.000,00	L	DETERGENTE AUTOMOTIVO PARA LATARIA (METACIL)	HIGICLEAN	2,80
35	300,00	UN	LAVA ROUPAS LÍQUIDO, PARA ROUPAS COLORIDAS E BRANCAS, 5L	HIGICLEAN	7,49
36	400,00	UN	Limpa Vidros Pulverizador – frasco com no minimo 500ml, com gatilho. Composição Lauril éter sulfato de sódio, tensoativo não iônico, solvente, coadjuvantes, fragrância e água.	HIGICLEAN	3,10
47	2.000,00	UN	MULTIUS0 LIMPEZA PESADA COM CLORO ATIVO, FRASCO DE 1 LT • Ideal para superfícies como: azulejos, esmaltados, fórmica, vidros, cerâmica, acrílicos, ladrilhos, pisos, louças de banheiro, metais, inox, plásticos e superfícies laváveis • Capaz de remover sujeiras como: fuligem, óleo, poeira, barro, gordura da cozinha, gordura corporal, graxa, marcas de sapato, óleo, poeira • Fragrância: cloro ativo Composição: Ingrediente Ativo, Lauril Éter Sulfato de Sódio, Lauramina Oxida, Alcalinizante, Corante, Fragrância e Água	HIGICLEAN	4,80
48	600,00	UN	MULTIUSO PERFUMADO COM BICARBONATO + ÁLCOOL . Ideal para pias de cozinhas, geladeiras, fogões, pias de banheiro e outras superfícies laváveis. Embalagem com 1L	HIGICLEAN	5,90
65	200,00	UN	SABÃO LÍQUIDO CONCENTRADO, FRASCO DE 500 ML COR BRANCO, PARA DILUIR, RENDE 3 LITROS. REMOVE MANCHAS. COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFANATO DE SÓDIO, ALCOOL ETOXILADO, TAMPONENTES, AGENTE DE CONTROLE DE PH, HIDRÓTOPOS, ESPESSANTES, BRANQUEADOR ÓPTICO, CORANTE, FRAGRÂNCIA, ENZIMAS, CONSERVANTES E VEICULOS. COM ATIVOS BIODEGRADÁVEIS.	HIGICLEAN	9,00
TOTAL DO FORNECEDOR				48.927,00	

5. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:
5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada será feita, mediante ordem de compra/fornecimento ou nota de empenho,
5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02(dois) dias úteis da data marcada para o fornecimento.
5.3 O Objeto deverá ser entregue e descarregados no seguinte endereço:
Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, **no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas**
O prazo para entrega do objeto será da seguinte forma:
Até 20 (vinte) dias, mediante nota de empenho, **contados da data de solicitação e/ou a partir da data que será estabelecida na Ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.**

5.3.1.2. A critério da Administração, a entrega dos produtos poderá se dar em outro endereço , mediante aviso prévio a Contratada.
5.4 A contratada deverá enviar ao OG, até o quinto dia de cada mês, a relação completa dos itens com a respectiva quantidade, adquiridos por OP no mês anterior.
5.5 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.
5.6 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:
a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e
b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.
5.7 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado contra empenho em até 05 (cinco) dias uteis, após a entrega do objeto, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.
Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;
b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;
c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;
e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;
6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.
6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitos por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS PENALIDADES
7.1 Os bens/serviços que vierem a ser contratados **deverão ser realizados e entregues em até em até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de solicitação e/ou da Ordem de serviço e/ou nota de empenho**, sob pena de:
7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021, pelas seguintes infrações:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência e multa 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
c) dar causa à inexecução total do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireto pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
m) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras art. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
7.3. As sanções aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no item 7.2 são as previstas no Art.156, da Lei 14133/2021 sendo as seguintes:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valordo objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
7.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.
7.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.
7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
7.7. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
7.8. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
7.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
7.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b) pagamento da multa;
c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
7.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 7.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
7.15 As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO
8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.
8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.
8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.
9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

10. FORO
10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana - RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E, assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 08 de Outubro de 2026

SÉRGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

HIGICLEAN PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
CNPJ Nº 10.899.548/0001-79

Publicado por:
Rubia Klamt
Código Identificador:40E3F20F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA 59

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, sito à Rua da Republica, nº 96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das propostas apresentadas no processo administrativo nº 964/2026 do **Pregão Eletrônico SRP Nº 16 /2026,** tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS da empresa: **JP INDÚSTRIA DE PAPÉIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 56.525.598/0001-97, localizada na Rua arcangêlo Giacomazzi, nº 953, Bairro Santuário, Estação/RS, CEP 99.930-000, participante da licitação, por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir:

1. OBJETO
1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão ele nº16/2026, ofertados no certame licitatório.
1.1.2. A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis)meses, com garantia total sobre problemas de fabricação devidamente comprovada, contados a partir da data de entrega definitiva junto ao município excetuando-se os que possam ocorrer de acidentes ou por operação imprópria.
2. VALIDADE
2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.
2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.
2.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, com fulcro no Art. 136 da Lei 14.133/2021.

3. CONTRATO
3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS
4.1 Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar na licitação são devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

JP INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA					
Item	**Quant**	**UN**	**Descrição**	**Marca**	**Valor Unitário**
32	2.000,00	UN	Guardanapo Papel ,Folha Dupla com no mínimo 33x33 cm, pacote com 50 folhas cada	DUCHEFF	2,44
TOTAL DO FORNECEDOR				4.880,00	

5. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:
5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada será feita, mediante ordem de compra/fornecimento ou nota de empenho,
5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02(dois) dias úteis da data marcada para o fornecimento.
5.3 O Objeto deverá ser entregue e descarregados no seguinte endereço:
Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, **no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas**
O prazo para entrega do objeto será da seguinte forma:
Até 20 (vinte) dias, mediante nota de empenho, **contados da data de solicitação e/ou a partir da data que será estabelecida na Ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.**
5.3.1.2. A critério da Administração, a entrega dos produtos poderá se dar em outro endereço , mediante aviso prévio a Contratada.
5.4 A contratada deverá enviar ao OG, até o quinto dia de cada mês, a relação completa dos itens com a respectiva quantidade, adquiridos por OP no mês anterior.
5.5 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.
5.6 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:
a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e
b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.
5.7 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado contra empenho em até 05 (cinco) dias uteis, após a entrega do objeto, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.
Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;
b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;
c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;
e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;
6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.

6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitos por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS PENALIDADES

7.1 Os bens/serviços que vierem a ser contratados **deverão ser realizados e entregues em até em até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de solicitação e/ou da Ordem de serviço e/ou nota de empenho**, sob pena de:

7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021, pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência e multa 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

c) dar causa à inexecução total do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireto pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.

m) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras art. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.

7.3. As sanções aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no item 7.2 são as previstas no Art.156, da Lei 14133/2021 sendo as seguintes:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valordo objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

7.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.8. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

7.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
7.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 7.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
7.15 As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO
8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.
8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.
8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.
9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.
10. FORO
10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana - RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E, assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 08 de Outubro de 2026

SÉRGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

JP INDÚSTRIA DE PAPÉIS LTDA
CNPJ Nº 56.525.598/0001-97

Publicado por:
Rubia Klamt
Código Identificador:4CEA8D3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA 60

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, sito à Rua da Republica, nº 96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das propostas apresentadas no processo administrativo nº 964/2026 do **Pregão Eletrônico SRP Nº 16 /2026,** tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS da empresa: **JF COMÉRCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 22.525.517/0001-37, localizada na Rodovia SC 110, nº 1245, Bairro Margem esquerda – Urbano, Lontras/SC, CEP 89.182-000, participante da licitação, por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir:

1. OBJETO
1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão ele nº16/2026, ofertados no certame licitatório.
1.1.2. A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis)meses, com garantia total sobre problemas de fabricação devidamente comprovada, contados a partir da data de entrega definitiva junto ao município excetuando-se os que possam ocorrer de acidentes ou por operação imprópria.
2. VALIDADE
2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.
2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.
2.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, com fulcro no Art. 136 da Lei 14.133/2021.

3. CONTRATO
3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS

4.1 Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar na licitação são devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

J.F COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA					
Item	**Quant**	**UN**	**Descrição**	**Marca**	**Valor Unitário**
42	100,00	UN	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM NITRILA, SEM REVESTIMENTO INTERNO, RELEVO ANTIDERRAPANTE NA FACE PALMAR E PONTA DOS DEDOS. COMPRIMENTO: 45CM, COR: VERDE, SEM FORRO. CA: 14.334. TAMANHO 8 (M)	medix	4,66
43	100,00	UN	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM NITRILA, SEM REVESTIMENTO INTERNO, RELEVO ANTIDERRAPANTE NA FACE PALMAR E PONTA DOS DEDOS. COMPRIMENTO: 45CM, COR: VERDE, SEM FORRO. CA: 14.334. TAMANHO 9 (G)	medix	4,66
44	100,00	UN	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM NITRILA, SEM REVESTIMENTO INTERNO, RELEVO ANTIDERRAPANTE NA FACE PALMAR E PONTA DOS DEDOS. COMPRIMENTO: 45CM, COR: VERDE, SEM FORRO. CA: 14.334. TAMANHO 10 (EG)	medix	6,38

TOTAL DO FORNECEDOR	1.570,00

5. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada será feita, mediante ordem de compra/fornecimento ou nota de empenho,

5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02(dois) dias úteis da data marcada para o fornecimento.

5.3 O Objeto deverá ser entregue e descarregados no seguinte endereço:

Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, **no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas**

O prazo para entrega do objeto será da seguinte forma:

Até 20 (vinte) dias, mediante nota de empenho, **contados da data de solicitação e/ou a partir da data que será estabelecida na Ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.**

5.3.1.2. A critério da Administração, a entrega dos produtos poderá se dar em outro endereço , mediante aviso prévio a Contratada.

5.4 A contratada deverá enviar ao OG, até o quinto dia de cada mês, a relação completa dos itens com a respectiva quantidade, adquiridos por OP no mês anterior.

5.5 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.

5.6 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:

a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e

b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.

5.7 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado contra empenho em até 05 (cinco) dias uteis, após a entrega do objeto, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.

Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;

b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;

c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;

e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;

6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.

6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitos por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS PENALIDADES

7.1 Os bens/serviços que vierem a ser contratados **deverão ser realizados e entregues em até em até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de solicitação e/ou da Ordem de serviço e/ou nota de empenho**, sob pena de:

7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021, pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência e multa 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

c) dar causa à inexecução total do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireto pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
m) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras art. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
7.3. As sanções aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no item 7.2 são as previstas no Art.156, da Lei 14133/2021 sendo as seguintes:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valordo objeto licitado ou contratado;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
7.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.
7.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.
7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
7.7. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
7.8. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
7.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
7.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b) pagamento da multa;
c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
7.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 7.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
7.15 As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO
8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.
8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.
8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:

a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.
9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

10. FORO

10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana - RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E, assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 08 de Outubro de 2026

SÉRGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

JF COMÉRCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ Nº 22.525.517/0001-37

Publicado por:
Rubia Klamt
Código Identificador:72A3654F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA 62

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, sito à Rua da Republica, nº 96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das propostas apresentadas no processo administrativo nº 964/2026 do **Pregão Eletrônico SRP Nº 16 /2026,** tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS da empresa: **LEGAL REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 51.317.703/0001-89, localizada na Rua João Evangelista dos Santos, nº 232, Bairro Nazaré, Tapejara/RS, CEP 99.950-000, participante da licitação, por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir:

1. OBJETO

1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão ele nº16/2026, ofertados no certame licitatório.
1.1.2. A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis)meses, com garantia total sobre problemas de fabricação devidamente comprovada, contados a partir da data de entrega definitiva junto ao município excetuando-se os que possam ocorrer de acidentes ou por operação imprópria.
2. VALIDADE
2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.
2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.
2.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, com fulcro no Art. 136 da Lei 14.133/2021.

3. CONTRATO

3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS

4.1 Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar na licitação são devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

LEGAL REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA					
Item	**Quant**	**UN**	**Descrição**	**Marca**	**Valor Unitário**
54	1.500,00	PAC	PAPEL HIGIÊNICO: ROLO DE 10 CM X 60 METROS, FOLHA SIMPLES NEUTRO, 100% FIBRAS CELULOSICAS VIRGEM, BRANCO. PACOTE COM 04 ROLOS. ISENTO DE REGISTRO NA ANVISA.	Padrão/Padrão	4,09
55	500,00	UN	PAPEL TOALHA BOBINA 100% CELULOSE VIRGEM, COM SELO FSC, FOLHA COM GRAMATURA DE 25 - 30 G/M² C, LARGURA 20 CM X 200 METROS	Padrão/Padrão	6,99
TOTAL DO FORNECEDOR				9.630,00	

5. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada será feita, mediante ordem de compra/fornecimento ou nota de empenho,
5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02(dois) dias úteis da data marcada para o fornecimento.
5.3 O Objeto deverá ser entregue e descarregados no seguinte endereço:

Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, **no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas**

O prazo para entrega do objeto será da seguinte forma:

Até 20 (vinte) dias, mediante nota de empenho, **contados da data de solicitação e/ou a partir da data que será estabelecida na Ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.**

5.3.1.2. A critério da Administração, a entrega dos produtos poderá se dar em outro endereço , mediante aviso prévio a Contratada.

5.4 A contratada deverá enviar ao OG, até o quinto dia de cada mês, a relação completa dos itens com a respectiva quantidade, adquiridos por OP no mês anterior.

5.5 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.

5.6 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:

a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e

b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.

5.7 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado contra empenho em até 05 (cinco) dias uteis, após a entrega do objeto, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.

Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;

b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;

c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;

e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;

6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.

6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitos por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS PENALIDADES

7.1 Os bens/serviços que vierem a ser contratados **deverão ser realizados e entregues em até em até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de solicitação e/ou da Ordem de serviço e/ou nota de empenho**, sob pena de:

7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021, pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência e multa 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

c) dar causa à inexecução total do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireto pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.

m) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras art. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
7.3. As sanções aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no item 7.2 são as previstas no Art.156, da Lei 14133/2021 sendo as seguintes:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valordo objeto licitado ou contratado;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
7.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.
7.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.
7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
7.7. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
7.8. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
7.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
7.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b) pagamento da multa;
c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
7.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 7.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
7.15 As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO
8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.
8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.
8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.
9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.
10. FORO
10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana - RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E, assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 08 de Outubro de 2026

SÉRGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

LEGAL REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
CNPJ Nº 51.317.703/0001-89

Publicado por:
Rubia Klamt
Código Identificador:0967121A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA 65

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, sito à Rua da Republica, nº 96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das propostas apresentadas no processo administrativo nº 964/2026 do **Pregão Eletrônico SRP Nº 16 /2026,** tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS da empresa: **NOVO HORIZONTE COMÉRCIO DE PRODUTOS E ACESSÓRIOS DE LIMPEZA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 34.034.228/0001-14, localizada na Rua Dilecto Antônio Follador, nº 135, Centro, Barão do Cotegipe/RS, CEP 99.740-000, participante da licitação, por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir:

1. OBJETO
1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão ele nº16/2026, ofertados no certame licitatório.
1.1.2. A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis)meses, com garantia total sobre problemas de fabricação devidamente comprovada, contados a partir da data de entrega definitiva junto ao município excetuando-se os que possam ocorrer de acidentes ou por operação imprópria.
2. VALIDADE
2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.
2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.
2.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, com fulcro no Art. 136 da Lei 14.133/2021.

3. CONTRATO
3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS
4.1 Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar na licitação são devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

NOVO HORIZONTE COMERCIO DE PRODUTOS E ACESSORIOS DE LIMPEZA LTDA

Item	Quant	UN	Descrição	Marca	Valor Unitário
8	200,00	UN	BALDE PLÁSTICO 20 LITROS, COM ALÇA DE FERRO Dimensões:Ø 325 X 340mm (diâmetro x altura)Cores diversas.	PLASNEW	12,65
13	500,00	PAC	COLHER DESCARTÁVEL PARA BOLO. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	CROPAC	2,45
20	500,00	UN	Desodorizador de ar spray 360ml ,aroma flores de jasmim, lavanda , cheirinho de talco	LEV&UZE	6,99
21	3.500,00	KIT	Desodorizador de Sanitário Gel Adesivo 38g em embalagem com 1 Aplicador + 6 Discos no aroma Citrus e marine	SANY	7,17
28	200,00	PAC	Esponja de aço, tipo lã de aço, em embalagem plástica lacrada com no mínimo 08 unidades. Composição do produto: Aço Carbono	MEGA	1,78
31	600,00	PAC	GARFINHO DESCARTÁVEL PARA BOLO. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	CROPAC	2,45
57	2.000,00	UN	PRATO DESCARTAVEL, 18 CM, PARA BOLO, PCT COM 10 UNIDADES	DUDIGO	1,53
81	50,00	UN	TOALHEIRO DISPENSER DE PAPEL BOBINA COM ALAVANCA. MATERIAL EM ABS BRANCO, COMPATIVEL PARA PAPEL TOLAHA BOBINA 20CM X 100 MT OU 20 CMM X 200 MT. DIAMETRO MÁXIMO DA BOBINA É DE 170 MM	NOBRE	124,00
TOTAL DO FORNECEDOR					43.431,00

5. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:
5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada será feita, mediante ordem de compra/fornecimento ou nota de empenho,
5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02(dois) dias úteis da data marcada para o fornecimento.
5.3 O Objeto deverá ser entregue e descarregados no seguinte endereço:
Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, **no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas**
O prazo para entrega do objeto será da seguinte forma:
Até 20 (vinte) dias, mediante nota de empenho, **contados da data de solicitação e/ou a partir da data que será estabelecida na Ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.**
5.3.1.2. A critério da Administração, a entrega dos produtos poderá se dar em outro endereço , mediante aviso prévio a Contratada.
5.4 A contratada deverá enviar ao OG, até o quinto dia de cada mês, a relação completa dos itens com a respectiva quantidade, adquiridos por OP no mês anterior.
5.5 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.

5.6 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:
a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e
b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.
5.7 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado contra empenho em até 05 (cinco) dias uteis, após a entrega do objeto, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.
Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;
b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;
c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;
e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;
6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.
6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitos por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS PENALIDADES
7.1 Os bens/serviços que vierem a ser contratados **deverão ser realizados e entregues em até em até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de solicitação e/ou da Ordem de serviço e/ou nota de empenho**, sob pena de:
7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021, pelas seguintes infrações:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência e multa 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
c) dar causa à inexecução total do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireto pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
m) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras art. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
7.3. As sanções aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no item 7.2 são as previstas no Art.156, da Lei 14133/2021 sendo as seguintes:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valordo objeto licitado ou contratado;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
7.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

7.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.
7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
7.7. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
7.8. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea "b", do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
7.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
7.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b) pagamento da multa;
c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
7.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 7.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
7.15 As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO
8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.
8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.
8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.
9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.
10. FORO
10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana - RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E, assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 08 de Outubro de 2026

SÉRGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

NOVO HORIZONTE COMÉRCIO DE PRODUTOS E ACESSÓRIOS DE LIMPEZA LTDA
CNPJ Nº 34.034.228/0001-14

Publicado por:
Rubia Klamt
Código Identificador:6BBD9466

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇOES
ATA 66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, sito à Rua da Republica, nº 96, centro, Augusto Pestana/RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente face a classificação das

propostas apresentadas no processo administrativo nº 964/2026 do **Pregão Eletrônico SRP Nº 16 /2026,** tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS da empresa: **OESTE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 44.639.579/0001-02, localizada na Rua Industrial I, nº 100, Bairro Nove de Julho, Redentora/RS, CEP 98.500-000, participante da licitação, por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir:

1. OBJETO
1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos produtos especificados no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão ele nº16/2026, ofertados no certame licitatório.
1.1.2. A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis)meses, com garantia total sobre problemas de fabricação devidamente comprovada, contados a partir da data de entrega definitiva junto ao município excetuando-se os que possam ocorrer de acidentes ou por operação imprópria.
2. VALIDADE
2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso , com fulcro no Art. 84 da Lei 14.133/2021, passando a vigorar a partir da data de assinatura da ata de registro de preços até o consumo das quantidades previstas e/ou se houver contrato, até 31 dezembro do respectivo ano do exercício.
2.2. Caso o município não atingir o consumo das quantidades previstas no período, não gera a obrigação do mesmo em adquirir as quantidades que eventualmente restarem.
2.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, com fulcro no Art. 136 da Lei 14.133/2021.

3. CONTRATO
3.1 Para o fornecimento dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as licitantes, com posteriores solicitações, conforme item 5.

4. PREÇOS
4.1 Os preços ofertados pelas empresas classificadas em 1º lugar na licitação são devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

OESTE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

Item	Quant	UN	Descrição	Marca	Valor Unitário
29	10.000,00	UN	Esponja lava louça dupla face, multiuso, .antibactericida, formato retangular. . Poliuretano e fibra sintética MEDIDAS APROXIMADAS DE 110MM X 22MM X75MM.Embalagem com 1 esponja.	nobre	0,65
52	900,00	UN	Papel higiênico rolo de 10 cm x 300 metros, folha dupla, 100% fibras celulosicas virgem, branco, extra macio. isento de registro na anvisa	sul papeis	3,60
53	4.000,00	PAC	PAPEL HIGIÊNICO: ROLO DE 10 CM X 30 METROS, FOLHA DUPLA, 100% FIBRAS CELULOSICAS VIRGEM, BRANCO, EXTRA MACIO. PACOTE COM 04 ROLOS. ISENTO DE REGISTRO NA ANVISA.	qualite	3,59
56	4.000,00	UN	PAPEL TOALHA INTERCALADO, BRANCO, 100% CELULOSE VIRGEM, 23 CM X 20 CM, PACOTE C/ 1000 FLS	sulpapeis	6,80

TOTAL DO FORNECEDOR	51.300,00

5. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:
5.1 As solicitações de fornecimento à licitante Contratada será feita, mediante ordem de compra/fornecimento ou nota de empenho,
5.2 As ordens de compra/fornecimento ou nota de empenho poderão ser entregues diretamente na sede da Contratada ou encaminhadas por meio eletrônico, com antecedência mínima de 02(dois) dias úteis da data marcada para o fornecimento.
5.3 O Objeto deverá ser entregue e descarregados no seguinte endereço:
Secretaria de Obras (almoxarifado), rua Venâncio Aires, n° 2712, – Centro – Augusto Pestana/RS, **no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas**
O prazo para entrega do objeto será da seguinte forma:
Até 20 (vinte) dias, mediante nota de empenho, **contados da data de solicitação e/ou a partir da data que será estabelecida na Ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.**
5.3.1.2. A critério da Administração, a entrega dos produtos poderá se dar em outro endereço , mediante aviso prévio a Contratada.
5.4 A contratada deverá enviar ao OG, até o quinto dia de cada mês, a relação completa dos itens com a respectiva quantidade, adquiridos por OP no mês anterior.
5.5 Dentro do prazo de vigência contratual, a licitante Contratada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do edital de (pregão), que precedeu a formalização dessa Ata.
5.6 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou condições exigidas no contrato, deverão ser rejeitados pela Administração e retirados nos seguintes prazos:
a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e
b) em até CINCO dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.
5.7 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado contra empenho em até 05 (cinco) dias uteis, após a entrega do objeto, por intermédio da tesouraria do Município, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pela comissão responsável pelo recebimento.
Os tributos e contribuições quando devidos deverão estar destacados na Nota Fiscal para fins de retenção no momento do pagamento.

6. EXCLUSÃO DE LICITANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ser excluído da presente Ata, com a consequente aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes na presente Ata;
b) quando, convocado, o fornecedor não assinar o contrato, sem justificativa aceitável;
c) quando o fornecedor não realizar a entrega do item no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
d) quando, solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro pela Administração, o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, e esse se tornar superior ao praticado no mercado;

e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente à licitação, alheio a sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento esteja devidamente instruído com a documentação comprobatória da situação alegada;
6.2 As hipóteses elencadas no item anterior serão devidamente apuradas e formalizadas em processo administrativo próprio, e comunicadas por escrito, com protocolo de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de cinco dias úteis.
6.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitos por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, excluído o licitante da ata de registro de preços.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS PENALIDADES
7.1 Os bens/serviços que vierem a ser contratados **deverão ser realizados e entregues em até em até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de solicitação e/ou da Ordem de serviço e/ou nota de empenho**, sob pena de:
7.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o Art.155 e Art.156, da Lei 14133/2021, pelas seguintes infrações:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência e multa 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
c) dar causa à inexecução total do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireto pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 20% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três)anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos precedida de análise jurídica e observará as regras ART. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
m) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.: multa de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, precedida de análise jurídica e observará as regras art. 156, § 6º,da lei 14.133/2021.
7.3. As sanções aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no item 7.2 são as previstas no Art.156, da Lei 14133/2021 sendo as seguintes:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valordo objeto licitado ou contratado;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
7.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.
7.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.
7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
7.7. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
7.8. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
7.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
7.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b) pagamento da multa;
c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
7.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 7.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
7.15 As multas serão calculadas sobre o montante atualizado não adimplido do contrato, e caso não tenha sido formalizado, sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO
8.1 As Secretarias Municipais, por intermédio dos Secretários ou servidores devidamente designados, deveram proceder à fiscalização dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.
8.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.
8.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de dois dias, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades cabíveis.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.
9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.
10. FORO
10.1 E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata, e elegem, desde já e com renúncia de qualquer outro, o Fórum da Comarca de Augusto Pestana - RS, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente. E, assim por estarem de perfeito acordo no teor do presente, assinam-no as partes CONTRATANTES, em (xx) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas.

Augusto Pestana, 08 de Outubro de 2026

SÉRGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

OESTE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
CNPJ Nº 44.639.579/0001-02

Publicado por:
Rubia Klamt
Código Identificador:A44733AE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO 17-2026

VALCIER BALESTRIN, Prefeito Municipal de Barra do Guarita – RS, no uso de suas atribuições legais torna público para conhecimento dos interessados a **RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO, PREGÃO ELETRÔNICO 22-2026,** que tem como objeto **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme segue:
EXCLUÍ-SE A REDAÇÃO:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Max. Unitário
1	1,00	UN	APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA PORTÁTIL C5 PLUS. EQUIPAMENTO DISPÕE DE BATERIA COM ALTA DURAÇÃO, RÁPIDO PROCESSAMENTO DE IMAGENS, SOFTWARES E TRANSDUTORES ESPECÍFICOS PARA APLICAÇÕES CLÍNICAS, COM CARRINHO DE TRANSPORTE, LEVE E COMPACTO, COM AJUSTE DE ALTURA QUE ACOMPANHA CONECTOR MULTITRANSDUTOR.TELA DE 15 ¨EM LCD DESTACÁVEL COM ANGULAÇÃO DE ATÉ 35°; PERMITE CONECTAR ATÉ DOIS TRANSDUTORES SIMULTANEAMENTE;BATERIA REMOVÍVEL COM DURAÇÃO DE ATÉ 50 MINUTOS; CONECTIVIDADE DICOM; SAÍDA HDMI, REDE E USB; SR NANOVIEW, XBEAM, AUTO- FIT; AUTO- IMT; 3 D FREE HAND; MFI; PANASCOPE; AMM; TDI; CW	R$ 98.815,47
2	1,00	UN	DOPPLER FETAL PORTÁTIL DIGITAL POCKET SD1; MONITORAMENTO FETAL RÁPIDO E CONFIÁVEL, COM ÁUDIO CLARO DOS BATIMENTOS.TECNOLOGIA DE ONDA PULSADA, COM MENOR EXPOSIÇÃO ULTRASSÔNICA, VISUALIZAÇÃO PRÁTICA EM VISOR COLORIDO SENSÍVEL AO TOQUE; PESO 270G, AUTO- FALANTE EMBUTIDO COM ÁUDIO CLARO E AJUSTE DE VOLUME, FUNCIONAMENTO COM PILHAS AA, GARANTINDO MOBILIDADE.	R$ 849,14

INCLUI-SE A SEGUINTE REDAÇÃO:

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R$)
01	01	UN	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ULTRASSONOGRAFIA DIAGNÓSTICA DIGITAL PORTÁTIL, NOVO, DE PRIMEIRO USO,DESTINADO À REALIZAÇÃO DE EXAMES DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM E PROCEDIMENTOS GUIADOS POR ULTRASSONOGRAFIA, PARA UTILIZAÇÃO EM CONSULTÓRIOS, AMBULATÓRIOS, PRONTO ATENDIMENTO, CENTRO CIRÚRGICO, UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA E DEMAIS AMBIENTES ASSISTENCIAIS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS • EQUIPAMENTO DE ULTRASSONOGRAFIA DIGITAL, PORTÁTIL E MULTIFUNCIONAL. • MONITOR LCD DE NO MÍNIMO 15 POLEGADAS, DE ALTA RESOLUÇÃO, DESTACÁVEL E COM POSSIBILIDADE DE ANGULAÇÃO DE ATÉ 35° OU RECURSO EQUIVALENTE. • POSSIBILIDADE DE CONEXÃO SIMULTÂNEA DE, NO MÍNIMO, 02 (DOIS) TRANSDUTORES, COM O FORNECIMENTO TOTAL DE 03 (TRÊS) TRANSDUTORES INDEPENDENTES.". • TRANSDUTORES ELETRÔNICOS MULTIFREQUENCIAIS DE BANDA LARGA. • MODOS DE IMAGEM B, M E M ANATÔMICO, QUANDO DISPONÍVEL NA CONFIGURAÇÃO OFERTADA. • DOPPLER COLORIDO. • POWER DOPPLER. • DOPPLER ESPECTRAL. • DOPPLER CONTÍNUO (CW). • DOPPLER TECIDUAL (TDI). • RECURSOS DE OTIMIZAÇÃO AUTOMÁTICA DOS PARÂMETROS DE IMAGEM. • RECURSO DE AUTO-FIT OU EQUIVALENTE PARA OTIMIZAÇÃO AUTOMÁTICA DA IMAGEM. • RECURSOS DE PROCESSAMENTO PARA REDUÇÃO DE RUÍDOS E ARTEFATOS E MELHORIA DO CONTRASTE, RESOLUÇÃO E DEFINIÇÃO DAS IMAGENS. • TECNOLOGIA DE COMPOSIÇÃO DE FEIXES OU RECURSO EQUIVALENTE PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA IMAGEM. • RECURSO DE IMAGEM PANORÂMICA, PERMITINDO AQUISIÇÃO DE IMAGENS AMPLIADAS E REALIZAÇÃO DE MEDIDAS. • RECURSO DE AUTO-IMT, OU EQUIVALENTE, PARA AVALIAÇÃO AUTOMATIZADA DA ESPESSURA MÉDIO-INTIMAL. • RECURSO DE 3D FREE HAND, OU EQUIVALENTE, PARA AQUISIÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE IMAGENS TRIDIMENSIONAIS, QUANDO UTILIZADO COM TRANSDUTOR COMPATÍVEL. • RECURSO MFI, OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE DE PROCESSAMENTO E MELHORIA DA QUALIDADE DA IMAGEM. • POSSIBILIDADE DE ARMAZENAMENTO, REVISÃO E PÓS-PROCESSAMENTO DE IMAGENS E EXAMES. • RECURSO CINE LOOP, PERMITINDO ARMAZENAMENTO E REVISÃO DE SEQUÊNCIAS DE IMAGENS EM MOVIMENTO. • ARMAZENAMENTO DIGITAL DE IMAGENS E DADOS DOS EXAMES. • COMPATIBILIDADE COM PADRÃO DICOM 3.0, PERMITINDO TRANSFERÊNCIA, ARMAZENAMENTO E INTEGRAÇÃO COM SISTEMAS DE GERENCIAMENTO DE IMAGENS MÉDICAS. • SAÍDA HDMI OU EQUIVALENTE PARA CONEXÃO COM MONITOR EXTERNO. • PORTAS USB PARA TRANSFERÊNCIA DE DADOS. • CONECTIVIDADE DE REDE. • BATERIA RECARREGÁVEL E REMOVÍVEL, COM AUTONOMIA ADEQUADA PARA UTILIZAÇÃO MÓVEL E SEM CONEXÃO PERMANENTE À REDE ELÉTRICA. • ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA COMPATÍVEL COM A REDE NACIONAL. •INTERFACE DE OPERAÇÃO INTUITIVA, DE FÁCIL UTILIZAÇÃO E COM COMANDOS DE ACESSO RÁPIDO AOS PRINCIPAIS RECURSOS. • POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO EM EXAMES DE ABDOME, PELVE, OBSTETRÍCIA, GINECOLOGIA, VASCULAR, MUSCULOESQUELÉTICO, PEQUENAS PARTES, TIREOIDE, MAMA, CARÓTIDAS, UROLOGIA E DEMAIS APLICAÇÕES COMPATÍVEIS COM OS TRANSDUTORES FORNECIDOS. • EQUIPAMENTO COMPACTO, LEVE E ADEQUADO AO TRANSPORTE ENTRE DIFERENTES AMBIENTES ASSISTENCIAIS. • TODOS OS RECURSOS E SOFTWARES ESPECIFICADOS DEVERÃO ESTAR HABILITADOS E DISPONÍVEIS NA CONFIGURAÇÃO FORNECIDA, SEM NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO POSTERIOR OU PAGAMENTO ADICIONAL PELA ADMINISTRAÇÃO. TRANSDUTORES • 01 TRANSDUTOR CONVEXO: MULTIFREQUENCIAL, DE BANDA LARGA, DESTINADO À REALIZAÇÃO DE EXAMES ABDOMINAIS, PÉLVICOS, OBSTÉTRICOS E GERAIS, COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO E COM OS MODOS DE IMAGEM E DOPPLER ESPECIFICADOS. • 01 TRANSDUTOR LINEAR: MULTIFREQUENCIAL, DE BANDA LARGA, DESTINADO À REALIZAÇÃO DE EXAMES VASCULARES, MUSCULOESQUELÉTICOS, PARTES SUPERFICIAIS, TIREOIDE, MAMA, CARÓTIDAS E PROCEDIMENTOS GUIADOS POR ULTRASSONOGRAFIA. • 01 TRANSDUTOR ENDOCAVITÁRIO/GINECOLÓGICO: MULTIFREQUENCIAL, DE BANDA LARGA, DESTINADO À REALIZAÇÃO DE EXAMES GINECOLÓGICOS E OBSTÉTRICOS, INCLUINDO AVALIAÇÕES PÉLVICAS E ENDOVAGINAIS, COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO E COM OS MODOS B, M E DOPPLER DISPONÍVEIS. • OS 03 (TRÊS) TRANSDUTORES DEVERÃO SER FORNECIDOS JUNTAMENTE COM O EQUIPAMENTO, COMPATÍVEIS ENTRE SI E COM TODAS AS FUNÇÕES NECESSÁRIAS À SUA UTILIZAÇÃO, SEM CUSTOS ADICIONAIS PARA A ADMINISTRAÇÃO. ACESSÓRIOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO 1 EQUIPAMENTO DE ULTRASSONOGRAFIA DIGITAL PORTÁTIL. 2 01 (UM) TRANSDUTOR CONVEXO MULTIFREQUENCIAL. 3 01 (UM) TRANSDUTOR LINEAR MULTIFREQUENCIAL. 4 01 (UM) TRANSDUTOR ENDOCAVITÁRIO/GINECOLÓGICO MULTIFREQUENCIAL. 5 BATERIA RECARREGÁVEL E REMOVÍVEL. 6 CABO DE ALIMENTAÇÃO E FONTE DE ALIMENTAÇÃO. 7 TODOS OS CABOS, CONECTORES E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO. 8 MANUAL DE OPERAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA. 9 REGISTRO OU REGULARIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO JUNTO À ANVISA, QUANDO APLICÁVEL. 10 INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO INICIAL DO EQUIPAMENTO. 11 TREINAMENTO BÁSICO DOS USUÁRIOS PARA OPERAÇÃO DO EQUIPAMENTO E SEUS PRINCIPAIS RECURSOS. 12 GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA INSTALAÇÃO E/OU ACEITE DEFINITIVO DO EQUIPAMENTO. 13 ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA NO TERRITÓRIO NACIONAL. 14 FORNECIMENTO DE TODOS OS COMPONENTES NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO INTEGRAL DO EQUIPAMENTO DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA.	125.000,00
02	01	UN	DOPPLER FETAL PORTÁTIL DIGITAL; MONITORAMENTO FETAL RÁPIDO E CONFIÁVEL, COM ÁUDIO CLARO DOS BATIMENTOS.TECNOLOGIA DE ONDA PULSADA, COM MENOR EXPOSIÇÃO ULTRASSÔNICA, VISUALIZAÇÃO PRÁTICA EM VISOR COLORIDO SENSÍVEL AO TOQUE; PESO 270G, AUTO- FALANTE EMBUTIDO COM ÁUDIO CLARO E AJUSTE DE VOLUME, FUNCIONAMENTO COM PILHAS AA, GARANTINDO MOBILIDADE.	849,14

ALTERAÇÃO DE DATA E HORÁRIO
SESSÃO SERÁ DIA 04-11-2026 AS 8:30 HORAS SENDO QUE O RECEBIMENTO DAS PROPOSTA DAR-SE-Á ATÉ AS 8:00 HORAS DO MESMO DIA.
As demais disposições constantes no edital, permanecem inalteradas.
Informações complementares e o Edital completo poderão ser obtidos pelos interessados no Setor de Licitações do Município de Barra do Guarita, na Rua Sobradinho, 09, de Segunda à Sexta-feira no horário das 7:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00, pelo telefone (55) 3616-1010 ramal 24, ou ainda pelo site barradoguarita.atende.net

Barra do Guarita - RS, 16 de outubro de 2026.

VALCIER BALESTRIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaque Selis Bettio
Código Identificador:6051C2C5

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico 21/2026
Processo Administrativo: 189/2026
O Município de Barra do Guarita/RS torna público, que homologou a licitação, modalidade Pregão Eletrônico 21/2026.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS ESPECIALIZADOS, PARA MANUTENÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

131702 - ENERGE COMERCIO, SERVICOS E TECNOLOGIA ELETRICA LTDA						
Lote: 1 - 1						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	INSTALAçãO/TROCA DE BRAçO DE 1,20 M OU 3,00 M	PT		250	R$30,00	R$7.500,00
2	TROCA DE CABO 1,5 MM 1 KV NO BRAçO	PT		250	R$25,00	R$6.250,00

3	TROCA DE RELé FOTO ELéTRICA	PT		2.000	R$20,00	R$40.000,00
4	TROCA DE LUMINáRIA DE LED	PT		2.000	R$25,00	R$50.000,00
				Total do Fornecedor:		R$103.750,00

Barra do Guarita, 16 de outubro de 2026.

VALCIER BALESTRIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaque Selis Bettio
Código Identificador:CC1D4D18

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL

LEI Nº 2.025/2026 DE 16 DE OUTUBRO DE 2.026.

ALTERA Metas Prioritárias no Plano Plurianual – PPA - 2026/2029 e na Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO – 2026; ABRE Crédito Suplementar no valor de R$ 582.400,00(Quinhentos e oitenta e dois mil e quatrocentos reais) indica recursos e dá outras providências.

MÁRCIO ANDRÉ DA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CAPITÃO/RS,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ALTERAR Metas Prioritárias na Lei nº 1.915/2025 de 10/07/2025 - Plano Plurianual do Município - PPA 2026-2029, e na Lei nº 1.932/2025 de 12/09/2025 – Lei das Diretrizes Orçamentárias/2026 nas Secretarias Municipais de Saúde e Agricultura, conforme detalhamento das ações/programas e valores constantes nas planilhas do Anexo I e II da presente Lei.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a ABRIR um Crédito Suplementar no valor de **582.400,00(Quinhentos e oitenta e dois mil e quatrocentos reais),** conforme dotações orçamentárias descritas no Anexo III, que integra a presente Lei.

Art. 3º - Para cobertura do Crédito aberto pelo artigo anterior, são indicados recursos oriundos de auxílios e convênios no valor de R$ 31.000,00, de excesso de arrecadação a se verificar no presente exercício financeiro no valor de R$ 13.500,00 e de redução orçamentária no valor de R$ 537.900,00, conforme dotações orçamentárias descritas no Anexo IV, que integra a presente Lei.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAPITÃO/RS, 16 de outubro de 2.026.

MÁRCIO ANDRÉ DA COSTA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

VANUSA LORENZON
Secretária Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I – LEI DAS DIRETRTIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

ÓRGÃO.....: 05 - Secretaria Municipal da Saúde
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 - Fundo Municipal da Saúde - ASPS
Função.....: 10
Subfunção.....: 301

Código Ação / Programa	Descrição da Ação / Programa	Produto	Meta Física / Quantidade	Fonte de Recursos em R$		
				Próprios	Terceiros	Total
~~0501.1016~~	~~Aquisição de Veículos~~	~~Camionete (1)~~	~~1 Unid~~	~~200.000,00~~	~~200.000,00~~	~~400.000,00~~
~~0501.1016~~	~~Aquisição de Veículos~~ **~~alterada pela Lei Municipal nº 2024 de 24/09/26~~**	~~Automóvel (1) e Van (2)~~	~~3 Unid~~	~~560.000,00~~	~~240.000,00~~	~~800.000,00~~
0501.1016 *****	Aquisição de Veículos	Automóvel (1) e Van (2)	3 Unid	660.000,00	240.000,00	900.000,00

ÓRGÃO.....: 06 – Secretaria Municipal da Agricultura
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – Fundo Municipal da Agricultura
Função.....: 20
Subfunção.....: 608

Código Ação / Programa	Descrição da Ação / Programa	Produto	Meta Física / Quantidade	Fonte de Recursos em R$		
				Próprios	Terceiros	Total
~~0601.2051~~	~~Programa de Apoio Produção Agropecuária~~	~~Aquisição de Máquinas: Escavadeira Hidráulica~~	~~1Unid~~	~~100.000,00~~	~~600.000,00~~	~~700.000,00~~
~~0601.2051~~	~~Programa de Apoio Produção Agropecuária~~ alterada pela Lei Municipal 1965 de 12/02/2026	~~Aquisição de Máquinas: Escavadeira Hidráulica, tanque de dejetos~~	~~2Unid~~	~~165.000,00~~	~~820.000,00~~	~~985.000,00~~
~~0601.2051~~	~~Programa de Apoio Produção Agropecuária~~ alterada pela Lei Municipal 1973 de 12/03/2026	~~Aquisição de Máquinas: Escavadeira Hidráulica, tanque de dejetos, Retroescavadeira~~	~~3Unid~~	~~335.000,00~~	~~1.015.000,00~~	~~1.350.000,00~~
0601.2051 *	Programa de Apoio Produção Agropecuária	Aquisição de Máquinas: Escavadeira Hidráulica, tanque de dejetos, Retroescavadeira e Roçadeira	4 Unid	355.000,00	1.065.000,00	1.420.000,00

*** Alteração de metas.**

ANEXO II – PLANO PLURIANUAL - PPA

ÓRGÃO.....: 06 – Secretaria Municipal da Agricultura **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – Fundo Municipal da Agricultura** Função.....: 20 Subfunção.....: 608						
Código Ação / Programa	**Descrição da Ação / Programa**	**Produto**	**Meta Física / Quantidade**	**Fonte de Recursos em R$**		
				Próprios	**Terceiros**	**Total**
~~0601.2051~~	~~Programa de Apoio Produção Agropecuária~~	~~Aquisição de Máquinas: Retroescavadeira, Caminhão caçamba traçado, Rolo Compactador, Tanque de dejetos e Escavadeira Hidráulica~~	~~5 Unid~~	~~500.000,00~~	~~2.000.000,00~~	~~2.500.000,00~~
0601.2051 *	Programa de Apoio Produção Agropecuária	Aquisição de Máquinas: Retroescavadeira, Caminhão caçamba traçado, Rolo Compactador, Tanque de dejetos, Escavadeira Hidráulica e Roçadeira	6 Unid	520.000,00	2.050.000,00	2.570.000,00

*** Alteração de meta**

ANEXO III		
03.01	**Sec. Mun. Administração e Finanças**	
2.006	**Manutenção Secretaria da Administração**	**R$ 12.400,00**
3.3.90.39.00.000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ (32)	R$ 10.000,00
4.4.90.52.00.000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (33)	R$ 2.400,00
04.01	**Sec. Mun. Educação, Cultura e Esporte**	
2.008	**Manutenção Convênio Estagiários**	**R$ 5.000,00**
3.3.90.39.00.000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ (367)	R$ 5.000,00
2.016	**Manutenção da Educação Infantil**	**R$ 30.500,00**
3.3.90.46.00.000000	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (908)	R$ 26.000,00
4.4.90.52.00.000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (84)	R$ 4.500,00
04.03	**Sec. Mun. Educação, Cultura e Esporte**	
2.159	**Manutenção FUNDEB - Educação Infantil 70% - Tempo Integral**	**R$ 72.000,00**
3.1.90.04.00.000000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (989)	R$ 30.000,00
3.1.90.13.00.000000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (991)	R$ 33.000,00
3.1.90.16.00.000000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL (992)	R$ 9.000,00
2.165	**Manutenção FUNDEB - Secretaria da Educação 70%**	**R$ 54.000,00**
3.1.90.11.00.000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL (1014)	R$ 45.000,00
3.1.90.13.00.000000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 9.000,00
2.034	**Manutenção FUNDEB - Ensino Fundamental 70%**	**R$ 64.000,00**
3.1.90.04.00.000000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (154)	R$ 33.000,00
3.1.90.13.00.000000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (156)	R$ 31.000,00
04.04	**Sec. Mun. Educação, Cultura e Esporte**	
2.155	**Manutenção da Casa de Cultura e Biblioteca Pública**	**R$ 9.500,00**
3.1.90.11.00.000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESS. CIVIL (955)	R$ 8.000,00
3.1.90.13.00.000000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (956)	R$ 1.500,00
05.01	**Sec. Municipal da Saúde**	
1.016	**Aquisição de Veículo**	**R$ 100.000,00**
4.4.90.52.00.000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (741)	R$ 100.000,00
2.096	**Manutenção da Divisão de Saúde - Atenção Básica**	**R$ 25.000,00**
3.3.90.30.00.000000	MATERIAL DE CONSUMO (498)	R$ 20.000,00
4.4.90.52.00.000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (501)	R$ 5.000,00
05.02	**Sec. Municipal da Saúde**	
2.131	**Programa FNS - Equipes Saúde Bucal**	**R$ 13.500,00**
3.1.90.11.00.000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESS. CIVIL (759)	R$ 10.000,00
3.1.90.13.00.000000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (760)	R$ 3.500,00
2.153	**Programa FES - Acompanha RAPS**	**R$ 15.000,00**
3.1.90.11.00.000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESS. CIVIL (948)	R$ 15.000,00
06.01	**Sec. Mun. Agricultura**	
2.051	**Programa Apoio Produção Agropecuária**	**R$ 61.000,00**
3.3.90.30.00.000000	MATERIAL DE CONSUMO (224)	R$ 45.000,00
4.4.90.52.00.000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (964)	R$ 16.000,00
07.01	**Sec. Mun. Obras, Viação e Serv. Urbanos**	
2.058	**Conservação de Estradas do Interior**	**R$ 50.000,00**
3.3.90.30.00.000000	MATERIAL DE CONSUMO (262)	R$ 50.000,00
2.080	**Manutenção de Praças e Parque de Eventos**	**R$ 10.000,00**
3.3.90.39.00.000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ (349)	R$ 4.000,00
4.4.90.52.00.000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (350)	R$ 6.000,00
08.01	**Sec. Mun. do Trab., Habit. e Assistência Social**	
2.044	**Manutenção Divisão Assistência Social**	**R$ 20.000,00**
3.1.90.04.00.000000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (779)	R$ 5.000,00
3.3.90.30.00.000000	MATERIAL DE CONSUMO (199)	R$ 3.000,00
3.3.90.39.00.000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ (200)	R$ 12.000,00
2.145	**Manutenção Convênio BL PBF**	**R$ 9.000,00**
4.4.90.52.00.000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (401)	R$ 9.000,00
1.056	**Reforma Prédio CRAS**	**R$ 31.500,00**
4.4.90.51.00.000000	OBRAS E INSTALAÇÕES (926)	R$ 31.500,00
	TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR	**R$ 582.400,00**
ANEXO IV		
04.01	**Sec. Mun. Educação, Cultura e Esporte**	
2.013	**Manutenção do Ensino Fundamental**	**R$ 25.000,00**
3.3.90.46.00.000000	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (910)	R$ 25.000,00
2.014	**Manutenção do Transp. Escolar Ensino Fundamental**	**R$ 10.500,00**
3.3.90.46.00.000000	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (911)	R$ 10.500,00
04.03	**Sec. Mun. Educação, Cultura e Esporte**	
2.159	**Manutenção FUNDEB - Educação Infantil 70% - Tempo Integral**	**R$ 175.000,00**
3.1.90.11.00.000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL (990)	R$ 175.000,00
2.034	**Manutenção FUNDEB - Ensino Fundamental 70%**	**R$ 15.000,00**
3.1.90.16.00.000000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL (157)	R$ 15.000,00
04.04	**Sec. Mun. Educação, Cultura e Esporte**	
2.107	**Programa de Promoção Cultural e Desportiva**	**R$ 9.500,00**
3.3.50.43.00.000000	SUBVENÇÕES SOCIAIS (703)	R$ 9.500,00
05.01	**Sec. Municipal da Saúde**	

2.028	**Manutenção Serviços Médicos e Hospitalares**	**R$ 100.000,00**
3.3.93.39.00.000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ (374)	R$ 100.000,00
2.096	**Manutenção da Divisão de Saúde - Atenção Básica**	**R$ 68.900,00**
3.3.90.34.00.000000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORR. CONTRATOS (875)	R$ 20.000,00
3.3.90.46.00.000000	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (913)	R$ 48.900,00
06.01	**Sec. Mun. Agricultura**	
2.051	**Programa de Apoio Produção Agropecuária**	**R$ 45.000,00**
3.3.90.45.00.000000	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (583)	R$ 45.000,00
07.01	**Sec. Mun. Obras, Viação e Serv. Urbanos**	
2.057	**Conservação Veículos e Máquinas**	**R$ 60.000,00**
3.3.90.30.00.000000	MATERIAL DE CONSUMO (256)	R$ 60.000,00
08.01	**Sec. Mun. do Trab., Habit. e Assistência Social**	
2.044	**Manutenção Divisão Assistência Social**	**R$ 20.000,00**
3.1.90.11.00.000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESS. CIVIL (209)	R$ 20.000,00
2.145	**Manutenção Convênio BL PBF**	**R$ 9.000,00**
3.3.90.30.00.000000	MATERIAL DE CONSUMO (400)	R$ 9.000,00
	TOTAL DA REDUÇÃO	**R$ 537.900,00**
	CRÉDITO SUPLEMENTAR	R$ 582.400,00
	Auxílios e Convênios =	R$ 31.000,00
	Redução =	R$ 537.900,00
	Excesso de Arrecadação =	R$ 13.500,00

Publicado por:
Adriana Bruxel Brod
Código Identificador:90C2A1EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SÚMULA DE ATA DE REGISTRO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 939/2026
Pregão Lei 14.133 Eletrônico Nº 20/2026
Registro de Preços para aquisição sob demanda de Materiais de Expediente, Artesanato, Escritório e Correlatos
Vigência das Atas: 12 meses a contar de 15/10/2026

7121 - PERUZZO INDUSTRIA GRAFICA LTDA ATA DE REGISTRO 68/2026

Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário.	Valor Total.
1	Agenda Escolar capa e contracapa com impressão colorida, páginas inicias personalizadas impressas em uma cor, páginas iniciais dos meses coloridas frente e verso, 106 páginas com dias dos meses (3 por página) ou com relatório diário, 2 páginas com hinos, 01 página com adesivos coloridos, tamanho da agenda 14 x 21cm, impressa em papel sulfite 70g espiral. Incluso desenvolvimento da arte conforme solicitado e aprovado previamente.	UN	PROPRIO	380,0000	29,9000	11.362,00
Total do Fornecedor:						11.362,00

25975 - FC DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA ATA DE REGISTRO 60/2026

Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário.	Valor Total.
2	Agulha 90/14 para máquina de costura. Embalagem com 10 agulhas.	UN	VIOLIN	65,0000	8,0900	525,85
128	Tecido cru para forro. Altura: 1,50 m.	METRO	DINAMICA	210,0000	8,7900	1.845,90
129	Tecido feltro. Altura: 1,40 m. Cores diversas.	METRO	SUPER	210,0000	12,5400	2.633,40
132	Tecido percal. 100% algodão, 180 fios, 240 cm de largura, cor lisa.	METRO	EURO	210,0000	16,9900	3.567,90
142	Tinta para tecido. Embalagem com 37 ml. Cores diversas.	UN	TEKBOND	270,0000	2,8900	780,30
Total do Fornecedor:						9.353,35

16350 - N J L NEUBARTH CIA LTDA ATA DE REGISTRO 67/2026

Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário.	Valor Total.
3	Agulha para costura a mão, 60 mm comprimento.	UN	coats	200,0000	0,1500	30,00
6	Argola para chaveiro com corrente 25mm. Argola com diâmetro externo de 25 mm, diâmetro interno de 22 mm, material aço niquelado, corrente com espessura dos fios de 1 mm, tipo elo (cadeado), com 04 gomos, comprimento de 20 mm e largura de 5 mm. Embalagem com 10 unidades.	UN	m novo	310,0000	2,0000	620,00
8	Betume envelhecedor da Judéia 100 ml.	UN	acrilex	25,0000	11,0000	275,00
14	Bola de isopor 100 mm	UN	styroform	210,0000	2,9000	609,00
15	Bola de isopor 150 mm	UN	styroform	180,0000	7,4500	1.341,00
20	Botão 15 mm. Cores Diversas.	UN	anjo	550,0000	0,1000	55,00
21	Botão 20 mm. Cores Diversas.	UN	anjo	550,0000	0,1500	82,50
22	Botão 25 mm. Cores Diversas.	UN	anjo	550,0000	0,1500	82,50
26	Caneta esferográfica para uso em costuras, patchwork e artes. Apaga ao passar o ferro, secador de cabelo ou friccionando a borracha da ponta.	UN	l p maq	100,0000	12,0300	1.203,00
33	Chaveiro plástico para identificação de chaves. Medindo 2 cm x 4,5 cm, transparente, com etiqueta para identificação.	UN	maxcril	150,0000	0,5500	82,50
44	Cordão de meia pérola floral com 12 mm.	METRO	m novo	500,0000	3,4500	1.725,00
45	Cordão de pérola com 5 mm. Cor: Marfim.	METRO	m novo	500,0000	3,9500	1.975,00
48	Fibra siliconada.	KG	sta fe	180,0000	22,9500	4.131,00
50	Fio de Nylon de 0,20 mm. Rolo com 100 m.	UN	ekilon	36,0000	3,2000	115,20
55	Fita de cetim. 10 mm de largura. Cores diversas.	METRO	td	435,0000	0,3200	139,20
56	Fita de cetim. 5 mm de largura - Cores diversas.	METRO	td	435,0000	0,2900	126,15
75	Lantejoula solta. Embalagem com 1000 unidades. Cores diversas.	UN	lantecor	110,0000	3,6900	405,90
78	Lapiseira com ponta fixa de metal com 4 mm de comprimento. Com mecanismo preciso para o avanço do grafite e que evite sua quebra e retrocesso. Acompanhada de borracha e protetor metálico na parte traseira. Clip (prendedor) removível. Opção de escolha entre calibre de 0.5 mm e 0.7 mm.	UN	onda	80,0000	3,7500	300,00
79	Linha de costura Tex 27 120. 1500 Jardas. Cores diversas.	UN	triche	150,0000	3,8000	570,00
86	Palito de picolé confeccionado em madeira, com aproximadamente 12 cm. Embalagem com 100 unidades.	UN	gaboardi	120,0000	3,8000	456,00

87	Pano de prato em tecido alvejado, trama bem fechada, totalmente branco, 100% algodão, bainha reforçada nas laterais. Medidas: no mínimo 50 cm x 70 cm. Peso mínimo de 76 g.	UN	loma	450,0000	3,8000	1.710,00
130	Tecido patchwork. Altura: 1,50 m. Estampa natalina.	METRO	peripan	210,0000	12,9000	2.709,00
131	Tecido patchwork. Altura: 1,50 m. Cores diversas.	METRO	peripan	210,0000	12,9000	2.709,00
135	Tela para pintura. Medidas: 30 cm x 40 cm.	UN	souza	180,0000	12,2000	2.196,00
138	Tinta a óleo. Embalagem com 20 ml. Cores diversas.	UN	corfix	100,0000	13,2000	1.320,00
144	Massinha de biscuit. Embalagem com 1 kg.	CAIXA	polycol	60,0000	27,5000	1.650,00
149	Sacos celofane transparente. Tamanho: 60 cm x 80 cm.	UN	gala	1.310,0000	1,8700	2.449,70
156	Ponta para marcador de quadro branco. Ponta de poliéster de 6.0mm. Composição: Poliéster. Caixa com 12 pacotes (36 unidades). Compatível com o item 156.	CAIXA	g line	32,0000	85,0000	2.720,00
159	Pasta com aba e elástico. Sem lombo. Confeccionada em polipropileno. Ofício / A4. Pasta organizadora em polipropileno, tamanho A4 (210 x 297 mm), com abas laterais e elástico para fechamento seguro de documentos.	UN	acp	50,0000	1,9800	99,00
Total do Fornecedor:						31.886,65

16355 - MEGA PAPELARIA E ESPORTES LTDA ATA DE REGISTRO 66/2026

Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário.	Valor Total.
5	Apontador de lápis simples. Sem depósito, em plástico resistente, com lâmina inoxidável de alta resistência.	UN	futuro	152,0000	0,2000	30,40
18	Bola de isopor 60 mm	UN	styorform	210,0000	1,1700	245,70
23	Caderno universitário. 01 matéria, formato 200 mm x 275 mm, capa dura, 96 folhas pautadas, espiral em arame.	UN	pauta	210,0000	7,5000	1.575,00
31	Canetinhas hidrográficas para colorir. Ponta média, 12 cores variadas, cores vivas, tinta de alta qualidade, não tóxica, lavável, estojo prático e tamanho aproximado de 15 cm. Produto certificado pelo Inmetro.	UN	lyke	121,0000	2,8200	341,22
32	Cartolina 150 g/m². Medindo 50 cm X 66 cm. Opção de escolha de cor. Cores claras.	UN	f card	240,0000	0,9000	216,00
37	Cola branca líquida para papéis. Não tóxica, lavável, não inflamável, base em PVA. Uso escolar. Embalagem com 90 g.	UN	pira	161,0000	1,5000	241,50
68	Grafite para lapiseira. Dureza: HB. Tubo com 24 unidades. Calibre 0.5 ou 0.7.	UN	brw	100,0000	1,3000	130,00
69	Grampeador de mesa grande. Capacidade para grampear até 240 folhas de gramatura 75 g/m². Grampos: 23/6, 23/8, 23/10, 23/13, 23/15, 23/17, 23/20 e 23/24. Estrutura em aço. Base medindo aproximadamente 29 cm.	UN	futuro	7,0000	98,4900	689,43
83	Molha dedos tipo pomada. Produzido com componentes especiais para manusear papéis, não gorduroso, levemente perfumado, atóxico, composição a base de glicerina. Embalagem com 12 g.	UN	carbrink	36,0000	2,0000	72,00
88	Papel color set. Medidas: 48 cm X 66 cm. Cores diversas.	UN	reipel	130,0000	0,9000	117,00
90	Papel crepom 48 cm x 2,0 m. Cores diversas.	UN	reipel	156,0000	1,3000	202,80
93	Papel seda. Medidas: 45 cm x 60 cm. Cores diversas.	UN	reipel	300,0000	0,3900	117,00
94	Pasta AZ. Lombo estreito (6 cm), capa em papelão duro, gramatura mínima de 1320 g/m². Plastificado, tamanho ofício, cor preta, com visor, prendedor interno inoxidável de dois furos.	UN	chies	76,0000	12,1000	919,60
97	Pasta em cartão duplex, 250 g/m², não reciclado, pintado e plastificado na cor, com abas internas de no mínimo 4 cm, elástico com terminal plástico, reforçada com ilhós de metal, espessura 0,32 mm, mediadas aproximadas 350 mm x 240 mm. Cores diversas. Produto certificado pelo Inmetro.	UN	polycart	1.520,0000	2,3300	3.541,60
114	Pincel para pintura com cabo de madeira, cerdas presas por cinta metálica. Nº 14.	UN	futuro	80,0000	1,5000	120,00
123	Prendedor de metal, pintura em epóxi na cor preta e presilha em aço inoxidável. Tamanho: aproximadamente 30 mm. Caixa com 12 unidades.	UN	futuro	70,0000	6,0000	420,00
146	Sacos celofane transparente. Tamanho: 10 cm x 15 cm.	UN	packpel	1.310,0000	0,0600	78,60
147	Sacos celofane transparente. Tamanho: 20 cm x 30 cm.	UN	packpel	1.310,0000	0,2300	301,30
148	Sacos celofane transparente. Tamanho: 30 cm x 40 cm.	UN	packpel	1.310,0000	0,4900	641,90
153	Caderno escolar. Tamanho: 140 mm X 200 mm. Capa dura, 48 folhas pautadas, espiral em arame.	UN	pauta	250,0000	3,0000	750,00
158	Grampos galvanizados para grampeador. Tamanho: 23/13. Embalagem com 1.000 grampos.	UN	futuro	3,0000	3,8700	11,61
Total do Fornecedor:						10.762,66

25986 - RM SUPRIMENTOS ESCOLAR E ESCRITORIO LTDA ATA DE REGISTRO 69/2026

Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário.	Valor Total.
7	Bateria 9 V Alcalina.	UN	ELGIN	10,0000	6,2000	62,00
11	Bobina de papel térmico para relógio ponto. 57 mm x 300 m.	UN	EASYPAPER	120,0000	20,5000	2.460,00
12	Bobina de papel térmico para relógio ponto. 57 mm x 40 m	UN	EASYPAPER	322,0000	3,3500	1.078,70
13	Bobina de papel térmico para uso ECF. 80 mm X 40 m.	UN	EASYPAPER	352,0000	3,6000	1.267,20
58	Folha de desenho A4. Gramatura: 180 g/m². Tamanho: 210 mm x 297 mm. Papel branco. Embalagem com 50 folhas.	UN	EASYPAPER	222,0000	7,5000	1.665,00
59	Folha de desenho A4. Gramatura: 180 g/m². Tamanho: 210 mm x 297 mm. Disponível em diversas cores, EXCETO branca. Embalagem com 50 folhas.	UN	EASYPAPER	209,0000	9,5000	1.985,50
63	Garrafa de tinta C para impressora Epson Ecotank L3150. EPSON - Ciano T544220-Al - 65 ml	UN	KORA	121,0000	4,4500	538,45
64	Garrafa de tinta M para impressora Epson Ecotank L3150. EPSON - Magenta T544320-Al - 65 ml	UN	KORA	121,0000	4,4500	538,45
65	Garrafa de tinta B para impressora Epson Ecotank L3150. EPSON - Preta T544120-Al- 65 ml	UN	KORA	127,0000	4,4500	565,15
66	Garrafa de tinta Y para impressora Epson Ecotank L3150. EPSON - Yellow T544420-Al - 65 ml	UN	KORA	121,0000	4,4500	538,45
89	Papel color set criativo A4. Gramatura: 75 g/m². Produzido em papel color set colorido nas duas faces. Cores a serem escolhidas no momento do pedido: rosa, pink, verde, azul, lilás, vermelho, laranja, amarelo, preto ou marrom. Embalagem com no mínimo 32 folhas.	UN	EASYPAPER	230,0000	5,5000	1.265,00
91	Papel kraft natural, monolúcido, 80 g/m². Medidas: 60 cm x 150 m.	RL	EASYPAPER	14,0000	84,3000	1.180,20
100	Pilha 1,5 V AA. Alcalina. Embalagem com 4 un.	PAC	ELGIN	158,0000	5,5000	869,00
101	Pilha 1,5 V AAA. Alcalina. Embalagem com 4 un.	PAC	MAXPRINT	198,0000	4,3000	851,40
102	Pilha 12 V 23AE. Alcalina. Para controle de alarme.	UN	ELGIN	10,0000	2,0000	20,00
152	Papel Fotográfico. A4. Alto brilho, 180g/m². Tamanho: 210 mm x 297 mm. Papel branco. Embalagem com 100 folhas.	UN	EASYPAPER	110,0000	23,0000	2.530,00
Total do Fornecedor:						17.414,50

24945 - INOVARE COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ATA DE REGISTRO 62/2026

Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário.	Valor Total.
9	Bloco de recado. Material: papel. Medindo 38 mm x 50 mm, tipo removível. Autoadesivo, com 100 folhas, cores sortidas. Embalagem com 4 unidades.	UN	BAZZE	230,0000	2,8900	664,70
29	Caneta marca texto. Tinta fluorescente à base de água, não recarregável, ponta em feltro com 4 mm de largura, corpo cilíndrico liso com no máximo 10 mm de diâmetro, tampa composta com prendedor tipo "braço". Cor: azul.	UN	MASTER	145,0000	0,5100	73,95
38	Cola branca líquida para papéis. Não tóxica, lavável, não inflamável, base em PVA. Uso escolar. Embalagem com 1 kg.	UN	PIRA	125,0000	8,8500	1.106,25
39	Cola de silicone líquida. Composição: acetato de vinila e álcool metílico. Uso artístico e profissional. Ideal para EVA, isopor, papel, vidro, metal, tecidos, madeira e espuma. Embalagem com 90 g.	UN	PIRA	150,0000	5,1700	775,50
53	Fita adesiva em polipropileno. Transparente. Dupla face. Rolo com 18 mm x 30 m.	UN	SOOPER	69,0000	4,4000	303,60
54	Fita crepe. Rolo com 25 mm X 50 m. Uso geral.	UN	ALLTAPE	85,0000	5,0100	425,85
67	Giz de cera curto. Com 15 cores diferentes, fabricado com cera de alta qualidade, proporcionando total cobertura e excelentes traços. Formato anatômico, não toxico. Embalagem com 68 g.	UN	PIRA	60,0000	3,2300	193,80
73	Grampo trilho metalizado com 80 mm. Embalagem com 50 unidades.	UN	BRW	4,0000	7,5900	30,36
82	Marcador para quadro branco. Material plástico, ponta arredondada, à base de álcool, não recarregável, tamanho padrão.	UN	MASTER	25,0000	1,5300	38,25
85	Organizador para mesa composto de 3 divisórias (canetas / lápis, clips e lembretes). Produzido em acrílico na cor cristal ou fumê. Medidas aproximadas: 22 cm x 8 cm. Peso aproximado de 200 g.	UN	MAXCRIL	50,0000	10,6000	530,00
95	Pasta AZ. Lombo largo (8 cm), capa em papelão duro, gramatura mínima de 1320 g/m². Plastificado, tamanho ofício, cor preta, com visor, prendedor interno inoxidável de dois furos.	UN	LYKE	80,0000	12,0900	967,20
96	Pasta catálogo com envelopes plásticos. Formato ofício, capa preta em material firme, com 50 envelopes internos, com dispositivo que permite a retirada e a colocação de envelopes conforme a necessidade.	UN	HP	70,0000	13,3600	935,20
99	Pasta suspensa em papelão marmorizado, com haste plástica, visor, etiqueta e grampo plástico. Medidas: 361 mm x 240 mm.	UN	FRAMA	220,0000	1,9900	437,80
105	Pincel atômico 1100-P. Escrita grossa, recarregável, com ponta chanfrada de feltro indeformável.	UN	MASTER	50,0000	2,2700	113,50
121	Pistola elétrica de 10 W 220 V, para bastão de cola-quente fino 7,5 mm x 300 mm.	UN	LYKE	171,0000	10,3500	1.769,85
141	Tinta para carimbo. Embalagem com 40 ml. Cor: Preta.	UN	GO OFICE	20,0000	3,5900	71,80
143	Tinta spray metálica. Embalagem com 350 ml. Cores diversas.	UN	UP	220,0000	15,3400	3.374,80
151	Refil para marcador de quadro branco.	UN	BRW	10,0000	4,8500	48,50
154	Marcador para quadro branco. Refil de tinta inteligente. Ponta substituível. Utilização de material reciclado em sua fabricação. Ponta macia. Apaga facilmente. Tinta à base de álcool, pigmentos, resinas, solventes, aditivos. Ponta de poliéster de 6.0mm. Espessura de escrita 2.3 mm. Caixa com 12 unidades.	CAIXA	BRW	12,0000	61,1500	733,80
155	Refil para marcador de quadro branco. Refil inteligente. Tinta líquida. Conteúdo: 5,5 ml. Tinta à base de álcool. Composição básica: Resinas termoplásticas, tinta à base de álcool, pigmentos, resinas, solventes e aditivos. Caixa com 12 unidades. Cores diversas. Compatível com o item 156.	CAIXA	BRW	254,0000	35,9900	9.141,46
157	Marcadores Adesivos Coloridos. Tipo Seta. Pelo menos 25 unidades, divididas em 5 cores. Tamanho: Pelo menos 44x12 Milímetros. Prende fácil e não deixa resíduos.	PAC	MASTER	10,0000	2,4300	24,30
Total do Fornecedor:						21.760,47

25949 - M3 BUSINESS GROUP LTDA ATA DE REGISTRO 64/2026

Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário.	Valor Total.
10	Bloco de recado. Material: papel. Medindo 76 mm x 102 mm, tipo removível. Autoadesivo, com 100 folhas, cores sortidas.	UN	MASTERPRINT	210,0000	2,9900	627,90
19	Borracha para apagar escrita a lápis/grafite. Medindo aproximadamente 45 mm x 25 mm x 15 mm. Protegida por capa plástica removível, de materiais que não manchem o papel ao apagar a escrita.	UN	MASTERPRINT	201,0000	0,6400	128,64
25	Calculadora eletrônica tipo mesa. 12 dígitos, visor inclinado, alimentação a bateria, com porcentagem, tecla para apagar último dígito entrado e de duplo zero. Medidas aproximadas de 13 cm de largura x 18 cm de comprimento x 02calculadora cm de espessura.	UN	TOMATE	47,0000	18,4900	869,03
28	Caneta marca texto. Tinta fluorescente à base de água, não recarregável, ponta em feltro com 4 mm de largura, corpo cilíndrico liso com no máximo 10 mm de diâmetro, tampa composta com prendedor tipo "braço". Cor: amarela.	UN	MASTERPRINT MAXPRINT	210,0000	0,5100	107,10
30	Caneta marca texto, com tinta fluorescente à base de água, não recarregável, ponta em feltro com 4 mm de largura, corpo cilíndrico liso com no máximo 10 mm de diâmetro, tampa composta com prendedor tipo "braço": Cor: verde.	UN	MASTERPRINT MAXPRINT	145,0000	0,5100	73,95
34	Clips para papel nº 1/0 - Aproximadamente 3 cm. Em arame galvanizado com pintura epóxi colorida. Embalagem com 100 unidades.	UN	JUSSARA TOP	225,0000	1,7900	402,75
35	Clips para papel nº 8/0 - Aproximadamente 5,5 cm. Em arame galvanizado niquelado. Embalagem com 50 unidades.	UN	JUSSARA TOP	176,0000	3,5800	630,08
36	Cola bastão. Boa qualidade, prática e eficiente, possuindo alto poder colante. Para colar papel, cartolina e outros materiais. Produto atóxico com conteúdo em gramas, mínimo 20 g.	UN	LEO LEO	152,0000	1,1100	168,72
46	Corretivo liquido branco a base de água. Não tóxico, multiuso, para correção de qualquer tipo de escrita, com pincel para aplicação. Embalagem com no mínimo 18 ml.	UN	YINS	56,0000	1,5800	88,48
71	Grampos galvanizados para grampeador. Tamanho: 26/6. Embalagem com 5.000 unidades.	CAIXA	JOCAR OFFICE	71,0000	2,7900	198,09
76	Lápis de cor sextavado. 12 cores. Tamanho: 17,5 cm. Produzido com madeira 100% reflorestada e certificada FSC. Ponta MAX resistente.	UN	INJEX PEN M3 OFFICE	141,0000	4,5100	635,91
77	Lápis nº 2. Preto. Dureza: HB. Sextavado, revestido com material cerâmico na cor verde, grafite resistente fixado na madeira, com identificação do fabricante no corpo do produto.	UN	INJEX PEN MASTERPRINT	280,0000	0,2900	81,20
104	Pilha CR 2032 3 V. Alcalina. Para controle de alarme.	UN	LITHIUM	10,0000	0,7600	7,60
122	Prancheta poliestireno fumê, com prendedor de metal, tamanho ofício, espessura de 3 mm em toda a superfície, cantos	UN	NOVACRIL FACA FACIL YINS	66,0000	11,0400	728,64

	arredondados.					
125	Régua comum. Tamanho: 30 cm. Transparente, material plástico rígido na cor cristal, graduação milimetrada.	UN	MAXCRIL	150,0000	0,7200	108,00
Total do Fornecedor:						4.856,09

24937 - MBEM COMERCIO E DISTRIBUICAO DE MATERIAIS ESCOLARES LTDA ATA DE REGISTRO 65/2026

Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário.	Valor Total.
24	Caixa arquivo morto em papelão. Dimensões: 135 mm x 250 mm x 360 mm, cor parda, montável.	UN	BRAGAGNOLO	630,0000	3,2400	2.041,20
150	Tela para pintura. Tamanho: 20 cm x 20 cm.	UN	cortiarte	160,0000	5,3600	857,60
Total do Fornecedor:						2.898,80

6800 - DAGEAL COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITO ATA DE REGISTRO 59/2026

Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário.	Valor Total.
27	Caneta esferográfica. Corpo plástico cristal transparente, sextavado, com orifício na lateral, nome do fabricante impresso no corpo da caneta, tampa antiasfixiante na cor da tinta, ponta de latão, esfera de tungstênio, tinta à base de corantes orgânicos e solventes, carga completa, com capacidade para escrita contínua, sem borrões e falhas até o final da carga, escrita média, aprovada pelo Inmetro. Caixa fechada com 50 unidades.	CAIXA	bic	179,0000	24,1700	4.326,43
52	Fita adesiva de polipropileno. Transparente. Rolo com 48 mm x 45 m. Uso geral. Fita de empacotamento.	UN	allltape	140,0000	3,5800	501,20
Total do Fornecedor:						4.827,63

25973 - BRINQUEDOLANDIA COMERCIO DE ARTIGOS INFANTIS LTDA ATA DE REGISTRO 58/2026

Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário.	Valor Total.
42	Cola para madeira. Indicada para colagem de peças de madeira em geral. Embalagem com 100 g.	UN	PIRA EXTRA	55,0000	5,0400	277,20
47	Extrator de grampos, niquelado, tipo espátula	UN	BAZZE	87,0000	2,1100	183,57
49	Fio de malha. Composição: 85% algodão e 15% outras fibras. Rolo com 140 m. Manuseio com agulhas de 07 mm a 12 mm.	UN	JOKA	100,0000	16,5600	1.656,00
51	Fita adesiva de polipropileno. Transparente. Rolo com 12 mm x 50 m. Uso geral.	UN	FIX	94,0000	1,0900	102,46
70	Grampeador de mesa médio. Capacidade para grampear até 25 folhas de gramatura 75g/m². Grampos: 26/6. Estrutura em metal. Cor: preta. Medida não inferior a 15 cm.	UN	BAZZE	67,0000	15,0100	1.005,67
80	Lixeira Aramada de escritório. Redonda, em aço telado, cor preta, capacidade entre 10 e 11 litros, material resistente, leve e maleável. Para uso diário, totalmente seguro e sem bordas, material inquebrável e formato anatômico para acondicionamento. Dimensões aproximadas: altura 28 cm e diâmetro 26 cm.	UN	YINS	40,0000	23,0400	921,60
92	Papel laminado. Medidas: 50 cm x 60 cm. Cores diversas.	UN	RST	50,0000	1,4900	74,50
106	Pincel para pintura com cabo de madeira, cerdas presas por cinta metálica. Nº 2.	UN	LYKE	60,0000	1,1900	71,40
107	Pincel para pintura com cabo de madeira, cerdas presas por cinta metálica. Nº 12.	UN	LYKE	60,0000	2,3400	140,40
108	Pincel para pintura com cabo de madeira, cerdas presas por cinta metálica. Nº 22.	UN	LYKE	60,0000	4,4600	267,60
109	Pincel para pintura com cabo de madeira, cerdas presas por cinta metálica. Nº 6.	UN	LYKE	80,0000	1,3400	107,20
110	Pincel para pintura com cabo de madeira, cerdas presas por cinta metálica, chanfrado. N° 20.	UN	LYKE	60,0000	14,4300	865,80
111	Pincel para pintura com cabo de madeira, cerdas presas por cinta metálica. Nº 10.	UN	LYKE	80,0000	1,4900	119,20
112	Pincel para pintura com cabo de madeira, cerdas presas por cinta metálica. Nº 16.	UN	LYKE	80,0000	2,7500	220,00
113	Pincel para pintura com cabo de madeira, cerdas presas por cinta metálica, chanfrado. N° 14.	UN	LYKE	60,0000	10,7900	647,40
116	Pincel para pintura com cabo de madeira, cerdas presas por cinta metálica. Nº 18.	UN	LYKE	80,0000	3,0000	240,00
117	Pincel para pintura com cabo de madeira, cerdas presas por cinta metálica. Nº 8.	UN	LYKE	80,0000	2,2400	179,20
118	Pincel para pintura com cabo de madeira, cerdas presas por cinta metálica. Nº 0.	UN	LYKE	60,0000	1,9900	119,40
119	Pincel para pintura com cabo de madeira, cerdas presas por cinta metálica, chanfrado. N° 8.	UN	LYKE	80,0000	7,9100	632,80
120	Pincel para pintura com cabo de madeira, cerdas presas por cinta metálica. Nº 4.	UN	LYKE	60,0000	1,6900	101,40
124	Refil cola quente transparente. Bastão fino. Tamanho: 7,5 mm x 300 mm.	UN	REND	3.720,0000	0,4400	1.636,80
136	Tela para pintura. Medidas: 40 cm x 50 cm.	UN	STALO	180,0000	18,3100	3.295,80
137	Tesoura com ponta em liga de aço inoxidável. Corte afiado, cabo termoplástico de alta resistência. Tamanho mínimo: 19 cm.	UN	RIO	161,0000	4,3800	705,18
145	Massinha de modelar. Cores diversas.	CAIXA	UNIDUNITE	60,0000	2,9300	175,80
Total do Fornecedor:						13.746,38

25971 - SAUDE ESPORTES LTDA ATA DE REGISTRO 70/2026

Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário.	Valor Total.
60	Folha de EVA. Tamanho: 40 cm x 60 cm. Com brilho.	UN	Dubflex	703,0000	2,9100	2.045,73
134	Tecido TNT. 100% polipropileno. Medindo: 140 cm de largura e 50 m de comprimento. Gramatura mínima de 45 g/m.	RL	MB	132,0000	57,2500	7.557,00
Total do Fornecedor:						9.602,73

25983 - J K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA ATA DE REGISTRO 63/2026

Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário.	Valor Total.
61	Folha de EVA. Tamanho: 40 cm X 60 cm.	UN	MAKE	706,0000	1,3800	974,28
133	Tecido TNT. 100% polipropileno. Medidas: 140 cm de largura e 100 m de comprimento. Gramatura mínima de 45 g/m.	RL	MB	140,0000	110,0000	15.400,00
Total do Fornecedor:						16.374,28

25978 - GRANDIOSA SUPRIMENTOS TRANSPORTES LTDA ATA DE REGISTRO 61/2026

Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário.	Valor Total.
62	Folha A4. Gramatura: 75 g/m². Tamanho: 210 mm x 297 mm. Papel alcalino branco. Tipo profissional, antiatolamento, caixa com 10 pacotes individuais de 500 folhas cada. Produto com selo de certificação Cerflor / Inmetro e ISO.	CAIXA	Fabricante Mega Pap is	317,0000	202,0000	64.034,00
Total do Fornecedor:						64.034,00

25988 - ZIG ZAG COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA ATA DE REGISTRO 71/2026

Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário.	Valor Total.
74	Lã para tricô. Novelos com 100 g.	UN	CORRENTE	300,0000	10,2000	3.060,00
Total do Fornecedor:						3.060,00

Total do Geral:	221.939,54

MÁRCIO ANDRÉ DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo da Silva
Código Identificador:BB8A620C

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO 281/2026 - EDITAL 002/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 281/2026
CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL E CADASTRO TEMPORÁRIO
- ATÉ 02 (DOIS) MÉDICOS(AS) CLÍNICO GERAL 40H

EDITAL 002/2026 - AVALIAÇÃO DOS TÍTULOS POR ORDEM DE INSCRIÇÃO

A Secretária Municipal de Administração de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 5.111/2021, torna público para conhecimento dos interessados a **AVALIAÇÃO DOS TÍTULOS POR ORDEM DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:**
MÉDICO(A) CLÍNICO GERAL 40H

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO				
		Doutorado	Mestrado	Especialização	Participação em Eventos	Pontuação Total
01	FABIANO DI FRANCESCO LONGO	-	-	1	5	6 PONTOS
02	KATHREIN DA SILVA BORGES	-	-	3	5	8 PONTOS
03	WILLIAN KRUGER	-	-	-	5	5 PONTOS
04	MÁRIO CÉSAR OBADOVSKI DA ROSA	-	-	-	5	5 PONTOS
05	JOÃO ALBERTO DALLA VECHIA	-	-	-	5	5 PONTOS
06	MATHEUS PONCIANO DA SILVA	-	-	1	5	6 PONTOS
07	MARÍLIA DELLA SENTA PINZON	-	-	1	2	3 PONTOS
08	BRUNO DAL BIANCO	-	-	3	5	8 PONTOS
09	RODRIGO DALLA ROZA LAZZAROTTO	-	-	-	5	5 PONTOS
10	ADOLFO JORGE SIQUEIRA DINO	-	-	-	5	5 PONTOS

Erechim, 16 de Outubro de 2026.

Registre-se e Publique-se

ALINE DA COSTA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Daiana Carla Bresolin
Código Identificador:CB0CA3D3

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE 194

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
1.459/2026

OBJETO: PROJETO DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA (PRAD): TEORIA E PRÁTICA, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CONSEMA Nº 528/2025
Processo : 591/**2026**
Modalidade: Inexigibilidade N° **194/2026**
Forma de Julgamento:
Forma Pgto Reajuste: **Em em até 15 dias após a conclusão dos serviços**
Prazo Entrega Exec. : **imediato**
Local de Entrega :
Fundamento Legal…: Lei n° 14.133/2021, Art. 74, inc. III, alínea "f"

Fornecedor	CNPJ/CPF	Endereço	N°	Telefone
DPM Educação Ltda	13.021.017/0001-77	Av. Pernambuco	1001	51 30273400

Despesa	Descrição	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	Valor Previsto
30500	Treinamento e desenvolvimento de recurso	1500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	339039480000	699,00

Lote	Item	Descrição	Un.	Qtd.	Vl. Unit.	Vl. Total.

1	1	Projeto de Recuperação da Área Degradada (PRAD): Teoria e Prática, de acordo com a Resolução CONSEMA nº 528/2025	SVÇ	1,0	699,00	699,00

Glorinha, 16 de outubro de 2026

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:F84C9BE1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE 195

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
1.450/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO ARTISTA ADRIANO OLIVEIRA PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL DURANTE A 8ª EDIÇÃO DO EVENTO DOMINGO NA PRAÇA, A SER REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2026, DAS 14H ÀS 18H, NA PRAÇA DA IGREJA MATRIZ, CENTRO, GLORINHA/RS.
Processo : 592/**2026**
Modalidade: Inexigibilidade N° **195/2026**
Forma de Julgamento:
Forma Pgto Reajuste: **15 dias utéis após entrega da nota fiscal**
Prazo Entrega Exec. : **IMEDIATO**
Local de Entrega :
Fundamento Legal...: Lei n° 14.133/2021, Art. 74, inc. II

Fornecedor	CNPJ/CPF	Endereço	N°	Telefone
17.643.268 ADRIANO DOS SANTOS OLIVEIRA	17.643.268/0001-44	R PROFESSOR JUSTO LUZ	175	5196937386

Despesa	Descrição	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	Valor Previsto
36306	Promoção de atividades culturais e artís	1719 - TRANSFERÊNCIAS DA POLÍTICA NACIONAL ALDI	339039220000	400,00

Lote	Item	Descrição	Un.	Qtd.	Vl. Unit.	Vl. Total.
1	1	Contratação da atração musical Adriano dos Santos Oliveira para apresentação no Domingo na Praça.	SVÇ	1,0	400,00	400,00

Glorinha, 16 de outubro de 2026

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:BBCD1046

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAIARAS

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 687/2026 DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

Cancela trabalho em regime suplementar de Professora Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAIARAS, usando das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com o que dispõe a Lei Municipal nº 1.470/2002 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar trabalho em regime suplementar de professora municipal, conforme segue:

Matric	Nome	Escola	Horas Semanais	Turno	Portaria Concessão	A partir de
4253-6	**Caroline Pedersetti Cazanatto Moresco**	E. M. E. F. Padre Aleixo	08	Manhã	618/2026	14/10/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 14/10/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, IBIRAIARAS, 16 DE OUTUBRO DE 2026.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em 16 de outubro de 2026.

MARCELA DE SOUSA CARVALHO
Secretária da Administração e Planejamento

Publicado por:
Ivaneza Simioni
Código Identificador:864D17D5

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 147/2026

DIVULGA AS NOTAS PRELIMINARES DOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita Municipal de Ibirubá, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** para os interessados, a publicação das NOTAS PRELIMINARES dos inscritos no Processo Seletivo para Contratação de AUXILIAR DE ENSINO, de acordo com o Edital de Abertura nº 143/2026:
Art. 1º - NOTAS PRELIMINARES:

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	NOTAS PRELIMINARES
043	ADRIANA DE OLIVEIRA	0
022	ADRIANA DE SOUZA DA CONCEIÇÃO	23
086	ADRIANA PREDIGER	0
094	ADRIANA SILVEIRA MACHADO ROCHA	10
067	ADRIANE CAMPOS KRAMMES	0
016	ALAN DIONATHAN CASSOL DA SILVA	0
095	ALÉXIA THAISA LOPES	0
165	ALINE DA SILVA VARGAS	0
034	ALINE DONEDA PIRES PONSONI	2
123	ALINE FERREIRA	0
044	ALINE LAGEMANN DE CAMPOS	42
171	ALINE PAVIN DE OLIVEIRA	0
130	ALINE RAMBO NICOLODI DO NASCIMENTO	4
060	AMANDA BASSO MARCON	29
031	ANA CAROLINA CASSOL DA SILVA	12
085	ANA CAROLINA GOMES WUNSCH	0
195	ANA CAROLINE ARAÚJO DE FARIAS	2
124	ANA CLAUDIA BUDKE	0
099	ANA ELISA ERTEL DA LUZ	5
036	ANA PAULA BUDKE	8
087	ANA PAULA DE VARGAS EICKSTAEDT DA SILVA	0
127	ANA PAULA FORMENTINI	23
164	ANA PAULA OLIVEIRA DOS SANTOS	4
100	ANA PAULA PEDROSO	0
190	ANA PAULA RODRIGUES	0
187	ANDREIA HAASE DE SOUZA	0
152	ANDREIA LUISA CARDOSO VIANA LAUXEN	91
208	ÂNGELA KARINA PINTO TATIM	0
106	ANGELA LAGEMANN FERREIRA	0
134	ANGÉLICA CLAAS DOS SANTOS	26
129	ANGÉLICA SIGNOR DA MOTTA	6
149	AUDETE NAIR MARANGON	0
001	BÁRBARA DA SILVA XAVIER DOS SANTOS	11
048	BÁRBARA EMANUELE PREDIGER BALDUS	21
114	BARBARA PEREIRA DA SILVA SCHNEIDER	76
040	BARBARA SUAREZ ALVAREZ	0
122	BEATRIZ DOS SANTOS GRAMINHO	0
098	BIA STEFANY SCHROEDER DA CUNHA	14
105	BIANCA MADAI RANOW DRESSLER	23
111	BRUNA DA SILVA CAVALHEIRO	16
090	BRUNA DOS SANTOS MACHADO SAMPAIO	0
191	BRUNA ENDRES LUFT	0
202	BRUNA NATALIA DA SILVA TERRES MATHEUS	0
120	BRUNA NAZARETH RODRIGUES CARVALHO	21
128	CAMILA BENTO MENDES XAVIER	0
145	CAMILA DE MELLO PEREIRA	6
112	CAMILLE TOLEDO DE OLIVEIRA	21
049	CARINA HAHN	30
110	CARINE APARECIDA DA SILVA	12
154	CARLA CRISTIELY DE JESUS	0
072	CARLA DENISE GRAMINHO	6
045	CARLA EDUARDA DA MOTTA LOPES	4
017	CAROLINE SANTOS DA SILVA	0
143	CHAIANE DE FATIMA PEDROSO	0
038	CISSA VALÉRIA PADILHA DE SOUZA	0
066	CLARICE TEREZINHA VARGAS	2
148	CLARINDA DOS SANTOS CAMARGO	4
177	CRISTIANE DA SILVA	1
014	CRISTIANE MARTINS SILVEIRA	8
176	DAIANE DE MELLO ERTHAL	14
019	DANI MARA HAASE SALGADO	0
101	DANIELA SOLANGE LAGEMANN	0
196	DANIELE DA CRUZ BARBOSA	0
018	DARLENE LUCIELE VIÇOSA SCOT	0
006	DÉBORA CRISTINA ORTIZ	0
097	DÉBORA ESTER DOS SANTOS RODRIGUES	0
068	DÉBORA PREDIGER	17
142	DEISE RAFAELA DE SOUZA CHAVES	0
133	DEISY NATIELY PLENTZ DOS SANTOS	0
155	EDUARDA MATHIAS SIEBEN	0
028	EDUARDA VIEIRA WILSMANN	1

109	ELAINE DOS SANTOS KOEHLER	0
136	ELISA MARIA DE CAMPOS	0
080	ELISÂNGELA FÁTIMA MENDES SOARES	0
157	ELISETE TEREZINHA FERNANDES	0
096	ELISIANE DE CASTRO OLIVEIRA	19
126	ELOISA WELZEL	10
032	ENECI TERESINHA BRANDÃO DA SILVA	8
153	FABIANA FRANCIELI JAEGER FIUZA	8
069	FÁTIMA APARECIDA PEREIRA	0
167	FRANCIELI FREITAS DOS SANTOS	0
184	GABRIELA FLOSS KRAUSE	0
189	GABRIELA PEREIRA DA SILVA	12
103	GABRIELA SALETINA ALFEN	12
063	GENOVEVA CAETANO DA SILVA	12
181	GEOVANA FREITAS KRAMMES	0
039	GESSI DE LIMA BUDKE	2
170	GLAUCIA JOSIANE RUPPENTHAL	0
084	GRACIELA BLASI VIANNA	16
118	GRASIELE FRIELINK HEMANN	0
002	GRAZIELA WOHLENBERG	15
033	GREICE DONEDA PIRES SEIFERT	4
131	HELENA DA COSTA VIANA	9
200	HELOÍSA DA SILVA MARTINS	6
050	HERACLEIA LUIZA DO NASCIMENTO	18
186	INDIARA DE BRITO PIMENTEL	7
024	INÊS DE FÁTIMA DA SILVA MARTINS ZANCHI	41
117	IOLANDA DA SILVA	11
119	ISABEL CRISTINA FERREIRA	4
015	ISABELLI SANTOS DE SOUZA	0
169	ISADORA ESPINDULA SCHORN	8
037	IZABEL CIRSTINA VIEIRA MACIEL	0
168	JESSICA DA SILVA DO PRADO PEREIRA	0
174	JHONATAN LEONEL ALVES FERREIRA	0
107	JOANA EMILIA DOS SANTOS WEBER	18
173	JOECI TERESINHA TOMAZINI	23
091	JOICE GRASIELI BECKER RODRIGUES HENDGES	0
010	JOLCI NUNES MACIEL	5
172	JORDANA FORMENTINI	0
004	JOSELIA KOEHLER BECKMANN DE SOUZA	0
194	JOSIANE DE FÁTIMA DA SILVEIRA	0
158	JULIA BÁRBARA SANTOS	21
030	JULIANA APARECIDA DE PELLEGRIN	9
079	JUREMA BENINI	0
197	KACIELI PETRY DA VEIGA	1
150	KAMILLY MOREIRA DOS SANTOS	7
070	KAROLINE SILVA DOS SANTOS	4
011	KEMILYN DA COSTA FAGUNDES	15
081	LETÍCIA BERTINATTO	6
108	LIANE BOHRZ HEUERT	0
046	LIDIANE DOS SANTOS DE JESUS	0
041	LIDIANE LUCCA	14
115	LIDIANE MARTINS SILVEIRA	0
064	LIMARA MARCIANE HÜTHER GALERA	8
007	LÍVIA DE SOUZA BIRGEIER	33
027	LIZETE WAGNER	15
055	LUANA DE SOUZA HORBACH	28
138	LUCIANE DOS SANTOS DA SILVA WILSMANN	8
147	LUCIMARA LIMA DA CUNHA	0
035	MAITÊ TONINI FERREIRA	12
146	MANUELA WERNER KUHN	4
089	MARCIA APARECIDA DA SILVA	0
166	MÁRCIA TOLEDO DE SOUZA DE OLIVEIRA	0
104	MARIA AMALIA WEISS HEPP	12
062	MARIA ANADIR DORNELLES LAGEMANN	0
065	MARIA CRISTINA DOS SANTOS DE PELLEGRIN	0
082	MARIA EDUARDA LINDENMAYER RAMOS	0
203	MARIA EDUARDA RODRIGUES DA SILVA	0
159	MARIA INÊS CAVALHEIRO DA SILVA	25
009	MARIA MARTA LERMEN	0
183	MARIA RITA VARGAS ALVES FIGUEIRA	6
199	MARIANE HÜTHER	0
078	MARINA RUPPENTHAL	0
013	MARISA ANTUNES	0
163	MARISA GARMATZ	23
061	MARISA GARMATZ WILSMANN	4
008	MARISEL DE LOURDES PEREIRA GOMES	6
162	MARISTELA AMARO	0
204	MARLA IVANA KLEIN RAUCH	51
047	MARLI BOTTEGA IORA	0
178	MERCEDES HÜTHER	0
021	MICHELE FRIELINK	10
205	MICHELE TERRES BENTO	4
102	MILENA BRAGANHOLO DE SOUZA	4
059	MIRIAN DE SOUZA	16
083	MIRIAN DOS SANTOS ALVES	0
113	MITCHELLE LOUIS	3
141	NATASHA CAVALHEIRO DOS SANTOS	4
206	NATHÁLIA FRANZEN DE OLIVEIRA	0
073	NATHIELY DE LIMA BRISOLA	0

179	NATIELE DA COSTA DE SOUZA	0
116	NEIVA GRAMINHO BRIGNONI	0
026	NEIVANI WILSMANN	24
042	NELICE CLAUDIA SCHEFFLER SEIFERT	6
175	NEUSA DOS SANTOS	0
092	NICOLI KUNZ DE OLIVEIRA	3
076	NICOLLY BOHRZ HEUERT	0
012	NILSE RAQUEL DA COSTA KRESTA	1
185	ODILARA NOGUEIRA DE FREITAS	6
139	PAMELA GONÇALVES DE SOUZA	0
054	PAOLA BECK BERGMEIER	0
188	PAULA LUIZA RAMBO	6
198	RAFAELA TONINI DOS SANTOS	3
088	RANIELE ARTMANN LOPES	4
192	RAQUEL WILSMANN DOS SANTOS WOLMANN	0
151	ROBERTA RODRIGUES	0
140	ROSANGELA PADILHA	0
077	ROSELI PADILHA	0
156	SANDRA GORETTI CAMERA	68
093	SANDRA KRUG LINDENMAYR	18
125	SARA KAILANE ANTES	4
135	SARA LIMA FAGUNDES	0
144	SARA LOUISE OLIVEIRA DA SILVA	8
023	SIMONE KIRCH	4
058	SIMONE NAZÁRIO GARMATZ	0
025	SIMONI BRIXNER JUNGES	8
074	SOLANGE AMANDA HÜTHER	0
053	STÉFANI DE ALMEIDA BENTO	8
075	SUÉLEN SIQUEIRA MESSA	0
029	SUELI TERESINHA GREFF	19
052	TAIS ALINE DOS SANTOS CORREA	0
056	TAÍS DE PAULA DOS SANTOS	0
005	TALITA LUISA BORN PRESTES	4
071	TAMIRES ADRIELE METZDORF	0
057	TATIANA GRAVE FRITZEN	0
137	TATIANA STRADA HAUP	64
193	TERESINHA MARTINS DA ROSA	0
180	TUANE DA SILVA DA SILVA	0
201	VANESSA MERG SCHNEIDER	12
051	VELCI DOS SANTOS	0
003	VERA STEFÂNIA DA SILVA	4
132	VICTÓRIA LOPES QOOS	23
160	WESLANE QUEIROZ DA SILVA	26
121	YANNA HELENA LIMA DE SOUSA	4
182	YUCATAN LORENZO DA SILVA VARGAS	0
020	ZAIRA PRICILA BENDER DE BAIRROS	23
161	ZULEICA DORNELLES DOS SANTOS	12

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ/RS, em 16 de outubro de 2026.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH,
Prefeita Municipal.

Registre-se e Publique-se.
Cumpra-se.

EVERTON LAGEMANN,
Secretário da Administração e Planejamento.

Publicado por:
Daniel Brune
Código Identificador:CD5F6F35

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 11.134, DE 05 DE AGOSTO DE 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.884.571,96.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO no uso das atribuições que lhe confere o artigo 152, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o que estabelece a Lei Municipal nº 10.202, de 13 de dezembro de 2024, e em conformidade com os artigos 7º, 42 e 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964,

D E C R E T A

Art. 1º É aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.884.571,96 (três milhões e oitocentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), com o objetivo de atender as despesas do orçamento em execução, conforme as dotações a seguir especificadas:

Órgão 25	**FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENARIO**	
Unidade 01	**ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL CENTENARIO**	
10.302.0068.2470	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DO HC	
3.3.90.14.00.00.00.00.1501	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	12.000,00
0000001	0001 Recurso Livre	
3.3.90.39.00.00.00.00.1500	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	818.000,00
1002040	0040 ASPS	
3.3.90.39.00.00.00.00.1501	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	407.237,24
0000001	0001 Recurso Livre	
3.3.90.39.00.00.00.00.160000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	125.764,95
0000501	4501 ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMBULATORIAL E HOSPITAL	
10.302.0068.2471	FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS DO HOSPITAL CENTENÁRIO	
3.3.90.34.00.00.00.00.1500	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	250.000,00
1002040	0040 ASPS	
3.3.90.39.00.00.00.00.1500	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	620.000,00
1002040	0040 ASPS	
3.3.90.46.00.00.00.00.1500	AUXILIO-ALIMENTACAO	1.200.000,00
1002040	0040 ASPS	
10.302.0068.2524	MANUTENÇÃO - COFIN HOSP - COMPLEM. CUSTEIO	
3.3.90.30.00.00.00.00.1621	MATERIAL DE CONSUMO	39.212,04
0000297	4297 CUSTEIO (MEDICAMENTO, EXAME, CONSULTAS ESPECIALIZADAS)	
3.3.90.39.00.00.00.00.1621	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	412.357,73
0000230	4230 APOIO A REDE HOSPITALAR - IHOSP	

Art. 2º Servirão de recursos as Reduções das Dotações no valor de R$ 3.051.276,15 (três milhões e cinquenta e um mil, duzentos e setenta e seis reais e quinze centavos), conforme as dotações a seguir especificadas:

Órgão 25	**FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENARIO**	
Unidade 01	**ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL CENTENARIO**	
10.302.0068.2470	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DO HC	
3.2.90.21.00.00.00.00.1501	JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	100.000,00
0000001	0001 Recurso Livre	
3.3.90.14.00.00.00.00.1501	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	72.456,00
0000001	0001 Recurso Livre	
3.3.90.36.00.00.00.00.1501	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	99.485,43
0000001	0001 Recurso Livre	
3.3.90.36.00.00.00.00.1600	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	99.764,95
0000501	4501 ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMBULATORIAL E HOSPITAL	
3.3.90.39.00.00.00.00.1501	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	12.000,00
0000001	0001 Recurso Livre	
3.3.90.92.00.00.00.00.1500	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	10.000,00
1002040	0040 ASPS	
3.3.90.92.00.00.00.00.1501	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	10.000,00
0000001	0001 Recurso Livre	
3.3.90.93.00.00.00.00.1600	INDENIZACOES E RESTITUICOES	20.000,00
0000501	4501 ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMBULATORIAL E HOSPITAL	
4.6.90.71.00.00.00.00.1501	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	100.000,00
0000001	0001 Recurso Livre	
10.302.0068.2471	FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS DO HOSPITAL CENTENÁRIO	
3.1.90.11.00.00.00.00.1500	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.820.000,00
1002040	0040 ASPS	
3.3.90.08.00.00.00.00.1500	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	250.000,00
1002040	0040 ASPS	
10.302.0068.2485	SUSTENTABILIDADE HOSPIT. A REDE DE URGÊNCIA E EMERG. (RUE)	
3.3.90.39.00.00.00.00.1621	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	59.831,03
0000230	4230 APOIO A REDE HOSPITALAR - IHOSP	
10.302.0068.2490	MANUTENÇÃO- COFIN. PLANTÃO PRES. NEUROLOGIA - REDE AVC	
3.3.90.39.00.00.00.00.1621	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	190.863,25
0000230	4230 APOIO A REDE HOSPITALAR - IHOSP	
10.302.0068.2493	MANUTENÇÃO - COFIN. GESTANTE ALTO RISCO	
3.3.90.39.00.00.00.00.1621	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	20.045,98
0000230	4230 APOIO A REDE HOSPITALAR - IHOSP	
10.302.0068.2522	MANUTENÇÃO - COFIN HOSP - REDE PARTO	
3.3.90.39.00.00.00.00.1621	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	51.617,47
0000230	4230 APOIO A REDE HOSPITALAR - IHOSP	
10.302.0068.2523	MANUTENÇÃO FAEC CAPTAÇÃO DE ÓRGÃOS	
3.3.90.39.00.00.00.00.1600	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	6.000,00
0000501	4501 ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMBULATORIAL E HOSPITAL	
10.302.0068.2524	MANUTENÇÃO - COFIN HOSP - COMPLEM. CUSTEIO	
3.3.90.39.00.00.00.00.1621	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	39.212,04
0000297	4297 CUSTEIO (MEDICAMENTO, EXAME, CONSULTAS ESPECIALIZADAS)	
3.3.90.92.00.00.00.00.1621	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	90.000,00
0000230	4230 APOIO A REDE HOSPITALAR - IHOSP	

Art. 3º. Servirão de recursos para complementar o artigo 2º:

a) o valor de R$ 808.000,00 (oitocentos e oito mil reais), referente ao excesso de arrecadação, sob o vínculo 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
b) o valor de R$ 25.295,81 (vinte e cinco mil, duzentos e noventa e cinco reais e oitenta e um centavos), referente ao excesso de arrecadação, sob o vínculo 1501 - Outros Recursos não Vinculados;

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 05 de agosto de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:E5F0D913

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 11.363, DE 15 DE JUNHO DE 2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 6.686.592,72.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO no uso das atribuições que lhe confere o artigo 152, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o que estabelece a Lei Municipal nº 10440, de 15 de Dezembro de 2025, e em conformidade com os artigos 7º, 42 e 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964,

D E C R E T A

Art. 1º É aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 6.686.592,72 (seis milhões e seiscentos e oitenta e seis mil, quinhentos e noventa e dois reais e setenta e dois centavos), com o objetivo de atender as despesas do orçamento em execução, conforme as dotações a seguir especificadas:

Órgão 25	**FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENARIO**	
Unidade 01	**ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL CENTENARIO**	
10.302.0068.1121	**MANUTENÇÃO NEFROLOGIA**	
3.3.90.39.00.00.00.00.1600	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	484.602,32
0000501	4501 ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMBULATORIAL E HOSPITAL	
10.302.0068.2017	FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS DO HOSPITAL CENTENARIO	
3.1.90.94.00.00.00.00.1500	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	500.000,00
1002040	0040 ASPS	
3.3.90.34.00.00.00.00.1500	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	1.500.000,00
1002040	0040 ASPS	
3.3.90.39.00.00.00.00.1500	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.000.000,00
1002040	0040 ASPS	
10.302.0068.2470	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DO HC	
3.3.90.39.00.00.00.00.1500	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.400.000,00
1002040	0040 ASPS	
3.3.90.39.00.00.00.00.1501	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	600.000,00
0000001	0001 Recurso Livre	
3.3.90.39.00.00.00.00.1600	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	50.000,00
0000501	4501 ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMBULATORIAL E HOSPITAL	
10.302.0068.2524	MANUTENÇÃO - COFIN HOSP - COMPLEM. CUSTEIO	
3.3.90.39.00.00.00.00.1621	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.151.990,40
0000297	4297 CUSTEIO (MEDICAMENTO, EXAME, CONSULTAS ESPECIALIZADAS)	

Art. 2º Servirão de recursos as Reduções das Dotações no valor de R$ 6.201.990,40 (seis milhões e duzentos e um mil, novecentos e noventa reais e quarenta centavos), conforme as dotações a seguir especificadas:

Órgão 25	**FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENARIO**	
Unidade 01	**ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL CENTENARIO**	
10.302.0068.2017	FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS DO HOSPITAL CENTENARIO	
3.1.90.11.00.00.00.00.1500	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.000.000,00
1002040	0040 ASPS	
10.302.0068.2470	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DO HC	
3.2.90.21.00.00.00.00.1501	JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	100.000,00
0000001	0001 Recurso Livre	
3.3.90.32.00.00.00.00.1501	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	100.000,00
0000001	0001 Recurso Livre	
3.3.90.32.00.00.00.00.1600	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	50.000,00
0000501	4501 ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMBULATORIAL E HOSPITAL	
3.3.90.33.00.00.00.00.1501	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	100.000,00
0000001	0001 Recurso Livre	
3.3.90.35.00.00.00.00.1501	SERVICOS DE CONSULTORIA	100.000,00
0000001	0001 Recurso Livre	
3.3.90.36.00.00.00.00.1501	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	100.000,00
0000001	0001 Recurso Livre	
3.3.90.39.00.00.00.00.1501	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	100.000,00
0000001	0001 Recurso Livre	
3.3.90.93.00.00.00.00.1500	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.400.000,00
1002040	0040 ASPS	
10.302.0068.2524	MANUTENÇÃO - COFIN HOSP - COMPLEM. CUSTEIO	
3.3.90.30.00.00.00.00.1621	MATERIAL DE CONSUMO	1.151.990,40
0000297	4297 CUSTEIO (MEDICAMENTO, EXAME, CONSULTAS ESPECIALIZADAS)	

Art. 3º Servirão de recursos para complementar o artigo 2º:

o valor de R$ 484.602,32 (quatrocentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e dois reais e trinta e dois centavos), referente ao excesso de arrecadação, sob o vínculo 1600 - Transf Fundo a Fundo Rec SUS prov Gov Federal - ASPS;

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 15 de junho de 2026.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:28D05BBD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA ATA DE HOMOLOGAÇÃO DA SESSÃO 01 DO LEILÃO

Aos 30 dias do mês de setembro do ano de 2026, às 14 horas, no Gabinete da Secretaria da Fazenda, na sede do Município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, reuniu-se a Comissão Técnica da Fazenda para **retificação** da Ata de Homologação realizada aos 12 dias do mês de fevereiro do ano de 2026, para fazer análise e julgamento das propostas apresentadas na sessão do Leilão, conferindo a conformidade das propostas com as regras do Leilão, registrando em ata o deferimento ou indeferimento das propostas, e do termo de acordo dos fornecedores, em atenção ao resultado final da sessão Leilão supramencionado, lavro a presente Ata de Homologação.
CONSIDERANDO a realização do LEILÃO DE PAGAMENTO Nº 001/2026 conduzido pela Comissão Técnica da Fazenda;
CONSIDERANDO a publicação do Edital de LEILÃO DE PAGAMENTO Nº 001/2026, com as condições e regras para a elaboração das propostas;
CONSIDERANDO a legalidade e a vantajosidade do procedimento para a Administração Pública, e a regularidade dos atos praticados;
RESOLVE:

• **HOMOLOGAR** o resultado do LEILÃO supracitado conforme demonstrado na tabela abaixo.

FORNECEDORES listados no PEF - Leilão 01-2026 Sessão 01	**Valor a Pagar Liquidado**	**Proposta**	**Desconto %**	**Julgamento**	**Classificação**
SEPAT MULTI SERVICE LTDA	R$ 602.254	Não			
URBAN SERVICOS E TRANSPORTES LTDA	R$ 750.389	Sim	3,15	Proposta indeferida, desconto em desacordo com o Edital	
CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUO S.A.	R$ 1.041.859	Não			
ANA PAULA BARBOSA DE ALMEIDA EIRELI	R$ 813.280	**Sim**	**15**	**Proposta Deferida**	**1º Lugar**
BVK OBRAS E SANEAMENTOS LTDA - EPP	R$ 545.902	**Sim**	**15**	**Proposta Deferida**	**2º Lugar**
CONSTRUSINOS IND E COM DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	R$ 423.053	Não		Fomalizou desistência	
Total Fornecedores PEF (saldos a pagar em 05/02/2026)	**R$ 4.176.737**				
FORNECEDORES adicionados não previstos no PEF	**Valor a Pagar Liquidado**	**Proposta**	**Desconto %**	**Julgamento**	**Classificação**
CAROLDO PRESTACAO DE SERVICOS EIRELI	R$ 205.100	Não			
Total Fornecedores adicionados	**R$ 205.100**				
Total Geral	**R$ 4.381.837**				

Cabe destacar que **cinco fornecedores** relacionados na listagem do PEF não foram incluídos no leilão, uma vez que tiveram seus respectivos saldos integralmente quitados até a data da Sessão I, realizada em 05/02/2026, conforme segue:

•**SESC – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**,

•**RETRIAR TRATAMENTO E RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS E RESÍDUOS LTDA.**,

•**ZOE SERVIÇOS E GERENCIAMENTO LTDA.**,

•**CENTRO DE TERAPIAS INTEGRADAS REINVENTAR LTDA**

•**J2R1 CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA.**

Adicionalmente, **três fornecedores** não foram incluídos na Sessão I em razão de apresentarem saldos devedores inferiores a R$ 200.000,00 após a realização de pagamentos parciais anteriores à sessão, conforme demonstrado a seguir:

•**INSTALADORA ELÉTRICA MERCURIO:** saldo devedor de R$ 98.165,01;

•**ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS:** saldo devedor de R$ 42.480,50;

•**POLIS INFORMÁTICA LTDA.:** saldo devedor de R$ 63.465,73.

Conforme o item 6.2 do Edital, com o empate nas propostas com o mesmo percentual de desconto, foi adotado o critério de anterioridade cronológica da obrigação.
2. ACOLHER as propostas e acordos de novação das dívidas dos fornecedores classificados na sessão do Leilão.
3. DETERMINAR a publicação desta Ata de Homologação no Sistema de Protocolo Eletrônico, no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência do Município, para ciência dos interessados.
E, para constar e produzir os efeitos legais, foi lavrada a presente Ata, que segue devidamente assinada.

São Leopoldo, RS, 30/09/2026.

LUIS TADEU BELLONI
Secretário Adjunto

CLAUDIANA SCHNEIDER
Diretora Financeira

MARCIA ROSANE KRUG
Diretora de Contabilidade

Publicado por:
Fernanda Valério Ferraz
Código Identificador:A479FE1D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA ATA DE HOMOLOGAÇÃO DA SESSÃO 02 DO LEILÃO

Retificação da ATA DE HOMOLOGAÇÃO da SESSÃO 02 DO LEILÃO
LEILÃO DE PAGAMENTO Nº 001/2026 **OBJETO:** Leilão de Créditos de Fornecedores.
Aos 30 dias do mês de setembro do ano de 2026, às 14 horas, no Gabinete da Secretaria da Fazenda, na sede do Município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, reuniu-se a Comissão Técnica da Fazenda para **retificação** da Ata de Homologação realizada aos 16 dias do mês de março do ano de 2026, às 14 horas, para fazer análise e julgamento das propostas apresentadas na sessão do Leilão, conferindo a conformidade das propostas com as regras do Leilão, registrando em ata o deferimento ou indeferimento das propostas, e do termo de acordo dos fornecedores, em atenção ao resultado final da sessão Leilão supramencionado, lavro a presente Ata de Homologação.
CONSIDERANDO a realização da Sessão 02 do LEILÃO DE PAGAMENTO Nº 001/2026 conduzido pela Comissão Técnica da Fazenda;
CONSIDERANDO o Edital de LEILÃO DE PAGAMENTO Nº 001/2026, com as condições e regras para a apresentação das propostas;
CONSIDERANDO a legalidade e a vantajosidade do procedimento para a Administração Pública, e a regularidade dos atos praticados;
RESOLVE:

• **HOMOLOGAR** o resultado do LEILÃO supracitado conforme demonstrado abaixo.

LEILÃO DE CRÉDITOS DE FORNECEDORES - - Leilão 01-2026 Sessão 02								
FORNECEDOR PEF com NOVAS liquidações que não constavam no PEF (os saldos do PEF já foram quitados)	**Valor a Pagar Liquidado - Total**	**Valor a Pagar Liquidado originaria do PEF**	**Valor a pagar liquidado novas liquidações que não constavam no PEF**	**Desconto do Leilão $**	**%**	**Proposta no Leilão**	**Julgamento da Proposta**	**Classificação**
SEPAT MULTI SERVICE LTDA	1.317.755	-	1.317.755			Não		
ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS	791.113	-	791.113			Não		
ZOE SERVIÇOS E GERENCIAMENTO LTDA	313.101	-	313.101	34.176	10,9%	**Sim**	**Deferida**	**2º Lugar**
Total Fornecedores PEF (saldos a pagar em 11/03/2026)	**2.421.969**	-	**2.421.969**					
FORNECEDOR ADICIONADO (não constava no PEF em 22/12/2025)	**Valor a Pagar Liquidado - Total**	**Valor a Pagar Liquidado originaria do PEF**	**Valor a pagar liquidado novas liquidações que não constavam no PEF**	**Desconto do Leilão $**	**%**	**Proposta no Leilão**	**Julgamento da Proposta**	**Classificação**
AOT AMBIENTAL E EMPREENDIMENTOS TECNICOS LTDA	310.689	-	310.689	34.176	11%	**Sim**	**Deferida**	**1º Lugar**
CONSTRUCOES MOOG LTDA	536.786	-	536.786			Não		
LUIZ TURISMO LTDA EPP	216.422	-	216.422			Não		
VITOR DIOGO WENDLING - EPP	1.069.158	-	1.069.158			Não		
Total Fornecedores adicionados	**2.133.054**	-	**2.133.054**					
Total Geral	**4.555.024**	-	**4.555.024**					
Resultado do Leilão de Créditos de Fornecedores	**Total de Créditos das propostas $**			**Total de Descontos $**	**%**			
Total de Créditos das propostas	**623.790**			**68.352**	**11%**			
As liquidações relativas aos fornecedores INSTALADORA ELÉTRICA MERCÚRIO e POLIS INFORMÁTICA LTDA., que constavam no PEF, foram integralmente quitadas até a data de composição da Seção II.								

Cabe destacar que os **três fornecedores** que apresentavam saldos devedores inferiores a R$ 200.000,00, após as quitações parciais realizadas anteriormente à Sessão I, tiveram seus respectivos saldos integralmente quitados antes da realização da Sessão II, realizada em 11/03/2026, conforme os valores a seguir:

•**INSTALADORA ELÉTRICA MERCURIO:** R$ 98.165,01;

•**ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS:** R$ 42.480,50;

•**POLIS INFORMÁTICA LTDA.:** R$ 63.465,73.

Dessa forma, **não houve apresentação de débitos remanescentes originários do PEF para inclusão na Sessão II**, uma vez que as obrigações correspondentes já haviam sido integralmente quitadas.
2. ACOLHER as propostas e acordos de novação das dívidas dos fornecedores classificados na sessão do Leilão.
3. DETERMINAR a publicação desta Ata de Homologação no Sistema de Protocolo Eletrônico, no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência do Município, para ciência dos interessados.
E, para constar e produzir os efeitos legais, foi lavrada a presente Ata, que segue devidamente assinada.

São Leopoldo, RS, 30/09/2026.

LUIS TADEU BELLONI
Secretário Adjunto

CLAUDIANA SCHNEIDER
Diretora Financeira

MARCIA ROSANE KRUG
Diretora de Contabilidade

Publicado por:
Fernanda Valério Ferraz
Código Identificador:AC5D4F01

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE ARÉ O ATERRO SANITARIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026
PROCESSO Nº 2213/2026

CONTRATANTE
Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos

OBJETO
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta e transporte aré o aterro sanitario de resíduos sólidos domiciliares e comerciais.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO MENSAL
R$ 56.554,63 (cinquenta e seis mil e quinhentos e cinquenta e quatros reais e sessenta e três centavos).
DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 30/10/2026 às 09h (horário de Brasília)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço global por lote
INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES
R$ 1,00

MODO DE DISPUTA:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
Preferencialmente ME/EPP

PREGÃO ELETRÔNICO 36/2026
(Processo Administrativo n° 2213/2026)
O Prefeito Municipal de Tavares, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **09 horas, do dia 30 de outubro de 2026**, no setor de Licitações da Prefeitura, localizada na Rua Abílio Vieira Paiva, nº 228, Centro, reunirão o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela portaria nº 7.649 de 21 de setembro de 2026, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando aquisição do referido objeto descrito no **Anexo I**, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
DO OBJETO, LOCAL, DATA E HORA
1.1 Contratação de empresa especializada para prestação continuada dos serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comerciais equiparáveis aos domiciliares e respectivo transporte até aterro sanitário licenciado indicado pelo Município, localizado em Tramandaí/RS, com disponibilização de caminhão compactador, equipe, combustível, manutenção e demais insumos necessários, nas áreas urbanas, rurais e balneários do Município de Tavares/RS, conforme condições deste Termo de Referência e anexos.
A taxa de recebimento e destinação final dos resíduos no aterro não integra o objeto remunerado à contratada, pois será custeada diretamente pelo Município por contrato individualizado.
1.2 A sessão pública será realizada no site do Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, às **09 horas** do dia **30 de outubro de 2026**, horário de Brasília-DF.
1,3Somente poderão participar da Sessão Pública as Empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.3., até às 8horas. do mesmo dia.
DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.
As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico www.bll.org.br.
É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital.
Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.
Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis na plataforma, através do site: www.bll.org.br..
DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta e demais documentos de habilitação, com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
O licitante vencedor que não enviar os documentos de habilitação no prazo citado acima será convocado para enviar no prazo máximo de três horas, após convocação do Agente de Contratação, via portal eletrônico.
O prazo de que trata o item 3.1.1. poderá ser prorrogado a critério do Agente de Contratação.
Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecido no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1 e 7.2 deste Edital.
No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, ou, caso não conste no sistema, através de declarações preenchidas e devidamente assinadas pelo representante ou responsável da empresa, que:
está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4. ou 3.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da proposta da sessão pública.
Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
Serão disponibilizados para acesso os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
valor ou desconto... (mensal, unitário, etc, conforme o caso)...
Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referências;
Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e demais documentos técnicos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS LANCES

A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da proposta da sessão pública.

Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 1,00 (um real).

O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

Será adotado para o envio de lances na pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

empresas brasileiras;

empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

Encerrada a fase de negociação, será aberto prazo de **03 horas**, após a convocação do Agente de Contratação, para o que o licitante melhor classificado apresente a Proposta Atualizada, Planilha Orçamentária, e os demais documentos solicitados.

É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DA FASE DE JULGAMENTO

Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992

Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 2.5.1 e 3.6. deste edital.
Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
Será desclassificada a proposta vencedora que:
contiver vícios insanáveis;
não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos;
apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75%** (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **item acima**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

DA FASE DE HABILITAÇÃO

Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021. Será exigido para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira e técnica, os documentos citados abaixo:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
Declaração em Conformidade com o Decreto 4.358 de 05 de setembro de 2002. (disposto no inciso VI, art. 68, da Lei federal n° 14.133/2021, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal) que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;
Documento de inscrição no CNPJ;

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da empresa;
Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da empresa;
Certidão Negativa de Débito com FGTS; (https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); (https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces)
Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União; (https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir)

HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data fixada para a abertura de propostas;
Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do **último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, registrado na Junta Comercial, devidamente assinado pelo responsável técnico e diretor da empresa, com a apresentação do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário, sendo que o Licitante deverá apresentar planilha, consubstanciado nestes documentos, atendendo aos seguintes indicadores para verificação da situação financeira da empresa:
Índice de Liquidez Geral (LG):
LG = AC + ARLP Igual ou superior a 1,0 PC + PNC

Índice de Liquidez Corrente – (LC): **LC = AC Igual ou superior a 1,0 PC**

Índice de Solvência Geral – (SG)
SG = AT Igual ou superior a 1,0 PC + PNC

ONDE:
AC = Ativo Circulante.
RLP = Ativo Realizável a Longo Prazo PC = Passivo Circulante.
PNC = Passivo Não Circulante

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65 da Lei 14.133/2021.

HABILITAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, CREA;
Registro do(s) responsável(is) técnico(s) da empresa (engenheiro ou outro) no Conselho Regional de Engenharia, CREA;
Atestado Técnico do(s) responsável(is) técnico(s) da empresa registrado no CREA, comprovando que os responsáveis técnicos vinculados a empresa licitante tenham executado com bom desempenho o serviço pertinente e compatível em características, quantidades e prazos do objeto da licitação.
Comprovação de que os profissionais de nível superior, mencionados no(s) atestado(s), pertencem ao quadro permanente da empresa, será feito através de:
d.1.) Em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do Contrato Social; ou **d.2.)** No caso de empregado, mediante cópia da carteira de trabalho e Previdência Social (CTPS); ou **d.3.)** Contrato de prestação de serviço.
Declaração formal da disponibilidade de todos os veículos, equipamentos e demais estruturas necessárias para a execução do objeto, no prazo previsto para a assinatura do Contrato. Será aceita apenas a oferta e disponibilização de veículos coletores do tipo compactador de lixo, cujo ano de fabricação não seja superior a 10 anos, durante todo período de execução do contrato. (anexo II)
Atestado de visita técnica, ou declaração de conhecimento da obra/serviço. (anexo III)

Visita Técnica:

O Atestado de Visita ao local dos serviços será fornecido pela **PREFEITURA DE TAVARES**, situada à Rua Abilio Vieira Paiva, 228 Tavares/RS.
A Visita deverá ser efetuada pelo responsável técnico até 24h antes da abertura do edital, devendo a mesma **ser agendada previamente** pelo telefone (51) 3674-1415, ou pelo endereço de e-mail obraspublicaspmt@gmail.com com a secretaria de Obras.
Após a visita Técnica será lavrado pela secretaria de Obras, o **ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**, em nome da empresa e do respectivo responsável (autorizado por procuração).

A visita é **FACULTATIVA**, porém a empresa interessada em participar do certame, deverá apresentar declaração dando ciência de todas as exigências e não poderá alegar desconhecimento dos serviços a serem prestados, visto que lhe é permitida a visita técnica.
Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia devidamente autenticada.
Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
Após o envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, (Lei 14.133/21, art. 64) para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

DOS RECURSOS

A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo para manifestação de recursos é de 15 minutos, e para a elaboracão do mesmo é de 3 (três) dias úteis, contados da data da manifestação.
Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
O recurso e as contra razões será dirigido à autoridade competente para julgamento e parecer.
Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

deixar de anexar a documentação exigida para o certame ou qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;
Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
deixar de apresentar amostra;
apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
fraudar a licitação;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
induzir deliberadamente a erro no julgamento;
apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
advertência;
multa;
impedimento de licitar e contratar e
declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
Na aplicação das sanções serão considerados:
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para a Administração Pública;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações, bem como pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **exclusivamente** no portal www.bll.org.br.
As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

DA CONTRATAÇÃO

A contratação do proponente vencedor do presente Certame será representada pela expedição do Termo de Contrato, da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do serviço licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para execução dos serviços conforme solicitação do Contratante.
Assinatura do contrato:

11.2.1 Após homologado o resultado da licitação, elaborado o contrato e publicado o extrato do contrato em Diário Oficial, o vencedor será convocado para assinar eletronicamente o contrato, ou presencialmente, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do envio do mesmo.
Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato, poderá ser convocado outro proponente.
No caso acima, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Agente de Contratação negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.
Se o vencedor se recusar a assinar o contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste Edital e conforme art. 155 da Lei Federal 14.133/2021.
Caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente, deverá ser apresentada a procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado.

DOS PRAZOS E DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da assinatura e publicação do contrato, prorrogável por até 5 anos, na forma do artigo 106 da Lei n° 14.133, de 2021.
Os serviços deverão ser realizados de acordo com o Termo de Referência, Planilha Orçamentária e demais documentos técnicos.
Início da execução do objeto: A coleta de resíduos deverá ser iniciada após assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço.
Para fins de contagem dos prazos previstos será considerada a data da elaboração do contrato descrita no mesmo.
Demais exigências ocorrerão conforme Termo de Referências, em anexo.

DO PAGAMENTO/ MEDIÇÕES

As medições serão feitas de acordo com o cronograma físico/financeiro, respeitando os serviços executados naquele período, devendo a Contratada apresentar planilha descritiva dos serviços executados, que serão submetidos à aprovação pela Fiscalização.
Os pagamentos serão realizados em até 10 (dez) dias de acordo com os preços unitários da proposta ganhadora do certame.
A contratada deverá apresentar juntamente da Nota Fiscal e/ou Fatura de Serviços, os documentos comprobatórios do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciários, FGTS e fiscais, conforme cláusulas contratuais.
A forma de pagamento do Município de Tavares é por empenho. As Notas Fiscais e/ou Faturas de Serviços que não estiverem corretamente formuladas deverão ser devolvidas à contratada.
Somente serão pagos os valores correspondentes aos bens/serviços efetivamente entregues/realizados e atestados na forma deste instrumento convocatório.
A Contratante poderá proceder à retenção do INSS, ISS e IRRF, quando for o caso, nos termos da legislação em vigor, devendo, para tanto, a licitante vencedora discriminar na NOTA FISCAL/FATURA o valor correspondente aos referidos tributos, conforme IN RFB nº 1234/2012 e suas alterações.

RECEBIMENTO DO OBJETO

Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, conforme previsto no art. 140, § 5 e § 6 da Lei Federal 14.133/2021.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.
Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.
A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, do Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, e no endereço eletrônico www.tavares.rs.gov.br.
Para fins de retenção do IR (imposto de renda) e demais tributos de empresas não optantes ao regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições (simples nacional), será adotada a IN RFB 1234/2012, recepcionada pelo município através do Decreto Nº 8917 DE 05/05/2022.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, o (s) seguinte(s) anexo(s):
ANEXO I – Termo de Referência ;
ANEXO II – Minuta do Contrato;
ANEXO III – Modelo declaração formal de possuir equipamentos e pessoal necessários para execução do objeto desta licitação;
ANEXO IV – Modelo declaração de visita técnica;
ANEXO V – Declaração que não emprega menor
Anexo VI – Declaração de Idoneidade
Documentos técnicos: Planilha Orçamentária e demais documentos em anexo.

Tavares, 15 de outubro de 2026

GILMAR FERREIRA DE LEMOS
Prefeito Municipal

TERMO DE REFERÊNCIA

A presente contratação tem como objeto a prestação de serviços de coleta e transporte até a destinação final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais gerados no Município de Tavares/RS, com transbordo e destinação final em Aterro Sanitário devidamente licenciado, situado no Município de Tramandaí/RS. O serviço abrangerá a totalidade da área urbana e rural do Município, conforme rotas, itinerários e cronogramas operacionais, visando garantir a salubridade pública, a proteção ambiental e a qualidade de vida da população.

A operação do sistema de transporte será de inteira responsabilidade da contratada, não existindo nenhuma responsabilidade do município de Tavares/RS sobre processo trabalhista e ambientais que porventura, exista ou venha a ocorrer.

1. Justificativa da Necessidade da Contratação
A necessidade da presente contratação fundamenta-se nos seguintes pilares:

• **Saúde Pública e Salubridade:** A coleta regular e adequada dos resíduos sólidos é essencial para prevenir a proliferação de vetores de doenças, odores desagradáveis e a contaminação do solo e da água, garantindo a saúde e o bem-estar da população de Tavares/RS. A ausência ou deficiência na coleta gera graves problemas sanitários e ambientais.
• **Proteção Ambiental e Sustentabilidade:** A gestão inadequada dos resíduos sólidos representa um risco significativo ao meio ambiente, podendo gerar poluição do solo, da água e do ar. A contratação de serviço especializado assegura o cumprimento das normas ambientais vigentes, promovendo a destinação correta dos resíduos.
• **Legislação Vigente:** A contratação está em estrita conformidade com a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS), com as Resoluções do CONAMA e demais legislações estaduais e municipais aplicáveis.
• **Dever do Poder Público:** Conforme a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica Municipal, é dever do Poder Público Municipal garantir a prestação dos serviços essenciais de saneamento básico.
• **Eficiência e Economia:** A contratação de empresa especializada, por meio de processo licitatório, busca a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, considerando a expertise técnica, capacidade operacional e economicidade.
• **Continuidade dos Serviços Essenciais:** A coleta de lixo é um serviço público essencial e contínuo, não podendo sofrer interrupções.

2. ABRANGÊNCIA, ITINERÁRIOS E PERIODICIDADE DA OPERAÇÃO
2.1. Locais e Frequências Padrão (Período Regular)
A coleta periódica de resíduos sólidos domiciliares e comerciais (devidamente acondicionados) estima-se em **6.050 km mensais** que compreende a execução dos serviços de coleta nas zonas Urbana, Rurais e Balneários do Município e transporte até o aterro sanitário na cidade de Tramandaí/RSconforme a seguinte distribuição geográfica:

• **Perímetro Urbano:** Coleta realizada 3 (três) vezes por semana, às segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras, no período diurno.
• **Zona Rural (Capororocas, Olhos D'Água e Tapera):** Coleta realizada na mesma frequência do perímetro urbano (3 vezes por semana).
• **Balneário Lagoa dos Patos:** Coleta com frequência de 1 (uma) vez por semana.
• **Vila dos Pescadores (Rota Capão Comprido):** Coleta com frequência de 1 (uma) vez por semana.
• **Balneário Praia do Farol:** Coleta com frequência de 1 (uma) vez a cada 15 (quinze) dias.

2.2. Operação Especial na Estação de Verão

• **Período Delimitado:** A **Estação de Verão** fica delimitada oficialmente entre **15 de dezembro e 15 de março**, período no qual ocorre expressivo incremento populacional e consequente aumento na geração de resíduos.
• **Adequação da Frequência:** Excepcionalmente durante este período, a coleta nos balneários e áreas de maior fluxo — **Balneário Praia do Farol**, **Balneário Lagoa dos Patos** e **Vila dos Pescadores** — passará a ser efetuada na mesma periodicidade da Zona Urbana, ou seja, 3 (três) vezes por semana (segundas, quartas e sextas-feiras), no período diurno.

2.3. Execução em Vias Públicas

A coleta deverá ser executada em todas as vias públicas oficiais abertas à circulação ou que venham a ser abertas durante a vigência do contrato, conforme tabela de itinerários fornecida pela Administração.

3. QUANTITATIVO MENSAL DE RESÍDUOS

• **Quantitativo de Referência:** O quantitativo mensal estimado de referência é de **63 (sessenta e três) toneladas/mês**, valor apurado e uniformizado com base no histórico de recebimento de resíduos dos últimos meses.
• **Sazonalidade:** O volume apresenta variações sazonais, com incremento substancial durante o período da Estação de Verão.

4. ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO, CONTÊINERES E REQUISITOS TÉCNICOS
4.1. Especificação do Veículo (Caminhão Coletor Compactador)
Para a execução do objeto, a Contratada utilizará 01 (um) caminhão caçamba equipado com implemento compactador com capacidade mínima de **19 m³**, com sistema de descarga automática e adequado para coleta de resíduos.

4.2. Justificativa do Limite de Fabricação de até 7 Anos
O veículo e seu implemento deverão ter ano de fabricação **não superior a 7 (sete) anos**. A adequação do limite de idade fundamenta-se nos seguintes critérios operacionais e de interesse público:

• **Severidade do Percurso e Longa Distância:** O transporte até o Aterro Sanitário licenciado (CRVR em Tramandaí/RS) exige deslocamentos frequentes e de longa distância (aproximadamente 386 km ida e volta por viagem).
• **Redução no Índice de Panes e Interrupções:** Garante maior confiabilidade mecânica, reduzindo o risco de paradas não programadas em rodovia que comprometeriam a regularidade do serviço público essencial.
• **Eficiência e Estanqueidade do Sistema Compactador:** Veículos mais novos garantem maior eficiência na compactação e reduzem o risco de vazamento de chorume em vias públicas, atendendo rigorosamente às exigências ambientais da FEPAM.
• **Preservação da Competitividade:** A exigência de idade máxima de até 7 anos é parâmetro razoável e aceito pela jurisprudência dos Tribunais de Contas, estando em consonância com a frota disponível no mercado de limpeza urbana.

4.3. Conservação, Segurança e Higiene do Veículo

• **Estado de Conservação:** O veículo deve permanecer em perfeitas condições mecânicas, elétricas, de funilaria, pintura e rodagem/pneus.
• **Equipamentos de Segurança:** Deverá contar com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CTB/CONTRAN, incluindo sinalizador giroscópico/luminoso intermitente, sinalização refletiva, estribos e alças de apoio adequadas e seguras para os coletores.
• **Estanqueidade e Higiene:** O baú compactador/caçamba deve possuir sistema de vedação estanque com reservatório e torneira para retenção total de chorume, devendo o veículo passar por lavagem e desinfecção periódicas.

4.4. Documentação e Licenciamento do Veículo

• **Regularidade:** Documentação de licenciamento atualizada no DETRAN (IPVA, seguros e taxas quitados).
• **Rastreamento e Controle:** Certificado de aferição do cronotacógrafo válido (INMETRO) e sistema de GPS/Rastreamento ativo e acessível à Fiscalização do Município.
• **Licenciamento Ambiental:** Licença Ambiental de Operação (LO) válida para transporte de resíduos sólidos urbanos.

4.5. Contêineres de Lixo

• **Quantidade e Localização:** Serão disponibilizados cerca de **10 (dez) contêineres** em pontos estratégicos (aproximadamente 3 na Praia do Farol e 7 no Centro – Av. 11 de Abril), podendo ser remanejados a critério do Secretário responsável pela pasta.
• **Responsabilidade:** A disponibilização inicial, manutenção periódica e substituição em caso de avaria caberá integralmente à empresa Contratada.

5. DIMENSIONAMENTO DA EQUIPE E RESPONSABILIDADES TRABALHISTAS

• **Equipe Mínima de Campo:** Composta por **01 (um) motorista e 02 (dois) coletores**.
• **Cobertura de Ausências:** A planilha orçamentária engloba BDI e encargos que contemplam a cobertura de substituições operacionais decorrentes de folgas, férias, atestados e ausências, assegurando a prestação contínua do serviço.
• **Responsabilidade Exclusiva:** Pessoal próprio contratado sob o regime da CLT. O ônus dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais é de responsabilidade integral da Contratada, sem qualquer vínculo ou responsabilidade solidária/subsidiária do Município de Tavares/RS em processos trabalhistas ou ambientais.

6. DISPONIBILIDADE, MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DO VEÍCULO

• **Disponibilidade Integral:** O veículo deverá estar 100% disponível para o cumprimento rigoroso dos cronogramas de coleta e viagens de destinação.
• **Plano de Manutenção:** As manutenções preventivas e corretivas serão custeadas pela Contratada e executadas prioritariamente fora do horário da rota regular.
• **Substituição Obrigatória:** Em caso de quebra, pane mecânica, acidente ou retenção do veículo titular, a Contratada deverá disponibilizar veículo reserva equivalente ou superior no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, garantindo a ininterrupção dos serviços.

7. DOCUMENTAÇÃO, COMPROVAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO
7.1. Requisitos para Atesto e Pagamento (CNDs)
Para fins de liquidação e autorização do pagamento da Nota Fiscal, a Contratada deverá apresentar obrigatoriamente:

• Certidão Negativa de Débitos Federais e Dívida Ativa da União;
• Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
• Certidão Negativa de Débitos Municipais;
• Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

• Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
• Comprovantes de quitação dos encargos trabalhistas e previdenciários dos funcionários alocados na prestação do serviço.

7.2. Rastreabilidade e Comprovação da Destinação Final

• **Tickets de Pesagem:** A comprovação do volume destinado é efetuada mediante os tickets de balança emitidos individualmente pela empresa CRVR no ato da pesagem do caminhão.
• **Relatório Mensal de Conferência:** No início de cada mês subsequente, a empresa CRVR encaminha via e-mail ao Município o Relatório de Recebimento de Resíduos para checagem e conferência dos tickets, datas, pesagens e placas dos veículos.
• **Emissão do MTR:** Fica a encargo da Prefeitura Municipal a responsabilidade pela emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) por meio do sistema oficial da FEPAM.
• **Licenciamento do Aterro:** O aterro sanitário de destino (CRVR Tramandaí/RS) possui Licença de Operação (LO) válida concedida pela FEPAM válida.
• **Contrato Aterro Sanitário:** A taxa de recebimento/disposição final dos resíduos no CRVR Tramandaí é paga diretamente pelo Município por instrumento/contrato individualizado em separado, não integrando o valor ofertado pela contratada para o serviço de coleta e transporte.

8. PREVISÃO, REGISTRO E TRATAMENTO DE OCORRÊNCIAS OPERACIONAIS

• **Registro e Canal de Comunicação:** As ocorrências (reclamações, falhas ou atrasos) serão centralizadas pelos Fiscais do Contrato e notificadas formalmente à Contratada via e-mail, ligação, mensagem ou presencialmente na Secretaria.
• **Coletas Não Realizadas:** A empresa deverá regularizar a coleta e realizar o recolhimento no ponto afetado no prazo máximo de **24 horas** após a notificação oficial.
• **Atrasos na Rota:** Atrasos injustificados deverão ser sanados imediatamente com o reforço da operação ou uso de veículo reserva.
• **Falhas/Quebras de Equipamentos:** Em caso de avaria mecânica no veículo coletor, a Contratada terá o prazo máximo de **24 horas** para realizar o conserto ou disponibilizar caminhão reserva equivalente.
• **Recolhimento Extraordinário:** Demandas atípicas (eventos públicos, intempéries ou mutirões) serão solicitadas pela Prefeitura com antecedência prévia de **12 a 24 horas** (salvo emergências/calamidade, cujo atendimento deverá ser imediato).
• **Consolidação e Glosas:** O descumprimento reincidente dos prazos de correção constará em Relatório elaborado pelo Fiscal do Contrato, sujeitando a Contratada a glosas no pagamento e às sanções contratuais cabíveis.

9. REAJUSTE DE PREÇOS

• **Índice:** Variação do **IPCA** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE).
• **Periodicidade:** Anual (interregno mínimo de 12 meses).
• **Data-Base e Concessão:** O reajuste será concedido a cada renovação contratual (prorrogação da vigência) ou transcurso do prazo anual, aplicando-se a variação acumulada do IPCA nos 12 meses anteriores para recomposição inflacionária.

10. PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

• **Início Imediato:** Considerando a natureza contínua, essencial e ininterrupta do serviço público de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, a execução dos serviços terá início **imediatamente na data de assinatura do contrato** (ou em até **24 horas** a contar da assinatura), independentemente da expedição de Ordem de Início de Serviço, devendo a Contratada estar com sua estrutura plenamente mobilizada.

REFERÊNCIA DE VALORES, PLANILHA ORÇAMENTARIA EM ANEXO

ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO
Contrato Nº.../2026, que fazem entre si o **Município de Tavares**, e a empresa **.....**

O **Município de Tavares**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Abílio Vieira Paiva, nº 228, bairro centro, CEP nº 96.290-000, na cidade de Tavares/RS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 88.427.018.0001-15, neste ato representado pelo Sr. Gilmar Ferreira de Lemos , Prefeito Municipal, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) , inscrito(a) no CNPJ/MF sob
o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 2213/2026**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Pregão Eletrônico n° 036/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação continuada dos serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comerciais equiparáveis aos domiciliares e respectivo transporte até aterro sanitário licenciado indicado pelo Município, localizado em Tramandaí/RS, com disponibilização de caminhão compactador, equipe, combustível, manutenção e demais insumos necessários, nas áreas urbanas, rurais e balneários do Município de Tavares/RS, conforme condições deste Termo de Referência e anexos.

Objeto da contratação:

Lote	Item	Unidade	Quant.	Descrição	Valor unitário (mensal)	Valor total

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
Planilha Orçamentária
A Proposta do contratado;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
A execução dos serviços deverá iniciar em após assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço.
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável por até 05 (cinco) anos, na forma do artigo 106 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, LOCAL E DEMAIS EXIGÊNCIAS CONTRATUAIS
Condições de execução e local de execução
Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
Frequência 3 dias da semana no período diurno, de todos os resíduos a seguir especificados, acondicionados em recipientes de diversos padrões, seja qual for o número deles, encontrados nas vias, logradouros e prédios públicos.
Os serviços de coleta de resíduos deverão ser executados conforme o cronograma, no período diurno das 7:00 até as 19:00.
Em caso de implantação ou alteração dos planos de trabalho a CONTRATADA deverá dar ciência prévia aos munícipes dos locais e horários da realização dos mesmos. A comunicação deverá ser feita através de impressos, cuja confecção correrá as expensas da CONTRATADA.
Locais da prestação de serviço, Cronograma: (mapa da cidade em anexo)
Segundas, quartas e sextas feiras, serão realizadas coletas em todo em todo perímetro urbano e nas localidades rurais de Capororocas, Olhos D'Água e Tapera**,** no Balneário Lagoa dos Patos uma (1) vez por semana, na Vila dos Pescadores (rota Capão Comprido) coleta uma (1) vez por semana, e no Balneário Praia do Farol uma (1) vez a cada quinze (15) dias.
A CONTRATADA deverá executar os serviços de coleta domiciliar e comercial em todas as vias públicas abertas a circulação, ou que venham a serem abertas durante a vigência do contrato, acessíveis a veículos coletores- compactadores.
A coleta regular domiciliar e comercial deverá compreender os seguintes resíduos devidamente acondicionados em embalagens ou recipientes:
Coleta e transporte de lixo domiciliar e comercial, de origem humana, produzida em suas áreas desde que acondicionados em recipientes de até 100 (cem) litros conforme classificação da Associação Brasileira das Normas Técnicas (ABNT) e Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e a legislação ambiental vigente.
Não estão compreendidos na conceituação de resíduos sólidos domiciliares para efeito de coleta obrigatória, entulhos de obras públicas ou particulares, terra, areia, podas de arborização pública ou grandes jardins, resíduos de mudança de domicílios ou de reformas de estabelecimentos comerciais, colchões e mobiliários, cuja produção exceda 50 (cinquenta) quilos ou 100 (cem) litros. Nesse caso, os resíduos deverão ser levados ao ponto de destino final pelo próprio gerador.
Quando o volume dos resíduos sólidos domiciliares oriundos de estabelecimentos comerciais, institucionais e de prestação de serviços excederem a 50 (cinquenta) quilos ou 100 (cem) litros diários por estabelecimento, a CONTRATADA deverá enviar comunicação a CONTRATANTE para as devidas providências.
Nas situações em que houver impossibilidade de acesso ao veículo coletor à via pública, a coleta deverá ser executada manualmente, sendo necessário o coletor retirar os resíduos apresentados na via pública, e transportá-los até o veículo coletor.
A coleta dos resíduos deverá ser executada de forma direta, nos imóveis e também em lixeiras comunitárias, dependendo do acesso das vias públicas.
A CONTRATADA deverá realizar a coleta dos resíduos, sejam quais forem os recipientes utilizados para seu acondicionamento, devendo a mesma comunicar os munícipes das exigências legais, para as devidas providências.
Não poderá haver interrupção na prestação dos serviços contratados, ficando a CONTRATADA obrigada a efetuar a coleta, mesmo em dias de feriados civis e religiosos, de forma que o serviço não venha sofrer descontinuidade.
Os trabalhadores que efetuarem as tarefas de coleta e transporte deverão ser instruídos sobre a maneira de efetuar o trabalho com qualidade, devendo-se apresentar nos locais e horários de trabalho equipados e uniformizados.
Os trabalhadores deverão ser instruídos quanto à proibição de algazarras ou trabalhos que perturbem os cidadãos.
Os resíduos que eventualmente se encontrarem fora dos recipientes deverão ser recolhidos manualmente, com auxílio de ferramentas, deixando os locais completamente limpos.
Os funcionários da CONTRATADA deverão se apresentar nos locais de trabalho, devidamente equipados e uniformizados.
Os funcionários da CONTRATADA deverão recolher e transportar os recipientes e sacos plásticos, com cuidado e depositá-los no veículo coletor, evitando o derramamento de resíduos nas vias públicas. Será responsabilidade da empresa e dos coletores todo resíduo derramado/espalhado decorrente dos montantes aglomerados pelos próprios coletores nas vias/esquinas/locais antes do caminhão coletor passar pelo local, em caso de derramar/espalhar o resíduo deverá ser recolhido.
Nas situações em que o munícipe apresentar os resíduos para coleta, através de recipientes reutilizáveis, estes deverão ser esvaziados completamente, tomando precauções para não danificá-los. Após este processo, o recipiente deverá ser recolocado no ponto de origem pelos coletores.

Os resíduos apresentados nas vias públicas pelos munícipes, que tiverem tombado dos recipientes, por qualquer motivo, ou que caírem durante o processo de coleta, deverão necessariamente ser varridos e recolhidos.
É terminantemente proibido, transferir o conteúdo de um recipiente para outro, ou atirá-los de um coletor para outro, ou de volta ao passeio e a praça de carga do veículo coletor.
No caso dos resíduos serem apresentados em sacos plásticos, à equipe deverá tomar todas as precauções, no sentido de evitar o rompimento dos mesmos, antes de depositá-los na caçamba do veículo. Se houver derrame de resíduos, estes deverão ser varridos e recolhidos.
No processo de transporte do resíduo, a CONTRATADA deverá tomar todas as precauções no sentido, de evitar o transbordamento na praça de carga do veículo, para a via pública.
No percurso de deslocamento para a descarga na Unidade de Transbordo, todas as tampas de abertura do veículo coletor, deverão estar completamente fechadas.
Em caso de pane do caminhão em operação, a CONTRATANTE deverá em até 24 (vinte e quatro) horas, restabelecer o serviço sob pena de sofrer sanções/ou advertências.
Havendo aumento dos resíduos a recolher em consequência de acréscimo da população do número de estabelecimentos comerciais, institucionais, prestadores de serviços ou por outra ocorrência não prevista, poderá a Prefeitura, solicitar a CONTRATADA que aumente o número de viagens, o número de veículos coletores, ou de pessoal necessário para a execução dos serviços, especialmente no período de alta temporada dos Balneários e Praias.

Materiais a serem disponibilizados
Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
A equipe e veículos mínimos para a realização da coleta dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais, será constituída de:
01 (um) caminhão compactador de coleta de lixo com capacidade de no mínimo 19 m³, com batedor de container;
01 (um) motorista;

02 (dois) coletores;

Dos veículos:
O veículo coletor não deverá ser superior a 7(sete) anos, durante todo período de execução do contrato.
A CONTRATADA deverá colocar para execução do plano de trabalho de coleta e transporte de resíduos domiciliares e comerciais: no mínimo 01 (um) veículo compactador com batedor de contêiner, que deverá operar no turno diurno de trabalho.
Os veículos deverão possuir carrocerias do tipo especial para coleta e transporte de resíduo, de modelo compactador devendo ser fechadas e ter estanques, para evitar o despejo de líquidos e materiais nas vias públicas e serem providas de mecanismo de descarga automático.
Os veículos coletores deverão estar equipados com equipamento de sinalização conforme a legislação de trânsito em vigor.
Todos os veículos utilizados na coleta de lixo domiciliar, deverão possuir seguro contra terceiros, com cobertura para danos morais, pessoais e materiais.
O veículo devera ser mantido em perfeita condições de operação. Ressalta-se nessa exigência:
Perfeito funcionamento do velocímetro e hodômetro;
Perfeito estado de conservação da pintura;
Limpeza geral do veículo e equipamento, constituindo obrigação contratual a lavagem da caçamba compactadora ou carroceria, com produtos específicos para este fim com devida comprovação através de Nota Fiscal da execução dos serviços.
A CONTRATADA deverá apresentar um plano de manutenção preventiva de seus equipamentos e apresentar à Fiscalização, e quando solicitado, os relatórios referentes a essa manutenção.
Os veículos devem trazer além das placas regulamentares, as indicações necessárias ao reconhecimento da CONTRATADA e telefone para reclamações.
A CONTRATADA deverá instalar e manter um serviço de atendimento ao cliente, cujo número do telefone deverá estar em local visível em todos os equipamentos.
Os veículos coletores deverão ser rastreados, com opção de rastreamento “on line” .
Os equipamentos deverão estar disponíveis no dia do início da operação, conforme ordem de serviço.
Os veículos, e equipamentos utilizados nos serviços, deverão respeitar os limites estabelecidos em lei para fontes sonoras e emissão de poluentes.
CONTRATADA deverá providenciar de imediato a substituição dos equipamentos que estejam em manutenção preventivos ou avariados, incluindo os veículos.
Todos os veículos coletores deverão estar equipados com pá e vassoura.
O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de execução, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexos a este Contrato.
O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO
O valor total da contratação é de R$..... (.....), sendo pago mensalmente o valor de R$.... (.....) referente ao serviço de coleta.
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO
Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, as demais condições a ele referentes encontram-se definidos nos Termos de Referências, anexo a este Contrato.
6.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
o prazo de validade;
a data da emissão;
os dados do contrato e do órgão contratante;
o período respectivo de execução do contrato;
o valor a pagar; e
eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
a CONTRATADA deverá apresentar junto a nota fiscal os seguintes documentos: **No primeiro mês da prestação dos serviços:**
Relação dos(das) empregados(as), contendo nome completo, endereço, número da CTPS, número do PIS/PASEP, banco, agência e número da conta bancária, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade - RG, e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, e a indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, dos(as) empregados(as) admitidos(as) e dos(as) responsáveis técnicos(as) pela execução dos serviços, devidamente assinada pela contratada;
Contrato de trabalho e ficha de registro de empregado(a);
Exames médicos admissionais dos(as) empregados(as) da contratada que prestarão os serviços;
Mensalmente, quando da apresentação da Nota Fiscal ou da Fatura dos serviços executados:
Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; Prova de regularidade relativa ao FGTS - CRF;
Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT; e
Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês da prestação dos serviços e de todos os empregados;
Mensalmente, até o dia 20 do mês seguinte ao da prestação dos serviços:
Guia de recolhimento da Previdência Social - GPS, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da contratada e Informações à Previdência Social, GFIP - SEFIP/GRF onde conste a Relação de Trabalhadores(as) vinculados(as) ao contrato no mês da prestação dos serviços;
Guias de recolhimento de FGTS dos(as) empregados(as) vinculados(as) ao contrato, relativas ao mês da prestação dos serviços;
Cópia da folha de pagamento analítica do mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;
Cópia dos contracheques dos(as) empregados(as), relativos ao mês da prestação dos serviços;
Recibos de pagamento ou guias de depósitos bancários da remuneração dos(as) empregados(as) vinculados(as) ao contrato no mês da prestação do serviço; e
Registros de horário de trabalho (cartões-ponto ou folha-ponto), relativos ao mês da prestação dos serviços.

A qualquer tempo, quando solicitado pela Administração contratante, quaisquer dos seguintes documentos:
Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado(a), a critério da Administração contratante; e
Comprovantes de realização de cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;
Quando ocorrer o evento ou anualmente, o que suceder primeiro:
Avisos e recibos de férias; Recibos de 13º salário;
Relação Anual de Informações Sociais - RAIS; Sentenças normativas, acordos e convenções coletivas; Ficha de registro de empregado(a);
Aviso prévio, pedido de demissão, e termos de rescisão de contrato de trabalho; Autorização para descontos salariais;
Prova da homologação da rescisão pelo sindicato, quando for o caso; e Outros documentos peculiares ao contrato de trabalho.
Para fins de retenção do IR (imposto de renda) e demais tributos de empresas não optantes ao regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições (simples nacional), será adotada a IN RFB 1234/2012, recepcionada pelo município através do Decreto Nº 8917/2022.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, salvo em situações de reequilíbrio econômico devidamente justificado.
Após o interregno de um ano e após o pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.
Poderá sofrer alterações ainda, conforme previsto no Art. 124 ao 136 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
São obrigações do Contratante:
Fiscalizar o contrato através dos servidores nomeados pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, exigindo o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de cinco dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
8.12 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de cinco dias úteis.
Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

O contratado deverá executar o contrato conforme exigido em edital, termo de referências e demais exigências contratuais descritas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado
der causa à inexecução parcial do contrato;
der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao
funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
der causa à inexecução total do contrato;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Multa:

d.a.) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

d.b.) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

d.c.) O atraso superior a vinte dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
d.d.) Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos que dela provierem para o Contratante;

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência poderá ser prorrogada até a conclusão do objeto.
O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral deste exercício de previstos no plano anual de contratações, na dotação abaixo discriminada:

Ativ./Proj	Elemento Despesa	Desdobrada	Despesa
2005	3.3.90.39.78	251	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite previsto em Lei do valor inicial atualizado do contrato.
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Mostardas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Tavares, xx de xxxxxx de 2026.

Representante Legal Do Contratante

Representante Legal Do Contratado

TESTEMUNHA:
1.
2.

Modelo declaração formal de possuir equipamentos e pessoal necessários para execução do objeto desta licitação

A ..... (Razão Social), CNPJ nº ....., estabelecido a
..... (endereço do LICITANTE), DECLARA para os devidos fins e sob as penas da lei, possuir condições e capacidade para mobilizar, em tempo hábil, e pelo prazo requerido, todos os equipamentos, materiais e mão de obra necessárias, bem como declaro que o(s) veículo(s) que serão utilizados na prestação do(s) serviço(s) tem idade de fabricação de no máximo 10 anos, itens necessários para a execução das obras e/ou serviços objeto da Pregão nº 036/2026.

assinatura do representante legal Nome do representante legal CPF nº

Declaração de não realização de visita técnica

A ..... (Razão Social), CNPJ nº ....., estabelecido a
..... (endereço do LICITANTE), declara através de seu representante legal e em relação a Pregão Eletrônico 036/2026, que:

Decidiu não realizar a visita técnica facultativa com a finalidade de conhecer e verificar a infraestrutura existente que será assumida pela futura CONTRATADA, nas condições físico-operacionais em que se encontram com o objetivo de permitir a verificação das condições locais, para avaliação própria da quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do OBJETO da CONTRATAÇÃO, forma e condições de suprimento, meios de acesso ao local e obtenção de quaisquer outros dados que julgarem necessários para a adequada prestação do OBJETO; e declara possuir ciência da possibilidade de realizar a visita técnica e tomar conhecimento dos ESPAÇOS, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a PROPOSTA COMERCIAL sem realizar a visita técnica.
[LOCAL], [DATA]
assinatura do técnico responsável Nome responsável técnico
CPF nº

VI DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresa_____, inscrita no CGC/CNPJ sob nº ___/_-_____, através de seu Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, ___de _____de 2026.

_____
Assinatura do representante legal

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

_____(Razão Social), inscrita no CNPJ sob o n° (MATRIZ)_____ _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)_____ _____, portador(a)da Carteira de Identidade – RG nº_____ e do CPF nº_____ DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto na Lei federal n° 14.133/2021, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.
Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ( ).

_____,____de _____de 2026.

_____
Assinatura do representante legal
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Publicado por:
Elenici Mariano Antunes
Código Identificador:A07B9F31

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 2226-01/2025

A Lei nº 2.226.01/2025 foi encaminhada ao Diário Oficial dos Municípios, administrado pela FAMURS, dentro do prazo legal. Contudo, em razão de uma alteração na formatação do documento durante sua inserção no sistema SIGPub, a matéria acabou sendo reprovada. Ocorre que o Município **não recebeu qualquer notificação, aviso na tela do sistema ou comunicação por e-mail** informando a recusa da publicação e possibilitando a adoção das providências necessárias para a correção do documento, conforme estabelece o item 10 do Manual 1 SIGPUB. Dessa forma, diante da ausência de comunicação acerca da reprovação, o Município apresenta novamente a matéria para publicação, a fim de regularizar a situação.

LEI N° 2226-01/2025
PROJETO DE LEI Nº 056-01/2025

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Cruzeiro do Sul para o exercício de 2026.

CESAR LEANDRO MARMITT, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Sul/RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, de acordo com o Autógrafo n° 106/2025 e sanciona e promulga a seguinte **LEI:**

Art. 1º. Esta Lei estima a Receita do Município de Cruzeiro do Sul para o exercício financeiro de 2026, em R$ 91.500.000,00 (noventa e um milhões e quinhentos mil reais) e será arrecadada de acordo com a legislação vigente, obedecida a seguinte classificação:

RECEITAS CORRENTES:

Receita Tributária: ..... R$ 9.615.000,00
Receita de Contribuições..... R$ 255.000,00
Receita Patrimonial.....R$ 996.000,00
Receita de Serviços.....R$ 101.000,00
Transferências Correntes..... R$ 80.281.000,00
Outras Receitas Correntes..... R$ 252.000,00

TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES R$ 91.500.000,00

TOTAL GERAL DA RECEITA R$ 91.500.000,00

Art. 2º. A Despesa para o exercício financeiro de 2026 é fixada em R$ 91.500.000,00 (noventa e um milhões e quinhentos mil reais) e será realizada em conformidade com a Lei Municipal n.º 2.195-01/2025 de 20 de agosto de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) com as especificações constantes das tabelas e quadros anexos, que ficam fazendo parte integrante desta Lei, obedecendo ainda a seguinte classificação:

DESPESAS CORRENTES
Pessoal e Encargos Sociais R$ 33.900.000,00
Juros e Encargos da Dívida R$ 3.500.000,00
Outras Despesas Correntes R$ 44.750.500,00
TOTAL DESPESAS CORRENTES R$ **82.150.500,00**

DESPESAS DE CAPITAL
Investimentos R$ 2.628.000,00
Amortização da Divida R$ 5.100.000,00
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL R$ **7.728.000,00**

RESERVA DE CONTINGÊNCIA R$ **1.621.500,00**

TOTAL GERAL DA DESPESA R$ 91.500.000,00

Art. 3º. É o Poder Executivo autorizado, de acordo com o disposto nos artigos 7.º, 42 e 43 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 e do art.165 da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, e do artigo 5.º da Lei Complementar n° 101/2000 de 04 de maio de 2.000, abrir, durante o exercício, Créditos Suplementares até o limite máximo de 10% (dez por cento) da despesa total fixada.

Art. 4º. Além dos créditos suplementares autorizados no artigo 3º, e sem prejuízo do limite nele estabelecido, fica o Poder Executivo também autorizado a abrir créditos suplementares destinados ao reforço de:
I — de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 — Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;
II — dotações de despesas classificáveis nos elementos 21 – Juros Sobre a Dívida por Contratos, 22 – Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato, 71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado e 91 – Sentenças Judiciais;

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art. 6º. O poder executivo poderá efetuar alterações nos código e descrições das funções, subfunções, naturezas de receitas e despesas orçamentárias e fontes de recursos, visando adequá-los às alterações que venham a ser definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS).

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

CESAR LEANDRO MARMITT
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CAMILA SCHEIBEL
Sec. Administração e Finanças

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA
(Valores nominais - R$)

R E C E I T A

ANO	PRÓPRIA	TRANSFERIDA	TOTAL
2022	4.772.000,00	39.228.000,00	44.000.000,00
2023	5.890.000,00	51.110.000,00	57.000.000,00
2024	8.001.000,00	62.999.000,00	71.000.000,00
2025	10.095.000,00	73.405.000,00	83.500.000,00
2026	10.967.000,00	80.533.000,00	91.500.000,00

D E S P E S A

ANO	CORRENTES	CAPITAL	RES.CONTING.	TOTAL
2022	41.987.000,00	1.970.000,00	43.000,00	44.000.000,00
2023	53.490.000,00	3.453.000,00	57.000,00	57.000.000,00
2024	61.471.000,00	9.458.000,00	71.000,00	71.000.000,00
2025	76.610.000,00	6.804.000,00	83.500,00	83.500.000,00
2026	82.150.500,00	7.728.000,00	1.621.500,00	91.500.000,00

COMPARATIVO DA DESPESA NO EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2022 A 2026

(EM %)

EXERCÍCIO DE	2022		2023		2024		2025		2026	
	Prev.	Exec.	Prev.	Exec.	Prev.	Exec.	Prev.	Exec.	Prev.	Exec.
Pessoal s/Desp.Total	46,61	37,65	44,31	39,59	44,18	28,58	42,58		37,05	
Jur/enc.divida. s/ Tot.	01,48	00,74	00,97	00,52	02,31	01,22	03,60		03,83	
Out.desp s/ Rec. Total	47,33	50,85	48,56	52,54	48,08	46,89	45,56		48,91	
Invest. s/ Total	03,48	09,32	04,43	05,80	03,63	22,39	03,84		02,87	
Amortiz.da Divida	01,00	01,44	01,63	01,55	01,70	00,92	04,32		05,57	
Reserva de Contig.	00,10	00,00	00,10	00,00	00,10	00,10	00,10		01,77	
T O T A L	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		100,00	

COMPARATIVO DA PROCEDÊNCIA DOS RECURSOS QUE DEVERÃO FINANCIAR OS PROGRAMAS DE TRABALHO PARA O EXERCÍCIO DE 2022 A 2026
(EM %)

EXERCÍCIO DE	2022		2023		2024		2025		2026	
	Prev.	Exec.	Prev.	Exec.	Prev.	Exec.	Prev.	Exec.	Prev.	Exec.
Impostos Mun.	07,64	08,55	07,53	06,90	08,65	06,97	09,56		09,16	
Taxas Municipais	01,78	01,00	01,52	00,86	01,51	0,59	01,30		01,27	
Contr. Melhoria	00,23	00,00	00,13	00,00	00,10	0,00	00,09		00,08	
Outras Rec. Mun.	02,19	01,45	01,72	03,03	00,94	01,39	01,09		01,08	
Transf. Da União	45,59	44,49	46,95	42,93	42,13	38,62	48,48		46,57	
Transf. Do Estado	41,43	40,30	39,88	33,02	35,89	30,40	38,75		36,98	
Transf.do FUNDEB	15,91	14,46	16,67	12,98	14,79	11,36	14,38		16,94	
Alienação de Bens	00,00	00,36	00,00	01,28	08,45	00,10	00,00		00,00	
Operações Crédito	00,00	00,00	00,00	04,11	00,00	15,82	00,00		00,00	
Transf.Conv.União	00,00	01,05	00,00	05,25	00,00	01,71	00,00		00,00	
Transf.Conv.Estado	00,00	01,70	00,00	00,35	00,00	01,15	00,00		00,00	
Deduções FUNDEB	14,77-	13,36-	14,40-	10,71-	12,46-	-08,11	13,65-		12,08-	
T O T A L	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		100,00	

COMPARATIVO DA RECEITA E DESPESA EXECUTADAS NOS EXERCÍCIOS DE 2022 A 2024 E PREVISTAS PARA 2025 E 2026
(EM R$ 1,00)

RECEITA			**DESPESA**		
ANOS	**PREVISTA**	**ARRECADADA**	**FIXADA**	**REALIZADA**	**SUPERAVIT OU DEFICIT**
2022	**44.000.000,00**	**55.048.725,91**	**44.000.000,00**	**59.712.906,60**	**4.664.180,69D**
2023	**57.000.000,00**	**73.096.132,23**	**57.000.000,00**	**64.299.805,50**	**8.796.326,73S**
2024	**71.000.000,00**	**99.884.017,94**	**71.000.000,00**	**96.733.351,42**	**3.150.666,52S**
2025	**83.500.000,00**		**83.500.000,00**		
2026	**91.500.000,00**		**91.500.000,00**		

PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES (ÓRGÃOS) NO ORÇAMENTO GERAL

UNIDADES	**EM R$**	**EM %**
01 CÂMARA DE VEREADORES	1.800.000,00	01,97
02 GABINETE DO PREFEITO	2.600.000,00	02,84
03 SECRETARIA MUN.PLANEJ.E ESENV.ECONÔMICO	1.250.000,00	01,37
04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	6.150.000,00	06,72
05 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS	8.850.000,00	09,67
06 SECRETARIA DE ESTRADAS E RODAGEM	4.100.000,00	04,48
07 SECRETARIA DA AGRICULTURA	4.300.000,00	04,69
08SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	27.570.000,00	30,13
09 SECRETARIA DA SAUDE E SANEAMENTO	18.120.000,00	19,82
10 SECRETARIA DA HABITAÇÃO E ASSIST.SOCIAL	2.940.000,00	03,21
10 ENCARGOS GERAIS	13.820.000,00	15,10
TOTAL	**91.500.000,00**	**100,00**

SUMÁRIO GERAL DA RECEITA POR FONTES E DA DESPESA POR FUNÇÕES DO GOVERNO

R E C E I T A		
CÓDIGO	**CLASSIFICAÇÃO POR FONTES**	**R$**
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	
1100.00.00	Receita Tributária	9.615.000,00
1200.00.00	Receita de Contribuições	255.000,00
1300.00.00	Receita Patrimonial	996.000,00
1600.00.00	Receita de Serviços	101.000,00
1700.00.00	Transferências Correntes	80.281.000,00
1900.00.00	Outras Receitas Correntes	252.000,00
	TOTAL RECEITAS CORRENTES	91.500.000,00
	TOTAL GERAL	**91.500.000,00**

D E S P E S A			
CÓDIGO	**CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÕES**	**VALOR/R$**	**%**
01	LEGISLATIVA	1,800.000,00	01,92
04	ADMINISTRAÇÃO	17.167.500,00	20,00
06	SEGURANÇA PÚBLICA	80.000,00	00,09
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.160.000,00	03,56
10	SAÚDE	18.100.000,00	20,73
12	EDUCAÇÃO	26.723.000,00	28,79
13	CULTURA	357.000,00	00,43
15	URBANISMO	4.617.000,00	04,65
16	HABITAÇÃO	50.000,00	00,06
18	GESTÃO AMBIENTAL	150.000,00	00,18
20	AGRICULTURA	2.131.000,00	04,56
21	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	30.000,00	00,04
22	INDÚSTRIA	10.000,00	00,04
25	ENERGIA	9.000,00	00,27
26	TRANSPORTE	2.826.000,00	05,49
27	DESPORTO E LAZER	470.000,00	00,20
28	ENCARGOS ESPECIAIS	12.198.500,00	07,90
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.621.500,00	00,10
TOTAL		**91.500.000,00**	**100,00**

DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO:
(art. 212 da Constituição Federal)

RECEITA POR FONTES DESPESAS POR SUBFUNÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	**PREVISÃO**	**25%**	**ESPECIFICAÇÃO**	**GASTOS MDE**	**GASTOS FUNDEB**
IPTU	**1.400.000,00**	**350.000,00**	**ENSINO FUNDAMENTAL**	**2.860.000,00**	**8.180.000,00**
ITBI	**1.200.000,00**	**300.000,00**	**ADMINISTRAÇÃO GERAL**	**1.400.000,00**	
ISSQN	**2.630.000,00**	**657.500,00**	**EDUCAÇÃO INFANTIL**	**3.260.000,00**	**7.710.000,00**
IRRF	**2.600.000,00**	**650.000,00**	**EDUCAÇÃO ESPECIAL**	**250.000,00**	**10.000,00**
FPM	**27.000.000,00**	**6.750.000,00**			
ITR	**24.000,00**	**6.000,00**			
LC 176/2020	**150.000,00**	**37.500,00**			
ICMS	**21.600.000,00**	**5.400.000,00**			
IPVA	**3.200.000,00**	**800.000,00**			
IPI/ EXPORTAÇÃO	**240.000,00**	**60.000,00**			
MÍNIMO A APLICAR	**60.044.000,00**	**15.011.000,00**	**TOTAL FIXADO**	**7.770.000,00**	**15.900.000,00**

DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE:
(art. 198 da Constituição Federal)

RECEITA POR FONTES DESPESAS POR SUBFUNÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	15%	ESPECIFICAÇÃO	GASTOS ASPS
IPTU	1.400.000,00	210.000,00	ATENÇÃO BÁSICA	12.185.000,00
ITBI	1.200.000,00	180.000,00	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	20.000,00
ISSQN	2.630.000,00	394.500,00		
IRRF	2.600.000,00	390.000,00		
FPM	27.000.000,00	4.050.000,00		
ITR	24.000,00	3.600,00		
LC 176/2020	150.000,00	22.500,00		
ICMS	21.600.000,00	3.240.000,00		
IPVA	3.200.000,00	480.000,00		
IPI/ EXPORTAÇÃO	240.000,00	36.000,00		
MÍNIMO A APLICAR	60.044.000,00	9.006.600,00	TOTAL FIXADO	12.205.000,00

Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Exercício	2.023	2.024	2.025
	Saldo	Saldo	Saldo
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.896.233,44	16.504.759,75	20.243.893,50
Dívida Mobiliária	-	-	-
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	3.896.233,44	14.004.759,75	20.243.893,50
Precatórios posteriores a 05-05-2000	-	2.500.000,00 -	
DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)	7.110.596,03	19.792.583,03	19.201.639,33
Disponibilidade da Caixa Bruta	7.222.842,25	20.008.375,60	19.236.573,88
(-) Restos a Pagar Processados	132,16	-20.550,34	
(-) Valores restituíveis	166.759,33	-248.887,50	-88.579,82
Demais Haveres Financeiros	53.645,27	53.645,27	53.645,27
DIVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)	-3.214.362,59	-3.287.823,28	1.0472.254,17

QUADRO DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES E DA RESPECTIVA LEGISLAÇÃO
(Art.2º da Lei nº 4320/64 – Inciso III, § l)

1110.00.00.00 – IMPOSTOS
1112.50.01.00 – Imposto Predial e Territorial Urbano
Lei Municipal nº 082-01/97 de 22/12/1997
1112.53.01.00 – Imposto Sobre Trans.Inter Vivos Bens Imóveis
Lei Municipal nº 082-01/97 de 22/12/1997
1114.51.11.00 – Imposto S/Serviço de Qualquer Natureza
Lei Municipal nº 082-01/97 de 22/12/1997
Lei Municipal nº 394-03/03 de 20/11/2003
Lei Municipal nº 1579-01/17 de 28/09/2017

1120.00.00.00 – TAXAS
1121.00.00.00 – Taxas P/Exercicio Poder de Polícia
Lei Municipal nº 082-01/97 de 22/12/1997
1122.00.00.00 – Taxa P/ Prestação de Serviços
Lei Municipal nº 082-01/97 de 22/12/1997

1700.00.00.00 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
1711.00.00.00 – Participação na Receita da União
1721.00.00.00 – Participação na Receita do Estado

1990.00.00.00 – RECEITAS DIVERSAS
2000.00.00.00 – RECEITAS DE CAPITAL
2400.00.00.00 – TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL
2410.00.00.00 – Transferência da União
2420.00.00.00 – Transferência do Estado

Publicado por:
Michele Olbermann
Código Identificador:242E003B

O PLANETA
AGRADECE

AO PUBLICAR NO DIÁRIO DOS MUNICÍPIOS O GOVERNO POUPA O DESMATAMENTO E DIMINUI O CONSUMO DE PAPEL.



PARA INFORMAÇÕES
(51) 3230-3137
informatica@famurs.com.br

FAMURS
É no município que tudo acontece.